

Biblioteca di *Rassegna iberistica* 16

e-ISSN 2610-9360
ISSN 2610-8844

Perspetivas críticas sobre os estudos ibéricos

editado por
Cristina Martínez Tejero e Santiago Pérez Isasi



Edizioni
Ca' Foscari



Perspetivas críticas sobre os estudos ibéricos

Biblioteca di *Rassegna iberistica*

Serie diretta da
Enric Bou

16



Edizioni
Ca' Foscari

Biblioteca di *Rassegna iberistica*

Direzione scientifica Enric Bou (Università Ca' Foscari Venezia, Italia)

Comitato scientifico Raul Antelo (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil) Luisa Campuzano (Universidad de La Habana; Casa de las Américas, Cuba) Ivo Castro (Universidade de Lisboa, Portugal) Pedro Cátedra (Universidad de Salamanca, España) Luz Elena Gutiérrez (El Colegio de México) Hans Lauge Hansen (Aarhus University, Danmark) Noé Jitrik (Universidad de Buenos Aires, Argentina) Alfons Knauth (Ruhr-Universität Bochum, Deutschland) Dante Liano (Università Cattolica del Sacro Cuore Milano, Italia) Antonio Monegal (Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, España) José Portolés Lázaro (Universidad Autónoma de Madrid, España) Marco Presotto (Università di Bologna, Italia) Joan Ramon Resina (Stanford University, United States) Pedro Ruiz (Universidad de Córdoba, España) Silvana Serafin (Università degli Studi di Udine, Italia) Roberto Vecchi (Università di Bologna, Italia) Marc Vitse (Université Toulouse-Le Mirail, France)

Comitato di redazione Ignacio Arroyo Hernández (Università Ca' Foscari Venezia, Italia) Vincenzo Arillo (Università Ca' Foscari Venezia, Italia) Florencio del Barrio (Università Ca' Foscari Venezia, Italia) Margherita Cannavacciuolo (Università Ca' Foscari Venezia, Italia) Vanessa Castagna (Università Ca' Foscari Venezia, Italia) Marcella Ciceri (Università Ca' Foscari Venezia, Italia) Donatella Ferro (Università Ca' Foscari Venezia, Italia) René Lenarduzzi (Università Ca' Foscari Venezia, Italia) Paola Mildonian (Università Ca' Foscari Venezia, Italia) María del Valle Ojeda (Università Ca' Foscari Venezia, Italia) Elide Pittarello (Università Ca' Foscari Venezia, Italia) Susanna Regazzoni (Università Ca' Foscari Venezia, Italia) Patrizio Rigobon (Università Ca' Foscari Venezia, Italia) Eugenia Sainz (Università Ca' Foscari Venezia, Italia) Alessandro Scarsella (Università Ca' Foscari Venezia, Italia) Patrizia Spinato (CNR, Roma, Italia)

Direzione e redazione

Dipartimento di Studi Linguistici e Culturali Comparati
Università Ca' Foscari Venezia
Ca' Bernardo, Dorsoduro 3199,
30123 Venezia, Italia
rassegna.iberistica@unive.it

e-ISSN 2610-9360
ISSN 2610-8844



URL <http://edizionicafoscari.unive.it/it/edizioni/collane/biblioteca-di-rassegna-iberistica/>

Perspetivas críticas sobre os estudos ibéricos

editado por
Cristina Martínez Tejero
e Santiago Pérez Isasi

Venezia
Edizioni Ca' Foscari - Digital Publishing
2019

Perspetivas críticas sobre os estudos ibéricos
Cristina Martínez Tejero, Santiago Pérez Isasi (editado por)

© 2019 Cristina Martínez Tejero, Santiago Pérez Isasi per il testo | para o texto
© 2019 Edizioni Ca' Foscari - Digital Publishing per la presente edizione | para esta edição



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Qualunque parte di questa pubblicazione può essere riprodotta, memorizzata in un sistema di recupero dati o trasmessa in qualsiasi forma o con qualsiasi mezzo, elettronico o meccanico, senza autorizzazione, a condizione che se ne citi la fonte.

Any part of this publication may be reproduced, stored in a retrieval system, or transmitted in any form or by any means without permission provided that the source is fully credited.

Edizioni Ca' Foscari - Digital Publishing
Università Ca' Foscari Venezia | Dorsoduro 3246, 30123 Venezia
<http://edizionicafoscarì.unive.it> | ecf@unive.it

1a edizione agosto 2019 | 1a edição agosto 2019
ISBN 978-88-6969-323-6 [ebook]
ISBN 978-88-6969-324-3 [print]

Certificazione scientifica delle Opere pubblicate da Edizioni Ca' Foscari - Digital Publishing: tutti i saggi pubblicati hanno ottenuto il parere favorevole da parte di valutatori esperti della materia, attraverso un processo di revisione anonima sotto la responsabilità del Comitato scientifico della collana. La valutazione è stata condotta in aderenza ai criteri scientifici ed editoriali di Edizioni Ca' Foscari.

Scientific certification of the works published by Edizioni Ca' Foscari - Digital Publishing: all essays published in this volume have received a favourable opinion by subject-matter experts, through an anonymous peer review process under the responsibility of the Scientific Committee of the series. The evaluations were conducted in adherence to the scientific and editorial criteria established by Edizioni Ca' Foscari.

Esta obra é financiada por fundos nacionais portugueses através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projetos UID/ELT/0509/2019 (Centro de Estudos Comparatistas) e IF/00838/2014 ('Mapa digital das relações literárias ibéricas, 1870-1930').

Perspetivas críticas sobre os estudos ibéricos / Cristina Martínez Tejero, Santiago Pérez Isasi (eds) — 1. ed. — Venezia: Edizioni Ca' Foscari - Digital Publishing, 2019. — 316 p.; 23 cm. — (Biblioteca di Rassegna iberistica; 16). — ISBN 978-88-6969-324-3.

URL <http://edizionicafoscarì.unive.it/it/edizioni/libri/978-88-6969-324-3/>
DOI <http://doi.org/10.30687/978-88-6969-323-6>

Perspetivas críticas sobre os estudos ibéricos

editado por Cristina Martínez Tejero e Santiago Pérez Isasi

Índice

Introdução

Estudios ibéricos e periferias: contributos para um debate

Cristina Martínez Tejero, Santiago Pérez Isasi

7

DEBATES CRÍTICOS

Iberismos, comparatismos y estudios ibéricos

¿Por qué, desde dónde, cómo y para qué?

Arturo Casas

23

La hipótesis del ovillo desmadejado

Caracterizar los estudios ibéricos desde lo insular

Mercè Picornell

57

Posimperialismo, estudios ibéricos y enfoques comparativo-sistémicos

**Pornografía neoliberal española,
terrorismo antropológico-turístico y oasis vasco**

Joseba Gabilondo

89

ESTADO, GÉNERO, NAÇÃO

El problema del Estado y la literatura

Marcelo Topuzian

115

Haciéndonos minoritarixs

**Canon, género, traducción y una propuesta feminista
para los estudios ibéricos**

Leslie J. Harkema

137

Os nacionalismos ibéricos nos estudos sobre o romanceiro tradicional

Sandra Boto

153

Repensar els estudis catalans des de la teoria queer
Antoni Maestre-Brotos 175

ESPAÇOS, FRONTEIRAS, MAPAS

O espaço literário ibérico na última década
Hipóteses para o estudo das fronteiras e das relações
entre sistemas
Isaac Lourido 203

Cartografias do espaço cultural ibérico
Uma proposta de desenvolvimento digital
Santiago Pérez Isasi, Catarina Sequeira Rodrigues 223

Identitats i polifonia literàries
Claus centrípètes i centrífugues a la xarxa peninsular
Juan Miguel Ribera Llopis 243

FLUXOS TRANSNACIONAIS

Los estudios ibéricos en la academia estadounidense
Diálogos, posibilidades y desafíos
Esther Gimeno Ugalde 257

Os modos de memoria transnacionais
e o estudo da novela galega da memoria
Diego Rivadulla Costa 275

La imagen de España en el cine catalán posterior a 2012
Alfredo Martínez-Expósito 295

Notas curriculares 311

Introdução

Estudos ibéricos e periferias: contributos para um debate

Cristina Martínez Tejero

Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Comparatistas, Portugal

Santiago Pérez Isasi

Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Comparatistas, Portugal

Resumo 1 Origem e motivações. – 2 Os estudos ibéricos em questão. – 3 O presente volume.

1 Origem e motivações

O presente volume é resultado de um colóquio internacional que decorreu na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa entre os dias 8 e 9 de março de 2018 e que teve por título *Os estudos ibéricos a partir da periferia. Desafios epistemológicos e novos olhares nos estudos galegos, bascos e catalães*.¹ Com esta iniciativa pretendíamos reunir duas linhas de trabalho aparentemente distantes e, segundo algumas vozes, até contraditórias entre si: por um lado, os estudos ibéricos e, por outro, os campos de análise dedicados aos casos catalão, basco e galego. A nossa intenção era tanto repensar o enquadramento – factual, potencial, desejável(?) – destas realidades ‘periféricas’ dentro do referente epistemológico e disciplinar dos estudos ibéricos, quanto refletir coletivamente sobre os desafios analíticos

¹ Uma segunda publicação derivada parcialmente deste evento pode ser encontrada no volume «Confluencias e interferencias literarias y culturales en el espacio ibérico» incluído no número 8 da revista *Tintas. Quaderni di Letterature iberiche e iberoamericane* correspondente a 2019 (<https://riviste.unimi.it/index.php/tintas>, 2019-03-21).

e os processos de renovação metodológica ativados (ou não) nos estudos bascos, galegos e catalães. Tudo isto sem deixar de lado ou de problematizar em que medida se produz uma (des)sintonia entre estas duas tendências, isto é, se os estudos ibéricos, especialmente as suas concretizações analíticas, vêm de forma efetiva representar um espaço de trabalho que desafia lógicas prévias e se este se constitui como dotado de utilidade - em diferentes planos - para os referidos três campos específicos de estudo. Com este quadro global, que assumimos em todo o momento como vasto e complexo, procurávamos, portanto, pensar a atualidade e pertinência do campo académico configurado internacionalmente em torno da Península Ibérica, e conhecido como estudos ibéricos, bem como rever o estado das áreas de trabalho sobre os casos galego, catalão e basco.²

O desenvolvimento do colóquio esteve marcado por dois factos que tiveram uma influência importante nas intervenções e cujos ecos estão também presentes nas páginas desta obra. O primeiro deles tem a ver com a janela de oportunidades e as incertezas abertas pelo referendo sobre a constituição de uma República catalã que decorreu a 1 de outubro de 2017 e a posterior declaração de independência, assim como a onda repressiva ativada pelo governo espanhol e a emergência de novos discursos e estratégias centralistas e (ultra)nacionalistas. Em segundo lugar, e coincidindo cronologicamente com o encontro, no dia 8 de março de 2018 teve lugar uma histórica greve feminista no Estado espanhol que evidenciou os avanços e a fortaleza de um movimento que tem também o seu correlato científico.

2 Os estudos ibéricos em questão

Torna-se necessário começar com uma advertência: o facto de colocarmos no título deste volume e de darmos uma centralidade destacada nestas argumentações aos 'estudos ibéricos' não deve ser entendido como uma assunção deste rótulo como referente único (ideal ou factual) de análise. Pelo contrário, a nossa vontade é adotar todas as aceções derivadas da noção de 'crítica', principalmente numa dupla orientação que acaba por fundir-se num objetivo comum: rever

2 Em todo o momento estivemos cientes dos perigos e desafios de fechar nestas três unidades as 'periferias' existentes na Península Ibérica e que são muito mais amplas e diversas. Assumimos as limitações desta proposta que julgamos como uma primeira etapa de uma linha de trabalho mais extensa e que só poderá ser percorrida de forma plena com novos encontros e publicações científicas que atendam, por exemplo, outras marginalidades - e as suas consequentes transversalidades - de natureza territorial, cultural, linguística, de género, de raça ou etnia, de orientação sexual, de diversidade funcional, de classe e, inclusive, na área de atuação que nos ocupa, de formatos de produção cultural, de distribuição ou de agencialidades.

os instrumentos teórico-metodológicos ativados neste campo e colocar questionamentos sobre esta área de trabalho.

O conceito dos estudos ibéricos apresenta um caráter polissêmico e poligénico (Pérez Isasi 2019), pelo que se afigura pertinente explorar a sua genealogia para compreender algumas das suas dinâmicas atuais. Assim, o desenvolvimento teórico fundamental e pioneiro do campo deve-se a Joan Ramon Resina (2009), académico vinculado à Stanford University, para quem os estudos ibéricos pretendem ser uma alternativa epistemológica, e também política, ao centralismo imperialista do hispanismo nos Estados Unidos. Nesta primeira configuração, os estudos ibéricos tinham como objeto primordial o estudo das literaturas e culturas do Estado espanhol, com uma atenção muito secundária a Portugal. Deste modo, os estudos ibéricos foram formulados como um modelo de abertura, com a superação do determinante filológico (nas suas dimensões disciplinares e linguísticas), a aproximação aos estudos culturais ou a introdução de uma pluralidade de referentes nacionais – linguísticos, para Resina – de análise. Por outro lado, no contexto académico britânico, a Association for Contemporary Iberian Studies (da qual depende a *International Journal of Iberian Studies*), fundada na década de setenta do passado século com o significativo nome inicial de *Iberian Social Studies Association*, pretendia ser também uma alternativa abrangente, surgida no contexto das universidades politécnicas, às metodologias e interesses do modelo de hispanismo dominante nas instituições de ensino superior mais antigas e consolidadas.

Paralelamente, e sobretudo desde o início do século XXI, começaram a desenvolver-se na Península Ibérica (frequentemente adotando a forma de colaborações entre instituições espanholas e portuguesas) atividades, encontros e publicações que estudavam as relações entre a área cultural castelhana (com muito menor atenção às restantes culturas do Estado espanhol) e a portuguesa. Apesar de estes trabalhos terem, em muitos casos, um marcado caráter historiográfico (ou historicista), partilham em grande medida os mesmos referentes teórico-metodológicos, principalmente a teoria do processo interliterário de Dionýz Ďurišin e a teoria dos (poli-)sistemas de Itamar Even-Zohar. Não obstante, a aplicação destas propostas metodológico-críticas não é realizada sempre com o mesmo nível de desenvolvimento nem de coerência.

A partir destas diversas origens e interesses, os estudos ibéricos têm vindo a ganhar uma moderada visibilidade nos discursos académicos em ambos os lados do Atlântico, sem chegar nunca, nem em nenhum âmbito, a ganhar uma posição dominante ou hegemónica. Embora existam centros, departamentos e grupos de investigação dedicados aos estudos ibéricos, estes não parecem ter alcançado o seu objetivo de situar-se como uma alternativa às disciplinas tradicionais (principalmente, o hispanismo). O seu contributo essencial pode, as-

sim, encontrar-se num conjunto relativamente alargado de investigações que têm servido para recuperar, de forma parcial mas com um crescente grau de complexidade, fenómenos e objetos transnacionais que fugiam ou não interessavam aos estudos literários de fundamentação nacional. No entanto, são vários os ‘fantasmas’ que a ideia dos estudos ibéricos convocam; destaca-se sobretudo o peso da Espanha como estado-nação hegemónico na Península e as heranças e traumas que o ‘projeto hispânico’ – nas suas diferentes temporalidades e concretizações – provoca nas restantes entidades nacionais que partilham esta delimitação geográfica.³ As consequências na construção de periferias são evidentes ainda hoje, quando deparamos com uma escala de hierarquias impossível de ignorar: em primeiro lugar, pela condição preponderante e a autoridade máxima do Estado espanhol sobre a Galiza, o País Basco e a Catalunha, e da cultura central (espanhola-castelhana) em relação às restantes; por outro lado, pela situação subsidiária de Portugal em termos históricos, económicos, de projeção internacional ou até geográficos dentro do espaço ibérico.

As principais limitações dos estudos ibéricos têm sido assinaladas em diversos trabalhos e comparecem em várias passagens deste volume. Destacam-se, entre outras: a desigualdade no tratamento das diferentes entidades peninsulares, com o maior protagonismo dos dois estados e uma relação desigual entre as categorias de nível ‘inferior’, principalmente o caso basco;⁴ a falta de incorporação de correntes críticas atuais e plenamente ativas e legitimadas no campo científico internacional, como os estudos de género; ou as dificuldades para tratar fenómenos que excedem a delimitação peninsular em várias orientações – numa dimensão geográfica (realidades insulares e extra-peninsulares), os fenómenos diaspóricos, as práticas coloniais e neo-coloniais, etc.

O último dos aspetos referidos introduz precisamente a questão do objeto dos estudos ibéricos, o que se torna chave para pensarmos este campo científico. Poderíamos dizer que existe algum consenso em

3 Tal como indica Arturo Casas num trecho do seu capítulo neste volume, o próprio conceito geográfico da Península Ibérica, muitas vezes – também aqui – apresentado como categoria ‘neutral’ de delimitação, incorpora projeções político-administrativas, concretamente dos estados espanhol e francês, e não responde plenamente, em termos físicos, à definição real de ‘península’ cujo limite estaria localizado mais a norte do que habitualmente percebemos e imaginamos.

4 Apesar da distância linguística que tem condicionado as análises sobre o caso basco, deve ser também considerada a posição subordinada que a Galiza representa no esquema ibérico ao não alcançar um grau de consolidação do projeto político nacional (e o seu correspondente reconhecimento externo) equiparável aos casos de Catalunha e Euskadi, o que faz com que, em muitas ocasiões, desapareça das argumentações sobre a diversidade do Estado espanhol em favor destas realidades. Além disso, os estudos ibéricos foram na sua origem formulados a partir do caso catalão, com a figura principal de Resina, o que situa este contexto como objeto de análise preferencial dentro deste quadro de trabalho.

situar os fenómenos do âmbito da Península Ibérica como o destino preferencial da atenção crítica neste esquema; porém, não fica clara qual é a demarcação do 'ibérico', isto é, quais são os seus limites mínimos e máximos. A tradição de pesquisa sugere que são tratadas neste campo as literaturas e culturas ibéricas no plural, na medida em que superem um único referente nacional (ou, em termos analíticos, abranjam mais de um sistema literário ou cultural). São, assim, constituídas várias linhas de trabalho que poderíamos sintetizar em três eixos principais: a) abordagens completas sobre a Península, sobre fenómenos que lhe são 'próprios' ou sobre processos e práticas que, sem ser exclusivos, decorrem também neste espaço; b) focagens comparatistas entre produtos ou fenómenos literários e culturais associados a vários dos sistemas ibéricos; c) análise dos processos de contacto e troca na península (com o caso sintomático das traduções mas com ênfase também nos relacionamentos entre agentes).

Há em todas as enunciações iniciais para a fixação de um campo de estudo um excesso de otimismo que leva, por motivos lógicos, a incidir nas suas virtudes e a desprezar os seus riscos. Nestas circunstâncias é também comum a vontade de legitimação e consolidação, que conduz a tornar própria uma tradição de trabalhos que originariamente não se situavam dentro deste rótulo (o que não é necessariamente uma impostura).⁵ No que diz respeito aos estudos ibéricos, acrescenta-se ainda outra tendência: a distância entre uma vanguarda teórica onde ecoam as correntes metodológicas mais inovadoras do campo científico internacional e uma grande quantidade de estudos de caso que continuam a aplicar um paradigma historicista clássico.

Por ser um campo emergente e instável no seu equacionamento, será oportuna para a sua fixação e desenvolvimento uma análise profunda da sua configuração e dimensões que dê resposta a questões prementes sobre a realidade académica por trás do rótulo dos 'estudos ibéricos'. Propomos, assim, um mapeamento que permita uma visão clara da atualidade desta área de trabalho e que passa pela identificação da sua estrutura institucional, agentes, objetos e

5 Um caso significativo é o dos dois volumes de *A Comparative History of Literatures in the Iberian Peninsula* (Cabo Aseguinolaza, Abuín González, Domínguez 2010; Domínguez, Abuín González, Sapega 2016), considerados obras fundamentais dentro da área dos estudos ibéricos. No entanto, no primeiro tomo não há qualquer menção ao rótulo dos 'estudos ibéricos' e no segundo a sua presença é unicamente constatável no capítulo assinado por Abuín González (que funciona como introdução à secção IV centrada nos estudos culturais) e, de forma mais evidente, nos epílogos. Nestes últimos há um protagonismo especial desta etiqueta nos textos de Resina e Pérez Isasi – ambos os nomes intensamente envolvidos na configuração e sucesso dos estudos ibéricos –, enquanto há referências pontuais e pouco significativas nos capítulos assinados por Frederik Verbeke (a partir da literatura basca), Germán Gullón (literatura espanhola) e Paulo de Medeiros (literatura portuguesa).

períodos privilegiados – consequentemente, também os ignorados –, metodologias empregues e até motivações para adscrever-se a este quadro de análise.⁶

Embora um dos alicerces dos estudos ibéricos tenha sido a sua dimensão comparatista e a procura de confluências dentro das práticas literárias e culturais no espaço peninsular, é preciso, tal como notávamos acima, ter em conta também os riscos associados. Um dos perigos que pode derivar direta ou indiretamente é a ativação – muitas vezes, involuntária – de processos de ontologização, totalização ou essencialização da Península Ibérica. É também pertinente estar consciente das consequências negativas de unificar ou homogeneizar realidades complexas, assim como de desprezar particularidades históricas (especialmente as relativas a entidades ‘periféricas’), sem as quais não seria possível compreender ou apreender plenamente muitos fenómenos. Por outro lado, entre as necessidades está igualmente a de tomar consciência da carga política implícita a um âmbito de trabalho desta natureza. Finalmente, não podem ser esquecidas as relações de desigualdade, as hierarquias e os conflitos que atravessam, de forma nuclear, a realidade ibérica (em dimensões históricas e na atualidade).

Além destas chamadas de atenção que afetam principalmente ao objeto de estudo, é igualmente oportuno pensar nos próprios efeitos para o campo de análise dos estudos ibéricos. A tradição de investigação nas ciências sociais e humanas é nestes momentos suficientemente extensa e prolífica para proporcionar chaves que expliquem tanto o processo de conformação e fixação de uma nova área de estudo quanto a sua ação de estabelecimento de objetos e metodologias. É, neste sentido, necessário incorporar, num primeiro nível, a historicidade da configuração das disciplinas;⁷ o seu nascimento e condicionantes, as resistências, a conquista institucional, a sua atuação

6 Uma grande parte desta proposta de estudo pode ser traçada a partir do portal IStReS (<http://istres.letras.ulisboa.pt>, 2019-03-21) mas existem alguns matizes que devem ser levados em consideração. Sugerimos nestas linhas trabalhar explicitamente com as pessoas e os resultados académicos que se vinculem conscientemente ao rótulo de ‘estudos ibéricos’; no caso do IStReS há, pelo contrário, um operação performativa de conformação (e definição) do campo ao associar a este quadro analítico agentes ou estudos segundo a sua temática (mas sem que esta aspiração estivesse necessariamente nas suas formulações originárias). Isto é, torna-se necessário compreender e explicitar a própria ação legitimadora dos estudos ibéricos como área académica realizada por esta plataforma ao contribuir para a construção de uma tradição de investigação (e sem que isto signifique invalidar ou questionar os dados nela compilados).

7 Muitas das reflexões aqui contidas estão próximas da ideia de reflexividade e do imperativo de perspetivar também a atividade científica (incluindo a configuração académica) dentro da prática investigadora, tal como foram expostas e executadas por diversos analistas das ciências sociais nas últimas décadas, particularmente por Pierre Bourdieu (2001). No capítulo de que é responsável nesta obra, Arturo Casas propõe precisamente aplicar a ideia da reflexividade epistemológica aos estudos ibéricos.

hegemónica, as mudanças adaptativas e também a sua decadência e substituição (admitindo aqui um ciclo completo de uma proposta com sucesso). Grande parte da estrutura da universidade atual provém de reconfigurações a partir de âmbitos disciplinares fixados no século XIX. Torna-se, portanto, pertinente pensar a localização (e as relações) dos estudos ibéricos por referência com outras divisões académicas com algum grau de proximidade, como os próprios estudos galegos, bascos ou catalães, por um lado, os estudos hispânicos, românicos, latino-americanos, portugueses e lusófonos, por outro, e inclusive formulações atuais como as dedicadas ao âmbito europeu ou à literatura-mundo.

Num segundo nível, e particularmente – ainda que não só – a partir da conhecida crise do modelo historiográfico como referente de análise nos estudos literários, surgiram múltiplas aprendizagens que mudaram os métodos e a forma de encarar a prática investigativa nas humanidades atuais. É impossível sintetizar aqui todos estes avanços sem desprezar contributos notáveis, mas atrevemo-nos a referir a viragem cultural, a aproximação às ciências sociais, a incorporação de paradigmas críticos de conhecimento – como os perspetivados a partir do género ou da pós-colonialidade e descolonialidade –, a afirmação das dimensões biopolíticas e afetivas, a viragem espacial ou, mais recentemente, o desenvolvimento das humanidades digitais ou da ecocrítica.

Os estudos ibéricos têm o desafio de incorporar esta ação de reflexividade – ao nível individual e coletivo – sobre o seu estabelecimento e progresso, assim como a necessidade de assimilar e dialogar com grande parte dos avanços teóricos e metodológicos produzidos nos últimos anos. Neste sentido, surge a questão fulcral de se é possível manter neste campo do saber, como seria desejável, um alto grau de alerta epistemológico, tanto na meta-consciência sobre a sua realidade quanto na necessidade de ter em consideração tantas referências metodológico-críticas.

Na raiz do que levamos exposto surgem duas questões relacionadas que queremos colocar como perguntas em aberto para um debate coletivo para o qual este volume pretende contribuir. A primeira delas tem relação com algumas das reflexões introduzidas previamente, nomeadamente os riscos do programa de análise que os estudos ibéricos representam. Neste sentido, podemos perguntar-nos sobre o grau de *aptidão* deste campo científico, isto é, se as potencialidades que abre são oportunas e maiores do que os inconvenientes (explícitos ou latentes). Surgem ainda outras ideias conexas como a de até que ponto fazem sentido hoje, entre as dinâmicas globalizadoras atuais, uns estudos centrados no quadro ibérico (questionamento, aliás, presente nalguns capítulos desta obra). Admitir por válida esta proposta de análise envolve – além dos outros elementos já referidos – desconstruir os discursos justificativos que parecem invo-

car a naturalidade da proposta e anular o facto de estarmos perante uma operação epistemológica; isto implica, entre outras coisas, que se trata de uma construção eleita entre um leque de possibilidades e que, como foi indicado, apresenta dimensões políticas que não é conveniente negligenciar.

A segunda questão, derivada em grande parte da primeira, poderia ser sintetizada mediante a noção de *confiabilidade*. Com esta fórmula pretendemos identificar o grau de confiança depositado nas possibilidades analíticas dos estudos ibéricos como quadro de trabalho. A confiabilidade das autoras e autores participantes neste volume em relação aos estudos ibéricos é altamente variável, com pessoas que admitem este referente e se adscvem a ele, outras que o rejeitam e um número considerável que manifestam dúvidas e/ou sugerem propostas de modificação.⁸

O facto de os estudos ibéricos ser um âmbito analítico em construção e ainda com um grau de institucionalização deficitário (especial e paradoxalmente no Estado espanhol) provoca, em parte, esta falta de estabilidade e o alto grau de questionamento. Não obstante, esta situação precária é simultaneamente um momento idóneo para incentivar o debate e procurar fissuras face a estruturas académicas estagnadas, promovendo a incorporação de perspetivas e metodologias que, conforme o esperado de quadros de análise que se pretendam realmente como inovadores, proporcionem novas luzes e olhares sobre objetos já conhecidos e/ou façam emergir outros até o momento desconsiderados ou ignorados. Acreditamos que os estudos ibéricos serão pertinentes se, como esperamos de outras áreas científicas, contribuírem para proporcionar explicações sobre os fenómenos que são o seu objeto, neste caso, as práticas e relações culturais no espaço ibérico. Neste sentido, julgamos que isto só poderá ser possível se este âmbito de trabalho integrar - sem secundarizar ou subalternizar - os espaços, fenómenos e agencialidades periféricas: as alteridades (assim concebidas a partir de um olhar hegemónico) são portanto a fronteira que marcará a possibilidade ou não dos estudos ibéricos.

3 O presente volume

A obra que aqui apresentamos é fruto de múltiplos cruzamentos que pretendem evidenciar a diversidade dos estudos desenvolvidos ou por desenvolver sobre o espaço da Península Ibérica. As diferentes con-

⁸ As próprias responsáveis pela edição deste volume e assinantes desta introdução situam-se em posições diferentes sobre este assunto a partir do seu percurso investigativo, posicionamentos ideológicos, enquadramento institucional, etc.

cretizações e intensidades de enfoque sobre este referente ou sobre o campo de análise dos estudos ibéricos oferecem uma proposta necessariamente parcial e incompleta, o que não desvirtua as potencialidades analíticas contidas nestas páginas. Reunimos contribuições de investigadoras e investigadores procedentes de localizações e tradições académicas variadas: do campo académico anglófono (Estados Unidos e Austrália), do latino-americano (Argentina), do europeu central (Áustria) ou do propriamente ‘peninsular’ (admitindo dentro deste esquema as ilhas Balears e com presença do âmbito catalão, galego e português).⁹ Comparecem várias das línguas românicas do âmbito ibérico mas domina, como é habitual neste tipo de composições, o castelhano como língua de comunicação preferencial. As focagens e ênfases sobre as entidades peninsulares é variado, com propostas sobre a entidade ibérica na sua totalidade, multifocais sobre diferentes sistemas ou outras mais centradas em casos específicos. Domina igualmente a literatura e a própria reflexão epistemológica como objetos preferenciais, mas com abertura para as dinâmicas culturais e, de forma específica, para práticas como o cinema.

Julgamos que, no seu conjunto, os trabalhos reunidos neste volume oferecem chaves relevantes para pensar as análises a desenvolver sobre o espaço ibérico (e os fenómenos derivados) nos próximos tempos. Como é próprio de uma obra destas características, a pluralidade de vozes convocadas oferece um retrato múltiplo, por vezes contraditório entre si (e onde até é possível encontrar algumas respostas cruzadas entre as argumentações oferecidas). A procura de nexos entre os capítulos levou-nos a propor uma divisão em secções que obedecem a critérios pragmáticos mas cujos conteúdos não se limitam a aqueles explicitados nos títulos principais.

O primeiro bloco, dedicado aos «Debates críticos», agrupa os trabalhos das três pessoas que foram responsáveis pelas conferências plenárias no colóquio que está na origem desta publicação. As argumentações e reflexões expostas nestas páginas oferecem um quadro vasto de referentes e ideias para pensar a atualidade e futuros possíveis (ou não) dos estudos ibéricos. Sob a ideia de perguntas fundamentais, Arturo Casas apresenta um capítulo onde reflete em profundidade sobre os fundamentos desta área científica emergente e as suas implicações em termos epistemológicos, académicos e políticos. O professor da Universidade de Santiago de Compostela oferece nestas páginas uma grande quantidade de pontos de debate e interesse sobre os objetos, métodos e agencialidades associadas aos

⁹ É significativa a ausência de agentes sediados no espaço central do domínio catalão – a reconhecida oficialmente como comunidade autónoma da Catalunha –, o que pode ser lido à luz dos processos políticos e históricos que decorrem na atualidade e que talvez levem a desconsiderar o referente ibérico como quadro ideal de trabalho analítico.

estudos ibéricos entres os quais se destacam três ideias: a reflexividade como fator fundamental a ter em consideração para o desenvolvimento de trabalhos neste âmbito do conhecimento, as suas conexões com a ideia do iberismo (nas suas diferentes vertentes) ou a importância das reflexões sobre a história literária para pensar e orientar este campo de estudo. A docente e investigadora da Universitat de les Illes Balears Mercè Picornell dá continuidade a estes raciocínios com um capítulo onde reflete sobre as distintas conceções associadas ao significante dos 'estudos ibéricos', assim como as problemáticas derivadas, para chegar a pensar o 'ibérico' a partir das realidades periféricas ou até alheias, como as representadas pelas configurações regionais e insulares. Na sua proposta, desenvolvida principalmente com base no caso de Maiorca, propõe reexaminar este e outros quadros de trabalho a partir da ideia do novo defeito que contribuiria para explicar práticas culturais atuais, mediadas radicalmente pela globalização, e onde os contactos, a mistura ou o conflito se configuram como estruturantes. Finalmente, Joseba Gabilondo, da Michigan State University, assina um estudo onde afirma a falta de fundamentação teórica dos estudos ibéricos peninsulares e nega a validade das formulações sistémicas aplicadas à análise das culturas ibéricas, como consequência da ausência de uma 'razão ibérica' que justifique a criação de um campo científico próprio. Face a isto, a sua proposta para este âmbito passa pela perspectiva pós-imperialista e por uma leitura baseada em Jacques Lacan e Slavoj Žižek, exemplificada aqui com o caso basco e o que ele denomina como «discursos pornográficos do turismo terrorismo» projetados sobre esse contexto.

A segunda secção combina duas áreas de trabalho aparentemente distantes mas que surgem justapostas nalguns destes estudos: por um lado, as problemáticas em torno do estado e da nação (e os consequentes processos nacionalitários), e por outro, a abertura que podem representar os estudos de género e queer. Uma das questões que foram evidenciadas nas sessões do colóquio foi a continuidade da nação como categoria estruturante de muitos processos sociais (passados ou presentes) e, portanto, a sua atualidade como objeto de estudo. No entanto, Marcelo Topuzian introduz uma viragem nesta conceção e propõe pôr o foco no Estado, na sua qualidade de entidade de poder com capacidades de intervenção em termos materiais, simbólicos e ideológicos. A partir das desigualdades inerentes à conformação do Estado espanhol, o professor da Universidad de Buenos Aires argumenta sobre as potencialidades analíticas e epistemológicas no quadro dos estudos ibéricos de uma nova leitura problematizadora dos relacionamentos entre literatura e Estado. O capítulo assinado por Leslie J. Harkema parte igualmente da condição preponderante do referente espanhol para propor uma releitura dos estudos ibéricos onde a ideia do minoritário tenha uma posição central. Para isto,

a académica da Yale University reflete de forma paralela e interdependente sobre dois fenómenos (e os seus correspondentes analíticos) que podem contribuir para oferecer uma nova luz face a enfoques tradicionais: a escrita de autoria feminina (e os estudos feministas e de género) e a tradução (e o campo de estudo associado). Um outro formato e objeto habitualmente negligenciado nas abordagens literárias, a tradição oral, é o destino do olhar analítico de Sandra Boto. Mediante a focagem das tradições de estudo sobre o romancero tradicional no âmbito ibérico, a investigadora da Universidade do Algarve evidencia os enviesamentos que o critério nacional introduziu nas leituras e análises realizadas, contribuindo para a consolidação de uma posição dominante da tradição castelhana e para a ‘periferização’ do resto, o que não significa que estes mesmos modelos de análise não sejam reproduzidos também nas iniciativas desenvolvidas a partir destas outras realidades. Seguindo esta linha de denúncias das imposturas nos campos do saber e de novas possibilidades de análise, Antoni Maestre-Brotons, da Universitat d’Alacant, realiza uma crítica dos estudos catalães, particularmente os de âmbito ‘peninsular’, que considera estabelecidos num modelo filológico e argumenta sobre as potencialidades que a tradição de investigação dos estudos queer pode oferecer para reformular tanto o campo académico, como a compreensão da identidade catalã numa altura em que esta questão é chave pelos processos políticos em curso.

A terceira secção deste volume põe o foco nos espaços, fronteiras e mapas. No capítulo de que é responsável, o professor da Universidade da Coruña Isaac Lourido oferece chaves para ler os modos e tendências de relacionamento entre os sistemas literários no espaço ibérico. Mediante a abordagem de três casos particulares, selecionados com base num critério de ‘relevância sistémica’ (noção apresentada no capítulo), são expostas reflexões de carácter aplicado e teórico-metodológico sobre as hierarquias, assimetrias e mediações existentes, tanto dentro do quadro ibérico como em práticas que excedem este limite. Dando continuidade às análises sobre os contactos literários na Península Ibérica, Santiago Pérez Isasi e Catarina Sequeira Rodrigues expõem no seu trabalho os fundamentos do projeto *Mapa digital das relações literárias ibéricas (1870-1930)*. Através do estabelecimento de conexões com a viragem espacial, a tradição dos estudos ibéricos e as humanidades digitais, os investigadores do Centro de Estudos Comparatistas dão a conhecer os critérios fixados, as problemáticas enfrentadas e as escolhas realizadas para o desenvolvimento efetivo desta linha de investigação, cujos primeiros resultados são aqui apresentados. Por último, o estudo do professor da Universidad Complutense de Madrid Juan M. Ribera Llopis explora a possibilidade de ler a comunidade interliterária ibérica a partir de uma metáfora musical que incidiria em dimensões e perspetivas não suficientemente atendidas até agora. Assim, a ‘rede peninsular’ es-

taria marcada pela existência de múltiplos centros, quer dizer, uma polifonia literária, onde dominariam dinâmicas centrípetas ou centrífugas segundo o período histórico em consideração.

A secção que fecha o volume está dedicada aos fluxos transnacionais e com ela pretendemos incidir na qualidade porosa do limite (pragmaticamente) fixado em torno da Península Ibérica, com fenómenos ou referentes originários que a ultrapassam, outros externos que encontram também âncora aqui e, em definitivo, um fluxo constante de interações dentro e fora que é consubstancial às práticas sociais e culturais em toda a história e especialmente evidente no momento atual. Esther Gimeno Ugalde desenvolve no seu trabalho um mapeamento da situação dos estudos ibéricos como campo disciplinar dentro da academia estado-unidense. Recorrendo e dialogando com as principais fontes teóricas que definem esta nova área do saber, a investigadora da Universität Wien procura estabelecer as potencialidades, desafios e limites que os estudos ibéricos representam (ou podem representar) para os âmbitos de análise dedicados ao caso catalão, galego e basco, especialmente no relativo ao seu processo de internacionalização. O estudo assinado por Diego Rivadulla Costa apresenta um inovador quadro teórico-metodológico desenvolvido em anos recentes na área dos estudos culturais de memória e que pode vir a oferecer novas chaves para ler a intensa produção cultural sobre os processos ditatoriais no espaço ibérico, tal como o investigador da Universidade da Coruña demonstra ao aplicá-lo à narrativa galega contemporânea sobre a guerra civil e o franquismo. O derradeiro capítulo é da responsabilidade de Alfredo Martínez-Exposito, da University of Melbourne, que parte tanto das propostas da imagologia como dos desenvolvimentos recentes da teoria da marca-nação, para estudar o tratamento de Espanha nalguma da produção filmica catalã atual e colocar hipóteses sobre como os produtos culturais, e particularmente o cinema, participam em processos de construção nacional, de projeção internacional ou de formulação e reprodução de estereótipos culturais.

Julgamos que a síntese oferecida nos parágrafos anteriores demonstra a riqueza e multiplicidade dos conteúdos deste volume que, no geral, oferecem novas possibilidades de estudo e colocam desafios de trabalho a percorrer em próximas tentativas de análise. Dentro da variedade existente, queremos assinalar a vontade de nutrir teórica e metodologicamente os estudos ibéricos, assim como de integrar, dentro das perspetivas propostas, processos atuais, como os variados resultados e efeitos da globalização (e que até agora nem sempre foram atendidos pela sua proximidade e complexidade). Finalmente, outro dos pontos comuns manifestado em muitos destes textos é a integração explícita no âmbito da literatura comparada, o que nos lembra a configuração dos estudos ibéricos como uma nova oportunidade para repensar a realidade e potencialidades do comparatismo.

Agradecimentos

Apesar da edição deste volume ter uma dupla assinatura, não podemos deixar de incidir na dimensão coletiva que levou à concretização desta publicação. Queremos, por isso, agradecer, em primeiro lugar, às entidades que possibilitaram a realização do colóquio internacional *Os estudos ibéricos a partir da periferia. Desafios epistemológicos e novos olhares nos estudos galegos, bascos e catalães*, concretamente ao Centro de Estudos Comparatistas (Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa) e à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Governo de Portugal), que apoiam também a publicação desta obra. Este evento científico não teria sido possível sem o trabalho e a generosidade de Ângela Fernandes, que integrou connosco a comissão organizadora. Agradecemos igualmente a colaboração nesta iniciativa de Raquel Lima, assim como das bolseiras e bolseiros que ajudaram ativamente para o bom decorrer das intensas sessões deste encontro.

A forma material desta obra é fruto da competência da equipa das Edizioni Ca' Foscari, a quem não podemos deixar de expressar a nossa gratidão, especialmente a Enric Bou, diretor da coleção «Biblioteca di *Rassegna iberistica*», e a Francesca Prevedello, que pacientemente acompanhou dia-a-dia o nosso trabalho. Agradecemos também a todas e todos os especialistas internacionais que colaboraram no processo de revisão anónima de cada um dos estudos aqui reunidos e que, com os seus comentários e sugestões, contribuíram para enriquecer o resultado final. Por último, não podemos deixar de referir a nossa satisfação e agradecimento às autoras e autores que participaram nesta iniciativa, tanto pela sua confiança no nosso trabalho, como pela sua disponibilidade para esclarecer dúvidas e realizar modificações nos seus textos. Esperamos que este volume seja do agrado e do interesse de todas e todos eles.

Referências bibliográficas

- Bourdieu, Pierre (2001). *Science de la science et réflexivité*. Paris: Raisons d'agir.
- Cabo Aseguinolaza, Fernando; Abuín González, Anxo; Domínguez, César (eds) (2010). *A Comparative History of Literatures in the Iberian Peninsula*, vol. 1. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins.
- Domínguez, César; Abuín González, Anxo; Sapega, Ellen (eds) (2016). *A Comparative History of Literatures in the Iberian Peninsula*, vol. 2. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins.
- Pérez Isasi, Santiago (2019). «On the Polysemic Nature of Iberian Studies». *International Journal of Iberian Studies*, 32(1-2), 13-32.
- Resina, Joan Ramon (2009). *Del hispanismo a los estudios ibéricos. Una propuesta federativa para el ámbito cultural*. Madrid: Biblioteca Nueva.

Debates críticos

Iberismos, comparatismos y estudios ibéricos

¿Por qué, desde dónde, cómo y para qué?

Arturo Casas

Universidade de Santiago de Compostela, Galicia, España

Abstract This chapter presents a consideration of Iberian Studies as an emerging field of knowledge, subject to specific conditions and goals. The task is to be carried out at the crossroads between comparativism and the social sciences, with the aim of analysing in particular the relations between Iberisms, Comparative Literature and Iberian Studies. All of this is in connection with two overlapping aspects: firstly, the epistemological reflexivity and the academic and political profile of the participants in this new field of studies; secondly, the disciplinary delimitation of the field itself, which should necessarily incorporate academic, geocultural, ideological and biopolitical aspects.

Keywords Comparative Literature. Epistemological reflexivity. Iberian Studies. Iberisms. Literary history.

Sumario 1 Cuestiones preliminares. – 2 La reflexividad: el acto de enunciar lo ibérico. – 3 La disciplina: describir / narrar Iberia y lo ibérico.

1 Cuestiones preliminares

Las formulaciones recientes de los estudios ibéricos, materializadas a lo largo de los últimos dos decenios desde dentro y sobre todo desde fuera del propio espacio geocultural ibérico, pueden y deben analizarse a la luz de los diferentes objetivos activados y de las correspondientes lógicas en juego. Además, es preciso contemplar esas formulaciones e ideas juntamente con una serie de movimientos alternativos de índole epistemológica, académica y también po-



Edizioni
Ca' Foscari

Biblioteca di Rassegna iberistica 16

e-ISSN 2610-9360 | ISSN 2610-8844

ISBN [ebook] 978-88-6969-323-6 | ISBN [print] 978-88-6969-324-3

Peer review | Open access

Submitted 2018-10-19 | Accepted 2019-01-04 | Published 2019-08-02

© 2019 | © Creative Commons Attribution 4.0 International Public License

DOI 10.30687/978-88-6969-323-6/001

lítica que materializan programas propios, diferenciados de los que identifican a los estudios ibéricos. Entre esos programas concurrentes los hay de doble carácter: unos son de signo centrípeto, por la indudable persistencia de lo nacional en los estudios sobre literatura y cultura; otros son de signo centrífugo, si bien de alcance más amplio que el ibérico. Esto último debido a dinámicas como las introducidas, por ejemplo, con la emergencia académica de la *World Literature*, o, en otra escala, por la constitución de modelos comprensivos de lo literario y lo cultural incómodos con la reclusión nacional/estatal de los fenómenos y procesos estudiados. Sobre todas estas tensiones comparece asimismo la cuestión del lugar desde el que se propone hacer algo en el campo de alternativas descrito. Se trata de un ‘desde dónde’ locativo, para empezar. Pero también epistemológico y conectado con las políticas del conocimiento y su gestión pública, aunque, ya antes, con el profundo cuestionamiento de programas otrora sólidos, como el de un hispanismo reacio a renovarse en determinados principios. Y, sin duda, muy cerca de lo que se acaba de introducir, es además un ‘desde dónde’ identitario, ideológico y performativo. Para ayudar a entenderlo, me ha parecido potencialmente ilustrativa la observación crítica y contrastiva de los recorridos de los diferentes iberismos históricos y también de las sucesivas crisis de la literatura comparada como disciplina y del comparatismo como método.

En relación con todo ello, el propósito central de las consideraciones que siguen se sitúa en perfilar de forma fundamentada y crítica las lógicas movilizadas, los intereses y objetivos de fondo, las estrategias implementadas y sus consecuencias, así como las elaboraciones discursivas que justifican y legitiman las diferentes apuestas en juego una vez que aparece sobre el tablero la alternativa dada a conocer bajo el rótulo de ‘estudios ibéricos’. Esto significa, como mínimo, perfilar centralmente los objetivos, intereses, elaboraciones, estrategias y lógicas de esos mismos estudios ibéricos postulados como alternativa a algo; unos estudios ibéricos, por otra parte, todavía en fase de concreción, con algunas respuestas por dar y sobre todo con bastantes preguntas pendientes de formulación. Una de las principales, como se enfatizará en estas páginas, es la relativa a la necesidad de que los estudios ibéricos y sus promotores (también sus críticos, sin duda) objetiven y autoanalicen, reflexiva y sistemáticamente, el conjunto de sus propuestas, su propia lógica y su agencialidad.

A fecha de hoy resulta innegable la existencia de una fase reciente de incremento de la producción teórica, programática y también crítica o aplicada en torno a la compleja cuestión de los estudios ibéricos y su situación efectiva como flamante y discutido campo de investigación. Esa producción, más intensificada cuanto más nos aproximamos a la actualidad, según ha destacado Santiago Pérez Isasi (Pérez Isasi, Fernandes 2013, 11-26), se ve y verá reforzada por la potenciación y estímulo de plataformas como IStReS, germen latente de

una nueva agenda iberística, promotora del trabajo en red y de una mejor intercomprensión de las ideas que surgen en diversos contextos alrededor del núcleo señalado.¹ Tales ideas, que aquí no se aspira a revisar bajo ningún principio de exhaustividad, resultan en ocasiones tan controvertidas que llegan a pivotar sobre la propia razón de ser de los estudios ibéricos: su admisibilidad, legitimidad, oportunidad y aplicabilidad.

Cabría conjeturar que esa marca polémica comparezca más bien en discursos con radicación geocultural peninsular,² con adscripción profesional a un saber o una erudición centralmente filológicos³ y/o con un cierto compromiso nacional(ista) o nacional-estatal(ista),⁴ aunque todo lo que se afirma sería susceptible de matizaciones y salvedades, como sobradamente explicita la posición de Joseba Gabilondo, para quien los estudios ibéricos apenas darían continuidad a la lógica del viejo hispanismo, configurándose como su reencarnación o ‘heredero tardío’ (Gabilondo 2013-14, 33). Quedaría en cambio relativamente mitigada, aquella marca, en discursos de signo diferente por incomparecencia de uno o varios de los tres factores indica-

1 La base de datos IStReS, *Iberian Studies Reference Site*, fue presentada en esbozo en 2017 en un encuentro científico celebrado en Norwich por la Association for Contemporary Iberian Studies (ACIS), entidad fundada en el Reino Unido en 1978 que continúa auspiciando la publicación de *International Journal of Iberian Studies*. IStReS se definió en aquel momento como «a database that collects and systematizes the publications that concern the polycentric relationships between the different cultures and literatures of the Peninsula throughout history» (Pérez Isasi, Gimeno Ugalde 2017, 2). Su materialización es accesible en <http://istres.letras.ulisboa.pt> (2018-09-03), página vinculada al proyecto *Mapa digital das relações literárias ibéricas*, desarrollado en el Centro de Estudos Comparatistas de la Universidade de Lisboa en colaboración con el Boston College.

2 O peninsular-insular, si fuera el caso; sin entrar a considerar las especificidades de los archipiélagos de Baleares, Madeira, Canarias y Azores, entre los cuales los tres últimos tienen la consideración de regiones ultraperiféricas de la Unión Europea. La misma que, por ejemplo, la isla de Reunión, al este de Madagascar, lo cual no deja de ser significativo para lo que aquí se trata.

3 Joan Ramon Resina (2009, 176) ha hablado con acierto de la «institucionalización de la filología como disciplina fomentada por el Estado». Véase el capítulo «Hispanismo y Estado», último del libro citado (167-206). Complementétese, a propósito de los llamados ‘sistemas culturales periféricos’ y sus regímenes de producción de conocimiento, con Harrington 2015.

4 Hablar en estos términos –por ejemplo, del compromiso del historiador o del historiador literario con su país– presupone hacerlo, a la recíproca, de una autoridad y de un capital simbólico otorgados, de procedencia nacional(-estatal), con presumible proyección en los campos educativo, intelectual y de producción ideológica. Téngase presente la clave desarrollada por Pierre Bourdieu a propósito del estado como ‘banco central de capital simbólico’, a lo que se añade lo siguiente: «Ainsi se dévoile le caractère ambigu du processus d’où est issu l’État moderne et de cet État lui-même: le processus de concentration (et d’unification) est toujours à la fois un processus d’universalisation et un processus de monopolisation, l’intégration étant la condition d’une forme particulière de domination, celle qui s’accomplit dans la monopolisation du monopole étatique (avec la noblesse d’État)» (Bourdieu 2012, 590).

dos.⁵ Es como si hablar y publicar desde fuera de la península⁶ y algo alejados de sus sujeciones e inercias, o desde una episteme posfilológica, o desde un encaje relativamente distanciado de lo nacional y/o lo estatal, predispusiese al menos a no rechazar de plano la posibilidad de hacer y promover estudios ibéricos, con la orientación que fuere y desde el ajuste con los estudios latinoamericanistas y/o atlánticos que se estimare oportuno. Quizás, aunque no solo, por ser en esas circunstancias otra la autoridad que se reclame y gestione.⁷

Debe notarse, por otra parte, que los discursos favorables a la conformación de un dominio específico y autónomo para los estudios ibéricos, llegan a veces a naturalizar la necesidad u operatividad de los mismos a partir de lógicas no siempre explícitas, de procedencia administrativo-académica, acuciadas por la necesidad del amparo que proporcionaría una red extensa y sólida de investigadores y docentes, o incitadas por la obsolescencia de modelos académicos y metodológicos supuestamente superados.⁸ Esa búsqueda de una garantía de subsistencia y continuidad en una coyuntura adversa trataría de responder a la severa horma neoliberal, que arrasa con todo lo que en la universidad pública no tiene tamaño suficiente para resistir el empuje de unas políticas educativas que perfilan una academia menos autónoma, más precarizada y más sometida a las lógicas del mercado.

Aunque no todo es universidad cuando se habla de educación. Un cuestionamiento infrecuente es el de una posible presencia de los estudios ibéricos –en la escala que concierna y, de nuevo, con las cautelas y debates previos que correspondan– en el currículo de la enseñanza secundaria. Aclararé que no es algo que me parezca

5 Acaso esto mismo sea lo que condujo a la comisión organizadora del Colóquio Internacional *Os estudos ibéricos a partir da periferia*, celebrado en el Centro de Estudos Comparatistas de la Universidade de Lisboa en 2018, a formular en la «Apresentação» del libro de resúmenes cuestiones como las siguientes: «São os estudos ibéricos uma proposta unicamente factível ou relevante fora das fronteiras do Estado espanhol? Em que medida os estudos ibéricos dependem ou assentam no enquadramento académico anglófono?» (Martínez Tejero, Pérez Isasi, Fernandes 2018, 9).

6 *Península*, aquí, como sinécdoque del territorio peninsular más el de las islas de soberanía estatal portuguesa o española mencionadas.

7 La cuestión de la vieja autoridad (o autoritarismo) académica en espacios como el de la hispanística suele ser asunto recurrente –y parece ilustrativo– en las argumentaciones a favor de los estudios trasatlánticos (Ortega 2012, 11-12).

8 Supuesta y probablemente superados. Se habla ahora de una superación que no hay por qué interpretar en términos absolutos de invalidación científica ni de sustitución definitiva de un paradigma por otro. Los factores implicados en ese reemplazo de modelos son múltiples y sujetos a cada coyuntura histórica, como han visto Faber (2008) y Resina (2009, 49-100) a propósito de la situación de la hispanística y sus persistentes dificultades para alcanzar prestigio y proyección en la academia estadounidense. La concentración en unidades académicas de iberística, por otra parte, supondría asiduamente una adyacencia administrativa cruzada por una indiferencia mutua entre los especialistas en las diversas culturas implicadas, según apunte del propio Resina (2013, vii).

oportuno o conveniente implementar. Señalo apenas que desde los estudios ibéricos se ha pensado poco sobre el particular. En todo caso, una de las dimensiones que podría avivarse con ello es la de la ‘conciencia histórica’⁹ aplicada precisamente a la percepción escolar de ‘lo ibérico’ en sus coordenadas histórico-culturales y artísticas, que solo tendría sentido, en mi criterio, si se efectuase sobre fundamentación poscolonial. Como han demostrado Kölbl y Konrad (2015) a propósito del caso alemán, esa conciencia histórica puede sectorializarse, medirse y evaluarse.

Por motivos como estos, configura un reto ciertamente audaz la elaboración de propuestas informadas, fundamentadas e innovadoras en torno al área que conocemos como estudios ibéricos, cuyos perfiles, permitase la insistencia, distan de ser homogéneos en cuanto se observan variables tan simples como esos ‘desde dónde’¹⁰ y ‘para qué’ comparecientes en el título que encabeza estas páginas. Parece legítimo, a esa luz, preguntarse quién(es) y por qué imagina(n) la ‘comunidad imaginada’ a la que hacen referencia los estudios ibéricos. O, siguiendo el hilo recién desplegado, dónde y cómo se posee y se aplica, en un sentido u otro, una ‘conciencia ibérica’ y se procede a postular o inventar su tradición. Porque resulta palmario que lo ibérico sigue siendo una magnitud dispar y asimétrica, casi imperceptible para la mayoría de la población (la ciudadanía en general, pero también, por ejemplo, los medios de comunicación y los agentes culturales), con una distribución territorial, sociocultural, ideológica y etaria más que variable.

Ello justifica, por simple rigor, la exigencia de estar pendientes no solo de los discursos y las razones que se expongan sino además de las posiciones –académicas, institucionales, geoculturales, políticas– desde las que se piensa, imagina y propone, a veces a título indi-

⁹ El concepto se utiliza de acuerdo con lo expuesto en Ercikan y Seixas (2015), y más en concreto con los análisis de Carlos Kölbl y Lisa Konrad (Ercikan, Seixas 2015, 17-28). En el mismo volumen, con apoyo en diversas fuentes –en particular, con desarrollos debidos a Peter Seixas– Catherine Duquette define la conciencia histórica como la interpretación del pasado que permite la comprensión del presente y la consideración del futuro (2015, 53). Esa conciencia sería reflexiva solo si su interpretación del pasado se basa en operaciones cognitivas (*historical thinking*) que aúnan la ‘perspectiva histórica’ –con cinco planos: «historical significance, continuity and change, causess and consequences, historical empathy, and taking into account the complexity of the past» (2015, 52)– y un determinado ‘método histórico’, referido como «deductive approach that requires students to question the past, propose a hypothesis, check the available sources, and analyze sources with respect to their reliability in order to offer a response to the initial question» (52).

¹⁰ En «Los Estudios Ibéricos como estudios literarios: algunas consideraciones teóricas y metodológicas» (Rina Simón 2017, 347-61), Pérez Isasi ha perfilado algunos de los asientos principales del ‘desde dónde’ de los estudios ibéricos. No solo por la presentación de sus dos grandes tradiciones geoacadémicas –la anglófona y la desarrollada desde la propia península– sino además por la introducción de la fundamentación epistemológica, metodológica e incluso ideológica de esas tradiciones y de su posible convergencia.

vidual, colectivo otras.¹¹ Pues parece obvio que en la específica concreción de la heurística que se activa cuando contemplamos la tarea o las metas de toda acción científica o en general cognoscitiva va implícita esa otra concreción, la del lugar epistemológico, académico, institucional y político desde el que se elabora conocimiento y después se comunica o divulga (porque también se habla siempre desde un lugar, desde una cierta posición y desde un 'ethos' retórico¹²) en el seno de una comunidad científica, nacional o de otra clase. La audacia aludida procedería, pues, en lo fundamental de la constatación de una evidencia. La de la enorme dificultad práctica de configurar un discurso público apenas 'técnico' -pronunciado esto desde una cierta ironía- sobre un dominio (disciplinar, académico) en el que las convicciones y sensibilidades individuales, así como los condicionantes comunitarios, corporativos y profesionales (incluida por supuesto la trayectoria de cada uno, la gestión del 'ethos' y del capital académico-simbólico de cada uno), además de los procedentes del aparato institucional, son tan determinantes. Piénsese que ese *ethos*, esa autocaracterización y la autoridad a ella acompasada, forman parte inequívoca del 'desde dónde' y el 'para qué'. Todo ello con incidencia directa en la discursividad activada, que en el campo de los estudios ibéricos (y su revisión crítica) puede constatarse sin dificultad como abiertamente plural. Tanto que acogería en tiempos recientes, *in crescendo*, algo parecido a una 'tradicción de la ruptura' epistemológica y retórico-teórica, algo más viva y acelerada en la parte occidental del Atlántico que en la oriental. Consecuencia inmediata de lo anterior son las propias limitaciones para debatir, de nuevo en escala especializada, razonada o 'técnica', con un sector representativo de las instancias y agentes copresentes con voz propia en ese mismo dominio académico o teórico, que parecería exagerado, tal vez impropio, calificar de *común*.

No se trata de nada nuevo, es cierto. En realidad, lo que se describe es una peculiaridad consustancial a las ciencias sociales desde que estas se constituyeron como saberes más o menos reglados y autóno-

11 Desde hace ya bastante tiempo se ha asumido que la dimensión historiográfica de casi todo proyecto comparatista tiene que pasar de forma obligada por la conformación de equipos amplios de investigación. La historiografía 'de autor' es vista en consecuencia como residuo anacrónico, habrá que ver -es dudoso- si para siempre.

12 Por tanto, desde lo que el propio Aristóteles entendía en su *Retórica* como 'autocaracterización', concepto próximo a la *presentation of self* de la sociología de Erving Goffman y a los desarrollos del análisis del discurso y de la argumentación por parte de autoras como Ruth Amossy, quien entiende el *ethos* como «une dimension intégrante du discours» (2010, 7). Si bien no es factible detenerse en ello en este momento, todo lo anterior es de aplicación directa a lo que aquí se examinará como reflexividad, pero también lo es para una aproximación a las identidades comunitarias y a la construcción de un *ethos* colectivo, nacional, profesional, académico o de otra índole (Amossy 2010, 156-82), el de la comunidad de especialistas en estudios ibéricos, por caso.

mos en el siglo XIX.¹³ Algo igualmente palmario –disípese cualquier reserva– es que el hecho de detectar y formular este asunto no sitúa al enunciador, el que fuere, al margen o por encima de ese campo de condicionantes y tensiones. Admitirlo y declararlo abiertamente podría ser una buena forma de empezar a hablar, en particular porque contribuiría a mitigar uno de los visos más delicados a la hora de constituir una nueva área de trabajo o estudio, el de la confianza mutua. No tanto una confianza o desconfianza entre individuos, entre personas con oficio y rigor en su desempeño científico, sino de algo distinto, situado en otro plano. Porque el problema es el de la agencia en un dado campo epistémico, académico, político...; en suma, el de los usos y performatividad de los discursos constituidos, sean estos o no de perfil eminentemente historiográfico-identitario, asuman o no de modo declarado una cierta marca ideológica o comunitaria de partida, que sería ingenuo pensar que pueda no comparecer en este plano. Y en cualquier plano, habría que matizar, si aceptamos con Mijail Bajtin que todo lenguaje es lenguaje social en un ‘medio ideológico’, que todo signo es signo ideológico y que la conciencia humana es, antes de nada, social. Todo ello ya antes de delimitar a qué podrían o deberían referirse en tanto objeto esos estudios ibéricos y a una determinación correlativa de primer orden que enseguida se introducirá.

El objeto: ¿quizás en especial la literatura?; ¿la suma de la literatura y las artes?; ¿la cultura en general?; ¿sus ‘modalidades’, por emplear ahora el inseguro rótulo habilitado por Resina (2013)?;¹⁴ ¿todo lo que de algún modo podría constituirse como zona de atención de las ciencias sociales, incluida si se quiere –y debería quererse– la historia?¹⁵ Pero recuperemos lo anunciado como determinación correlativa de todo lo anterior. La cuestión es el régimen dispositivo previo de esos posibles objetos de conocimiento de los estudios ibéricos. Por concentrar la ejemplificación en solo uno de ellos, seleccio-

13 Con frecuencia, quien investiga en ese campo (economistas, sociólogos, políticos...) se sabe parte del asunto analizado, de forma que la objetivación de la propia observación y de las condiciones en las que se realiza, y en definitiva de su puesta en discurso científico o técnico, es a menudo un cometido no carente de tensiones. Se trata de un asunto observado por Norbert Elias ([1956] 1990, 9-60).

14 «From an Iberian studies perspective, culture appears as a modality of being or, better yet, a transitional stage in the historical relations among social agents in peninsular space» (Resina 2013, 14).

15 Considérese lo que, de modo bastante ilustrativo, aparece consignado en la página web oficial de la Association for Contemporary Iberian Studies como tareas específicas del organismo: «The aims of the Association shall be to promote and advance the study of social, cultural, economic and political aspects of contemporary relevance to the Iberian area, together with its languages» (ACIS 2013, 1). En otra escala, resulta asimismo elocuente lo que recogen los estatutos de la Asociación Internacional de Estudios Galegos (AIEG) en su artículo 3, apartado b, cuando se señala como finalidad de la entidad «Propiciar o intercambio entre as/os estudosas/os das diversas disciplinas que se ocupan da *realidade galega*» (AIEG, s.d., 1; cursivas añadidas).

nemos la literatura. ¿Qué es lo que habría de estudiarse: la literatura 'de' la Península Ibérica o la literatura 'en' la Península Ibérica? Cuestión esta última homóloga a la siguiente: ¿la historiografía literaria tiene que prestar atención a la literatura de un determinado dominio (de una nación, por ejemplo) o a la literatura en ese dominio? La primera opción suele conducir a lo que pudiéramos llamar historias literarias de 'sistemas únicos', algo que solo existe como entelequia. La razón procede del hecho de que en todo espacio conviven, lógicamente en conflicto, varios sistemas, no todos del mismo tamaño y pujanza. Reducirlos por decisión heurística, ideológica o de otra índole tiene sin duda consecuencias. La principal es que lo excluido (tal o cual sistema) sea interpretado no ya como irrelevante sino incluso como inexistente.

Y todavía una cuestión más, capital por lo que tiene de programática: ¿es ineludible una formalización de naturaleza historiográfica si se desea hacer estudios ibéricos?; ¿es ineludible, a fin de cuentas, el relato?; ¿un relato (aun de condición polifónica) de coincidencias (epocales, estéticas, estilísticas) y de yuxtaposiciones consecutivas más que de relaciones, concurrencias, conflictos (conflictos, por ejemplo, de repertorios, públicos, instituciones, mercados, identidades..., también de 'conciencias ibéricas')? Porque esa tiende a ser, o tendió a ser, la fórmula más socorrida, al menos en lo acotable como estudios (literario-)comparados ibéricos. De manera tácita, la opción por defecto. No tanto, probablemente, en planificaciones de la investigación ibérica como la perfilada por Resina (2009, 2013), quien resalta dos factores definitorios: su intrínseca relacionalidad y su impugnación de los campos culturales monolingües fundamentados en la preeminencia del estado-nación y su proyección colonial (Resina 2013, vii), lo que no impide al autor considerar que los estudios ibéricos puedan contemplarse como un subcampo de los estudios comparados (11).

Volviendo a la serie de interrogantes, tal vez habría que preguntarse de paso sobre el 'por qué' y el 'para qué' de los estudios ibéricos. Porque toda historiografía, también la de impronta comparatista, aspira a tener consecuencias, efectos.¹⁶ Por otra parte, la tarea resulta particularmente intrincada (y por tanto atractiva) si se asume, como aquí se hará, que el comparatismo académico más tradicional -en buena medida hegemónico todavía, aquel en cuya epistemología no se integraron las vertientes políticas, identitarias e ideológicas aparentemente consustanciales al caso ibérico, y por tanto tampoco sus conflictividades cruzadas- quizás haya dicho ya todo lo que es-

16 Tal vez por esto mismo haya titulado Lucien Febvre uno de sus más reconocidos libros *Combats pour l'histoire* (1953). Y por algo parecido haya postulado Michel Onfray (2006), en sus reflexiones para una contrahistoria de la filosofía, que la historiografía es una 'polemología', en tanto lo que hace es gestionar la información y subrayar (o silenciar) lo que se desea (o no desea) evidenciar.

taba capacitado para decir. No, por supuesto, en el plano del detalle (este, aquel), del análisis en pequeña escala, del estudio de caso; sino en otro no solo más ambicioso sino también imprescindible si se aspira a alcanzar rigor, objetividad y quizás ante todo pertinencia.

Pienso sin duda en el método, en el 'cómo' de los estudios ibéricos, asunto al que, pese a los innegables avances registrados en realizaciones de peso,¹⁷ sigue pareciendo necesario volver para ahondar y clarificar horizontes, funcionalidades y alternativas acompañadas al propio rumbo y ritmo de un pensamiento crítico. Y también en el 'por qué', pues de lo que se trataría, a la vez, es de explorar el que pudiera ser uno de los telones de fondo más tupidos en el recorrido histórico de las preocupaciones por 'lo ibérico'. Justamente, la serie de los distintos iberismos históricos -su oportunidad y oportunismos, claro, pero ante todo sus discursos y tomas de posición-, sin perder en ningún caso de vista las respuestas críticas, incluso antitéticas, recibidas, a veces bajo formulaciones declaradamente 'anti-iberistas', otras desde la indolencia intelectual y muy a menudo desde la consideración de que se trataba de lógicas ajenas al proyecto asumido en cada caso (identitario, nacional, estatal, aun imperial). Y esto pese a los ostensibles vínculos entre los iberismos ochocentistas (y los de la entrada en el siglo XX, como deja ver el curioso recorrido 'peninsularista' de António Sardinha) y el final de la larga aventura imperial de las monarquías portuguesa y española (Rina Simón 2017, 138-290).

De modo que son precisamente aquellas problemáticas y conflictividades, aquellos y estos conflictos de hoy mismo, aquellos y estos discursos y tomas de posición,¹⁸ los que tendrían que aparecer -al menos 'aparecer' con una cierta entidad al lado de otras consideraciones valoradas como pertinentes- en la agenda de cualquier aproximación a los estudios ibéricos. Si permanecemos en operativos sociológicos y entendemos lo que significa la autonomía relativa del campo académico respecto al campo del poder (Bourdieu 1984) y al

¹⁷ Singularmente representables por los dos volúmenes de *A Comparative History of Literatures in the Iberian Peninsula* (Cabo Aseguinolaza, Abuín González, Domínguez 2010; Domínguez, Abuín González, Sapega 2016), precedidos por lo compilado en un libro anterior de carácter metodológico (Abuín González, Tarrío Varela 2004).

¹⁸ Se trata de nuevo de tener presentes los usos y efectos públicos de casi toda historiografía, en especial, aunque no solo, de la de base narrativa. Recuérdense reflexiones como las debidas a Walter Benjamin en el ensayo originalmente titulado «Literaturgeschichte und Literaturwissenschaft», distante y severo con la tradición historiográfico-literaria alemana. Benjamin ([1931] 1999, 464) asegura en ese lugar que lo que realmente competiría al historiador literario no es reducir las obras a su contexto histórico sino tener la capacidad de trazar la dialéctica entre ese momento y el que corresponde al presente de quien lee e interpreta. De quien lee e interpreta no solo obras, complementaré, sino también lo que Bourdieu (1991) estudió como *espacio de los posibles, tomas de posición o lógica de campo*, por ejemplo. En definitiva, todo cuanto gira en torno al núcleo referido de conflictos y discursos, alcanzando relevancia máxima la lucha por el control del campo (entre otros, el académico) y el capital correlativo en juego.

campo de producción ideológica, habrían de estudiarse, en paralelo con lo anterior, la lógica, determinaciones y principios de jerarquización de ese campo académico.¹⁹ Se estaría desplegando así un índice de atenciones insustituible para una comprensión dialéctica de las fuerzas y programas concurrentes. Y en dos planos, además, imbricados y mediados ambos con/por factores identitarios e imagológicos, pero distintos. Primero, el de los hechos y las relaciones; segundo, el de su relato y representación por parte de la historia y las demás ciencias sociales. Todo ello cruzado de forma transversal por dos vectores, el nacional y el estatal, el primero bastante frecuentado por los especialistas; el segundo, el Estado y su razón,²⁰ con tendencia a obviarse o camuflarse.

Regresemos de modo esquemático a las claves principales hasta aquí barajadas. En realidad, podrían verse como dialécticas abiertas entre posiciones que no es sencillo conciliar. Por una parte, la existente entre el rechazo y la normalización de los estudios ibéricos en función de criterios varios –incluidos los de legitimidad, pertinencia, operatividad y oportunidad– y de las diferentes esferas de debate –la académica, la profesional, la institucional, la identitaria, la ideológica–, junto con otras vertientes con incidencia en el asunto. En segundo lugar, la dialéctica dada entre las comprensiones nacional/estatal, supranacional, posnacional e incluso mundial de la cultura y la literatura, ciertamente afectada por el lugar desde el que se hable y por tensiones culturales y políticas vinculadas con la nostalgia de un relato común normalizado –muy persistente en la actual coyuntura española (Delgado 2014)– y con el grado de reconocimiento mutuo entre las distintas culturas nacionales y en su caso estatales y regionales. Tal reconocimiento no hay por qué presuponerlo gestionado, ni fuera ni dentro de las coordenadas académicas, desde la equidad, el desinterés o la simetría. Más bien todo lo contrario, habida cuenta del hecho irrefutable de que bajo ciertas condiciones de conflicto identitario suelen verse reforzadas las estrategias de debilitamiento

19 Intelectuales y universitarios, dotados de un determinado capital cultural y simbólico, se situarían en el campo del poder, pero en su polo inferior, motivo por el que suelen ser caracterizados por Bourdieu como fracción dominada de la clase dominante.

20 Resulta oportuna en este sentido la reciente publicación del dossier coordinado por Marcelo Topuzian «Literatura y Estado» (2018). En la presentación se resalta con tino que literatura y Estado mantienen «vínculos de conveniencia mutua», para advertirse de inmediato que tampoco en este campo, ni en el de su relativa historiografía, debieran subestimarse ingenuamente los poderes del Estado: «Cuando exploramos las facultades de representación de la literatura, cuando destacamos sus dotes de figuración e incluso pre-figuración de lo social, cuando revisamos sus capacidades de articulación identitaria colectiva, cuando enfatizamos su vínculo privilegiado con las lenguas, que hoy todavía no pueden pensarse sino como nacionales, invisibilizamos otras historias posibles de la literatura que tienen que ver más con su rol en la factura de ese principio más o menos inefable –a pesar de ser dicho y redicho– de acción política que es el Estado» (Topuzian 2018, 4). Véase también el capítulo de este autor en este mismo volumen.

de la(s) identidad(es) otra(s). Finalmente, la dialéctica existente entre las disciplinas, las metodologías y los referentes epistemológicos en juego, con la cuestión crucial del ajuste entre saberes y discursos; por ejemplo, para situar las propuestas concretas (práctica docente y programas, publicaciones, encuentros científicos) bajo coordenadas comparatistas, positivistas, historicistas, sociológico-culturales, feministas, poscoloniales, decoloniales, relativas a la subalternidad o de otra índole identificada como plausible por unos u otros. Todo ello cruzado siempre, hay que reiterarlo, por la alargada sombra del Estado, densa en cualquier sistema universitario que se contemple; densa, asimismo, según lo señalaba Gilles Deleuze, ya en todo sistema escolástico de pensamiento y en sus proyecciones historiográficas, comenzando por la propia historia de la filosofía (Canavera 2012, 24).

Dicho lo anterior como preámbulo prolijo, pero a la vez necesario, convendría centrarse ya con algún pormenor en los planos anunciados en el título de estas páginas. Se trata de dos niveles distintos. El primero es el de las relaciones entre estudios ibéricos, comparatismos e iberismos. El segundo plantea preguntas centradas en los antecedentes y consecuencias de las relaciones señaladas y en la ulterior materialización de los estudios ibéricos, en coordenadas específicas y con objetivos también específicos, como área de conocimiento emergente. Se hace a la vez inexcusable, en función de lo comentado sobre la historia y el presente, una mínima consideración sobre el hecho irrefutable de que cualesquiera coordenadas históricas –también las del presente– son dinámicas, cambiantes... Las nuestras, hoy, también. Se constata al tratar de gestionar los interrogantes que abre, no solo en términos políticos, el proceso catalán de estos años y la respuesta del Estado español, muy en particular teniendo presentes los acontecimientos del otoño de 2017 en Cataluña y en Madrid.

Cuando hablamos de estudios ibéricos existen por otra parte dos cuestiones dignas de una consideración explícita. Se haría preciso tratarlas incluso en una fase previa a la especificación de lo que en definitiva se desee formular como propuesta concreta, sea donde fuere y con los condicionantes que hubiere. Los dos aspectos, interrelacionados y anticipados en parte en las páginas anteriores, pueden identificarse del modo siguiente: 1) la reflexividad epistemológica y el perfil (no solo académico) de los participantes o agentes en el campo de los estudios ibéricos, y 2) la cuestión disciplinar y transdisciplinar, con la correspondiente delimitación geocultural y geopolítica de los estudios ibéricos postulados, sin perder de vista sus implicaciones y sustentos biopolíticos. A partir de lo expuesto, se comprenderá que la cuestión pivote entre el comparatismo y las ciencias sociales. Dos esferas, por cierto, menos convergentes en la circulación en boga del conocimiento literario –y en las propias prácticas que reconocemos como estudios ibéricos– de lo que Eva Kushner (1992) preveía hace un cuarto de siglo como corrección inminente de los estudios

literarios para equipararse al autoexamen crítico asumido por otras ramas del conocimiento humanístico desde mediados del siglo XX, incluso antes. Como he expuesto en otros lugares, se hace necesario asimismo considerar el modo en el que pueda ser incorporado a una agrupación como la representada por los estudios ibéricos –en particular, de optar por desarrollarla bajo criterios historiográfico-comparados– todo lo relativo al diálogo entre sociología e historia, que, en línea con el pensamiento de Norbert Elias y Pierre Bourdieu, entiendo ineludible propiciar. Toda historiografía debería estar atenta a la sociología. De igual modo, no hay espacio para una sociología no histórica o deshistorizante, por mucho que en ese terreno persistan tradiciones teóricas que ni siquiera han percibido el sentido de la modulación funcionalista introducida por Talcott Parsons hace medio siglo a propósito del dinamismo de los sistemas sociales, decisiva para el pensamiento de Niklas Luhmann y para el desarrollo de metodologías empírico-sistémicas aplicadas al estudio de la cultura y la literatura. Llevado al terreno actual, de lo que se trataría es de que la historiografía literaria, de tipo comparado o no, quisiera y supiera dialogar al menos con la propia sociología de la literatura, tanto con la de matriz empírica como con la que sin renunciar a esa marca asume el legado de Marx, Weber, Mannheim, la teoría crítica o el propio Bourdieu y sus críticos.

2 La reflexividad: el acto de enunciar lo ibérico

Según lo que se acaba de indicar, el primer aspecto afecta a la ‘reflexividad epistémica’, en el sentido otorgado a la expresión por Bourdieu y Wacquant ([1992] 2005), que en lo básico tiene que ver con la necesaria objetivación del sujeto objetivante, pero que acaba teniendo implicaciones directas en las decisiones sobre aquello que puede/debe atenderse; por cuanto, como señala Bourdieu (en Bourdieu, Wacquant [1992] 2005, 75), las categorías impensadas del pensamiento acaban por delimitar lo que es pensable y en definitiva predeterminan el pensamiento. Aquí habría que atender, por supuesto, todo lo relativo a las implicaciones y condicionantes de la investigación emprendida, al marco desde el cual se produce esa investigación y a su performatividad y contradicciones también.

Formulemos algunas precisiones a fin de evitar un exceso de abstracción. Hablar de reflexividad epistémica presupone asimilar cuestiones elementales descritas por Norbert Elias a partir de un artículo de 1956 ya aludido, «Problems of Involvement and Detachment» ([1956] 1990). En él se destaca el hecho cierto de que todo científico social está atrapado en el dilema dado entre el compromiso (científico, ideológico, de credos diversos...) y el imprescindible distanciamiento objetivador de la realidad social de la que se aspira a dar

cuenta. En realidad, por aplicación directa al fenómeno historiográfico, esto era algo en lo que hacía hincapié ya Johann M. Chladenius nada menos que a mediados del siglo XVIII, cuando publicó su *Allgemeine Geschichtswissenschaft* (1752), libro de referencia para entender el proceso que condujo a aceptar, fundamentalmente por parte de la filosofía de la historia alemana, que aunque los hechos históricos sean únicos su representación en forma de enunciado historiográfico es aceptable que sea diversa y múltiple, entre otros motivos por la legitimidad de que el historiador aplique un ‘punto de vista’ organizador de su propuesta²¹ (Koselleck [1975] 2004, 113-26). De todos modos, Elias destaca algo que habitualmente se olvida cuando nos situamos en el terreno algo mistificado de la ‘entrega’ a causas como la del conocimiento o la ciencia. En concreto, que la lógica del campo académico, pero ya antes la propia trayectoria personal o vital de los investigadores, condiciona la simple percepción de los fenómenos sociales por parte de estos (Elias [1956] 1990, 23-8). Es diáfano cuando pregunta:

¿Cómo podría evitarse, bajo estas circunstancias, que su experiencia de sí mismos como representantes de un credo social y político que puede estar en peligro, como miembros de una nación, un partido, una iglesia o una secta que pugnan con otros grupos semejantes, esté fuertemente marcada por emociones, por su compromiso personal? (26)

Aquí es donde resulta más oportuna la referencia por parte de Bourdieu a la reflexividad epistemológica, entendida en primera instancia como conveniencia de aplicar de modo sistemático hacia uno mismo, en tanto especialista o investigador, las herramientas analíticas de la sociología; y entendible, en un segundo nivel, como la convergencia de tres planos auto(socio)analíticos (Bourdieu, Wacquant [1992] 2005, 73-83), el más importante de los cuales –el específicamente bourdieusiano– es sin lugar a dudas el tercero. Esos tres planos son los siguientes: 1) el de las coordenadas socioculturales e identitarias del investigador en cuestión; 2) el de sus coordenadas académicas, tanto en lo referido a la posición que ocupa en el campo concre-

21 Desde los presupuestos de una historia posmoderna, receptora del pensamiento deconstruccionista, Alun Munslow, entre otros, va bastante más allá al proponer que la historiografía futura requerirá «a move from the ideal of objectivity to an understanding of the nature of the historian as a subjective, emotional and creative creature who is willing to understand history as primarily a task of aesthetic expression» (Munslow 2010, 221). Es significativo el hecho de que el pensamiento de Leibniz, también relevante para entender posiciones como las de Hayden White o Frank Ankersmit, representantes del giro lingüístico en la filosofía posmoderna de la historia, sea el que fundamenta la teorización y defensa del ‘punto de vista’ del historiador por parte de Chladenius.

to de su especialidad como en el referido a su posible relación con el campo del poder y sus subcampos;²² y 3) el de las tensiones existentes entre una lógica de la práctica –que sería la útil– y una lógica teórica o escolástica, entendida esta última como la propia de un intelectualismo que induciría a contemplar y analizar el mundo como si este fuera un mero espectáculo o, en todo caso, como un «conjunto de significaciones a ser interpretadas en lugar de un haz de problemas concretos de resolución práctica» (Wacquant, en Bourdieu, Wacquant [1992] 2005, 74).

De fondo, esta es la razón por la que me pareció útil integrar en el título de estas páginas la dialéctica existente entre iberismos, estudios ibéricos y comparatismos aplicados al espacio cultural ibérico. Se trata de una cuestión en alguna medida interpretable, y acaso resulte polémico, en los siguientes términos: ¿implica todo comparatismo iberístico la preexistencia, como mínimo latente, o incluso la prevalencia, de un iberismo sustentado en la comparación histórica y geocultural? Difícilmente puede ser monolítica la respuesta que se ofrezca a esta cuestión, que no es exactamente equiparable a preguntarse si para hacer estudios ibéricos hay que participar, de algún modo, de idearios iberistas, o haya que incorporarse a aquello que Antonio Sáez Delgado denomina «*continuum* ibérico» (2014, 30) o «genealogía iberista» (26, *passim*). En cualquier caso, parece pertinente indagar, de acuerdo con lo que se acaba de señalar, si estas preguntas se inscriben en una lógica escolástica, sin otro horizonte, o si conectan de algún modo con una lógica de la práctica y aspiran por tanto a alcanzar alguna clase de objetivo asociado con alguna clase de problemas.

Lo primero sería reconocer la enorme diversidad interna mostrada por los textos clásicos del iberismo y por los asociables a los desarrollados después como iberismos políticos, culturales, espirituales/sentimentales..., condicionados siempre por factores coyunturales ya desde sus inicios (eso que bien podría llamarse ‘protoiberismo’, representable en textos del siglo XVIII, como los debidos al padre Feijoo o al abate Marchena).²³ La cuestión aquí, por tanto, consiste en estar advertidos sobre el error de aceptar que ‘iberismo’ signifique una cosa y solo esa cosa. Entre aquellos textos clásicos, por aclararnos, estarían por ejemplo los de Latino Coelho, Barbosa Leão, Teixeira de Pascoaes, Figueiredo, Pessoa, Valera, Clarín, Unamuno, Sini baldo de Mas, Prat de la Riba, Ribera i Rovira, Maragall, Castelao,

22 Y previamente con el campo de producción ideológica asociado con el campo del poder, a menudo legitimador por vía discursiva de las decisiones ejecutivas que los poderes implementan.

23 Respecto de todo ello se hace absolutamente necesaria una historia crítica del iberismo capaz de incorporar, como mínimo, las claves políticas de cada coyuntura.

Villar Ponte, Viqueira, Álvaro de las Casas, Pla o Gaziel. En términos conceptuales, por cierto, ‘iberismo’ tampoco acabará poseyendo un valor semántico-pragmático único entre iberistas más recientes, desde Félix Cucurull hasta Miguel Torga, o, entre otros, José Sarago y su *trans-ibericidad* asentada en un examen poscolonial (de alguna manera expuesto en *A jangada de pedra* como un adiós a cierta idea de Europa) o César Antonio Molina. Lo propio podría señalarse en relación con los especialistas en la historia y actualidad de los iberismos. Siempre resultan ser complejas las redes conceptuales trabadas, enmarañadas las capas que responden a análisis, imaginaciones, (pre)juicios, empeños. Es algo que constataría sin mayor dificultad un análisis crítico del discurso que sacase a la luz aspectos no siempre declarados objetivamente, aspectos no observables en un plano fenotextual.

A ese conjunto de notas es a lo que bien pudiera llamarse, con Julia Kristeva (1969) y Roland Barthes ([1973] 2018), ‘significancia’ del discurso, una red en principio asistemática, intertextual, afectivo-sensorial y no plenamente consciente que produce significación sin acabar de agotarse y sin que se pueda delimitar ni segmentar fácilmente en tal o cual lugar del texto; esto último porque, en lo básico, como señaló Barthes, la significancia compete a la enunciación y no al enunciado (como sí la significación). ¿A qué se hace referencia precisa al afirmar que se podrían aplicar herramientas analítico-discursivas a la producción textual del iberismo y de igual modo a la clasificable como promotora de unos estudios ibéricos (o a esos estudios de suyo)? Muy sencillo: por ejemplo, a tratar de observar en qué medida cuando se practica o activa el comparatismo iberístico – fuere o no con determinación historiográfica– se fundamenta iberismo, alguna clase de iberismo. No se sugiere que se haga tal cosa al estilo de un Teófilo Braga, un Menéndez Pelayo, un Fidelino de Figueiredo. Se trata de algo distinto, en lo que no hay por qué dispersarse ahora mismo y para lo que importa establecer prudente contraste con una advertencia, bastante expresiva, debida a Pérez Isasi en el momento de presentar el estado de cosas en el emergente campo de estudios de las relaciones interculturales e interliterarias ibéricas:

Estas aproximaciones a los diálogos ibéricos, si bien se enfrentan inevitablemente a cuestiones políticas como la identidad colectiva, o la relación entre poder y discurso, no tienen, en cambio, una agenda política en su sentido más obvio (es decir, el de la defensa de la unificación de España y Portugal) ni promueven un nuevo nacionalismo esencialista que sustituya a los actualmente existentes: en otras palabras, *los Estudios Ibéricos no son un caballo de Troya para pretensiones iberistas*. (Pérez Isasi 2014, 66; cursivas añadidas)

Sin disentir del fondo de lo afirmado, parece oportuno dejar anotadas ciertas reservas. Es cierto que hay indicios aparentes de que podría estar concluyendo el largo ciclo de los esquemas historiográfico-literarios de fundamento nacional (Hutcheon, Valdés 2002, 3-49) y que eso mismo constituye una invitación para sobrepasar esa delimitación en un sentido inter-, trans- o posnacional que, entre otros, los estudios ibéricos podrían habilitar y explorar.²⁴ A esto mismo se ha referido en otro lugar el mismo autor (en Pérez Isasi, Fernandes 2013, 11) para justificar la necesidad de consolidar los estudios ibéricos por la existencia de una serie de fenómenos literarios, artísticos y culturales que propiamente no podrían ser entendidos y explicados «desde una perspectiva nacional». Sin embargo, una cosa es esto y otra distinta que esos fenómenos si pudieran o debieran explicarse bajo una óptica estrictamente atenta a las dimensiones ibéricas; y no, por ejemplo, a las dimensiones europeas, o a las de su centrismo mediterráneo (en el sentido señalado por Dionýz Ďurišin), o a las trasatlánticas, o a las poscoloniales, sin complicarnos más en este momento. Por su claridad, reproduzco una consideración diríase que irrefutable de Antoni Martí Monterde:

Neither by tradition, nor by consequence, nor by circumstances does the international dimension of Catalan literature inevitably pass through the Iberian peninsula, nor can it be limited to that space. If we are to limit Catalan literature to the peninsula, we can only do so politically. (Martí Monterde, en Resina 2013, 65)

Existe otra particularidad que parece conveniente considerar, sin salir todavía de la órbita de la reflexividad epistémica. Los estudios ibéricos no se están desarrollando sobre lógicas uniformes allí donde arraigan y cosechan un cierto éxito, y por consiguiente su vínculo con los iberismos, pero también con la ubicuidad esencialista de los dos estados ibéricos (si se me permite girar la expresión de Pérez Isasi), es lógico que resulte bastante variable. En ocasiones, como a menudo en las universidades anglosajonas –se comentó ya antes–, se favorecieron los estudios ibéricos para congregarse unidades de investigación y docencia algo más resistentes contra el acoso a las humanidades. Otras veces, las agrupaciones se situaron en proximidad con la lógica de los Area Studies, incorporando objetos de atención usualmente asumidos por las ciencias sociales. El iberismo quedaría reducido en estos casos a un ítem entre otros ofrecido a la pesquisa investigadora.

24 A condición siempre de que las lecturas trans- o posnacionales, poscoloniales o decoloniales no refuercen, por activa o por pasiva (que todo puede ser), la hegemonía de una cierta literatura nacional/estatal ante otras, o de una nación sobre otras. El desarme identitario-cultural, lo mismo que el nacionalista, o es simétrico y de doble sentido o es tramposo.

Para avanzar es necesario ampliar el foco y tratar de contemplar el vocablo 'iberismo', sus usos, en correlación con otros de diámetro más amplio. 'Europeísmo', por caso, aun teniendo presente que bien pudieran incorporarse a la serie otros como 'atlantismo' o 'cosmopolitismo', todos bastante marcados en sentido político dependiendo de en qué discurso se inscriban. En general, forma parte de una cierta tradición académica incorporar casi como máxima que el comparatismo representa unos ideales de concordia entre las naciones y las culturas. La literatura comparada, sobre todo la de vehiculación historiográfica, ha insistido bastante en esa clave, que tiene toda la apariencia de ser plausible. Una buena parte de la serie historiográfica dirigida desde hace años por el Comité de Coordinación para una Historia Comparada de las Literaturas en Lenguas Europeas de la Asociación Internacional de Literatura Comparada (AILC) fue justo en esa línea.²⁵ Quizás donde mejor se puede ver es en los volúmenes de los que se responsabilizaron como editores Marcel Cornis-Pope y John Neubauer (2004-10) bajo el título *History of the Literary Cultures of East-Central Europe*. Conscientes de entrada de la notable dificultad de poner nombre a esa parte amplísima del continente que se sitúa entre la cultura germánica y la rusa, entre el Báltico y el Mediterráneo, y que comprende entre otras regiones nada menos que los Balcanes, los editores reforzaron la axialidad de una convicción: la historia literaria comparada no puede (ni debe) resolver por sí misma los problemas políticos, a menudo profundos y de larga trayectoria histórica, de esa región de Europa, pero, en primer lugar, tampoco puede ignorarlos (Cornis-Pope, Neubauer 2002, 18), y, en segundo término, maneja herramientas discursivas, académicas, institucionales y de otra índole que permitirían pensar en objetivos moral y políticamente deseables²⁶ para una zona tan convulsa de Europa (2002, 22). Por eso mismo afirman lo siguiente: «A literary history of East-Central Europe will make sense if it furthers, however little, the communication between the peoples of East-Central Europe» (22).

25 No deja de ser curioso que las menciones al iberismo dentro de esa misma colección de la AILC, y en concreto en los dos volúmenes que ya fueron citados, sea mínima. Aparecen referencias centradas en apenas tres trabajos de un total de casi un centenar, dos en el primer volumen (Cabo Aseguinolaza, Abuín González, Domínguez 2010, 138-62 y 641-52) y uno en el segundo (Domínguez, Abuín González, Sapega 2016, 282-92); respectivamente, «Identitarian Projections: Between Isolationism and Reintegrationism», a cargo de Thomas Harrington; «The Dialogue of Iberian Literary Nationalisms (1900-50)», firmado por José-Carlos Mainer; y «The Essay», debido a Enric Bou y Ángel Otero-Blanco. Algo bastante diferente, ya en términos de proporción, ocurre en el volumen *Looking at Iberia. A Comparative European Perspective* (Pérez Isasi, Fernandes 2013).

26 Son reflexiones recientemente asumidas, en ese aspecto concreto (no en otros), y reorientadas en un sentido global europeo para la construcción de una nueva Europa, precisamente por la actual presidenta del Comité de Coordinación para una Historia Comparada de las Literaturas en Lenguas Europeas recién mencionado, Karen-Margrethe Simonsen (2015).

Pero volvamos a la cuestión de fondo a este propósito, cuya traslación a las coordenadas ibéricas constituiría una incitación difícilmente eludible. En concreto, la cuestión es la siguiente: ¿es necesaria alguna clase de posición europeísta, entre afectiva e ideológica, para pensar una nueva Europa en términos de comparatismo cultural? ¿O será preferible obviar esas pautas y tratar de pensar, por ejemplo, desde un cosmopolitismo político (en el sentido otorgado por Ulrich Beck), sea o no posnacional su condición? ¿O desde una referencia a la literatura mundial que se sitúe en un espacio decididamente transnacional con todas las salvaguardias que esto exija? ¿O desde una óptica poscolonial, decolonial, diaspórica, desterritorializada? No es fácil responder. Es más, se diría que lo juicioso sería el escepticismo en relación con casi cualquier respuesta a estas preguntas. Cerrando la lente un poco cabe preguntarse todavía si es precisa alguna clase de europeísmo/iberismo para desarrollar unos estudios ibéricos centrados en la cultura y la literatura. Otra forma de contemplar el asunto conduciría a la pregunta de si es necesaria alguna causa legitimadora de índole política para el asentamiento (atención: no exclusivamente académico) de unos estudios ibéricos.

Se diría que en determinada altura histórica algunos iberismos quisieron hacer esto mismo. El problema es que los iberismos ibéricos nunca fueron igualitaristas sino más bien jerarquizantes. A día de hoy a nadie se le escapa que los iberismos los cargaron no solo personas bienintencionadas, probos intelectuales, agrupaciones políticas y culturales de intachable recorrido democrático..., sino en ocasiones también 'el diablo', por concentrar en esa figura aquí y ahora a quienes sirvieron estructuras de poder y dominación como las surgidas por ejemplo del Pacto Ibérico, vigente entre 1939 y 1978 por la existencia de intereses y temores comunes entre los regímenes de Salazar y Franco (Sardica 2013, 123-266). Quedémonos, sin ir más lejos, con la serie de volúmenes *Amor a...*, firmada por Ernesto Giménez Caballero, iberista a su modo, que incluye títulos como *Amor a Cataluña* (1942), *Amor a Galicia, progenitora de Cervantes* (1947) y *Amor a Portugal* (1949), entre otros.²⁷ Por supuesto, no todo iberismo consueña con esta clase de discurso. El ejemplo es apenas un extremo delirante de lo que intento argumentar, aunque corresponde a un intelectual muy destacado de una etapa particularmente rica

27 En títulos como los citados el autor llegó a desarrollar claves textuales situadas entre el dislate estafalario y la tosca caricatura, germinadoras de clichés e imágenes regionalizantes (también de comprensiones historiográficas de 'lo español', 'lo hispano' y 'lo ibérico') de larga trayectoria y productividad, ellas mismas u otras afines, durante el franquismo y parte del posfranquismo. Del tipo de esta que sigue, por caso: Cervantes, y por extensión se diría que España, habrían sido el resultado, aparentemente aritmético, de dividir «por lo meseteño» la suma de la «progenie galaica» más «el contacto andaluz» (Giménez Caballero 1947, 22).

de las letras españolas y por supuesto a un nacionalista/imperialista igualmente destacado.

En el fondo, parecería que la ausencia a menudo clamorosa de referencias a los iberismos por parte de los especialistas en estudios ibéricos tendría que ver con que toda esa retórica de fondo, esas narrativas jerarquizadoras y nacionalistas/estatalistas, desarman por la base cualquier intento de consolidación de una fundamentación epistemológica o académica homologable en sentido comparatista y aceptable en sentido histórico/historiográfico. Y esto por lo que afecta a quien, desde el comparatismo y desde los estudios ibéricos, se identifique en términos afectivos o políticos como vinculado a cualquiera de las naciones ibéricas o a ninguna de ellas. Pruébese a apuntar, si no se concuerda con lo anotado, el nombre de un solo iberista -de los iberismos político, cultural, sentimental, europeoista...- cuyo discurso conserve efectiva actualidad en (o mejor 'para') el momento presente.

En cualquier caso, e interesa no perderlo de vista, también esa clase de textos -los citados y otros de su estirpe- producen efectos, y, en consecuencia, sustentan una cierta 'historia efectiva' (la nutrida por los hechos históricos y por lo que sobre ellos se ha escrito y leído), si quiere expresarse en los términos de Paul Ricœur que Mario J. Valdés ha asumido en sus propuestas para una renovación hermenéutica de la historiografía cultural y literaria (en Hutcheon, Valdés 2002, 67). El pensamiento representacionista y narrativista de Frank Ankersmit ha atendido un plano intermedio, previo al de aquellos efectos, más fácilmente comprensible a la luz del holismo asumido por el teórico holandés, según el cual el pasado en tanto constructo narrativo no se puede descomponer en partes sin que ello ocasione una pérdida de su sentido discursivo. Se trata de la dialéctica entre «narrative subjects» y «narrative substances» (Ankersmit 1983, 90-128), originadora a fin de cuentas de la oposición entre realismo e idealismo como orientaciones destinadas a 'representar' la realidad histórica. Las 'sustancias narrativas' trascenderían la simple exposición de hechos para representarlos e interpretarlos coherentemente -es obvio que desde una posición dada- como totalidad ordenada y estructurada que se muestra de un modo específico y alcanza un sentido. Su peso en la historiografía moderna y posmoderna es palmario como principio organizador y teleológico de aquello que se aspira a (dar a) conocer; para Ankersmit, en forma de 'sustitución' de los hechos efectivos apoyada en las destrezas narrativo-estructurantes del historiador.²⁸ En el fondo, de lo que estamos hablando a propósito

28 Lo señalado sería asimismo de aplicación a la historiografía literaria, incluida la de base comparatista y por descontado la concentrada en espacios específicos, como el ibérico. Si aceptamos los presupuestos de Ankersmit, todas 'representarían' la realidad histó-

de los argumentos de Valdés o los de Ankersmit, bajo distintos prismas, es de la influencia de Michel Foucault (Neubauer 1998) y la filosofía pragmatista del lenguaje sobre los usos lingüístico-retóricos en las prácticas historiográficas posestructuralistas.

3 La disciplina: describir/narrar Iberia y lo ibérico

El segundo de los aspectos anunciados en la parte final del primer epígrafe de este capítulo afecta a la cuestión disciplinar, comprendidas aquí las dimensiones inter-, trans- y supradisciplinar. Por tanto, entra en juego a este respecto la decisión sobre el objeto de los estudios ibéricos y su alcance efectivo. Por ejemplo, habría que determinar si con ‘estudios ibéricos’ queremos designar apenas unos ‘estudios literarios/culturales ibéricos’, o unos ‘estudios comparados ibéricos’, o quizás unos ‘estudios historiográfico-literarios ibéricos’, comparados o no, o, en fin, unos ‘estudios [ibéricos] de área’ u otra cosa distinta. Pero entra ya también en juego, en fase previa, decidir cuál sea el vínculo de los estudios ibéricos con la historia en sentido general y con el conjunto de las ciencias sociales, a menudo implicadas ellas mismas en el marco posible de unos Area Studies, en el de las relaciones internacionales o incluso en el horizonte de los estudios culturales, como ya se ha apuntado.

Resolver todo ello, declararlo *a priori*, presupone igualmente clarificar una instalación más o menos historicista, más o menos positivista, más o menos filológica, más o menos sociológica de lo que se aspira a concretar. Y se hace evidente que en este hilo hay aspectos no solo disciplinares sino también heurístico-metodológicos. Tal vez el más relevante de ellos sea resolver si la historia funcionaría como hipóstasis o al menos como punto de fuga de la propuesta que los estudios ibéricos –los que fueren– llegasen a materializar. Y de ser así, algo nada improbable contemplado en perspectiva el curso de la historiografía literaria hegemónica, si lo haría como si no se hubiera producido ninguna crisis epistemológica y discursiva en el campo historiográfico general durante los últimos cien años. Por ejemplo, como si no existieran ni la historia conceptual ni la historia de las ideas; ni la historia cultural y de las mentalidades ni las reservas sobre la acep-

rico-cultural desde la construcción e interpretación del historiador, que, para lo que aquí importa, podría estar determinada por lecturas ideológico-cartográficas concretas; si se quiere, por la propia fuerza icónica de los mapas (no será ocioso recordar en este punto la asimilación de la teoría del arte de Arthur Danto y Nelson Goodman por parte de Ankersmit). Desde posiciones identificadas como filosofía posnarrativista de la historia, Jouni-Matti Kuukkanen (2015, 44-9) ha revisado críticamente la noción de ‘sustancia narrativa’ y, a la vez, los tres rasgos centrales (indescomponibilidad, analiticidad e infalsabilidad) que en su criterio caracterizarían el holismo de la filosofía narrativista de la historia.

tabilidad de una historia apenas *événementielle*; como si no se hubieran dado debates sobre la propia autoridad discursivo-historizante, sobre la plausible fundamentación retórica de toda historiografía, a la que se acaba de hacer referencia; sobre la radical textualidad de la historia –que en los términos de Alun Munslow (2013) consistiría en *authoring the past*–,²⁹ sobre la inexcusabilidad de una discursividad historiográfica narrativa o posnarrativa (Kuukkanen 2015);³⁰ como si no hubieran existido *giros* de la clase del espacial, el funcionalista-sistémico, el retórico-práxico...; ni tampoco hubieran pasado ante nosotros el materialismo histórico, ni la teoría crítica, ni la hermenéutica no reconstructiva, ni el nuevo historicismo; ni los complejísimos diálogos entre historia y antropología, o entre historia y sociología, o en otra vertiente entre historia y estructuralismo; ni el análisis cultural y el análisis crítico del discurso; ni las series contrahistóricas vinculadas a revisiones de la exclusión sistemática de sujetos históricos en razón de su identidad de género, etnia, orientación sexual...; ni las reservas previas de Nietzsche sobre la historia, ni las posteriores de Lévi-Strauss, de Foucault o de Deleuze, ni las observaciones de Michel de Certeau sobre el corporativismo institucional de los historiadores (también de los literarios, por supuesto), o las de los filósofos latinoamericanos de la liberación y el método analéctico, o las de Paul Ricoeur sobre la dialéctica memoria-historia-olvido, entre tantos, ni, en fin, la deconstrucción.

Destaco de forma tan poco sucinta todo lo anterior por dos motivos. Primero porque en los últimos veinticinco años se ha producido un caudal importantísimo de contribuciones sobre teoría y filosofía de la historia, también de propuestas historiográficas muy diversas, susceptibles de ser aplicadas a campos emergentes como el de los estudios ibéricos; propuestas que a menudo se ignoran fuera del sector teórico y académico de origen. En segundo término, regresando a la autoridad que representa la actual presidenta del Comité de Coordi-

29 «History, I hope, will be re-thought with the understanding that form always precedes content, and that it is an authorially, ethically, and aesthetically constituted intervention» (Munslow 2010, 221).

30 Entendible como una firme enmienda de las teorías posmodernas de la historia, la historiografía de fundamentación posnarrativista configuraría según Kuukkanen un marco de conocimiento 'representacional' (no representacional) de evidencias y, desde la perspectiva de una tipología discursiva, una práctica argumentativa no asimilable a los usos literarios del lenguaje. Frente al holismo de Ankersmit y su postulación de que la historia sea una sustitución discursiva de los hechos históricos, Kuukkanen reafirma el compromiso empírico (aunque también persuasivo y performativo) de los historiadores con una comprensión sintetizadora y coligatoria del pasado. Esto último supone una reconsideración del constructivismo posmoderno y de su engarce retórico, reorientado en dirección argumentativa y ya no narrativa. A esta luz, conceptos coligatorios como 'Ilustración', 'Rexurdimento' y otros (incluido 'iberismo', por ejemplo) ganarían aceptabilidad posnarrativista si no se activasen como metarrelatos sustitutivos y fuesen conducidos, por así decirlo, a la arena explicativo-argumentativa.

nación para una Historia Comparada de la AILC, porque podría ser que, en la historiografía literaria actual, comparatista o no, se esté perdiendo el sentido de lo que sea la historicidad misma (Simonsen 2015). Ignoro en qué sentido exacto esto último podría suponer una corrección de lo que en algún momento se conoció como propuesta Valdés-Hutcheon, y en otra altura como propuesta Ricœur-Valdés, en lo relativo a una reorganización discursiva de la historicidad de las culturas literarias (Valdés 2002). Recuérdese en todo caso que, en la postulación de una historia comparativo-cultural de la literatura por Mario J. Valdés, esta se perfila como el estudio interdisciplinar de la producción y la recepción del imaginario cultural en contextos sociales específicos. Tradicionalmente, los historiadores habrían sido, en el mejor de los casos, los *mediadores* entre los acontecimientos y una cierta experiencia de la temporalidad por parte de las sociedades, por lo que su labor originó no pocas veces, observa Valdés (1999), un *emplotment* de los sucesos históricos destinado a que estos cobrasen un significado simbólico. Esa idea de la historia en tanto representación sometida a un principio organizador -recuérdese lo visto a propósito de las sustancias narrativas de Ankersmit- habría fomentado lo que Valdés ha calificado como 'autoridad narrativa explicativo-causal', y está en los fundamentos de rectificaciones como la 'enciclopédica' y la 'experimental' de la historiografía reciente. Es interesante que en la presentación de una filosofía posnarrativista de la historia debida a Kuukkanen se mantenga una apelación a la autoridad, si bien en tanto 'autoridad epistémica', comprometida con la argumentación y con una racionalidad situada o contextualizada más que con una determinada instancia enunciativa. Se trataría en suma de una autoridad emanante del enunciado y no de la instancia enunciativa y su prestigio, aura o necesidad de llamar la atención, algo que como mínimo parece saludable.

¿Por qué interesa regresar a estas consideraciones en este momento? Básicamente por la necesidad de persistir en la advertencia contra cualquier forma de control discursivo-institucional jerárquico -nacionalista o no, posnacionalista o no, cosmopolitista o no- en el rumbo futuro de los estudios ibéricos. La formalización más gráfica de eso que se señala como jerarquización, o construcción fundamentada en alguna clase de jerarquía cultural, tiene bastante que ver con lo que en términos retóricos se conoce como *detractio* o supresión (supresión de una parte de la realidad, por supuesto), que englobaría figuras como la elipsis y la *praeteritio*. En definitiva, con lo elidido o preterido en el discurso, ahora concretamente en el discurso historiográfico-comparatista sobre culturas ibéricas.³¹ Para

31 Se trata de heurística, ciertamente, pero también de lo que Kuukkanen distingue como 'autoridad epistémica'.

ser precisos, la referencia es la jerarquización compareciente en el discurso crítico-historiográfico o comparatista como algo ínsito al régimen de concurrencia de las culturas. Es obvio que los diversos factores de un sistema cultural, en términos de comparación, se organizan de forma jerárquica con los correspondientes a otros sistemas culturales; de ahí que, sin ir más lejos, se produzcan fenómenos de interferencia entre culturas o se traduzca más de una lengua a otra que de esta a aquella. Pero son dos planos diferentes, con toda obviedad, el de la convivencia/conflicto entre culturas y el de lo que se diga (y cómo se diga) sobre ello.

La cuestión de fondo, una de ellas, residiría en primera instancia en decidir si los estudios ibéricos son delimitables con independencia de cuál sea el número de culturas consideradas bajo el prisma de su interrelación. Sin que ello signifique un rechazo absurdo de los estudios sobre relaciones bilaterales (o trilaterales, o lo que fuere), la respuesta debiera ser que no. Habría estudios ibéricos allí donde se contemple el dominio ibérico en su diversidad cultural, no una parte. Si no se hace algo semejante, si al menos no se materializa como presente en términos dialécticos la totalidad ‘peninsular’, lo que tendremos serán unos estudios legítimos, pero de otra marca.³² La razón es homóloga a la que socorrería a quien rechazase clasificar como literatura europea comparada el simple estudio de las relaciones bilaterales entre la literatura lituana y la letona, o entre la alemana y la francesa. Con todo, el problema no concluye ahí. ¿A qué hace referencia la ‘diversidad cultural’ ibérica? ¿Solo a la diversidad nacional? ¿A qué nos referimos en fin cuando hablamos de ‘partes’ del dominio ibérico? ¿Constituyen ‘parte’, además de las naciones, las regiones y sus culturas para los estudios ibéricos? ¿Constituye parte la población inmigrante? ¿Constituyen parte el pueblo y la cultura gitanos? ¿Los mundos y nuevas culturas de las distintas y sucesivas diásporas, no solo las últimas, constituyen parte? ¿La expansión imperial y colonial? ¿La memoria actual de todo ello? Además de lo anterior, solo en cierto sentido inscrito en la cuestión del canon, sobreviene otro viejo asunto. Es reiterativa entre los especialistas la mención de la (inter)relacionalidad de los estudios ibéricos. Sin embargo, esa pauta podría ser restrictiva sin pretenderlo, en especial si en perspectiva comparatista deja fuera todo cuanto Claudio Gui-

32 Piénsese, por ejemplo, en estudios que contemplen la relación entre las culturas gallega y portuguesa, ampliadas o no al resto de la comunidad lusófona (Torres Feijó, Samartim 2018); o entre las culturas portuguesa y catalana (Martínez-Gil 2010; Gimeno Ugalde, Silva, Lopes 2013); incluso en estudios centrados en las relaciones entre las culturas gallega, vasca y catalana, históricamente vinculadas al desarrollo del pacto Galeuzca (1933), con antecedentes en la Triple Alianza de 1923, a iniciativa de Acció Catalana, e incluso previos. ¿Son propiamente estudios ibéricos? Ni lo parece ni, en general, se presentan como tales.

llén designó bajo el marbete de ‘supranacionalidad’; si deja fuera, en otro plano, el análisis de medios, mediaciones, intermedialidades e híbridos literarios (Cornis-Pope 2014). ¿O es que los estudios ibéricos no pueden ocuparse de fenómenos de ese tenor al margen de los límites nacionales y las relaciones que se estimen?

Parece excusable recordar que una parte no menor de los estudios ibéricos, autoidentificados como tales, se ha contentado no pocas veces con el expediente del simple contraste o comparación bilateral y bipolar entre dos culturas sublimadas por su índole estatal, la portuguesa y la española, orientación promocionada ya por los Latino Coelho, Antero de Quental, Oliveira Martins y posteriormente António Sardinha y Fidelino de Figueiredo, con alguna frecuencia bajo consideraciones un tanto fantasmagóricas o de grosera subordinación –seguidas o no de palinodia–, preludiadas por la autoimagen/heteroimagen de Portugal como una ‘España atenuada’, que comenta el último de los comparatistas mencionados. Valdría la pena pensar si ello, como ya la propia ‘invención’ del dominio ibérico como entidad unitaria, está sustentado en la literatura de los viajeros extranjeros que recorrieron la península a lo largo del siglo XIX y fundamentaron una imagología ibérica castellanocentrista. Por otra parte, correspondería pensar también en los propios pioneros de la historia literaria peninsular (Bouterwek, Sismondi, Ticknor), de nuevo extranjeros, y el dato es de notable interés, que cruzando o no el territorio físico y sus centros de saber establecieron las bases de las historiografías literarias nacionales de ulterior desarrollo, casi siempre primando un conocimiento de las culturas ‘otras’ peninsulares a partir de la cultura de expresión castellana. En cualquier caso, el mencionado no es el único formato de preterición, por mucho que sea el que mayor tranquilidad parece llevar a determinadas concepciones y mentalidades. Resulta peculiar en relación con lo que se repasa el caso de Ignasi Ribera i Rovira (1880-1942), de quien es bien conocido su *Iberisme* (Barcelona, 1907), con prólogo de Teófilo Braga, o también *O genio peninsular* (Porto, 1914), pero no tanto sus *Ensayos iberistas. Portugal y Galicia nación: Identidad étnica, histórica, literaria, filológica y artística* (Barcelona, 1911).³³ En el prólogo de este breve volumen comparacen, bajo diferentes fórmulas, desmesuradas por momentos, variantes de la *detraçtio* referida. Todo bajo la postulación de la existencia de una disputa de hegemonía espiritual sostenida en el territorio peninsular entre Portugal y Cataluña –entendido que Galicia formaría con Portugal una nacionalidad única– y ante la interpretación de que la independencia política de 1640 proporcionó a Portugal riqueza y

33 El libro reafirma lo expuesto en una conferencia dada en el Real Instituto de Lisboa en 1907 que había concitado en contra del autor una acerba campaña de los periódicos alineados con el nacionalismo español.

progreso económico y cultural. Ribera i Rovira argumenta que un fenómeno como aquel trasladado al siglo xx podría llevar a otros territorios peninsulares resultados similares. Lo relevante, para lo que aquí se argumenta, es que lo hace sin mencionar casi nunca una España preterida, visibilizada apenas como referente de oposición nacional.

Bajo otros condicionantes y propósitos, esto mismo –la *detracción*– siguió siendo moneda corriente, de entonces a hoy, en la serie historiográfico-literaria referida a las literaturas peninsulares de condición ‘periférica’ (la catalana, la gallega, la vasca), aunque no solo, como enseguida se puntualizará. La opción tiene (y obedece a) su lógica, por supuesto, aunque en términos empíricos obviar la concurrencia de autores y lectores, pero también de repertorios, críticos, sellos editoriales o instituciones, y el propio conflicto cultural (por ejemplo, entre las culturas catalana y española en territorio catalán), tal vez no sea la única forma de contar qué sea y cómo ha llegado a ser lo que es tal o cual cultura o literatura. La catalana, por ejemplo. Pero, atención, la española (la de expresión castellana) también; pues esta, como cualquiera en cualquier lugar, tiende a autopresentarse bajo el expediente doble de una naturalización no necesitada de justificación –como si preexistiera absolutamente a todo acto historiográfico– y una ausencia de conflictividad en su área también ‘natural’ de implantación. Obviamente, no se pretende aquí juzgar en sentido ético lo que se está describiendo.

Lo que interesa en realidad es la pregunta sobre qué sea lo que debe constituirse en objeto de consideración para la historia literaria y para la historia literaria comparada, incluida como es lógico la referida al dominio ibérico. Si lo fueran simplemente las obras y sus autores, con sus vidas y cenáculos, o poco más, nada habría que objetar a lo que mayoritariamente se viene haciendo desde hace casi un par de siglos. Si por el contrario se aspira a entender la dimensión sistémica de lo literario habrá que preguntarse como mínimo qué sistemas hay en juego y qué relaciones mantienen entre sí.³⁴ Pa-

34 La reprobación por Gabilondo de los estudios ibéricos, por él leídos como reajuste ecoico de unos Area Studies, se fundamenta, entre otros apoyos argumentativos merecedores de consideración atenta, en una preconceptualización banalizadora de la metodología sistémica. En concreto, derivada de que los estudios ibéricos forzarían la configuración de un área monosistémica (Gabilondo 2013-14, 26) y aislacionista (29), subsidiaria de las lógicas del Estado español y en definitiva de su exceso nacionalista: «This nationalist excess emphasizes the impossibility of a (mono-) systemic and homogeneous approach such Iberian studies or, even, (Spanish) Cultural studies. Rather, it foregrounds the politics of systemic answers: they represent, in their systemic nature, an attempt to revive ‘Hispanism’ by other means, that is, an old-fashioned project whose subject is the Spanish state. Thus, Iberian or cultural studies, in so far as they stand for Hispanism, must be denounced and analyzed as historically impossible – or as the project of an impossibility – which the nationalist excess of Spain continues to undermine and undo» (26). No negaré que ello pueda darse en estos términos en determinadas propuestas de análisis autocalificadas de sistémicas (y que no lo son). Lo que

rece innegable, tal como mantiene Isaac Lourido (2014), que la concurrencia de sistemas –o de campos, de aceptar la idea reiterada por Bourdieu según la cual el campo (de poder, jurídico, cultural...) llega hasta donde llegan sus efectos– produce siempre un conflicto cultural y que ese conflicto es inusual que se desarrolle entre iguales. Precisamente por ello, el análisis específico de tal concurrencia debería diseñarse con las oportunas herramientas heurístico-metodológicas y discursivas, que Lourido (2014, 361-98) ha esquematizado con todo detalle en relación con el caso gallego. Tales herramientas, desde luego, no se reducen a las habituales en operativos de corte tradicional, pero tampoco serían asimilables a las propias de la solución provista por Gabilondo (2009) desde una perspectiva posnacional y decolonial combinatoria de parámetros geopolíticos y biopolíticos.³⁵ En el sentido anticipado, la reiterada relacionalidad de los estudios ibéricos entiendo que no debiera reconducirse (ingenua o interesadamente) a epifenómenos de convergencia, concordancia y convivencia, sino también –se diría que en especial también– a justo todo lo demás. Que para ciertas sensibilidades epistémico-políticas resulte perturbador unificar ese supuesto excedente bajo etiquetas como ‘conflicto’ resulta perfectamente comprensible.

es evidente es que la aplicación de la episteme sistémica no tiene por qué conducir a eso. De hecho, no debería conducir a nada de eso, como muestran desarrollos teóricos y aplicados que Gabilondo no tiene en cuenta, los más relevantes de los cuales para lo que aquí estamos debatiendo se han planteado a propósito de la cultura y la literatura gallegas (Lourido 2014), casi siempre, por cierto, bajo una lente crítica, comparecien- te de forma muy clara por ejemplo en González-Millán 2001.

35 No si ello conduce a formular propuestas como que Emilia Pardo Bazán deba ser resituada «as a Galician writer, and only secondarily as Spanish» (Gabilondo 2009, 254) o a hacerse preguntas del tipo de si Galicia constituye un sistema literario doble (251). Para este viaje no habrían sido precisas tantas alforjas teóricas. De entrada, un territorio no constituye de suyo un sistema literario ni nada semejante. Los sistemas culturales tienen o no implantación (funcionan, tienen efectos) en determinadas áreas geoculturales, y lo hacen con agentes, repertorios e instituciones que pueden ser plurales en términos identitarios, lingüísticos, etc. En Galicia funciona un sistema literario en el que se da concurrencia (conflicto) entre elementos como los citados y otros varios (mercado, por ejemplo). Parte de esos elementos (escritoras, instituciones, editoriales...) actúan estrictamente en territorio gallego y parte no. Estos últimos actúan también, por ejemplo, en Madrid, Las Palmas o Bilbao (en el territorio de soberanía española en su conjunto), razón por la cual se tiende a considerar que configuran el sistema literario español, del cual en su día fue agente muy destacada Pardo Bazán, partícipe asimismo –y solo lo negarán quienes equiparen erróneamente sistema literario a literatura nacional– en el sistema literario gallego contemporáneo. Defender o sugerir que exista una relación de biunivocidad entre sistema (o campo) y territorio es inexacto y promueve confusiones de las que no es sencillo desembarazarse.

Lo anterior engarza de modo directo con la delimitación geocultural o geopolítica del espacio que se desee estudiar. Entramos aquí, sin duda, en uno de los más intrincados (y espinosos) aspectos de la traza o planificación que se aspira a formalizar. ¿Por qué? Pues porque con él se conjugan dos vertientes decisivas. Tanto que es frecuente naturalizarlas, darlas por sabidas y aceptadas por todo el mundo..., menos por 'el otro', por algún otro implicado también en el asunto, básicamente un otro nacional (individual o colectivo/comunitario), contemplado a menudo como un otro nacionalista. Y no parece secundaria ni impropia aquí la mención de que los diálogos entre esas alteridades -si los hubiera y se fundaran en el igualitarismo, incluso para abordar las complejíssimas relaciones entre nacionalismos concurrentes- están con bastante frecuencia trufados de reduccionismos y *misreadings*. De esas dos vertientes una es, en efecto, la de la nación y las identidades en juego (que podrían ser posnacionales, e incluso posimperiales, entre otras cosas). La otra es la de los mapas, las cartografías habilitadas, también (antes) el mapeo, problema este de envergadura, que es frecuente relativizar, minimizar, obviar, dando por hecho que los mapas son simplemente la representación acrítica y desideologizada de una realidad física, y no resortes susceptibles de ser instrumentalizados por el poder. Respecto de ello habría que reactivar de nuevo la atención mencionada a la significancia, red mediada por afectos y pulsiones no siempre conscientes, que dice sin decir, también por supuesto desde un mapa.

En efecto, se tiende a pensar que la cartografía evidencia solo realidades geoculturales o geopolíticas firmes, cuando ello resulta cuestionable. Comenzando por la propia disposición y técnica cartográficas y siguiendo por la entidad y los límites de aquello que designamos con nomenclatura de procedencia geográfica. Una isla no hay duda de que lo es, si bien habrá quien considere que a partir de unas ciertas dimensiones deje de parecerlo (América, por ejemplo). Otro asunto aparentemente trivial, pero que a menudo se olvida, es que incluso una isla, grande o pequeña, puede estar dividida en territorios (y estados) que culturalmente viven de espaldas entre sí, que se ignoran y apenas mantienen lo que denominamos 'relaciones interculturales'. Esto mismo pasa, por cierto, dentro de ciertos estados que no son islas. Cabe afirmar que la contigüidad sólida (o terrestre) no garantiza ni mayor cohesión ni más intensa relación intercultural que la contigüidad líquida (o marítima), como de sobra demuestran casos como los de las islas La Española (con los estados de Haití y República Dominicana) y Nueva Guinea (que reparte su territorio entre Indonesia y Papúa-Nueva Guinea).

Pues bien, con las penínsulas (más aun con las 'sinecdóquicas') todo se complica. En primer lugar, porque es más fácil determinar donde acaban que donde empiezan. Piénsese en la Península Itálica, por ejemplo, o en la Balcánica. Y desde luego en la Ibérica. Dos

estados, Portugal y España, en realidad alguno más (Reino Unido, Andorra, incluso Francia, con su franja meridional, que Estrabón se figuraba largamente ístmica), reparten el territorio denominado Península Ibérica. Como todos sabemos e incluso contribuimos a reforzar, cuando los comparatistas piensan esta península casi siempre hacen abstracción de estos detalles, y el de Francia³⁶ no es de escala tan menor como el que puedan significar Andorra y Gibraltar. Lo hacen incluso en lo relativo a los territorios de cultura y lengua vasca y de cultura y lengua catalana -Iparralde y Rosellón- situados al norte de los Pirineos.

Giremos el foco de atención hacia algo más relevante. Según he tratado de razonar en diversos lugares (Casas 2003, 2009), la radiación geográfica y geocultural de un territorio nunca es unívoca. Dicho gráficamente, y abstrayéndonos ahora de las culturas insulares supuestamente ibéricas,³⁷ ninguna de las culturas peninsulares es solo peninsular, ninguna es solo peninsular-ibérica. Si antes se introdujo la consideración de los vínculos marítimos fue por esto mismo. Y a ello habría que añadir, también se ha apuntado, la propia continuidad territorial de las culturas más allá de las fronteras político-administrativas. El caso catalán resulta patente, visto desde los límites septentrionales, meridionales, occidentales u orientales de la actual comunidad autónoma de Cataluña.

Pero tanto o más importante que lo anterior parece la observación de lo que las cartografías tradicionales dejan fuera y la ingente creatividad que en este campo se está activando. Esto no solo desde el pensamiento académico, sino además desde colectivos culturales e incluso redes colaborativas abiertas, con el objetivo de evidenciar relaciones de poder y su 'geometría', por emplear aquí la expresión debida a Doreen Massey (2010). Suelen operar con apoyo en una nueva concepción de lo que un mapa está capacitado para ser y hacer, buscando alternativas que desde el territorio (no únicamente el urbano) apuesten por una transformación de la realidad social, cultural y política, en ocasiones a través de la denuncia y de una forma de resistencia más o menos organizada. En este orden se revelan útiles las propuestas de David Harvey ([1973] 1988, 22-7) sobre la correlación entre la vieja imaginación sociológica de la que habló Charles

36 En términos rigurosamente geográficos, sería la zona más estrecha del istmo la que marca el límite entre península y continente. Lo cierto es que el segmento istmeño que atraviesa de Cantábrico a Mediterráneo por Mont-de-Marsan y Narbona mide 376 km, mientras que el 'pirenaico', que lo hace pasando por Irún y Cadaqués, unos 100 km al sur del anterior, mide 432 km.

37 Varias de ellas ultraperiféricas para la Unión Europea, recuérdese. No parece necesario detenerse a explicar que la implicación con lo ibérico de partícipes de las culturas azoriana o canaria es en principio de raíz muy distinta a la que puedan experimentar individuos culturalmente establecidos en la península.

Wright Mills y una imaginación geográfica y cartográfica. Lo mismo que las de Massey y su concepción relacional del espacio, abierta al flujo de heterogeneidades, multiplicidades e historias simultáneas. Y también lo son las derivadas de las cartografías rizomáticas a partir del pensamiento de Gilles Deleuze y Felix Guattari, no solo en lo relativo a las correlaciones entre territorialización, desterritorialización y reterritorialización. El rizoma-mapa fomenta en lo básico la suspicacia frente a toda cartografía de la representación y se abre al 'devenir' de acontecimientos imprevistos y a un nuevo reparto de relaciones y procesos³⁸ cuya misión también sería, como la propia del historiador, «volver enunciable lo no dicho» (Canavera 2012, 34).

Giremos, para finalizar, del plano geopolítico al biopolítico, y por tanto a la gestión de las vidas y su reproducción (también en términos socioculturales) en el marco de una sociedad de la información/propaganda. De lo que se trata –y aquí coincido en cierta medida con el examen de Gabilondo (2016)– es de poner a hablar la subalternidad y una historia no identitaria (*diferencial*, observa Gabilondo) bajo perspectiva posnacional y fronteriza para, entre otras cosas, liberarse del orden simbólico del 'Estado español posimperial' (Gabilondo 2013) y a la vez impugnar la secundarización crítica de desarrollos teóricos como los feministas y *queer*, entre otros. En efecto, la idea de deshacer las semejanzas homogeneizadoras constituye una parte relevante de toda mirada historiográfico-comparada, y afecta, además, de entrada, al sello patriarcal, misógino, clasista y homóforo de casi toda historiografía cultural oficializada.³⁹ Pero, a este respecto, más que interesar la fundamentación en el criterio filológico-textocentrista de las series historiográficas ibéricas (por lo cual, por ejemplo, una historia de la literatura portuguesa estudiaría solo producción escrita en lengua portuguesa), lo que importaría es –desde luego en términos biopolíticos y sociológicos– en qué modo producir/consumir comunicación, arte, literatura... significa intervenir en un campo social determinado. Todo lo anterior en relación obvia con el campo económico, con el campo del poder político y con el campo de producción ideológica como condicionantes de formas de vida concretas, distintas, irreductibles, pero siempre políticamente determinadas, como los propios cuerpos. Y como condicionantes asimismo de la constitución de subjetividades y de lo que con Jacques Rancière (2000) pudiéramos apelar como 'el reparto de lo sensible', algo que afecta a las relaciones entre política y estética.

38 Enric Bou (2012, 49-77) se inspiró, por cierto, en estas propuestas, y en la oposición entre espacio liso o nómada y espacio estriado o sedentario, en sus observaciones sobre la presencia y el simbolismo de los ríos en literaturas como las ibéricas.

39 Desde luego también de las practicadas en la Península Ibérica, como a propósito de la historia literaria gallega ha dejado demostrado Helena Miguélez-Carballeira (2013).

En un trabajo centrado en las nociones de autoría y lectura, Bourdieu ([1997] 2001, 103-11) afirmó que leer significa entender el universo literario en el cual y contra el cual se conformó la propuesta creadora de un autor en el espacio de los posibles propuesto objetivamente por el propio campo en aquellas coordenadas. El espacio de los posibles debiera ser a su vez un objeto particularmente central en la descripción emprendida por cualquier contribución analítica adscrita a los estudios ibéricos. También para discernir que no existe casi nunca homología plena entre las condiciones de producción y consumo existentes en la literatura vasca y en la literatura gallega, por caso. Porque deshacer las semejanzas debería conducir también a esto, a entender que la diferencia cultural se suma a la diferencia socioeconómica y a los protagonismos también diversos de las distintas clases sociales en discursos como el identitario. Introducir el factor biopolítico en el debate sobre el perfil de unos estudios ibéricos debería conducir, sin duda, a entender como constitutivamente heterogéneas las sociedades actuales. Por tanto, también a precaverlos contra toda tentación de narrativa única (también cara adentro). Y ello de forma específica en el terreno cultural, pero con implicaciones inmediatas en vertientes como la étnica, la de género, la sexual y por supuesto la socioeconómica, incluyendo fenómenos de inmigración, emigración y, ya en otro orden, de exilio y de persecución y represión de ideas políticas, con espacio para el modo en el que se determina lo que puede ser dicho e incluso lo que puede ser pensado en un Estado determinado. Con espacio igualmente para considerar en qué medida los medios de comunicación social constituyen hoy un instrumento privilegiado de las sociedades de control descritas por Deleuze y de la propia economía de los afectos y los deseos. Con ello nos deslizaríamos de una biopolítica entroncada en el pensamiento de Foucault sobre las sociedades disciplinarias a la noopolítica, tal como la interpreta Maurizio Lazzarato (Castro-Gómez 2009), y por tanto estaríamos ante un escenario en el que la producción prioritaria ha dejado de ser la de mercancías para pasar a ser la de los públicos dirigidos y los mundos en los que estos se reconozcan.

Referencias bibliográficas

- Abuín González, Anxo; Tarrío Varela, Anxo (eds) (2004). *Bases metodológicas para unha historia comparada das literaturas na península Ibérica*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- ACIS, Association for Contemporary Iberian Studies (2013). «Constitution of the Association for Contemporary Iberian Studies (ACIS)». URL <https://www.iberianstudies.net/wp/wp-content/uploads/2014/04/Constitution-and-Standing-Orders-as-amended-by-AGM-September-2013-with-ACIS-Logo.pdf> (2018-09-03).

- AIEG, Asociación Internacional de Estudos Galegos (s.d.). «Estatutos de la Asociación Internacional de Estudos Galegos». URL http://docs.wixstatic.com/ugd/361080_2e2cb49819f894cf5e3677468c739297.pdf (2018-09-03).
- Amossy, Ruth (2010). *La Présentation de soi. Ethos et identité verbale*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Ankersmit, F.R. (1983). *Narrative Logic: A Semantic Analysis of the Historian's Language*. La Haya; Boston; London: Martinus Nijhoff Publishers.
- Barthes, Roland [1973] (2018). s.v. «Texte (Théorie du)». *Encyclopædia Universalis*. URL <https://www.universalis.fr/encyclopedie/theorie-du-texte> (2018-09-03).
- Benjamin, Walter [1931] (1999). «Literary History and the Study of Literature». Jennings, Michael W.; Eilan, Howard; Smith, Gary (eds), *1931-1934*. Vol. 2, Part 2 of *Selected Writings*. Cambridge (MA): London: Harvard University Press, 459-65.
- Bou, Enric (2012). *Invention of Space: City, Travel and Literature*. Madrid; Frankfurt am Main: Iberoamericana; Vervuert.
- Bourdieu, Pierre (1984). *Homo academicus*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1991). «Le Champ littéraire». *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 89, 3-46.
- Bourdieu, Pierre [1997] (2001). *Mediações pascalianas*. Río de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, Pierre (2012). *Sur l'État. Cours au Collège de France 1989-1992*. Éd. par Patrick Champagne, Remi Lenoir et Franck Poupeau. Paris: Raisons d'agir, Éditions du Seuil.
- Bourdieu, Pierre; Wacquant, Loïc [1992] (2005). *Una invitación a la sociología reflexiva*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina.
- Cabo Aseguinolaza, Fernando; Abúin González, Anxo; Domínguez, César (eds) (2010). *A Comparative History of Literatures in the Iberian Peninsula*, vol. 1. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins.
- Canavera, Julien (2012). «Lo que significa 'hacer' historia de la filosofía: Deleuze y la cuestión del método». *Daímon. Revista Internacional de Filosofía*, 55, 21-37.
- Casas, Arturo (2003). «Sistema interliterario y planificación historiográfica a propósito del espacio geocultural ibérico». *Interlitteraria*, 8, 68-97.
- Casas, Arturo (2009). «Constituição de umha História literária de base sistémica: o sistema cultural como objecto de análise histórica no programa de investigação de Itamar Even-Zohar». *Veredas. Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, 10, 25-54.
- Castro-Gómez, Santiago (2009). «Disciplinas, biopolítica y noopolítica en Maurizio Lazzarato». Mendiola Gonzalo, Ignacio (ed.), *Rastros y rostros de la biopolítica*. Barcelona: Anthropos, 71-92.
- Cornis-Pope, Marcel (ed.) (2014). *New Literary Hybrids in the Age of Multimedia Expression: Crossing Borders, Crossing Genres*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins.
- Cornis-Pope, Marcel; Neubauer, John (2002). *Towards a History of the Literary Cultures in East-Central Europe: Theoretical Reflections*. New York: American Council of Learned Societies. Occasional Paper 52. URL https://www.acls.org/uploadedFiles/Publications/OP/52_Literary_Cultures_in_East_Central_Europe.pdf (2019-04-29).

- Cornis-Pope, Marcel; Neubauer, John (eds) (2004-10). *History of the Literary Cultures of East-Central Europe: Junctures and Disjunctures in the 19th and 20th Centuries*. 4 vols. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins.
- Delgado, Luisa Elena (2014). *La nación singular. Fantasías de la normalidad democrática española (1996-2011)*. Tres Cantos: Siglo XXI de España Editores.
- Domínguez, César; Abuín González, Anxo; Sapega, Ellen (eds) (2016). *A Comparative History of Literatures in the Iberian Peninsula*, vol. 2. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins.
- Elias, Norbert [1956] (1990). *Compromiso y distanciamiento. Ensayos de sociología del conocimiento*. Ed. de Michael Schröter. Barcelona: Ediciones Península.
- Ercikan, Kadriye; Seixas, Peter (eds) (2015). *New Directions in Assessing Historical Thinking*. New York; London: Routledge.
- Faber, Sebastiaan (2008). «Economies of Prestige: The Place of Iberian Studies in the American University». *Hispanic Research Journal*, 9(1), 7-32.
- Febvre, Lucien (1953). *Combats pour l'histoire*. Paris: Armand Colin.
- Gabilondo, Joseba (2009). «Towards a Postnational History of Galician Literature: On Pardo Bazán's Transnational and Translational Position». *Bulletin of Hispanic Studies*, 86, 249-69.
- Gabilondo, Joseba (2013). «Galdós, Etxeita, Rizal – Madrid, Mundaka, Manila: sobre la negación colonial y las articulaciones (post)imperiales del Pacífico-Atlántico hispánico». *452°F. Revista electrónica de teoría de la literatura y literatura comparada*, 9, 13-41. URL https://www.452f.com/pdf/numero09/09_452f-mono-joseba-gabilondo-es.pdf (2018-09-03).
- Gabilondo, Joseba (2013-14). «Spanish Nationalist Excess. A Decolonial and Postnational Critique of Iberian Studies». *Prosopopeya*, 8, 23-60.
- Gabilondo, Joseba (2016). *Before Babel: A History of Basque Literatures*. S.L.: Barbaroak.
- Giménez Caballero, Ernesto (1947). *Amor a Galicia, progenitora de Cervantes*. Madrid: Editora Nacional.
- Gimeno Ugalde, Esther; Silva, Fátima Fernandes da; Lopes, Francisco Serra (orgs) (2013). *Catalunya, Catalunha*. Vila Nova de Famalicão; Benicarló: Edições Húmus; Onada Edicions.
- González-Millán, Xoán (2001). «Os problemas dunha lectura (poli)sistémica da literatura». Lozano-Renieblas, Isabel; Mercado, Juan Carlos (eds), *Silva. Studia Philologica in honorem Isaías Lerner*. Madrid: Castalia, 301-13.
- Harrington, Thomas S. (2015). «Sistemas periféricos, disciplinamento doutrinal e o futuro dos estudos galegos». *Grial*, 205, 75-85.
- Harvey, David [1973] (1988). *Social Justice and the City*. Oxford: Blackwell.
- Hutcheon, Linda; Valdés, Mario J. (2002). *Rethinking Literary History. A Dialogue on Theory*. Oxford; New York: Oxford University Press.
- Kölbl, Carlos; Konrad, Lisa (2015). «Historical Consciousness in Germany: Concept, Implementation, Assessment». Ercikan, Kadriye; Seixas, Peter (eds), *New Directions in Assessing Historical Thinking*. New York; London: Routledge, 17-28.
- Koselleck, Reinhart [1975] (2004). *historia/Historia*. Madrid: Trotta.
- Kristeva, Julia (1969). *Semiotiké. Recherches pour une sémanalyse*. Paris: Éditions du Seuil.
- Kushner, Eva (1992). «Comparative Literary History among the Human Sciences». Valdés, Mario J.; Javitch, Daniel; Aldridge, A. Owen (eds), *Comparative Literary History as Discourse. In Honor of Anna Balakian*. Berna: Peter Lang, 69-80.

- Kuukkanen, Jouni-Matti (2015). *Postnarrativist Philosophy of Historiography*. New York: Palgrave Macmillan.
- Lourido, Isaac (2014). *História literária e conflito cultural. Bases para umha história sistémica da literatura na Galiza*. Santiago de Compostela: Laivento.
- Martínez-Gil, Víctor (ed.) (2010). «*Uns apartats germans*»: *Portugal i Catalunya / «Irmãos afastados»: Portugal e a Catalunha*. Lisboa; Palma: Instituto Camões; Lleonard Muntaner Editor.
- Martínez Tejero, Cristina; Pérez Isasi, Santiago; Fernandes, Ângela (2018). *Os estudos ibéricos a partir de la periferia. Desafios epistemológicos e novos olhares nos estudos galegos, bascos e catalães = Colóquio Internacional*. Livro de resumos. Lisboa: Centro de Estudos Comparatistas de la Universidade de Lisboa.
- Massey, Doreen (2010). *World City*. Cambridge: Polity Press.
- Miguélez-Carballeira, Helena (2013). *Galicia, a Sentimental Nation: Gender, Culture and Politics*. Cardiff: University of Wales Press.
- Munslow, Alun (2010). *The Future of History*. New York: Palgrave Macmillan.
- Munslow, Alun (ed.) (2013). *Authoring the Past. Writing and Rethinking History*. New York: Routledge.
- Neubauer, John (ed.) (1998). *Cultural History after Foucault*. New York: Aldine de Gruyter.
- Onfray, Michel (2006). *Contre-histoire de la philosophie*. 2 vols. Paris: Grasset.
- Ortega, Julio (ed.) (2012). *Nuevos hispanismos. Para una crítica del lenguaje dominante*. Madrid; Frankfurt am Main: Iberoamericana; Vervuert.
- Pérez Isasi, Santiago (2014). «Literatura, iberismo(s), nacionalismo(s): apuntes para una historia del iberismo literario (1868-1936)». 452°F. *Revista electrónica de teoría de la literatura y literatura comparada*, 11, 64-79. URL https://www.452f.com/pdf/numero11/11_452f_Perez_orgnl.pdf (2018-09-03).
- Pérez Isasi, Santiago; Fernandes, Ângela (eds) (2013). *Looking at Iberia. A Comparative European Perspective*. Oxford: Peter Lang.
- Pérez Isasi, Santiago; Gimeno Ugalde, Esther (2017). «IStReS: A Tool for Researchers in the Area of (Literary) Iberian Studies». *39th Annual Association for Contemporary Iberian Studies Conference, University of East Anglia* (Norwich, 4-6 september 2017). URL https://www.academia.edu/34485866/IStReS_-_Iberian_Studies_Reference_Site_a_tool_for_researchers_on_cultural_Iberian_Studies_ (2018-09-03).
- Rancière, Jacques (2000). *Le Partage du sensible. Esthétique et politique*. Paris: La Fabrique Éditions.
- Resina, Joan Ramon (2009). *Del hispanismo a los estudios ibéricos: una propuesta federativa para el ámbito cultural*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Resina, Joan Ramon (ed.) (2013). *Iberian Modalities. A Relational Approach to the Study of Culture in the Iberian Peninsula*. Liverpool: Liverpool University Press.
- Rina Simón, César (ed.) (2017). *Procesos de nacionalización e identidades en la península ibérica*. Cáceres: Universidad de Extremadura.
- Sáez Delgado, Antonio (2014). «Relaciones literarias entre Portugal y España 1890-1936: hacia un nuevo paradigma». 1616: *Anuario de Literatura Comparada*, 4, 25-45.
- Sardica, José Miguel (2013). *Ibéria. A relação entre Portugal e Espanha no século XX*. Lisboa: Alêtheia.
- Simonsen, Karen-Margrethe (2015). «Towards a New Europe? On Emergent and Transcultural Literary Histories». Domínguez, César; D'haen, Theo (eds),

- Cosmopolitanism and the Postnational: Literature and the New Europe*. Leiden; Boston: Brill, 131-51.
- Topuzian, Marcelo (coord.) (2018). «Literatura y Estado», núm. extraordinario, *Tropelías. Revista de Teoría de la Literatura y Literatura Comparada*, 4.
- Torres Feijó, Elias J.; Samartim, Roberto (2018). *Sobre conflito linguístico e planificação cultural na Galiza contemporânea. Dez contributos*. Santiago de Compostela: Através Editora.
- Valdés, Mario J. (1999). «Postmodern Literary History or Reading History as a Hypertext». *Neohelicon*, 26(2), 11-17.
- Valdés, Mario J. (2002). «Rethinking the History of Literary History». *Hutcherson, Valdés* 2002, 63-115.

La hipótesis del ovillo desmadejado

Caracterizar los estudios ibéricos desde lo insular

Mercè Picornell

Universitat de les Illes Balears, Illes Balears, España

Abstract This chapter explores some of the challenges posed by a ‘comparatist’ definition of Iberian Studies. These challenges relate to the reification of the genealogy of cultural, institutional or political links that often justify Iberian literary research. They are also characterised by the tendency to idealise the Iberian context as a net of relations ‘between equals’, which contributes to hide the heterogeneity and the hierarchies between the literary units under analysis. The case of Majorcan literature and culture – an often excluded node of the Iberian ‘peninsular’ network – will be used to argue that exploring this topic from its so-called peripheral ‘others’ offers some solutions to this ‘comparatist’ definition in the contemporary context. Specifically, this chapter focuses on two different aspects of relevance to Iberian Studies: the difficulty of defining the local or regional status of Majorcan literature, and the intersection of local and global synergies in its actual configuration.

Keywords Iberian Studies. World literature. Local literatures. Globalisation. Catalan culture. Island Studies.

Sumario 1 Introducción. – 2 Formas de imaginarse el mundo (académico): de la red al ovillo. – 3 Regionalizar: pulsiones y precariedades para una definición de lo insular. – 4 Las formas locales de lo global, y viceversa. – 5 Conclusiones: desenmarañando los estudios ibéricos.



Edizioni
Ca' Foscari

Biblioteca di Rassegna iberistica 16

e-ISSN 2610-9360 | ISSN 2610-8844

ISBN [ebook] 978-88-6969-323-6 | ISBN [print] 978-88-6969-324-3

Peer review | Open access

Submitted 2018-09-26 | Accepted 2018-11-19 | Published 2019-08-02

© 2019 | Creative Commons Attribution 4.0 International Public License

DOI 10.30687/978-88-6969-323-6/002

1 Introducción

Hace unos meses en un congreso un compañero canadiense ironizaba en el diálogo posterior a una ponencia de tema ibérico sobre su sorpresa la primera vez que vio, en la información meteorológica española, la silueta de Portugal recortada del mapa de la península. Sin embargo, si hay otra recurrencia curiosa de este espacio televisivo en la tradición hispánica es la tendencia de los informadores ‘del tiempo’ a situarse a la derecha de la pantalla, esto es, delante de las Islas Baleares. Demasiado cerca de la península, estas islas no tienen el dudoso privilegio de un ‘exótico’ recuadro como el de las Canarias. Soleadas siempre en el imaginario europeo, no parecen tampoco tener derecho al cambio meteorológico. Bromas aparte, en las páginas que siguen me gustaría reflexionar sobre la configuración de los estudios ibéricos *desde* este lugar tapado parcialmente por quien enuncia la información. Mi punto de vista se fundamenta en la comprensión del mundo que puedo lograr desde Mallorca, una isla en un Mediterráneo arrasado por el turismo y tumba de refugiados, que se obvia a menudo en las caracterizaciones de lo ibérico o, cuando aparece, es como comentario entre paréntesis o nota al pie.¹

Lo que me propongo desde este lugar es utilizar el campo de estudios ‘ibérico’ para cuestionar una manera de percibir las escalas de trabajo implícitas o explícitas en los denominados ‘estudios ibéricos’ y plantear una alternativa analítica que tenga en cuenta los procesos de definición e indefinición de estas mismas escalas: esto es, de sus afirmaciones y de sus mezclas. Este objetivo puede parecer muy simple pero tiene consecuencias complejas, en tanto que desordena los lugares desde los que percibir el contacto y el conflicto, y también las categorizaciones desde las que convertir su tramado en una unidad de estudio *ibérica*. La isla que habito se me presenta como un lugar privilegiado para esta tarea en dos sentidos: por lo que tiene de lugar a menudo obviado en los estudios ibéricos, y por los complejos procesos de localización y globalización cultural que han contribuido a la definición de sus límites y a sus relaciones con otros complejos culturales. Propongo, así, una lectura que solo puede percibirse como periférica al campo de definición ibérico que propone si se asume que existe algún tipo de centro de una red de contactos entre unidades consideradas dignas de comparación. Me sirve, de momento, como lugar donde apuntalar la precariedad de mi posición teórica, la mirada descolocada de Walter Mignolo (2000) en tor-

¹ Cabe notar la importante excepción del estudio de Jesús Revelles Esquirol (2015), que compendia la intervención de los intelectuales de las islas Baleares en el iberismo catalán, y a quien agradezco sus comentarios a la lectura de este capítulo, así como también los que me han hecho llegar Arturo Casas, Guillem Colom-Montero y Margalida Pons.

no a las categorías de lo local y lo global en su pensamiento fronterizo. Entiendo que el *border thinking* de Mignolo propone un lugar desde donde pensar la cultura que inutiliza las dicotomías (local/global, occidental/oriental, metropolitano/colonial) situándose precisamente en el lugar donde estas confluyen. Lo fronterizo no se refiere aquí a lo periférico, sino más bien a un lugar a la vez interior y exterior, un marco que determina la percepción de las 'partes' que en él se incluyen y su relación con 'otras partes'. Para estructurar mi argumentación, dedicaré el próximo apartado a reflexionar sobre cómo se ha definido el marco comparatista de los estudios ibéricos. En las secciones posteriores mostraré dos aspectos que me parece que cuestionan la composición habitual de este marco y que ejemplificaré a partir de casos concretos de la cultura mallorquina contemporánea. Estos se relacionan, en primer lugar, con la dificultad para considerar segmentaciones regionales como objeto de comparación, y, en segundo lugar, con la compleja definición de una localidad cultural condicionada por las dinámicas socioeconómicas globales. Finalmente, en las conclusiones intentaré proponer algunos caminos para una redefinición comparatista de los estudios ibéricos.

2 Formas de imaginarse el mundo (académico): de la red al ovillo

Mi análisis se propone en un ámbito metodológico, por lo que no entraré en consideraciones sobre las diferentes acepciones de las que ha sido objeto el iberismo en los ámbitos económicos, geopolíticos, o incluso culturales (Revelles Esquirol 2017, 374; Pérez Isasi 2014a, 67-8), si bien, hasta cierto punto, seguramente resulta complejo definir los estudios ibéricos sin aludir a las connotaciones ideológicas del iberismo, a menudo contrapuestas a un hispanismo unificador que se pretende superar. Entiendo que el tema de este volumen son los 'estudios ibéricos' como campo académico que creo que, a grandes rasgos, se ha fundamentado por lo menos desde tres orientaciones diferentes. En primer lugar, la que usa lo 'ibérico' simplemente como eufemismo para evitar las connotaciones de lo español-hispánico. Cuando hablo de uso eufemístico no lo hago en un sentido necesariamente peyorativo.² Sin embargo, en algunas segmentaciones de su uso resulta difícil atender a las dimensiones del cambio propuesto por la denominación respecto a lo hispánico que pretende evitar. Así, por ejemplo, reflexionando sobre el lugar de los estudios ibéricos en la universidad americana, Sebastiaan Faber define de esta

² De hecho, lo reconozco en encuentros que he contribuido a organizar para propiciar espacios comparatistas sin mencionar lo español.

manera su ámbito de trabajo: «Since it is the most commonly accepted term, I will use the term 'Iberian' studies throughout this essay to refer to the 'Peninsular' half of Hispanism, although my analysis does not include Portuguese studies» (2008, 8). Y continúa reflexionando sobre la diferencia de estudiar una literatura desde el país donde se produce o en el exterior:

It would not occur to anyone to question the academic presence of English language and literature in England, or Mexican literature in Mexico, or of Polish literature in Poland. (Of course, there is plenty to argue about when it comes to defining what forms and samples of cultural production are most appropriate for study or most characteristic of national culture – especially if as in the Spanish case, the very concept of the nation is under dispute – but that is another matter). (Faber 2008, 10)

La definición de lo ibérico en 'estudios ibéricos' supone aquí una inclusión en lo hispánico (junto con lo latinoamericano) y una exclusión de lo portugués.³ A la vez, reconoce la dificultad de seleccionar corpus representativos de una cultura nacional en el contexto español –entendiendo que, entre otras cosas, a causa de la pluralidad de nacionalidades 'españolas'– pero también que profundizar en esta dificultad no es imprescindible en la discusión sobre el lugar de los estudios ibéricos, resulta, según Faber, «another matter».⁴

Como ya han expuesto Resina (2009) para el contexto americano y Helena Buffery (2007) o Dominic Keown (2013) para el Reino Unido e Irlanda, este uso que yo considero eufemístico pretende exorcizar las connotaciones metodológicas e ideológicas vinculadas al hispanismo. Creo que esta orientación se vincula a una segunda tendencia de definición de los estudios ibéricos, la que los percibe como 'disciplina', esto es, como área de estudio vinculada a unos objetivos y una metodología concreta. En esta línea, Resina considera que el declive de los estudios hispánicos está ligado a su vínculo con el hispanismo como ideología que habría impedido a este campo articu-

3 Dejo de lado la discusión sobre una posible 'identidad' de 'la' literatura mexicana, así como, por ejemplo, la constatación de los cambios constantes de la frontera de lo que se denomina 'Polonia' a lo largo del siglo XX. Así mismo, cabe notar que Faber pone sobre la mesa una cuestión importante también en términos comparatistas desde los orígenes de la disciplina, y que es la que se refiere a los objetos de estudio desde los que identificar la especificidad nacional. Se me ocurre, por ejemplo, que es pertinente valorar desde este punto de vista la función de la traducción en la definición de una tradición 'nacional'.

4 Joseba Gabilondo (2013) ya ha ahondado en el retorno o la reafirmación de lo español en los estudios ibéricos que construyen un espejismo de reconocimiento de la diversidad nacional que en realidad no deja de ser el objeto del deseo de una España que sigue sin asumir la pérdida de su vocación imperial.

larse como paradigma epistémico. Creo que sus argumentos topan con un problema de base: el de la operatividad plena de su definición de 'disciplina'. Escribe Resina que «[l]a razón principal de ser de las disciplinas humanísticas es fundamentar y salvaguardar la memoria cultural» (2009, 111). La vinculación de lo disciplinar con la memoria 'legítima' y, por tanto, con el archivo en términos foucaultianos es indiscutible. No me lo resulta tanto que los 'estudios hispánicos' o, por contraposición, los 'estudios ibéricos' puedan o deban definirse como 'una' disciplina. Reconocer el peso ideológico de la segmentación de los campos de conocimiento no debería oscurecer las teorías y los métodos que no solo posibilitan su fundamentación científica sino que a menudo se ligan de manera perniciosa –por lo que tiene de implícita– con la ideología que promueven. La delimitación de disciplinas no es *solo* una cuestión epistemológica, pero es *también* una cuestión epistemológica que condiciona la delimitación del objeto de estudio. Buscar una filiación disciplinar para los estudios ibéricos no deja de ser, como escribe Sánchez Pérez (2005) reflexionando sobre la diferenciación entre sociología y antropología, confundir la solidez institucional (deseada, parece ser, por Resina para los estudios ibéricos) con la validez epistémica (que se derivará no tanto de una manera particular de estudiar 'lo ibérico' como de las diversas metodologías que distintas disciplinas apliquen a su estudio).

Esta necesidad de justificar un nuevo marco disciplinar para los estudios ibéricos tiene que ver con el rechazo a una metodología fundamental en las filologías hispánicas, esto es, el paradigma historicista de base nacional-estatal. Desde este punto de vista, el cambio metodológico que supone usar un «punto de vista ibérico», por usar una expresión de Pérez Isasi y Fernandes (2013, 3), sería algo así como situar los fenómenos literarios en un marco no monolingüe ni limitado por lo nacional, cosa que es una innovación desde la mirada filológica, pero no desde los estudios comparatistas en los que ellos y muchos otros iberistas trabajan. No lo sería, tampoco, por ejemplo, si atendemos a las propuestas teóricas de uno de los ámbitos excluidos de los estudios ibéricos, esto es, la crítica cultural latinoamericana atenta desde principios del siglo XX a los procesos complejos de revisión de los lugares desde donde hablar de la identidad nacional, la cultura y sus mezclas: de José Carlos Mariátegui a Néstor García Canclini, pasando por Fernando Ortiz, Ángel Rama, Antonio Cornejo Polar o por Walter Dignolo. Creo que efectivamente la tercera y más sólida orientación en la definición de los 'estudios ibéricos' es la que se define como un espacio de análisis comparatista justificado a menudo desde la nueva historiografía crítica (i.e. Valdés 1999) o desde una metodología sistémica (en la orientación de Itamar Even-Zohar o Dionýz Ďurišin). La diversidad terminológica con la que se intenta acotar lo ibérico –como institución literaria (Rodríguez González 2015), entramado sistémico (Ribera Llopis 2015), polisistema (Pérez

Isasi y Fernandes 2013), macropolisistema (Resina 2009) o comunidad interliteraria (Casas 2000), entre otros- me parece una muestra de la coexistencia de diferentes grados de conjuntividad en la percepción crítica del espacio en común. En la práctica, la pertinencia de un campo de estudio comparatista ibérico se justifica a menudo mediante la identificación de una amplia genealogía de vínculos que, según Víctor Martínez-Gil (2015, 31), se encuentran en la creación de instituciones, las relaciones de contacto comprobables y la presencia de ciertos temas 'ibéricos'. Su existencia justificaría la relevancia de 'la iberística':

La iberística, dentro del marco de la literatura comparada y de los estudios culturales, debe ser la expresión académica de este hecho. En el fondo lo es ya que constituye una aproximación que permite resolver algunos problemas de contenido y de desarrollo de *las literaturas y las culturas peninsulares*. Si es capaz de no convertirse en la defensa de una supuesta identidad opuesta a otras identidades europeas como a veces se sugiere [...] un punto de vista que coartaría la especificidad de cada cultura o espacio político, puede también, desde el respeto que la mirada académica debe imponer, fortalecer lazos de comprensión y cooperación. (Martínez-Gil 2015, 44; cursivas añadidas)

Dejo de lado la exclusión en la que me sitúa como isleña la sinonimia entre lo ibérico y lo peninsular -Daniel-Henri Pageaux (2004) ya identificó la extrapeninsularidad con el destierro y César Domínguez (2010) ha inventariado el geosímbolo insular ibérico sin atender a las islas rodeadas efectivamente por mar. Volviendo al fragmento, como argumenta Martínez-Gil, la iberística debería «fortalecer lazos de comprensión y de cooperación». También Jesús Revelles Esquirol entiende que el iberismo permite: «huir tanto de un unitarismo homogeneizador como de una excesiva compartimentación de tipo administrativo» y que no emerge, continúa, «como una utopía folclórica sino como un instrumento de soberanía popular, ya que por una parte presupone un mínimo común denominador *entre todas sus partes*, pero por otra no establece como protagonistas a los estados nación» (2017, 364; cursivas añadidas). Como es sabido, esta especie de ideal de concordia no es ajeno a la historia del comparatismo. Me interesa fijarme sin embargo en cómo la *iberística*, al definirse desde la teoría como supranacional, intenta evitar lo que Revelles Esquirol denomina «excesiva compartimentación», pero insiste en acotar unas «partes» preestablecidas y en celebrar sus contactos. Escribe, por ejemplo, también Ribera Llopis que «[l]as literaturas de la Península Ibérica permiten *cada una de ellas* una lectura y un estudio nacionales de corte vertical [...] y, a su vez, potencian una resituación de corte horizontal mediante su reubicación en una coordenada de or-

den comparatista» (2015, 4; cursivas añadidas). En un sentido semejante, Martínez-Gil considera que supone un «espacio de relación» que no invalida «las relaciones *de cada cultura con otras culturas* no peninsulares» (2015, 44; cursivas añadidas). La determinación de los objetos de comparación –«sus partes», «las literaturas» y «cada cultura» según Revelles Esquirol, Ribera Llopis y Martínez-Gil– dibuja una cartografía cultural plural pero de fronteras marcadas. Al definir las no se habla siempre de naciones, no se respetan los límites de los estados, pero la delimitación excluyente de *unas partes* o de *un tipo de partes* se mantiene. Pérez Isasi las denomina «entidades colectivas» y las enumera en paréntesis como «singularmente España y Portugal, *pero también* Cataluña, Galicia o el País Vasco, así como diversas entidades [...] hoy desaparecidas» (2014c, 23; cursivas añadidas), que conviven en un espacio que se presenta como multilingüe, multicultural y plurinacional, «*sin que sea necesario*, en este punto, entrar en discusión sobre las pretensiones de nacionalidad de Cataluña, Galicia o el País Vasco» (30; cursivas añadidas). El «pero también» y el «sin que sea necesario» manifiestan una jerarquía restrictiva implícita en la segmentación de los objetos de comparación marcados –vinculada aquí a una ‘pretensión’ nacional que sospecho que también tiene España. No pretendo en absoluto impugnar los estudios bien documentados que estas declaraciones motivan. Los cito solo como indicio de la necesidad de abrir un proceso de reflexión sobre el ‘cada’ de ‘cada literatura’, es decir, sobre las escalas o los diámetros desde los que categorizar estas unidades en unos estudios ibéricos que no solo, como bien recomienda también Pérez Isasi, no reproduzcan el esquema binario del comparatismo clásico, sino que también den cuenta de las jerarquías y desigualdades entre y dentro de los límites de las unidades de estudio. La mirada comparatista no es la que busca puentes o barrancos entre unidades sino, como ha escrito César Domínguez, la que parte de «una constante búsqueda de adecuación a la abundancia de los mundos culturales, en todas sus superposiciones, en un equilibrio dialéctico entre lo particular y lo universal, desde el reconocimiento de que, sin la comparación, es imposible el pensamiento ante un mundo de particulares universalizados» (2012a, 273). Los procesos de unificación, diferenciación y jerarquización que permiten la creación de ‘partes’ deben ser nuestro objeto de estudio, no lo que implícitamente ordena nuestro objeto de estudio.

Si la segunda tendencia expuesta podía tender a la disciplinización del campo, esta última tendencia añade el riesgo de identificar el objeto de estudio con el inventario de los contactos productivos ‘entre’ las unidades (auto)consideradas ‘ibéricas’. Para superar la reificación del campo de estudio que esto comporta puede ser útil evitar conceptualizarlo a partir de la imagen de la red que aparece reiteradamente en las definiciones de los estudios ibéricos. Esta re-

presentación reticular⁵ remite a un escenario de líneas precisas entre localizaciones concretas más o menos transitadas -lo gallego, lo portugués, lo catalán, lo español- y cabría reflexionar sobre la ausencia de lo vasco en las enumeraciones al uso, marcadas quizás por una proyección de la idea de singularidad y inaccesibilidad lingüística a las dinámicas del campo literario (Pérez Isasi 2014b). Se me ocurre que su limpidez, sin embargo, puede oscurecer la complejidad de los vínculos y las exclusiones de este tránsito y convierte (de nuevo) el comparatismo en una cartografía de localizaciones prefijadas y vínculos productivos. Propongo por eso repensar los estudios ibéricos con la forma metafórica del ovillo enredado, de círculos de diferentes diámetros y perímetros irregulares que provocan nudos a veces involuntarios e inicios o finales difíciles de identificar. Me gusta también la imagen del ovillo porque sitúa su concreción imaginaria en un marco no tan disciplinar como doméstico: el de las tejedoras que, además, últimamente han proyectado su creatividad artesanal como metáfora de la posibilidad de construir en común una sociedad más inclusiva, esto es, que genere menos márgenes y menos sobras.

Siguiendo el hilo de mi propuesta, centraré mi análisis de aquí adelante en uno de los nudos del ovillo iberista, como lo es el de mi propia insularidad. La ausencia de mención a lo insular en los estudios ibéricos puede interpretarse como una obviada -las islas como parte de la unidad peninsular- o como una ausencia de interés ante lo menor. El no iberismo de Mallorca también se puede justificar en términos arqueológicos o históricos, pero no es este el camino que me resulta más útil para una reflexión que se pretende metodológica. Me interesa más notar cómo lo menor, y en concreto, lo insular-mallorquín pone en cuestión la pertinencia de las escalas desde las que definir las 'unidades' que parece conectar el marco ibérico: tanto en su difícil definición como región de una unidad 'mayor', como en su compleja interacción local en un entorno global.

5 La metáfora de la red es frecuente en la definición de los estudios ibéricos, como muestran los siguientes ejemplos: «Los nexos existentes entre las distintas culturas políticas que se formaron a nivel peninsular fueron de una intensidad y continuidad más que destacables, conformando una nutrida y compleja *red de relaciones*» (Chato González 2017, 194; cursivas añadidas); «Si bien las formulaciones políticas unionistas y federalistas no se concretaron hasta la entrada de ambos países en la CEE en un marco asociativo, las propuestas peninsulares crearon una amplia *red de relaciones* y solidaridades cuyo análisis vendría a cuestionar el tópico historiográfico y nacionalizador de las 'espaldas enfrentadas'» (Rina 2017, 218; cursivas añadidas). También aparece en la editorial del monográfico sobre «Literaturas Ibéricas Comparadas» publicado en la revista *452^ºF*, que pretende estudiar «las relaciones literarias y culturales en la Península Ibérica, que constituye un entramado de *redes intelectuales en diálogo y tensión constantes*» (Padró 2014; cursivas añadidas).

3 Regionalizar: pulsiones y precariedades para una definición de lo insular

No me interesa en estas páginas insistir en la ausencia de interés por lo insular que denotan las identificaciones reiteradas de lo ibérico con lo peninsular. El tono de mi argumentación no es el de una queja ante una exclusión. Me interesa más bien analizar cómo se produce en el contexto insular una difícil conceptualización de lo local para proyectar esta misma dificultad al marco ibérico en el que podría incluirse. Mallorca me parece un campo de pruebas ejemplar por la complejidad de las unidades en las que se puede definir su pertenencia. Me explico: ser mallorquín no es necesariamente ser balear, y puede definirse como una manera más o menos clara de ser catalán o de ser español, de ser europeo o de ser mediterráneo, que tiene que ver con una historia de contactos, pero también con las segmentaciones impuestas por las administraciones y los flujos económicos y demográficos. Como ya ha estudiado Arturo Casas (2006), las dimensiones local, nacional y mundial no aluden necesariamente a una ampliación progresiva del diámetro, sino a una compleja lógica dialógica por la que se conectan de manera diversa dentro y fuera de sus límites. En el campo de la geografía, la 'política de escalas' ya ha puesto de manifiesto esta condición dinámica y procesual de las unidades de estudio, que no debería conceptualizarse a partir de metáforas jerarquizadoras, como escaleras o pirámides (González 2005, 102). En mi contexto insular, el gentilicio 'balear' suele utilizarse desde el marco peninsular -catalán o español- y perder sentido en cada una de las islas del archipiélago, donde la identidad personal y colectiva se refiere en exclusiva a cada territorio: nadie se definiría a sí mismo como 'balear'.⁶ De hecho, en las islas, su uso en entornos no académicos ni gubernamentales se reduce -con pequeñas excepciones- a un españolismo de ultraderecha que utiliza lo que entiende como 'lengua balear' para negar la catalanidad del idioma.⁷ Lo mediterráneo,

⁶ Lo notaba Josep Maria Llompart, uno de los autores más implicados en la recuperación de la cultura catalana en la Mallorca del tardo y posfranquismo, en un monográfico de *Serra d'Or*: «No hi ha dubte que en el continent, quan es volen fer una idea de les nostres illes, no veuen gens clares les coses [...]. Al capdavall, pensen que aqueixes terres enmig del mar formen un país coherent i més o menys uniforme que es diu Mallorca. I prou. [...] En realitat, el que anomenam 'Illes Balears' són uns petits països, uns petits mons definits i retallats per la immo­dicable frontera del mar, ben diferents entre ells i inserits dins el context cultural dels Països Catalans» (Llompart 1990, 23-4).

⁷ En una comunidad pequeña como la mallorquina resulta fácil identificar los vínculos de las entidades 'balears' o 'mallorquinistas' y sus representantes con posiciones políticas muy marcadas. Guillem Calaforra y Sebastià Moranta (2005) han estudiado la conformación y justificación de la ideología denominada *gonellista*, en cuyo ideario se plantean la defensa de los usos dialectales hasta, sobre todo, posiciones de extrema derecha anticatalanista. Recientemente, Lucas Johan Duane Bernedo (2018) ha dedicado una tesis a la conformación de lo que considera una disidencia ante la norma en el contexto balear.

por contra, tiene una función tanto en la definición de la particularidad de lo local-insular como de su proyección internacional. Sin embargo, superada la mediterraneidad ensalzada por el Noucentisme d'Eugeni d'Ors,⁸ desde posiciones catalanistas algunos han rechazado también el Mediterráneo como eje geoestratégico. Este parece oponerse al europeísmo al que según escribe, por ejemplo, Antoni Martí (2013, 168) tiende con «firmeza» la cultura catalana y que, de hecho, justifica también muchas definiciones de lo ibérico en marco de «las literaturas europeas».⁹ De hecho, la Mallorca mediterránea es una imagen de postal -o de anuncio de cerveza¹⁰- pero también un lugar muy cercano a África. La llegada de pateras a la isla es un hecho tan frecuente como invisible, como lo fue también en 1936 el exilio en barcas desde la isla hacia Argelia (Cassanyes 2017).

Como nota Casas (2014), la búsqueda de unidad y representatividad de las historias literarias nacionales convencionales ha definido, por contraposición, lo regional como lo menor. Esta definición de lo regional-menor es presente a menudo en las aportaciones teóricas que intentan definir su alcance, e incluso en las que pretenden dar luz sobre su potencial para desafiar la unicidad de los discursos filológico-nacionales. En la propuesta de Đurišin (1989), se denominan «literaturas étnicas modernas» aquellas que corresponden a una comunidad que vive dentro de otra comunidad más amplia. Su caracterización se establece desde la consideración de la literatura nacional como epifenómeno al que tendería la literatura étnica, todavía no completamente formada (Domínguez, Saussy, Villanueva 2016, 73-4; Domínguez 2012c). Esta idea, de hecho, subyace también de alguna manera en la distinción de Elias Torres (2004) entre subsistemas y protosistemas. Si los primeros mantienen la especificidad respecto al sistema en el que se incluyen pero sin impugnar

8 El Noucentisme catalán promovió la fascinación por una imagen del Mediterráneo y su vinculación a estéticas clasicistas. En el pensamiento de Eugeni d'Ors el ideal mediterraneísta se vincula también al imperialismo como uno de los motores del catalanismo noucentista. Josep Murgadas (2003) vincula esta fascinación a la voluntad de disponer de un antagonismo respecto a la afirmación 'castellana' de la denominada 'generación del 98', así como a un posicionamiento latinista opuesto a la supremacía obtenida durante el siglo XIX por los países del norte de Europa. Desde su punto de vista, el *mediterraneísmo* no sería, así, tan solo una formulación estética o plástica vinculada con lo clásico, sino un montaje ideológico condicionado geoestratégicamente.

9 Al respecto de este rechazo 'europeo' a lo mediterráneo ver las encendidas polémicas que provoca el concepto en un hilo de debate de un fórum de debate nacionalista *Racó Català* bajo la pregunta «Algú es sent: Mediterrani?» (<https://www.racocatala.cat/forums/fil/106676/algu-es-sent-mediterrani?pag=1>, 2018-12-13).

10 Desde el 2008, la marca de cerveza Estrella Damm promocionaría su bebida cada verano con el lema 'mediterraniament', con cortos que proyectan una imagen idílicas e increíbles del verano en zonas de las Baleares y de Cataluña. En el último corto, y en pleno debate público sobre los imposibles precios de alquiler, dos cantantes de hotel viven en preciosas casas rurales de Formentera.

su pertenencia a él, los segundos tienden a la creación de un nuevo sistema segregado.

Situar lo regional en esta lógica significa definirlo simplemente como un lugar menor que puede tender a lo nacional o asumir su subyugación. Se trata de una idea prevalente en las pocas caracterizaciones de la literatura regional en el contexto español. Destaca por extremo el volumen monográfico editado por José Carlos Mainer y José María Enguita (1994), *Literaturas regionales en España*, en cuya introducción Mainer (1994, 13) define lo regional como aspiración a una nacionalidad a la vez redentora e inaccesible que se vincula, además, a un estadio de subdesarrollo basado en la intuición opuesta a la racionalidad y se enraíza en una naturaleza contraria a la historia. Esta construcción de una imagen infantilizada de lo regional responde quizás en el contexto español a una deficitaria articulación de lo nacional que, según Luisa-Elena Delgado (2014), conduciría a la interpretación del disenso como amenaza a un frágil espacio en común.

Desde un punto de vista historiográfico, Fernando Cabo Aseginolaza ha estudiado la conceptualización de las literaturas regionales como fenómenos relativos que, «ao contrário da pretensão de suficiência das literaturas nacionais, se entendem sempre a partir de uma heteronomia ou, se deseja, de uma parcilidade que podem resultar, às vezes, certamente sugestivas» (2008, 89). Lucia Boldrini (2006) identifica las 'literaturas regionales' entre los corpus que deberían ser objeto de atención privilegiada en la literatura comparada, no solo porque permiten analizar subconjuntos dentro de un corpus nacional sino porque pueden forzar la apertura de este mismo corpus. Pocas veces, sin embargo, se concretan las dinámicas que provocan esta diversidad dentro de los límites de la nación y cómo pueden impugnar la estabilidad de sus fronteras. Casas introduce la cuestión al argumentar la necesidad de analizar no solo las interferencias conectivas entre sistemas, o, como escribe este autor, la dimensión relacional paratáctica, sino también la dimensión relacional hipotáctica: «mais pendente das juntas-disjuntas e dos encaixes polissistema-sistema-subsistema que de umha visom intersistémica central-central ou central-radial» (2014, 33). Vistos los prejuicios que determinan la consideración de lo regional como local, se me ocurre que la tarea de identificar, como recomienda Casas, las complejas relaciones hipotácticas en el contexto ibérico debería partir como mínimo de tres reflexiones previas. En primer lugar, debería impugnar las connotaciones valorativas asociadas a lo mayor o lo menor, esto es, atender a la especificidad de lo 'particular-local' sin percibirlo necesariamente como una réplica secundaria de algo 'general'. Se trata, como consideran también Heinz-Gerhard Haup, Michael G. Müller y Stuart Woolf (1999, 11), de entender que las declaraciones de identidad regional son una expresión cultural de distinción respecto al dominio del ejercicio del poder en la

nación-estado, pero también de que esta *distinción* no tiene por qué partir de un *retraso* que solo se justifica desde una percepción evolucionista de la historia cultural. En segundo lugar, debería situar las relaciones que afectan lo subsistémico más allá de la secuencia escalar que aparentemente define su razón de ser para ver cómo se conecta también lo más local con lo global o cómo se correlacionan las unidades 'menores'. La subordinación hipotáctica tomaría aquí forma más bien de condicionamiento mutuo entre escalas de diámetro diverso. En tercer lugar, debería considerar la posibilidad de formas diversas de segmentación que no respondan siempre a la lógica de la 'nación', y que den lugar a procesos más flexibles de interacción en la creación de una o diversas unidades cuyos límites también pueden estar en disputa. La razón de ser de estas segmentaciones puede responder a criterios geoculturales pero también a identificaciones de género, de clase o de intereses. En el caso mallorquín la prevalencia del tema 'xueta' –esto es, de los judíos conversos– en la literatura insular puede ejemplificar la necesidad de estas tres prevenciones: sitúa la especificidad local fuera de lo regional-menor y la vincula a una comunidad mundial que no se identifica (siempre) en términos nacionales.¹¹

Por otro lado, la fragilidad de los límites de lo nacional que Luisa-Elena Delgado (2014) aduce para el contexto español es también quizás lo que explica la compleja gestión de la diversidad local en la cultura catalana. Esta fragilidad se expresa a veces en la necesidad de rechazar lo regional. Xavier Pla (2009), por ejemplo, dedicaba las primeras páginas de un artículo sobre el localismo de Josep Pla a desvincular la cultura catalana de lo regional apelando a sus «grandes aportaciones» a la literatura universal. En otras ocasiones, se modifica el sentido de la nación para incluir la diversidad de lo catalán. En una curiosa operación crítica, Salvador Cardús (2005) ha defendido la necesidad de un término diferente, el de «nación brújula», para definir lo catalán sin apelar a limitaciones geográficas y sin necesidad de una denominación concreta para el espacio en común entre los territorios «catalanes». La dificultad de definición de la nación catalana se ha expresado a menudo en discursos alertados ante su propia precariedad. Víctor Martínez-Gil detecta una imagen «desoladora» que ha servido como paradigma para explicar la historia catalana y que la habría conducido a proyectarse en esferas más amplias: «el franc, el provençal, l'aragonès (i el pirinenc), el peninsular o fins i tot, si el volem considerar així, el pancatalà» (2016, 184). El término 'pancatalán' se ha utilizado para referirse al territorio común de los denominados 'Països Catalans', que incluirían Valencia, las Islas Baleares (así como Andorra, el Rosselló francés y Alguer). En el fragmento de Martí-

¹¹ Para más referencias sobre el tema, ver Arnau 2003.

nez-Gil el uso del concepto ‘pancatalán’ resulta algo equívoco al plantearse como un espacio más en el que la «acción literaria catalana» se habría proyectado para justificar su función. Lo ‘pancatalán’ no puede definirse como una ampliación de lo ‘propiamente catalán’, que no se diluye en su ampliación valenciano-insular. Induce, claramente, a una pregunta aparentemente absurda: ¿Cuál puede ser la naturaleza de lo que trasciende *lo catalán* desde su misma condición *catalana*?

Esta aporía es, sin embargo, común en los estudios literarios catalanes hechos desde la Cataluña estricta. Desde su centralidad dejan en un espacio de indefinición nacional a los restos de este paradigma de expansión. No creo que se trate de una exclusión siempre consciente o políticamente intencionada. No responde tampoco a la búsqueda de modelos de representatividad de la tradición nacional –que sería imposible definir sin Ramon Llull o Ausiàs March– y la encontramos también en algunas de las pocas propuestas de revisión metodológica de la historiografía literaria catalana planteadas en términos sistémicos. Así, por ejemplo, el año 2000 Mario Santana planteaba un interesante artículo sobre la necesidad de manifestar la heterogeneidad de las literaturas hispánicas como manera de desafiar el canon unívoco del hispanismo. Según Santana, una aproximación sistémica debería atender a la interacción «between different literary languages within the Iberian Peninsula (and its archipelagoes)» (2000, 167). La reducción de lo catalán insular a un paréntesis compartido con las Canarias, Azores o Madeira supone por lo menos una mención. Más elocuente me parece la poca relevancia de lo insular en la propuesta de Antoni Martí (2013) en un artículo de crítica contrafactual que se propone pensar la literatura catalana después de la independencia de Cataluña. La argumentación de Martí sitúa las relaciones de la literatura catalana con la que se produce en el territorio según él *independizable*, que debería percibirse con un espacio plural en el marco de la Península Ibérica:

Potser caldria començar a pensar que a la península Ibèrica hi ha, si més no, dues literatures diferents en llengua castellana, i que l'espanyola podria no ser la principal, de la mateixa manera que en el context llatinoamericà ja no ho és pas. Caldrà repensar també, *per raons anàlogues*, les situacions en què quedarien els escriptors en català del País Valencià i de les illes Balears, territoris que, pel que sembla, romandrien a dins l'Estat espanyol. De la mateixa manera, alguns dels escriptors espanyols actualment més importants quedarien, a tots els efectes, ubicats fora del territori d'Espanya. (Martí 2013, 167; cursivas añadidas)

No llego a entender el alcance de la analogía que arguye Martí. Quizás porque no percibo con claridad cómo interactúan en su propuesta los límites estatales respecto a los literarios. Tanto en Valencia

como en las Islas Baleares conviven, como en Cataluña, escritores y lectores en castellano, en catalán –y en muchas otras lenguas. Si los escritores en español que viviesen en la Cataluña independiente no serían ya *propiamente* españoles, ¿los que escribirían en catalán desde otros territorios de habla catalana y quizás en los límites del Estado español dejarían de ser *propiamente* catalanes?

Actualmente, en pleno auge del independentismo, la presencia de Valencia y las Islas Baleares en los discursos políticos de Cataluña se limita a un lugar menor en los programas de la izquierda alternativa. Gustau Muñoz (2004) reflexionaba ya hace tiempo sobre cómo la percepción del pancatalanismo cultural como irrealidad que se ha dado desde Cataluña resultaba una automutilación que provocaba una perversa limitación a lo local de aquello que no proviene del área metropolitana de Barcelona.¹² Por contra, desde Valencia y las Baleares, la literatura y la cultura en catalán no puede percibirse sin este espacio en común que no es contradictorio con las dinámicas propias, y al que se suman de manera compleja. Se produce así un efecto curioso que desafía la lógica escalar de las categorías local-nacional tal como las solemos percibir: una segmentación –la ‘de Cataluña’–, en el fondo, parcial, se autopercebe como *la* nacional, mientras que las categorías aparentemente periféricas asumen su pertenencia en un marco más amplio en el que inscribir su producción cultural. Desde la lógica escalar, lo más fácil sería pensar que es la literatura catalana ‘de Cataluña’ la que se define desde una lógica provincial o regional, asumiendo las fronteras políticas de la comunidad autónoma para justificar una unidad menor a la que la misma producción literaria del territorio (pan)catalán genera. Se trata de una exclusión que tiene hondas razones políticas, económicas e históricas pero que no deja de fundamentarse en una aporía en términos culturales y literarios: marca con la imagen de lo ‘local’ lo que, en realidad, se percibe como parte de un conjunto nacional en común, y define lo *propiamente* ‘nacional’ acotando un espacio menor.

En términos literarios, son múltiples los datos que desafían la implícita exclusión de Valencia y las Baleares en muchos de los relatos de la literatura catalana actual creados desde este supuesto centro peninsular. Me referiré aquí solo a algunos ejemplos. En el ámbito institucional, la principal asociación de escritores, la AELC (Associació d'Escriptors en Llengua Catalana), responde en su articulación a un modelo que podríamos considerar ‘federal’, con tres vicepresi-

¹² Escribe Muñoz, desde Valencia y para una revista mallorquina: «Caldria avançar, en qualsevol cas, cap a un enfocament més policèntric de la cultura catalana, que evités la perversió de considerar com a produccions ‘locals’, i prou, aquelles que no provenen estrictament de l'àrea metropolitana de Barcelona, amb independència del seu perfil real i de la seua intencionalitat. És una distorsió feixuga, i sens dubte empobridora, que pateixen també les perifèries interiors de la pròpia Catalunya» (2004, 7).

dentos y seis vocales de los tres territorios catalanes dentro del Estado español. En el campo académico, la Xarxa Vives incluye todas las universidades de habla catalana, incluidas las de Sácer y Perpiñán. En el ámbito editorial, podríamos considerar cómo la diversidad de procedencias es cada vez más común en los catálogos editoriales que se rigen por lógicas de mercado o por afinidades generacionales o estéticas que superan los límites de lo 'autonómico'. Nos puede servir aquí de ejemplo el catálogo de la editorial Adia, una pequeña empresa con domicilio en la aldea de Calonge, en la costa este de Mallorca. Esta se define como próxima en tanto que pretende «acostar-nos la cultura i fer-la present arreu, en totes les dimensions possibles» y también porque es una editorial «Dissenyada i produïda aquí -quilòmetre zero- per cridar fort arreu. Cal aprendre a estimar el que tenim aquí i a utilitzar les eines de la nostra cultura per expandir-nos, amb rics matisos i amb genuïna golafreia».¹³ En el momento de redacción de este texto, su catálogo de autores desafía por completo, sin embargo, su aparente localismo. Encontramos en él a dieciséis autores que podríamos considerar mallorquines -por origen o residencia- y dieciséis que provienen de Cataluña, junto con tres valencianos, un aragonés de expresión catalana y seis autores extranjeros de los que se han editado traducciones y que provienen de literaturas poco centrales en el marco global: la rumana, la palestina, la georgiana y la canadiense. La cuestión se complica si revisamos nuestra clasificación y notamos que, por lo menos, cuatro de los escritores que hemos considerado 'mallorquines' residen y están plenamente integrados en los circuitos del entorno de Barcelona, y que otros han nacido o han se han formado fuera del territorio catalán.

Lo regional, así vistas las cosas, no es adecuado para analizar las relaciones que se dan entre los territorios catalanes, donde existen, a la vez, una voluntad de manifestar la unidad -que se construye muchas veces y salvo excepciones obviando la diversidad desde Cataluña, y celebrando los vínculos desde el resto del territorio- y a la vez una pulsión por acotar una diferencia local que no se define como regional pero persiste también en Valencia y las islas. Así lo observamos en los estudios literarios mallorquines contemporáneos. Como ya ha documentado Joan Mas (2008), en el siglo XIX las definiciones de la 'literatura mallorquina' partían de posiciones diversas en torno a su regionalidad y su catalanidad, o incluso respecto de la lengua en la que deberían expresarse. En el siglo XX, los estudios sobre literatura mallorquina -casi exclusivamente considerada catalana y en catalán- muy pocas veces se presentan con la voluntad explícita de definir un espacio regional. Existe, sin embargo, una pulsión constante para acotar lo particular de las islas como campo de estudio, que se manifiesta en la práctica con el uso

¹³ <https://www.adiaedicions.com/> (2018-12-13).

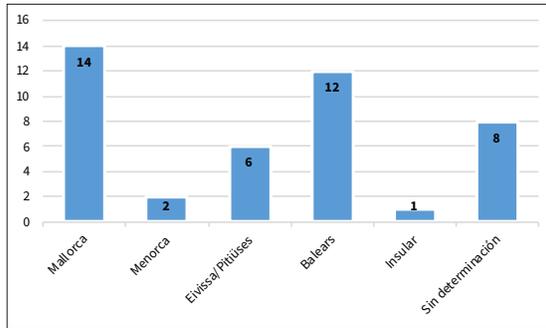


Figura 1 Segmentación de las antologías de poesía en el ámbito de las islas Baleares (1950-2014). Elaboración propia

de múltiples segmentaciones cuyos límites pocas veces se cuestionan, pese a la variedad de opciones de definición que proponen –‘literatura mallorquina’, ‘insular’, ‘de las Baleares’, etc. El espacio de la literatura insular se define así por una pulsión por existir como objeto de estudio y por la precariedad de la delimitación de sus límites. (Y entiendo que esta conciencia de la precariedad de las propias fronteras culturales no es solo un signo negativo, sino que también puede interpretarse como un indicio de lucidez respecto a su inestabilidad).

Por motivos de espacio pondré aquí solo un ejemplo: el de las antologías de poesía. En una búsqueda no exhaustiva, de 1950 a 2014 he contabilizado cuarenta y tres antologías que pretenden unir bajo denominaciones diversas la producción insular.¹⁴ Es curioso notar como el repunte en la cantidad de volúmenes de este tipo que observamos en la primera década del siglo XXI se debe a la publicación de una serie de antologías de poemas traducidos a diferentes lenguas, entre ellas el español, que denotan una proyección de lo insular que se define sobrepasando las fronteras de lo catalán, y también del estado español. La diversidad de denominaciones del corpus antológico es sintomática. Encontramos antologías por islas junto con un corpus amplio de obras de alcance ‘balear’, y ocho cuya delimitación no se indica en el paratexto, sino que se intuye desde el pie editorial o en un título que sugiere localidad.¹⁵ Es imposible identificar una pau-

14 María do Cebreiro Rábade ya ha estudiado la complejidad de las funciones de lo espacial en las antologías de poesía, que «revela a su condición de fábricas para a reproducción de categorías valorativas que, fundamentadas en criterios tan ‘evidentes’ como o xeográfico, disimulan a su participación en intereses no estrictamente estéticos» (2004, 181).

15 Esto último ocurre en tres ocasiones y es curioso notar cómo remiten a lo periférico (13x3: *poesia perifèrica*), a la particularidad dialectal (*Amb accent a la neutra*) y a la insularidad (*Illanvers*).

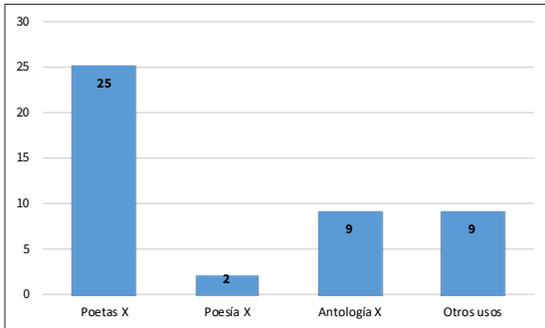


Figura 2 Conjunto al que se refiere el gentilicio en las antologías de poesía en el ámbito de las islas Baleares (1950-2014). Elaboración propia

ta en la denominación del corpus. Ocurren múltiples combinaciones posibles entre los gentilicios y los usos preposicionales de pertenencia o locativos que cualifican tanto a los poetas como, en menor grado, a la poesía o a las antologías. Después del predominio de lo mallorquín destaca el uso de 'balears' en la delimitación que, como he dicho antes, no suele utilizarse en términos identitarios y, sin embargo, justifica empresas de proyección grupal sobretudo hacia fuera de la literatura 'nacional' de referencia. Es decir, la heteroimagen determina la proyección exterior de la identidad local.

En los estudios académicos, el uso de la segmentación 'balear' o 'insular' ha sido objeto de justificaciones opuestas. Para Joaquim Molas, por ejemplo, tiene sentido en el marco de una literatura catalana que «és una literatura 'única', pero no, com la francesa o l'espanyola, 'unitària', vull dir: amb un sol centre de decisió irradiant i prepotent, sinó que és, com la italiana, una suma de literatures 'regionals', cada una amb les seves pròpies lleis de govern» (2002, 6). La literatura 'balear', así, sería una de las tres literaturas 'regionales' -y el término es de Molas- a las que cabría añadir también la literatura producida en las colonias catalanoamericanas. La idea es recogida por Damià Pons (2004) en el prólogo al dossier de la revista *Lluc* «Els escriptors balears del segle XX», una lista canónica 'a lo Bloom' pero construida a partir de entrevistas a profesores e intelectuales catalanes de los diferentes territorios. En esta propuesta, la voz crítica de todo el territorio catalán contribuye a la segmentación de un canon local, lo que sitúa esta 'localidad' en las obras más que en el sistema -institucional o valorativo- en el que participan. Margalida Pons, por contra, en el volumen *Corrents de la poesia insular del segle XX*, cuestionaba la misma segmentación de la que debería partir su volumen, incluido en una colección de alcance balear: «Quant al criteri territorial, determinat per les normes de la col·lecció, és evi-

dent que hablar del subconjunto de la poesía balear dins la poesia catalana és un constructe útil només per a la pedagogia o per al segregacionisme» (Pons 2010, 6). De hecho, el uso del término 'insular' ha servido a menudo para evitar connotaciones regionales y ubicar, además, los estudios de literatura en un marco transnacional, el vinculado a los estudios de insularidad (Pons, Sureda 2004; Perelló 2004). Resulta también un camino interesante porque, pese a que a menudo se centra en un enfoque puramente tematológico, también sirve para ampliar el marco de conexiones comparativas desde el que justificar la particularidad local.

En definitiva, el panorama de delimitaciones es complejo y no puede imaginarse con la forma de una pirámide que incluya lo menor en lo mayor. Sus formas culturales responden a múltiples localizaciones desde donde pensar lo local y proyectarlo en esferas que condicionan a la vez su percepción. La región no se encuentra donde la imaginaba Mainer. No es simplemente un lugar subyugado a un conjunto nacional al que aspira o al que replica. Unos estudios ibéricos que pretendan desafiar la lógica binaria del comparatismo tradicional deberían considerar las relaciones hipotéticas de las que hablaba Casas como procesos complejos en los que interviene la historia de cada comunidad para definir sus propios límites y conceptualizar una diversidad interna que, a la vez, puede vincular sus particularidades con otras en un universo transnacional. Las partes o unidades que se conectarían en un espacio ibérico contienen en realidad múltiples heterogeneidades locales que desafían su propia unicidad y que a menudo superan sus límites. Por consiguiente, parece impugnable definir los contactos como líneas rectas entre nódulos de una red. El espacio literario que hemos descrito incluye en realidad nudos complejos y conjuntos de diámetros diversos cuya función depende de la escala -local, regional, nacional, global...- desde la que se evalúe.

4 Las formas locales de lo global, y viceversa

En su vocación transnacional, los estudios ibéricos se correlacionan con la voluntad de transcendencia de lo local que hay quien identifica en los paradigmas centrados en la 'literatura mundial'. Esta búsqueda de lo común también resulta, sin embargo, equívoca al oponerse a una forma de cultura aparentemente local. En un monográfico de la revista *Ínsula* sobre el concepto de literatura mundial desde una perspectiva descrita como 'panhispánica', César Domínguez (2012b) introducía el tema explicando cómo el creciente interés por la literatura mundial ha llevado a algunos comparatistas a considerarla un nuevo paradigma para la literatura comparada. Sus aportaciones, continuaba Domínguez, habrían tenido poca difusión en el contexto español, y se situarían entre el desinterés y la acogida tibia en los es-

tudios sobre las literaturas gallega, catalana o vasca. En el contexto catalán, Antoni Martí (2011) ha trabajado sobre la genealogía europea del concepto de literatura mundial. En general, en los estudios que parten de la literatura catalana las menciones a la *World Literature* identifican en el paradigma mundial la misma amenaza detectada a menudo en la globalización como fenómeno cultural. En su aportación al volumen *Constel·lacions variables: literatura en la societat de la informació*, Resina (2012) consideraba la *World Literature* un «sistema literari actualment en formació» que conducía a un estudio de las obras «arrencades de la seva matriu» y, por tanto, lejos del contexto nacional donde era posible estudiar «la tradició cultural d'on sorgia i dintre de la qual dialogava amb tota una constel·lació d'altres obres» (2012, 24). Según Resina, este afán mundializador se considera una «exacerbació del romanticisme» en el que la literatura resultará un hilo más de una «cultura aeroportuària» dominada por la lengua inglesa. Dos años después, Francesc Foguet vinculaba esta mundialización de la cultura con la desintegración del sector público en una unión europea amenazada por «la uniformització cultural i el despotisme del mercat» (2014, 50). La literatura y la democratización de su acceso deberían convertirse en un antídoto contra esta amenaza al pluralismo que evalúa desde las propuestas teóricas sobre la *macdonalización* de George Ritzer ([1993] 2011) y la irrupción de la cultura-mundo según Gilles Lipovetsky y Jean Serroy (2010). En el contexto catalán, la visión del paradigma mundial como amenaza contrasta con la alegría con la que se celebra a menudo la traducción al inglés de un autor catalán, con la importancia que se dio en su momento a la invitación de la cultura catalana en la feria del libro de Frankfurt de 2007 –que es, como todas, una feria comercial–, o con el esfuerzo ingente de proyección cultural llevado a cabo por el Institut Ramon Llull (de cuya vinculación con la cultura insular hablaremos más adelante).¹⁶

Sea como fuere, la imagen de la literatura ‘de aeropuerto’ a la que alude Resina aparece también en Pascale Casanova ([2005] 2013) para oponer su república mundial de las letras a la homogeneizadora de la globalización.¹⁷ El aeropuerto, paradigma del no-lugar, es también

¹⁶ Esta institución promovió en el año 2006 la realización del estudio *Catalan Literature and Translation in a Globalized World*, organizado por Carme Arenes y Simona Škrabec, y centrado en analizar los déficits y problemas de difusión de la literatura catalana en un marco que se define como fundamentalmente europeo.

¹⁷ Escribe Casanova: «The mechanisms through which this literary universe functions are the exact opposite of what is ordinarily understood by ‘literary globalization’ – better defined as a short-term boost to publishers’ profits in the most market-oriented and powerful centres through the marketing of products intended for rapid, ‘de-nationalized’ circulation. The success of this type of book among educated Western layers – representing no more than a shift from train-station to airport literature – has fostered belief in an ongoing literary pacification process: a progressive normalization and standardization of themes, forms, languages and story-types across the globe» ([2005] 2013, 278).

un emblema del turismo, una categoría a la que pocas veces se alude cuando se reconstruyen los paradigmas de la circulación literaria, donde la traducción suele ser considerada la mediadora por excelencia. El comparatismo ha dado cabida a numerosos estudios sobre el papel del viajero en la construcción del discurso colonial, pero pocas veces este papel se estudia en la configuración de las jerarquías coloniales del capitalismo tardío. Cuando más viajeros se desplazan por el globo, cuando más infraestructuras se generan para acogerlos, menos pertinente parece su función cultural. Esta desatención puede ser un síntoma del elitismo implícito en unos estudios literarios donde a la vez que se discute sobre el canon, a menudo se obvian los procesos en los que la práctica literaria –el consumo y la producción– lo desafían. Un comparatismo atento a las condiciones geopolíticas y la localización de los contextos debería evitar reproducir las cartografías neoimperialistas. Es más, añadiría, debería situarlas en el centro de su atención.

Desde esta mirada, cabría tener en cuenta, por ejemplo, cómo el turismo produce formas curiosas de relación cultural que afectan a la literatura de maneras que se escapan al paraguas –más o menos antológico, bourdieusiano o distante– de la literatura mundial. Por ejemplo, la literatura ‘de aeropuerto’ suele localizarse. Desde la Universitat de les Illes Balears, Miquel Pomar está estudiando actualmente la representación de Mallorca en novelas de consumo en inglés, un corpus amplísimo que incluye obras como *The Lemon Grove*, de Helen Walsh o *The Vacationers* de Emma Straub, esto es, mayoritariamente novela negra, rosa, playas vírgenes... y muchos críticos y animales en sus portadas y los títulos.¹⁸ Estas obras podrían vincularse a una larga tradición de libros de viajes que ha generado mucho interés en los estudios literarios hechos desde la isla, motivando tesis, numerosas publicaciones y grupos de investigación de larga trayectoria.¹⁹ Este interés contrasta con el menor número de estudios dedicados al análisis de la representación del extranjero o del turista en la literatura producida en Mallorca que ha motivado estudios de enfoque temático o imagológico, en manos, respectivamente, de Pilar Arnau (1999) y Xavier Barceló (2018). La atención por la literatura que nos representa puede ser interpretada como una muestra de la necesidad de justificar la proyección de lo local, pero también como una insistente forma de buscar el reconocimiento de la propia identidad en la heteroimagen. La necesidad de

¹⁸ Ver, por ejemplo, las series de libros de tema mallorquín de Peter Kerr (<http://www.peter-kerr.co.uk/>) y de Anna Nicholas (<http://www.anna-nicholas.com/>, 2018-12-13).

¹⁹ Ver, por ejemplo, el magnífico trabajo de Moyà (2016), así como el del grupo «Relat de Viatges i Mite Insular. El viatge a les Balears», de la Universitat de les Illes Balears (<http://relatmit.uib.cat/>, 2018-12-13), que ha publicado el diccionario *Entre la calma y la inspiración: diccionario de autores anglófonos en Baleares* (Seguí, Bastida 2015) o el volumen *Illes Balears i França: traces i intercanvis 1730-1980*, editado por Isabelle Bes (2008).

generar una imagen para la proyección turística del lugar determina también la autopercepción de la localidad. En la época de la liquidez cultural y los universos virtuales, el turismo resulta uno de los motores económicos donde el anclaje espacial que, según David Harvey (2000), desafía la fluidez del capital, resulta más claro: necesita de infraestructuras y modifica la sociedad y la cultura que se prepara para recibir a lo extranjero. Los estudios ibéricos, cuyo campo de acción se plantea en un sur de Europa considerado destino turístico por los vecinos del norte, deberían analizar su objeto de estudio desde esta compleja atracción. Los efectos culturales del turismo nos muestran, otra vez, cómo las escalas de análisis no siempre se mantienen en el lugar donde la crítica las pretende encontrar: una localidad puede redefinirse desde la perspectiva de atraer a un público transnacional. Antes de cerrar volviendo a los estudios ibéricos, me gustaría poner dos ejemplos que muestran procesos curiosos de desprendimiento en la línea que separa lo local de lo global.

El primero de ellos es un documental que ha tenido un recorrido relevante en el contexto literario mallorquín. Se trata de *Som elles*,²⁰ una iniciativa para dar a conocer la obra de poetas mallorquinas contemporáneas, con guión de Aina Riera y realización de Gemma Puri y Sandra Christiansen. La filmación es elegante y combina las voces de las poetas con sus poemas e imágenes de paisajes naturales donde las autoras pasean o realizan algún tipo de performance. La ambientación del documental responde a una mediterraneidad y un origen rural idealizado: solo un breve instante aparecen unas calles oscuras e inquietantes. Abundan, por contra, los interiores de casas que vinculan la creación femenina a un universo doméstico: cocinas antiguas, salas con mecedoras y, sobretudo, cortinas, manteles y cojines de tela ‘de llengües’ -un tejido mallorquín que utiliza la técnica del *ikat*, importada, según los expertos (y las empresas que lo comercializan), del ‘antiguo’ oriente.²¹ No aparece ninguna biblioteca, despacho o espacio público. La poeta Joana María Abrines habla de poesía con los pies en una alberca; María Antònia Massanet rodeada de *sobrassades*, el embutido típico; Marta Beltrán, la más joven, escribe sus poemas a máquina. Parece que en las casas de las poetas mallorquinas no hay muebles Ikea. Iberia no existe. Ni España. Tampoco Europa. Cataluña solo aparece en la intervención de una poeta nacida en Barcelona.

Me pregunto cómo podemos calificar esta insistencia en una imagen estereotipada de la mallorquinidad como signo de una especie

20 Riera, Aina (2012). *Som elles*. Documental. Realización de Sandra Christiansen y Gemma Puri. URL <https://vimeo.com/79178531> (2018-12-13).

21 Ver, por ejemplo, <https://www.riera.com/ca/content/21-autentic-ikat> o <http://www.teixitsvicens.com/ca/> (2019-06-29).



Figuras 3-5 Capturas del documental *Som elles*

de identidad ancestral a la que se ligan las mujeres poetas, vestidas de lino blanco y celebrando la poesía en colectividad. No es costumbrismo ni folklorismo, ni creo que pueda incluirse en los límites de un localismo de base regional que Eliot (1949, 54) identificaba en las «culturas satélite». No se trata, además, de un hecho aislado en su contexto, sino que enlaza con una amplia casuística de productos que insisten en esta ruralidad mediterránea como lugar desde donde crear una modernidad propia. La encontramos en numerosas creaciones musicales más o menos híbridas, en marcas de camisetas con diseños centrados en las costumbres locales, en la promoción de bebidas de producción ‘kilómetro cero’ que desafían el poder de las grandes marcas.²² Una pequeña empresa mallorquina permite incluso hacerse un álbum de fotos de estética ‘modernamente tradicional’, a medio camino entre lo *hipster* y lo *folk*.²³

²² Los ejemplos son múltiples, se pueden consultar en línea los catálogos de marcas como Melicotó, Ca de Bou o Cocovet, que hacen de un conjunto de frases e imágenes mallorquinas un emblema de identidad. Recientemente, la empresa de limonada Pep Lemon –también basada en el producto local y la responsabilidad social– fue denunciada por Pepsi por imitar su nombre, en un contencioso que ganó la multinacional y que, entre otros factores, determinó el cierre de la empresa (<http://www.peplemon.com/>, 2018-12-13).

²³ Ver el catálogo de la marca Catadeplaceta: <https://www.catadeplaceta.com/> (2019-06-29).

Esta búsqueda entre consciente y comercial del producto local se presenta opuesta a las dinámicas del capitalismo global y su aculturación. Se enfrenta, así mismo, a la imagen de modernidad que difunde el centro de irradiación principal de la cultura catalana, esto es, Barcelona como ciudad cosmopolita y europea.²⁴ Podríamos vincular esta reinención de lo local a la que en el contexto italiano ha propuesto Franco Cassano (1998) en su reivindicación de un pensamiento meridional -o, como ha sido traducido, *del sur*- atento a la diversidad mediterránea, resistente a la comercialización y que prevendría a la modernidad de convertirse en un camino unidireccional de expansión del capital.²⁵ La reinención 'moderna' de lo local en la cultura mallorquina contemporánea no es explícitamente política ni ha motivado reflexiones de base epistemológica.²⁶ Quizás por esto mismo sus motivaciones se nos presentan como más transparentes. Personalmente, me parece útil explicar su pertinencia como un efecto de contraaculturación. La contraaculturación, en términos antropológicos, es el refuerzo de lo considerado propio ante lo que se percibe como amenaza externa o un contexto hostil. En nuestro marco, la hostilidad ante la identidad se presenta en forma de lógica global vinculada al turismo, la globalización económica o una posmodernidad desidentificadora. La impostura local que provoca -esto es, la reinención de una imagen estereotipada de lo propio- parte de una lógica de hostilidad que se vuelve productiva en el campo cultural, que lo transforma, que produce efectos complejos de distinción cultural de lo mallorquín en el marco catalán, europeo y global.

Mi segundo ejemplo sobre la difícil correlación entre lo local y lo global se sitúa en la órbita de las políticas culturales de difusión internacional de la cultura. En los últimos diez años, la promoción internacional de la cultura producida en Mallorca ha sido también un espacio polémico. Si bien las instituciones insulares participaron inicialmente del organismo de promoción de la cultura catalana -el Institut Ra-

24 Hace diez años, un reportaje de *El País* (Ginard 2008) definía a los creadores baleares afincados en Barcelona como «exiliados» que, a la vez que conservaban su amor por las raíces, necesitaban de un entorno más cosmopolita, de «horizontes más amplios» que no las que permitían «la luz, la tranquilidad y la naturaleza» de las islas. El tópico contrasta con las dimensiones del aeropuerto de Palma, cuyas cifras de recepción de viajeros aumentan año tras año.

25 Como ya notó, sin embargo, Bernardino Palumbo (2001), el pensamiento *otro* de Cassano insiste en una serie de metáforas -el mar, el ritmo del sur, el retorno a Ítaca, el hombre mediterráneo- de forma estratégica pero acrítica, sin analizar su misma genealogía, sin atender al proceso en que estas mismas imágenes fueron construidas. No puede deshacerse por completo de la representación tópica que intenta revertir.

26 Si bien en los últimos años ha generado un cierto discurso de buena acogida pero todavía pronóstico incierto, vinculado a la redefinición del discurso identitario que Antoni Trobat ha ido difundiendo en la prensa y también en un volumen monográfico titulado *Un país anomenat nosaltres* (2018), donde Mallorca y Valencia se definen como naciones criollas.



Figura 6 Selección de diseños de la marca de camisetas y otros objetos Melicotó vinculados al hashtag #estimamallorca (<http://www.melicoto.com>)



Figura 7 Captura de la pàgina promocional de la marca Catadeplaceta (<http://www.catadeplaceta.com>)

mon Lluï (IRL)–, desde los sectores políticos que cuestionan la catalanidad de la cultura insular se optó por desvincularse del IRL y ceder sus funciones al Institut d'Estudis Baleàrics (IEB), un centro de estudios locales fundado en 1972. Actualmente, la situación resulta ambigua, ya que ambas instituciones cooperan pero mantienen su propio espacio de actuación. Es más, en el intento de consolidar las competencias propias de promoción exterior, el Institut d'Estudis Baleàrics fue reconvertido en 2015 en un nuevo organismo denominado Illenc (esto es, de nuevo, 'insular'). Lo interesante de esta conversión no es solo su intento de separar sus atribuciones de las del Institut Ramon Lluï por parte de agentes que, sin embargo, defienden la catalanidad de la cultura insular, sino también la lógica con la que justifica sus propósitos. La web de la institución lo deja claro: esta nace con el objetivo «estratégico» de «consolidar las islas Baleares como un mercado cultural estructurado» y promocionar sus productos en el mercado internacional. Su función se justifica por la creación de diversas «marcas», definidas como tales, entre las cuales la marca BCulture, destinada a calificar los productos en su difusión exterior.²⁷ La lógica mercantilista del discurso que justifica la institución pretende convertir la marca «b» en una especificidad significativa en el contexto internacional, a la vez que se define como catalana cuando colabora con el Institut Ramon Lluï. ¿Cómo podemos calificar en términos culturales esta crea-

²⁷ Ver <http://www.iebaleaics.org/ca/> (2018-12-12). Este mismo año, la polémica y el cambio en los responsables de gestión cultural ha provocado un retorno a la denominación histórica Institut d'Estudis Baleàrics, pero sin redefinir las funciones que en el momento de la primera redacción de este artículo se vinculaban al Illenc.

ción de marcas o imágenes locales para su difusión internacional? Se me ocurre que su lógica responde a algún tipo de reverso de lo que Ronald Robertson ([1997] 2000) denominó *glocalización*. En vez de adaptar a lo local el producto global, crea una nueva forma de lo 'local' apta para su difusión global. Podríamos utilizar el término *lobalización* para calificar este proceso, pero ya ha sido usado para explicar otra lógica interesante de interacción local-global que también tiene efectos en el campo literario y que es la presentación como globales de productos que en realidad se producen en el circuito local donde se consumen.

Los dos ejemplos expuestos presentan lógicas inversas de interacción entre las dinámicas locales y globales que tienen efectos concretos en la construcción de las geografías culturales y literarias. Muestran de nuevo que en términos culturales lo local no es una concreción menor de lo global. Lo global tampoco puede presentarse como una simple suma de localidades diferentes, y no solo porque entre estas 'localidades' se producen solapamientos y conflictos, sino también porque en un mundo globalizado donde las dinámicas generales interfieren necesariamente en la construcción de la localidad. En la geografía de nuestros mapas culturales también se producen, así, desprendimientos y terremotos cuyo epicentro puede variar.

5 Conclusiones: desenmarañando los estudios ibéricos

Como es bien sabido, los manuales escolares franquistas situaban España y la Península Ibérica como «colocada providencialmente por Dios en el centro del mundo».²⁸ Los mapas escolares parecían confirmarlo. Ninguna cartografía es neutra, siempre genera centros y márgenes. No he pretendido en estas páginas negar la pertinencia de unos estudios literarios de ámbito ibérico entendidos como la búsqueda de contactos históricos entre comunidades de este entorno, o el estudio de un iberismo que se haya justificado en diferentes momentos en términos ideológicos y cuya genealogía es interesante elaborar. Tampoco soy quién para negar la utilidad de acotar en el campo académico –la organización de los departamentos o de los estudios– este marco ibérico que, estratégicamente y sobre todo en contextos no 'geográficamente ibéricos', permita hacer visibles las culturas que los grandes departamentos hispánicos han dejado históricamente en lugares más sombríos. Este uso de lo ibérico no debe olvidar, sin embargo, que su segmentación no puede ser natural, como no lo sería cualquier otra.

En el campo de la investigación comparatista, los usos de la delimitación ibérica pueden ser útiles para desafiar las tradiciones

²⁸ Así lo afirmaba el *Catecismo patriótico español* de 1939.

de estudio establecidas, privilegiando el estudio de contactos y conflictos. Sin embargo, si su apuesta es la de generar un marco diferente desde el que insertar las especificidades y confluencias de aquello definido como ibérico, el centro de atención debería ser precisamente tanto el contacto productivo como 'la diferencia'. Esta diferencia es, en el sentido derridiano del término, necesariamente diferida: la 'definición' en la que se acota su objeto de estudio es desafiada por múltiples procesos que se producen fuera de los límites 'ibéricos'. He intentado mostrar como una unidad supranacional de estudio no es una red entre unidades de iguales yuxtapuestos que incluyan formas más o menos locales o nacionales de especificidad entre los que se producen vínculos y rupturas. Los 'nudos' que parecen dar consistencia a la red se construyen en procesos complejos en los que interactúan diferentes dimensiones de lo cultural –y también de lo político, lo académico, lo económico, etc. Vista de cerca, la red se nos presenta como un ovillo enredado en el que lo local es condicionado por lo global, y lo nacional no es percibido de la misma manera en la capital que en sus periferias. Para desenmarañarlo no es un buen juego estratégico el de buscar los cabos sueltos que marcan inicios y finales, fuentes e influencias. Resulta más productivo analizar qué tipo de nudos e intersecciones forman nuestra cartografía cultural, provocando formas curiosas de contacto, conflicto y mezcla que la literatura comparada debería ser capaz de conceptualizar.

Para terminar arriesgándome con una propuesta, se me ocurren por lo menos dos pequeños cambios de orientación que podrían iniciar algunos pasos en este camino: a) en primer lugar, orientar el análisis comparatista no solo desde el contacto constatado sino desde su resultado, esto es, desde la mezcla y el análisis de sus formas, hacia la comprensión del proceso que la provoca. Si bien, en un mundo que ha desterrado la pureza, la mezcla es el estado de cualquier producto cultural, su percepción –esto es, la visualización de algo como *no del todo* o *no todavía* integrado– es un indicio de *diferencia*. El proceso que la provoca –de pérdida o suma, de subyugación o compenetración– puede producirse entre unidades diversas que no corresponden a una misma escala de concreción (regional, nacional, mundial); b) en segundo lugar, para conceptualizar la mezcla sin descuidar las implicaciones culturales, económicas, demográficas, etc., que la condicionan, cabe propiciar un diálogo crítico con las ciencias sociales que se han ocupado de categorizarlo y redefinir, desde el comparatismo literario, los conceptos al uso. Se trata de un proceso de discusión ya iniciado, por ejemplo, con la tarea de Ángel Rama (1982) sobre la transculturación de Fernando Ortiz o con la visión más crítica de Cornejo Polar (1994, 1997) sobre la hibridez de Néstor García Canclini y que debería abrirse no solo a la antropología sino también a las formas de contacto local y global que la sociología y la economía se han ocupado de analizar.

Referencias bibliográficas

- Arenas, Carme; Škrabec, Simona (2006). *Catalan Literature and Translation in a Globalized World*. Barcelona: Institut Ramon Llull. URL <http://www.visat.cat/articles/eng/19/catalan-literature-and-translation-in-a-globalized-world.html> (2018-12-13).
- Arnau, Pilar (1999). *Narrativa i turisme a Mallorca (1968-1980)*. Palma: Documenta.
- Arnau, Pilar (2003). «La imagen del xueta en la literatura mallorquina contemporánea: Carrer de l'Argenteria, 36, de Antoni Serra». Joan i Tous, Pere; Nottbaum, Heike (eds), *El olivo y la espada: Estudios sobre el antisemitismo en España (siglos XV-XX)*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 477-93.
- Barceló, Xavier (2018). *La mirada sobre l'Altre: representació dels subjectes transfronterers en la novel·la mallorquina contemporània (1968-2008)* [tesis doctoral]. Palma: Universitat de les illes Balears.
- Bes, Isabelle (2008). *Illes Balears i França: Traces i intercanvis*. Palma: Casa Museu Llorenç Villalonga.
- Boldrini, Lucia (2006). «Comparative Literature in the Twenty-First Century: A View from Europe and the UK». *Comparative Critical Studies*, 3(1-2), 13-23.
- Buffery, Helena (2007). «The RAT Trap? The Politics of Translating Iberia». Buffery, Helena; Davis, Stuart; Hooper, Kirsty (eds), *Reading Iberia. Theory/History/Identity*. Oxford: Peter Lang, 23-42.
- Cabo Aseguinolaza, Fernando (2008). «Literaturas regionais e história literária: perspectivas comparatistas». *Veredas. Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, 10, 87-104.
- Calaforra, Guillem; Moranta, Sebastià (2005). «Propostes i despropòsits: aspectes del gonellisme». *Els Marges*, 77, 51-73.
- Cardús, Salvador (2005). «Digueli com vulgeu». Pons, Damià (ed.), *Països Catalans, en plural*. Palma: Moll, 19-25.
- Casanova, Pascale [2005] (2013). «Literature as a World». D'haen, Theo; Domínguez, César; Rosendahl Thomsen, Mads (eds), *World Literature: A Reader*. London; New York: Routledge, 275-88.
- Casas, Arturo (2000). «Problemas de historia comparada: la comunidad interliteraria ibérica». *Interlitteraria*, 5, 56-75.
- Casas, Arturo (2006). «El eje local/mundial como reto para la historia literaria». *Tropelías. Revista de Teoría de la Literatura y Literatura Comparada*, 15-17, 43-64. DOI https://doi.org/10.26754/ojs_tropelias/tropelias.200415-17503.
- Casas, Arturo (2014). «Constituiçom de umha História literária de base sistémica: o sistema cultural como objeto de análise histórica no programa de investigação de Itamar Even-Zohar». *452F. Revista electrónica de teoría da literatura e literatura comparada*, 11, 20-42. URL https://www.452f.com/pdf/numero11/11_452f_Casas_ornl.pdf (2019-06-29).
- Cassano, Franco (1998). *Il pensiero meridiano*. Roma-Bari: Laterza.
- Cassanyes, Aina (2017). «L'arribada de pasteres a les Illes: una realitat desconeguda». *Aguait. Comunicació autogestionada de Mallorca*, 15 de setembre. URL <https://www.aguait.cat/profunditat/larribada-de-pasteres-a-les-illes-una-realitat-desconeguda> (2019-04-29).
- Chato Gonzalo, Ignacio (2017). «Miradas cruzadas: diplomacia, iberismo e identidad nacional en la península ibérica (1850-1910)». Rina, César (ed.),

- Procesos de nacionalización e identidades en la península ibérica*. Cáceres: Universidad de Extremadura, 180-215.
- Cornejo Polar, Antonio (1994). *Escribir en el aire. Ensayo sobre la heterogeneidad sociocultural en las literaturas andinas*. Lima: Horizonte.
- Cornejo Polar, Antonio (1997). «Mestizaje e hibridez: los riesgos de las metáforas». *Apuntes*. *Revista Iberoamericana*, 180, 341-4.
- Delgado, Luisa-Elena (2014). *La nación singular. Fantasías de la normalidad democrática española (1996-2011)*. Madrid: Siglo XXI Editores.
- Domínguez, César (2006). «Literary Emergence as a Case Study of Theory in Comparative Literature». *CLCWeb: Comparative Literature and Culture*, 8(2). DOI <http://docs.lib.purdue.edu/clcweb/vol8/iss2/1/>.
- Domínguez, César (2010). «Historiography and the Geo-Literary Imaginary». Cabo Aseguinolaza, Fernando; Abuín González, Anxo; Domínguez, César (eds), *A Comparative History of Literatures in the Iberian Peninsula*, vol. 1. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 53-132.
- Domínguez, César (2012a). «¿Literatura comparada sin comparación? Reflexión interdisciplinar desde una epistemología comparatista». Sanmartín Barros, Israel; Calvo González, Patricia; Rey Tristán, Eduardo (eds), *Historia(s), imagen(es) y lenguaje(s) en América Latina y Europa*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 263-75.
- Domínguez, César (2012b). «Literatura mundial en/desde el castellano», en «Literatura mundial: una mirada panhispánica», núm. monogr., *Ínsula*, 787-788, 2-6.
- Domínguez, César (2012c). «Dionýz Ďurišin and a Systemic Theory of World Literature». D'haen, Theo; Damrosch, David; Kadir, Djelal (eds), *The Routledge Companion to World Literature*. London: Routledge, 99-107.
- Domínguez, César; Saussy, Haun; Villanueva, Darío (2016). *Lo que Borges enseñó a Cervantes. Introducción a la literatura comparada*. Madrid: Taurus.
- Duane Bernedo, Lucas John (2018). *The Institution of Linguistic Dissidence in the Balearic Islands: Ideological Dynamics of Catalan Standardisation* [tesis doctoral]. Luxemburgo; Barcelona: Université du Luxembourg; Universitat Oberta de Catalunya.
- Ďurišin, Dionýz (1989). *Theory of Interliterary Process*. Bratislava: Slovak Academy of Sciences.
- Eliot, T.S. (1949). *Notes Towards the Definition of Culture*. New York: Harcourt, Brace and Company.
- Faber, Sebastiaan (2008). «Economies of Prestige: The Place of Iberian Studies in the American University». *Hispanic Research Journal*, 9(1), 7-32.
- Foguet, Francesc (2014). «Sobre els benefets de la cultura». *Revista de Catalunya*, 288, 44-56.
- Gabilondo, Joseba (2013). «Spanish Nationalist Excess: a Decolonial and Postnational Critique of Iberian Studies». *Propopopeya. Revista de crítica contemporánea*, 8, 23-60.
- Ginard, Belén (2008). «La pell cultural de Balears. Amb ulls d'exiliat». *El País. Quadern*. URL https://elpais.com/diario/2008/12/04/quadern-cat/1228355127_850215.html (2018-12-13).
- González, Sara (2005). «La geografía escalar del capitalismo actual». *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, 9(189). URL <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-189.htm> (2018-12-13).
- Harvey, David (2000). *Spaces of Hope*. Edinburgh: Edinburgh University Press.

- Haupt, Hein-Gerhard; Müller, Michael G.; Woolf, Stuart (eds) (1999). *Regional and National Identities in Europe in the XIXth and XXth Centuries*. The Hague: Kluwer Law International.
- Keown, Dominic (2013). «Dine with the Opposition? ¡No, gracias! Hispanism versus Iberian Studies in Great Britain and Ireland». Resina, Joan Ramon (ed.), *Iberian Modalities. A Relational Approach to the Study of Culture in the Iberian Peninsula*. Liverpool: Liverpool University Press, 23-36.
- Lipovetsky, Gilles; Serroy, Jean (2010). *La cultura-mundo. Respuesta a una sociedad desorientada*. Barcelona: Anagrama.
- Llompert, Josep Maria (1990). «Mallorca, enmig de les Illes». *Serra d'Or*, 366, 23-5.
- Mainer, José Carlos (1994). «Literatura nacional y literaturas regionales». Mainer, Enguita 1994, 7-19.
- Mainer, José Carlos; Enguita, José María (eds) (1994). *Literaturas regionales en España. Historia y crítica*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico.
- Martí, Antoni (2011). *Un somni europeu. Història intel·lectual de la Literatura Comparada*. València: Publicacions de la Universitat de València.
- Martí, Antoni (2013). «Processos d'interliterarietat a Catalunya. El comparatisme de Dionýz Ďurišin com a proposta per a la literatura catalana». *Catalan Review*, 27, 157-72.
- Martínez-Gil, Víctor (2015). «Modernidad, política e ibericidad en las relaciones literarias intrapeninsulares». *Revista de Filología Románica*, 9, 31-44.
- Martínez-Gil, Víctor (2016). «Revolució, iberisme i postmodernitat en la cultura catalana dels anys setanta». De Benedetto, Nancy; Bou, Enric (a cura di), *Noventesco e dintorni. Grilli in Catalogna*. Venezia: Edizioni Ca' Foscari, 183-218. Biblioteca di Rassegna iberística 3. DOI <http://doi.org/10.14277/6969-076-1/RiB-3-13>.
- Mas, Joan (2008). *La construcció d'una identitat: el debat ideològic entorn de Josep Maria quadrado i J.L. Pons i Gallarza*. Palma: Leonard Muntaner editor.
- Mignolo, Walter (2000). *Local Histories/Global Designs*. Chichester: Princeton University Press.
- Mignolo, Walter (2010). *Desobediencia epistémica: Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Buenos Aires: Ediciones del Signo.
- Molas, Joaquim (2002). «Pròleg». Pons, Damià, *Entre l'afirmació individualista i la desfeta col·lectiva*. Barcelona: Publicacions de l'Abadia de Montserrat, 5-8.
- Moyà, Eduard (2016). *Journeys in the Sun. Travel Literature and Desire in the Balearic Island (1903-1939)*. Palma: Edicions UIB.
- Muñoz, Gustau (2004). «Cultura asimètrica». *Lluc: revista de cultura i d'idees*, 841, 7.
- Murgades, Josep (2003). «La mediterraneïtat noucentista: plasmació estètica i coartada ètica». Arnau, Pilar; Bover, August (eds), *La literatura i l'art en el seu context social*. Barcelona: Publicacions de l'Abadia de Montserrat, 43-62.
- Padrò, Bernat (2014). «Literaturas Ibéricas Comparadas». *452ºF Revista de Teoría de la Literatura y Literatura Comparada*, 11, 3-18.
- Pageaux, Daniel-Henri (2004). «Sobre la extrapeninsularidad». Abuín González, Anxo; Tarrío Varela, Anxo (eds), *Bases metodológicas para unha historia comparada das literaturas na península Ibérica*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 193-209.
- Palumbo, Bernardino (2001). «Campo intellettuale, potere e identità tra contesti locali, 'pensiero meridiano' e 'identità meridionale'». *La Ricerca Folklorica*, 43, 117-34.

- Pereñó, Sebastià (2004). «Un altre món a part o banda. Insularitat i literatura». Pons, Sureda 2004, 13-60.
- Pérez Isasi, Santiago (2014a). «Literatura, iberismo(s), nacionalismo(s): Apuntes para una historia del iberismo literario (1868-1936)». 452F. *Revista electrónica de teoría de la literatura y literatura comparada*, 11, 64-79. URL https://www.452f.com/pdf/numero11/11_452f_Perez_orgn1.pdf (2019-06-29).
- Pérez Isasi, Santiago (2014b). «La literatura vasca en el contexto de los Estudios Ibéricos: Historiografía y traducción». *1616: Anuario de Literatura Comparada*, 4, 107-26.
- Pérez Isasi, Santiago (2014c). «Literaturas nacionales, literaturas supranacionales: el lugar de los Estudios Ibéricos». *Interlitteraria*, 19(1), 22-32.
- Pérez Isasi, Santiago; Fernandes, Ângela (eds) (2013). *Looking at Iberia. A Comparative European Perspective*. Oxford: Peter Lang.
- Pla, Xavier (2009). «Josep Pla: Localism, or a Complete Way of Viewing the World». Olaziregi, María José (ed.), *Writers in Between Languages: Minority Literatures in the Global Scene*. Reno (NV): University of Nevada Press, 191-8.
- Pons, Damià (2004). «Els escriptors balears del segle XX: (Una temptativa de cànon)». *Lluc: revista de cultura i d'idees*, 841, 21-37.
- Pons, Margalida (2010). *Corrents de la poesia insular del segle XX*. Palma: Documenta.
- Pons, Margalida; Sureda, Caterina (eds) (2004). *(Des)aiñllats: narrativa contemporània i insularitat a les Illes Balears*. Barcelona: Publicacions de l'Abadia de Montserrat.
- Rábade, María do Cebreiro (2004). *As antoloxías de poesía en Galicia e Cataluña*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Rama, Ángel (1982). *Transculturación narrativa en América Latina*. México: Siglo XXI.
- Resina, Joan Ramon (2009). *Del hispanismo a los estudios ibéricos*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Resina, Joan Ramon (2012). «Reflexions crítiques sobre literatura i globalització». Casas, Joan; Iribarren, Teresa; Jané, Jordi (eds), *Constel·lacions variables. Literatura en la societat de la informació*. Barcelona: Editorial UOC, 23-44.
- Revelles Esquirol, Jesús (2015). «Felanitx-Palma-Lisboa. La implicació balear en la tradició iberista catalana». Güell, Mónica (éd.), *Les Îles Baléares: Littérature, langue, histoire, arts*. Canet: Trabucaire, 81-8.
- Revelles Esquirol, Jesús (2017). «Bautizar la utopía: Iberia como solución catalana a España». Rina, César (ed.), *Procesos de nacionalización e identidades en la península ibérica*. Cáceres: Universidad de Extremadura, 373-83.
- Ribera Llopis, Juan M. (2015). «Introducción». *Revista de Filología Románica*, 9, 11-16.
- Rina, César (2017). «Límites y contextos de los iberismos políticos en el siglo XIX». Rina, César (ed.), *Procesos de nacionalización e identidades en la península ibérica*. Cáceres: Universidad de Extremadura, 216-34.
- Ritzer, George [1993] (2011). *The McDonaldisation of Society*. London: Pine Forge.
- Robertson, Roland [1997] (2000). «Glocalización: tiempo espacio y homogeneidad heterogeneidad». *Zona abierta*, 92-93, 213-42.
- Rodríguez González, Olivia (2015). «La literatura comparada en la Península Ibérica desde un enfoque sistémico e interliterario». *Revista de Filología Románica*, 9, 19-29.
- Sánchez Pérez, Francisco (2005). «Objeto y método: ¿criterios epistemológicos o coartadas para la supervivencia académica». *Papers*, 78, 215-26.

- Santana, Mario (2000). «National Literatures and Interliterary Communities in Spain in Catalonia». *Catalan Review*, 14, 159-71.
- Seguí, Juana M.; Bastida, Patricia (eds) (2015). *Entre la calma y la inspiración: Diccionario de autores anglófonos en Baleares*. Palma: José J. de Olañeta.
- Torres, Elias (2004). «Contributos sobre o objecto de estudo e metodoloxía sistémica. Sistemas literários e literaturas nacionais». Abuín González, Anxo; Tarrío Varela, Anxo (eds), *Bases metodolóxicas para unha historia comparada das literaturas na península Ibérica*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 423-44.
- Trobat, Antoni (2018). *Un país anomenat nosaltres*. Palma: Illa edicions.
- Valdés, Mario J. (1999). «Postmodern Literary History or Reading History as a Hypertext». *Neohelicon*, 26(2), 11-17.

Posimperialismo, estudios ibéricos y enfoques comparativo-sistémicos

Pornografía neoliberal española, terrorismo antropológico-turístico y oasis vasco

Joseba Gabilondo

Michigan State University, USA

Abstract This chapter focuses on the fact that there is no founding theory of Iberian Studies, no ‘Iberian Reason’, and the field assumes its foundation without historical and political justification. The article argues that a theory of postimperialism is the only way to ground the field. Finally, it argues that a systemic approach, following the theories of Even-Zohar, will only legitimise State reason, against which Iberian Studies must theorise. Finally, the article argues for a postmarxist-lacanian approach whereby violence and political fantasies can be studied in a non-systemic way. It concludes with a short analysis of Fernando Aramburu’s *Patria*, Dolores Redondo’s *Trilogy of Baztan*, and Eider Rodríguez’s short stories.

Keywords Iberian Studies. Comparative Literature. Postimperialism. Violence. Political fantasy.

Sumario 1 La falta de fundación teórica de los estudios ibéricos peninsulares. – 2 Enfoques sistémicos, violencia histórica y razón ibérica. – 3 El posimperialismo como razón ibérica. – 4 Posimperialismo y poscolonialismo. – 5 Fantasías políticas y posmarxismo. – 6 Terrorismo-turismo vasco y porno neoliberal español. – 7 *The Basque Oasis Center*, ‘jatorrismo’ y Eider Rodríguez.

1 La falta de fundación teórica de los estudios ibéricos peninsulares

Antes de comenzar a teorizar mi tesis sobre la Iberia posimperial, quisiera resumir la posicionalidad vasca con una frase simple pero provocativa en su mera negatividad: para los estudios –culturales y literarios– vascos, los estudios ibéricos no tienen mucho sentido. La cultura vasca se extiende a ambos lados de los Pirineos y, por lo tanto, la categoría hipotética de ‘estudios hispano-franceses’ o ‘estudios franco-hispánicos’ tendría más sentido y, como trataré de explicar más adelante, también lo tendría para los estudios hispánicos, ya que su cultura se ha desarrollado, desde el siglo XVIII, en relación a una hegemonía cultural y política francesa que se ha copiado y combatido simultáneamente y, como resultado, ha dejado como legado, entre otras cosas, la monarquía borbónica. Un argumento similar podría establecerse para Portugal y Francia-Inglaterra.

A diferencia de las diferentes elaboraciones de los estudios ibéricos en Norteamérica, que siempre parten del hispanismo y, por lo tanto, están obligados a exorcizar el fantasma de dicho hispanismo (nacionalismo español como imperialismo),¹ los estudios ibéricos en la Península se han formulado desde la disciplina de la literatura comparada y no desde un hispanismo peninsular que permanece principalmente indiferente, si no hostil, al tema. Por lo tanto, los estudios ibéricos han emergido mayoritariamente desde la periferia del Estado español (Cabo Aseguinolaza, Abuín González, Domínguez 2010; Domínguez, Abuín González, Sapega 2016; Martínez-Gil 2015; Rina 2017) y Portugal (Matos, Chorão 2017; Pérez Isasi 2017; Sáez Delgado, Pérez Isasi 2018). Si bien la literatura comparada, en estos días, se está reorganizando, en su corriente central, como ‘literatura mundial’ (*world literature*), se entiende que, desde sus orígenes alemanes con Goethe y los hermanos Schlegel, la disciplina ha sido moldeada, no por el nacionalismo, sino por el imperialismo, de modo que su objetivo no era construir la nación (imperialista), como en el caso del hispanismo, sino el Otro no norte-europeo: desde España hasta la India (véase la obra canónica de Friedrich Schlegel *Historia de la literatura antigua y moderna* de 1815, publicada en español en 1843).

Esto también explica que la historia del hispanismo sea más compleja, ya que fue desarrollada originalmente por filólogos y comparatistas alemanes, y sólo posteriormente fue apropiada por filólogos españoles, entre los que destacan Menéndez Pelayo y Menéndez Pidal, en su intento de construir una nación cultural con un alma literaria, precisamente en un momento en que España se enfrentaba a su última pérdida colonial (Guerra de los Diez Años de 1868-78, y Desastre de 1898).

¹ Para una crítica de esta elaboración ibérica, ver Gabilondo 2014.

Al menos desde la obra de Edward Said (1978), y claramente después de las últimas propuestas de Gayatri Spivak (2006), la literatura comparada ha tratado de ir más allá de su pasado imperialista, de manera similar a la antropología; sin embargo, queda por ver si la formulación de los estudios ibéricos mediante la literatura comparada ha sido capaz de ir más allá del imperialismo y el nacionalismo, y realmente ha alcanzado un punto de vista o ubicación posimperial y poscolonial.

Como analizaré a continuación, mi opinión es que los estudios ibéricos desarrollados en la Península Ibérica principalmente por comparatistas son claramente antinacionalistas y antiimperialistas, pero, precisamente por esa razón, también priorizan o consagran enfoques sistémicos que se desarrollan con el aura ‘más científica’ de las ciencias sociales y, en muchos casos, de la sociología. El objetivo es claro: crear un discurso más objetivo y neutral que se oponga respectivamente a las tendencias nacionalistas e imperialistas del hispanismo y el comparatismo histórico. Sin embargo, desde un enfoque posimperial, concluiré que los estudios ibéricos de la Península no han teorizado las herramientas y metodologías que han adoptado por mor de científicidad, por una parte, y que el enfoque sociológico y sistémico que aplican, como consecuencia de ese deseo de objetividad, terminará legitimando al Estado y su razón, *la raison d'état*, por otra parte -especialmente la del Estado español. Por lo tanto, sostendré a continuación que los estudios comparatistas ibéricos deben abandonar las perspectivas sistémicas sociologizantes que han tomado hasta ahora y adoptar, en su lugar, un enfoque *posimperial* con una perspectiva histórica y teórica más consciente de sí misma.

Según varios críticos, como César Domínguez (2007, 78) y Santiago Pérez Isasi (2017), no se puede ontologizar los estudios ibéricos y hacer pasar la geografía peninsular por «destino» o «historia naturalmente compartida». Como este último argumenta:

No basta, con todo, simplemente con escoger una nueva entidad geográfica supranacional, o simplemente no vinculada a un estado-nación, para superar las arbitrariedades que afectan a las divisiones nacionales de los Estudios Literarios. Ya César Domínguez avisa contra «el peligro de transformar los espacios en entidades naturales, es decir, desideologizarlos». Es necesaria por lo tanto una reconfiguración del espacio (véase también, en este sentido, el texto de Enric Bou en *Iberian Modalities*, [sic] en que aplica las propuestas de Lefebvre y de Deleuze y Guattari al espacio ibérico) que mantenga su condición de objeto ideológico e ideologizado, pero que al mismo tiempo huya de la construcción de un nuevo esencialismo ibérico de ningún tipo, ni siquiera estratégico. (Pérez Isasi 2017, 355-6)

Además, estos críticos subrayan que los estudios ibéricos comienzan y se centran preferentemente en tres momentos históricos: el periodo

de anexión española de Portugal de los siglos XVI-XVII, que podría llamarse, por puro prurito poscolonial y siguiendo la tradición portuguesa, 'filipino' (Felipe II-IV); el final del siglo XIX o el momento 'modernista', y el contemporáneo, que se remonta a los años noventa, y también podría llamarse 'milenial' o 'global'. Siguiendo las críticas de los dos autores antes mencionados, añadiré, sin embargo, que, hasta ahora, la conexión histórica entre esos tres momentos no ha sido establecida. En otras palabras, no hay una 'razón ibérica' todavía, si se me permite el giro kantiano. Sin esta articulación teórica, los tres momentos son simplemente casuísticos o cronísticos y, en consecuencia, no justifican los estudios ibéricos en y por sí mismos.

Como señala también Pérez Isasi, de manera muy precisa (2017, 356), es necesario estudiar los momentos de conflicto entre los diferentes sujetos ibéricos, no solo los tres momentos de confluencia mencionados anteriormente. Pero incluso en los momentos de conflicto, los antagonismos extra-ibéricos con Francia e Inglaterra constituirían una base histórica más compleja y significativa para la fundación de los estudios ibéricos que los intra-ibéricos, ya que de esta manera extra-ibérica nos referiríamos a tensiones y conflictos imperialistas que se pueden rastrear en una de manera más histórica y política, algo que no se puede afirmar en el caso de la inter-historia de los dos Estados ibéricos. Desde el siglo XVI-II, España se ha definido frente a Francia (e Inglaterra) en una compleja relación de ansiedad, admiración y negación, de manera similar a la relación que Portugal ha sostenido con Inglaterra (y Francia). Además, se podría defender que las relaciones luso-españolas de los últimos tres siglos han estado mediadas y controladas por intereses anglo-franceses, y, por lo tanto, solo pueden entenderse como una función de estos, al menos hasta la llegada de la globalización, cuando los Estados Unidos interrumpen esta dinámica y la complican aún más al triangularla (Estados Unidos-Francia-Inglaterra <> Península). En última instancia, las relaciones imperialistas entre el norte de Europa (y de América) y la Península han sido más importantes que las relaciones inter-ibéricas y esta otra historia norte-europea sería otra razón importante para una crítica de la falta de una razón ibérica: las interacciones anglo-franco-ibéricas han sobredeterminado las luso-hispanas. Si se acepta esta hipótesis, los estudios ibéricos deberían postularse como una subsección de los estudios anglo-franceses (o luso-hispano-anglo-franceses).² En resumen, los

² La compilación más ambiciosa y de mayor amplitud sobre los estudios ibéricos que se ha desarrollado hasta hoy día, la representan los dos volúmenes de *A Comparative History of Literatures in the Iberian Peninsula* (Cabo Aseguinolaza, Abuín González, Domínguez 2010; Domínguez, Abuín González, Sapega 2016). Dicha compilación ha mapeado las relaciones intra- y extra-ibéricas que he señalado más arriba. Además, los dos estudios preliminares del volumen 1, a cargo de Fernando Cabo Aseguinolaza y César Domínguez (2010, 1-133) hacen una labor exhaustiva de carácter meta-crítico sobre los diferentes usos del espacio y la geografía en las diferentes historias de las literaturas

estudios ibéricos se basan en una excepcionalidad histórica que el propio campo todavía no ha justificado ni de manera positiva ni negativa. Hasta hoy, los estudios ibéricos no han fundamentado su razón de existencia; o si me permiten la formulación más filosófica a la que aludí anteriormente, no existe una 'razón ibérica'.

2 Enfoques sistémicos, violencia histórica y razón ibérica

Desde una posición norteamericana donde el trabajo más crítico en las humanidades ha sido conformado por el posestructuralismo, una primera evaluación tentativa de los estudios comparativos ibéricos de la Península se puede resumir de la siguiente manera: la apelación a una teoría de los sistemas literarios, como la que ha avanzado Itamar Even-Zohar (1990, 2005), para explicar un campo que aún no se ha justificado históricamente, es contraproducente. Desde una perspectiva posestructuralista, donde la relación entre discurso y poder ha sido central, un enfoque sistémico solo puede interpretarse como una justificación o como una sistematización fetichista compensatoria de algo que no es sistemático o sistémico y que, en el mejor de los casos, es históricamente excepcional, es decir, está basado en los momentos históricos inter-ibéricos que son la excepción, no la norma. Recurrir a un enfoque más similar a la ciencia social, a una perspectiva sociologizante, da la ilusión ideológica de mantener una distancia y neutralidad con la batalla nacionalista e imperialista del hispanismo, en la que la literatura comparativa, quiera o no, ha estado siempre enredada, debido a su formación imperialista en el XIX.

Sin embargo, dado el conflicto que existe hoy en día en España entre el Estado y las naciones 'periféricas', por un lado, y dentro de las propias naciones (clase, idioma, género, raza, etc.), por otro, y cuya expresión más conflictiva ha sido la judicialización y criminalización de la actividad separatista catalana, de tal manera que tensiones claramente políticas se hayan reprimido con categorías jurídicas postterroristas³ como «rebelión y sedición»,⁴ debemos concluir que

ibéricas, con el objetivo de explicar las ideologías geopolíticas que se han desplegado en las mismas hasta ahora. Los dos análisis detallados, de todas formas, se plantean a una descripción analítica y no a una elaboración teórica propia de los estudios ibéricos.

3 Utilizo el término 'post-terrorista', porque, hasta el proceso de independencia de Cataluña de los 2010, ETA era el enemigo schmidtiano que el Estado español utilizaba para crear una retórica del victimario terrorista que servía para justificar cualquier acción del Estado que no fuera legal o estuviera dirigida contra cualquier iniciativa que cuestionara la legalidad del mismo Estado.

4 Sáenz de Ugarte, Iñigo (2018). «La venganza del juez Llarena». *El Diario*, 24 de marzo. URL https://www.eldiario.es/zonacritica/venganza-juez-Llarena_6_753184707.html (2018-10-01).

los estudios ibéricos, incluso en su área más desarrollada en la Península, la de la literatura comparada y la historia literaria, no pueden organizarse siguiendo una perspectiva sistémica de orígenes estructuralistas y semióticos como la de Even-Zohar.⁵ La historia que se desarrolla ante nuestros propios ojos en la década del 2010 subraya claramente que toda sistematización está alineada con la criminalización-judicialización de la única razón sistémica que existe, la razón de Estado o *raison d'état*.⁶ Por lo cual, es imperativo avan-

5 Incluso en su versión actualizada de la formulación original de su teoría de polisistemas, Itamar Even-Zohar asume que todo polisistema es ontológicamente hablando y en un última instancia un solo sistema. Como dicho autor explica: «Heterogeneity is reconcilable with functionality if we assume that rather than correlating with each other as individual items conferring to a single unified system, the seemingly non-reconcilable items maintain more than one set of systemic relations, thus constituting partly alternative systems of concurrent options. These systems are not equal, but *hierarchized within the polysystem*. It is the permanent tension between the various strata which constitutes the (dynamic) *synchronic state of the system*» (2005, 4-5; cursivas añadidas). Es decir, el polisistema es siempre un solo sistema (complejo, dinámico, etc. pero ontológicamente hablando único). Dicha asunción ontológica, en el caso de los estudios ibéricos, requiere asumir también que existe una unidad ontológica entre dos estados (portugués y español), ya que es el Estado el último garante y regulador soberano de cualquier organización sistémica de culturas y literaturas ibéricas. Es más, dada la historia y la diferencia de poder político entre ambos estados ibéricos, en última instancia, una teoría polisistémica de base ontológica única llevaría a primar el estado español sobre el portugués, como ya ha sido proclamado en muchas historias literarias (lo contrario nunca se ha dado). Pero si algo deben resaltar los estudios ibéricos es precisamente la falta de unidad ontológica y sistémica de las diferentes, heterogéneas, y diferenciales culturas y literaturas de la península ibérica. Solo el imperialismo estatal ha intentado convertir esta historia heterogénea e irreducible en una realidad sistémica y ontológicamente unitaria.

6 Deleuze y Guattari, ya en los años ochenta, formularon esta imposibilidad de manera clara: «Poco importa que las minorías sean incapaces de constituir Estados viables desde el punto de vista de la axiomática y del mercado, puesto que a largo plazo promueven composiciones que ya no pasan por la economía capitalista ni por la forma-Estado. Evidentemente, la respuesta de los Estados, o de la axiomática, puede ser conceder a las minorías una autonomía regional, o federal, o estatutaria, en resumen, añadir axiomas. Pero precisamente ese no es el problema: esa operación solo consistiría en traducir las minorías en conjuntos o subconjuntos numerables, que pasarían a formar parte de la mayoría en calidad de elementos, que podrían ser contados en una mayoría. E igual ocurriría con un estatuto de las mujeres, un estatuto de los jóvenes, un estatuto de los trabajadores eventuales... etc. Incluso se puede concebir, en la crisis y la sangre, una inversión más radical que convertiría el mundo blanco en la periferia de un centro amarillo; esa sería sin duda una axiomática completamente distinta. Pero nosotros hablamos de otra cosa, que sin embargo no estaría regulada: las mujeres, los no-hombres, en tanto que minoría, en tanto que flujo o conjunto no numerable, no recibirán ninguna expresión adecuada al devenir elementos de la mayoría, es decir, conjunto finito numerable. Los no-blancos no recibirían ninguna expresión adecuada al devenir una nueva mayoría, amarilla, negra, conjunto numerable infinito. Lo propio de la minoría es ejercer la potencia de lo no-numerable, incluso cuando está compuesta de un solo miembro. Esa es la fórmula de las multiplicidades. Minoría como figura universal, o devenir todo el mundo. [...] El problema no es en modo alguno el de la anarquía o la organización, ni siquiera el de la centralización y la descentralización, sino el de un cálculo o concepción de los problemas relativos a los conjuntos no numera-

zar hacia nuevas formas de pensar que permitan estudiar el horizonte de violencia, persecución, conflicto, judicialización-criminalización, terror y marginación que caracteriza al Estado español hoy en día –y que habría que explorar de forma separada en el caso de Portugal (Gil 2004).

Además, en el caso vasco, estos procesos de violencia estatal se centraron históricamente en el grupo armado o terrorista ETA y, desde 1977, sirvieron para expandir una rica retórica estatal judicial de criminalización general. Este complejo dispositivo o aparato discursivo judicial lo popularizó Baltasar Garzón con el lema «todo (alrededor de la izquierda independentista vasca) es ETA»,⁷ que tuvo el efecto de expandir la sospecha política hasta el punto de que ‘todo lo vasco es ETA’. Sin embargo, es importante subrayar que, desde 2011, este aparato legal y discursivo se ha extendido a toda la ciudadanía española con la idea de que ‘todo español contra el Estado es ETA / terrorismo’. Es sumamente importante resaltar un caso histórico para que los efectos de la retórica estatal de criminalización general puedan entenderse en su complejidad: siguiendo la doctrina de Garzón, el juez Juan del Olmo cerró el único periódico en *euskara* o vasco (*Egunkaria*, 1990-2003) y encarceló a sus miembros más destacados, que fueron torturados. Al final, todos fueron absueltos, por lo que el verdadero legado cultural de Garzón es que ‘todo (lo escrito) en *euskara* también es ETA’. Es decir, lo que Cataluña está experimentando hoy día se ha producido en el País Vasco sistemáticamente desde 1975 hasta por lo menos el 2011, cuando ETA declaró un alto al fuego permanente.⁸ Por lo tanto, la violencia inter-ibérica no es nueva ni innovadora, sino que, por el contrario, es la razón histórica que define la base de los estudios ibéricos: no sólo su momento contemporáneo, ‘milenario o global’, sino también su historia, que se remonta al menos al siglo XVI.

En resumen, los estudios ibéricos comparativos, tal como se elaboraron en la Península, han priorizado las relaciones sistémicas entre nacionalidades e idiomas y, por lo tanto, han establecido como su base ontológica una realidad sistematizable. Este enfoque sociológi-

bles frente a una axiomática de los conjuntos numerables. Pues bien, este cálculo puede tener sus composiciones, sus organizaciones, incluso sus centralizaciones, pero no pasa por la vía de los Estados ni por los procesos de la axiomática, sino por un devenir de las minorías» (2015, 474).

⁷ «Garzón y la doctrina del todo es ETA». *Deia*, 3 de mayo de 2018. URL <https://www.deia.eus/2018/05/03/politica/euskadi/garzon-y-la-doctrina-del-todo-es-eta> (2018-10-01).

⁸ Para una discusión sobre la forma en que el proceso de independencia de Cataluña ha sido considerado por el Estado como una ‘actividad criminal organizada’ y, por lo tanto, equiparado con ETA, ver a Martínez, Guillem (2018). «La rebelión ha muerto, viva la sedición». *Ctxt*, 4 de junio. URL <https://ctxt.es/es/20180404/Politica/18853/puigdemont-catalu%C3%B1a-rebelion-sedicion-alemania.htm> (2018-10-01).

co positivista debe ser repensado en términos de relaciones de poder: violencia, judicialización, supresión, protesta, terror, subversión, etc. Es decir, debe reformularse en categorías no sistematizables, a menos que se quiera que el discurso de los estudios ibéricos termine reafirmando la razón de Estado. De una manera más pedagógica y clara, se tiene que afirmar que *los estudios ibéricos deben situar la violencia de Estado, y no los sistemas nacionales, como su base y punto de partida*. A no ser que se asuma dicho estudio de la violencia ibérica, Portugal también continuará siendo un Estado periférico del único hegemónico en la Península, España, en la mayoría de las aproximaciones ibéricas. Hoy día, Portugal está representada en las noticias en español de forma 'intermitente'. Aunque probar este hecho requeriría ir más allá de los límites de este artículo, se podría avanzar las hipótesis de que Portugal aparece, en este momento de plena globalización y europeización donde la relaciones debieran ser las más fluidas de la historia peninsular, de manera reprimida y en última instancia, negativa en los medios de comunicación españoles de mayor alcance, debido a su recuperación moderada pero progresiva de la crisis económica de 2008, y, por tanto, se podría concluir que este Estado, de cierta manera, sirve no sólo como una negación de toda la política y cultura españolas conservadoras de los últimos quince años, sino que también está sujeto a la represión ibérica sistémica y violenta que ejerce su Estado vecino que lleva a su invisibilización simbólica. En resumen, España ha extendido y generalizado su actividad ibérica de violencia y represión, no solo a las naciones periféricas de la Península (Galicia, País Vasco, Cataluña,⁹ etc.), sino también a su vecino Estado soberano, Portugal.

El análisis de la tendencia sistémica de los estudios ibéricos comparativos en la Península también revela, retroactivamente, que las propuestas hispanistas más exitosas de estudios ibéricos en Norteamérica también parten de una concepción sistémica, aunque formulan dicha sistematicidad de manera política, es decir, como (co)federalismo no jerárquico. Sin embargo, al final, responden a una razón de ser similar, como he discutido en otra parte (Gabilondo 2014). Es decir, y por ahora, las formulaciones peninsular-europeas y norteamericanas de los estudios ibéricos, aunque utópicas y estratégicamente posicionadas frente a la historia de disciplinas moldeadas por el imperialismo y el nacionalismo (hispanismo y literatura comparada tradicionales), en última instancia, están sobredeterminados por su lógica sistémica y, como resultado, terminan justificando la razón del Estado (español). Por lo tanto, tales propuestas continúan sirviendo a un programa estatal que es tan antiguo como exitoso en su

⁹ En este contexto, es necesario considerar de manera estratégica a Andalucía y a Aragón como naciones en el sentido pleno de la palabra.

capacidad inquietante de volver o retornar en la forma de lo reprimido: el hispanismo. En resumen, los estudios ibéricos aún no han alcanzado una posición poshispanista y postsistémica-comparativa.¹⁰

3 El posimperialismo como razón ibérica

Pero no basta con afirmar que no existe ninguna razón ibérica -ninguna base establecida para los estudios ibéricos- que no termine por convertirse en la razón de Estado española. Si se abandona un enfoque sistémico, entonces se puede empezar a elaborar una razón ibérica. Es decir, solo entonces se puede percibir que existe una lógica histórica ibérica para fundar los estudios ibéricos. Lo que los tres momentos históricos excepcionales mencionados anteriormente tienen en común, y, por lo tanto, sirven como base histórica para una formulación razonada de los estudios ibéricos, es su *condición posimperial*. Es decir, *el posimperialismo es el fundamento de la razón ibérica*. Por lo tanto, y si mi argumento de posicionalidad vasco-americana posestructuralista tienen alguna base de verdad, afirmaré que *los estudios ibéricos tienen que ser posimperiales o no lo serán*.¹¹

Lo que los tres momentos históricos excepcionales mencionados anteriormente tienen en común es la pérdida histórica de poder y/o soberanía imperial de los Estados hispano-lusos. El primer momento 'filipino', con la anexión del reino de Portugal por el 'español' (1580-1640), representa el momento de máxima extensión de este último y, por lo tanto, la posterior recuperación de la independencia portuguesa significa el comienzo del declive imperial español, que se formaliza posteriormente con el Tratado de Westfalia de 1648. El segundo momento posimperial o modernista de *fin de siècle* se define por la pérdida colonial española de 1898 y la crisis colonial portuguesa en África en 1890, que, en ambos casos, precedieron o contribuyeron a crisis monárquicas paralelas que, a su vez, conducen al establecimiento de repúblicas similares en 1931 y 1910, respectivamente. Finalmente, el tercer momento contemporáneo, posdictatorial o global, se define, por un lado, por la pérdida colonial portuguesa de Ango-

¹⁰ Para nuevas formulaciones de hispanismo, ver Moraña 2005; Epps, Fernández Cifuentes 2005; Cornejo Parriego, Villamandos 2011; Ortega 2012.

¹¹ En este punto, ningún erudito ha teorizado adecuadamente el 'postimperialismo'. Sólo hay algunos artículos aislados, un libro editado con contribuciones de científicos políticos (Becker, Sklar 1999), y un libro antropológico sobre la globalización, que simplemente define el posimperialismo como una posición crítica hacia la globalización, sin explicar su nueva lógica interna (Ribeiro 2003). Becker también escribió una versión anterior del mismo enfoque (1987). Este discurso globalista del posimperialismo de principios de la década de 2000 ha desaparecido sin dejar rastro, debido principalmente a su falta de teorización y su falta de conexión con otras realidades geopolíticas.

la y Mozambique, por la emancipación española del Sahara Occidental y Guinea Ecuatorial, y por el resurgimiento compensatorio de las tensiones intra-estatales en el País Vasco y Cataluña y, por otro lado, por el reposicionamiento periférico de ambos Estados en la Unión Europea y la globalización, provocada principalmente por la expansión global del imperialismo estadounidense.¹²

En otras palabras, la razón ibérica, entendida de esta manera, se basa en el declive imperial y la pérdida colonial de los Estados lusohispánicos, que, en el caso español, también implican el resurgimiento del nacionalismo periférico, después de 1898 y de la dictadura franquista, respectivamente. Debido a esta razón posimperial ibérica, la historia y el presente de los estudios ibéricos no pueden formalizarse, regularizarse y ontologizarse a través de una teoría sistémica como la de Even-Zohar. Finalmente, los estudios ibéricos deben ubicarse en un marco posimperial más amplio, que ha comenzado a conocerse como «enredo imperial» (*imperial entanglement*) o «imperios enredados» (*entangled empires*) (Gould 2007; Cañizares Esguerra 2018). En esta formulación, Francia e Inglaterra se convierten en elementos hegemónicos de cualquier relación ibérica que pueden formularse de manera negativa o positiva (resistencia ibérica posimperial a los imperialismos franco-británicos; colaboración entre las élites sociales de todos los imperios, etc.), pero que son, sin embargo, esenciales para cualquier formulación de los estudios ibéricos.

4 Posimperialismo y poscolonialismo

El otro elemento necesario para que los estudios ibéricos tengan una razón de ser tiene que ver con el campo poscolonial y la forma en que, recientemente, las literaturas de habla portuguesa y española fuera de la Península se han organizado como 'lusófonas' e 'hispanófonas', respectivamente, con la exclusión y falta de consentimiento de América Latina y Brasil. En otras palabras, los estudios ibéricos se basan en una negación posimperial de su historia poscolonial en Latinoamérica. La agrupación y formalización de la literatura de habla portuguesa de Portugal, Mozambique y Angola como lusófona, así como la literatura de habla española de España, Guinea Ecuatorial, Sahara Occidental, Marruecos y otros enclaves donde el español tuvo una presencia imperial, como hispanohablante, tiene que ver con la negación activa de la pérdida colonial latinoamericana. En consecuencia, ambas tradiciones 'fónicas' (hispanófona y lusófona) se or-

¹² La presidencia de Aznar y sus ambiciones globalistas y atlanticistas, destruidas por la guerra de Irak de 2003 y los bombardeos de Madrid de 2004, son una reacción a esta última crisis posimperial.

ganizan e institucionalizan por la negación de la pérdida colonial más antigua y central (Hispanoamérica y Brasil, es decir, América Latina), que inaugura y acelera las dos últimas fases posimperiales, la de finales del siglo XIX y la de finales del siglo XX y principios del XXI.¹³

Aunque he tratado de esbozar una primera teoría sobre la relación entre los estudios ibéricos y las literaturas-culturas 'fónicas' o poscoloniales en otro artículo (Gabilondo 2010, 222-5, 229-31), permítaseme presentar aquí una hipótesis más general: las culturas y literaturas periféricas españolas (en asturiano, gallego, vasco, etc.) representan una compensación fetichista por la pérdida colonial y la emancipación literario-cultural de Latinoamérica desde los años sesenta, personificada por el modernismo de Darío y el boom latinoamericano respectivamente. Es decir, las literaturas españolas 'periféricas' son una compensación interna a la imposibilidad histórica de afirmar y asumir la literatura latinoamericana como poscolonial e hispanófona. Esta compensación, a su vez, ha dado lugar al reciente desarrollo por el cual se ha definido la literatura española o hispanófona sin referencia o inclusión de la literatura latinoamericana. La literatura en español o hispanófona solo hace referencia a Estados y enclaves africanos, como Guinea Ecuatorial, Sahara Occidental y norte de Marruecos, y a países, como Filipinas, donde el español es marginal hoy en día (Campoy, Sampedro 2018). A menos que los estudios ibéricos se redefinan como posimperiales, siempre estarán marcados por la tendencia a compensar fetichísticamente y sistematizar internamente la pérdida colonial a través de las culturas-literaturas periféricas (literatura catalana, gallega... como literatura 'postcolonial' compensatoria), y así enmascarar las áreas poscoloniales que no son predominantemente hispanohablantes como hispanófonas (como es el caso de Marruecos y el Sahara Occidental o las zonas y esferas de Guinea Ecuatorial donde se hablan otros idiomas como el fang).

13 Para el caso de Portugal, Mark Sabine y Claire Williams resumen bien un escenario similar: «El cambio de milenio también ha sido la época en que la escena literaria de Portugal ha abrazado el proyecto poscolonial de 'lusofonía', el vínculo lingüístico entre todos los países de habla portuguesa. La relación entre Portugal y Brasil, como la de todas las naciones previamente conectadas a través de la colonización, ha sido a menudo delicada y *el intercambio de productos culturales se ha visto con sospecha, condescendencia o resentimiento*. Mientras tanto, la literatura del África lusófona se mantuvo para la mayoría de los lectores portugueses, inextricablemente vinculados con la política revolucionaria y la lucha contra el colonialismo, mucho después de que la Asociación de Escritores Portugueses otorgase polémicamente un premio al novelista y activista independentista angoleño José Luandino Vieira en 1965. Sin embargo, el Portugal moderno ha recortado significativamente las tendencias heredadas hacia el chovinismo cultural y el aislacionismo» (Sabine, Williams 2013, 196; cursivas añadidas).

5 Fantasías políticas y posmarxismo

En resumen, los enfoques hispanohablantes tienden a reificar fetichísticamente el imperio, a través del lenguaje, y a enmascarar ideológicamente la lógica histórica del posimperialismo, que sirve como un recordatorio de que la zona mayor de cultura hispanófona poscolonial ya no puede ser considerada como tal, debido a su larga emancipación y soberanía político-cultural de dos siglos: la América Latina hispanohablante. Esto solo revela la negación poscolonial original y latente por parte de la metrópolis española. La literatura hispanófona es, con razón, lo que queda de una actividad imperial que aún no se ha resuelto, y en la que la metrópolis aún participa a través de políticas de influencia y prestigio para reformar un proceso fallido de independencia (la dictadura de Obiang en Guinea Ecuatorial y la lucha independentista del Frente Polisario en el Sahara Occidental), y por extensión, para enmascarar un proceso fallido de formación de Estados en la metrópolis (Cataluña y País Vasco). Esta asimetría, latente en cualquier concepción o formulación hispanófona, puede ser demostrada por la presencia de idiomas y dialectos no hispanohablantes como el árabe, el amazig o el hassania en el Sahara Occidental que son el idioma (dialecto) primero de la mayoría de la población, y donde el español, hablado por una generación mayor, es una segunda lengua (Awah, Moya 2009). Además, el árabe, el amazig y el hassania se expanden más allá del área de lucha saharauí-española poscolonial (Marruecos, Mauritania, Argelia, etc.).

Si pasamos de una concepción sistémica de los estudios ibéricos a una más histórica y conflictiva, en la que la violencia posimperial marca y define lo que solo se puede llamar 'el campo abierto y no sistémico de los estudios ibéricos definidos como eminentemente posimperiales tanto por su enredo imperial anglo-francés como por su fetichismo periférico poscolonial', entonces, dicho campo, en su carácter eminentemente histórico y político, puede estudiarse desde nuevas perspectivas, como las del posestructuralismo y el posmarxismo, las cuales permiten análisis que son simultáneamente psicoanalíticos y políticos. Siguiendo a Jacques Lacan, Slavoj Žižek ha sido el autor que más ha desarrollado el posmarxismo (psicoanalítico). Por un lado, dicho autor defiende que cualquier campo político está estructurado sobre la base de fantasías políticas que permiten la articulación de ideologías hegemónicas que, de todas formas, no son cerradas. Por otro lado, Žižek (2009) argumenta que nuestra percepción de la realidad se deriva de la condición fantástica de la política (de las fantasías políticas) y no al revés; es decir, toda la realidad política es principalmente narrativa y ficticia más que objetiva.

Aquí, 'fantasía política' no tiene el significado popular de 'sueño diurno'; por el contrario, subraya el hecho de que la realidad política e histórica se percibe como realidad 'objetiva' precisamente por su

estructura y organización fantásticas. Para el posmarxismo psicoanalítico, los sujetos históricos se definen en su relación con los demás por el deseo, la falta (traumática) y el disfrute. Esto hace que todas las interacciones subjetivas sean, en última instancia, fantásticas en su naturaleza y, por lo tanto, estén definidas por el deseo, la falta y el disfrute. Además, las fantasías políticas están reguladas por una instancia superegótica o reguladora que, en el psicoanálisis lacaniano, se conoce como el Gran Otro (*L'Autre*): lo que creemos que es un deseo personal e íntimo hacia lo que no tenemos (y nuestras fantasías sobre quién lo tiene y lo disfruta), es regulado en última instancia por la sociedad, por las reglas de la misma. Aunque Žižek generalmente se abstiene de estudiar los afectos, es posible agregar que las fantasías políticas generan afectos entre sus sujetos. Al principio, este enfoque parece innecesariamente complicado, pero el análisis de varios ejemplos dará una idea de su potencial para un enfoque posimperial de los estudios ibéricos.

Cabe postular que los estudios ibéricos pueden examinar las fantasías políticas que, por una parte, estructuran las relaciones entre los Estados ibéricos (España y Portugal), entre las las naciones y las lenguas (vasco, catalán, gallego, andaluz, castellano, etc.) y, por otra, niegan o rechazan las relaciones antagonicas o enredadas entre los Estados ibéricos y sus antagonistas franco-anglosajonas, así como entre los mismos y sus poscolonias latinoamericanas. El objetivo del análisis de estas fantasías políticas es subrayar la imposibilidad de considerar los estudios ibéricos como un campo centrado exclusivamente en dos Estados, o como un campo estructurado a través de la (con)federación de sus (post)naciones. Es decir, un análisis de las fantasías políticas ibéricas (basado en narrativas de deseo, falta y disfrute) nos llevaría a cuestionar los estudios ibéricos como el análisis de un equilibrio sistémico estable entre Estados, naciones y lenguajes que podría estudiarse desde la disciplina de la literatura comparada y que terminaría legitimando la razón de Estado (española) y su (falta de) hegemonía frente a cualquier otro sujeto peninsular, incluido Portugal.

Más específicamente, las fantasías y los efectos políticos ibéricos se pueden analizar mejor suponiendo que cada cultura y literatura posimperial se define por sus fantasías hacia las otras, de modo que cualquier cultura ibérica intenta imaginar y representar la 'escena primordial y fantástica' de las demás (francés-inglés-portugués-español-aragonés-vasco-andaluz...) para afirmar su identidad posimperial (deseo, carencia, disfrute y afecto). En resumen, los estudios ibéricos deben entenderse como la (in)disciplina que analiza las fantasías políticas que definen la 'realidad' histórica de su campo posimperial, y en la que cada nación y Estado plasma sus fantasías culturales con respecto a su(s) otro(s), internos y externos. Esto explicaría, entre muchos otros casos, la invisibilidad casi total de la

realidad portuguesa en los estudios hispanos de la Península (a diferencia de la francesa o norteamericana, por ejemplo, que sirven de modelo y referencia). También ayudaría a analizar, como haré a continuación, la nueva promoción en español de literatura y cinematografía vascas, producidas en castellano, por autores vascos y no vascos, para audiencias predominantemente españolas.

6 Terrorismo-turismo vasco y porno neoliberal español

El trato político que el Estado español ha dado al País Vasco y al resto del Estado desde 1975 no es coetáneo o coeval (Fabian 2002). Mientras que, en el País Vasco, la violencia ha disminuido y la hipótesis de que ‘todo (lo vasco) es ETA’ articulada por el juez Baltasar Garzón y propagada por el gobierno de Aznar ya no produce la plusvalía ideológica que generó desde la década de 1980, en el resto del Estado, la población ha empezado a ser regulada por la aplicación generalizada de esta misma ideología, de modo que, ahora, ‘todos los españoles son ETA’ y, por lo tanto, ETA ya no es necesaria: todos son sospechosos de terrorismo o actos similares de violencia contra el Estado. Desde la aprobación de legislación como la ley «anti-escra-che» (2013) y la «ley mordaza» (2015), o la aplicación indiscriminada de acusaciones de «delitos de odio» o «rebelión y sedición» a actividad política pacífica, es probable que cualquiera en España termine en la cárcel solo por expresarse o tratar de tener una vida digna (vivienda, trabajo, etc.). En España, el simple *retweeting* de otro usuario puede constituir delito (Galvín 2017).¹⁴

Por lo tanto, el País Vasco, el laboratorio ‘regional’ donde se elaboraron y refinaron originalmente estas doctrinas terroristas totalizadoras, se ha trasladado, desde 2011, a otra ‘etapa privilegiada’, a otra posición epistemológica, legal y no coeval. Dado que la historia vasca de violencia ‘auténtica’ (= ETA) ha dejado de ser amenazadora después de 2011, el País Vasco se ha convertido en un espacio donde los españoles se buscan a sí mismos, como en un espejo o reflejo, para comprender su nuevo estatus de sujetos sospechosos de terrorismo o violencia contra el Estado español. El País Vasco es un

¹⁴ «The PP has also used the Constitution and recent changes to security legislation - known as the *ley mordaza*, or ‘gag law’ - to curb freedom of assembly and press coverage. Conservative members of Spain’s judiciary have been happy to play along. In recent years, rap artists, puppeteers, Twitter personalities, and comedians have found themselves in court facing charges of ‘extolling terrorism’ or ‘offending religious sentiments’, while journalists have been charged with ‘disobeying authority’ and slapped with hefty fines for such actions as stepping from the sidewalk into the street during a demonstration in defense of press freedom. On November 17, Spain’s Supreme Court ruled that the crime of extolling terrorism can even apply to a retweet» (Faber, Seguin 2017).

espacio privilegiado o principal donde los españoles ‘aprenden’ a negociar su nuevo estatus de terroristas universalizados. Es en el espacio vasco, donde los ciudadanos españoles aprenden la lógica deseante y afectiva que representa ‘la escena primaria del terrorismo’, la cual también constituye la principal fantasía política del Estado español. En otras palabras, el País Vasco es el objeto privilegiado de la pornografía política española, que también puede definirse como ‘discurso pornográfico español sobre vascos dirigido a no vascos’. Utilizo el término pornografía porque este discurso se define por su ‘obscenidad, secreto, disfrute y naturaleza casi ilegal’. Y es que este discurso de vascos para no vascos, contiene el mismo deseo por una violencia obscena que sólo se puede disfrutar de manera ilegal. Los tres ejemplos más claros y exitosos de dicho porno vasco son la película *Ocho apellidos vascos* (2014) de Emilio Martínez-Lázaro, la novela *Patria* (2016) de Fernando Aramburu y *La trilogía del Baztán (El legado de los huesos, 2013-14)* de Dolores Redondo.¹⁵ Como ya he estudiado el primer caso en otro lugar (Gabilondo 2017), aquí centraré mi análisis en los otros dos textos.

Después de la apertura del Museo Guggenheim de Bilbao (1997), la curiosidad del resto del Estado español por visitar la ‘zona donde todo es ETA’ creció y comenzó a tomar una forma turística, no sin miedo y sin deseo de violencia, que se convirtió en un ‘turismo de terrorismo’ tras el alto el fuego permanente decretado por ETA en 2011.¹⁶ Esta «zona española» (o «zona norte» como el discurso antiterrorista del Estado español la había etiquetado en la década de 1980) se ha convertido en un lugar y una fuente de fantasías políticas que solo pueden definirse como «turismo-terrorismo» o «turismo terrorista», por lo que el espectador de películas como *Ocho apellidos vascos* o el lector de novelas como *Patria* entran en un País Vasco postterrorista, de manera mucho más relajada, es decir, de manera turística, para observar, experimentar y disfrutar de lo que es ‘un escenario de violencia primario’ en España: el pasado de ETA y el terrorismo vasco y todo lo que es vasco como terrorista. Estos discursos han convertido al País Vasco en un Disneyworld del terrorismo. Es decir, el viaje turístico-terrorista se convierte en la versión neoliberal y globalizada del viaje de Kurtz al corazón de la oscuridad de Con-

¹⁵ *El bucle melancólico* de Jon Juaristi (1998) serviría como antecedente y, en menor medida, también la trilogía de Ramiro Pinilla *Verdes valles, colinas rojas* (2004-05). *Las brujas de Zugarramurdi* de Alex de la Iglesia (2013) también debería incluirse, aunque el eje de estructuración principal es la misoginia en vez de la pornografía terrorista.

¹⁶ La Comunidad Autónoma Vasca tuvo la mayor concentración de policías y soldados por ciudadano en Europa en 2011 (Rioja Andueza, Iker. «Euskadi encara un nuevo modelo policial tras el final del terrorismo». *El Diario*, 21 de octubre de 2016. URL https://www.eldiario.es/norte/euskadi/politica/modelo-policial-ETA-amenaza-yihadista_0_571493721.html, 2018-10-01).

rad, ahora en una clave no colonial sino posimperial y pornográfica de alto nivel de disfrute perverso. Además, la garantía de un nuevo régimen escopofílico y pornográfico español que promueve el turismo vasco-terrorismo se presenta en diferentes modos discursivos, desde melodrama (*Patria*) y comedia (*Ocho apellidos vascos*) hasta *noir* (*Trilogía del Baztan*).

En el caso de la novela *Patria* de Aramburu, el discurso pornográfico del turismo terrorista se ha construido históricamente, con la ayuda de los discursos religiosos, antropológicos y políticos vasco-españoles que datan del siglo XIX, y se ha codificado en clave melodramática. Permítanme delinear algunos de sus elementos principales: 1) un conflicto entre dos familias del mismo pueblo, que puede leerse casi de forma mítica (y también en clave española de la Guerra Civil, ya que la relación entre las dos familias es cainita; Bertrand de Muñoz 1996); 2) madres fálicas y aterradoras que controlan completamente el campo político, mientras que, desde su 'feminidad doméstica y no profesional' de amas de casa, convierten ese campo en una lucha de afectos melodramáticos (odio, vergüenza, culpa...); 3) hijos castrados que terminan en la cárcel como miembros de ETA o son 'anómalos sexualmente' (un hijo gay que no asume su identidad sexual, o un hijo único incapaz de superar el complejo de Edipo que termina idealizando a su madre, lo cual, a su vez, lo hace incapaz de desarrollar una relación madura con otras mujeres); 4) hijas rebeldes que se casan con 'maketos'¹⁷ y son penalizadas con una embolia melodramática que las deja paralizadas para actuar como sujetos políticos, pero que, al mismo tiempo, y por su impotencia/castigo corporal, se convierten en sujetos de transición que resuelven la confrontación cainita entre las dos familias en conflicto (o hijas que terminan casadas con «don Juanes» de compulsiones sexuales insaciables y cuya genealogía es en última instancia castellano-española); 5) padres castrados y demasiado emocionales que siempre están a punto de llorar y sólo viven a través de actividades homosociales como la sociedad gastronómica o el paseo de bicicleta los domingos por la mañana.

En el caso de *La trilogía del Baztán* de Dolores Redondo, el texto de las tres novelas delinea un discurso pornográfico de turismo antropológico, en modo *noir* o de novela policíaca, en el que se presenta al

¹⁷ Un término xenófobo vasco, derivado del griego *meteco* (extranjero sin derechos), y aplicado a inmigrantes de otras partes de España. Aramburu despliega este término con una fuerza anacrónica, ya que hoy día ya no se utiliza en el País Vasco. El objetivo del autor es ampliar la división maniquea entre 'nacionalistas vascos nacidos en el País Vasco' y los vascos o inmigrantes españoles que 'no serán aceptados o asimilados en la sociedad vasca debido a su origen'. Esta división ya no es hegemónica o incluso de uso corriente, y se ha movido, como en el resto de España, para identificar a los inmigrantes africanos o latinoamericanos, un sujeto que está ausente en la novela maniquea de Aramburu, ya que no ayuda a articular su fantasía política española de maniqueísmo violento.

área de Baztán con un número desmedido de asesinatos perpetrados por personajes psicóticos que van desde hombres vascos castrados, bajo el poder de mujeres fálicas, como en *Patria*, a psiquiatras malvados conectados con el Opus y el Vaticano, o a jueces calculadores que en última instancia retrotraen su poder y origen a los movimientos contraculturales de la década de 1960, los cuales son presentados como cultos (*cults*). La detective y protagonista, una mujer llamada Amaia Salazar, duplica el nivel de psicosis de los criminales protagonistas porque tiene que lidiar con una madre demente que intentó matarla cuando era una niña. Sin embargo, lo que es patentemente pornográfico en la trilogía tiene que ver con el despliegue antropológico de personajes míticos vascos como Tartalo, Basajaun o Inguema, a lo largo de las tramas narrativas donde se fusionan la magia y lo negro. Este despliegue pornográfico de la antropología se complementa con una descripción histórica y turística del valle de Baztán, donde la antigua magia de la vida vasca pre-cristiana y 'bárbara' sobrevive a través de los cultos violentos de la década de los sesenta (que en un análisis más largo podrían vincularse con el más importante grupo de culto vasco formado en la década de 1960, ETA). La duplicación del detective como víctima de una región del País Vasco donde las mujeres fálicas gobiernan y la magia mítica aún define la vida cotidiana y, en última instancia, la convierte en malvada y violenta, crea una 'escena primaria vasca de violencia' perfecta, en clave *noir*, que cada lector español puede leer y disfrutar, ya que ningún personaje vasco está libre de una violencia turística histórica y mítica (pre-cristiana) en la novela. Es decir, la obra de Redondo convierte al País Vasco en el perfecto y violento Otro, que pasa a ser definido por una violenta escena primaria y obscenidad que el lector español anhela observar con deseo pornográfico.

En resumen, en las novelas citadas, el deseo escopofílico y pornográfico español quiere descubrir, bajo pretexto de turismo posimperial, la escena primaria gozosa y, a la vez, aterradora de la violencia vasca, mítica y terrorista por igual. Al leer y fantasear sobre la escena primaria vasca, en clave pornográfica, los lectores españoles ven sus esfuerzos turísticos bien compensados, ya que toda la violencia vasca está fijada y marcada como afectiva, individual y maniquea, más allá de una historia traumática y política vasca más complicada y menos emocional-individual.

También se pueden rastrear las características de la producción narrativa pornográfica española sobre el País Vasco a finales del siglo XIX, cuando, después del final de las guerras carlistas (1833-76), la burguesía española reorganizó el País Vasco como un espacio exótico poscolonial de disfrute narrativo y turístico durante la Restauración (1876-1921). Esto convirtió al País Vasco en *un espacio de turismo poscolonial*, en el cual la tierra de los carlistas derrotados fue dotada de un aura poscolonial de exotismo que se podía disfrutar a

través del turismo, sin tener que adentrarse en áreas coloniales belicosas fuera de la metrópolis. Desde las narraciones de Trueba, Loti y Navarro Villoslada hasta la creación de casinos en San Sebastián y Biarritz, así como la creación de la temporada de playas, el País Vasco se convirtió en un espacio donde la pérdida colonial americana (Cuba, Puerto Rico y Filipinas), así como los fracasos neocoloniales africanos (Guerra de Marruecos) se podían disfrutar dentro de los confines metropolitanos con un falso sentido de victoria y soberanía imperial que contribuía al rechazo y sublimación de las pérdidas coloniales en ultramar.

Del análisis anterior de la primera Restauración española (1876-1921), *Patria* y *La trilogía del Baztán* se pueden leer como una repetición, durante 'la segunda Restauración' española (1978-2018¹⁸) de la misma producción discursiva de un 'espacio de turismo vasco' donde se puede disfrutar del sujeto terrorista (global) del País Vasco (ETA), después de su 'derrota' en 2011, con un falso sentido de victoria española y de soberanía global-imperial que niega y sublima la fragmentación y el malestar españoles en otros lugares como Cataluña. Sin embargo, como en cualquier repetición, estas novelas permiten ver cómo funciona la lógica posimperial en la nueva Restauración (1978-2018)¹⁹ de un Estado español que está sufriendo un segundo momento de pérdida de soberanía provocada por la globalización y el neoliberalismo. Pero ahora esta segunda pérdida solo puede leerse como posimperial: movimientos que desafían al Estado español, como el movimiento de los indignados del 15M o el proceso de independencia de Cataluña, pueden ser sublimados a través del País Vasco. El País Vasco y su historia violenta reciente, convertidos ahora en turismo pornográfico, sirven como afirmación de una victoria posimperial española contemporánea que re-afirma la primera «victoria» de finales del siglo XIX, después de que las fuerzas carlistas fueran finalmente derrotadas en 1876. Así el País Vasco sirve como sublimación de todo conflicto contemporáneo español que atenta contra el orden de la nueva Restauración.

Además, la visita pornográfica a la zona turística terrorista-antropológica del País Vasco también tiene el efecto compensatorio, tan deseado por el Estado español y sus gobiernos reaccionarios, de que cualquier violencia real ejercida por el Estado en nombre de una élite neoliberal, por todo el país, parece ahora ser un mal menor, una realidad mucho más 'normal' que la vasca, que sigue siendo princi-

¹⁸ Para una discusión que considere el período democrático abierto al final de la dictadura franquista, ver Gabilondo 2017.

¹⁹ Carlos Blanco Aguinaga (2008), entre otros, fue de los primeros críticos en apuntar que el período posdictatorial tiene todas las características de una segunda Restauración que sería imagen y repetición de la primera (1876-1921).

palmente violenta, otra y exótica. Esta es la realidad ‘real’ que una fantasía ideológica española posimperial está produciendo como ideología (razón) de Estado. La pornografía neoliberal vasca cumple las fantasías del terrorismo-turismo español: nadie es verdaderamente terrorista, excepto los vascos. Así, el Estado español y su razón se normalizan. En un sentido más populista, se podría concluir que, al leer estos textos, el lector español siente que ‘su propia opresión posimperial a manos del Estado no es tan mala’.

7 **The Basque Oasis Center, ‘jatorrismo’ y Eider Rodriguez**

El escenario posimperial anterior de terrorismo-antropología-turismo también crea fantasías políticas propias en el País Vasco, que no son ni simétricas ni comparables –sistematizables a través del análisis sociológico comparativo– con las del resto de la Península. Desde el alto el fuego de ETA en 2011, la hegemonía del PNV (Partido Nacionalista Vasco) ha aumentado en el País Vasco. Además, con una excepción singular en 2016, los partidos nacionalistas vascos (PNV, EH Bildu) han aumentado su representación política, mientras que los partidos nacionalistas españoles (PP, PSOE) han seguido perdiendo el control político sobre el País Vasco español (Comunidad Autónoma Vasca y Navarra). No hace falta decir que el análisis político de los partidos políticos vasco-españoles no es el objetivo aquí. Menciono esta historia política para demostrar que la fuerza de las fantasías políticas vascas, separadas y definidas contra el Estado español, ha aumentado.

El PNV de centro derecha ha sido un maestro en el desarrollo de una ideología que se alimenta de este escenario de fantasías políticas vascas. Las dos articulaciones ideológicas más efectivas e influyentes que el PNV ha creado en los últimos diez años tienen que ver con la historia (‘Nación Foral’), por un lado, y con el presente (‘Oasis Vasco’), por el otro. Dado que ambas formulaciones apuntan a una especificidad vasca, la articulación ideológica que nos ocupa aquí, por su riqueza y sofisticación de fantasía política, es «El oasis vasco». ²⁰ Esta formulación ideológica ha tenido tanto éxito que incluso ha llevado a partes del País Vasco, generalmente definidas por la inmigración y su ideología socialista española (PSOE), como es caso del margen iz-

²⁰ David Gaudilla ha captado la ideología del oasis vasco al comentar un discurso pronunciado por un miembro destacado del PNV, Andoni Ortuzar: «La estrategia del PNV para las autonómicas será presentarse como una especie de voto refugio frente a la inestabilidad y la ‘incertidumbre’ de Madrid. De hecho, [Ortuzar] ha recalcado que hay que ‘evitar el contagio’ del ‘ruido’ y la ‘interinidad’ que se vive en el Congreso de los Diputados para preservar el escenario vasco. Ha sido ahí cuando Ortuzar se ha mostrado optimista. ‘No sé si es *un oasis o un paraíso*, pero se le parece mucho’» (Gaudilla 2016; cursivas añadidas).

quiero del área metropolitana de Bilbao, a votar al PNV. La ideología de «El oasis vasco» se refiere al hecho de que en medio del ‘desierto’ español –un desierto definido por la violencia, el declive económico y la corrupción– el País Vasco (la Comunidad Autónoma del País Vasco y, a veces, Navarra) es un oasis de prosperidad económica, asistencial social, derechos humanos y transparencia política. Aunque en términos comparativos, podría demostrarse que el País Vasco tiene tasas más altas de prosperidad y justicia que uno de los países más desiguales de la OCDE (España), hay que dejar claro que está muy lejos de ser un oasis: la corrupción, la disparidad social y la violencia siguen definiendo al País Vasco.²¹ Sin embargo, esta fantasía política, «El oasis», es muy real como tal fantasía y ha tenido efectos directos en la consolidación de la hegemonía del PNV. Finalmente, dada la tendencia del gobierno del PNV de promover todas sus iniciativas culturales como globales, y así recurrir al inglés para promover la cultura vasca (como en *Basque Culinary Center*; *Basque Center on Cognition, Brain and Language*; *Basque Interpretation Center for Historical Memory*; *Urdibai Bird Center*...), sería más efectivo cambiar el nombre de la ideología del oasis a *Basque Oasis Center*. Esta formulación anglizada da a entender y sugiere no solo la idea de un refugio de la violencia y la decadencia de un fantástico Otro español (el Estado español posimperial), sino también el hecho de que el *Basque Oasis Center* tiene un futuro de progreso brillante y utópico vinculado a la globalización norteamericana, y que por tanto se articula como fantásticamente separado del resto del Estado español (y francés).

La ideología del *Basque Oasis Center* no tiene traducciones mecánicas directas en el área de textos culturales particulares –literarios, cinematográficos o de otro tipo. Sin embargo, la fantasía política que sostiene al *Basque Oasis Center* sí las tiene. La literatura reciente de los tres escritores más canónicos de la literatura vasca escrita en *euskara* intenta delinear geografías que unen el País Vasco con la globalización norteamericana (Ramon Saizarbitoria, *Martutene*, 2012; Kirmen Uribe, *Bilbao-Nueva York-Bilbao*, 2008; Bernardo Atxaga, *Nevadako Egunak, Días de Nevada*, 2013), y donde el resto de España se convierte en marginal. De manera similar, la mayoría de la literatura vasca escrita en *euskara* en los últimos diez años ha adoptado un modelo lingüístico y una fantasía política que puede definirse con la palabra *jatorrismoa* o ‘jatorrismo’, que transmite autenticidad y *coolness* (guay). Alguien *jatorra* es *cool*, ‘éticamente correcto’ y ‘genuino’; se deriva de la raíz *jator-* que significa ‘origen’ (como en ‘original’, que tiene diferentes connotaciones en castellano, pero muestra que la palabra ‘origen’ connota individualidad genuina y ética, como en ‘una persona muy original e innovadora’). La tendencia del *jatorrismo* se

21 Ver el análisis aleccionador de Nekane Jurado (2015).

basa en una política lingüística de purismo que da preferencia a palabras de origen vasco sobre las de origen indoeuropeo, aislando así al *euskara* de la tradición occidental, y se centra en temas y narraciones que no reflejan el mundo diglósico híbrido, globalizado y colonizado del País Vasco. Dicho *jatorrismo* ha creado narrativas que no involucran a los lectores de manera efectiva y ha reducido el número de lectores vascos a aquellos que abrazan esta ideología purista. Es importante destacar que el *jatorrismo* responde a una fantasía política que es equivalente a la del *Basque Oasis Center*: es una contestación a una violencia posimperial española que impone la diglosia, la hibridación y la globalización a una cultura en *euskara* que, en lugar de ser promovida por el Estado español o incluso por el gobierno vasco del PNV, se está haciendo más marginal y subalterna. En resumen, la fantasía política del *jatorrismo* responde a una realidad política y lingüística muy real sin soluciones fáciles.

Esa es también la razón por la cual la obra singular (no-*jatorra* / no-original) de la escritora Eider Rodríguez (1978-; «Rodríguez» es escrito por la autora sin la ‘tilde’ o ‘acento’ castellanos) ha recibido una respuesta tan positiva y amplia a lo largo del espectro de lectores e instituciones literarias (fue galardonada con el Premio Nacional de Literatura Vasco o *Euskadi Literatura Saria*, en 2018, por su obra *Bihotz Handiegia*, que puede traducirse como *Un corazón demasiado grande*). La obra literaria de Rodríguez consiste principalmente en cuentos. Hasta ahora ha publicado cuatro colecciones: *Eta handik gutxira gaur* (2004, *Y poco después ahora*), *Haragia* (2007, *Carne*), *Katu jendea* (2010, *Un montón de gatos*) y *Bihotz handiegia* (2017).

Si bien aquí no se puede realizar un análisis detallado de sus cuentos, es importante aislar la estructura del núcleo literario de muchas de sus narraciones. Las mismas representan a personas vascas, muchas de ellas mujeres y/o de clase media, que actúan de forma poco ética o son víctimas de actos no éticos, son completamente ajenas a la cultura PC (*politically correct*) y representan una rica afectividad de frustración, aburrimiento, miedo y, quizás, principalmente, ira. Una rabia dirigida de manera no previsible en cualquier dirección. En resumen, escribe sobre una furia latente que no tiene ninguna salida política y social significativa, más allá de la violencia (simbólica) entre individuos.

Si su trabajo es tan único es precisamente porque atraviesa la ideología principal del *Basque Oasis Center* y el *jatorrismo*. En lugar de asumir esta doble ideología contra el Estado español, el trabajo de Rodríguez cuestiona la fantasía política que los respalda, pero, al mismo tiempo, no ofrece una respuesta; en su obra, no hay salida, no hay opción política. Esto es muy revelador en una escritora cuyas simpatías por la izquierda vasca demuestran que su verdadero discurso, su literatura, denuncia la falta de respuestas políticas claras a las ideologías del *Basque Oasis Center* y al *jatorrismo* en el que incluso la izquierda y su proyecto político, la independencia vasca, es-

tán atrapados en el presente. Uno de sus cuentos, «Politika albisteak» (2004, 22-30, «Actualidad política») captura muy bien todas las características que he aislado anteriormente en su obra. Se trata de la novia de un miembro de ETA que cruza la frontera con Francia para escapar de la persecución de la policía española y, finalmente, deja de comunicarse con ella. Mientras la novia mira la televisión con una madre acosada por los recuerdos de la Guerra Civil, descubre el motivo de la falta de comunicación con su novio.

Es revelador que los lectores vascos se identifiquen tan claramente con una literatura escrita en contra de las fantasías políticas del *Basque Oasis Center* y el *jatorrismo*, y encuentren en la afectividad de la ira o la rabia su más clara representación. También es muy revelador que la literatura de Rodríguez sea indiferente al Estado español como fuente de fantasía política vasca.

He ofrecido anteriormente un análisis de las literaturas vascas, en español y en *euskara*, para mostrar que aunque las fantasías políticas ibéricas –las fantasías españolas hacia el País Vasco y viceversa– están muy presentes, no son paralelas, simétricas o sistematizables, según las atraviesa la violencia posimperial. Además, quisiera enfatizar lo que he dicho al principio: para los estudios culturales y literarios vascos, los estudios ibéricos no tienen mucho sentido. Incluso un análisis muy sofisticado de la violencia posimperial y las fantasías políticas que lo legitiman –no importa lo consciente que sea el análisis del desequilibrio de poder existente y de su historia– está destinado a legitimar la razón de Estado española, aunque sea indirectamente. Nuestra tarea, por lo tanto, es continuar teorizando el riesgo y las posibilidades de cualquier análisis y superar los límites y desafíos de los estudios ibéricos. La literatura de Eider Rodríguez es una nota de advertencia de que una posicionalidad vasca podría acabar con cualquier proyecto ibérico, incluso cuando el Estado apoya con premios y cobertura mediática literatura pornográfica como la de Aramburu o Redondo.

Referencias bibliográficas

- Aramburu, Fernando (2016). *Patria*. Barcelona: Tusquets.
- Atxaga, Bernardo (2013). *Nevadako egunak*. Iruñea: Pamiela.
- Awah, Bahia Mahmud; Moya, Conchi (2009). *El porvenir del español en el Sahara Occidental*. Madrid: Bubok.
- Becker, David G. (1987). *Postimperialism: International Capitalism and Development in the Late Twentieth Century*. Boulder (CO): Lynne Rienner Pub.
- Becker, David G.; Sklar, Richard L. (1999). *Postimperialism and World Politics*. New York: Praeger.
- Bertrand de Muñoz, Maryse (1996). «Novela histórica, autobiografía y mito (La novela y la guerra civil española desde la Transición)». Romera Castillo, José; Gutiérrez Carbajo, Francisco; García-Page, Mario (eds), *La novela histórica a finales del siglo XX*. Madrid: Visor, 19-38.

- Blanco Aguinaga, Carlos (2008). *De restauración a restauración*. Sevilla: Renacimiento.
- Cabo Aseguinolaza, Fernando; Abuíñ González, Anxo; Domínguez, César (2010). *A Comparative History of Literatures in the Iberian Peninsula*, vol. 1. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Campoy Cubillo, Adolfo; Sampedro Vizcaya, Benita (2018). «Theorizing the Global Hispanophone. An Introduction». *Journal of Spanish Cultural Studies*, 20(1-2), 1-16. DOI <https://doi.org/10.1080/14636204.2019.1609212>.
- Cañizares Esguerra, Jorge (2018). *Entangled Empires: The Anglo-Iberian Atlantic, 1500-1830*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Cornejo Parriego, Rosalía; Villamandos, Alberto (eds) (2011). *Un Hispanismo para el siglo XXI*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- De la Iglesia, Alex (2013). *Las Brujas de Zugarramurdi*. Madrid: Enrique Cerezo P.C. et al.
- Deleuze, Gilles; Guattari, Félix (2015). *Mil mesetas. Capitalismo y esquizofrenia*. Valencia: Pre-Textos.
- Domínguez, César (2007). «The Horizons of Interliterary Theory in the Iberian Peninsula: Reception and Testing Ground». Janaszek-Ivanickova, Halina (ed.), *The Horizons of Contemporary Slavic Comparative Literature Studies*. Varsovia: Elipsa, 70-83.
- Domínguez, César; Abuíñ González, Anxo; Sapega, Ellen (2016). *A Comparative History of Literatures in the Iberian Peninsula*, vol. 2. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Epps, Brad; Fernández Cifuentes, Luis (eds) (2005). *Spain beyond Spain: Modernity, Literary History, and National Identity*. Lewisburg: Bucknell University Press.
- Even-Zohar, Itamar (1990). «Polysystem Studies», monogr. no., *Poetics Today*, 11(1). URL https://m.tau.ac.il/~itamarez/works/books/Even-Zohar_1990--Polysystem%20studies.pdf (2019-07-04).
- Even-Zohar, Itamar (2005). «Polysystem Theory (Revised)». *Papers in Culture Research*. Tel Aviv: Porter Chair of Semiotics, 1-11.
- Faber, Sebastiaan; Seguíñ, Bécquer (2017). «Spain's Conflict Over Catalonia is Covering Up Massive Political Corruption». *The Nation*, November 24. URL <https://www.thenation.com/article/spains-conflict-over-catalonia-is-covering-up-massive-political-corruption/> (2018-10-02).
- Fabian, Johannes (2002). *Time and the Other: How Anthropology Makes Its Object*. Nueva York: Columbia University Press.
- Foucault, Michel (1990). *An Introduction*. Vol. 1 of *The History of Sexuality*. New York: Vintage Books.
- Gabilondo, Joseba (2010). «Indifference as Terror: on State Politics and Basque Literature in Globalization». *Oihenart. Cuadernos de Lengua y Literatura*, 25, 217-40.
- Gabilondo, Joseba (2014). «Spanish Nationalist Excess: a Decolonial and Post-national Critique of Iberian Studies». *Prosopopeya: revista de crítica contemporánea*, 8, 23-60.
- Gabilondo, Joseba (2017). «Populism and Postimperial Heterogeneity in Spain. Neonationalism and Affect Politics». *Arizona Journal of Hispanic Cultural Studies*, 21, 187-214.
- Galvín, Angy (2018). «Interior advierte a los tuiteros: compartir mensajes que enaltezan el terrorismo puede ser delito». *El Diario*, 29 de diciembre. URL <https://bit.ly/30WbZCu> (2018-10-01).

- Gaudilla, David (2016). «Ortuzar: 'No sé si Euskadi es un oasis o un paraíso, pero se le parece'». *El Correo*, 31 de julio. URL <https://www.elcorreo.com/bizkaia/politica/201607/31/ortuzar-euskadi-oasis-paraíso-20160731132054.html> (2018-10-01).
- Gil, José (2004). *Portugal, Hoje: o Medo de Existir*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Gould, Eliga H. (2007). «Entangled Atlantic Histories: a Response from the Anglo-American Periphery». *The American Historical Review*, 112(5), 1415-22.
- Juaristi, Jon (1997). *El bucle melancólico. Historias de nacionalistas vascos*. Madrid: Espasa Calpe.
- Jurado, Nekane (2015). *Las profundas huellas de la crisis: los presupuestos 2008-2016 en Euskal Herria*. URL <https://borrokagaraia.files.wordpress.com/2015/12/presupuesto2016.pdf> (2018-10-01).
- Martínez-Gil, Víctor (2015). «Modernidad, política e ibericidad en las relaciones literarias intrapeninsulares». *Revista de Filología Románica*, Anexo 9, 31-44. DOI http://dx.doi.org/10.5209/rev_RFRM.2015.48176.
- Martínez-Lázaro, Emilio (2014). *Ocho apellidos vascos*. Madrid: Laznafilms et al.
- Matos, Sérgio Campos (2017). *Iberismos. Nação e transnação, Portugal e Espanha c. 1807-c. 1931*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Matos, Sérgio Campos; Chorão, Luís Bigotte (2017). *Península Ibérica. Nações e transnacionalidade entre dois séculos (XIX e XX)*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, Centro de História, Universidade de Lisboa.
- Moraña, Mabel (2005). *Ideologies of Hispanism*. Nashville: Vanderbilt University Press.
- Ortega, Julio (2012). *Nuevos hispanismos. Para una crítica del lenguaje dominante*. Madrid: Iberoamericana; Vervuert.
- Pérez Isasi, Santiago (2017). «Los estudios ibéricos como estudios literarios: algunas consideraciones teóricas y metodológicas». *Rina* 2017, 347-61.
- Pinilla, Ramiro (2004-05). *Verdes valles, colinas rojas*. Barcelona: Tusquets.
- Redondo, Dolores (2016). *Trilogía del Baztán*. Barcelona: Booket.
- Ribeiro, Gustavo Lins (2003). *Postimperialismo: cultura y política en el mundo contemporáneo*. Madrid: Gedisa.
- Rina, César (ed.) (2017). *Procesos de nacionalización e identidades en la península ibérica*. Cáceres: Universidad de Extremadura.
- Rodríguez, Eider (2004). *Eta handik gutxira gaur*. Zarautz: Susa.
- Rodríguez, Eider (2007). *Haragia*. Zarautz: Susa.
- Rodríguez, Eider (2010). *Katu jendea*. Donostia: Elkar.
- Rodríguez, Eider (2017). *Bihotz handiegia*. Zarautz: Susa.
- Sabine, Mark; Williams, Claire (2013). «Writing after the Dictatorship». Parkinson, Stephen; Pazos-Alonso, Cláudia; Earle, Thomas F. (eds), *A Companion to Portuguese Literature*. New York: Tamesis, 182-201.
- Sáez Delgado, Antonio; Pérez Isasi, Santiago (2018). *De espaldas abiertas. Relaciones literarias y culturales ibéricas (1870-1930)*. Granada: Comares.
- Said, Edward (1978). *Orientalism*. New York: Pantheon Books.
- Saizarbitoria, Ramon (2012). *Martutene*. Donostia: Erein.
- Schlegel, Friedrich (1843). *Historia de la literatura antigua y moderna*. Madrid: Librería de Cuesta.
- Spivak, Gayatri (2006). *In other Worlds: Essays in Cultural Politics*. New York: Routledge.
- Uribe, Kirmen (2008). *Bilbao-New York-Bilbao*. Donostia: Elkar.
- Žižek, Slavoj (2009). *The Plague of Fantasies*. London: Verso.

Estado, género, nação

El problema del Estado y la literatura

Marcelo Topuzian

Universidad de Buenos Aires, CONICET, Argentina

Abstract The possibility of Iberian Studies depends on its theoretical inventiveness after disarming the model that unites state, nation and culture in the social history of literature, especially if the complex conformation of the Spanish state in its relation with the territories of the peninsula is taken into account. The political modes in which literature intervenes among government apparatuses outside its official cultural mediations would thus gain prominence. At the same time, it is important to take into account its role in shaping and disseminating a State ideology. This implies a reflection on the role of literary criticism and a reconsideration of the notion of form.

Keywords Iberian Studies. Culture. State. Literature. Literary Criticism.

Sumario 1 Historia y crítica en los estudios comparados. – 2 Un uso del Estado para el análisis y la historia literarias. – 3 Literatura, Estado, mediación y forma: una somera revisión de la crítica. – 4 Una crítica de los estudios culturales. – 5 Literatura, crítica literaria y Estado.

1 Historia y crítica en los estudios comparados

Los informes periódicos, la autoevaluación permanente, las crisis, las declaraciones de muerte son parte del diagnóstico usual del estado de la literatura comparada. Este diagnóstico no es, en cada caso, más que la estabilización momentánea de antinomias o antagonismos disciplinares constituyentes. Uno de esos antagonismos se da entre el polo de la historia y el de la crítica literarias. Con esto no me refiero a las tradiciones intelectuales dentro del comparatismo, a los lugares comunes sobre el viejo historicismo francés y el teoricismo estadounidense, sino a una dialéctica singular constitutiva de la



Edizioni
Ca' Foscari

Biblioteca di Rassegna iberistica 16

e-ISSN 2610-9360 | ISSN 2610-8844

ISBN [ebook] 978-88-6969-323-6 | ISBN [print] 978-88-6969-324-3

Peer review | Open access

Submitted 2018-09-24 | Accepted 2018-11-06 | Published 2019-08-02

© 2019 | © Creative Commons Attribution 4.0 International Public License

DOI 10.30687/978-88-6969-323-6/004

disciplina, que no es solo el resultado de reunir bajo una misma rúbrica disciplinar una serie de prácticas epistemológica y metodológicamente distantes o disjuntas (Pollock 2010, 192-4). Los investigadores en literatura comparada deben contar el pasado y, al mismo tiempo, interpretar textos, y muchas veces interpretan textos para impugnar una forma de contar el pasado, o bien renuevan el horizonte de historicidad para cuestionar interpretaciones canonizadas de esos mismos textos.

Se puede decir que hoy nos encontramos en un contexto disciplinar de fuerte revitalización de las prácticas de la historia literaria, tras la importancia que, hasta hace unos veinticinco años, tuvieron la crítica y la teoría. Por supuesto, el pasado literario hoy se cuenta de maneras nuevas, incluso no narrativas, y se tiende, por ejemplo, a privilegiar el análisis de las distribuciones espaciales singulares de los fenómenos literarios en el marco de cortes temporales más extensos (Moretti [1997] 1999), frente al de los períodos cortos en marcos espaciales fijados (Underwood 2013) –típicamente, las naciones. Sin embargo, es lícito volver a plantearse la pregunta por la crítica en los estudios literarios comparados.

No se trata de avivar ningún conflicto entre historicismo y teoricismo. En un momento de giro de los estudios literarios académicos hacia el trabajo con objetos que cada vez más se configuran bajo las figuras del archivo (Farge [1989] 2013) y del patrimonio (Uccella 2013) material e inmaterial, y cada vez menos bajo la de un acervo cultural encarnado en una lengua, es natural que la teoría tienda a pensarse más como metarreflexión de las prácticas de la historiografía literaria, que de la crítica en su relación interpretativa o de lectura con la especificidad textual de sus objetos. Esto no la hace, sin embargo, menos teoría.

Una metarreflexión tal, pertinente y necesaria, tiene hoy en la península y los estudios ibéricos¹ un sitio de privilegio para producirse: un espacio candente. Por esto, la discusión sobre si ‘importar’ o no tal o cual modelo teórico a este campo pierde sentido cuando la práctica diaria del investigador se ve atravesada obligatoriamente por problemas metodológicos y epistemológicos que son acuciantes. Si se trata de repensar la historia literaria de la península desde una perspectiva real y radicalmente comparada, unos estudios ibéricos en vías de conformación e institucionalización deberían, para lograrlo, convertirse ellos mismos en usina teórica exportadora de una perspectiva *sui generis* de historiografía crítica de la literatura. Es

1 Para una definición de los estudios ibéricos, así como una discusión de sus problemáticas y dilemas, véase Abuín González, Tarrío Varela 2004; Buffery, Davis, Hooper 2007; Resina 2009; Cabo Aseguinolaza, Abuín González, Domínguez 2010; Pérez Isasi, Fernandes 2013; Resina 2013; Domínguez, Abuín González, Sapega 2016; Muñoz-Basols, Lonsdale, Delgado 2017.

el propósito de este trabajo contribuir a esbozar algunos lineamientos conceptuales generales a propósito de las condiciones en que los estudios ibéricos podrían desplegar esta productividad teórica tan propia. No se podrá ofrecer todavía resultados empíricos concretos, pero sí intentar abrir campos posibles de investigación.

Pero habrá que constatar que, para esto, no aparecen disponibles todavía otras unidades de base de la historia literaria -sea ibérica, comparada, mundial, universal- que las lenguas y las culturas nacionales. Desde el siglo XIX, estas conformaron la infraestructura de la historia literaria; la historia de la disciplina misma coincide -en las fechas de origen e institucionalización complementarios de las filologías nacionales, la romanística y el estudio de las literaturas extranjeras- con los tiempos históricos del desarrollo de los nacionalismos (D'haen 2012; Leerssen 2006). Confiemos o no en sus propuestas metodológicas, hay que aceptar el diagnóstico de Franco Moretti (2000, 65) cuando despectivamente describe como 'modest' la empresa de la literatura comparada, en sus limitados alcances geográficos eurocéntricos, pero también en su labor teórica, si se la compara con sus aspiraciones. La literatura comparada no logró forjar herramientas de análisis capaces de hacer justicia a sus pretensiones de sobrepasar el paradigma teórico y metodológico de la historiografía de la literatura y la cultura nacionales, con sus periodizaciones establecidas, sus criterios de especificación y definición de sus objetos, sus modelos dominantes de desarrollo y modernización literarios, sus modos culturalistas de articular la literatura con la sociedad y la política -aunque, por supuesto, el comparatismo hizo y hace intentos notables de ir más allá de este medio que lo vio nacer. Esta carencia se vuelve más flagrante ante una agenda política y científica que, por diversas razones, dificulta cada vez más recurrir, para comprender el presente y el pasado, a la trabazón conceptual y axiológica de las categorías de una lengua, una cultura y una literatura que, a través de su unificación, las convirtió, a cada una de ellas, en nacionales. Hay que tener en cuenta que esto también desarma desde su misma base la hipótesis historiográfica modernista -en el sentido más amplio con que el término se generalizó, internacionalmente, para hacer referencia a un conjunto muy vasto de fenómenos literarios y artísticos del siglo XX (cf. Calinescu 1987; Santiañez 2002; Jameson [2002] 2004)-, que cifró la aparente superación de las literaturas nacionales definidas según el principio de su autoctonía imaginada en un cosmopolitismo internacionalista, en apariencia espontáneo, implicado por un uso desterritorializado, abstraído, formalizante y autónomo de una lengua antes definida, en primer lugar, como nacional. Opera alegóricamente, detrás de este tipo de relato de la constitución de las literaturas nacionales como modernas y autónomas, el modelo teleológico de la emancipación nacional cuando esta se piensa como acceso de un pueblo o una nación

sin Estado al ejercicio de la soberanía que este implicaría, identificada en este caso con la promoción moderna a la autonomía literaria como vía de acceso a la lucha por la hegemonía literaria mundial.

Lo que se ha conceptualizado e historiado como los diversos modernismos del siglo XX ha sido la excepción constitutiva y la consecuencia de la competencia mundial entre culturas y literaturas definidas nacionalmente, según surge de los conocidos planteamientos de Pascale Casanova ([1999] 2001), cuya historia de la república mundial de las letras, a pesar de sus descargos sociológicos antiformalistas, es ella misma un efecto destacado y notable de dicha hipótesis general. Esta concepción modernista de las relaciones entre lengua nacional y literatura sigue operando de manera central en los estudios literarios comparados, pero ¿hace justicia a sus necesidades actuales y por venir? Responder negativamente esta pregunta implicaría abandonar o relativizar la importancia, para pensar las relaciones entre literaturas, del modelo teórico de las lenguas en contacto (por ejemplo, Medina López 1997), si una lengua, siempre definida, estáticamente al menos, como nacional, no pudiere ya pensarse como el único medio, el más propio y por excelencia, de una literatura.

Los estudios ibéricos exponen los estudios literarios comparados a unas experiencias histórico-culturales que explicitan carencias de las categorías historiográficas ligadas tanto a las historias de las literaturas nacionales como a las perspectivas que se han presentado como aparentemente superadoras de las mismas. Y en esta explicitación resultan implicados los criterios de base con los que seguimos definiendo la especificidad disciplinar y epistemológica de nuestras propias prácticas críticas de lectura. Esto llama a repensar las maneras en que hoy seguimos concibiendo las relaciones entre historia y crítica literarias.

2 Un uso del Estado para el análisis y la historia literarias

Trataré de esbozar algunos posibles lineamientos de una agenda teórica actual para la literatura comparada en estos horizontes, que estimo tendrían importantes consecuencias en relación con los estudios ibéricos. Es necesario desarmar críticamente el modelo teleológico que se desprende de la ecuación de Estado, nación y cultura con que se ha seguido pensando la inscripción disciplinar e institucional de la historia social y cultural de la literatura, sobre todo si, además, tenemos en cuenta la conformación compleja del Estado español en sus relaciones con los diversos territorios de la península (Álvarez Junco 2001; De Riquer i Permanyer 1994). Frente a la consideración de la nación como un problema eminentemente identitario, cultural y lingüístico por parte de las Humanidades (Anderson [1983] 1993) -y, en consecuencia de su postulación de alternativas

siempre inter-, pos- o transnacionales (Schöning 2006; Castany Prado 2007; Hannerz [1996] 1998; Bemont, Truwant, Vermeulen 2008, entre muchos otros)-, se impone rearticular su tratamiento político, que solo por este medio podría volver su estudio de la literatura real y radicalmente comparativo. Pero se trataría de una politicidad que ya no se podría concebir bajo el modelo emancipatorio, popular y soberanista cuya estructura se puede encontrar, como hemos visto, hasta en la competencia por la hegemonía literaria mundial característica de las modalidades de historia y crítica abiertas por los modernismos internacionales.

Para hacer esto, es necesario volver a problematizar las relaciones entre literatura y Estado, visibilizar este último en los horizontes de investigación y desprenderlo de sus definiciones instrumentalizadas y subordinadas dentro de la pre-formación del universo ideológico entero por parte del efecto-nación, ese movimiento modular (Anderson [1983] 1993, 21) que todavía es capaz de estructurar deseos, aspiraciones e identificaciones colectivas profundas, pero que al mismo tiempo relega y subordina cualquier dinámica política que no se deje enmarcar por la lógica de la ciudadanía y la representación (Beasley-Murray 2010; Moreiras 2013). Antes de convertirse en acervo nacional, la literatura tuvo que pasar a ser, de anterior atributo de poder y distinción para las élites gobernantes, una institución del Estado moderno (Even Zohar 1994). La institucionalidad separada de la literatura no es un *a priori* de la crítica literaria, ni un mero recurso heurístico ni una consecuencia de una identidad nacional y lingüística preexistente, sino resultado de un proceso político complejo, no lineal, de balances siempre parciales, objeto de resistencias e impugnaciones, que forma parte integral de los procesos de constitución de los Estados nacionales modernos (Bürger 1992). Haciendo registro de estas vicisitudes, la historia de la literatura -hoy cada vez más asunto de erudición, archivo y patrimonio, y por lo tanto de subsidio y promoción, es decir, solo en manos de las instituciones de educación superior, y lejos del prestigio social del que alguna vez gozó- podría recuperar su politicidad constitutiva, sin restringirla a su vieja pretensión cultural monumental en torno a un canon de obras y autores, ni a las fronteras de un territorio nacional. En esa politicidad se juega una manera de pensar, en la literatura, aquello que no la hace meramente identificable con la representación de un linaje, un estatus social, una identidad cultural local o una coyuntura epocal, sino capaz de constituirse como digna de ser conservada en sí y por sí como patrimonio de una colectividad genérica y tendencialmente universal.

Una manera de desarmar las matrices de representación identitaria para pensar las tareas de la historia literaria desde una perspectiva comparada que ya se viene desarrollando dentro de la crítica académica, especialmente la latinoamericana, consiste en estudiar cómo la literatura participa de dispositivos de gobierno no basados en la

producción de consenso a partir de representaciones ideológico-culturales unificadas de la identidad, es decir, en el modelo nacional, sino, por el contrario, ligados a los recursos estatales de administración de lo que Michel Foucault denominó 'gubernamentalidad' ([1978] 1999), pero que luego se diseminó en distintas formas de análisis filosófico, histórico y político de operaciones de control social (Deleuze [1990] 1995; Agamben [1995] 1998; [2003] 2005; Lemke 2012; Moraña, Sánchez Prado 2014, entre muchos otros).

La contribución de las perspectivas foucaultianas -de marcada influencia en la crítica literaria con orientación de género (por ejemplo, Butler [1990] 2007), en los estudios de la subalternidad (por ejemplo, Chatterjee [2004] 2008), en los análisis biopolíticos (por ejemplo, Giorgi, Rodríguez 2007) y glotopolíticos (por ejemplo, Narvaja de Arnoux 2016) de la literatura- a esta posible agenda de investigaciones para la literatura comparada consiste en conceptualizar la producción de subjetividad institucionalizada en la literatura no a partir de la mediación de un conjunto de representaciones hegemónicas -lo que todavía llamamos 'cultura nacional'-, sino en relación con dispositivos materiales de ordenamiento y clasificación de cuerpos, afectos, hábitos y discursos, y entre los que la literatura se inscribiría a partir de una exploración de los límites de dichas clasificaciones y de sus efectos de representación.

Invirtiendo la causalidad que ordenaba el título del historiador argentino Tulio Halperín Donghi *Una nación para el desierto argentino* (1992), el libro de Fermín Rodríguez *Un desierto para la nación* (2010) proporciona un ejemplo notable de las posibilidades abiertas por este tipo de perspectivas. La construcción del estado-nación argentino dependió del vaciamiento del espacio al que advendría, producido previamente a través de la imagen y del discurso.

'Desierto' es entonces el nombre para una ausencia de política, una operación discursiva con el poder de atrapar la imaginación al evocar, en negativo, la plenitud ausente de un estado-nación por venir. (Rodríguez 2010, 15)

Las imágenes del espacio vacío funcionan como un señuelo que atrae primero la imaginación antes que el dominio territorial efectivo; son 'fantasías' (2010, 212), investiduras imaginarias. Con esto se descubren, para la literatura, caminos diferentes de los que se le adjudicó tradicionalmente como inevitable formadora -o transgresora- de los consensos necesarios para la conformación de la nación. El desierto, más que la nación, es ya un invento espacial y territorial de los intelectuales letrados para mejor postular la necesidad de conquistarlo, cultivarlo y ponerlo a producir, según la lógica de un Estado.

El espacio común y la sincronía que, según Benedict Anderson ([1983] 1993, 43-61), instauraba la novela en tanto conformadora de la

nación dependen, desde el punto de vista de Rodríguez, de un precedente: el vaciamiento literario del espacio para el advenimiento de su organización en términos territoriales y temporales. Entiendo que este modo de concebir la literatura del desierto es modélico y ejemplar, y podría alumbrar interesantes caminos de investigación tanto para otras literaturas latinoamericanas como para las peninsulares, también excéntricas respecto de las organizaciones europeas dominantes del poder y del Estado. Por ejemplo, la primitivización y salvajización del otro asociadas con la 'desertificación' del territorio se pueden reconocer también como otras formas de vaciamiento civilizacional para el advenimiento del Estado, según las han registrado, por ejemplo, los estudios imagológicos (Santos Unamuno 2012; Gabilondo 2008).

3 Literatura, Estado, mediación y forma: una somera revisión de la crítica

Pero esta perspectiva de análisis centrada en el espacio y su vaciamiento resulta incompleta si queremos seguir teniendo en cuenta también los problemas de lo que hasta ahora se ha concebido como el orden de la representación y la narración propiamente literarias: los mundos de ficción, los imaginarios singulares, las series y temporalidades narrativas. Los investigadores literarios saben lidiar con ellos y legitimar científicamente sus pasos bajo criterios públicos y abiertos si se mueven en el marco conceptual de la mediación entre cultura y sociedad: se pueden orientar con comodidad entre los vínculos que guardan entre sí identidades colectivas, hegemonías políticas, comunidades imaginadas y discursos sociales sin perder de vista la especificidad de la literatura, porque se han educado para ello.

No es fácil pensar la relación de literatura y Estado, como intentamos hacer ahora, porque no se puede disponer acriticamente de la parafernalia conceptual de aquellas mediaciones –que son las de nación, cultura y sociedad civil–, como sucede bajo la hipótesis de su interpretación biopolítica, por ejemplo. Los estudios culturales se han servido, para salir de este paso, de una teoría radical general –y, por eso, paradójicamente descontextualizada– del uso material en contextos determinados: todo elemento objeto de análisis no posee otra entidad que el haz de valencias que lo ligan al conjunto desagregado de las relaciones sociales y culturales en un momento dado de la historia (Grossberg [2010] 2012).

Sin embargo, también es cierto que la vastedad y complejidad de los usos imaginables de los elementos de distinto registro, nivel y materia implicados por lo que todavía podemos denominar análisis literario tienden a reducirse, en la práctica de la historiografía contemporánea de la literatura, a la circulación y recepción de objetos cuya materialidad depende de recortes extrínsecos y, en última instancia,

a una opción binaria y maniquea a propósito de sus fines últimos: ¿la literatura replica de forma directa, a través de aquellos rasgos que hemos tendido a reconocerle en cada caso como propios, los dispositivos de control, y de este modo se inscribe sin más entre el conjunto más amplio y desagregado de aparatos discursivos y no discursivos que reunimos catacréticamente bajo la denominación de 'Estado', o, por el contrario, los transgrede dando voz y volviendo visibles y registrables las resistencias y heterotopías que ellos excluyen, enrevesando sus clasificaciones y órdenes, y singularizándose de paso a sí misma -o, al menos, a algunas de sus zonas-, como resultado de estas prácticas anómalas, respecto de un universo discursivo microfísicamente atravesado por el poder?

A priori, es habitual tender a pensar automáticamente que la segunda opción es la correcta, según la interpretación que los estudios culturales hicieron del pensamiento de Foucault, recientemente reactualizada gracias a la incorporación de los trabajos sobre arte y literatura de Jacques Rancière ([1997] 2009; [2007] 2011). O, al menos, esta suele ser la inclinación progresista de quienes practican las Humanidades. Sin embargo, las cosas no son tan simples ni podrían resolverse por fuerza de puro voluntarismo intelectual.

La tradición de la reflexión sociológica sobre el Estado heredera de Max Weber, desde Norbert Elias ([1939] 1987) a Jürgen Habermas ([1962] 1994), ha mostrado cómo la literatura contribuyó a la configuración de las condiciones de posibilidad del sujeto jurídico moderno de la ciudadanía. Lo hizo a través de la legitimación de la abstracción de este modelo de subjetividad a partir de la conmensurabilidad que los universos narrativos ficcionales logran establecer entre espacios, temporalidades, actores, registros discursivos e imaginarios heterogéneos y dispares; y también de un conjunto de instrucciones específicas para inscribir un cúmulo de afectos, disposiciones y comportamientos -en fin: modos de existencia- en la órbita de las significaciones y las acciones públicas racionales, es decir, de la lógica representativa del Estado. De este modo, la literatura hizo que lo invisible, intangible o virtual de la subjetividad se incorporase culturalmente bajo la figura unitaria del sujeto individual de derechos y obligaciones, forma moderna de la sociabilidad cuya difusión generalizada se convirtió, en la Europa posrevolucionaria, en razón de Estado. Así la literatura contribuyó, en su especificación, a la producción del sujeto moderno: instauró un medio de sociabilidad ilusoria e inmersiva, pero relativamente estable y experimentable, que suplementó la trama institucional que establecía jurídicamente la distinción de Estado y sociedad civil en un escenario de complejidad creciente de las interacciones sociales, que se presentaba cada vez más en su mudez petrificada y caótica ante la experiencia individual. Pero este proceso solo pudo tener lugar en el horizonte suplementario aunque omnipresente de las comunidades nacionales ima-

ginadas que, al mismo tiempo, la literatura contribuyó a conformar.

Según esta tradición de pensamiento sociológico, la crítica literaria, lentamente emancipada respecto de la concepción clásica del gusto y al mismo tiempo nacionalizada por las instituciones culturales y educativas del Estado, se encargó de mediar y resolver, en su autonomía, todo aquello que en la literatura impugnara o pareciera resistirse al debate público y racional en el marco de la sociedad civil (Habermas [1962] 1994, 74-80). La crítica sujetó a procedimientos públicos de intercambio algo que, de otro modo, pudo parecer puramente privado e idiosincrático, e incluso irracional o incomprensible. No siempre fue exitosa en sus operaciones, y en sus fracasos y malentendidos hay otra posible historia de la literatura. Pero es cierto que la abstracción de las formas estéticas por parte de la actividad crítica, ya institucionalizada o en vías de institucionalización, se constituyó como el medio más fértil y propicio para tales operaciones, en el arco que va de los románticos de Jena a la teoría estética de Adorno. El aumento de la inverosimilitud de la idea de una sociedad civil y una cultura realmente autónomas respecto de los poderes del Estado y del mercado explica la tendencia creciente a la inversión y a la decepción en el recorrido histórico de ese arco. La negatividad de la forma literaria buscó garantizar definitivamente su derecho a la independencia respecto de esos poderes a costa de su vaciamiento radical, aunque lo hizo siempre todavía según la lógica propia del campo modernista de la disputa entre espacios literarios nacionales por la hegemonía mundial. Pero incluso en esta radicalización, dada la manera en que se concibió la forma, como operación de autodiferenciación respecto de un horizonte de pareceres 'privados' e irracionales, la crítica siguió constituyendo sus objetos tal y como lo hacen los hechos sociales bajo la égida del Estado moderno, no solo los literarios: como fenómenos públicos abiertos -en su abstracción respecto de cualquier interés individual- a la opinión general. Adorno fue uno de los maestros de Habermas: no hay, por lo tanto, contradicción entre una teoría crítica negativa de la estética y una reivindicación de los valores comunicativos ligados al debate público abierto. Lejos de constituirse como un refugio independiente, la forma, en la época de la autonomía, fue la manera en que la literatura se pudo relacionar con las dinámicas ligadas con la conformación del Estado moderno y, por lo tanto, también la vía privilegiada de superación de su inscripción restringida a la órbita de una cultura local.

La literatura es social e histórica de cabo a rabo, y esto quiere decir que todo en ella dispone modos de relacionabilidad, lógicas de lo público, racionalidades de la imaginación colectiva. Hasta su forma. Sin embargo, este carácter mediador de la forma coincide en la literatura con su invisibilización: el diseño formal, en literatura, aspira también a algún grado de ilusión, de suspensión de la incredulidad, a través de la ficción, de realización, paradójicamente, no públi-

ca, no racional, no formal de los recursos formales. En la literatura siempre hubo algo de lo que Habermas denuncia en los medios de comunicación de masas contemporáneos: que crean agenda propia sin someterse completamente al procedimiento del intercambio público ([1962] 1994, 209-23), aunque el alcance de aquella sea más limitado en escala y difusión. La crítica literaria, atenta a la forma, no tuvo solo que ver con la explicitación de la racionalidad pública o política implicada por la obra, sino que además debió tener en cuenta cómo la literatura operó también con pretensión sustancial, retirándose de ese plano de lo social-procedimental, produciendo efectos de ilusión o de inmersión ficcional –como diría Marie-Laure Ryan ([2001] 2004)– de distinto carácter, sin operar solo de manera racionalizante, como quien rompe el hechizo, que es el modelo ilustrado habermasiano por excelencia para pensar la racionalidad de la crítica. Peter Bürger estudió con detalle, corrigiendo y ampliando los planteamientos de Habermas, las contradicciones entre los procesos de racionalización social y la constitución paulatina de una institución literaria autónoma (Bürger 1992, 4, 151-2).

La crisis de esta empresa estética de formalización y ‘desformalización’ por parte de la crítica hizo que la investigación literaria buscara su legitimación en la científicidad proporcionada por la lingüística. La teoría literaria inventó categorías *sui generis* a partir de ella para improvisar un tipo alternativo de especificidad en los frentes de conflicto académicos con las ciencias sociales, que fueron un efecto secundario de la academización de la crítica ante la pérdida creciente de importancia social de la literatura ante los medios masivos de comunicación audiovisual. Pero esas categorías de análisis lingüístico no alcanzaron a conmovir el edificio modernista de la disputa por la hegemonía literaria mundial a partir de los capitales literarios y lingüísticos nacionales, y progresivamente los estudios literarios abandonaron la hipótesis de la implicación política de las formas de la literatura para buscar su politicidad en otros aspectos, ligados con sus usos sociales, pero según vías limitadas por una consideración deficitaria de la representación y la mediación que la enajenó respecto de su implicación paradójica en las políticas del Estado. Se trata del escenario de crítica e investigación abierto por los estudios culturales.

4 Una crítica de los estudios culturales

Uno de los documentos fundadores de esta disciplina –el clásico *Cultura y sociedad* de Raymond Williams ([1958] 2001)– ha sido cuestionado por David Lloyd y Paul Thomas, en su libro *Culture and the State* (1998), según términos que es pertinente considerar aquí. Estos autores señalaron que el impulso culturalista estándar que hace de la crítica y la investigación literarias un ejercicio de pues-

ta en relación la literatura y la cultura con la sociedad constituye al mismo tiempo una coartada para ocultar cómo el Estado ha mediado previamente esa relación. La idea de una cultura autónoma y universal -como la impuesta por medio de la educación pública formal centralizada en manos del Estado- esconde, detrás de su rol pretendidamente emancipatorio, una función de difusión y legitimación de todo un régimen político -como el moderno- basado en la representación.

¿Qué implica que los investigadores literarios, con el objeto de describir y legitimar sus prácticas disciplinares, se piensen como custodios, depositarios, expertos e incluso también analistas críticos de la literatura como una forma de cultura inscripta socialmente de manera siempre coyuntural? Presuponer, aunque sea implícitamente, que la cultura es un valor en sí mismo -aunque se entienda esa cultura como un conjunto de prácticas eminentemente materiales y sociales, y ya no como un reservorio de los más altos logros del espíritu humano ordenados según las delimitaciones canónicas entre las bellas artes- la pone, según Lloyd y Thomas, al servicio de un Estado cuya infraestructura jurídico-constitucional define la ciudadanía por abstracción. La erección de valores culturales como universales que presupone cualquier estudio académico que pretenda tanto especificidad como reconocimiento científico -aun cuando esto no contradiga su completo anclaje en el contexto social e histórico, y contemple, por ejemplo, la implicación habitual del universalismo cultural en la empresa de los imperialismos- es un sustrato de la formación de la ciudadanía moderna y de la división de la sociedad en esferas, algo que precede a cualquier posibilidad de hablar y actuar en un campo de lo público autolegitimado, como el presupuesto por la puesta en relación con 'lo social'. La idea social de cultura de los estudios culturales está completamente implicada por los tipos de figuración política que, bajo la égida de la macrofigura del Estado moderno, son medio para evitar, de acuerdo con la conocida fórmula de Nicos Poulantzas ([1978] 1979), la confrontación directa de los antagonismos sociales. Según Lloyd y Thomas (1998), el medio privilegiado de estas operaciones fue la educación centralizada, generalizada y estandarizada por parte del Estado, y por ello estos autores se dedican a estudiar la temprana resistencia popular antiestatal a la imposición de este modelo educativo, que describen como simple dispositivo de asimilación de la clase obrera por parte del Estado. Se trata de resistencia obrera a la idea moderna de cultura, y no de resistencia cultural obrera en la sociedad industrial, en clara alternativa al proyecto de Raymond Williams.

La elaboración de una teoría de la cultura como *bildung*, como autotransformación del sujeto, se orienta para los autores en el mismo sentido, en una reivindicación althusseriana en contra de Williams:

La función del Estado [afirman] es mediar conflictos entre grupos de interés; la de la cultura es interpelar individuos hacia la disposición a la reflexión desinteresada que hace las mediaciones del Estado posibles. (Lloyd, Thomas 1998, 14)

La individuación misma coincide con la asimilación de la clase asalariada a la lógica del Estado, dado que oculta una completa interdependencia material, a nivel personal o geopolítico, como resultado de la vertiginosa diversificación exponencial moderna de la producción. La identidad, especialmente aquella que nos hace parte de una nación, está atravesada completamente por la intervención de las mediaciones del Estado, aunque estas se presenten bajo la forma del principio democrático de su encarnación de la realización representativa de los movimientos de la denominada sociedad civil.

Para la conformación del espacio de contención y regulación de los antagonismos que es el sistema político de representación hacen falta, según estos autores, la elaboración y difusión de algún tipo de idea del Estado, de una ideología de lo Estatal, de sus propósitos y funciones, que se reproduce constantemente, y que, por el mismo movimiento, se contrapone a una definición puramente formal de aquello que el Estado deja afuera y frente a lo que responde: la sociedad civil. Peter Bratsis, en su libro *Everyday Life and the State* (2006), va más allá con el desarrollo de la idea de que la distinción entre Estado y sociedad civil es un efecto de la idea misma de Estado; sostiene que la esfera de lo público no es más que un fetiche ficcional que asegura y convence a la población de que el Estado la representa, y que se basa en «toda una serie de actividades que imitan [*mimic*] la síntesis social», como, por ejemplo, las elecciones (2006, 48). La igualdad en general bajo la que todos están representados es un 'como si', y se puede analizar así como ficción simbólica socializada. Sin embargo, al mismo tiempo, esto implica la necesidad de repensar el carácter simbólico de las operaciones del Estado (Bourdieu [2012] 2014): los estatutos diferenciales de lo que se denomina ficción de manera generalizada se ponen en juego aquí.

En conclusión, las pretensiones, por parte de los estudios culturales, de elaboración de un análisis social material de la cultura siempre concretamente contextualizado invisibilizan estas mediaciones y la historia de su constitución, resultado de toda una serie de dispositivos pro-estatales. La relación privilegiada entre cultura y sociedad sustrae de la ecuación crítica al Estado. Un corolario importante de esta conclusión es que, sin embargo, no se puede disponer de modelos terminados de lo que efectivamente sea el Estado, como los que ha buscado, históricamente, la filosofía política; no hay, en este sentido, Estados logrados y fallidos, sino maneras diferentes de cumplir, a través de operaciones simbólicas y materiales, las funciones requeridas. Esto vuelve cualquier referencia a la noción de Es-

tado inherentemente comparatística, y debería por ello convertirla en herramienta crucial en los debates recientes acerca de una literatura mundial o trasnacional, donde hasta ahora no ha resultado, sin embargo, particularmente visible; y más aún en el caso de los estudios ibéricos, que trabajan con literaturas que han guardado, a lo largo del tiempo, relaciones complejas, conflictivas y muy diversas con los distintos niveles, reparticiones e instituciones del Estado. La inscripción de estas literaturas en modelos más o menos teleológicos de conformación de culturas nacionales modernas a menudo obturó la posibilidad de incorporar esas relaciones como variable de análisis importante. Es decir que el análisis de las literaturas de la península ibérica como fenómenos sociales y culturales complejos no puede prescindir de la historia de la conformación de las instituciones de los Estados peninsulares, porque es solo allí donde podrán captarse sus estatutos diferenciales reales. Pensar las literaturas de la península ibérica como simplemente pertenecientes a lenguas, culturas y sociedades diferentes, pero interrelacionadas, obvia el problema crucial de que no todas han formado parte del mismo modo y al mismo tiempo de procesos de constitución de instituciones estatales. Solo así se vuelven visibles las desigualdades flagrantes entre ellas, y por supuesto también las relaciones de poder y sometimiento igualmente implicadas.

La imposición de una cultura nacional por parte del Estado cumplió también la función de difusión y reproducción de una idea del Estado entre los siglos XIX y XX. La cultura resolvió en una serie de instituciones autocontenidas la contradicción entre la universalidad formal y abstracta de la ciudadanía moderna y la idea de que través de ella podemos realizarnos concretamente como realmente somos y hacer valer nuestros verdaderos intereses, de forma individual y colectiva. Y lo hizo a través de la elaboración de una noción de representación cuya efectividad dependió de su capacidad para atravesar tanto el ámbito de la política como el de la cultura y las artes.

Los ejemplos de Lloyd y Thomas son, como los de Raymond Williams, sobre todo ingleses. En la obra del poeta romántico inglés William Wordsworth (1770-1850), por ejemplo, leen una elaboración continua sobre los procesos por los que, normativamente, la experiencia en bruto debe transformarse en la poesía en experiencia estética y así, por lo tanto, volverse universalizable (Lloyd, Thomas 1998, 70-81). Los autores sostienen que

la cultura estética representa la forma misma de la ideología burguesa, al proponer, por un lado, un espacio puramente formal de reconciliación a través de la identificación, y por el otro, al contener, en formas trasmutadas, el constante diferimiento de la autonomía que es la consecuencia inevitable de la sustitución de la emancipación política por la humana. (7)

La reiteración de las referencias a la forma en este pasaje apunta directamente al rol que esta noción tuvo, como hemos visto, en la definición del papel mediador de la crítica. Y su corolario es que, si bien la literatura bajo el régimen estético contribuyó a los procesos de abstracción de la subjetividad que presupone un orden político basado en la representación, también es cierto que su atractivo se basa en una promesa de reconciliación directa, inmediata, con el acontecer social, aunque ahora solamente sea realizable en el plano de la experiencia individual del lector. La pregnancia política de la idea de democracia directa, de rasgos siempre retrospectivos o prospectivos –dada su dificultad de realización en cada vez más ámbitos de la vida social– en una época de absoluto predominio de los dispositivos representativos de la mediación, encuentra un terreno fértil en la actualidad de la literatura. Aunque, como hemos visto, ella ha contribuido con los procesos históricos y políticos por los que la representación y la mediatización se generalizaron socialmente, al mismo tiempo logró hacerlo gracias a su simultánea proposición, persistente a lo largo del tiempo –dado que es capaz de sobrellevar incluso, a lo largo del mismo período, la competencia del crecimiento exponencial de los medios de comunicación masiva–, de una evocación de una realización plena del sujeto sin mediación social, sin representación. Es cierto que esa evocación se da bajo una forma cultural contenida en un ámbito autoconsistente que, gracias a ello, se define como exterior respecto del Estado; sin embargo, a la vez interviene precisa y específicamente en lo que lleva de un individuo a un ciudadano. Es nuestra hipótesis, con vistas al desarrollo de un programa de investigación posible siguiendo estas líneas, que estas operaciones no se desarrollaron del mismo modo en las literaturas castellana y portuguesa, y catalana, gallega y vasca. Sin embargo, su comprobación dependerá de un trabajo de análisis empírico de los discursos literarios que intente registrar su implicación, en cada caso, en regímenes de abstracción estética estatalizante de la subjetividad, y su función en la evocación, también estetizada, de mundos ficcionales no mediados, directos y solo de este modo, paradójicamente anti- o paraestatales.

Es importante destacar, en relación con el rol que se adjudican a sí mismos los estudios culturales, que las funciones de la crítica se explicitan no tanto cuando se revisan sus eventuales afiliaciones políticas y sociales coyunturales, es decir, los usos de sus herramientas de lectura a favor de tal o cual causa pública o en representación de tal o cual colectivo identitario, sino sobre todo cuando interviene sobre los marcos epistémicos y metodológicos en los que esas operaciones se vuelven posibles. Un resultado del llamado giro cultural en los estudios literarios, cuya genealogía se reconoce en el perfil de la crítica que se desprende de la producción de Raymond Williams cuestionada por Lloyd y Thomas, ha sido la pretensión de politización directa e inmediata de todos y cada uno de los elementos ligados con sus prácticas, pero

siempre y cuando se trate de una política literaria, cultural, del saber o de la teoría. Nunca es política *tout court*.² Pero si se vuelven a hacer visibles los lazos que unen las prácticas de la crítica con las políticas de Estado en sentido amplio, quizás se llegaría a comprender que cualquier pregunta de orden histórico-cultural sobre la literatura presupone implícitamente la respuesta a una pregunta previa sobre el Estado.

Por supuesto, no se trata aquí de denunciar esta dependencia implícita como negativa en sí misma, para pasar a defender alguna auto-caracterización imaginaria falsamente anarquizante de las labores de docentes e investigadores literarios. Es posible preguntarse si esto no ocurre con las aproximaciones biopolíticas al problema de las relaciones entre literatura y Estado. Es cierto que, al pasar y sin profundizar –y en un libro que se publicó en 1998–, Lloyd y Thomas ya habían deslizado críticas a los análisis de la cultura derivados de la teoría de la gubernamentalidad de Foucault, que, según se vio, a través de una conexión deleuziana dieron por ese tiempo origen a lo que hoy conocemos como el campo desarrollado de los estudios biopolíticos. En dicha obra, sostenían que la atención sobre la operatividad directa de los dispositivos de poder sobre los cuerpos, las hablas y los hábitos excluye impropiaamente del horizonte de investigación la cuestión de la ideología, la representación y la mediación, invisibilizando las resistencias históricas respecto de su generalización moderna (Lloyd, Thomas 1998, 8). Del rechazo de la consideración de las mediaciones por parte de los estudios biopolíticos de la gubernamentalidad estatal se puede decir lo mismo que sobre la pretensión de un análisis social material de la cultura de los estudios culturales: que al desatender los asuntos de la representación se apresuran a postular la posibilidad de un ejercicio más o menos espontáneo de la literatura contra las funciones centralizantes, homogeneizantes y unificadoras del Estado. Cabe preguntarse, entonces, si el anti- o paraestatalismo que a menudo queda asociado al estudio biopolítico de la literatura no se reduce a un gesto voluntarista, en tanto no se sustrae al rechazo de las mediaciones y representaciones –trasunto de una promesa secular de inmediatez por parte de la literatura– que es posible registrar en la pretensión de politización total, homogénea y generalizada, esgrimida por los estudios culturales en su presión hegemónica actual sobre los estudios literarios. La postulación –por parte de estas perspectivas– de modos de resistencia instituidos por fuera de las dinámicas de la representación política estatalizada no deja de realizarse bajo el modelo de la sociedad civil y las hipótesis cultu-

2 Que la relación entre cultura y sociedad se politiza solo de manera culturalista lo muestra el éxito entre los sectores académicos del modo en que Ernesto Laclau (2005) postuló la especificidad de lo político: una manera de pensar culturalmente, semióticamente, lo político como social, completamente encarnado en la sociedad civil y los movimientos sociales (aunque Laclau prefiera en mucho la segunda denominación a la primera), que hace que la cuestión del Estado quede en un completo segundo plano, e incluso fuera de escena.

ralistas que supuestamente impugna, pues simplemente desplaza cualquier mediación posible en nombre de una inmediatez respecto de los dispositivos de poder que no hace otra cosa que reactualizar la promesa literaria moderna de una realización inmediata del sujeto, según lo describíamos más arriba. El problema del ejercicio directo de la resistencia, pero en términos culturalistas, o político-culturalistas, estriba en que se trata de un rol adjudicado por el propio sistema estatal de mediaciones y funciones. La sociedad civil se reencarna ahora en visiones idealizadas de los movimientos y las redes colectivas, respecto de los cuales los estudios académicos tenderían a cumplir una función meramente reproductiva o amplificadora.³

Es importante revisar, a partir de las prácticas de la investigación crítica, el viejo problema teórico de la representación, la mediación y la inmediatez. Esto abre, sin dudas, un horizonte amplísimo que, aunque sea solo a propósito de la literatura, vuelve a exponer la investigación a todos los debates históricos del hegelianismo y el marxismo occidental. Más modestamente, quizás valdría la pena, al menos, no pensar la crítica como un ejercicio soberano en un campo homogéneo, u homogéneo en su heterogeneidad: la cultura. La consecuencia epistemológica de no reconocer algún límite para el ejercicio de las operaciones de lectura crítica es el encierro en hipótesis culturalistas que dan al Estado por sentado, aun cuando avancen argumentos radicalmente antiestatalistas que lo exponen como mero productor y difusor de ficciones ideológicas. Solo la posibilidad de resituar lo público al repensar las tareas de la crítica podrá dar lugar a una transformación real capaz de ir más allá de estos modelos recibidos. Es, entonces, importante que unos estudios ibéricos en vías de conformación no se dejen tentar por perspectivas de análisis que, seductoras como son en su capacidad para hacer del crítico un activista cultural, al mismo tiempo obturan el acceso a vías de lectura e investigación que son las más cruciales para comprender el espacio literario de la península. Antes que la conformación de un sistema literario nacional, antes incluso que la posibilidad de dar cuenta de vías de producción, circulación y recepción intersistémicas, es importante saldar la cuestión eminentemente política de los modos desiguales y no sincrónicos en que las literaturas de la península se han visto implicadas en las políticas de Estado.

3 Frente a este impulso antiestatalista ha aparecido una serie de reivindicaciones recientes que se atreven a postular, a la luz de las recientes experiencias políticas latinoamericanas, la posibilidad de que el Estado ejerza sobre la sociedad el rol crítico antes adjudicado a la esfera de la opinión pública, hoy cooptada por el mercado y los medios de comunicación masiva. Se trata de propuestas como las de *Mediaciones de lo sensible* de Luciana Cadahia (2017) o la compilación *Estado: perspectivas posfundacionales* de Emmanuel Biset y Roque Farrán (2017). Todavía estas posiciones no han dado lugar a réplicas dentro de los estudios literarios.

5 Literatura, crítica literaria y Estado

Mi propuesta consiste en que, para volver a pensar la relación de la literatura con el Estado y, por lo tanto, dar curso a una reflexión radicalmente comparatista que ya no dé por sentadas sus respectivas conformaciones como literatura nacional y Estado-nación, debemos tomar distancia de estas hipótesis culturalistas características tanto de los estudios culturales como de los biopolíticos.

Al mismo tiempo, es lícito preguntarse si las perspectivas sistémicas e interliterarias que, de manera hegemónica, ha adoptado el comparatismo intrapeninsular dentro de la península –y que se dejan identificar con los nombres propios de Dionýz Ďurišin (1977) e Itamar Even-Zohar (1990)– son las más adecuadas para repensar un campo, como el de la historia literaria de la península, que continúa todavía hoy completamente atravesado por la implicación política directa de cada una de las posiciones en conflicto. Las categorías comparatísticas han sido siempre primero políticas, antes que ideológicas o culturales, porque ellas siempre han estado implicadas en una discusión previa acerca de las políticas del Estado, es decir, de las condiciones para la conformación del universo abstracto de la ciudadanía que, bajo la figura de una igualdad en general, esconde desigualdades de base cuya visibilización implicaría una completa reestructuración del mismo aparato estatal.

El objetivo y la tarea de los estudios ibéricos no deberían tener que ver, por lo tanto, solo con tratar de poner en interrelación lo más igualitaria posible distintos sistemas o campos literarios nacionales previamente existentes a través de la incorporación de tales o cuales instrumentos teóricos y metodológicos considerados adecuados, sino en pensar su desigualdad constitutiva en relación con la historia de la conformación del Estado español, lo cual implica todo un proyecto de elaboración teórica en sí mismo. Los llamamientos de Joan Ramon Resina (2009) a partir de la diferencia y no de la unidad homogeneizante para pensar el conjunto de las literaturas ibéricas se comprenden mucho mejor si ponemos en el centro de la escena de nuestras prácticas de investigación al medio en que dicha unidad pudo tener lugar: las acciones e instituciones legitimadas (o no) por el Estado. Y qué y por qué legitima en cada caso el Estado, y de dónde surge esa potencia de legitimación, son cuestiones eminentemente políticas, que resulta difícil resolver desde un punto de vista sistémico o intersistémico funcionalista.

Hay toda una tradición de crítica política argentina y latinoamericana que muestra cómo historiar un conflicto y un antagonismo no implica necesariamente trascenderlo en el plano de las categorías de análisis y, al mismo tiempo, no se refugia en una politicidad meramente culturalista y es capaz de pensar la literatura en relación con los procesos históricos de constitución del Estado. No es necesario caer en un juego maniqueo entre latinoamericanismo e hispanismo si lo que

se pretende es justamente ir más allá de este último. El hispanismo latinoamericano está preparado para realizar aportes ampliados a los estudios ibéricos: ya no el consabido rol de informante local acerca de escritores exiliados y viajeros, capaz de aportar información empírica y confirmación documental a las hipótesis historiográficas formuladas en la vieja metrópoli, sino una tradición crítica diferente, con otras prácticas y otras referencias -ellas mismas, sin embargo, también constitutiva y radicalmente comparatistas por su posición periférica-, siempre y cuando se comprenda que no por la procedencia latinoamericana de sus representantes más notables, sus elaboraciones teóricas deben restringirse solo a la literatura latinoamericana. Me refiero a la obra y la enseñanza de David Viñas (1964), de Ángel Rama ([1982] 2008), de Noé Jitrik (1975), de Antonio Cândido (2000), de Silviano Santiago (1978), de Beatriz Sarlo (1988), de Josefina Ludmer (1988), de Jorge Panesi (2000), y a sus consecuencias en el presente.

Esta tradición crítica es especialmente sensible a los problemas implicados por la representación política y por las formas de violencia física y simbólica en manos del Estado, cuando sus funciones supuestamente solo reguladoras y procedimentales recaen en tareas más sustanciales (por ejemplo, Ludmer 1999; Osorio 2005; Giorgi 2004). Al mismo tiempo, hay en ella una aguda conciencia de la politicidad de la espacialidad, de la capacidad de la literatura para la invención y delimitación de lugares y paisajes, difícilmente pensables, después del siglo XVIII, por fuera de la territorialidad constitutiva del Estado moderno (por ejemplo, Montaldo 1993; Torre 2010; Rodríguez 2010). Por otro lado, las grietas que deja en lo social y en lo público la dificultosa historia de conformación de los Estados latinoamericanos invita a la postulación e imaginación tanto de formaciones pre-estatales, como de modos alternativos de asociación y comunidad (Rodríguez 2010); podrían sin duda trazarse puntos de contacto con la historia del Estado español y de sus alternativas imaginadas. La desconfianza respecto de las categorías de análisis estético que presuponen la autonomía de la literatura motiva también una necesidad de reinscripción de lo literario en otras series de la vida pública, no solo las supuestamente correspondientes a las artes (Dalmaroni 2004, 2006; Ramos [1989] 2009). Otro movimiento que vale la pena mencionar entre estas líneas de trabajo es el que va de la figuración de la literatura como tradición y canon a su conservación como patrimonio público material o inmaterial, según unas lógicas de selección y gestión de archivos que avanzan más allá de los modelos museísticos o bibliotecarios: ¿qué efectos tienen las políticas literarias del Estado sobre las tareas de la investigación y la crítica literarias? (Goldchuk, Pené 2013; Link 2015). Una consecuencia de este movimiento apunta al desdibujamiento de los límites entre la inscripción pública de la literatura y su comercialización generalizada, según términos que van mucho más allá de la industria editorial y de los cambios en sus soportes materiales (Mendoza 2011; De Diego

2015). Todo esto, en fin, supone abandonar las fantasías autocomplacientes de una literatura más o menos homogéneamente producida socialmente contra o por fuera del Estado, encarnada en la sociedad civil o el mundo de la cultura, para pasar a reconocer la diversidad de sus implicaciones en la historia de su conformación y de su ejercicio.

Esta propuesta no implica prescindir de la noción de literatura en la práctica crítica. Tampoco, como decía al principio, se puede prescindir de la idea de nación. Hay que conservar lo que más importa de aquella en la tradición de la teoría literaria del siglo pasado, que es su problematicidad. Si se tiene esto en cuenta, puede afirmarse que un curso de investigación críticamente interesado más en las relaciones entre literatura y Estado, que entre ella y nación, cultura o sociedad civil, no solo proporcionaría a la literatura comparada y a los estudios ibéricos por venir una plataforma para la elaboración de categorías historiográficas alternativas, sino que también incorporaría una reflexión sobre la crítica, es decir, sobre nuestras prácticas específicamente ligadas con el manejo de nuestros objetos de investigación. Los paradigmas dominantes de la historia literaria solo se conmueven realmente cuando se empieza a leer de otra manera.

Referencias bibliográficas

- Abuín González, Anxo; Tarrío Varela, Anxo (eds) (2004). *Bases metodológicas para unha historia comparada das literaturas da península Ibérica*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Agamben, Giorgio [1995] (1998). *Homo Sacer. El poder soberano y la nuda vida, I*. Valencia: Pre-textos.
- Agamben, Giorgio [2003] (2005). *Estado de excepción. Homo sacer, II, I*. Buenos Aires: Adriana Hidalgo.
- Álvarez Junco, José (2001). *Mater dolorosa. La idea de España en el siglo XIX*. Madrid: Taurus.
- Anderson, Benedict [1983] (1993). *Comunidades imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Beasley-Murray, Jon (2010). *Poshegemonía. Teoría política y América Latina*. Buenos Aires: Paidós.
- Bemont, Nele; Truwant, Mirjam; Vermeulen, Pieter (2008). *Re-Thinking Europe. Literature and (Trans)National Identity*. Amsterdam; New York: Rodopi.
- Biset, Emmanuel; Farrán, Roque (eds) (2017). *Estado: Perspectivas posfundacionales*. Buenos Aires: Prometeo.
- Bourdieu, Pierre [2012] (2014). *Sobre el Estado. Cursos en el Collège de France (1989-1992)*. Barcelona: Anagrama.
- Bratsis, Peter (2006). *Everyday Life and the State*. Boulder; London: Paradigm.
- Buffery, Helena; Davis, Stuart; Hooper, Kirsty (eds) (2007). *Reading Iberia. The-ory/History/Identity*. Oxford: Peter Lang.
- Bürger, Peter (1992). «Literary Institution and Modernization». *The Decline of Modernism*. University Park: The Pennsylvania State University Press, 3-18.

- Butler, Judith [1990] (2007). *El género en disputa. El feminismo y la subversión de la identidad*. Barcelona: Paidós.
- Cabo Aseguinolaza, Fernando; Abuín González, Anxo; Domínguez, César (eds) (2010). *A Comparative History of Literatures in the Iberian Peninsula*, vol. 1. Amsterdam; Philosophica: John Benjamins.
- Cadahia, Luciana (2017). *Mediaciones de lo sensible. Hacia una nueva economía crítica de los dispositivos*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Calinescu, Matei (1987). *Five Faces of Modernity. Modernism, Avant-Garde, Decadence, Kitsch, Postmodernism*. Durham: Duke University Press.
- Cândido, Antonio (2000). *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)*. 2 vols. Río de Janeiro: Itataia.
- Casanova, Pascale [1999] (2001). *La república mundial de las Letras*. Barcelona: Anagrama.
- Castany Prado, Bernat (2007). *Literatura posnacional*. Murcia: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Murcia.
- Chatterjee, Partha [2004] (2008). «La política de los gobernados». *La nación en tiempo heterogéneo*. Buenos Aires: Siglo XXI, 125-57.
- Dalmaroni, Miguel (2004). *La palabra justa. Literatura, crítica y memoria en la Argentina, 1960-2002*. Santiago: Melusina-RIL.
- Dalmaroni, Miguel (2006). *Una república de las letras. Lugones, Rojas, Payró. Escritores argentinos y Estado*. Rosario: Beatriz Viterbo.
- D'haen, Theo (2012). *The Routledge Concise History of World Literature*. London; New York: Routledge.
- De Diego, José Luis (2015). *La otra cara de Jano. Una mirada crítica sobre el libro y la edición*. Buenos Aires: Ampersand.
- De Riquer i Permanyer, Borja (1994). «Aproximaciones al nacionalismo español contemporáneo». *Studia Historica-Historia Contemporánea*, 12, 11-29.
- Deleuze, Gilles [1990] (1995). «Post-scriptum sobre las sociedades de control». *Conversaciones 1972-1990*. Valencia: Pre-textos, 277-86.
- Domínguez, César; Abuín González, Anxo; Sapega, Ellen (eds) (2016). *A Comparative History of Literatures in the Iberian Peninsula*, vol. 2. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins.
- Đurišin, Dionýz (1977). «Comparative Investigation in Literature and Art». *Neohelicon*, 5(1), 125-40.
- Elias, Norbert [1939] (1987). *El proceso de la civilización. Investigaciones sociogenéticas y psicogenéticas*. Madrid: Fondo de Cultura Económica.
- Even-Zohar, Itamar (1990). «Polysystem Studies», monogr. no., *Poetics Today*, 11(1). URL https://m.tau.ac.il/~itamarez/works/books/Even-Zohar_1990--Polysystem%20studies.pdf (2019-07-04).
- Even-Zohar, Itamar (1994). «La función de la literatura en la creación de las naciones de Europa». Villanueva, Darío (ed.), *Avances en Teoría de la literatura: Estética de la Recepción, Pragmática, Teoría Empírica y Teoría de los Polisistemas*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 357-77.
- Farge, Arlette [1989] (2013). *The Allure of the Archives*. New Haven; London: Yale University Press.
- Foucault, Michel (1990). *Tecnologías del yo. Y otros textos afines*. Barcelona: Paidós.
- Foucault, Michel [1978] (1999). «La 'gubernamentalidad'». *Estética, ética y hermenéutica. Obras esenciales*, vol. 3. Barcelona: Paidós, 175-98.
- Gabilondo, Joseba (2008). «Imagining the Basques: Dual Otherness from European Imperialism to American Globalization». *Revista Internacional de Estudios Vascos*. Cuadernos 2, 145-73.

- Giorgi, Gabriel (2004). *Sueños de exterminio. Homosexualidad y representación en la literatura argentina contemporánea*. Rosario: Beatriz Viterbo.
- Giorgi, Gabriel; Rodríguez, Fermín (eds) (2007). «Prólogo». *Ensayos sobre biopolítica. Excesos de vida*. Buenos Aires: Paidós, 9-34.
- Goldchluk, Graciela; Pené, Mónica (eds) (2013). *Palabras de archivo*. Santa Fe: Ediciones UNL.
- Grossberg, Lawrence [2010] (2012). *Estudios culturales en tiempo futuro. Cómo es el trabajo intelectual que requiere el mundo de hoy*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Habermas, Jürgen [1962] (1994). *Historia y crítica de la opinión pública. La transformación estructural de la vida pública*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Halperín Donghi, Tulio (1992). *Una nación para el desierto argentino*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.
- Hannerz, Ulf [1996] (1998). *Conexiones transnacionales. Culturas, gente, lugares*. Madrid: Cátedra.
- Jameson, Fredric [2002] (2004). *Una modernidad singular. Ensayo sobre la ontología del presente*. Barcelona: Gedisa.
- Jitrik, Noé (1975). *Producción literaria y producción social*. Buenos Aires: Sudamericana.
- Laclau, Ernesto (2005). *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Leerssen, Joep (2006). «Nationalism and the Cultivation of Culture». *Nations and Nationalism*, 12(4), 559-78.
- Lemke, Thomas (2012). *Foucault, Governmentality, and Critique*. London; New York: Routledge.
- Link, Daniel (2015). *Suturas. Imágenes, escritura, vida*. Buenos Aires: Eterna Cadencia.
- Lloyd, David; Thomas, Paul (1998). *Culture and the State*. New York; London: Routledge.
- Ludmer, Josefina (1988). *El género gauchesco. Un tratado sobre la patria*. Buenos Aires: Sudamericana.
- Ludmer, Josefina (1999). *El cuerpo del delito. Un manual*. Buenos Aires: Perfil.
- Medina López, Javier (1997). *Lenguas en contacto*. Madrid: Arco Libros.
- Mendoza, Juan José (2011). *Escrituras past_. Tradiciones y futurismos del siglo 21*. Buenos Aires; Bahía Blanca: 17 Grises.
- Montaldo, Graciela (1993). *De pronto, el campo. Literatura argentina y tradición rural*. Rosario: Beatriz Viterbo.
- Moraña, Mabel; Sánchez Prado, Ignacio (eds) (2014). *Heridas abiertas. Biopolítica y representación en América Latina*. Madrid; Frankfurt am Main: Iberoamericana; Vervuert.
- Moreiras, Alberto (2013). «Posthegemonía, o más allá del principio del placer». *Alternativas*, 1, 1-21.
- Moretti, Franco [1997] (1999). *Atlas de la novela europea*. México: Siglo XXI.
- Moretti, Franco (2000). «Conjeturas sobre la literatura mundial». *New Left Review*, 3, 65-76.
- Muñoz-Basols, Javier; Lonsdale, Laura; Delgado, Manuel (eds) (2017). *The Routledge Companion to Iberian Studies*. London; New York: Routledge.
- Narvaja de Arnoux, Elvira (2016). «La perspectiva glotopolítica en el estudio de los instrumentos lingüísticos: aspectos teóricos y metodológicos». *matraga*, 23(38), 18-42. DOI <http://dx.doi.org/10.12957/matraga.2016.20196>.

- Osorio, Óscar (2005). *Violencia y marginalidad en la literatura hispanoamericana*. Cali: Universidad del Valle.
- Panesi, Jorge (2000). *Críticas*. Buenos Aires: Norma.
- Pérez Isasi, Santiago; Fernandes, Ángela (eds) (2013). *Looking at Iberia. A Comparative European Perspective*. Oxford: Peter Lang.
- Pollock, Sheldon (2010). «Comparison Without Hegemony». Joas, Hans; Klein, Barbro (eds), *The Benefit of Broad Horizons. Intellectual and Institutional Preconditions for a Global Social Science. Festschrift for Björn Wittrock on the Occasion of his 65th Birthday*. Leiden: Brill, 185-204.
- Poulantzas, Nicos [1978] (1979). *Estado, poder y socialismo*. México: Siglo XXI.
- Rama, Ángel [1982] (2008). *Transculturación narrativa en América Latina*. Buenos Aires: El Andariego.
- Ramos, Julio [1989] (2009). *Desencuentros de la modernidad en América Latina. Literatura y política en el siglo XIX*. Caracas: El perro y la rana.
- Rancière, Jacques [1997] (2009). *La palabra muda. Ensayo sobre las contradicciones de la literatura*. Buenos Aires: Eterna Cadencia.
- Rancière, Jacques [2007] (2011). *Política de la literatura*. Buenos Aires: del Zorzal.
- Resina, Joan Ramon (2009). *Del hispanismo a los estudios ibéricos. Una propuesta federativa para el ámbito cultural*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Resina, Joan Ramon (ed.) (2013). *Iberian Modalities*. Liverpool: Liverpool University Press.
- Rodríguez, Fermín (2010). *Un desierto para la nación. La escritura del vacío*. Buenos Aires: Eterna Cadencia.
- Ryan, Marie-Laure [2001] (2004). *La narración como realidad virtual. La inmersión y la interactividad en la literatura y en los medios electrónicos*. Barcelona: Paidós.
- Santos Unamuno, Enrique (2012). «La identidad como estereotipo: los estudios imagológicos frente a las coartadas de la Literatura». Fernández García, María Jesús; Leal, María Luis (eds), *Imagologías ibéricas: construyendo la imagen del otro peninsular*. Mérida: Gobierno de Extremadura, 33-54.
- Santiago, Silviano (1978). *Uma literatura nos Trópicos*. Río de Janeiro: Rocco.
- Santiañez, Nil (2002). *Investigaciones literarias. Modernidad, historia de la literatura y modernismos*. Barcelona: Crítica.
- Sarlo, Beatriz (1988). *Una modernidad periférica: Buenos Aires 1920 y 1930*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Schöning, Udo (2006). «La internacionalidad de las literaturas nacionales. Observaciones sobre la problemática y propuestas para su estudio». Romero López, Dolores (ed.), *Naciones literarias*. Barcelona: Anthropos, Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense de Madrid, 305-32.
- Torre, Claudia (2010). *Literatura en tránsito. La narrativa expedicionaria de la conquista del desierto*. Buenos Aires: Prometeo.
- Uccella, Francesca R. (2013). *Manual de patrimonio literario*. Gijón: Trea.
- Underwood, Ted (2013). *Why Literary Periods Mattered. Historical Contrast and the Prestige of English Studies*. Stanford: Stanford University Press.
- Viñas, David (1964). *Literatura argentina y realidad política*. Buenos Aires: Jorge Álvarez.
- Williams, Raymond [1958] (2001). *Cultura y sociedad 1780-1950. De Coleridge a Orwell*. Buenos Aires: Nueva Visión.

Haciéndonos minoritarixs

Canon, género, traducción y una propuesta feminista para los estudios ibéricos

Leslie J. Harkema
Yale University, USA

Abstract While the field of Iberian Studies proposes a radical departure from the understanding of the literary canon dominant within Hispanism, it largely continues to overlook areas marginalised under the traditional model, such as women's writing. On a more theoretical level, there is a need for further reflection on the role gender plays in critical approaches to Iberian literatures and cultures. This essay turns to the feminist theory of Rosi Braidotti and to recent developments in Feminist Translation studies in Galicia to argue for a re-thinking of the field not only from the geographical peripheries of the Iberian Peninsula but also from the peripheries of the traditional canon.

Keywords Iberian Studies. Gender. Feminism. Canon formation. Translation. Translation Studies.

Sumario 1 Introducción. – 2 Estudios ibéricos, estudios de género y estudios de traducción. – 3 Hacia una visión «minoritaria» para los estudios ibéricos.

1 Introducción

Empiezo con una aseveración sobre la genealogía de los estudios ibéricos.¹ El campo tal y como lo conocemos hoy en día se ha podido establecer gra-

¹ Quiero dejar constancia aquí de mi agradecimiento a lxs evaluadorxs anónimxs de este ensayo por sus comentarios y sugerencias.

cias a las consecuencias de las revisiones críticas del canon literario que se llevaron a cabo durante las llamadas ‘guerras culturales’ (*culture wars*, también conocidas como *canon wars*) de los años noventa en la academia estadounidense. Como es sabido, estas reformas se destacaron por reivindicar la experiencia vivida y la producción cultural de grupos minorizados o subalternos, y por formar nuevas lentes analíticas correspondientes a la tríada de las categorías de raza, clase social y género.² Se aproximaba al canon literario como un constructo sociocultural, producto de una ideología dominante, cuya recopilación de las ‘mejores’ obras de una tradición ocultaba la presencia de autorxs y formas de escritura que quedaron invisibilizadxs y marginadxs por sus criterios. En algunos casos –como el de los estudios chicanos del momento– se intentó reformar el canon también para incluir producción literaria escrita en lenguas no dominantes en el contexto estadounidense, como el español.

A principios del siglo XXI, cuando los estudios ibéricos se empezaron a pensar en Estados Unidos como una reconfiguración del hispanismo tradicional, esta última categoría lingüística estuvo en el centro de la reorganización. Frente al modelo del canon nacional y monolingüe, se reivindicó el estudio de lenguas y literaturas minorizadas dentro del estado español –principalmente el catalán, el gallego y el euskera. En su libro de referencia *Del hispanismo a los estudios ibéricos. Una propuesta federativa para el ámbito cultural*, Joan Ramon Resina (2009) se remitió a los movimientos iberistas de finales del siglo XIX y principios del XX como modelo para un nuevo marco académico que les concediese reconocimiento y representación igualitaria a todos los grupos lingüísticos de la Península Ibérica. La propuesta de Resina implicaba una verdadera explosión del concepto de canon ‘español’, con la apertura no solo a las lenguas no castellanas de España sino también a la tradición cultural de otro estado, Portugal, con su propio idioma y canon.

Desde entonces, este nuevo marco para los estudios peninsulares ha recibido críticas de estudiosos que mantienen que el enfoque lingüístico oculta otras diferenciaciones que no se basan en la lengua.³ Desde una perspectiva autodenominada decolonial y posnacional, Jo-

2 Acerca de esta tríada véase, por ejemplo, Andersen, Hill Collins 1992. Entre los estudios más relevantes a una historia de la revisión del canon y la reivindicación de la experiencia de grupos minorizados (y sobre todo, de mujeres de color) se encuentran Andalzúa 1987; Hill Collins 1990; Sandoval 1990, 1998. A lo largo del presente ensayo tengo en mente también el concepto de la interseccionalidad acuñado por Kimberle Crenshaw (1989, 1991). Este concepto, en tanto que señala la importancia de considerar múltiples tipos de minorización conjuntamente, sirve para guiar la presente reflexión sobre la relación entre cuestiones de género y el estudio de las literaturas ‘periféricas’ de la Península Ibérica.

3 Una de las más recientes críticas de este tipo se encuentra en Calderwood 2018, 122-3.

seba Gabilondo ha señalado particularmente la ausencia de «consideraciones biopolíticas» (2013, 30) en la propuesta de Resina. Gabilondo arguye que, en el análisis de las civilizaciones de la Península Ibérica, se debe ponderar antes que nada la participación histórica de todas estas civilizaciones en el imperialismo atlántico. Insiste, además, en que la pérdida del imperio (culminada durante la misma época que sirve de referencia para Resina) ha generado un «exceso de nacionalismo» dentro del estado español. Está claro que tanto Resina como Gabilondo avalan la necesidad de mirar más allá del canon ‘español’ tradicional, aunque discrepan en los enfoques metodológicos que eligen para hacerlo.⁴ El punto de vista de Resina es filológico y predominantemente literario, mientras que la orientación de Gabilondo se arraiga en los estudios culturales y poscoloniales, con consideración de dos de esas categorías de la triada de los años noventa: raza y clase.

La cuestión de género, en cambio, ha recibido relativamente poca atención en las publicaciones que han ido definiendo el campo de los estudios ibéricos hasta ahora. En este sentido, la aparición reciente de *A New History of Iberian Feminisms*, editado por Silvia Bermúdez y Roberta Johnson (2018), es un aporte de gran valor que nos ofrece un excelente recurso para investigaciones futuras.⁵ La publicación de este volumen, de hecho, alienta una reflexión más profunda sobre la relación entre el marco todavía emergente de los estudios ibéricos y la teoría de género. En este ensayo, me propongo desarrollar tal reflexión (una, sin duda, entre otras posibles y necesarias). Al hacerlo, me parece imprescindible partir de las periferias, no solo las geográficas sino también los márgenes del canon literario conformado según el modelo nacional y monolingüe. Como señalaron las académicas que intervinieron en las ‘guerras culturales’ estadounidenses, históricamente el canon ha reflejado los valores del patriarcado, en cuanto ha dejado de reconocer la literatura de autoría femenina. Aquí mantengo que la conceptualización de una literatura a base de una sola lengua también tiende a reproducir una estructura patriarcal, puesto que margina tipos de escritura que han sido feminizadas en la cultura occidental –concretamente, la traducción. El marco multilingüe de los estudios ibéricos, en este sentido, constituye un gran recurso para el desarrollo de reflexiones feministas dentro del cam-

⁴ Sobre la función normativa de los cánones literarios y el caso particular de la universidad española, véase Navajas 2010, 176-7.

⁵ Además de que indudablemente llena una laguna en el campo, este libro es de gran valor por la consideración que les presta a todos los ámbitos lingüísticos y culturales de la península, y por la comparación de los contextos de los dos estados –España y Portugal– que se mantiene constante a lo largo de sus cinco secciones, cada una dedicada a un periodo histórico, desde la Ilustración hasta el siglo XXI. En este sentido, se trata de un volumen que refleja el acercamiento ‘federativo’ propuesto por Resina en su libro de 2009.

po. Al elaborar mi propia aproximación a esta posibilidad aquí, me referiré a la obra teórica de Rosi Braidotti –en particular a su concepto de «hacerse minoritarix» (*becoming-minoritarian*), fórmula deleuziana que esta pensadora ha adaptado al desarrollo de una perspectiva feminista sobre la cultura europea actual⁶ y también a una corriente de pensamiento sobre género y traducción que ha surgido en la península (concretamente, en Galicia) en los últimos años.

Precisamente porque los estudios ibéricos engloban varios cánones y también se sitúan en los intersticios, los espacios *entre* tradiciones, deben prestar atención a las periferias de todos los espacios literarios ibéricos. La marginalidad de la mujer es un fenómeno que históricamente han compartido todos estos ámbitos. También lo es la traducción, una forma de producción cultural frecuentemente invocada dentro de los estudios ibéricos, que en los últimos años se ha puesto en relación con la teoría feminista en el trabajo de escritoras y estudiosas ibéricas. Aquí mantengo que un acercamiento a las literaturas ibéricas que tome más en cuenta la producción artística de autoría femenina debe considerar también los discursos de género que han condicionado estas literaturas y sus cánones, muy especialmente en relación con la idea y la práctica de la traducción.

2 Estudios ibéricos, estudios de género y estudios de traducción

La presente reflexión nace de dos observaciones. En primer lugar, una recopilación de los volúmenes colectivos e historiográficos publicados en los últimos años dentro del campo de los estudios ibéricos, como la *Comparative History of Literatures in the Iberian Peninsula* (Cabo Aseguinolaza, Abuín González, Domínguez 2010; Domínguez, Abuín González, Sapega 2016) o *The Routledge Companion to Iberian Studies* (Muñoz-Basols, Lonsdale, Delgado 2017), revela que relativamente poca atención se presta en estos textos a la escritura de autoría femenina (en el plano del material estudiado) y a la teoría de género (en el plano conceptual).⁷ En la *Comparative History*, los es-

⁶ Aunque sea más frecuente (y más próximo al francés de Deleuze) utilizar en verbo *devenir*, he elegido *hacerse* para enfatizar mediante la forma del verbo reflexivo la agencia del propio sujeto en la actividad.

⁷ Por supuesto, hay que reconocer importantes excepciones. En el *Routledge Companion* se incluyen cuatro estudios que se relacionan de alguna manera con el género y/o la autoría femenina. Dos se enfocan en la escritura de mujeres, en la época medieval (Leslie K. Twomey) y en la Ilustración (Elizabeth Franklin Lewis). De los otros dos estudios, uno versa sobre las figuras femeninas en el *Quijote* (Frederick A. de Armas) y el último sobre la figura de la detective femenina en novelas ibéricas (Antonia L. Delgado-Pouet). Por otra parte, me parece destacable el volumen colectivo *Reading Iberia: Theory/History/Identity*, editado por Helena Buffery, Stuart Davis y Kirsty Hooper

tudios de género reciben un tratamiento bastante secundario, postergado a la última sección antes del epílogo en el segundo volumen. Allí se encuentra el único capítulo que se centra de lleno en el tema de género: «Feminist, Gender and LGBTQ Studies in the Iberian Peninsula: A Comparative Panorama», por María Jesús Fariña Busto y Beatriz Suárez Briones. En este texto, las autoras enumeran los programas y centros académicos de la península que se enfocan en las disciplinas mencionadas, presentándolos como el último desarrollo en la historia literaria que la compilación resume. El capítulo provee una panorámica necesaria, pero no comenta las actividades de estos programas en detalle ni intenta sintetizar los resultados de sus investigaciones. En todo caso, el volumen presenta los estudios de género como una novedad reciente y no logra incorporarlos en su análisis de las literaturas ibéricas sino como una ocurrencia tardía. En este sentido, se queda sin desarrollar en la *Comparative History* una sugerente observación que ofrece César Domínguez en la introducción a la obra, cuando señala que la conceptualización tradicional del espacio ibérico «presupposes a gaze not only external, on the part of the observer, but also masculine, which could well be questioned and negated by a feminine gaze» (Cabo Asequinolaza, Abuín González, Domínguez 2010, 64).

Este *lapsus* temático y teórico en textos que se proponen ofrecer un estudio general de las culturas ibéricas tal vez se deba a una falta de reconocidas figuras femeninas en la cultura y política de la paradigmática época del *iberismo* finisecular. Sea como fuere, lo cierto es que escasean los estudios de escritoras y artistas peninsulares que hagan uso del marco 'ibérico'. Aquí, la figura dominante de Rosalía de Castro en el *Rexurdimento* gallego es la excepción que confirma la regla. Eso sí: la amplia bibliografía sobre Rosalía, que engloba consideraciones tanto de relaciones intra-ibéricas y la cuestión de la lengua como de la teoría de género, provee los ingredientes necesarios para una profundización en el estudio 'en clave ibérica' de las artistas y escritoras. La pregunta que todavía queda, y a la que intentaré dar una respuesta provisional aquí, es cómo incorporar: 1) la experiencia y escritura de estas mujeres a la revisión 'ibérica' del canon hispanista y 2) la perspectiva de los estudios de género al marco teórico de los estudios ibéricos.

Esto me lleva a la segunda observación, que nace de un repaso de los desarrollos recientes en los estudios de traducción en la Península Ibérica. En las últimas décadas, más o menos coetáneamente con el giro hacia los estudios ibéricos, ha aparecido una gran cantidad de

(2007), que sí incorpora múltiples estudios informados por la teoría de género y la teoría queer. Sobre masculinidades ibéricas se ha publicado el volumen *Queering Iberia: Iberian Masculinities at the Margins* (Armengol 2012).

publicaciones sobre traducción en la península.⁸ Entre ellas figuran varias historias de la traducción y antologías de textos sobre el arte de traducir. Por citar solamente algunas personas que han contribuido a este campo, podemos mencionar los nombres de Montserrat Bacardí, Xosé Manuel Dasilva, Francisco Lafarga, Luis Pegenaute y José Francisco Ruiz Casanova. En la mayoría de los casos estas antologías atienden a la tradición de una lengua ibérica solamente. Montserrat Bacardí, Joan Fontcuberta i Gel y Francesc Parcerisas (1998) han editado una antología sobre la traducción al catalán, mientras que Xosé Manuel Dasilva (2003) ha reunido textos que reflexionan sobre el acto de traducir al gallego. Por su parte, Xabier Mendiguren Bereziartu (1992, 1996) se ha ocupado de la historia de la traducción en el sistema literario vasco. Sin embargo, son muchas más las publicaciones que se dedican a la historia de la traducción en el ámbito del castellano y en relación al canon 'español' tradicional.⁹

Los estudios que se centran en traducciones entre lenguas ibéricas son menos frecuentes, aunque no inexistentes. La mayor parte de estos se enfocan en casos aislados, como las traducciones de un individuo o una relación entre escritores (Ribera i Rovira, Unamuno y Maragall, etc.).¹⁰ Con referencia a la producción literaria de las últimas décadas, Mario Santana (2004, 2015) ha proporcionado valiosos datos sobre las traducciones intra-ibéricas y la presencia de cada lengua dentro del (poli)sistema ibérico. Por otra parte, está en elaboración una nueva sección de la base de datos del *Iberian Studies Reference Site* (IStReS)¹¹ que pretende recopilar la bibliografía académica sobre traducciones intra-ibéricas producida después del año 2000. Como indica esta nueva iniciativa, todavía hay mucho que hacer para documentar la traducción dentro del espacio ibérico. Mientras se lleva a cabo esta actividad investigadora, también es necesario ampliar nuestra reflexión teórica sobre qué significa o qué ha significado el acto de traducir en el contexto cultural y político de la Península Ibérica. Es precisamente aquí donde la teoría de género puede servirnos de ayuda.

8 Evidencia de ello es la antología editada por Ordóñez López y Sabio Pinilla (2015).

9 La *Historia de la traducción en España* de Lafarga y Pegenaute (2004) se divide en dos partes, la primera sobre «La traducción en el ámbito de la cultural castellana» y la segunda sobre «otros ámbitos lingüísticos y culturales». Esta última (mucho más breve que la primera) comprende tres secciones dedicadas a las culturas catalana, gallega y vasca, respectivamente. Por querer enfocar este ensayo en las lenguas minorizadas de la península, no trataré la cuestión de la traducción en la literatura portuguesa. No por ello hay que olvidar que las traducciones de y al portugués juegan un papel importante en el iberismo histórico (cf. Harrington 2010).

10 Para una amplia recopilación de estudios de caso sobre el tema de las interacciones entre lenguas ibéricas, véase Pegenaute, Gallén, Lafarga 2010a, 2010b.

11 <http://istres.lettras.ulisboa.pt> (2018-12-07).

En los volúmenes dedicados a la historia de la traducción que ya he mencionado, faltan referencias al trabajo de las mujeres, sobre todo antes de la segunda mitad del siglo XX. Esta situación se debe, muy probablemente, más a la ausencia de documentación o estudio previo que a una falta real de traductoras.¹² Como han señalado teóricas feministas de la traducción como Lori Chamberlain ([1988] 2000) y Sherry Simon (1996), la información que solemos tener sobre la obra de las traductoras se ve distorsionada por una doble invisibilización o marginación de estas mujeres dentro del mundo literario, en primer lugar por ser mujeres y, en segundo lugar, por crear textos que tradicionalmente se han considerado inferiores a obras originales. Ya hace décadas, Chamberlain ([1988] 2000, 306) señaló que el discurso sobre la traducción incluye una serie de metáforas que feminizan esta actividad. En su ensayo Chamberlain cita el ejemplo clave de la frase francesa *les belles infidèles*, que asemeja las traducciones a las mujeres según la noción misógina de que pueden ser o bellas o fieles, pero no las dos cosas a la vez (307). También explica que, puesto que la traducción se concibe como una tarea de reproducción, se considera secundaria a la producción original de la escritura, que a su vez queda marcada como masculina. Así, la invisibilidad del traductor lamentada por Lawrence Venuti (1995) se relaciona con un sistema patriarcal que ya de por sí ha sido históricamente inhóspito para las mujeres de letras.¹³ Esta doble invisibilización dificulta el trabajo de identificar a las traductoras en la historia de las literaturas ibéricas. Felizmente, estudiosas como Catherine Jaffe y Elisa Martín-Valdepeñas Yagüe (2015), Theresa Ann Smith (2006) y Dolores Romero López (2016) ya se han dedicado al trabajo de recuperar algunas estas figuras olvidadas.

Ante la menor representación de las escritoras y la relativa ausencia de reflexión sobre cuestiones de género desde el marco de los estudios ibéricos, junto con la menor atención prestada a las relaciones intra-ibéricas, los últimos desarrollos en la teoría feminista de la traducción radicados en el ámbito de las letras gallegas ofrecen una perspectiva valiosa y un nuevo punto de partida. La académica Olga Castro y la escritora, traductora y activista María Reimóndez son dos autoras que ya han hecho contribuciones importantes sobre la intersección entre feminismo y traducción en la península. Castro se ha referido a la idea de «doble experiencia» para acercarse al asunto, señalando que

¹² Para un estudio que desvela el papel de las traductoras en el contexto gallego, véase Castro 2011.

¹³ Sobre la situación de la mujer de letras en el siglo XIX y el discurso médico-legal que patologiza a esta figura al denominarla *letraherida*, véanse los trabajos recogidos en Fernández, Ortega 2008.

tanto la traducción como los feminismos reivindican (desde los márgenes en los que se encuentran) que su sujeto cuenta con el privilegio de tener acceso tanto a la realidad dominante como a la alternativa/deseable. Así, las y los feministas conocen tanto la estructura patriarcal en la que viven como el sistema de igualdad por el que abogan, del mismo modo que las y los traductores conocen tanto la lengua/cultura origen y la lengua/cultura meta. (2009, 68)

En el contexto de las lenguas periféricas de la Península Ibérica, la «doble experiencia» se puede extender a la cuestión de la lengua minorizada que, aunque históricamente sirvió como la lengua del pueblo y la vida doméstica –y, por tanto, se ha asociado con lo femenino–,¹⁴ también ha formado la base de programas nacionalistas liderados casi exclusivamente por hombres. Esta historia condiciona la actividad traductora todavía hoy. Como observa Reimóndez sobre «a cuestión da construción nacional»,

é abondo evidente que en Galicia esta se centra tradicionalmente na lingua e, en particular, no literario como cerna do proxecto identitario colectivo. Ocorre, por tanto, que, ao igual que en moitas outras linguas non hexemónicas, o concepto de «fidelidade» de tradutoras e tradutores é aínda máis complexo, pois está vinculado a un proxecto nacional que, como ben criticamos as feministas galegas, nace dunha fonte fundamente patriarcal. (2013, 176)

Las palabras de Reimóndez apuntan hacia una posible aplicación ibérica de una observación hecha por la teórica canadiense Sherry Simon (1996, 2), quien afirma que la teoría feminista de la traducción replantea (*reframes*) el concepto de la fidelidad. Reimóndez apunta que, para traductoras y traductores gallegxs, ‘ser fiel’ no solo significa reconocer y obedecer la autoridad del texto original, sino que también conlleva una postura de adhesión a la nación en términos políticos. La estrecha relación entre lengua y nación en los casos del gallego, del catalán y del euskera (pese a sus diferencias contextuales respectivas) hace que a las y los traductorxs se les requiera ser

¹⁴ Un ejemplo reciente de esta asociación es la columna de opinión publicada en *El País Catalunya* por Rudolf Ortega (enero de 2015) (http://cat.elpais.com/cat/2015/01/05/cultura/1420438858_055280.html, 2018-12-11). Titulado «Gràcies a les dones», el artículo alaba a las mujeres catalanas del siglo XIX por su papel en preservar el catalán. Hay que tener en cuenta, sin embargo, que el acto de preservación que el periodista agradece se llevaría a cabo como consecuencia de la estricta división entre espacio público y espacio privado impuesta por la sociedad patriarcal. Sobre esta división entre esferas íntima y pública en el contexto del siglo XIX español, sigue siendo de referencia el estudio de Susan Kirkpatrick (1989) sobre las escritoras españolas y el romanticismo. Véase también Duch Plana 2013 y, sobre el rol del género en la conformación de discursos sobre la identidad nacional en Galicia, Miguélez-Carballeira 2013.

fieles, tal vez más que al autor original de un texto, al fomento de un repertorio literario que, a su vez, robustezca la base cultural sobre la cual se construye la nación patriarcal. De hecho, como nota Reimóndez con referencia a la investigación de Neal Baxter (2010), en el ámbito de las letras gallegas la traducción literaria se ha podido construir como una actividad masculina, ya que la traducción ha jugado un papel central en «the Galician patriarchal nation-building project» (Reimóndez 2017, 48).

Que la «comunidad imaginada» (Anderson 1991) de la nación ha funcionado históricamente como un obstáculo para las mujeres de letras y que ellas han respondido por buscar otras formas de comunión y conectividad, queda demostrado por Pura Fernández en la introducción al volumen *No hay nación para este sexo. La Re(d) pública transatlántica de las Letras* (2015). Los estudios recogidos en este libro sobre las redes literarias creadas por mujeres en ambos lados del Atlántico señalan una manera de repensar las relaciones intra-ibéricas desde la transnacionalidad. Mientras traspasan el marco nacional que margina a las mujeres (condenado por Carolina Coronado en el poema «Libertad», de donde proviene el verso que da título a la colección¹⁵), casi todos los estudios de este volumen limitan su análisis a la producción en castellano. No obstante, puede resultar muy fructífero un acercamiento a las literaturas ibéricas que parta de la intersección de la marginalidad estudiada en el libro de Fernández -la marginalidad civil y cultural de las mujeres- y la marginalidad de las culturas y literaturas de la 'periferia'. Tal aproximación podría esclarecer nuevas redes entre escritoras y traductoras ibéricas, ampliando el conocimiento sobre contactos y colaboraciones históricas como la relación entre la catalana Caterina Albert (quien firmaba sus escritos con el pseudónimo masculino Víctor Català) y su traductora al castellano, la gallega María Luz Morales (cf. Hurtado Díaz 2006) o, en tiempos más recientes, la traducción al euskera de la poesía de Maria-Mercè Marçal realizada por Itxaro Borda (2014). Por otra parte, esta intersección de marginalidades también puede arrojar nueva luz teórica sobre casos como el de la recepción de Rosalía de Castro en la Cataluña *renaixentista*, estudiado por Lluïsa Julià (2016).

En términos teóricos, los estudios de Reimóndez (2013, 2017) y Fernández (2015) sugieren que pensar las literaturas y culturas ibéricas desde la perspectiva de las mujeres requiere una fuerte crítica del marco nacional que, al nivel del estado-nación y también al de los nacionalismos sin estado, tiende a ocultar y marginar lo femenino. Una orientación de los estudios ibéricos que siguiera en la línea de sus in-

15 Coronado escribió «Libertad» en 1846 y lo incluyó en la segunda colección de sus *Poesías* en 1852.

investigaciones tendría que mirar desde los márgenes de este marco, empleando lo que Rosi Braidotti (2011, 7) describe en el contexto de su propio trabajo como una «resistance against methodological nationalism». Al desarrollar su aproximación a lo que ella denomina el «nomadic subject», Braidotti recurre a los conceptos deleuzianos de *pensée nomade* y *devenir minoritaire* para desarrollar una alternativa a la visión falocéntrica del sujeto, ya criticada por Deleuze, Irigaray, Derrida y otros posestructuralistas (2011, 12). Para ella, el *devenir minoritaire*, que ella traduce al inglés como *becoming-minoritarian* y que versiono aquí en castellano como «hacerse minoritarix», acoge la perspectiva feminista en función de la «doble experiencia» señalada por Castro (2009). Braidotti ha explicado que el análisis de género, como estudio de un tipo concreto de marginación, «stresses the crucial importance of dis-identification from dominant norms of identity as a step towards the redefinition of the role between but also within the sexes» (2002, 12). Así, la perspectiva feminista es una herramienta que se puede utilizar para estudiar otros tipos de des-identificación –como por ejemplo la des-identificación con el estado-nación por cuestiones de lengua o cultura en el contexto ibérico. Al convertirse su experiencia en paradigma, arguye Braidotti, la mujer («She»)

no longer coincides with the disempowered and oppressed second sex, which is the reflection cast by the masculine subject in his universalistic posture and imposture. She is the subject of quite another story, a subject-in-process, a post-Woman woman who may not even be a 'she' in any classical sense of the term. (2002, 12)

¿Cómo sería una historia de las literaturas y culturas ibéricas que posicionara este sujeto, esta Ella, al centro de su reflexión?

3 Hacia una visión «minoritaria» para los estudios ibéricos

Una re-escritura feminista de la historia de las literaturas ibéricas que siguiera las pautas del «hacerse-minoritarix» de Braidotti tendría que empezar por replantear de nuevo la cuestión del canon. Tal re-escritura partiría del reconocimiento de la situación periférica de las literaturas catalana, gallega y vasca, en el sentido de que los cánones de estas literaturas se han visto históricamente como reproducciones inferiores de un modelo hegemónico de literatura nacional (sobre todo la española). En los siglos XIX y XX, cuando se empezaron a publicar las primeras historias de estas literaturas minorizadas de la Península Ibérica, sus autores intentaron seguir el modelo monolingüe de las literaturas nacionales, dominante en la historiografía literaria después del romanticismo. Pero estas historias de las 'otras' literaturas de la península pronto se enfrentaron con el pro-

blema de que sus tradiciones no se ajustaban a este modelo. Siglos de desuso o 'decadencia' habían interrumpido su desarrollo 'normal' y la presencia del castellano había interferido en él. Así, en el siglo XIX historiógrafos como Magí Pers i Ramona (1857) o Augusto González Besada (1887) se esforzaron por situar las literaturas catalana y gallega en relación con el castellano y el francés o el portugués, respectivamente, mediante prólogos y apéndices. A mediados del siglo XX, otros autores ampliaron sus historias refiriéndose a la escritura en múltiples lenguas producida en la región geográfica de interés (Varela Jácome 1951) o comentando obras traducidas. La traducción del Nuevo Testamento al euskera por Joanes Leizarraga en el siglo XVI es un conocido ejemplo en el contexto de la literatura vasca, cuya primera historia no aparece hasta el año 1960 (Michelena 1960). En el ámbito de la literatura catalana, Joan Ruiz Calonja (1954) elige comentar traducciones al catalán en varios momentos de su estudio: las versiones catalanas de novelas castellanas traducidas en el siglo XVI le sirven para señalar el declive de la creación catalana en ese periodo, mientras que las traducciones de Jacint Verdaguer aparecen como testimonio del ingenio y hasta la originalidad del escritor de la Renaixença.¹⁶

No obstante esta insistencia en la originalidad del Verdaguer traductor, la mera existencia de traducciones y multilingüismo en estas obras historiográficas de mediados del siglo XX pudo hacer que las literaturas estudiadas parecieran deficientes en comparación con las literaturas 'normales', monolingües de los estados-nación. Tales elementos darían mayor visibilidad a la condición 'periférica' de estas literaturas, en cuanto reflejarían su dependencia de literaturas vecinas más amplias para suplementar sus repertorios (Even-Zohar 1999, 226). Así se puede entender el esfuerzo, en historias más recientes de la literatura catalana, gallega o vasca, por atender solamente a la escritura en lengua catalana, gallega o vasca, según el caso.¹⁷ Implícita en el interés por presentar una versión monolingüe de la historia de una literatura (que, a su vez, sirve como la base para su canon) hay una valorización de la autonomía de una literatura, su originalidad e independencia con respecto a otras tradiciones circundantes.

Pero, ¿qué pasaría si nos enfocáramos en aquellas partes de las tradiciones literarias ibéricas que reflejan una supuesta dependencia, imitación, reproducción, un estatus 'secundario'? Investigar y estudiar los textos que ocupan los márgenes del canon tradicional,

¹⁶ Sobre la versión verdagueriana del *Nerto* del poeta provenzal Frédéric Mistral, Ruiz Calonja dice que tiene «un caràcter de veritable creació», y de su traducción de nada menos que el texto bíblico del *Cantar de los Cantares*, el crítico pronuncia, «ens sembla una obra original» (1954, 482).

¹⁷ Una notable alternativa a esta tendencia la marca el libro reciente de Gabilondo (2016), que significativamente se presenta como una historia de «Basque Literatures», en plural.

que pueden incluir tanto textos escritos por mujeres como textos traducidos, constituiría un paso desde una insistencia en lo autónomo o autóctono (siempre problematizable en el estudio de cualquier literatura) a una exploración de la interdependencia de las literaturas ibéricas, y del carácter nómada del sujeto escribiente peninsular. Me parece que esta debería ser una de las tareas principales de los estudios ibéricos. Entre otras cosas, esta labor podría desarrollar sugerentes intersecciones entre el feminismo y la traducción, a lo largo de la historia y en la actualidad. Se podría hablar, por ejemplo, del papel de la traducción como vía de acceso al mundo de las letras para mujeres ibéricas a partir del siglo XVIII (cf. Jaffe, Martín-Valdepeñas Yagüe 2015; Smith 2006, 178-96); de la traducción como herramienta para el fomento del debate sobre el feminismo, como en el caso de la polémica traducción de *La inferioridad mental de la mujer* hecha por Carmen de Burgos (1905) (cf. Simón-Palmer 2010; Sánchez 2014); o de la relación entre la actividad traductora y la política de varias mujeres que sirvieron como diputadas en el gobierno de la Segunda República Española, como Margarita Nelken o María Lejárraga (María Martínez Sierra) (Aguilera Sastre 2012; Romero López 2016, 59-86). Reimóndez, por su parte, entiende la tarea de la traducción hoy en día en la esfera de lenguas no hegemónicas (como el gallego) como una herramienta feminista y poscolonial para la realización de un espacio polifónico, donde se reconocen perspectivas subalternas e históricamente silenciadas (Reimóndez 2017, 43-4).

Antes de concluir esta breve reflexión, quiero señalar que ya existen algunas publicaciones que podrían incluirse dentro de una línea de investigación interseccional que combina los estudios de género y las literaturas periféricas de la península. Entre estos estudios, predecesores a la *New History of Iberian Feminisms* de Bermúdez y Johnson (2018), hay que destacar el volumen *Double Minorities of Spain*, editado por Kathleen McNerney y Cristina Enríquez de Salamanca (1994), y el sexto volumen de la *Breve historia feminista de la literatura española* coordinada por Iris Zavala (2000). En la introducción a este último texto -que se enfoca en la producción en catalán, gallego y euskera- Zavala escribe que el libro

denuncia la universalidad neutral como falsa. Contradice la universalidad concreta existente de dos formas: desde ese vínculo social llamado cultura y lengua, en la oposición que le plantean las culturas 'centrales' a las 'periféricas'; y desde ese privilegio a los ciudadanos de primera, que implica una clase de represión de lo femenino (sólo aludo ahora al patriarcado, sin olvidar que también se incluyen las clases y las etnias) [...] Ahora se nos invita a decir que somos todos diferentes, y somos todas mujeres excluidas. (Zavala 2000, 9)

Aquí Zavala insiste en que la intersección de lo cultural-lingüístico y lo cívico-social en la escritura de mujeres en lenguas minorizadas desvela la falsa neutralidad –el dominio de lo masculino– que históricamente rige los cánones literarios y que los y las estudiosxs de literatura venimos criticando desde hace años. Es cierto que sus últimas palabras parecen imponer otra universalidad, pero esta vez es una universalidad que parte de la diferencia, creada desde lo minoritario.

Estas palabras de Zavala casualmente anticipan el título del libro reciente de la escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2015), *We Should All Be Feminists*. Pensé en este libro el 8 de marzo de 2018, cuando presenté en Lisboa la ponencia en que se basa este ensayo, mientras miles de mujeres en el Estado español salían a la calle para participar en una histórica movilización por la igualdad. Es vital que las y los que trabajamos para extender un campo pos- o transnacional, intercultural, interlingüístico y también (en varios sentidos) periférico como los estudios ibéricos sigamos incorporando las lecciones de los estudios de género y la teoría feminista a nuestra manera de pensar sobre las tradiciones, interacciones, diferencias y traducciones que estudiamos. Por una parte, tal compromiso nos impulsa a prestar más atención a los márgenes de los cánones tradicionales, donde se han situado históricamente la escritura de autoría femenina y las traducciones. Por otra parte, nos urge reflexionar teóricamente sobre la operación de discursos de género en la conformación de estos cánones. Pensar desde lo minoritario, desde la des-identificación con respecto a los modelos dominantes –no solo de lo nacional sino también de lo masculino y de lo ‘original’– resulta imprescindible para el desarrollo continuado de los estudios ibéricos.

Referencias bibliográficas

- Adichie, Chimamanda Ngozi (2015). *We Should All be Feminists*. New York: Anchor Books.
- Aguilera Sastre, Juan (2012). «María Martínez Sierra, traductora: Una lectura del teatro contemporáneo». *Anales de la literatura española contemporánea*, 37(2), 9-36.
- Andalucía, Gloria (1987). *Borderlands, The New Mestiza*. San Francisco: Aunt Lute.
- Anderson, Benedict (1991). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London; New York: Verso.
- Andersen, Margaret L.; Hill Collins, Patricia (eds) (1992). *Race, Class, and Gender: An Anthology*. Belmont (CA): Wadsworth Publishing Co.
- Armengol, Josep M. (ed.) (2012). *Queering Iberia: Iberian Masculinities at the Margins*. New York: Peter Lang.
- Bacardí, Montserrat; Fontcuberta i Gel, Joan; Parcerisas, Francesc (eds) (1998). *Cent anys de traducció al català (1891-1990)*. Antologia. Vic: Eumo Editorial.
- Baxter, Neal (2010). «Approaching Andocentrism in Galician Translation». *Galiciana 21 Journal of Contemporary Galician Studies*, B, 3-24.

- Bermúdez, Silvia; Johnson, Roberta (eds) (2018). *A New History of Iberian Feminisms*. Toronto: University of Toronto Press.
- Borda, Itxaro (trad.) (2014). *Maria-Mercè Marçal*. Zarautz: Susa.
- Braidotti, Rosi (2002). *Gender, Identity, and Multiculturalism in Europe*. Fiesole: European University Institute.
- Braidotti, Rosi (2011). *Nomadic Subjects: Embodiment and Sexual Difference in Contemporary Feminist Theory*. 2 ed. New York: Columbia University Press.
- Buffery, Helena (2013). «Iberian Identity in the Translation Zone». Pérez Isasi, Santiago; Fernandes, Ângela (eds), *Looking at Iberia: A Comparative European Perspective*. Oxford: Peter Lang, 249-64.
- Buffery, Helena; Davis, Stuart; Hooper, Kirsty (eds) (2007). *Reading Iberia: Theory/History/Identity*. Oxford: Peter Lang.
- Burgos, Carmen de (trad.) (1905). Moebius, Paul Julius, *La inferioridad mental de la mujer*. Valencia: F. Sempere y Cía.
- Cabo Aseguinolaza, Fernando; Abuín González, Anxo; Domínguez, César (eds) (2010). *A Comparative History of Literatures in the Iberian Peninsula*, vol. 1. Amsterdam: John Benjamins.
- Calderwood, Eric (2018). *Colonial al-Andalus: Spain and the Making of Modern Moroccan Culture*. Cambridge (MA): Harvard University Press.
- Castro, Olga (2009). «(Re)examinando horizontes en los estudios feministas de traducción: ¿Hacia una tercera ola?». *MonTI*, 1, 59-86.
- Castro, Olga (2011). «Traductoras gallegas del siglo XX: reescribiendo la historia de la traducción desde el género y la nación». *MonTI*, 3, 107-30.
- Chamberlain, Lori [1988] (2000). «Gender and the Metaphorics of Translation». Venuti, Lawrence (ed.), *The Translation Studies Reader*. New York; London: Routledge, 306-21.
- Coronado, Carolina (1991). *Poesías*. Ed., introd. y notas de Noël Valis. Madrid: Castalia.
- Crenshaw, Kimberle (1989). «Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics». *University of Chicago Legal Forum*, 1, 139-66.
- Crenshaw, Kimberle (1991). «Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color». *Stanford Law Review*, 43(6), 1241-99.
- Dasilva, Xosé Manuel (ed.) (2003). *Babel entre nós: escolma de textos sobre a traducción en Galicia*. Vigo: Universidade de Vigo.
- Domínguez, César; Abuín González, Anxo; Sapega, Ellen (eds) (2016). *A Comparative History of Literatures in the Iberian Peninsula*, vol. 2. Amsterdam: John Benjamins.
- Duch Plana, Montserrat (2013). «Les relacions socials de gènere en la trajectòria del catalanisme polític». Baena Gallardo, Neus et. al. (eds), *La gènere de la polis. La trajectòria de les dones en el catalanisme polític*. Tarragona: Arola Editors, 33-59.
- Even-Zohar, Itamar (1999). «La posición de la literatura traducida en el polisistema literario». Trad. de Montserrat Iglesias Santos. Iglesias Santos, Montserrat (ed.), *Teoría de los polisistemas*. Madrid: Arco Libros, 223-31.
- Fernández, Pura (ed.) (2015). *No hay nación para este sexo. La Re(d)ública transatlántica de las Letras: escritoras españolas y latinoamericanas (1824-1936)*. Madrid; Frankfurt Am Main: Iberoamericana.

- Fernández, Pura; Ortega, Marie-Linda (eds) (2008). *La mujer de letras o la letraherida. Discursos y representaciones sobre la mujer escritora en el siglo XIX*. Madrid: CSIC.
- Gabilondo, Joseba (2013). «Spanish Nationalist Excess: A Decolonial and Post-national Critique of Iberian Studies». *Prosopopeya. Revista de crítica contemporánea*, 8, 23-60.
- Gabilondo, Joseba (2016). *Before Babel: A History of Basque Literatures. Barbaroak*. URL <http://www.barbaroak.com> (2017-08-24).
- González Besada, Augusto (1887). *Historia crítica de la literatura gallega*, vol. 1. A Coruña: Imprenta de «La Voz de Galicia».
- Harrington, Thomas (2010). «The Hidden History of Tripartite Iberianism». Cabo Aseguinolaza, Abuin González, Domínguez 2010, 138-62.
- Hill Collins, Patricia (1990). *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. Boston: Unwin Hyman.
- Hurtado Díaz, Amparo (2006). «Caterina Albert y María Luz Morales». *Cuadernos hispanoamericanos*, 671, 43-54.
- Jaffe, Catherine M.; Martín-Valdepeñas Yagüe, Elisa (2015). «Gender, Translation, and Eighteenth-Century Dramatists: Elizabeth Griffin's *The School for Rakes* (1769) and María Lorenza de los Ríos y Loyo's *El Eugenio* (1801)». *The Eighteenth Century*, 56, 41-57.
- Julià, Lluïsa (2016). «Rosalia a Catalunya: recepció i debat identitari». *Revista de Catalunya*, maig. URL <http://www.revistadecatalunya.cat/upload/editorial/docPDF-37.pdf> (2018-11-11).
- Kirkpatrick, Susan (1989). *Las Románticas: Women Writers and Subjectivity in Spain. 1835-1850*. Berkeley: University of California Press.
- Lafarga, Francisco; Pegenaute, Luis (eds) (2004). *Historia de la traducción en España*. Salamanca: Editorial Ambos Mundos.
- McNerney, Kathleen; Enríquez de Salamanca, Cristina (eds) (1994). *Double Minorities of Spain: A Bio-Bibliographic Guide to Women Writers of the Catalan, Galician, and Basque Countries*. New York: Modern Language Association.
- Mendiguren Bereziartu, Xabier (1992). *Itzulpengintza: historia eta teoria*. Donostia: Elkar.
- Mendiguren Bereziartu, Xabier (1996). *Euskal itzulpengintzaren historia laburra*. Donostia: Elkar.
- Michelena, Luis (1960). *Historia de la literatura vasca*. Madrid: Ediciones Minotauro.
- Miguélez-Carballeira, Helena (2013). *Galicia, a Sentimental Nation: Gender, Culture, and Politics*. Chicago: University of Chicago Press.
- Muñoz-Basols, Javier; Lonsdale, Laura; Delgado, Manuel (eds) (2017). *The Routledge Companion to Iberian Studies*. London: Routledge.
- Navajas, Gonzalo (2010). «The Curse of the Nation: Institutionalized History and Literature in Global Spain». Martín-Estudillo, Luis; Spadaccini, Nicolas (eds), *New Spain, New Literatures*. Nashville: Vanderbilt University Press, 165-81.
- Ordóñez López, Pilar; Sabio Pinilla, José Antonio (eds) (2015). *Historiografía de la traducción en el espacio ibérico. Textos contemporáneos*. Cuenca: Ediciones de la Universidad Castilla-La Mancha.
- Pegenaute, Luis; Gallén, Enric; Lafarga, Francisco (eds) (2010a). *Interacciones entre las literaturas ibéricas*. Berna: Peter Lang.
- Pegenaute, Luis; Gallén, Enric; Lafarga, Francisco (eds) (2010b). *Traducción y autotraducción en las literaturas ibéricas*. Berna: Peter Lang.
- Pers y Ramona, Magín (1857). *Historia de la lengua y de la literatura catalana desde su origen hasta nuestros días*. Barcelona: Imprenta de José Tauló.

- Reimóndez, María (2013). «Faros na escuridade. Ideoloxía e tradución: os en-foques feministas e poscoloniais». Mosquera Carregal, Xesús M. (ed.), *Lingua e tradución*. A Coruña: Universidade da Coruña, 163-82.
- Reimóndez, María (2017). «We Need to Talk... to Each Other: On Polyphony, Postcolonial Feminism, and Translation». Castro, Olga; Ergun, Emek (eds), *Feminist Translation Studies: Local and Transnational Perspectives*. New York; London: Routledge, 42-55.
- Resina, Joan Ramon (2005). «'For Their Own Good': The Spanish Identity and its Great Inquisitor, Miguel de Unamuno». Del Valle, José; Stheeman, Luis-Gabriel (eds), *The Battle over Spanish between 1800 and 2000*. London; New York: Routledge, 106-33.
- Resina, Joan Ramon (2009). *Del hispanismo a los estudios ibéricos. Una propuesta federativa para el ámbito cultural*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Romero López, Dolores (ed.) (2016). *Retratos de traductoras en la Edad de Plata*. Madrid: Escolar y Mayo.
- Ruiz Calonja, Joan (1954). *Història de la literatura catalana*. Barcelona: Editorial Teide.
- Sánchez, Lola (2014). «Productive Paradoxes of a Feminist Translator: Carmen de Burgos and her Translation of Möbius' Treatise, *The Mental Inferiority of Woman* (Spain, 1904)». *Women's Studies International Forum*, 42, 68-76.
- Sandoval, Chela (1990). «Feminism and Racism: A Report on the 1981 National Women's Studies Association Conference». Andalzúa, Gloria (ed.), *Making Face, Making Soul: Creative and Critical Perspectives by Feminists of Color*. San Francisco: Aunt Lute, 55-71.
- Sandoval, Chela (1998). «Mestizaje as Method: Feminists-of-Color Challenge the Canon». Trujillo, Carla (ed.), *Living Chicana Theory*. Berkeley: Third Woman Press, 352-70.
- Santana, Mario (2004). «¿Un espacio intercultural en España? El polisistema literario en el estado español a partir de las traducciones de las obras pertenecientes a los sistemas literarios vasco, gallego, catalán y español (1999-2003)». Abuí González, Anxo; Tarrío Varela, Anxo (eds), *Bases metodoloxicas para unha historia comparada das literaturas da Península ibérica*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 313-33.
- Santana, Mario (2015). «Translation and Literatures in Spain, 2003-2012». 1611. *Revista de historia de la traducción/A Journal of Translation History/Revista d'història de la traducció*, 9(9), s.p. URL <http://www.traduccionliteraria.org/1611/art/santana.htm> (2018-09-25).
- Simon, Sherry (1996). *Gender in Translation: Cultural Identity and the Politics of Transmission*. New York: Routledge.
- Simón-Palmer, María del Carmen (2010). «Carmen de Burgos, traductora». *Arbor: Ciencia, Pensamiento y Cultura*, 186, 157-68.
- Smith, Theresa Ann (2006). *The Emerging Female Citizen: Gender and Enlightenment in Spain*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press.
- Varela Jácome, Benito (1951). *Historia de la literatura gallega*. Santiago de Compostela: Porto y Cía.
- Venuti, Lawrence (1995). *The Translator's Invisibility: A History of Translation*. London; New York: Routledge.
- Zavala, Iris M. (ed.) (2000). *Breve historia feminista de la literatura española (en lengua catalana, gallega y vasca)*. Barcelona: Anthropos.

Os nacionalismos ibéricos nos estudos sobre o romanceiro tradicional

Sandra Boto

Universidade do Algarve, Centro de Investigação em Artes e Comunicação, Portugal

Abstract Concerning the Pan-Hispanic balladry field, Iberian peripheral areas (such as Catalan, Galician and Portuguese) have been carelessly regarded, although this has not ever been admitted by Spanish academic criticism. It is known that peripheral Iberian oral traditions collections were, in the very beginning, ruled by nationalist demands. But we believe it is also true that, nowadays, the Castilian centrist point of view on peripheral balladry traditions displays the same nationalist shape. In order to illustrate this statement, we settle our discussion on several recent examples of critical studies and editorial activity devoted to the Pan-Hispanic balladry.

Keywords Nationalism. Pan-Hispanic folk balladry. Centre. Periphery. Oral tradition.

Resumo 1 As bases do problema. – 2 Contornos do(s) nacionalismo(s) ibérico(s). – 2.1 O caso português. – 2.2 O caso catalão. – 2.3 O caso galego. – 3 O comparatismo como metodologia. – 4 Que pan-hispanismo? Alguns equívocos e desconhecimentos. – 4.1 Fontes documentais e estudos críticos. – 4.2 Na atividade editorial. – 5 Palavras finais.

1 As bases do problema

Tanto entendida na dimensão hispânica quanto pensada à escala ibérica ou mesmo no contexto individual de cada nacionalidade, a história da recolha, edição e estudo do romanceiro pautou-se, desde o início, por motivações de

Este trabalho foi realizado no âmbito da Bolsa de Pós-doutoramento concedida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (Governo de Portugal) com a referência SFRH/BPD/84108/2012, financiada por fundos nacionais do MCTES.



Edizioni
Ca'Foscari

Biblioteca di Rassegna iberistica 16

e-ISSN 2610-9360 | ISSN 2610-8844

ISBN [ebook] 978-88-6969-323-6 | ISBN [print] 978-88-6969-324-3

Peer review | Open access

Submitted 2018-09-24 | Accepted 2018-10-18 | Published 2019-08-02

© 2019 | © Creative Commons Attribution 4.0 International Public License

DOI 10.30687/978-88-6969-323-6/006

153

ordem nacionalista, as quais lançaram sobre os estudos dedicados a este género poético, por natureza transnacional, manipulações indesejáveis.

Reconhecendo este facto, Jesús Antonio Cid afirmava, num trabalho de 1999, intitulado «La poésie narrative populaire et la collecte dans la péninsule ibérique au XIXe siècle», que o interesse pela balada narrativa de tradição oral manifestado pioneiramente pelas regiões ibéricas periféricas assenta no facto de estas constituírem «nationalités problematiques» (Cid 1999, 144). Com grande acerto, defendia ainda o seguinte:

A partir du moment où l'on comprend que le romancelo est un phénomène culturel génétiquement et typologiquement commun à tous les peuples hispaniques, on commence l'étape vraiment scientifique de son étude. (Cid 1999, 147)

Se o conceito de «nationalités problematiques» se nos afigura pouco produtivo para o caso – todas as nacionalidades o são, em última instância, do ponto de vista de outra qualquer nacionalidade com interesses colidentes –, já esta última citação do professor Antonio Cid é consensual. Necessário será ressaltar, contudo, em jeito de provocação, que, se da assunção plena do pan-hispanismo¹ nos estudos sobre o romancelo tradicional depende o início da etapa verdadeiramente científica à qual se reporta o investigador, esta ainda está para chegar. Senão, observem-se as dificuldades reiteradas que a história crítica da balada peninsular tem manifestado em reconhecer o contributo dos diversos povos hispânicos, considerando o *castelhanocentrismo* que tem vindo a pautar esta área. Tentarei, neste estudo, ilustrar este ponto de vista com algumas achegas.

¹ A propósito da definição de pan-hispanismo associado ao romancelo tradicional, escreviam os editores do *Romancelo tradicional de las lenguas hispánicas (español-portugués-catalán-sefardi)*, no prefácio ao seu volume I, obra que marca o início da publicação do monumental projeto pan-hispânico de Menéndez Pidal: «No hay poesía tradicional que se extienda a tal número de gentes, ni que tenga tal valor artístico en sí misma y en sus relaciones con la literatura individual, ni que mejor se preste al estudio de los problemas de crítica histórica y estética suscitados por el arte colectivo, como el Romancelo» (Lapesa et al. 1957, V). A conceção de pan-hispanismo adotada neste trabalho coincide, portanto, com esta visão tradicionalista de um género de raízes ibéricas que se estendeu por uma significativa diversidade de povos e de geografias, da Idade Média até aos nossos dias, funcionando assim como um importante fator de coesão cultural.

2 Contornos do(s) nacionalismo(s) ibérico(s)

Para melhor nos aproximarmos do problema, será necessário recuar ao final do primeiro quartel do século XIX, momento em que as nações ibéricas despertam para a consciência da sua própria identidade cultural, agitadas pelos ventos românticos europeus que chegavam a este extremo do continente. Cabe lembrar que foi no contexto do romantismo nacionalista que se inauguram os estudos sobre a balada, primeiro na Europa do Norte e, mais tarde, seguindo os modelos de Walter Scott (1771-1832), Thomas Percy (1729-1811) ou Johann Gottfried von Herder (1744-1803), na Península Ibérica.² Como é reconhecido – também em Cid (1999, 6) –, este movimento de levantamento e de pesquisa nas tradições orais ibéricas ganha avanço nos espaços geográficos periféricos da Península Ibérica, ou seja, em Portugal, Catalunha e Astúrias, primeiro, na Galiza, depois.

Conforme atesta Ferré (2002, 96), a propósito do contributo pioneiro de Almeida Garrett (1799-1854) para o desbravar da tradição baladística lusa a partir de 1824, «[a]o contrário do que ocorrera em Espanha, que ostentava um riquíssimo acervo impresso a partir do século XVI, de facto, Portugal nunca editara os seus romances». Aqui reside, segundo propomos, a pedra de toque destes movimentos.³

Pelo contrário, o centro peninsular, coincidente com o espaço geográfico e cultural de Castela, só viria a participar nesta corrida aquando da entrada em cena do segundo romantismo (que apontava já para motivações e metodologias de natureza positivista), ia o século bastante avançado. Sem sombra de dúvida, tal atraso fundamentar-se-á na existência prévia, levada a cabo entre os séculos XVI e XVII, de um importante movimento editorial referente ao romanceiro velho e novo castelhano,⁴ difundido um pouco por todo o

² Vasta bibliografia tem sido dedicada a este assunto. Sem irmos mais longe, Cid (1999) aborda a questão. Veja-se, também, Menéndez Pidal (1953, 251-69) que elabora um panorama sobre a balada romântica no espaço europeu.

³ Comentaremos em particular os casos português, catalão e galego, aos quais se reconhecem padrões de semelhança no que respeita ao interesse ideológico nacionalista pelo romanceiro de tradição oral. O caso asturiano não será aqui contemplado já que os inícios da sua recolecção não ostentam uma filiação linguístico-nacionalista. Tão-pouco será tido em conta o romanceiro basco, que, no século XIX, não demonstrou qualquer ligação à tradição oral moderna, tendo então optado a classe intelectual influente por forjar tradições poéticas totalmente alheias às práticas tradicionais.

⁴ Por razões operativas, e sem pretendermos encetar o debate em torno de complexas questões de classificação, entendemos aqui o romanceiro velho como o *corpus* de baladas tradicionalizadas entre os finais da Idade Média e os inícios do *Siglo de oro* que conheceram ampla difusão impressa sobretudo durante o século XVI, em cancioneiros de romances castelhanos e folhetos de cordel. O amplo sucesso deste género animou, por seu turno, renovadas abordagens poéticas à medida que o século ia avançando, as quais se tornariam predominantes no século XVII: o romanceiro novo. Enquadrados de pleno direito no espírito e na estética barrocas, de feição culta e sem relações com

espaço ibérico (cf. Cid 1999, 143-4 ou Ferré 2006, 87). Este copioso movimento editorial do passado bastava para impor o romanceiro castelhano como um *género nacional*.

Sem dificuldade se compreenderá, portanto, que, no dealbar do movimento romântico na Península Ibérica, Castela se mantivesse à margem do processo de reivindicação da poesia narrativa de tradição oral. Não esqueçamos que foi na sua língua que, de forma quase exclusiva, se escreveram e publicaram as versões de romances impressas nos séculos XVI e XVII. Logo, não lhe assistia a necessidade que atingia as demais nações ibéricas de procurar entre a tradição oral moderna do século XIX aquilo que a *idade de ouro do romanceiro castelhano* já proporcionara. Referimo-nos, em concreto, às inúmeras versões de romances editadas e reeditadas sucessivamente em *Cancioneiros de romances*, *Silvas* e outras riquíssimas coletâneas que foram dadas à estampa desde a década de quarenta do século XVI até ao século seguinte e que divulgaram profusamente o género.

Na realidade, durante uma época que poderemos designar já como romantismo pleno, a obra poética narrativa do Duque de Rivas (1791-1865), nomeadamente o *Moro expósito* (1834) e os *Romances históricos* (1841), através da qual se revitaliza a utilização do romance de temática histórica e histórico-épica neste âmbito geográfico, mostra bem como não se equacionava, sequer, o recurso à tradição oral como matéria poética em Castela. Ilustra, portanto, a tese de que não necessitava de recorrer ao romanceiro tradicional para construir um imaginário nacional, pré-existente e pré-afirmado já na poesia.

É certo, pois, que o enquadramento nacionalista dita a motivação para a inquirição da voz do povo em busca dos velhos cantos medievais acionada pelas culturas periféricas, de modo a legitimar o carácter ancestral das suas nações e, conseqüentemente, das línguas ibéricas, enquadramento que parece não atingir o espaço geocultural castelhano, conforme mostrámos. Não obstante, a consciência de uma unidade cultural hispânica envolvendo Espanha e Portugal para já neste primeiro movimento romântico na historiografia da época sobre as literaturas portuguesa e espanhola, a qual reflete a visão exterior de eruditos estrangeiros, como Bouterwek ou Sismondi, conforme clarificou Pérez Isasi (2017, 337), e preconiza frequentemente a existência de um bloco cultural comum correspondente à Ibéria. A este respeito, discorre ainda o mesmo autor:

Do Romantic literary histories offer a unified image of both Iberian nations? The answer to this question must be dual, and somewhat paradoxical: Romantic literary histories insist on the similar-

a tradição oral, os *romances nuevos* marcam já outra conceção do género, embora de perdurabilidade limitada ao período de vigência do código barroco.

ity and the continuity between the two countries, but also on their mutual independence and individuality. (Pérez Isasi 2017, 337)

Acrescente-se que esta imagem de uma matriz cultural ibérica por um lado unificada, por outro, individual, não é exclusiva dos observadores externos, mas parece coexistir na mente dos eruditos românticos que se debruçavam paulatinamente sobre as tradições populares das suas periferias, insistindo estes, como é óbvio, nos traços individualizadores das suas nações e das suas línguas face a Castela.⁵ Observemos, portanto, como a literatura crítica dos primórdios do movimento e as primeiras campanhas de divulgação do romancelo tradicional refletem esta questão.

2.1 O caso português

A consciência de uma unidade geocultural designada ‘Hespanha’ paira de forma bastante clara na mente do português Almeida Garrett, personalidade multifacetada e introdutor do interesse pelo romancelo tradicional na Península Ibérica. Na carta «Ao Sr. D.[uarte L.[essa]», texto em prosa que acompanha, em 1828, à guisa de prefácio, *Adozinda. Romance* (Garrett 1828, vii-liii), poema que foi, ao fim e ao cabo, a primeira manifestação impressa do romancelo da tradição oral moderna portuguesa que recriou o romance *Silvana*,⁶ escreve o erudito português:

A nossa poesia primitiva e eminentemente nacional, a que do princípio e, para assim dizer, do primeiro balbuciar de nossa língua, nos foi comum com todos os outros povos que mais ou menos tiveram comunhão com a língua provençal, primeira culta da Europa [...] foi seguramente o romance histórico e cavalheiresco, ingénua e rude expressão do entusiasmo de um povo guerreiro. (Garrett 1853, 5-6)⁷

⁵ Como reforço desta ideia e em abono do postulado aqui inicialmente apresentado que defende o fechamento da cultura castelhana sobre si própria, refira-se que «when Spanish and Portuguese literary histories start to be written by Iberian historians themselves, any idea of Iberian proximity and continuity vanish quite quickly: these literary histories, written mainly from 1850 onwards, may mention occasionally the other Iberian nation and literature (more frequently in the case of Portuguese literary histories than the other way round), but they always establish very clear boundaries and limits that coincide, as we might expect, with the political territories of the nineteenth-century states of Spain and Portugal» (Pérez Isasi 2017, 337-8).

⁶ *Silvana* (tema 0005, de acordo com o sistema de classificação internacional *Índice general del romancelo*), reproduz o motivo folclórico da donzela desventurosa que é vítima de incesto.

⁷ Embora a carta dirigida ao amigo Duarte Lessa tivesse sido publicada pela primeira vez em 1828 e depois reeditada em 1843, no *Romancelo e Cancioneiro Geral*, cita-

Algo comum nos revela, ao nível da prática poética, uma curiosa versão manuscrita da balada *O arraiano*, da autoria deste mesmo poeta.⁸ Esta balada, que permanece inédita,⁹ é entendida por Garrett como *exemplum* da união ibérica (Espanha representada pela mulher infiel; Portugal, pelo marido zeloso e traído), ostentando cada uma das personagens as características (e a língua) das nações de origem que, apresentando traços de carácter diferenciadores, coabitam. Extrapolando o simbolismo emanante deste poema, que aponta para o reconhecimento de uma realidade cultural que nos foi comum e que agora é ‘vizinha’, sobressai do posicionamento do primeiro romântico português, ao interessar-se pela poesia popular, uma ênfase na delimitação de uma fisionomia literária nacional, preferindo, como é previsível, sublimar os traços próprios da cultura da sua nação naquilo que a torna peculiar (e, em todo o caso, superior, na sua concepção) à outra com quem partilha o espaço ibérico.¹⁰

2.2 O caso catalão

O dealbar do enérgico movimento de recolhas que intelectuais pertencentes à mesma geração romântica levaram a cabo na Catalunha apresenta um enquadramento aproximado ao português. Referimo-nos nomeadamente ao grupo de Pau Piferrer (1818-48), Manuel Milà i Fontanals (1818-84) e Marià Aguiló (1825-97), animados tanto quanto Garrett por intenções estéticas como por motivações patrióticas, embora com contornos algo distintos, já que o designado movimento da *Renaixensa* catalã – expressão que define o impulso romântico na cultura catalã que começa a tomar forma em finais do século XVIII – visava, em última instância, responder à necessidade de legitimação da sua língua, que fora subjugada durante séculos, objetivo

mos pela última reedição do texto da responsabilidade do autor, no *Romancel*, volume dado à estampa em 1853. Em virtude das variantes que Garrett foi introduzindo ao texto, reproduzimos assim a última vontade do autor sobre o mesmo.

8 Esta foi a designação atribuída por Garrett ao poema. Contudo, ele corresponde a uma reelaboração criativa do poeta tendo como base o romance tradicional *Los presagios del labrador* (tema 0818 segundo o sistema de classificação internacional *Índice general del romancel*), que relata os presságios de um lavrador que, no caminho para as suas lides no campo, presente a traição cometida pela esposa e regressa a casa, encontrando-a em *flagrante delicto*.

9 O manuscrito garrettiano onde se encontra fixada pertence à Coleção Futscher Pereira, atualmente propriedade do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e conserva-se na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Foi por nós inventariado com a referência III.38 (Boto 2011, 153).

10 É de notar que, a partir da perspectiva romântica portuguesa, não se diferenciam normalmente as especificidades nacionais atinentes ao território espanhol, sendo este entendido como um todo comum.

que o trabalho de edificação de um cancionero e romanceiro populares em Portugal dispensava, naturalmente.¹¹ Assim, data de 1853 a publicação dos primeiros vestígios do romanceiro tradicional catalão, da responsabilidade de Milà i Fontanals, nas *Observaciones sobre la poesia popular, con muestras de romances catalanes inéditos*, embora o início das recolhas remonte a uma data tão precoce quanto 1835, tendo sido conduzidas «per pura curiositat» (Massot i Muntaner 2001, 13) pela mão do erudito maiorquino Marià Aguiló – datação que é geralmente omitida (desconhecida?) pela crítica nas cronologias de recolha e publicação do romanceiro tradicional ibérico.¹²

2.3 O caso galego

As fundações do interesse pelo romanceiro na Galiza remontam igualmente a um movimento de *Rexurdimento* oitocentista, similar ao catalão no propósito assumido de legitimação da língua, o qual, na visão de José Luís Forneiro,

al igual que todos los nacionalismos de raíz romántica promovió la recolección y el estudio de materiales folklóricos con el objetivo de establecer la identidad nacional; pero, paradójicamente, con su obsesión por la identidad del pueblo gallego, vino a impedir subsecuentemente la comprensión de la naturaleza de la cultura tradicional, y dificultó la formación de una idea cabal del saber folklórico de ese pueblo objeto de estudio. (Forneiro 2000, 18)

A realidade é que as primeiras evidências do romanceiro galego, apesar de partilharem algumas metodologias editoriais com a geração de eruditos interessados na balada tradicional que se movimenta em meados do século XIX noutros territórios peninsulares, apresentam-se mais tardias no tempo e muito pouco expressivas

¹¹ Para mais detalhes sobre os contornos do movimento da *Renaixensa*, consultar Espadaler (1989, 99-114). A seguinte passagem retrospectiva de Marià Aguiló, datada de 1983 e extraída do prólogo do *Romancer popular de la terra catalana. Cançons cavalleresques*, ilustra bem a associação entre o movimento de levantamento da poesia tradicional catalã e a valorização da língua ancestral: «durant la llarga temporada en que 'l començat renaxement literari de la llengua materna dormia com un infantó malaltic enso-pit em el breçol, sens qu 'ls pochs qui 'l vetllavam poguessen endevinar la vinguda dels Jochs florals, que havian de transformar per encantament aquell breç en carro triunfal». Note-se como «[l]a fruició misteriosa, increíble á qui no lo haja sentida, que exos cants atractivols tenen pels infants quei ab ells se agombolaren, y l'amor que mes tart despertan á la llengua que s'há après de confegir tot breçolantse y condormintse al sò de ses tonades, me'n exageraven el poder y la valúa» (*apud* Massot i Muntaner 2002, 13).

¹² Cf. esta ausência nas cronologias de Sánchez Romeralo (1979, 21-51) e de Cid (1999, 149-50).

no que respeita ao número de versións de romances exumadas. Manuel Murguía (1833-1923), «lleno de prejuicios regionalistas», conforme refere Menéndez Pidal (1953, 285), fez um trabalho que mais não significou do que dar noticia da existência do romancelo tradicional na memória oral galega. Antonio Cid acentua assim o desempenho negativo deste intelectual no que respeita à edição da tradição oral galega:

Desde el mismo principio en que empieza a hablarse de un Romancero gallego entramos en una historia, con tintes a veces rocambolescos, de colecciones supuestas, perdidas y reaparecidas, inaccesibles y siempre inéditas. Ello se traduce en que sobre los escasos textos disponibles domina siempre un cierto exceso de interpretaciones basadas muchas veces en materiales desconocidos para el lector y cuya exactitud era imposible contrastar. La responsabilidad de este estado de cosas recae, en buena parte, en la figura de quien fue considerado, y lo es aún, como ‘patriarca’ de la cultura gallega, y como el primer formulador de un discurso y una historiografía nacionalista en Galicia, es decir Manuel Murguía. (Cid 2005-06, 57)

A síntese da situación do romancelo galego no século XIX, e quando comparada com a dos restantes casos ibéricos nacionais, traça-a, ainda, o mesmo filólogo:

Lo específico del caso gallego consistiría, si acaso, en la compleja coexistencia de ambos tipos de folclorismo [o folclorismo representado pelos traballos mais avanzados e com pretensões de rigor de Milá ou de Leite de Vasconcelos, por um lado; o folclorismo que representa a corrente romântica propriamente dita, das mistificações baladísticas, pelo outro] en unos mismos ámbitos e incluso en unas mismas personas; específica es también la larga vigencia del folclorismo apócrifo en Galicia, y ello hasta el extremo de que todavía hoy apenas se han cuestionado públicamente las abundantes fabricaciones -en mi criterio, al menos- que se elaboraron en el siglo XIX, ni se han deslindado con nitidez las fronteras entre los materiales genuinos y los que no lo son tanto, o no lo son en absoluto. (Cid 2005-06, 52)

Pese embora este início controverso, o dealbar do século XX traria consigo, finalmente, novas modalidades de edição e renovados paradigmas teóricos proclamados como rigorosos, fundados no positivismo reinante nas ciências, com interessantes frutos tanto no caso catalão, como no português. Contudo, no âmbito regional galego, o contributo do recoletor e editor Víctor Said Armesto (1874-1914) acabou por revelar-se modesto, já que prosseguiu, do ponto de vis-

ta editorial, e por detrás de um apregoado rigor filológico, a reprodução das práticas editoriais interventivas criticadas pelo professor Cid, chegando mesmo a criar textos apócrifos, segundo aponta Forneiro (2016, 187-93).

3 O comparatismo como metodologia

A grande novidade introduzida entre finais do século XIX e inícios do século XX consistiria, pois, na entrada em jogo da tradição oral moderna de âmbito linguístico castelhano.¹³ O comparatismo impunha-se, no campo de estudos do romanceiro, e era este o momento de incrementar o *corpus* de versões através de movimentos de recolha, mais ou menos organizados, com Espanha (leia-se, Castela) a assumir uma posição dominante a partir desta fase.¹⁴

Neste novo paradigma, o labor incansável da empresa familiar Menéndez Pidal-Goyri relevou-se determinante para os incontornáveis avanços conseguidos aos níveis crítico e teórico. O arquivo que Menéndez Pidal e María Goyri formaram, ao longo das suas vidas, para o qual contribuiu um vasto número de amigos e correspondentes, marcaria definitivamente os estudos sobre o romanceiro à escala pan-hispânica até ao presente, contemplando materiais oriundos dos mais variados territórios pelos quais o romanceiro se disseminou, da Península Ibérica aos países latino-americanos de língua portuguesa e espanhola. Trata-se de um monumental espólio que reúne dezenas de milhares de documentos em torno do romanceiro, entre os quais se contam cerca de 6.000 versões oriundas de diversas geografias.

Ainda em 1907, a filóloga alemã Carolina Michaëlis de Vasconcellos, amiga e profunda admiradora do labor de Menéndez Pidal, apontava o dedo à dispersão dos materiais do romanceiro tradicional. Vaticinaria, inclusive, que

Esta lacuna será, por certo, preenchida pelo seu continuador [Milà i Fontanals] D. Ramón Menéndez Pidal, o futuro reconstrutor e historiador do *Romanceiro Geral Hispânico*, isto é: de todos os textos verdadeiramente antigos e dos tradicionais sobreviventes que deles derivam, em lição castelhana, portuguesa, catalã ou híbrida, quer no continente ou nas ilhas oceânicas e mediterrâneas, quer

¹³ Ver, acerca das razões que justificam a descoberta tardia da tradição oral castelhana, por exemplo, Cid 2005-06, 56-7.

¹⁴ Assim, «[para el periodo que ahora nos interesa, el 'castellanismo' coincide sin más con el nacionalismo español, que disponía de elementos culturales e históricos más que suficientes para fundamentarse» (Cid 2005-06, 56).

além-mar, nas terras descobertas, quer entre os Judeus do Levante e de Marrocos, expulsos da Península na época da maior eflorescência dos romances. (Vasconcellos 1934, 3)¹⁵

Em palavras eivadas de pan-hispanismo como estas anunciava-se, pois, a rigorosa metodologia pidalina no campo de estudos sobre o romanceiro. Mas sem retirar reconhecimento aos estudos apoiados na metodologia implementada por Menéndez Pidal, cabe lamentar que a história da balada pan-hispânica não guarde, por exemplo, registo de outros contributos pioneiros não castelhanos. Pensamos, nomeadamente, no primeiro romanceiro pan-hispânico, que não constituiu novidade de origem castelhana, mas por acaso portuguesa: o *Romanceiro Geral Português* (1906-09) de Teófilo Braga, obra que nunca receberia o devido mérito da comunidade internacional dedicada à poesia narrativa mas que, não obstante, reflete já a conceção de que os estudos sobre o romanceiro tradicional só fariam sentido a partir do controlo de todas as ramas que o integram. Ultrapassada encontrava-se já a ideia de que o levantamento e edição do romanceiro de tradição oral correspondia à exumação das relíquias poéticas do passado, conforme o romantismo preconizou.¹⁶

Esperar-se-ia que, sob a batuta de Menéndez Pidal, nunca mais os estudos sobre o romanceiro regressassem a postulados patrióticos ou nacionalistas como aqueles que foram esboçados nas páginas anteriores e que atingiram os mencionados contextos geoculturais periféricos durante o século XIX. Mas será que a proclamação do pan-hispanismo neste campo de estudos, de braço dado com a criação do monumental Arquivo do Romanceiro de Menéndez Pidal, anulou definitivamente, no século XX, as *perniciosas* tendências nacionalistas introduzidas pelas gerações românticas oriundas das periferias ibéricas? A resposta não pode ser favorável, segundo comprovaremos.

¹⁵ Cito pela edição de 1934 de *Romances Velhos em Portugal*, da autoria da filóloga alemã.

¹⁶ Apesar de não ser este o lugar indicado para introduzir o assunto, cabe ressaltar que, se é certo que o trabalho de Teófilo Braga reconhecia que mais importante do que evidenciar uma determinada tradição nacional era detetar os traços comuns entre as diversas culturas, através da publicação, lado a lado com as versões portuguesas de romances, as congêneres de outras geografias que lhe chegavam ao conhecimento, o mesmo rigor científico não foi aplicado pelo erudito português aos critérios editoriais dos textos que divulgava nas suas coleções, acabando, deste modo, por atrair os seus próprios postulados positivistas.

4 Que pan-hispanismo? Alguns equívocos e desconhecimentos

4.1 Fontes documentais e estudos críticos

Embora a historiografia crítica pidalina e pós-pidalina de craveira tradicionalista proclame o comparatismo pan-hispânico como paradigma científico válido nesta área de estudos, na prática, um conjunto de equívocos e de muitos desconhecimentos insiste em evidenciar uma certa corrupção do espírito do método. Observemos alguns breves factos que ilustram convenientemente estes desconhecimentos:

- a. O imenso destaque que normalmente é concedido pela crítica internacional ao Arquivo do Romanceiro de Menéndez Pidal-Goyri, edificado sob a responsabilidade de Menéndez Pidal, alimentado em boa medida por María Goyri e ampliado por gerações sucessivas de investigadores converteu este núcleo documental no verdadeiro esqueleto e matéria orgânica dos estudos hispânicos sobre o romanceiro durante o século XX.¹⁷ Sem questionar em absoluto o valor deste arquivo de ambição pan-hispânica, será de reconhecer que à sua sombra ficaram ofuscados outros acervos de grande envergadura, escamoteando-se, mesmo no presente, alguns importantes esforços exaustivos empreendidos com vista à documentação das sub-tradições¹⁸ peninsulares.

Para referir um exemplo à escala peninsular, coevo da constituição do Arquivo Menéndez Pidal-Goyri, refirmam-se os importantíssimos resultados, obtidos através de significativos investimentos institucionais que, nos inícios do século XX (mais precisamente entre 1921 e 1936), a *Obra del cançoner popular de Catalunya*¹⁹ alcançou. A esta juntar-se-ia, mais tarde, o espólio de Marià Aguiló, Serra i Pagès e outros, contabilizando este arquivo cerca de 13.000 canções (entre as quais se encontra um *corpus* significativo de versões de romances exumadas da tradição oral catalã), entre outros materiais fol-

¹⁷ Atualmente, a Fundación Ramón Menéndez Pidal promove a migração para o meio digital deste imenso arquivo, que já se apresenta parcialmente disponível, em <http://fundacionramonmenendezpidal.org/archivodigital/presentacion> (2018-09-16).

¹⁸ Este termo técnico, que não aufere qualquer carga pejorativa, é comumente aceite pelos investigadores da área pois, de acordo com o paradigma tradicionalista, o romanceiro é uma grande e única tradição que se materializa em sub-tradições nacionais e mesmo regionais.

¹⁹ A *Obra* «tingué la gran virtut d'aplegar en un sol projecte i en una mateixa direcció l'esforç de la majoria d'interessats en la música popular. D'entrada ja en representació institucional [...] però també em la llarga llista de col·laboradors» e foi divulgada «a través d'uns interessantíssims i extensos» vinte e um volumes intitulados *Materiais* (Aiats 2004-05, 135).

clóricos (cf. Aiats 2004-05, 123-38). O seu geral desconhecimento entre os investigadores que se dedicam ao estudo da balada pan-hispânica significa, pois, uma lacuna gravíssima no que respeita à tradição oral catalã, defeito que se acentua se nos lembrarmos de que a área de investigação se assume como pan-hispânica.²⁰

- b. Invoquemos aqui outro constante desconhecimento pleno de significado. Há provas dadas de que foi o português Almeida Garrett quem, em 1823 ou 1824 iniciou, a partir do exílio inglês, o registo do romanceiro da tradição oral moderna (nesse caso, a portuguesa). O caderno manuscrito «Cancioneiro de romances, xácaras, solaus / e outros vestígios / Da antiga poesia nacional / Pela maior parte conservados na tradição / oral dos povo[s] / E agora primeiramente coligidos / Por / J.B. de Almeida Garrett»²¹ ostenta inclusivamente no rosto a indicação: «Começado / 1824». Contudo, a crítica de filiação castelhana continua a não creditar este pioneirismo à tradição portuguesa, ao referir como primeira manifestação da tradição oral as recolhas de 1825 (ou 1824, dependendo dos autores) levadas a cabo por Bartolomé Gallardo na Cárcel de los Señores, de Sevilla, que exumam, da tradição oral castelhana, uma versão do romance *Conde Sol* e outra de *Gerineldo*.²² Portanto, havia-se gerado aquilo que creio podemos designar como um verdadeiro mito fundacional que reivindica, em muitos autores coevos e contra claras evidências documentais, o balbuciar do interesse recoletor sobre o romanceiro tradicional para o espaço geolinguístico castelhano.
- c. Outra mitificação que passou a adquirir a leitura de verdadeiro carácter fundacional reside efetivamente no celebrizado relato que dá conta da aparição da tradição oral moderna em Castela, mais precisamente em Soria. Refiro-me à narrativa, contada em primeira pessoa por Menéndez Pidal no segundo volume do *Romancero hispánico*, da viagem de núpcias protagonizada por ele e pela mulher, a também filóloga María Goyri, em 1900, e dos intentos recoletores que se lhe segui-

20 Na realidade, foram estabelecidos alguns contatos entre a *Obra del cançoner* e Menéndez Pidal, primeiro. Posteriormente, Diego Catalán, neto de Menéndez Pidal, acedeu também a alguns dos materiais catalães (cf. Rebés Molina 2016), mas com interesses de consulta bastante definidos.

21 Manuscrito autógrafo atualmente depositado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Sala Ferreira Lima 1-2-1-24).

22 O romance do *Conde Sol* [*La condesita*] é classificado com o código 0110, de acordo com o *Índice general del romancero*, e *Gerineldo* com o 0023. Este facto é omitido, por exemplo, nas atrás mencionadas cronologias do romanceiro tradicional pan-hispânico: cf. Cid 1999, 149-50; Sánchez Romeralo 1979, 21-51.

ram (cf. Menéndez Pidal 1953, 291-302). Mas é durante esta primeira excursão que surge fortuitamente aquela que (ainda hoje) é considerada a primeira versão do romance histórico da *Muerte del príncipe don Juan*.²³

«[A]quél era un romance del siglo XV, desconocido a todas las colecciones antiguas y modernas», afirma então Menéndez Pidal (1953, 292), acerca do poema tradicional que narra a trágica morte de don Juan, único filho varão dos Reis Católicos, ocorrida em 1497. Não obstante, num incontornável artigo de 1904 publicado no *Bulletin Hispanique*, no qual dava notícia da descoberta da versão castelhana, María Goyri contrariava já esta posição. Começa o seu estudo por afirmar explicitamente que «Teófilo Braga insertó en su *Romanceiro Geral* con el título de *Casamento e mortalha* el siguiente romance que había sido publicado anteriormente por Almeida Garrett» (Goyri de Menéndez Pidal 1904, 29). Deste modo, remete explicitamente para a existência de uma versão anterior àquela que recolhera juntamente com Menéndez Pidal em 1900, portanto, identificando-a com o texto português que Garrett publicara em 1851 no seu *Romanceiro* (Garrett 1851, 32-5), embora então o editor português não fosse consciente da vinculação entre o relato poético e o fatal acontecimento histórico.

Justamente devido a esta identificação de Goyri parece ainda mais espantoso que a historiografia de filiação castelhana viesse a obliterar, com honrosas exceções, a existência prévia de uma versão portuguesa do romance, criando deste modo toda uma mitificação em torno daquele que viria a ser cunhado como o início da presença do romanceiro oral em Castela e, se maior sentido simbólico houvesse, mediante o aparecimento de um romance absolutamente desconhecido que relata um tão importante acontecimento ocorrido no século XV.²⁴ Na verdade, uma parcela muito significativa de

23 Trata-se do tema 0006, de acordo com a classificação do *Índice general del romancero*.

24 Lembramos que o desaparecimento do jovem príncipe Don Juan (1478-97) colocava em risco a união de coroas proporcionada pela aliança entre Isabel de Castela e Fernando de Aragão. Embora a esposa, Margarida de Áustria, se encontrasse grávida aquando da morte do príncipe, o filho de ambos viria a nascer sem vida, afastando-se assim a esperança de que o problema sucessório se resolvesse pela via do herdeiro póstumo. A aliança com Portugal foi então encarada como solução desejável para a manutenção dos interesses castelhanos, tendo sido totalmente depositada no pequeno príncipe D. Miguel, filho de Isabel, irmã de Don Juan, e do rei de Portugal, D. Manuel I, solução também fracassada devido à morte prematura deste príncipe. Por outro lado, o desaparecimento do filho dos Reis Católicos fazia estremecer o equilíbrio no que diz respeito à política externa espanhola, nomeadamente nas suas relações com França e com o Reino de Nápoles. Esta crise sucessória teve, ainda, impacto direto na ascensão ao poder da Casa de Áustria em Espanha. Em síntese, no romance tradicional, estão em jogo: «[e]l joven don Juan que se enfrentaba con la muerte [y] era, en la histo-

estudos críticos atuais de filiação espanhola (castelhana) da mais elevada craveira filológica que se debruçam sobre o tema continuam a reproduzir, em tom muitas vezes épico, este erro. Assim se enquadram as palavras de Antonio Sánchez Romeralo, reconhecido investigador, a propósito deste tema, ao incompreensivelmente estabelecer também que se trata de um «romance nunca antes recogido en colección antigua o moderna» (Sánchez Romeralo 1979, 31). Outra posição frequente da crítica de filiação castelhana, mais subtil, consiste em não afirmar de forma taxativa a existência da prioridade da versão garrettiana e desvalorizando, por conseguinte, a pré-existência da versão portuguesa, como se observa no seguinte excerto retirado do estudo que Diego Catalán dedicou ao tema na sua *Arte poética del romancero oral. Parte 2ª Memoria, invención, artificio*:

Pero no mucho después, María Goyri reconoció en él una narración de la muerte del príncipe don Juan, el malogrado heredero de los Reyes Católicos, y en 1904, después de espigar en publicaciones anteriores fragmentos hasta entonces no identificados del mismo romance y de recoger algún otro texto de la tradición oral, publicó un ensayo titulado «Romance de la muerte del Príncipe don Juan (1497)». (Catalán 1998, 36)

As conseqüências - ou talvez antes fosse preferível dizer, as causas - de subtis incorreções filológicas como estas, tão recentes, resultam assim em evidências de uma desatenção gerada talvez ao nível do subconsciente nacionalista de filiação castelhanocêntrica.

ria, a) hijo único varón de unos padres-reyes aún vivos, b) esposo y, a la vez, enamorado de una mujer también muy joven, venida de tierras lejanas como parte de una alianza entre familias-estados, con la cual se hallaba recién casado, pero que era ya madre gestante, y c) padre de un futuro niño-heredero, de sexo por el momento incierto. Todas estas personas competían en la Historia (y podían hacerlo en el relato) en el protagonismo del suceso de octubre de 1497: el príncipe o agonizante, los reyes o padres, la princesa o amada y el heredero presunto o hijo 'marcado' por su nacimiento póstumo» (Catalán 1998, 61). Para mais detalhes sobre a relação entre o romance e os acontecimentos históricos, veja-se o citado estudo de Catalán (1998, 35-107).

4.2 Na atividade editorial

Prosseguindo a nossa análise com o fecundo exemplo do romance da *Muerte del príncipe don Juan*, também o trabalho editorial castelhano reflete em traços gerais esta mesma tendência que apontamos, segundo ficou apurado a partir do estudo de um *corpus* de antologias de romances.

Nalgumas das mais prestigiadas obras deste perfil que tivemos oportunidade de examinar, como são as de Piñero (1999), de Díaz-Mas (1994) (que publicam versões do romance da *Muerte del príncipe don Juan*) ou, mais recentemente, de Chicote (2012), os editores caem no erro comum de afirmar o aparecimento do romance por mãos de Menéndez Pidal e María Goyri em 1900, reproduzindo o mito fundacional do aparecimento da poesia narrativa tradicional em Castela com um tema tão emblemático para a história da cultura espanhola (castelhana).

Por outro lado, uma leitura atenta destes e de outros trabalhos editoriais sobre o romanceiro permite aferir, embora partindo a maior parte dos seus editores de pressupostos teóricos de motivação pan-hispanista, uma articulação controversa entre a teoria proposta pelos seus responsáveis e a prática editorial de seleção do *corpus* textual.

Escolheu-se, para efeitos de estudo, um conjunto de 12 antologias de romances da responsabilidade de especialistas consagrados na área do romanceiro, publicadas ou com circulação em Espanha entre 1971 e 2012. Estes trabalhos fornecem-nos pistas interessantes, as quais sintetizamos a seguir.

Tabela 1 Resultados obtidos a partir da análise de 12 antologias de romances.
Elaboração própria

Obra¹	Número tot. de versões	Versões da tradição oral moderna portuguesa	Versões da tradição oral moderna catalã	Versões da tradição oral moderna galega	Observações
1. De la Campa 1998	50	1	0	5 (em castelhano)	<ul style="list-style-type: none"> inclui uma versão factícia do romance <i>La difunta pleiteada</i>, composta a partir de lições das diversas tradições orais; edita versões do Archivo Pidal-Goyri e das recolhas do Seminario Menéndez Pidal.
2. Alvar 1971	227 (83 da tradição oral moderna)	25	10	8	<ul style="list-style-type: none"> uma versão galega encontra-se em castelhano; interessante representação das sub-tradições latino-americanas.
3. Débax 1982	92 (todas em castelhano)	0	0	0	<ul style="list-style-type: none"> poucas versões oriundas da tradição oral moderna, embora a editora a ela se refira nos comentários de texto; preferência pela edição de versões da tradição antiga.
4. Menéndez Pidal 1973	60 (todas em castelhano)	0	0	0	<ul style="list-style-type: none"> o <i>Romanceiro Geral Português</i> de Teófilo Braga (1906-09) é a única coleção portuguesa citada; publica dois romances de Lope de Vega e um de Góngora.
5. Piñero 1999	159 (todas em castelhano)	0	0	0	<ul style="list-style-type: none"> preferência por versões da tradição antiga, que edita sempre que possível; as tradições orais ibéricas de língua não castelhana são referidas apenas esporadicamente nos comentários de texto.

Obra ¹	Número tot. de versões	Versões da tradição oral moderna portuguesa	Versões da tradição oral moderna catalã	Versões da tradição oral moderna galega	Observações
6. Díaz-Mas 1994	116	0	0	1 (em castelhano)	<ul style="list-style-type: none"> preferência por versões da tradição antiga, que edita sempre que possível; a tradição oral moderna só é representada esporadicamente como segunda versão de um tema ou nos comentários de texto.
7. Chicote 2012	107	15 'lusobrasileñas' (2 brasileiras)	2 (1 romance <i>Gentil dona</i> , <i>gentil dona</i>)	3 (1 em castelhano)	<ul style="list-style-type: none"> de vocação assumidamente pan-hispânica; preferência por versões da tradição antiga; inclui um número interessante de versões latino-americanas; traduz para castelhano as versões / fragmentos de versões noutros idiomas ibéricos.
8. Díaz Roig 1980	138 (10 versões da tradição oral moderna)	0	0	0	<ul style="list-style-type: none"> preferência por versões da tradição antiga. 1 versão da tradição oral moderna valenciana, em castelhano.
9. García de Enterría 1987	80 (todas em castelhano)	0	0	0	<ul style="list-style-type: none"> edita apenas versões da tradição antiga.
10. Di Stefano 1985	130	0	1 (<i>Gentil dona</i> , <i>gentil dona</i>)	0	<ul style="list-style-type: none"> dedicada especificamente à tradição antiga; sem versões da tradição oral moderna.
11. Di Stefano 1993	162 (1 editada em comentário de texto)	2	1 (<i>Gentil dona</i> , <i>gentil dona</i>)	0	<ul style="list-style-type: none"> dedicada especificamente à tradição antiga; Inclui um apêndice com textos de fontes posteriores a 1605.
12. Di Stefano 2009	181	2	1 (<i>Gentil dona</i> , <i>gentil dona</i>)	0	<ul style="list-style-type: none"> dedicada especificamente à tradição antiga; inclui um apêndice com textos de fontes posteriores a 1605.

1 Conferir a referência bibliográfica completa destas antologias na lista bibliográfica final.

Se, por um lado, nos estudos introdutórios destas antologias é recorrente referir-se a dispersão geográfica dos romances na tradição oral moderna, de modo a mostrar a sua vitalidade, regista-se, na prática editorial, que os textos representativos de cada romance excluem esmagadoramente exemplos textuais oriundos dos espaços geolinguísticos português, catalão e galego, conforme os dados da tabela demonstram.²⁵

A análise das antologias que não são dedicadas exclusivamente à tradição antiga coloca ainda em evidência, em pleno século XX e mesmo XXI, a preferência esmagadora destas compilações pelo romancel antigo (em castelhano, naturalmente), tido hoje, então, tal como na época de Menéndez Pidal, como depósito das manifestações poéticas mais perfeitas do género, mesmo tendo em conta o relevante papel que foi dado, a partir dos anos sessenta do século passado, à tradição oral moderna. A articulação entre a teoria proposta e a prática editorial de seleção do *corpus* poético revela-se, por conseguinte, defeituosa.

Em traços gerais, esta característica aponta, cremos, para uma escolha subliminarmente tendenciosa do editor, que prefere exemplos textuais na *sua* língua e provenientes do *seu* espaço geocultural ou daqueles afetos ao seu público-alvo. Mas, uma vez mais, tal facto não deixa de ser comprometedor, se se atentar na proclamada vocação pan-hispânica do género poético em contraste com a generalizada falta de interesse manifestada nestas obras pela tradição oral moderna. Numa altura em que foram envidados significativos investimentos no levantamento e no estudo da poética do romancel nas diferentes sub-tradições, como explicar a carência de dados e textos delas representativos nestas antologias?

5 Palavras finais

Numa fase adiantada desta exposição, seremos já capazes de compreender cabalmente a tese que se pretende defender. Com uma crítica que continua a refletir, mesmo que implicitamente, binómios como centro *versus* periferia; nacionalismo *versus* pan-hispanismo, o discurso sobre o romancel tradicional encontra-se ainda envenenado em pleno século XXI.

Se é forçoso aceitar que o motor nacionalista romântico teve a responsabilidade de propulsar os movimentos de recolha e edição, criando mistificações oníricas, por vezes, não é certo que essas motivações se tenham evaporado do panorama editorial e crítico, pelo

²⁵ Ainda que não sejam numerosas as versões catalãs e portuguesas, tendo em conta as restantes antologias, a edição de Manuel Alvar é, sem dúvida, a mais ecuménica.

menos enquanto não se repuser um enfoque verdadeiramente neutro acerca da questão. Pretendeu-se, através deste trabalho, iluminar esta realidade com alguns dados mais (ainda que parciais), os quais serão desenvolvidos em breve noutro estudo. Mais precisamente, urge desmistificar a existência de um pan-hispanismo alheio a fundamentos nacionalistas. Aliás, já o professor Cid apontara o dedo à hegemonia e sentimento de superioridade castelhanas na cosmovisão pidalina acerca do romanceiro, sublinhando que:

El Romancero servirá, sin embargo, como argumento añadido para sustentar las tesis del castellano-centrismo tan caras a la reflexión sobre España de los hombres del 98 y sus epígonos. [...] La simple constatación de que toda la tradición antigua del Romancero era castellana, como lo es en su gran mayoría el repertorio de temas épicos e históricos, y otros datos reveladores que aportaba la tradición moderna (como la abundancia de castellanismos aún no asimilados en el lenguaje de buena parte de las versiones catalanas y, en menor medida, de las portuguesas), convertían al Romancero en una prueba viva del proclamado carácter aglutinador de una Castilla que habría impuesto sus modelos y sus temas en la poesía popular narrativa de las otras áreas hispánicas. (Cid 2005-06, 56-7)

Contudo, se a Menéndez Pidal se poderia condescender a tentação de menorizar a originalidade poética das tradições portuguesa e catalã, que deixava assim de ser significativa à medida que se compilavam cada vez mais versões da área geolinguística castelhana (Cid 2005-06, 57), a partir dos anos 60 do século XX o intenso trabalho de recolha e publicação de que foram alvo outras sub-tradições (pensamos na portuguesa, em particular) deveria ter alterado profundamente esta ideia concebida. Para não ir mais longe, atentamos no contributo desta tradição oral, cuja memória de raríssimos temas épicos que se conservam em especial nas suas comunidades insulares da Madeira e dos Açores é extremamente valiosa para o conhecimento não regional, não nacional, mas global, do romanceiro.

Precisamente 50 anos volvidos sobre o desaparecimento do mestre Menéndez Pidal, é fácil constatar que o enquadramento não se alterou significativamente. O olhar sobre as tradições periféricas não deixa de ser, por conseguinte, também ele nacionalista. Alterar o quadro vigente não se afigura tarefa leve, mas reconhecer que o grau zero do nacionalismo não existe marcaria já um bom princípio.

Referências bibliográficas

- Aiats, Jaume (2004-05). «Breu panorama de l'etnomusicologia a Catalunya entre 1875 i 1936». *Recerca Musicològica*, XIV-XV, 123-38.
- Alvar, Manuel (1971). *El romancero viejo y tradicional*. México: Editorial Porrúa.
- Boto, Sandra (2011). *As fontes do Romanceiro de Almeida Garrett. Uma proposta de edição crítica* [tese de doutoramento]. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. URL <http://hdl.handle.net/10362/7205> (2018-09-17).
- Catalán, Diego (1998). «Permanencia de motivos y apertura de significados: Muerte del Príncipe don Juan». *Arte poética del romancero oral. Parte 2ª Memoria, invención, artificio*. Madrid: Siglo Veintiuno, 35-107.
- Chicote, Gloria (2012). *Romancero*. Buenos Aires: Colihuo.
- Cid, Jesús Antonio (1999). «La poésie narrative populaire et sa collecte dans la péninsule ibérique au XIXe siècle». Postic, Fañch (éd.), *La Bretagne et la littérature orale en Europe*. Mellac; Brest: Centre de Recherche Bretonne et Celtique; Centre International de Rencontres des Cultures de Tradition Orales, 139-50.
- Cid, Jesús Antonio (2005-06). «Nacionalismo y poesía popular. Manuel Murguía y la invención de un romancero gallego apócrifo». *ELO*, 11-12, 51-72.
- De la Campa, Mariano (1998). *Antología de la épica y el romancero*. Barcelona: Grupo Hermes Editora General.
- Débax, Michelle (1982). *Romancero*. Madrid: Alhambra.
- Díaz-Mas, Paloma (1994). *Romancero*. Barcelona: Crítica.
- Díaz Roig, Mercedes (1980). *El romancero viejo*. 4a ed. Madrid: Cátedra.
- Di Stefano, Giuseppe (1985). *El romancero*. 5a ed. Madrid: Narcea.
- Di Stefano, Giuseppe (1993). *Romancero*. Madrid: Taurus.
- Di Stefano, Giuseppe (2009). *Romancero*. Madrid: Castalia.
- Espadaler, Antón María (1989). *Literatura catalana*. Madrid: Taurus. Historia crítica de la Literatura Hispánica 27.
- Ferré, Pere (2002). «Algumas reflexões de Garrett sobre o *Romanceiro*». Comissão Executiva dos Seminários Garrett (ed.), *Garrett às Portas do Milénio*. Lisboa: Edições Colibri, 95-106.
- Ferré, Pere (2006). «Etapas en la edición del Romancero portugués». Santiago, Ramón; Valenciano, Ana; Iglesias, Silvia (eds), *Tradiciones discursivas. Edición de textos orales y escritos*. Madrid: Editorial Complutense.
- Forneiro, José Luís (2000). *El romancero tradicional de Galicia: una poesía entre dos lenguas*. Gipuzkoa: Sendoa. Biblioteca Mítica 3.
- Forneiro, José Luís (2016). «Víctor Said Armesto». *Abenámar*, 1, 187-93.
- García de Enterría, María Cruz (1987). *Romancero viejo*. Madrid: Castalia.
- Garrett, Almeida (1828). *Adozinda. Romance*. London: Boosey & Son.
- Garrett, Almeida (1851). *Romanceiro*, vol. 2. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Garrett, Almeida (1853). *Romanceiro*. Lisboa: Viuva Bertrand e Filhos.
- Goyri de Menéndez Pidal, María (1904). «Romance de la muerte del príncipe D. Juan». *Bulletin Hispanique*, 6(1), 29-37.
- Lapesa, Rafael; Catalán, Diego; Galmés, Álvaro; Caso, José (eds) (1957). *Romances del Rey Rodrigo y de Bernardo del Carpio*. Vol. 1 de *Romancero tradicional de las lenguas hispánicas (español-portugués-catalán-sefardí)*. Colección de textos y notas de María Goyri y Ramón Menéndez Pidal. Madrid: Gredos.
- Massot i Muntaner, Josep (2002). *Els viatges folklòrics de Marià Aguiló*. Discurs llegit el dia 6 de Juny de 2002 en l'acte de recepció pública de Josep Massot i Muntaner a la Reial Acadèmia de Bones Lletres de Barcelona. Barcelona: Reial Acadèmia de Bones Lletres de Barcelona.

- Menéndez Pidal, Gonzalo (1973). *Romancero*. Madrid: CSIC.
- Menéndez Pidal, Ramón (1953). *Romancero hispánico (hispano-portugués, americano y sefardí)*, vol. 2. Madrid: Espasa-Calpe.
- Pérez Isasi, Santiago (2017). «Building Nations Through Words. Iberian Identities in Nineteenth-Century Literary Historiography». Muñoz-Basols, Javier; Lonsdale, Laura; Delgado, Manuel (eds), *The Routledge Companion to Iberian Studies*. London; New York: Routledge, 333-43.
- Piñero, Pedro M. (1999). *Romancero*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Rebés Molina, Salvador (2016). «Els materials catalans de Menéndez Pidal i altres qüestions referents a l'Obra del Cançoner Popular de Catalunya». Massot i Muntaner, Josep (coord.), *Estudis de Llengua i Literatura Catalanes LXX. Miscel·lània Jordi Bruguera/4*. Barcelona: Publicacions de l'Abadia de Montserrat, 99-122.
- Sánchez Romeralo, Antonio (1979). «El romancero oral ayer y hoy: Breve historia de la recolección moderna (1782-1970)». Sánchez Romeralo, Antonio; Catalán, Diego; Armistead, Samuel G. (eds), *El Romancero hoy: nuevas fronteras*. Madrid: Cátedra Seminario Menéndez Pidal, 15-51.
- Vasconcellos, Carolina Michaëlis de (1934). *Estudos sobre o romancero peninsular. Romances velhos em Portugal*. 2a ed. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Repensar els estudis catalans des de la teoria queer

Antoni Maestre-Brotons

Universitat d'Alacant, País Valencià, Espanya

Abstract Catalan Studies are basically focused on national/linguistic identity, but recent debate on Catalan identity triggered by the current pro-independent process in Catalonia, may help reshape this academic field. A more diverse approach to Catalan culture should consider sexuality, which has traditionally been banished from literary analysis as a 'private' matter. Here, we discussed how queer theory can reframe Catalan Studies mainly by building a specific LGBT literary tradition, identifying queer episodes and characters in the canon, questioning received meanings, promoting interdisciplinary analysis of Catalan culture and exploring the role of queer subjectivity in history.

Keywords Catalan Studies. Philology. Queer Studies. Subjectivity. Sexuality. Canon. Interdisciplinarity.

Sumari 1 De Molas a Fernàndez: renovar els estudis literaris catalans. – 2 Les invasions bàrbares: els estudis queer i la globalització teòrica. – 3 Entre Tirant i *Merli*: 'enrarrir' els estudis catalans. – 4 Conclusions: per una quatribarrada arc-iris.

1 De Molas a Fernàndez: renovar els estudis literaris catalans

The personal is theoretical.
(Sara Ahmed, *Living a Feminist Life*, 2017)

En *L'aprenentatge de la soledat* (2008), el protagonista, alter ego de l'escriptor i professor de Royal Holloway College de Londres David Vilaseca (1964-2010), lamenta la tendència hegemònica de l'historicisme en els estudis literaris ca-

talans, un paradigma en què només interessa conèixer la 'veritat' dels textos i els autors, en comptes de posar-la en dubte. Aquesta tendència estaria representada per historiadors de la literatura com Martí de Riquer, Jordi Rubió, Joaquim Molas, Jordi Castellanos o Joan Lluís Marfany. Vilaseca també es queixa del rebuig de la teoria crítica en la recerca i denuncia la mentalitat 'funcionarial' del professorat, segons la qual resulta preferible l'obtenció d'una plaça definitiva a l'excel·lència investigadora. De fet, Vilaseca va haver de desenvolupar la seva carrera acadèmica al Regne Unit perquè a Catalunya no va trobar l'oportunitat de fer-ho. Els seus estudis sobre literatura i cinema queer¹ a l'Estat espanyol es van publicar en anglès i, fins ara, juntament amb els de Josep-Anton Fernández, Marta Segarra, Paul Julian Smith, Chris Perriam, Brad Epps, Alberto Mira, Meri Torras o Santiago Fouz, formen part de la bibliografia bàsica sobre aquest camp. Els treballs produïts a l'àmbit acadèmic angloamericà sovint es publiquen en anglès i combinen anàlisis de literatura catalana i castellana. La raó fonamental és que a les universitats nord-americanes i britàniques no existeix encara una àrea específica o, si més no, consolidada, de llengua i literatura catalanes; per tant, és usual que la literatura i el cinema catalans es considerin un subconjunt de la literatura i el cinema espanyols. D'altra banda, els estudis sobre cinema català són inusuals en la filologia catalana: mentre que la literatura constitueix un emblema nacional, en canvi el cinema manca d'aquesta condició perquè moltes pel·lícules són bilingües o bé estan rodades en castellà o fins i tot anglès –com alguns films d'Isabel Coixet.² Malgrat el retard dels estudis literaris catalans, l'estudi de David Vilaseca sobre autobiografies gais catalanes i espanyoles és certament precursora, ja que es va publicar en 1995, quan tot just s'estava gestant el que s'anomenaria teoria queer. Tanmateix, la seva obra crítica no va tenir repercussió en el conjunt de la discipli-

1 Prescindo de la cursiva per a escriure el terme 'queer' perquè en subratllaria el caràcter estranger i assumiria implícitament la tesi segons la qual es tracta d'una importació anglosaxona, és a dir, una imposició d'una marca identitària. D'altra banda, 'gay' o 'gai' (que és com s'escriu en català) també és un neologisme semàntic importat de l'anglès (perquè ja existia en la nostra llengua però amb una altra accepció). Tant 'queer', com 'gay' o 'LGBTIQ+' són subjectivitats contemporànies inexistents en èpoques anteriors. Molts estudis ja han explicat que les pràctiques sexuals, al llarg de la història i en cada cultura, s'han associat (o no) a subjectivitats distintes i contingents. De tota manera, em refereixo al debat acadèmic sobre la teoria queer més endavant.

2 Esther Gimeno Ugalde (2013, 2014, 2015) ha analitzat l'ús de les diferents llengües de l'Estat espanyol en el cinema; també subratlla l'augment de la presència de l'anglès. Jaume Martí-Olivella (2013) considera que la 'poliglòssia' o multilingüisme és una característica remarcable del cinema català. La poliglòssia respon a una dinàmica 'glocal', és a dir, combina un llenguatge global –el cinema– amb la història, els mites i les llengües regionals, és a dir, la cultura catalana. D'acord amb l'autor, la poliglòssia també constitueix un factor de resistència contra l'homogeneïtzació lingüística i cultural pròpia del capitalisme global.

na acadèmica, primer, per estar publicada en anglès en una editorial estrangera i, segon, per tractar un tema llavors encara minoritari i marginal. En definitiva, la filologia catalana ha sigut impermeable a les innovacions de la teoria literària posterior als anys setanta i vuitanta, quan es produeix el gir cultural; a més ha bandejat la sexualitat com un assumpte d'interès acadèmic. En una universitat tan especialitzada i compartimentalitzada com és l'espanyola, poc propenses a la multidisciplinarietat, el gènere i la sexualitat configuren una àrea d'investigació específica que disposa dels seus propis instituts d'investigació. Així, destaquen els grups i centres *Cos i textualitat* de la Universitat Autònoma de Barcelona i el Centre de Recerca Teoria, Gènere, Sexualitat (ADHUC), radicat a la Universitat de Barcelona. Aquests organismes no estan especialitzats en una literatura nacional concreta, sinó que són interdisciplinars, amb especialistes procedents dels camps de les humanitats i les ciències socials, en general. Per tant, la perspectiva crítica és molt àmplia i s'ocupa d'estudiar el gènere i la sexualitat en la societat actual.

A banda de la impermeabilitat a la teoria crítica postestructuralista i la consideració de la sexualitat com un afer privat no susceptible d'anàlisi, les altres dificultats per a renovar la filologia catalana es relacionen bàsicament amb tres factors: l'estructura peculiar del sistema acadèmic català/espanyol, la funció política i social de la disciplina i l'estancament en un paradigma historicista i formalista. En primer lloc, hi ha una separació estricta entre disciplines consolidades no sols distants entre si –com podria ser la sociologia o la literatura–, sinó entre branques o variants de la mateixa disciplina, com ara la teoria de la literatura i les diferents literatures 'nacionals'. Conseqüentment, la interdisciplinarietat no sols escasseja, sinó que pot constituir fins i tot una font de conflicte entre departaments, que perceben els estudis interdisciplinars com una invasió en un camp acadèmic aliè. Per posar un exemple evident, com que és competència dels anomenats 'estudis audiovisuals', la filologia no inclou el cinema. Igualment, es deixen fora de la investigació i, especialment, de l'ensenyament, pràctiques i discursos culturals considerats de 'masses' o paraliteraris, com el còmic, la publicitat, la música o fins i tot la literatura juvenil. La identitat nacional constitueix, per tant, l'únic principi vertebrador de la tradició literària i dels estudis filològics, tot marginant altres elements que configuren la subjectivitat com el gènere, la sexualitat, l'edat, l'ètnia o la classe, que interactuen, a més, amb altres factors com l'espai –urbà, rural, turístic. El paradigma identitari de la filologia catalana persisteix tot i que el primer desafiament al caràcter nacional de les literatures prové del mateix estructuralisme mitjançant la noció d'intertextualitat, que assenyala la presència de textos externs a la pròpia tradició cultural, juntament amb la inclusió de la literatura comparada en els plans d'estudi, que situen la literatura nacional en un context geogràfic i

cultural més ampli. En definitiva, d'acord amb l'anàlisi sobre els estudis literaris a l'Estat espanyol de Joseba Gabilondo (2009, 252), la filologia catalana reposa en un paradigma nacionalista, exclusivament geopolític. Les històries de la literatura basades en criteris geopolítics adopten la premissa que una llengua crea una tradició que coincideix amb els límits d'un estat o d'una regió susceptible de convertir-se en estat (Gabilondo 2016, 51).³

En segon lloc, Josep-Anton Fernàndez (2013) explica que la filologia catalana exerceix una funció simbòlica com a sagrari de les essències catalanes –unes essències patriòtiques i patriarcals–, cosa que impedeix tot enfocament crític que problematitzi la identitat nacional –basada en la llengua i la història– en un entorn globalitzat com l'actual i en què, a més, les minories internes –sexuals, ètniques, migratòries, les dones– també reclamen el seu protagonisme. D'altra banda, la reducció de la catalanitat a la llengua resulta problemàtica al País Valencià, territori que, constitutivament, ha sigut bilingüe des dels inicis del Regne de València en el segle XIII: mentre que els repobladors d'origen castellà i aragonès es van assentar majoritàriament a les comarques de l'interior, en canvi els catalans es van establir a les comarques més orientals i costaneres. Una disciplina encarregada d'estudiar la cultura catalana al País Valencià hauria de reconèixer també aquesta dualitat. En canvi, tant la filologia hispànica tradicional com la filologia catalana simplifiquen i ignoren l'hibridisme lingüístic i cultural i funcionen com si les comunitats lingüístiques fossin monolingües.⁴ Al País Valencià, fa anys que aquest debat es va situar en un nivell teòric seriós, però també va esclatar virulentament en l'escenari polític i social durant la transició a la democràcia –la coneguda Batalla de València.⁵ D'alguna manera, aquest debat originat a terres valencianes ja emmarcava la identitat valenciana en el binari essencialisme vs. hibridisme, és a dir, la posició, bàsicament defensada per Joan Fuster i els seus seguidors, segons

3 La implantació dels nous plans d'estudi a partir de 2010, coneguts amb la denominació de Pla Bolonya, no ha canviat substancialment la perspectiva docent ni investigadora. A Alacant i València, els graus es continuen anomenant Filologia Catalana, mentre que a la resta d'universitats han preferit 'Llengua i literatura catalanes'. Només la Universitat Oberta de Catalunya va crear un Màster en Estudis Catalans, ja extint, que aplicava les perspectives teòriques interdisciplinars dels estudis culturals.

4 Gabilondo (2016, 49) indica que la majoria d'històries de les literatures basca, gallega i catalana es basen en aquesta exclusivitat lingüística, ignorant l'espanyol. Al seu torn, les històries de la literatura espanyola es constitueixen separant-se de la hispanoamericana i, a tot estirar, expliquen les literatures anomenades perifèriques en apèndix.

5 La Batalla de València al·ludeix al conflicte polític i social, desenvolupat sobretot a la capital valenciana, que va ser atiat per la dreta espanyolista i regionalista defensora de tesis anticatalanistes en matèria lingüística i cultural. Va ser –i continua sent– una batalla de símbols i noms per negar qualsevol lligam lingüístic, cultural i nacional amb Catalunya i les Illes Balears (Cucó 2002; Felip, Sanz 2006; Flor 2011).

la qual els valencians són catalans del sud i, juntament amb Catalunya i les Illes Balears, configuren els anomenats Països Catalans, una unitat lingüística, cultural i nacional que pretén constituir-se també com a unitat política reclamant la independència d'Espanya. Al bàndol contrari, hi ha les tesis regionalistes i secessionistes que precognitzen l'autonomia de la llengua i la cultura valencianes respecte de la catalana. Al mig d'aquesta dicotomia va sorgir l'anomenada 'tercera via', que considerava les peculiaritats valencianes sense abjurar de les concomitàncies amb Catalunya i les Illes Balears, com la història i la llengua compartides.⁶ En aquest marc identitari simbòlic, la Filologia Catalana, juntament amb altres elements com la literatura, la història i la cultura popular, és un emblema més.

L'associació entre literatura i identitat nacional no és exclusiva del cas català, sinó que caracteritza també l'hispanisme tradicional i, en general, els estudis lingüístics i literaris europeus, que van sorgir en el segle XIX influïts per la idea burgesa de l'estat-nació. En la catalanística, però, es considerava encara més necessària aquesta associació en un context de resistència contra la política dictatorial i repressiva del franquisme que provocava el desprestigi social de la llengua i la literatura, titllades de provincianes, secundàries, poc atractives. Així doncs, calia enfortir una catalanitat en perill de dissolució en el si d'una espanyolitat monolingüe. En aquest paradigma, la literatura, identificada amb una comunitat nacional, forma part d'un 'projecte de civilització' amb una funció educadora (Castellanos 1982, 36). Les teories postestructuralistes han posat precisament en entredit aquest concepte unitari d'identitat –tant si és nacional com si és d'una altra índole– i, en conseqüència, la funció dels estudis literaris ja no pot ser crear un cànon basat en aquesta visió uniforme de la identitat, sinó precisament interrogar-lo. D'acord amb els paràmetres postestructuralistes, es tracta de repensar la cultura nacional des d'altres cultures marginals, de reconèixer l'altre' endogen, de pluralitzar la identitat, no de destruir-la. Si seguim la proposta que suggereix Gabilondo (2009, 254) sobre una història literària que no sols inclogui el paradigma geopolític sinó també el biopolític, llavors concebrem una literatura catalana –o una cultura en general– que ja no es defineix per oposició a l'espanyola i en funció de la llengua, sinó també per la resta de diferències relatives al gènere, la sexualitat, la classe o l'ètnia. La crítica feminista precedeix altres impulsos de diversificació del cànon i, des dels anys setanta, reclama una redefinició de la història literària i de construcció de la tradició cultural que

⁶ Lobra que va donar lloc a la tercera via va ser l'assaig de Damià Mollà i Eduard Mira *De impura natione* (1986). Bàsicament, es tracta d'una opció situada entre el catalanisme i el regionalisme espanyolista. Una opció que els fusterians van criticar severament per 'neoblavera', és a dir, neoregionalista, però que amb el temps, apareix com una definició menys essencialista de la identitat cultural, lingüística o nacional valenciana.

consideri la contribució de les dones i qüestioni el sexisme. En definitiva, es tracta d'impulsar el pas d'un model nacionalista a un altre de postnacionalista que, de moment, la comunitat acadèmica es resisteix a fer.⁷ No es tracta sols d'afegir una quota de gènere, LGBT o multicultural al cànon ja establert, sinó que s'ha de fomentar un gir epistemològic que substitueixi la finalitat d'estudiar i difondre la identitat catalana segons el paradigma nacionalista burgès del segle XIX -l'anomenat 'estat-nació' modern- per una altra que situï aquesta identitat en el context del món actual, les societats multilingües i multiculturals, el neoliberalisme, el turisme i la devastació mediambiental, les xarxes socials, les sexualitats i els afectes heterodoxos. En suma, es tracta de promoure l'evolució des d'una visió essencialista de la identitat a una altra que, tal com els estudis queer precognitzen, és més fluida, inestable, diversa i híbrida.⁸

En tercer lloc, el paradigma historicista i formalista consisteix a construir un cànon d'obres i d'autors que bàsicament recopila dades de caràcter històric -bibliogràfiques- i estètiques, situant-les cronològicament en el període historioliterari corresponent. L'edició filològica i el comentari de text són els exercicis hermenèutics vinculats a aquest paradigma. Per tant, bàsicament, la tasca del filòleg consisteix a descriure el contingut i els trets formals de les obres i situar-les cronològicament en el context historioliterari, és a dir, produir un coneixement positivista acumulatiu i acrític. Les principals crítiques a aquest model tenen a veure amb la funció dels estudis literaris d'establir un cànon, un concepte fortament qüestionat des de fa dècades a l'àmbit occidental. Si els estudis feministes assenyalen que el cànon és bàsicament masculí, els estudis LGBT⁹ també denuncien l'absència d'obres que mostren una sexualitat heterodoxa, mentre que els estudis postcolonials i decolonials proposen la inclusió d'identitats mestisses. En definitiva, el paradigma historicista i formalista encara imperant es defineix per una concepció immanentista del fet literari segons la qual les obres tenen valor per si mateixes com a objectes d'art autònoms, mancats d'ideologia, contenidores

7 Entenc el terme 'postnacionalisme' en el sentit que li atribueix Joseba Gabilondo (2009) i no Jürgen Habermas ([1998] 2000), que va ser qui realment el va popularitzar, si bé amb un significat prou diferent per a referir-se a la irrupció d'estructures supranacionals que resten sobirania a les entitats nacionals.

8 Des d'una perspectiva interseccional, el subjecte representa múltiples identitats, no sols nacionals sinó ètniques, de classe, gènere i sexualitat. Així, la interseccionalitat s'empra com a eina per a idear polítiques contra tota mena de discriminacions.

9 Igual que ocorre amb queer, hi ha discrepàncies respecte a la denominació LGBT, un terme al qual s'afegeixen altres sigles que designen subjectivitats no normatives. A vegades s'opta per usar el signe + al final per fer palesa la diversitat irreductible del gènere, el desig i els afectes. Al capdavall, les sigles mostren la inestabilitat de les marques identitàries. Aquesta és, de fet, la força d'allò queer: la resistència a la definició, una operació discursiva que normativitza la subjectivitat sovint de manera violenta.

d'uns 'valors universals' que són expressió de la identitat nacional. El gènere, la sexualitat, l'ètnia, la llengua, l'edat o la ideologia són meres dades biogràfiques que no s'han de comentar perquè no han de tenir cap paper en l'anàlisi de l'obra. Pierre Bourdieu va desacreditar el valor immanent de la literatura i la idea segons la qual el cànon literari es fonamenta exclusivament en la qualitat. Segons l'autor, d'una banda, el gust és una construcció social (Bourdieu ([1979] 1998) i, d'una altra, la literatura és un camp de lluites on els participants competeixen per les definicions del que es pot considerar legítimament 'literatura', qui és un autor literari i qui no ([1992] 2006). En conseqüència, el cànon no s'ha de bastir sobre criteris de 'qualitat' sinó de representativitat, de mostra de la diversitat cultural interna en una comunitat i reflectida en els productes que crea: literatura, art, cinema, còmic, televisió. La funció de la crítica acadèmica no és, com la crítica periodística, avaluar la qualitat estètica de les obres, sinó analitzar-hi els significats culturals que (re)crea en relació al gènere, la sexualitat, l'ètnia, l'espai, la ideologia o l'economia, entre altres; en altres paraules, ha d'examinar les obres, no com a productes artístics per a ser admirats, sinó com a productes ideològics. La concepció burgesa, decimonònica, de l'art és la d'un objecte de museu, compendi de refinament i bellesa; la concepció de l'art i del mateix museu actualment és la de l'art com un discurs crític sobre la societat i la cultura. Els estudis catalans han de fer aquest pas també si no volen quedar-se estancats com una disciplina museística.

Finalment, l'arrelament de la filologia i l'historicisme en l'àmbit acadèmic català tenen a veure amb la fantasia de la normalització que descriu Josep-Anton Fernández a la seva obra *El malestar de la cultura catalana* (2008) i amb el model europeu de l'estat-nació. Aquesta fantasia postula que la cultura catalana està -ha d'estar- a l'alçada de qualsevol altra cultura de prestigi, ignorant la minorització a què es veu sotmesa i que el bilingüisme social o diglòssia posa perfectament en relleu, igual que les desigualtats que es produeixen en el mercat lingüístic o la supremacia del castellà sobre la resta de llengües, sancionada per la Constitució espanyola. Per a Fernández (2008, 357), la fantasia de la normalització, com a projecte nacional de l'antic partit Convergència i Unió, consisteix a assolir una cultura catalana dominant i «plenament funcional, completa, expressió d'una societat harmònica, cohesionada, sense conflictes d'identitat».¹⁰ Aquesta fantasia oculta el conflicte lingüístic i la subordinació legal i política a la llengua i la cultura oficials de l'Estat espanyol. En

10 Convergència i Unió (CiU) va existir entre 1978 i 2015, quan es va dissoldre a causa de les discrepàncies entre els dos partits que la conformaven: Convergència Democràtica de Catalunya -catalanista i liberal-centrista- i Unió Democràtica de Catalunya -catalanista i democristià. Va governar a la Generalitat de Catalunya en dos períodes diferents: de 1980 a 2003 i de 2010 a 2015.

els anys noranta, en plena etapa de normalització, Quim Monzó, un dels intel·lectuals més crítics amb el model cultural i polític convergent, utilitzava en les seves columnes periodístiques la metàfora de Disneylàndia per il·lustrar el caràcter fantasmagòric, simulat, d'una Catalunya que solament existeix en la imaginació del govern, aïllat de la realitat, tancat al Parlament. Aquest model provoca un 'efecte hivernacle': «tots els polítics autodenominats nacionalistes poden i reguen, protegits del fred exterior, la delicada planta de l'optimisme lingüístic» (Monzó 1998, 152). Així doncs, la Disneylàndia catalana constitueix un món d'il·lusió i màgia on la gent juga ingènuament a viure una vida de somni en una Catalunya ideal, és a dir, inexistent, ja que de fet està sotmesa a l'Estat espanyol.¹¹ Es tracta, en conseqüència, de fingir que Catalunya és un país 'normal' i que la cultura catalana és hegemònica tant allí com al País Valencià i les Illes Balears. Aquesta tesi no sols ignora la situació d'inferioritat respecte a la cultura espanyola i, com més va més, el món globalitzat, sinó la composició històricament bilingüe del País Valencià i, al cap i a la fi, la diversitat interna de tots els estats, actualment i al llarg de la història; òbviament, l'homogeneïtzació és pròpia de tots els nacionalismes, tants els estatals com els que no tenen estat. També ignora les transformacions culturals, econòmiques i socials que han tingut lloc en la societat en els darrers quaranta anys; per això, l'historiador Joan Fuster-Sobrepere (2015, 242) sosté que no es pot actuar com si 1980 fos la continuació de 1939.

2 Les invasions bàrbares: els estudis queer i la globalització teòrica

Les filologies estatals s'amaguen sota un presumpte científisme que no qüestiona els seus fonaments epistemològics –epistemopolítics, diria Sam Bourcier (2017, 81)– i s'obliden d'historicitzar la seva pròpia constitució. Com explicava abans, la filologia catalana, ancorada encara en l'estructuralisme, es resisteix generalment a incorporar aproximacions crítiques postestructuralistes conegudes amb denominacions com 'teoria crítica' o 'estudis culturals', dins dels quals s'inclou la teoria queer. Aquesta mancança soscava la interdisciplinarietat i la internacionalització de l'àrea d'estudis, convertint-la en un camp d'interès per a una minoria d'erudits interessats a recopi-

¹¹ En aquest esquema, els Països Catalans són sols un projecte dels partits independentistes, que els converteixen en subjecte polític basant-se en la unitat cultural i lingüística dels diferents territoris catalanòfons. En qualsevol cas, al capdavall, els comentaris de Monzó subratllen un fet no merament exclusiu del catalanisme, sinó propi de tot discurs nacionalista: el caràcter construït de la nació com a 'comunitat imaginada', per a utilitzar el terme de Benedict Anderson ([1983] 2005).

lar dades sobre obres i autors concrets. Els estudis queer no es poden separar dels estudis feministes o dels estudis gais i lèsbics, que els precedeixen (Hall, Jagose 2011, XIV). Els estudis gais i lèsbics inicials evolucionen al llarg dels anys noranta gràcies a l'activisme i la teoria queer. El terme 'queer' no és un mot paraigua que engloba, a més de gai i lèsbic, altres identitats com 'trans', 'bisex' o 'intersexual' com sovint s'usa en l'actualitat; al contrari, la teoria queer, com una forma d'activisme, és antiidentitària i antinormativa, és a dir, advoca per la problematització de totes les identitats. Es tracta, doncs, d'un intent de superar l'associació de les identitats lèsbica i gai a la d'individus blancs occidentals de classe mitjana i alta.

A més, els estudis queer es nodreixen d'altres perspectives crítiques com el postcolonialisme i els estudis de la diàspora, els estudis de transgènere i de discapacitat, a més de moviments activistes com els de color i en contra de la sida. Si bé no utilitzen una metodologia concreta -focus principal de les crítiques que se li han adreçat-, la seva premissa epistemològica fonamental és el refús dels models identitaris normatius; per això, eviten la utilització de termes identitaris com 'gai', 'lesbiana', 'trans' o 'LGBT'. Com que rebutgen les identitats normatives, els estudis queer no posseeixen un objecte d'estudi fix o, més aviat, no consideren el seu objecte d'estudi -el gènere i la sexualitat- com a categories sòlides. Stuart Hall (1992, 278) explica que els estudis culturals constitueixen una suma de múltiples discursos, entre els quals hi ha els discursos crítics sobre la sexualitat. En altres paraules, constitueixen un conjunt de formacions discursives en el sentit foucaultia que es caracteritza per la inestabilitat i el descentrament. Fan servir diferents metodologies i eines teòriques que sovint s'oposen entre si. Per això, fins i tot es deia que els estudis culturals produïen més 'soroll teòric' que no pas una teoria coherent. De fet, rebutgen erigir-se en discurs dominant -*master discourse*- o metadiscurs. En definitiva, la vàlua dels estudis culturals i, en general, altres enfocaments teòrics rau en la interdisciplinarietat i la crítica radical que proposen tant de l'objecte d'estudi com dels instruments d'anàlisi.¹²

Així mateix, els estudis queer exploren com la sexualitat es relaciona amb altres factors de diferència social com la raça, l'ètnia, la classe, el gènere o la nacionalitat i, a més, com tots aquests factors interactuen amb el poder. Encara que no conformen un camp d'estudis consolidat ni estable, hi ha certes àrees d'interès com la tempo-

12 Hall (1992, 283) també subratlla altres avenços teòrics producte de la interacció entre l'estructuralisme, el postestructuralisme i la semiòtica, com ara la importància del llenguatge per a l'estudi de la cultura; l'ampliació de la noció de textualitat i de text, tant com a font de significat com allò que posposa el significat o n'escapa; l'heterogeneïtat i diversitat de significats; el reconeixement del poder cultural, la textualitat i la representació com a lloc de poder i regulació; finalment, el reconeixement dels elements simbòlics com una font d'identitat.

ralitat queer -no linear, cíclica, reversible, interrompuda, múltiple-; els afectes com a acció política; la manera com la nacionalitat i l'ètnia influeixen en la sexualitat, la diàspora sexual; el cos -transgènere, transvestisme, intersexualitat, discapacitat- i les noves formacions familiars i de parentesc. Josep-Anton Fernández és l'introductor dels estudis gais i lèsbics en l'àmbit acadèmic català, sobretot a partir del seu assaig sobre la literatura catalana gai (2000a) i també amb l'antologia d'estudis publicada amb el títol *El gai saber* (2000b). Tanmateix, manquen assajos i traduccions d'estudis estrangers i sobretot anàlisis que, des d'una òptica catalana, plantegin reflexions sobre l'adaptació de la teoria queer a la nostra realitat. A l'àmbit castellà i espanyol en general, sí que s'han publicat assajos en general que debaten sobre la importació de la teoria queer a l'àmbit hispànic -amb l'obra precursora de Francisco Vidarte, Ricardo Llamas i Javier Sáez (Llamas, Vidarte 1997; Llamas 1998; Sáez 2004)-, amb un nombre creixent de contribucions a l'estudi de la literatura i el cinema en castellà que se sumen als que es publiquen en anglès a l'estranger; en aquest sentit, l'editorial Egales (Madrid) publica des de fa anys assajos traduïts i també assajos d'autoria hispanoamericana i espanyola. En català, però, falten tant reflexions teòriques generals com estudis concrets més enllà d'articles esparsos en revistes acadèmiques.

Òbviament, una de les qüestions que s'aborden en els estudis queer elaborats des d'una òptica ibèrica rau en la conveniència o no d'adoptar uns enfocaments crítics provinents de l'esfera angloamericana per a explicar la realitat de les societats peninsulars. Per exemple, es poden acceptar fàcilment les objeccions que planteja l'hispanista Brad Epps, per a qui el terme 'queer' no ha penetrat en el discurs públic quotidià, sinó que s'empra només en cercles acadèmics, al costat de LGBT. No obstant això, Epps no proposa tant descartar l'obra crítica produïda amb aquest enfocament, com enriquir-la amb la història i la cultura de cada col·lectiu:

El problema es que la teoría *queer* -a diferencia de 'queer theory'- no inquieta, o al menos no inquieta por las razones aducidas arriba: la carga histórica, práctica e interpersonal de la palabra 'queer', su familiaridad sedimentada, su polisemia contradictoria (escarnio y elogio, tradición e innovación), todo lo cual permanece virtual y puramente intelectual en un contexto no anglófono. Si la teoría *queer* remueve recelos, reticencias, rechazos, disgustos e inquietudes entre algunos que la ven como una soberbia elucubración neoliberal *made in USA* (véase Gundermann), y si, por otra parte, suscita la adhesión de otros que la ven como el 'no va más' del pensamiento sexualmente avanzado, en ambos casos funciona, fuera de un contexto mayoritariamente anglófono, como un signo metropolitano exento de las contradicciones entre lo alto y lo bajo, la universidad y la calle, el goce y el miedo, la reivindicación

y la persecución, que constituyen uno de los aspectos más valiosos de la 'queer theory'. (Epps 2008, 902-3; cursives en l'original)

Aquest debat es podria estendre al terme 'gai', que malgrat existir en català antic, es va reintroduir en els anys setanta a partir de l'anglès en el sentit en què actualment el fa servir tothom com un tipus d'identitat sexual. Per què, doncs, no genera tanta controvèrsia com 'queer'?

L'objecció més important que assenyalen els diferents autors a la teoria queer radica en el risc de substituir la realitat pròpia, és a dir, les configuracions particulars que cada cultura ha fet de la sexualitat i que quedarien esborrades amb la implantació del terme angloamericà. En qualsevol cas, en totes les crítiques, s'hi observa una reacció de defensa nacionalista davant teories que provenen de l'exterior. Mentre que l'estructuralisme es percep com una teoria europea, pròpia, en canvi els estudis culturals i totes les perspectives teòriques que s'hi associen es consideren una invasió nord-americana o, en general, un producte de la globalització que amenaça les identitats nacionals. No obstant això, precisament els estudis culturals, i la teoria queer més específicament, no sols no renacionalitzen -americanitzen- sinó que més aviat denacionalitzen, és a dir, atempten contra els essencialismes identitaris. Com adverteix Martínez-Expósito (2004, 25), tampoc no es pot oblidar que la cultura LGBT tendeix a internacionalitzar-se mitjançant la imitació dels models angloamericans, de manera que els ritus, els productes culturals, els espais i, en general, la subcultura que crea són cada cop més semblants a qualsevol ciutat occidental. Aquest nou estil de vida ha propiciat una nova 'ortodòxia identitària', és a dir, una identitat homogènia. A pesar d'aquesta tendència, independentment del terme que s'utilitzi -estudis gais i lèsbics, estudis LGBT, estudis queer-, es tracta d'examinar, tal com suggereix Epps, la manera com interactuen aquest tipus d'identitats noves, globals, amb genealogies, històries i societats concretes. No es tracta d'adoptar-les acríticament, sinó d'explorar-ne el potencial hermenèutic per a estudiar la situació pròpia.

De fet, la teoria queer no es fonamenta en un paradigma universalitzant, sinó tot el contrari, ja que propugna la diversitat irreductible de la societat i l'individu. Per això també se l'ha acusat de proporcionar un enfocament postmodern que, al capdavall, afavoreix la dissolució de la identitat; de fet, la crítica gai i lesbiana s'hi va oposar en principi perquè el seu caràcter antiidentitari resultava contraproductent per a la reivindicació dels drets de les minories sexuals. Tanmateix, més que dissoldre-la, el que fa és atacar les identitats essencialitzades; en altres paraules, no nega l'existència de les identitats sexuals -gai, lesbiana, trans, bisexual, hetero- sinó que les pluralitza en funció de l'edat, l'origen, l'ètnia, la residència, la classe, la

religió o el gènere.¹³ En suma, la teoria queer no dissol les identitats sinó que les problematitza (Fouz-Hernández 2004, 68). En aquest sentit, en tant que 'queer' significa una 'celebració de la diferència', es posa en qüestió la mateixa noció d'identitat (Davis 2007, 70). Al capdavall, obrir els estudis catalans a l'estudi de la sexualitat no implica desplaçar la identitat catalana –basada en la llengua– de l'objecte d'interès dels estudis catalans, sinó de diversificar-la afegint-hi altres factors identitaris com la sexualitat.

En un moment com l'actual en què a Catalunya es proposen redefinicions de la identitat catalana precisament a partir del gènere, la sexualitat i l'ètnia o la llengua (Olid 2017; Vasallo 2017, 2018; Díaz 2018), urgeix més que mai repensar l'àrea de coneixement o disciplina dels estudis catalans. El procés sobiranista ha posat fi a l'etapa de normalització i el programa polític del catalanisme burgès de Convergència i Unió (CiU) també s'ha esgotat.¹⁴ Segons Guillem Colom-Montero (2018), els diferents autors que han escrit sobre el referèndum d'octubre de 2017 (punt d'inflexió del procés sobiranista engegat en 2010) coincideixen que el règim autonomista s'ha acabat; ell mateix considera que els elements identitaris ja no defineixen de manera exclusiva el discurs nacionalista català com abans. Així doncs, què proposen els estudis queer per a uns estudis catalans renovats?¹⁵

13 A més, tampoc un terme consolidat com el d'homosexualitat té un significat estable: en l'edat mitjana i moderna es considerava una forma de degeneració moral i un pecat; més tard, en el segle XIX designava una patologia –era una desviació sexual; en determinats cercles artístics podia referir-se a una posa intel·lectual i, sota el franquisme, bàsicament era un tabú, un delictes i un motiu de burla i exclusió social (Martínez-Expósito 2004, 24).

14 Es considera que el procés sobiranista o independentista català comença amb la manifestació a Barcelona del 10 de juliol de 2010 en resposta a la sentència del Tribunal Constitucional d'Espanya contra l'Estatut d'Autonomia aprovat en referèndum pel poble de Catalunya en 2006. Segons l'organització de la manifestació (a la qual van acudir tots els partits polítics excepte Partido Popular i Ciutadans), la sentència atacava les bases de l'autonomia i la normalització lingüística; entre altres, determinava que el català no podia ser l'única llengua vehicular a l'escola o el deure de conèixer el català no és equivalent al del castellà, a més de retallar competències de la Generalitat en multitud de matèries (economia, finances, legals, etc.) previstes en l'Estatut de 2006.

15 Pel que fa a les altres cultures peninsulars, també s'han produït intents de queeritzar la nacionalitat. Per exemple, Ibai Atutxa (2011, 218) proposa, si més no, obrir un debat per a concebre la nació basca des d'una perspectiva postestructuralista que eviti imitar les característiques excludents i repressives associades tradicionalment als estats-nació consolidats. D'altra banda, Barreto (2017, 26) també destaca les concomitàncies entre els estudis sobre una minoria lingüística i nacional com Galícia i els estudis sobre les minories sexuals. Concretament, argumenta que els estudis gallecs queer poden proporcionar estratègies de lectura basades en l'encreuament entre nacionalitat, sexualitat i espai.

3 Entre Tirant i Merlí: 'enrarir' els estudis catalans

Els estudis literaris catalans estan ancorats en un paradigma formalista i historicista que elimina de l'anàlisi dels textos qualsevol empremta de sexualitat -i també de classe, ètnia, religió, edat, gènere- per a centrar-se exclusivament en les característiques formals, d'acord amb els principis estructuralistes. Tanmateix, com afirma Eve Kosofsky Sedgwick (1994, 1), la comprensió de la cultura occidental no sols és incompleta sinó que es veu perjudicada per l'absència d'una anàlisi crítica de la relació entre l'homosexualitat i l'heterosexualitat. Per tant, la primera tasca dels estudis queer catalans rau a descentrar l'objecte/subjecte d'anàlisi -és a dir, l'home heterosexual de classe mitjana catalanoparlant- per a pluralitzar-lo, integrant altres subjectivitats fonamentades en altres factors identitaris no exclusivament lingüístics. ¿Com és possible que els estudis catalans ignorin la sexualitat quan alguns noms de referència de la cultura catalana representen una identitat sexual i de gènere que s'allunya dels paràmetres ortodoxos -el *Llibre d'Amic e Amat*, *Tirant lo Blanc*, Àngel Guimerà, Salvador Dalí, Terenci Moix, Ventura Pons, Maria-Mercè Marçal, Agustí Villaronga? La sexualitat encara es considera una qüestió afectiva íntima i privada dissociada de la literatura com a activitat pública. Aquesta ocultació és fruit d'un context institucionalitzat d'homofòbia feliçment superat, o almenys ja no predominant. Per això, actualment ja no hi ha excuses per a abordar l'estudi de la sexualitat en la nostra tradició cultural. A més, el desig sempre s'ha regulat, és a dir, sempre ha estat un assumpte legal; per tant, el desig és públic i és polític. Com ja afirmaven Llamas i Vidarte a darreries dels anys noranta: «Las naciones y sus símbolos, las banderas, acaban saliendo a relucir en el último reducto de la privacidad: en la intimidad del lecho» (Llamas, Vidarte 1997, 249).¹⁶

D'altra banda, la introducció de les teories postestructuralistes en la filologia catalana, encara que sigui amb quaranta anys de retard -si més no, en la catalanística peninsular, no tant en els estudis catalans fets a l'àmbit angloamericà-, permetrien internacionalitzar la disciplina, fent-la participar en debats amb la comunitat acadèmica d'altres països i de diferents camps d'investigació, sense renunciar a les particularitats històriques, geogràfiques, polítiques i culturals, que serien el punt de partida per a abordar anàlisis més àmplies en un panorama crític interdisciplinar i un àmbit global i multicultural. Com afirma Joan Ramon Resina (2009, 98), els estudis hispànics

¹⁶ Martínez-Expósito (2004, 24) també subratlla que el cànon literari espanyol rebutja l'entrada de l'homosexualitat com un valor positiu. La valoració de l'obra de Juan Goytisolo o Jaime Gil de Biedma i fins i tot la de García Lorca o Luis Cernuda es produeix segons criteris formals o historicistes, deixant al marge una qüestió, la sexualitat, que presideix de fet l'obra d'aquests autors.

en general i catalans en particular, han d'elaborar un discurs teòric propi a partir del seu material històric particular, sense assumir de manera acrítica models forans.

La contribució que els estudis queer poden fer als estudis catalans és múltiple i consisteix, en general, a superar la funció simbòlica de la filologia catalana, l'historicisme i el textualisme/estructuralisme. En relació a l'historicisme, s'ha d'ampliar el cànon amb la integració d'obres que plasmen una subjectivitat i un desig heterodox; es tracta, doncs, d'una finalitat anàloga a la dels estudis de gènere, que ja havien proposat abans afegir al cànon l'obra d'escriptores, a més d'estudiar-lo des d'un punt de vista feminista. Igualment, la recerca historiogràfica també ha de tenir en compte el paper que les minories sexuals, la sexualitat i el gènere han exercit en els diferents períodes, fets i moviments del passat. Pel que fa a l'abandó del textualisme -o, si més no, correcció dels excessos formalistes-, es tracta en general de promoure lectures de les obres com a constructes ideològics relacionats amb el poder, la cultura i la societat. A més, s'han d'examinar discursos no exclusivament literaris, sinó tots aquells que permetin fer una anàlisi cultural àmplia; de fet, canvia el focus d'interès: si en els estudis literaris, l'anàlisi parteix d'un autor i d'una obra, en canvi des d'una perspectiva cultural, s'explora una qüestió determinada en un vast conjunt de textos, literaris o no -des d'obres audiovisuals fins a fullets publicitaris, passant per programes de ràdio, xarxes socials o catàlegs comercials. En concret, els estudis queer i de gènere han creat un corpus considerable de reflexions sobre el cos, la relació entre el psíquic i el social, l'afectivitat, la subjectivitat i la sexualitat. Es tracta de construir un discurs crític que consideri la cultura, els discursos culturals, com un terreny en què interactuen, sovint en conflicte, la ideologia, allò personal i allò social. Igualment, la superació del model textualista, formalista o estructuralista s'assoleix mitjançant la incorporació de la sexualitat i el gènere com a categories d'anàlisi i comprensió per promoure lectures interdisciplinars que combinin perspectives d'altres àrees i altres categories d'anàlisi com la identitat cultural i ètnica, la classe, l'edat, la ideologia o l'espai, tal com proposen els estudis culturals en general. Finalment, en un pla més abstracte, l'operació consistent a tornar queer una obra, *queeritzar-la*, equival a convertir-la en 'estranya', és a dir, desafiar-ne el significat, desestabilitzar-lo, desnaturalitzar-lo. Al capdavall, els estudis queer propicien una interpretació més crítica i complexa de l'objecte d'estudi que va més enllà de les anàlisis descriptives freqüents en els estudis literaris catalans, normalment mancats d'una base teòrica forta. No sols això, sinó que també qüestionen els seus propis instruments analítics i el mateix marc teòric que els sustenta. Aquesta reorientació de l'àrea elimina el caràcter simbòlic de la disciplina, que ha de ser crítica amb l'objecte d'estudi i les seves pròpies eines d'anàlisi, la seva pròpia me-

totologia, no un emblema de la identitat catalana; una funció que caldria reservar als productes culturals en si, no a la disciplina que s'encarrega d'analitzar-los.

Respecte a l'objectiu de rescatar o identificar la tradició oculta de literatura i cinema LGBT i configurar-ne un cànon, el primer autor a fer-ho és Josep-Anton Fernández (2000a), que publica el primer estudi dedicat a la literatura catalana gai, en el qual explora l'obra de Terenci Moix, Biel Mesquida, Lluís Fernández i Lluís M. Todó; autors que queden incorporats, doncs, a aquest cànon. No sols els estudis contribueixen a elaborar un cànon, sinó també les antologies, com ara *Amors sense casa. Poesia LGBTQ catalana* (Portell 2018); malauradament, manquen editorials i col·leccions especialitzades, el tercer element implicat en aquesta tasca de reconstruir una tradició. Tot i ser cert que el cànon constitueix precisament una selecció reductora d'obres fortament impugnada per la infrarepresentació de tota mena de col·lectius marginats al llarg de la història, de moment ens trobem en un moment de visibilització de la cultura LGBT que exigeix la configuració d'un cànon alternatiu al tradicional i oficial, encara predominant als plans d'estudi i a la crítica i la investigació acadèmica. Un cop la subjectivitat queer esdevingui visible totalment, probablement l'estratègia de conformar un cànon ja no sigui necessària com ara. Al costat dels escriptors gais estudiats per Fernández (2000a), Maria Mercè Marçal (1952-98) constitueix una referència ineludible del nacionalisme, el feminisme i el lesbianisme literari català, a la qual s'han dedicat diferents estudis importants com els de Climent (2008) i Segarra (2013). Per a l'establiment d'un cànon lèsbic, és essencial el volum editat per Meri Torras (2011). Hi ha altres autores i autors que, sense identificar-se públicament amb una identitat queer, han escrit obres protagonitzades per personatges que sí que ho són, com els personatges de Carme Riera i Montserrat Roig (Simonis 2009). Pel que fa al cinema, resulta especialment rellevant que Ventura Pons, figura cabdal del cinema català, sigui un cineasta gai que ha filmat nombroses pel·lícules amb personatges queer, començant per la seva òpera prima *Ocaña: retrat intermitent* (1978), un film que, a més a més, ha esdevingut emblema de la contracultura i la transició a la democràcia (Fernández 2004; Fouz-Hernández 2013). Així mateix, l'obra cinematogràfica d'Agustí Villaronga resulta notable pels mateixos motius que la de Pons, ja que es tracta d'un cineasta de renom que ha introduït personatges queer en pel·lícules com *El mar* (2000) o *Pa negre* (2010) (Bru 2016; Hogan 2016).

L'altra gran funció dels estudis queer catalans consisteix a explorar la subjectivitat LGBT en la literatura canònica, *queeritzar* el cànon o fer lectures queer d'obres de la tradició literària que, aparentment, no ho són a causa de la pressió exercida pel marc legal i el context social homòfobs d'èpoques passades. En efecte, no es pot oblidar la llarga història d'homofòbia per a explicar el silenci i la censu-

ra de les sexualitats heterodoxes en la literatura, l'art i tota mena de discursos culturals. Només a partir dels anys seixanta i setanta del segle passat es comencen a publicar obres d'autores i autors que assumeixen explícitament una identitat gai o lèsbica i escriuen obres en què es manifesta clarament una subjectivitat queer; per tant, resulta necessari recuperar aquestes obres i visibilitzar-les. D'altra banda, els estudis queer es basen en les tesis de Foucault (2006) segons les quals les identitats de gènere i sexuals són històricament contingents i socialment construïdes; en conseqüència, la literatura es revela com un discurs privilegiat per a explorar la manera com el gènere i la sexualitat s'han modelat al llarg de la història, han mutat de significat, s'han gestionat políticament i s'han representat en el terreny cultural.

Així doncs, una crítica queer exigeix plantejar lectures a contrari d'obres que, en principi, no mostren una sexualitat heterodoxa o dissident òbvia, és a dir, estranyar, problematitzar, qüestionar, ressaltar-ne l'ambigüitat i ambivalència. D'aquesta manera, les anàlisis desvelen tant unes identitats com un desig transgressors que la crítica anterior ha ignorat. Una altra funció que acompanya aquesta tasca de propiciar interpretacions queer d'obres de la tradició és la de denunciar l'homofòbia o la reproducció d'arquetips LGBT denigrants. En definitiva, la gran contribució dels estudis gais i lèsbics i de la teoria queer, juntament amb els estudis de gènere i feministes, és l'anàlisi de la subjectivitat, l'afectivitat, la sexualitat, el desig i el cos, les noves formes de família i parentesc, la maternitat i la paternitat, a més de la crítica acerba al patriarcat, les identitats sexuals tradicionals, els cànons heteronormatius universalistes i l'heteronormativitat, que han tingut en els discursos culturals com la literatura, el cinema, la música popular, el còmic i l'art un instrument de difusió crucial.

Armengol-Carrera (2012, 1) explica que les cultures hispàniques s'han associat tradicionalment amb estereotips masculins heterosexuales que són emblema de la virilitat més tradicional: el Cid, el toreo, l'*hidalgo*, el *macho ibérico* o Don Juan. Tanmateix, el protagonista de l'obra magna de la literatura catalana, *Tirant lo Blanc* (1490), amb un simbolisme anàleg al de Roland en la cultura francesa o el Cid en la literatura castellana, és una figura queer, tal com suggereixen Cartagena-Calderón (2012) i Piera (2012). Cartagena-Calderón (2012, 23) indica que Tirant és un heroi que no sempre reflecteix una imatge masculina arquetípica; de fet, esdevé objecte del desig escopofílic del caçador musulmà que observa el seu cos nu en una cova durant l'estada del personatge al nord d'Àfrica. A més, en un altre passatge de la novel·la, el narrador compara Tirant amb Sant Sebastià, icona gai per excel·lència per les connotacions homoeròtiques de les pintures que el representen precisament a partir del segle XV. Piera (2012, 350) també subratlla l'homoerotisme d'aquesta escena i altres contradiccions presents en la masculinitat de Tirant i que es

palesen, per exemple, en l'episodi en què es vesteix amb la roba de Carmesina. El personatge presenta una vessant notablement femenina com a objecte d'adoració, o bé perquè adopta un comportament poc masculí com la tímidesa, impròpia d'un heroi cavalleresc. Piera (2012, 352) també recorda altres canvis de rol o transvestiment protagonitzats per altres personatges com Plaerdemavida o la Viuda Reposada. En definitiva, la masculinitat que representa Tirant lo Blanc, un dels màxims referents culturals catalans, s'allunya de l'arquetip de virilitat més convencional.

A més de Tirant lo Blanc, hi ha altres obres i autors canònics catalans que reflecteixen personatges queer o un desig homoeròtic com *Llibre d'Amic e Amat* que Ramon Llull va escriure entre 1276 i 1278; Ventura Pons va utilitzar el subtext homoeròtic d'aquests versos místics per a filmar la seva pel·lícula *Amic/amat* (1999). D'altra banda, Albertí i Arribas (2016) reivindiquen l'homosexualitat de l'àngel Guimerà, una altra figura cabdal de la cultura catalana, el dramaturg romàntic per antonomàsia i un dels escriptors més llegits i de renom. Els autors, basant-se en les tesis foucaultianes, expliquen la figura de Guimerà segons la concepció moderna de la sexualitat que irromp en el segle XIX. Albertí i Arribas subratllen la creixent homofòbia social a partir de 1870 i l'ocultació de les 'amistats romàntiques' característiques de la formació intel·lectual i emocional dels joves burgesos. A més, conviden a rellegir el teatre de Guimerà des del punt de vista sexual, tenint en compte la repressió del desig i la construcció problemàtica de la personalitat, en sintonia amb altres autors que abans ja havien instat a interpretar les seves peces dramàtiques en clau psicoanalítica. A més, no pretenen «convertir-lo en bandera d'una causa que ell no va voler defensar, i ni tan sols verbalitzar explícitament en cap dels seus textos coneguts» (Albertí, Arribas 2016, 63), una operació que probablement és extemporània i inadequada, perquè la concepció que es té actualment de la identitat homosexual/gai/queer és distinta i no es pot aplicar a èpoques anteriors. En canvi, el que sí que s'ha de fer és explorar el desig i la subjectivitat queer en la seva obra, és a dir, analitzar críticament els binomis homo/heterosexualitat, la cultura patriarcal, el desig i els afectes dissidents.

La tercera tasca que realitzen els estudis queer és incorporar la sexualitat a l'anàlisi cultural de les obres al costat d'altres factors biopolítics com l'edat, la religió, la ideologia, l'ètnia, la llengua, la classe o l'espai. En altres paraules, es tracta de crear un marc d'anàlisi interdisciplinari que inclogui tots els factors que intervenen en la configuració de la subjectivitat. Per mitjà de les aportacions crítiques i teòriques de diferents camps del saber, els estudis queer han generat conceptes que són el resultat de l'encreuament de perspectives distintes. Per tant, d'una banda, s'analitzen els ingredients específics de la subcultura gai, lèsbica o trans -l'estètica *camp*-, els aspectes exclusius d'aquestes identitats -l'homofòbia, la sida, l'activisme- o els

tòpics de la literatura i el cinema LGBT com ara la confessió pública de l'homosexualitat o sortida de l'armari, la transgressió de tabús i normes, l'oposició a la família patriarcal i heterosexual, el *sexili*¹⁷ o exili a la ciutat, els ritus i hàbits subculturals LGBT, el transvestisme i la identitat transgènere. D'altra banda, també s'investiga la interacció que porta a terme amb altres aspectes ideològics, polítics, socials i culturals. Per exemple, un concepte bàsic en els estudis queer i sobre la nació és el d'homonacionalisme, fruit del contacte interdisciplinari entre dos camps de coneixement i que va ser encunyat per Jasbir Puar (2017). Així, Brice Chamouveau l'aplica en un estudi recent (2017) sobre el paper d'alguns col·lectius LGBT catalans en la transició a la democràcia, concretament en el capítol en què examina l'homonacionalisme a l'Estat espanyol postfranquista. López-Clavel (2017) també examina aquesta noció per desmentir que la unió entre discurs nacional i identitats LGBT afavoreixi necessàriament posicions homonacionalistes.

Finalment, l'última funció que vull destacar consisteix a explorar, en general, el paper de la sexualitat en la història cultural i, més concretament, el paper que hi exerceix la subjectivitat queer. Un exemple seria analitzar els vincles que té amb les ideologies predominants: el neoliberalisme, el neofeixisme, l'espanyolisme o l'independentisme. De fet, existeix una vinculació històrica de l'activisme LGBT amb el nacionalisme català des de 1975 gràcies al Front d'Alliberament Gai de Catalunya. Influïts per l'obra de Foucault, el rebuig del Front a categories sexuals fixes forma part d'una oposició més àmplia a tota mena d'identitats imposades, incloent-hi l'espanyola (Fouz-Hernández 2004, 66). D'aquesta manera, alguns estudis subratllen el paper de les subjectivitats queer en la contracultura dels anys setanta, la Transició i la formació del nou estat postfranquista (Picornell 2010; Chamouveau 2017). Concretament, Chamouveau (2017, 55) exposa el discurs homonacionalista espanyol consistent a convertir gais i lesbianes en subjectes exemplars de la democràcia, integrant-los en la cultura del consens instaurada a partir de 1978 (Delgado 2014) com una de les senyes més visibles de la modernitat amb què la imatge d'Espanya es projecta al món. La *movida* de Madrid dels anys vuitanta i la llei de matrimonis de persones del mateix sexe aprovada en 2005 pel govern socialista de l'estat serien les dues fites d'aquest programa ho-

17 Neologisme format a partir de 'sexe' i 'exili' i que designa el trasllat de molts individus LGBT originaris de zones rurals o poblacions cap a les ciutats buscant l'expressió de la seva sexualitat sense amenaces ni prohibicions. Es considera, doncs, que les ciutats són espais anònims on el control social és menor; a més, ofereixen més oportunitats de socialització. En aquest sentit, han sorgit col·lectius que pretenen visibilitzar el col·lectiu LGBT a l'àmbit rural com MARIOLA (País Valencià). Una altra qüestió és fins a quin punt les xarxes socials han modificat aquest esquema, ja que en principi afavoreixen les relacions a distància i també una major mobilitat.

monacionalista. Chamouveau explica que en aquest procés, les subjectivitats queer que no es van adaptar al model homonormatiu (Duggan 2002) van quedar desplaçades del consens, igual que l'anomenada esguerra radical o l'independentisme. En altre sentit, conceptes com el de *trans* poden ajudar també a comprendre el procés sobiranista en què està immersa Catalunya (Preciado 2015). En efecte, el caràcter subversiu del concepte *queer*, que equival a desnaturalització, problematització i interrogació, facilita la comprensió del moment històric que travessa Catalunya pel que fa al col·lapse de les estructures polítiques en què es fonamenta l'Estat espanyol i que no necessàriament conduirà a la creació d'una nova configuració, identitat o estat.

Des d'una òptica més centrada en el cas català, l'estudi de Silvia Grassi (2016) vincula el caràcter didàctic de la ficció serial catalana amb el programa de normalització lingüística, cultural i nacional que desenvolupen els governs successius de la Generalitat de Catalunya. Segons l'autora, les sèries catalanes donen un enfocament positiu de l'homosexualitat per afavorir-ne l'acceptació social, però en canvi, solen excloure les identitats que transcendeixen el binarisme de gènere –a excepció d'una de les més recents i famoses, *Merlí* (2015-18). Així, representen lesbianes i gais com a parelles monògames estables, gairebé com a emblemes de la ciutadania modèlica, assimilada totalment als patrons socials hegemònics. Per a Grassi (2016, 138), la ficció audiovisual catalana promou l'homonormativitat, una política que respon a la política assimilacionista que els activistes queer van denunciar en els anys noranta, és a dir, la integració de lesbianes i gais en els models propis de la societat heterosexual (per exemple, a través del matrimoni i la família) i del capitalisme (a través d'identitats basades en el consumisme, com ara el turisme o la moda).¹⁸

4 Conclusiones: per una quatrribarrada arc-iris

La filologia, una disciplina que neix en el tombant del segle XX, ha estat al servei de la construcció d'una identitat nacional assimilacionista i unificadora als diferents estats europeus on s'ha implantat. La qüestió és si resulta adequat que les cultures o nacionalitats minoritzades com la catalana, la gallega, la basca –i també la corsa, bretona, escocesa, gal·lesa– hagin de fomentar una identitat nacional uniformitzadora i essencialitzada com la que proposa la filologia precisament per resistir la pressió dels nacionalismes d'estat. És possi-

¹⁸ Grassi adopta el concepte d'homonormativitat creat per Lisa Duggan. Segons aquesta estudiosa, l'homonormativitat «does not contest dominant heteronormative assumptions and institutions but upholds and sustains them while promising the possibility of demobilized gay constituency and a privatized, depolitized gay culture anchored in domesticity and consumption» (Duggan 2002, 179).

ble, fins i tot, que el debat no sigui realment com denacionalitzar la filologia catalana sinó com denacionalitzar la filologia hispànica; de fet, els estudis culturals ibèrics ja han iniciat aquesta tasca a l'àmbit acadèmic angloamericà, dissenyant plans d'estudi que incorporen les diferents llengües peninsulars i l'estudi de les diferents subjectivitats que travessen aquestes llengües i cultures.

El procés sobiranista català dels darrers anys ha posat de manifest el caràcter anacrònic del concepte romàntic i idealista de nació del segle XIX tot promovent el debat per a redefinir-lo a partir de factors biopolítics no essencialistes. Precisament, el debat que s'ha suscitat sobre quins haurien de ser els supòsits identitaris de la nova nació catalana independent l'han mantingut durant els últims mesos activistes feministes, queer i xarnegos -Blanca Llum Vidal, Jenn Díaz, Brigitte Vasallo, Bel Olid, Najat El Hachmi i Òscar Simón- al mitjà en línia *Crític. Periodisme d'investigació*.¹⁹ Aquest debat forma part d'una discussió més àmplia i general sobre la identitat en el món contemporani que comença en els anys seixanta, quan les dones, les minories sexuals i les minories ètniques inicien -o intensifiquen, en el cas del feminisme- la lluita política pels seus drets, tot creant un discurs crític per expressar les seves reivindicacions. En aquest debat de resignificació identitària, ja no es tracta sols d'oposar una concepció de la nació romàntica i burgesa a un enfocament de la identitat nacional més plural, antiessencialista, no estrictament basada en la llengua, la història o l'ètnia; en realitat, el que es dirimeix és l'adopció o el rebuig de tot essencialisme identitari, tant si es tracta de definir la catalanitat, com les subjectivitats xarnega, queer, marroquina, espanyola o trans. La catalanitat -i tota identitat nacional- ha de ser bastarda, mestissa, criolla, empeltada en múltiples subjectivitats, tot defugint la uniformització que l'Estat espanyol contemporani ha fomentat tradicionalment per marginar les llengües i cultures no castellanès. A més, la globalització ha provocat la irrupció d'identitats també globals, no circumscrites a unes fronteres lingüístiques i culturals concretes, com precisament palesa l'amalgama de noves identitats sexuals.²⁰

Per tant, en un moment històric en què es descarten els essencialismes identitaris, no té sentit continuar utilitzant el marc teòric i epistemològic de la filologia, que afavoreix un subjecte masculí, europeu, heterosexual i monolingüe l'obra literària o cultural del qual situa com a objecte d'estudi. Precisament, els estudis queer han de contribuir a diversificar aquest subjecte, fent que proliferen els cos-

¹⁹ <https://www.elcritic.cat> (2018-12-11).

²⁰ De fet, aquestes noves sexualitats i identitats de gènere diversifiquen també l'heterosexualitat monògama convencional, tal com explica Daniel Welzer-Lang (2018): el bigènere, el no gènere, l'heteroquer, el poliamor o el *candaulisme*.

sos i les subjectivitats queer, noves formacions socials, desitjos diferents, altres identitats sexuals i culturals. La història de la literatura no es pot organitzar sols a partir de l'ingredient nacional o geopolític, sinó que ha d'incloure també la biopolítica, és a dir, la sexualitat, el gènere i l'ètnia, principalment. En aquest sentit, per exemple, Joseba Gabilondo (2016, 3), adoptant un enfocament postnacional, parla de 'literatures basques', no d'una 'literatura basca' en singular, que inclou les diferents llengües utilitzades, a més de les diferències, els conflictes i la violència que creen, representen i reflecteixen.

La creació d'uns estudis literaris catalans responia a una política de redreçament nacional d'acord amb el programa polític i cultural de la renaixença, renovellat successivament pel modernisme i el noucentisme i vigent també durant el franquisme. De tota manera, no sempre la literatura catalana s'ha basat en uns models culturals burgesos, delerosos de construir un cànon cultural elitista segons el qual la literatura és la representació textual de la identitat nacional, tal com indica Gabilondo (2016, 6). Les avantguardes dels anys vint i trenta van proposar una renovació dels supòsits estètics que incorporava, entre altres, la incipient cultura de masses i rebutjava frontalment la cultura burgesa. Més tard, durant la dictadura, la cultura catalana va reprendre un model resistencialista de defensa de la catalanitat lingüística per aturar la repressió franquista contra les nacionalitats històriques. L'anomenat experimentalisme literari o textualisme dels anys setanta -que va suposar un segon moment avantguardista- va intentar modernitzar la literatura catalana a partir de les propostes de la revista francesa *Tel Quel*. Tanmateix, el nou pla de normalització lingüística i cultural que s'engega amb l'adveniment de la democràcia descarta el rupturisme que preconitzava l'experimentalisme. Si bé la literatura catalana experimentalista va adoptar les característiques del postestructuralisme, en canvi la filologia va romandre impermeable als seus supòsits teòrics i epistemològics, al contrari del que va ocórrer en els estudis literaris angloamericans. Així, la literatura catalana ha incorporat programes d'avantguarda en moments històrics diferents -malgrat haver tingut una vigència breu-, però en canvi la filologia, recelosa de la salvaguarda de la llengua, ha ignorat perspectives teòriques que qüestionen una concepció idealista, romàntica i, sobretot, unitària i uniforme de la catalanitat; una noció que avui dia es considera més aviat conservadora i que convé superar per promoure societats més obertes i plurals.

Resulta comprensible que els tradicionals estudis filològics, al llarg dels segle XIX i XX, volguessin dotar la llengua i la literatura catalanes d'un prestigi comparable al de les cultures europees, convertint-les en expressions de modernitat i allunyant els prejudicis sobre el seu provincianisme. No obstant això, els reptes a què s'enfronta la cultura catalana en el segle XXI són uns altres; entre els més im-

portants, hi ha la globalització i la reivindicació de les subjectivitats diverses. La teoria queer promou aquests dos objectius: d'una banda, la internacionalització, ja que és una proposta crítica que, malgrat el seu origen angloamericà, ha anat adaptant-se a les peculiaritats de les diferents tradicions acadèmiques de cada país on s'ha introduït. En aquest sentit, explorar les qüestions de gènere i sexualitat en la cultura catalana utilitzant els conceptes d'aquesta teoria promouria el diàleg amb altres cultures en un debat més ampli i global; de fet, el debat sobre les minories sexuals i ètniques no se circumscriu als estats-nació tradicionals, sinó que té lloc a una escala global. D'altra banda, és obvi que la sexualitat i el gènere són dos elements que han de diversificar necessàriament la catalanitat, que en el paradigma nacionalista clàssic s'ha reduït només a la llengua.

Referències bibliogràfiques

- Albertí, Xavier; Arribas, Albert (2016). *Guimerà. Home símbol*. Barcelona: Edicions 62.
- Anderson, Benedict [1983] (2005). *Comunitats imaginades. Reflexions sobre l'origen i la propagació del nacionalisme*. Catarroja: Afers.
- Armengol-Carrera, Josep M. (ed.) (2012). *Queering Iberia: Iberian Masculinities at the Margins*. New York: Peter Lang.
- Atutxa, Ibai (2011). «Hacia una *queer basque nation* desde la poesía de Itxaro Broda». *Lectora*, 17, 199-219.
- Barreto, Danny M. (2017). «Putting Queerness on the Map: Notes for a Queer Galician Studies». Sampedro-Vizcaya, Benita; Losada Montero, José A. (eds), *Rerouting Galician Studies. Multidisciplinary Interventions*. New York: Palgrave Macmillan, 25-38.
- Bourcier, Sam (2017). *Homo incorporated. Le triangle et la licorne qui pète*. Paris: Cambourakis.
- Bourdieu, Pierre [1979] (1998). *La distinción. Criterio y bases sociales del gusto*. Madrid: Taurus.
- Bourdieu, Pierre [1992] (2006). *Las reglas del arte. Génesis y estructura del campo literario*. Barcelona: Anagrama.
- Bru, Eva (2016). «Repressed Memories and Desires: The Monstrous Other in Agustí Villaronga's *Pa negre*». *Bulletin of Hispanic Studies*, 93, 1009-22. DOI <https://doi.org/10.3828/bhs.2016.63>.
- Cartagena-Calderón, José (2012). «Saint Sebastian and the Cult of the Flesh: The Making of a Queer Saint in Early Modern Spain». *Armengol-Carrera* 2012, 7-44.
- Castellanos, Jordi (1982). «Funció actual de la història de la literatura». Llovet, Jordi; Castellanos, Jordi; Broch, Àlex; Serrano, Sebastià (eds), *Història i crítica de la literatura catalana avui*. Barcelona: Edicions 62, 25-43.
- Chamouveau, Brice (2017). *Tiran al maricón. Los fantasmas «queer» de la democracia (1970-1988)*. Madrid: Akal.
- Climent, Laia (2008). *Maria-Mercè Marçal, cos i compromís*. València; Barcelona: Institut Interuniversitari de Filologia Valenciana; Publicacions de l'Abadía de Montserrat.

- Colom-Montero, Guillem (2018). «Què en fem, de la cultura de la normalització?». *Núvol. Diari digital de cultura en català*. URL <https://www.nuvol.com/critica/que-en-fem-de-la-cultura-de-la-normalitzacio/> (2018-09-24).
- Cucó, Alfons (2002). *Roig i blau: la transició democràtica valenciana*. València: Tàndem.
- Davis, Stuart (2007). «Que(e)rying Spain: On the Limits and Possibilities of Queer Theory in Hispanism». Buffery, Helena; Davis, Stuart; Hooper, Kirsty (eds), *Reading Iberia: Theory, History, Identity*. Oxford: Peter Lang, 63-78.
- Delgado, Luisa Elena (2014). *La nación singular. Fantasías de la normalidad democrática española (1996-2011)*. Madrid: Siglo XXI.
- Díaz, Jenn (2018). «Rosalia, cultura catalana». *El Periódico*, 12 de novembre. URL <https://bit.ly/2RX9iMt> (2018-12-11).
- Duggan, Lisa (2002). «The New Homonormativity: The Sexual Politics of Neoliberalism». Castronovo, Russ; Dana D. Nelson (eds), *Materializing Democracy: Toward a Revitalized Cultural Politics*. Durham: Duke University Press, 175-94.
- Epps, Brad (2008). «Retos, riesgos, pautas y promesas de la teoría queer». *Revista Iberoamericana*, LXXXIV(225), 897-920.
- Felip, Josep M.; Sanz, Benito (2006). *La construcción política de la Comunidad Valenciana (1962-1983)*. València: Fundació Alfons el Magnànim.
- Fernàndez, Josep-Anton (2000a). *Another Country: Sexuality and National Identity in Catalan Gay Fiction*. London: Maney Publishing.
- Fernàndez, Josep-Anton (2000b). *El gai saber. Introducció als estudis gais i lèsbics*. Barcelona: Llibres de l'Índex.
- Fernàndez, Josep-Anton (2004). «The Authentic Queen and the Invisible Man: Catalan Camp and Its Conditions of Possibility in Ventura Pons's *Ocaña, retreat intermittent*». *Journal of Spanish Cultural Studies*, 5(1), 83-99. DOI <https://doi.org/10.1080/1463620032000173796>.
- Fernàndez, Josep-Anton (2008). *El malestar en la cultura catalana. La cultura de la normalització 1976-1999*. Barcelona: Empúries.
- Fernàndez, Josep Anton (2013): «'En una Catalunya independent no hi haurà catalans normals'». *Núvol. Diari digital de cultura en català*. Entrevista de Bernat Puigtobella. URL <https://www.nuvol.com/entrevistes/josep-anton-fernandez-en-una-catalunya-independent-no-hi-haura-catalans-normals/> (2018-02-08).
- Flor, Vicent (2011). *Noves glòries a Espanya: anticatalanisme i identitat valenciana*. Catarroja: Afers.
- Foucault, Michel (2006). *La voluntat de saber*. Vol. 1 de *Historia de la sexualidad*. Madrid: Siglo XXI.
- Fouz-Hernández, Santiago (2004). «Identity Without Limits: Queer Debates and Representation in Contemporary Spain». *JILAR-Journal of Iberian and Latin American Research*, 10, 63-81.
- Fouz-Hernández, Santiago (2013). *Cuerpos de cine. Masculinidades carnales en el cine y la cultura popular contemporáneos*. Barcelona: Bellaterra.
- Fuster-Sobrepere, Joan (2015). «La normalització com a crisi historiogràfica». Fernàndez, Josep-Anton; Subirana, Jaume (eds), *Funcions del passat en la cultura catalana contemporània. Institucionalització, representacions i identitat*. Lleida: Punctum, 241-58.
- Gabilondo, Joseba (2009). «Towards a Postnational History of Galician Literature: On Pardo Bazán's Transnational and Translational Position». *Bulletin of Hispanic Studies*, 86, 249-69.

- Gabilondo, Joseba (2016). *Before Babel. A History of Basque Literatures*. Barbaroak.
- Gimeno Ugalde, Esther (2013). «An Iberian Babel – or What is the Place for Iberian Languages in Current Cinema?». Fernandes, Ângela; Pérez-Isasi, Santiago (eds), *Looking at Iberia from a Comparative European Perspective*. Frankfurt am Main; Berlin: Peter Lang, 265-94.
- Gimeno Ugalde, Esther (2014). «Un cine con acento: Polifonía, multilingüismo y alteridad en el cine de Ventura Pons». *Zeitschrift für Katalanistik/Revista d'Estudis Catalans*, 27, 69-84.
- Gimeno Ugalde, Esther (2015). «Bilingualism and Language Contact in Catalan Contemporary Cinema (*Sévigé* and *Amor idiota*)». Alba Niño, María; Kailuweit, Rolf (eds), *Media for Minorities/Medien für Minderheiten*. Freiburg: Rombach Verlag, 159-84.
- Grassi, Silvia (2016). *Gender and Sexual Dissidence on Catalan and Spanish Television Series. An Intercultural Analysis*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing.
- Habermas, Jürgen [1998] (2000). *La constelación posnacional. Ensayos políticos*. Barcelona: Paidós.
- Hall, Stuart (1992). «Cultural Studies and its Theoretical Legacies». Grossberg, Lawrence; Nelson, Cary; Treichler, Paula (eds), *Cultural Studies*. London: Routledge, 277-94.
- Hall, Donald E.; Jagose, Annamaria (2011). «Introduction». *The Routledge Queer Studies Reader*. London: Routledge, XIV-XX.
- Hogan, Erin K. (2016). «Queering Post-War Childhood: *Pa negre* (Agustí Villaronga, Spain 2010)». *Hispanic Research Journal*, 17(1), 1-18. <https://doi.org/10.1080/14682737.2015.1125101>.
- Llamas, Ricardo (1998). *Teoría torcida. Prejuicios y discursos en torno a la homosexualidad*. Madrid: Siglo XXI.
- Llamas, Ricardo; Vidarte, Francisco Javier (1997). *Homografías*. Madrid: Espasa Calpe.
- López-Clavel, Pau (2017). «No todo es homonacionalismo. Nexos históricos de las cuestiones LGTBI y nacionales en España y Catalunya». Chamouleau, Brice (ed.), *De colonialiad. Perspectivas sobre sujetos y género en la historia contemporánea española*. Madrid: Postmetrópolis, 97-125.
- Martí-Olivella, Jaume (2013). «Tradició i modernitat al Nou Cinema Català: El cas d'Elisa K». *Rivista Italiana di Studi Catalani*, 3, 53-74.
- Martínez-Expósito, Alfredo (2004). *Escrituras torcidas. Ensayos de crítica 'queer'*. Barcelona: Laertes.
- Mérida, Rafael M. (2016). *Transbarcelonas. Cultura, género y sexualidad en la España del siglo XX*. Barcelona: Bellaterra.
- Mollà, Damià; Mira, Eduard (1986). *De impura natione: el valencianisme, un joc de poder*. València: Eliseu Climent.
- Monzó, Quim (1998). *Del tot indefens davant els hostils imperis alienígenes*. Barcelona: Quaderns Crema.
- Olid, Bel (2017). «República 'queer' de Catalunya». *El Crític*. URL <http://www.elcritic.cat/blogs/sentitcritic/2017/09/25/republica-queer-de-catalunya/> (2018-02-07).
- Picornell, Mercè (2010). «¿De una España viril a una España travesti? Transgresión, transgénero y subversión del poder franquista en la transición española hacia la democracia». *Feminismo/s*, 16, 281-304.

- Piera, Montserrat (2012). «Performing Knighthood: the Hero *Tirant lo Blanc* in Drag». *Men and Masculinities*, 15(4), 346-66. DOI <https://doi.org/10.1177/1097184X12455785>.
- Portell, Sebastià (ed.) (2018). *Amors sense casa. Poesia LGBTQ catalana*. Barcelona: Angle.
- Preciado, Paul B. (2015). «Catalunya trans». *El Estado Mental*. URL <https://elestadomental.com/especiales/cambiar-de-voz/catalunya-trans> (2018-02-23).
- Puar, Jasbir K. (2017). *Ensamblajes terroristas. El homonacionalismo en tiempos queer*. Barcelona: Bellaterra.
- Resina, Joan Ramon (2009). *Del hispanismo a los estudios ibéricos. Una propuesta federativa para el ámbito cultural*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Sáez, Javier (2004). *Teoría queer y psicoanálisis*. Madrid: Síntesis.
- Sedgwick, Eve Kosofsky (1994). *Epistemology of the Closet*. London: Penguin.
- Segarra, Marta (2013). *Escriure el desig. De "La Celestina" a Maria-Mercè Marçal*. Barcelona; Catarroja: Afers.
- Segarra, Marta (2018). «Maria Mercè Marçal, la comunidad herida». Ingenschay, Dieter (ed.), *Eventos del deseo. Sexualidades minoritarias en las culturas/literaturas de España y Latinoamérica a finales del siglo XX*. Madrid: Iberoamericana-Vervuert, 231-42.
- Simonis, Angie (2009). *Yo no soy esa que tú imaginas: el lesbianismo en la narrativa española del siglo XX a través de sus estereotipos*. Alacant: Universitat d'Alacant.
- Torras, Meri (ed.) (2011). *Accions i reinencions. Cultures lèsbiques a la Catalunya del tombant de segle XX-XXI*. Barcelona: Universitat Oberta de Catalunya.
- Vasallo, Brigitte (2017). «Orgull 'charnego'». *La Directa*. URL <https://directa.cat/actualitat/orgull-charnego> (2018-02-16).
- Vasallo, Brigitte (2018). «Allò popular, allò divers, allò 'charnego'». *Sentit Crític*. URL <http://www.elcritic.cat/blogs/sentitcritic/2018/02/12/allo-popular-allo-divers-allo-charnego/> (2018-02-16).
- Vilaseca, David (1995). *The Apocryphal Subject. Masochism, Identification, and Paranoia in Salvador Dalí's Autobiographical Writings*. New York: Peter Lang.
- Vilaseca, David (2003). *Hindsight and the Real. Subjectivity in Gay Hispanic Autobiography*. Bern: Peter Lang.
- Vilaseca, David (2008). *L'aprenentatge de la soledat*. València: Tres i Quatre.
- Vilaseca, David (2010). *Queer Events. Post-Deconstructive Subjectivities in Spanish Writing and Film, 1960s to 1990s*. Liverpool: Liverpool University Press.
- Welzer-Lang, Daniel (2018). *Les nouvelles hétérosexualités*. Toulouse: Érès.

Espaços, fronteiras, mapas

O espaço literário ibérico na última década

Hipóteses para o estudo das fronteiras e das relações entre sistemas

Isaac Lourido

Universidade da Corunha, Galiza, Espanha

Abstract This chapter develops a methodological framework for the analysis of the relationships between literary systems in the Iberian Peninsula. This proposal combines sociological, systemic and spatial methodologies. Without neglecting historical processes, it studies the autonomy of systemic units, literary, cultural and identity planning, the constitution of centres and peripheries, interferences and conflicts between systems, or the definition of boundaries. It focuses on some processes and practices of the last decade, such as new institutional planning for Galician-Portuguese relationships, the changes in the Galeusca model, or the recognition of Galician poetry in the Spanish literary field.

Keywords Iberian Studies. Literary systems. Cultural planning. Identity building. Cultural conflict.

Resumo 1 O estudo sistémico do espaço literário ibérico. – 2 Aplicações a processos e práticas da última década. – 2.1 A literatura dos/as escritores/as reintegracionistas. – 2.2 O Galeusca literário. – 2.3 O reconhecimento da poesia galega no sistema literário espanhol. – 3 Discussões.

1 O estudo sistémico do espaço literário ibérico

*Ao Professor Carlos Manuel Ferreira da Cunha,
in memoriam*

Num trabalho do ano 2004, Antoni Martí Monterde ressaltava que o facto de delimitar a Península Ibérica como espaço literário situa a literatura comparada perante vários dos seus mais significativos reptos disciplinares. Dentre estes reptos destacava a pretensão histórica de obliterar a nacionalidade como critério estruturante para a análise e, ainda em determinadas formulações, a superação do nacionalismo como ideologia e conjunto de práticas. O contributo do professor catalão faz parte das explorações teóricas e metodológicas que deram lugar à mais ambiciosa empresa historiográfica empreendida pelos estudos literários ibéricos nos últimos tempos: a história comparada das literaturas da Península Ibérica promovida por investigadores da Universidade de Santiago de Compostela e apoiada pela International Comparative Literature Association (Cabo Aseguinola, Abuín González, Domínguez 2010; Domínguez, Abuín González, Saiega 2016). Como bem apreciou Pérez Isasi (2017), o projeto resolve de maneira singular os principais elementos de debate que articularam os estudos ibéricos recentes, como a análise comparada das nacionalidades e dos nacionalismos literários, a viragem espacial na definição do objeto de estudo e a preferência, na academia europeia, por metodologias de base sistémica e relacional – num sentido laxo –, frente à hegemonia do pós-estruturalismo e dos estudos culturais na universidade norte-americana.¹

Retomando vias complementares indicadas por Martí Monterde (2004), este trabalho também se interessa por um comparatismo aplicado às literaturas ibéricas que pensa não apenas dos pontos de vista inter-, supra- ou pós-nacional – quadros de referência em que a disciplina, em determinadas alturas, se quis situar –, mas que aspira a desenvolver de maneira coerente um pensamento meta-nacional. Esta declaração inicial, num contributo que se apoia em análises de base sistémica (Tötösy de Zepetnek 1992; Even-Zohar 2005; Bourdieu 1992) e espacial (Lambert 1991), tem de ser complementada com outras declarações teóricas e metodológicas que deem um sentido concreto ao conjunto. A primeira delas: que as representações concetuais da Península Ibérica como ‘espaço literário’, como ‘(poli-)sistema’ ou como ‘sistema interliterário’ (Casas 2003a) apenas podem ser funcionais se admitimos que, por norma, as relações entre sistemas literários es-

¹ O trabalho de Pérez Isasi (2017) constitui um excelente panorama dos estudos ibéricos nas últimas décadas.

tão regidas pela hierarquia, pelo conflito e pela desigualdade. Umhas hierarquias, uns conflitos e umas desigualdades que devemos ligar a diferenças na consolidação sistêmica, à falta de correspondência entre efeitos previstos e resultados reais dessas relações, aos reconhecimentos tributados e às ignorâncias padecidas, mas também ao conflito entre planificações culturais de base nacionalitária.

Uma segunda declaração inicial propõe que este conflito entre planificações nacionalitárias – múltiplas, sobrepostas e mais ou menos institucionalizadas – comparece com grande regularidade em todas as tipologias de relações que consigamos identificar ou imaginar. A hipótese da centralidade da nação no relacionamento inter-sistémico é apresentada também como convite a uma reflexividade investigadora que pense sobre posições e preconceitos próprios, ‘doxas’, ‘habitus’ ou dispositivos interiorizados. Isto é, que evite pensar por inércia – e esta é uma inércia tão conhecida como sólida – que os nacionalistas e os conflituosos são unicamente ‘os outros’ ou, segundo um ‘habitus’ comumente reproduzido por determinados agentes e instituições dos sistemas literários periféricos, marginalizados ou menos consolidados, que as únicas pessoas autorizadas para falar de nacionalismo e de conflito somos ‘nós’.

Um terceiro âmbito de reflexão gira à volta das funções sócio-culturais outorgadas à literatura comparada. Vários dos elementos apontados são dificilmente compatíveis com aqueles objetivos de «democratizar, globalizar e descolonizar» assumidos por Mary Louise Pratt (1995) ou com pensar a literatura comparada como uma «ciência do encontro» (Gnisci 1998). O horizonte agora desenhado desconfia da capacidade da literatura comparada para ajudar à resolução de conflitos tangíveis, qualidade a que têm feito referência vários projetos que também definem objetos de estudo de base espacial e geocultural; por exemplo, a linha de trabalho sobre História das Culturas Literárias do Leste e do Centro de Europa coordenada por Cornis-Pope e Neubauer (2002) – que delimita objetivos de caráter ético, moral e político, concretizados no avanço na comunicação entre os povos dessa região europeia –, entre alguns outros casos que poderiam ser sugeridos (Hutcheon 2002). As mesmas dúvidas sobre a capacidade *interventiva* da literatura comparada – por exemplo, em relação a conflitos sócio-culturais e processos de dominação afastados da experiência colonial prototípica – permanecem se tivermos em conta as investigações mais recentes sobre pós-nacionalismo, cosmopolitismo ou literatura global/mundial, bem sintetizadas por Domínguez (2011). Parafraseando Mario J. Valdés, poderíamos dizer que este modelo de análise, entre outras coisas «responde aos problemas culturais do mundo. Non os resolve, non os crea: trata de [identifica-los e de] interpretalos» (Casas 2003b, 144).

A aplicação da perspectiva espacial às literaturas ibéricas assenta em uma conceção dinâmica dos processos literários e está interes-

sada na análise de tensões, mudanças e recomposições: os conflitos e hierarquizações derivados da concorrência de diferentes sistemas num mesmo espaço sócio-cultural; os desiguais modelos de construção sistémica e as legitimações identitárias, culturais e sociopolíticas que lhes dão sentido; ou o espaço literário ibérico como zona de contacto literário com fronteiras interiores também dinâmicas. Num nível mais específico, pretende estudar a heterogeneidade e o dinamismo, a concorrência entre diferentes planificações, não apenas na escala ibérica, mas também no interior de cada um dos sistemas identificados; a existência de planificações literárias plurais e complexas, quer dizer, que acoplam nos seus critérios mais de uma referência identitária sem recurso à ideia de conflito; ou, entre outros vários elementos, a tradução como fenómeno privilegiado para o estudo da interferência entre sistemas.

Este quadro geral é submetido a prova com o estudo de três casos identificados no espaço literário ibérico na última década: a literatura galega reintegracionista ou, melhor, produzida por autores/as reintegracionistas; as relações entre as associações de escritores/as em língua catalã, galega e basca; e a projeção no sistema literário espanhol da poesia galega. Dado que este modelo renuncia explicitamente à possibilidade de uma abrangência absoluta de produtos, práticas e processos como objeto de estudo, a seleção destes três casos foi realizada a partir de um critério de ‘relevância’. Uma relevância que não podemos fazer equivaler a uma sempre indefinida, naturalizada e pouco auto-crítica relevância ‘estética’ ou ‘literária’. Apesar das dificuldades para definir com solidez o conceito de ‘relevância sistémica’, diremos para já que esta deve ser definida a partir de um trabalho documental e empírico suficiente, ao qual é aplicada uma seleção crítica que tem como base o conhecimento prévio e que permite descrever e analisar a heterogeneidade e o dinamismo de um (poli-)sistema dado num período de tempo concreto (Casas 2009; Martínez Tejero 2012). Diremos, portanto, que um determinado produto, prática ou processo é sistemicamente relevante quando a sua análise nos serve para entender como está estruturado e como funciona globalmente o sistema - ou partes alargadas do mesmo - e para identificar tendências que informam sobre mudanças e persistências dum ponto de vista histórico, em qualquer dos fatores do sistema que levemos em conta (produção, consumo, produtos, mercado, instituição e repertório). Portanto, esta seleção não tem qualquer função representativa do conjunto, senão que a sua descrição e a sua análise devem entender-se como exercício que ajuda a compreender o funcionamento da Península Ibérica enquanto espaço de relações dinâmicas entre culturas diferentes.

2 Aplicações a processos e práticas da última década

2.1 A literatura dos/as escritores/as reintegracionistas

Escritores/as reintegracionistas são aqueles/as pertencentes ao sistema literário galego que consideram ‘galego’ e ‘português’ como variantes de uma mesma língua e que desenvolvem estratégias repletoriais e institucionais consequentes com esta posição de partida. Entre estas estratégias destaca a adoção de modelos ortográficos, morfológicos e normativos convergentes com os padrões oficiais da língua portuguesa – quer dizer, diferentes do modelo promovido e institucionalizado desde 1983 pelas instituições públicas galegas, mais próximo da ortografia espanhola.² Esta alternativa vê-se ainda complementada por outras escolhas nos âmbitos estilístico, expressivo, temático, imagológico ou inter-textual, em geral orientadas para o diálogo com o que alguns autores têm designado como ‘inter-sistema cultural luso-afro-brasileiro’ (Torres Feijó 2018, 183, 195-200), quando não predispostas a certo nível de integração (ou re-integração, de aí a nomenclatura que define o movimento) nesse espaço internacional. Uma integração, em qualquer caso, em geral reconhecida como fraca e quase sempre condicionada por fatores de natureza muito diversa, vários dos quais serão referidos no decorrer deste trabalho.

Dado o caráter periférico destes/as autores/as e da sua produção, os limites restringidos dos seus mercados e públicos, as suas dificuldades para se constituírem como modelos ou para atingirem interesse crítico, estamos perante um caso que dificilmente iria ser considerado relevante se aplicarmos os antes referidos critérios convencionais da relevância estética ou literária. Mas a sua consideração – e é neste sentido que podemos falar em ‘relevância sistémica’ – permite identificar e analisar um conjunto de elementos nada desprezível do ponto de vista espacial e sistémico. Em primeiro lugar, informa da centralidade que a definição do galego como língua autónoma (neste contexto: independente do português) desenvolveu na fixação dos critérios de construção sistémica da literatura galega nas últimas quatro décadas (Samartim 2017, 2018), fator que com frequência motiva a exclusão explícita de obras escritas com ortografia reintegracionista nas bases de prémios literários ou nas convocatórias de subsídios oficiais para a edição de livros. Ao mesmo tempo,

² As *Normas Ortográficas e Morfológicas do Idioma Galego* foram elaboradas em 1982 pelo Instituto da Língua Galega (Universidade de Santiago de Compostela) e a Real Academia Galega, após um tenso e prolongado debate entre diferentes agentes e instituições nos anos precedentes (Samartim 2018). A Xunta de Galicia assinou no ano seguinte o Decreto de Normativización da Língua Galega, que reforçou até a atualidade a institucionalização e expansão social deste modelo, designado como *autonomista* ou *isolacionista* segundo a perspetiva.

serve para conhecer a configuração e as particularidades de determinadas zonas periféricas do sistema literário galego estruturadas precisamente a partir desta tensão ortográfica e linguística que, na verdade, atinge também as áreas sociocultural e política.

Em segundo lugar, estudar o caso dos/as escritores/as reintegracionistas fornece pautas para identificar e compreender a descontinuidade histórica das relações entre as culturas galega e portuguesa. Carentes de planificações e práticas institucionalizadoras que evitem a anomalia nos contactos inter-sistémicos – em forma de redução, de exotização do alheio ou de incompreensão –, e apesar da habitual recorrência, às vezes apenas retórica, ao ‘imagotipo da afinidade’ entre as duas culturas (Pazos-Justo 2016), a consequência mais visível dessa descontinuidade pode ser percebida na instável diversidade de estratégias (por parte de instituições públicas, revistas, meios de comunicação especializados, editoras, etc.) para gerir o diálogo, as trocas e as interferências entre um sistema e outro, nomeadamente no que diz respeito às traduções e à sua (des)necessidade e (im)possibilidade (Lourido 2007; Venâncio 2007).

A maneira com que o sistema literário português gere as interferências procedentes de autores/as, produtos e repertórios próprios do reintegracionismo constitui um outro interessante campo de investigação na reconstrução (parcelar) das fronteiras e das relações no espaço literário ibérico contemporâneo. Se bem que, por via de regra, tendem a ficar relegadas à anomalia, à rareza habitualmente consentida ou a um certo exotismo, quando não à direta ignorância – com as pontuais exceções que não deveriam ser esquecidas –, também não é adequado explicar este tipo de relacionamento apenas como resultado de uma grande desigualdade quanto à consolidação sistémica, reconhecimento e posição na hierarquia entre um sistema e o outro. Há, sem dúvida, outros elementos que devem ser equacionados, entre os quais o potencial desestabilizador das narrativas históricas e identitárias que o referente galego pode chegar a introduzir no sistema literário português, com manifestações muito diversas;³ ou ainda, e talvez de maneira mais relevante, a preferên-

3 Algumas dessas instabilidades foram glosadas por Venâncio (2015), ao explicar que o nascimento no noroeste peninsular da variedade linguística hoje reconhecida como ‘português’ consegue desarticular a narrativa identitária lusa, tendente como todas as narrativas nacionais modernas a uma retrospeção histórica baseada nas correspondências estáveis entre fronteiras geográficas, formas de organização política e atributos culturais e identitários. O livro de Pazos-Justo (2016), por sua vez, estudou as imagens da Galiza e das populações galegas instituídas em Portugal, abrangendo um conjunto variado de imagotipos que transitam da afinidade para a rejeição, todos eles de certa forma condicionados pela ação promovida e reproduzida pelas instituições estatais, devotadas por norma à preservação das próprias fronteiras. Também é interessante analisar nestas coordenadas o estudo de Carlos Quiroga (2018) sobre a ascendência galega de Fernando Pessoa, precisamente por ser este o autor mais canonizado da literatura portuguesa contemporânea e ao qual é associada comumente, portanto, uma certa representatividade da identidade nacional.

cia portuguesa por recorrer ao sistema literário espanhol como sistema mediador, tradutor e, em bastantes casos, 'intérprete' de uma parte significativa das práticas e manifestações procedentes dos outros sistemas culturais peninsulares. Esta última tendência pode ser apreciada na preferência sistemática pelas relações bilaterais Espanha-Portugal aos níveis das políticas e planificações culturais mais institucionalizadas, mas integra manifestações muito concretas nos níveis da textualidade e das práticas de tradução, algumas das quais estudadas por Venâncio (2015).⁴

Porém, na última década produziram-se alguns reposicionamentos que não podem ser ignorados. Por um lado, houve mudanças nas planificações dos grupos e instituições reintegracionistas, que fizeram o trânsito de uma estratégia maioritariamente anti-institucional (quer dizer, de recusa geral dos critérios estruturantes que sustentam o sistema literário galego e de crítica frontal às planificações públicas ou que contam com reconhecimento oficial) para outros conjuntos de estratégias de entendimento com setores mais centrais da cultura galega, bem como de participação e de benefício mútuo em relação às instituições públicas.

No plano simbólico, a integração da Através Editora - marca editorial da Associação Galega da Língua (AGAL) - nestas novas estratégias propiciou a existência de um espaço de reconhecimento institucional crescente em que a literatura galega de ortografia reintegracionista pudesse ser publicada de maneira habitual. O trabalho desta editora, iniciado em 2010, favoreceu uma circulação mais abrangente de autoras com trajetória reintegracionista anterior como Susana S. Arins ou Mário Herrero mas, sobretudo, serviu para redimensionar o percurso e a obra de agentes com certo grau de consagração no campo literário galego que, em determinada altura, decidiram aderir à estratégia reintegracionista. Os casos mais eloquentes são os de Séchu Sende e Teresa Moure, autora esta que tinha obtido antes de 2014 - ano da sua adesão pública ao reintegracionismo - alguns dos mais importantes prémios de narrativa, ensaio e teatro concedidos por instituições estruturantes do sistema literário galego.⁵ Por outro lado, a atividade da Através fomentou a publi-

4 No âmbito de um trabalho que estuda as traduções portuguesas de várias obras narrativas em língua galega, o autor observa uma 'deriva ibérica', definida como a tendência à diluição das particularidades linguísticas e culturais da Galiza num esquema momentaneamente bicultural: «Mais ainda que na fraseologia, é no léxico que as unidades tanto *exclusivamente galegas* como *exclusivamente galegas e portuguesas* do original entram nessa assombrosa deriva pan-ibérica: os produtos finais são quase sempre os partilhados por português e castelhano. Traduzir para português revela-se, assim, um perfeito sinónimo de desgaleguizar» (Venâncio 2015, 35-6; itálico no original).

5 As obras mais premiadas de Teresa Moure foram *Outro idioma é posible* (publicado em 2005, Premio Ramón Piñeiro de Ensaio, convocado pela Editorial Galaxia e o Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades), *Herba moura* (2005, Premio

cação pontual de obras escritas com ortografia portuguesa assinadas por autores que normalmente não a usam, casos de Dionísio Pereira ou Helena Miguélez-Carballeira, ambos com livros de ensaio muito bem sucedidos no último lustro.

No plano institucional, funcionou como ponto de inflexão a aprovação unânime no Parlamento da Galiza, em 2014, da Lei Valentín Paz-Andrade para o aproveitamento (social, cultural e económico) dos vínculos com a lusofonia. Esta lei, apesar do seu tímido desenvolvimento e até do seu incumprimento em vários aspetos, parece ter provocado um duplo movimento no heterogéneo conjunto de planificações ativadas no sistema cultural galego.⁶ Por um lado, atraiu para algumas das estratégias historicamente desenvolvidas pelo reintegracionismo setores relativamente centrais do sistema, até aquela altura reticentes, ou simplesmente indiferentes em relação a estas. Por outro, reforçou as planificações literárias e culturais orientadas para o contacto inter-sistémico, de um lado e outro da fronteira. Trata-se, no entanto, de planificações tendentes a abranger parcelas restritas, periféricas e, em geral, pouco inovadoras de ambos sistemas (recitais poéticos e musicais, prémios literários menores, semanas culturais, sobretudo), muito atentas a evitar a alteração ou confusão das balizas que definem cada sistema.⁷ Uma possibilidade – a da mudan-

Xerais de Novela, convocado pela editora do mesmo nome, Premio de narrativa da Asociación de Escritores/as en Lingua Galega e Premio da Crítica espanhola de narrativa galega), *As palabras da filla de Eva* (2005, Premio da Crítica de Galicia), *Unha primavera para Aldara* (2008, Premio Rafael Dieste, convocado pela Deputación da Coruña, Premio de teatro da Asociación de Escritores/as en Lingua Galega e Premio María Casares ao melhor texto original), *Queer-emos un mundo novo. Sobre cápsulas, xéneros e falsas clasificacións* (2012, Premio Ramón Piñeiro de Ensaio). Em 2005 recebeu o Premio Irmandade do Libro à autora do ano, organizado pela Federación de Librerías de Galicia.

6 Elías Rodríguez Fernández (2018) analisou em profundidade o quadro legal introduzido pela Lei Paz-Andrade e realizou um primeiro balanço da sua aplicação. Como exemplo das críticas feitas ao desenvolvimento limitado desta lei pode ler-se a «Carta aberta ao Exmo. Sr. Presidente Alberto Núñez Feijoo», enviada em 29 de maio de 2018 pela Academia Galega da Língua Portuguesa, a Associação Galega da Língua e a Fundação Meendinho, com a adesão da Associação de Estudos Galegos: <http://pgl.gal/carta-aberta-ao-exmo-sr-presidente-alberto-nunez-feijoo/> (2018-07-04).

7 Podemos referir entre estas iniciativas os projetos de intercâmbio teatral Troco x Troco (2013 e 2014) e Projeto Nós - Teatro (Es)Cénico (2015); o Programa Nortear, financiado pela Consellería de Cultura e Educación da Xunta de Galicia, a Direção Regional de Cultural do Norte de Portugal e a Agrupação Europeia de Cooperação Territorial Galiza-Norte de Portugal, que organiza desde 2014 um prémio literário e outros eventos ligados à literatura; a Semana Cultural Convergências Portugal-Galiza, organizada desde 2015 pela Xunta de Galicia em parceria com instituições portuguesas como a Câmara Municipal de Braga ou a Universidade do Minho; o projeto didático-cultural Arit[ti]mar, promovido desde 2016 pela Escola Oficial de Idiomas de Santiago de Compostela (dependente da Xunta de Galicia), e apoiado por várias instituições políticas e educativas galegas e portuguesas, ou, finalmente, a participação em 2017 e 2018 de Portugal como país convidado do Culturgal, a mais importante feira das indústrias culturais na Galiza. As bases do Prémio Literário Nortear constituem um dos exemplos

ça ou indefinição de fronteiras inter-sistémicas – que parece afetar de maneira relativamente fraca o sistema cultural português, mas que comparece com muitas maiores evidências, com maior consciência de interferência profunda ou ameaça no caso do sistema literário galego, nomeadamente no que diz respeito às questões linguísticas e ortográficas antes referidas, e por causa da maior debilidade da sua configuração sistémica e dos próprios critérios que a sustentam.

2.2 O Galeusca literário

O segundo caso que propomos estudar é o das relações entre setores dos sistemas literários galego, basco e catalão à volta do referente histórico do Galeusca, que funcionou de 1984 a 2008 como encontro anual promovido pelas associações de escritores destas três literaturas – Asociación de Escritoras e Escritores en Lingua Galega, Euskal Idazleen Elkarte e Associació d'Escriptors en Llengua Catalana. Estes encontros, que pretendiam retomar iniciativas políticas e culturais similares desenvolvidas na primeira metade do século XX, tiveram como objetivos básicos nas décadas de 1980 e 1990 legitimar o caráter nacional dessas literaturas e projeta-las internacionalmente, articular estratégias conjuntas contra planificações homogeneizadoras emanadas do sistema espanhol, promover o debate literário e as trocas repertoriais e, em menor medida, favorecer a profissionalização dos/as escritores/as (González-Millán 1994, 40-2). Uma segunda fase foi iniciada em 2008 ao constituírem as três associações a Federação Galeusca, que declarava nos seus estatutos, entre os seus objetivos principais, um reforço das atividades orientadas à profissionalização da atividade literária – em relação aos direitos de autoria, aos processos de tradução ou à projeção social do/a escritor/a. A Federação Galeusca continuou a organizar os encontros anuais que, contudo, tiveram a sua última edição em 2014.

Vistos os documentos de trabalho elaborados em cada período,⁸ bem como os temas e conclusões dos encontros anuais, podemos propor a hipótese de que o trânsito do Galeusca como série de encontros para o Galeusca como federação de associações de escritores/as su-

mais expressivos da promoção de fronteiras claras entre os dois sistemas culturais e os seus repertórios, ao estabelecer que as obras candidatas poderão ser escritas em língua portuguesa (segundo o recente Acordo Ortográfico) ou em língua galega (segundo a ortografia autonomista da Real Academia Galega). Já a fórmula que preferem outras iniciativas é menos taxativa, caso do projeto Ari[t]mar, que apresenta os seus prémios como Prémios da Música e da Poesia *Galego-Portuguesas*.

⁸ As informações relativas aos encontros Galeusca, nas duas fases referidas, estão disponíveis no site da Associació d'Escriptors en Llengua Catalana, numa secção monográfica: https://www.escriptors.cat/federaciogaleusca_conclusions (2019-07-10).

pôs a tentativa de transitar do ‘nacionalismo literário’ para a ‘literatura nacional’. González-Millán (1995) caracterizou este processo como uma transição de práticas ligadas aos repertórios da resistência e do compromisso, de tipo anti-institucional e explicitamente contra-estatais, para outro tipo de práticas mais especificamente centradas em desenvolver repertórios próprios, em procurar uma autonomia estética e em criar as condições institucionais e de mercado que permitissem o reforço da posição social dos/as escritores/as.⁹ Em ambas as fases, aliás, com recurso constante a um conceito de ‘normalização’ (linguística, literária e cultural) cujo sentido muda e se adapta a processos substancialmente diferentes com o decorrer dos anos.

Para analisar esta singular relação entre sistemas na última década devemos perguntar-nos pelas razões que motivaram a suspensão dos encontros em 2014 e a aparente paralisação geral da iniciativa, causas difíceis de discernir sem um estudo mais sistemático e profundo. Pode ser aventurada, no entanto, a hipótese de o esgotamento do modelo Galeusca estar diretamente relacionado com uma significativa mudança no tipo de estratégias de ação exterior promovidas pela Associació d’Escriptors en Llengua Catalana, sem dúvida a mais forte e consolidada institucionalmente das três entidades referidas. Se bem que esta associação reconheceu permanentemente entre os seus objetivos a integração em estruturas de trabalho e relacionamento fora das fronteiras dos Países Catalães, a aposta na última década parece estar focada na superação do âmbito de atuação da rede Galeusca e na preferência por intensificar a sua presença em redes e instituições profissionais ligadas a espaços culturais mais abrangentes, nomeadamente o europeu. Desta mudança parece informar a organização em Barcelona, em 2016, do Encontro Anual do Conselho de Tradutores Literários Europeus, e em 2017 na mesma cidade, do Encontro Anual do Conselho de Escritores Europeus.¹⁰

Trata-se de uma viragem de rumo com um ponto de partida claramente reconhecível na Feira do Livro de Frankfurt de 2007, onde

9 As estratégias de autonomização estética e a sua relação com aspetos ideológicos no campo literário galego do século XX foram estudadas por Antón Figueroa (2010), a partir das teorias de Pierre Bourdieu. Recentemente, Jon Kortazar (2017) promoveu a aplicação do quadro metodológico desenvolvido por Figueroa para o estudo da cultura basca contemporânea.

10 Há ainda outros eventos literários que parecem somar-se a esta mesma mudança de rumo. Apresentados como internacionais e com uma retórica e uma estratégia comunicativa dificilmente reconhecíveis nas atividades das associações de escritores/as da Galiza e do País Basco, podemos referir a organização de um Festival Internacional de Literatura Breu/Breve em Valência em 2016 e, de maneira muito mais expressiva, do Festival Internacional de Novel·la Criminal en Català – El vi fa sang, iniciado em 2015, com sede em L’Esluga de Francolí.

a literatura catalã foi literatura convidada.¹¹ Para além desse evento concreto, que mobilizou uma parte importantíssima de agentes e instituições literárias e que introduziu no debate público argumentações e polémicas explicitamente ligadas ao conflito simbólico entre os sistemas literários catalão e espanhol, uma análise mais pormenorizada não pode ignorar as potenciais homologias entre planificações literárias, culturais e políticas representadas na Catalunha na última década. Essas homologias materializam-se num reforço considerável da autonomia institucional da cultura catalã, numa progressão sensível dos seus níveis de reconhecimento extra-peninsular e numa recomposição defensiva de tendências centrais no sistema cultural espanhol, que promovem a deslegitimação simbólica do processo descrito para manter a posição de superioridade no conflito. A suspensão da Autonomia catalã em outubro de 2017 provocou, ainda, uma recomposição deste cenário de disputas, que transcendeu o plano simbólico e se estendeu aos âmbitos institucional e económico.¹²

Como complemento a este conjunto de análises, poderíamos referir ainda a emergência nos últimos anos de práticas institucionais inéditas no mesmo triângulo cultural galego-basco-catalão, que assemem de certa forma algumas das funções antes desenvolvidas pelo Galeusca, mas que têm características e horizontes de intervenção diferentes. É o caso do Ciclo Poetas Itinerantes, um conjunto de recitais literários desenvolvidos desde 2015 por poetas dos três sistemas literários, organizados pelas instituições oficiais responsáveis pela projeção exterior das culturas catalã e basca, o Instituto Ramon Llull e o Instituto Etxepare, e pelo Consello da Cultura Galega.¹³ Fruto de convénios de colaboração assinados em 2011, devemos analisar a iniciativa de acordo com duas chaves principais. Por um lado, o alto grau de institucionalização formal destes eventos, visível por exemplo no habitual desenvolvimento nos próprios locais das instituições referidas. Por outro lado, a aposta pelo recital poético clássico como modelo exclusivo de produção e consumo – apesar das suas

11 Agradeço a Mercè Picornell as sugestões feitas para dar à minha análise este enquadramento mais alargado.

12 Entre as iniciativas desenvolvidas pelo governo espanhol para a defesa da primazia cultural no espaço literário catalão, no âmbito da aplicação do artigo 155 da Constituição espanhola pela que foi suspensa a autonomia da Comunidade Autónoma da Catalunha, podemos ressaltar a paralisação de investimentos e subsídios previamente atribuídos a instituições culturais de diferente natureza (museus, teatros, editoras, eventos culturais, etc.) ou o reforço de convénios com escolas privadas no âmbito educativo (Ericsson 2018).

13 O primeiro evento do ciclo foi organizado em maio de 2015 em Barcelona. As seguintes sessões decorreram em Santiago de Compostela (Consello da Cultura Galega, junho de 2016), Donostia (Etxepare Euskal Institutua, outubro de 2016), Barcelona (Pipa Club, novembro de 2017) e Santiago de Compostela (Consello da Cultura Galega, dezembro de 2017). Cada encontro reúne poetas de dois dos sistemas literários.

restrições quanto a públicos e capacidade de dinamismo no interior do sistema, pelo menos no caso galego -, destinado a reforçar continuidades e funções representativas e identificadoras, sem um horizonte claro de planificação e de orientação à mudança.

2.3 O reconhecimento da poesia galega no sistema literário espanhol

O último caso que analisaremos é o de certas tendências detetadas no reconhecimento inter-sistémico da poesia galega atual, interessantes devido às funções de mediação exercidas por agentes e instituições do sistema literário espanhol. Com o intuito de combinar concisão e relevância na análise e nos resultados, foram estudadas várias antologias recentes, as estratégias de promoção de uma nova geração de poetas e a trajetória mais delongada e reconhecida de Chus Pato.

No que diz respeito ao primeiro destes elementos, deve ser ressaltada a recuperação para a poesia galega da antologia como prática crítica e editorial, e como produto literário, após uns anos em que tinha tido um protagonismo menor.¹⁴ Uma parte significativa destas seletas recentes estiveram em início orientadas para o público hispano, bem por serem obras bilingues galego-espanhol - casos de *Novas de poesia 17 poetas* (Gorria 2013) e de *13. Antoloxía da poesía galega última* (Nogueira 2017) -, bem por apresentarem unicamente os textos em tradução para a língua espanhola - *Punto de ebullición. Antología de la poesía gallega contemporánea* (Reyes 2015).¹⁵ A orientação para

14 Para um estudo das antologias poéticas nos casos galego e catalão, no último quarto do século XX, veja-se Rábade Villar 2004.

15 A antologia *Novas de poesia 17 poetas* foi publicada pela Fundación Uxío Novoneyra. A edição e tradução dos textos foi feita por Ana Gorria e as pessoas responsáveis pela seleção foram os críticos e escritores Arturo Casas, Helena González, Xosé María Álvarez Cáccamo, Luis Cochón, Camilo Valdehorras, Armando Requeixo e María Xesús Nogueira. A listagem de poetas incluídos esteve integrada por Lucía Novas, Baldo Ramos, Antía Otero, Xavier Lama, Daniel Salgado, Elvira Ribeiro, Mariña Pérez Rei, Dores Tembrás, Olalla Cociña, Mario Regueira, Xiana Arias, Oriana Méndez, Rosa Enríquez, Diana Varela Puñal, Carlos Fontes, Branca Novoneyra e Gonzalo Hermo. Por sua vez, *Punto de ebullición. Antología de la poesía contemporánea en gallego* foi publicada pela Fondo de Cultura Económica. A seleção de autores e textos e as traduções foram feitas por Miriam Reyes e os poetas que integraram o livro foram Xosé María Álvarez Cáccamo, Chus Pato, Pilar Pallarés, Manuel Rivas, Lois Pereiro, Antón Lopo, Xela Arias, Ana Romaní, Manuel Outeiriño, Xabier Cordal, Olga Novo, María do Cebreiro, Yolanda Castaño, Olalla Cociña e Daniel Salgado. Finalmente, *13. Antoloxía da poesía galega última* foi coeditada pela galega Chan da Pólvora e a madrilena papeles mínimos. María Xesús Nogueira foi a responsável pela seleção e pelo estudo introdutório, enquanto as traduções foram feitas em uns casos por cada poeta e, em outros casos, por outras pessoas. Os poetas selecionados foram Alicia Fernández, Andrea Nunes Bríons, Berta Dávila, Lara Dopazo Ruibal, Oriana Méndez, Celia Parra, Xabier Xil Xardón, Gonzalo Hermo, Samuel Solleiro, Ismael Ramos, Francisco Cortegoso, Jesús Castro Yáñez e Antón Blanco.

este tipo de público ou, por outras palavras, a preferência pelo reconhecimento de públicos, mercados e instituições do sistema literário espanhol é significativa por duas razões. Por um lado, retoma estratégias desenvolvidas com frequência irregular na década de 1990 e nos primeiros anos do século XXI, mas pouco habituais nos anos imediatamente posteriores.¹⁶ Por outro, não encontramos estratégias de tradução ou relacionamento inter-sistémico comparáveis, sobretudo em quantidade, com outros sistemas literários ou espaços linguísticos.

A publicação em 2015 de um artigo do escritor e editor Antón Lopo,¹⁷ em que caracterizava a emergência de uma geração de poetas jovens, foi o tiro de partida para uma série mais ou menos continuada, e só difusamente relacionada, de ações críticas e institucionais orientadas à promoção deste conjunto, que atingiu o seu ponto mais alto com a publicação em 2017 da *13. Antoloxía de poesía galega última* antes referida. Na promoção deste novo grupo de poetas e na sua configuração histórico-crítica enquanto ‘geração’ tiveram um protagonismo destacado determinados agentes do sistema literário – entre os quais podemos citar o próprio Lopo, os escritores Gonzalo Hermo e Chus Pato, ou as investigadoras e críticas María Xesús Nogueira e Alba Cid – e instituições como a editora Chan da Pólvora, dirigida por Lopo e de que faz parte também Hermo.

Sem descurar a importância concedida por diferentes instâncias do sistema à antologia *No seu despregar* (Apiario 2016), concebida também para a promoção de poetas jovens, parece no entanto que na consagração desta geração desenvolveu um papel fundamental o reconhecimento atingido por Gonzalo Hermo, que em 2015 obteve o Premio Nacional de Poesía Joven Miguel Hernández, concedido pelo Ministério de Educação e Cultura do Governo de Espanha, pelo seu livro *Celebración*. A atribuição do prémio, de que foi destacado sistematicamente o facto de ser a primeira vez que era outorgado a uma obra em língua galega, provocou uma importante legitimação crítica de Hermo no interior do sistema literário galego, a tradução da obra premiada para o catalão (2015) e para o espanhol (2017), a distinção do autor como líder simbólico do grupo de poetas agora posto em foco e, ainda, uma determinada centralidade na administração de capitais, reconhecimentos e relações à sua volta.

Relativamente a Chus Pato, devemos esclarecer em primeiro lugar que é a poeta galega com maior projeção internacional na atualidade. Podemos medir esta relevância pela tradução das suas obras

¹⁶ Das antologias anteriores para público hispano ou com versões dos textos em castelhano destacam as elaboradas por Basilio Losada (1990), Francisco López-Barxas e César Antonio Molina (1991) e Helena González Fernández (2001).

¹⁷ Lopo, Antón (2015). «Chegan os neos». *Faro de Vigo*, 5 de novembro. URL http://www.aelg.gal/resources/centrodoc/members/paratexts/pdfs/autor510/PT_paratext8618.pdf (2018-07-05).

a um número nada desprezível de línguas, pela presença em alguns dos mais prestigiosos festivais e eventos de poesia do âmbito internacional, e ainda pela emergência de investigações académicas que estudam a sua produção em diferentes partes do mundo. Especialmente na última década, esta projeção exterior repartiu os contrapesos entre o mundo da língua espanhola e o da língua inglesa, idioma este para o qual foi traduzida uma parte muito significativa da sua obra.¹⁸ Mas temos de levar em conta que a projeção internacional da obra de Chus Pato esteve decisivamente ligada nos seus inícios – primeiros anos do século XX – à mediação exercida por instituições do sistema cultural espanhol, como o Instituto Cervantes, e, em outra escala, ao estabelecimento de redes de relacionamento com pares de outros sistemas literários, vários dos quais se prolongaram no tempo. Além destes fatores, a publicação em espanhol do primeiro volume da sua *Poesía reunida (1991-1994)* (Pato 2017) – sem que exista uma obra de características similares em galego, língua de criação original – contribui para refinar uma hipótese de conjunto para os diferentes elementos que foram introduzidos neste terceiro estudo de caso.

A análise relacionada das antologias e das trajetórias recentes de Gonzalo Hermo e Chus Pato parece sustentar, em primeiro lugar, o facto de que na projeção exterior da poesia galega continua a desenvolver uma função significativa a mediação exercida pelo sistema literário espanhol. No entanto, trata-se de um processo que não responde de maneira clara a uma planificação consolidada e muito menos a estratégias de planificação institucional procedentes de um ou outro sistema, senão mais bem a iniciativas editoriais de escala menor ou mediana e à ação concreta de agentes reconhecíveis como Ana Gorria (organizadora da antologia *Novas de poesía* e tradutora habitual da obra de Chus Pato), Miriam Reyes (responsável pela antologia *Punto de ebullición* e tradutora de Hermo para o espanhol), Alba Cid (investigadora e poeta, foi autora do prefácio da *Poesía reunida* de Pato) ou o próprio Gonzalo Hermo, em iniciativas de menor impacto, que fez a versão em espanhol da recentemente revalorizada poeta Olalla Cociña (*Ningún precipicio*, 2017).

Contudo, o elemento mais relevante do ponto de vista sistémico é talvez o contraste entre as expectativas previstas para este ti-

18 Uma listagem abrangente das traduções da obra de Chus Pato pode ser consultada na Biblioteca de Tradución Galega desenvolvida pelo grupo BITRAGA da Universidade de Vigo (http://bibliotraducion.uvigo.es/autores_ver.php?autor=2437, 2018-07-04). Uma parte significativa das traduções feitas para a língua espanhola foram realizadas por Ana Gorria, enquanto as versões inglesas foram sempre responsabilidade da poeta e professora canadense Erin Moure. A maioria das versões em castelhano tiveram como destino o sistema literário espanhol, com as exceções da tradução de *m-Talá* publicada na Argentina (Pato 2009) e da plaquette *Decimos la llanura más extensa: océano*, publicada no Chile (Pato 2012).

po de relação e os resultados reais que delas se derivam. Uma hipótese provisória, sem dúvida necessitada de estudos mais completos sobre a receção crítica destas práticas, é a que sustêm que a publicação de antologias bilingues ou traduzidas para o espanhol, a concessão do Prémio Nacional de Poesía Joven a Gonzalo Hermo, a tradução quase sistemática dos livros de Chus Pato ou a publicação em espanhol da sua poesia reunida produzem efeitos muito mais significativos em termos de consagração e canonização no sistema literário galego do que no próprio sistema literário espanhol. Para este facto contribuem decisivamente, como é fácil de perceber, diferentes expressões do conflito entre os dois sistemas: a desigualdade entre as instituições de um e outro sistema à hora de legitimar autorias e produções; a primazia das instituições da cultura espanhola na constituição de agendas de interesse público, por exemplo através dos meios de comunicação; a fraqueza das planificações do sistema literário galego para a projeção exterior de autores, obras e repertórios ou, por incluir mais um elemento na análise, a ameaça recorrente – leve mas nunca definitivamente desaparecida – da suspensão das fronteiras entre um e outro sistema. Este seria o efeito mais claro de uma consagração mormente nutrida pela mediação do sistema com que se disputa a hegemonia no mesmo espaço social: o funcionamento prático, em determinados espaços de consumo, para determinados públicos, de acordo com determinadas planificações e interesses, dos poetas antologados, traduzidos e premiados como escritores potencialmente, e apesar de tudo, integrados ou pertencentes ao sistema literário espanhol.¹⁹

3 Discussões

A dupla vertente deste trabalho – teórico-metodológica e aplicada – e a sua natureza exploratória condicionam a possibilidade de elaborar umas conclusões definitivas. Porém, se situarmos os nossos objetivos na identificação de tendências para o debate epistemológico e no contraste com outros estudos sobre o espaço literário ibérico da última década, poderiam ser avançadas discussões mais claras e significativas à volta de determinados elementos.

Um primeiro conjunto de tendências diz respeito a mudanças estratégicas observadas nas literaturas periféricas – nomeadamente a catalã e a galega –, nas quais parece operar uma transição de mo-

¹⁹ É muito significativa, neste mesmo sentido, a inclusão de Chus Pato entre as poetas entrevistadas no volume *Lecturas del desierto. Antología y entrevistas sobre poesía actual en España* (López Fernández, Martínez Fernández, Molina Gil 2018). O uso consciente da fórmula «en España» simboliza com bastante precisão as tensões e ambiguidades acima referidas.

delos ligados à resistência e à contra-institucionalidade para outros mais próximos da esfera da 'normalização'. Trata-se de estratégias que pretendem diversificar práticas de produção e consumo literários, assimilar regularmente as lógicas do mercado e procurar o reconhecimento exterior, mas que se desenvolvem de maneira muito diferente nos dois sistemas referidos. No caso catalão a superação do quadro espanhol tem beneficiado das homologias com processos culturais e políticos afins e de uma ação institucional planificada e continuada no tempo. Por sua vez, a renovação das estratégias de internacionalização no sistema literário galego obedece a um alargamento progressivo de agentes e grupos interessados no relacionamento galego-português - que já não se restringe ao movimento e aos autores reintegracionistas, mas que carece de planificações institucionais claras que o sustentem - e, para determinados subcampos como o poético, na procura de umas mediações do sistema literário espanhol que nem estão integradas em ações institucionais sólidas nem conseguem atingir plenamente os objetivos de reconhecimento pretendidos.

Das análises prévias desprende-se o facto, aparentemente óbvio, de que se mantém a superior consolidação sistémica e institucional das literaturas portuguesa e espanhola no espaço ibérico. Mais importante do que esta constatação é compreender que essa superioridade na hierarquia favorece a preferência por relações diretas entre os dois sistemas, que não raro são alargadas a um espaço, o ibero-americano, em que literaturas como a galega, a catalã ou a basca dificilmente conseguem ser significativas sem mediação interposta. Embora seja de maneira indireta, é este conjunto de elementos o que provoca a ameaça de distorção que continua a presidir o relacionamento cultural e literário entre a Galiza e Portugal - apesar da renovação de estratégias representadas na última década e cuja eficácia está ainda por testar definitivamente -, bem como a procura de legitimação do sistema literário espanhol por alguns agentes da poesia galega, como mediação mais acessível para um subcampo (o da poesia) só deficientemente institucionalizado e reconhecido internacionalmente.

Uma última discussão pode ser organizada à volta da solidez e da suficiência do espaço ibérico como zona de relacionamento literário. Se bem que nenhum dos sistemas costuma exteriorizar uma recusa explícita das relações estabelecidas nesta área, parece evidente que a importância concedida por uns e outros é claramente assimétrica. Desta maneira, para os sistemas mais consolidados, e cuja legitimidade nacional não é objeto de debate, este espaço é um dentre outros (o ibero-americano, o europeu, o lusófono no caso português, por exemplo, sem descurar a abertura a quase qualquer outro espaço cultural) em que podem e querem atuar, e para os quais são elaboradas planificações continuadas e reconhecíveis. Se as literaturas galega e basca parecem perpetuar as suas dificuldades para

transcender o espaço ibérico como âmbito de relacionamento e reconhecimento internacional, do dito em parágrafos anteriores poderíamos deduzir que a literatura catalã pretende ascender a este patamar no horizonte próximo. Para consegui-lo, descuidou a continuidade de redes inter-sistémicas como a do Galeusca e desenhou planificações que excedem o âmbito peninsular. Fica para uma outra análise estudar como os conflitos simbólicos entre os sistemas ibéricos são eventualmente reproduzidos em outras regiões literárias, por exemplo através dos habituais condicionamentos que o sistema literário espanhol ativa para a legitimação internacional dos sistemas literários galego, catalão ou basco. Trata-se de condicionamentos análogos aos que devemos levar em conta para analisar processos e práticas marginais no espaço literário peninsular, como a dos/as autores/as reintegracionistas, nem sempre fáceis de reconhecer, aceitar e classificar.

Referências bibliográficas

- Apiario (ed.) (2016). *No seu despregar. Antoloxía poética*. Corunha: Apiario.
- Bourdieu, Pierre (1992). *Les Règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Editions du Seuil.
- Cabo Aseguinolaza, Fernando; Abuín González, Anxo; Domínguez, César (eds) (2010). *A Comparative History of Literatures in the Iberian Peninsula*, vol. 1. Amsterdam; Philadelphia: John Hopkins.
- Casas, Arturo (2003a). «Sistema interliterario y planificación historiográfica a propósito del espacio geocultural ibérico». *Interlitteraria*, 8, 68-97.
- Casas, Arturo (2003b). «Diálogo con Mario J. Valdés sobre Hermenéutica e Historia comparada das literaturas e as culturas». *Boletín Galego de Literatura*, 30(2 sem.), 127-47.
- Casas, Arturo (2009). «Constituição de umha História literária de base sistémica: o sistema cultural como objecto de análise histórica no programa de investigação de Itamar Even-Zohar». *Veredas. Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, 10, 25-54.
- Cornis-Pope, Marcel; Neubauer, John (2002). *Towards a History of the Literary Cultures in East-Central Europe: Theoretical Reflections*. Occasional Paper, 52. New York: American Council of Learned Societies. URL <https://bit.ly/1HiUxvV> (2019-07-01).
- Domínguez, César (2011). «World Literature and Cosmopolitanism Studies». D'Haen, Theo; Damrosch, David; Kadir, Djelal (eds), *The Routledge Companion to World Literature*. London: Routledge, 245-52.
- Domínguez, César; Abuín González, Anxo; Sapega, Ellen (eds) (2016). *A Comparative History of Literatures in the Iberian Peninsula*, vol. 2. Amsterdam; Philadelphia: John Hopkins.
- Ericsson, Paula (2018). «Un curso bajo el artículo 155». *O Salto Galiza*, 15 de julho, 46-50.
- Even-Zohar, Itamar (2005). *Papers in Culture Research*. Tel Aviv: The Porter Chair of Semiotics, Tel Aviv University.

- Figuerola, Antón (2010). *Ideoloxía e autonomía no campo literario galego*. Ames: Edicións Laiovento.
- Gnisci, Armando (1998). «La literatura comparada como disciplina de descolonización». Vega, María José; Carbonell, Neus (eds), *La literatura comparada: principios y métodos*. Madrid: Gredos, 188-94.
- González-Millán, Xoán (1994). *Literatura e sociedade en Galicia (1975-1990)*. Vigo: Edicións Xerais.
- González-Millán, Xoán (1995). «Do nacionalismo literario a unha literatura nacional. Hipóteses de traballo para un estudio institucional da literatura galega». *Anuario de Estudios Literarios Galegos*, 1994, 67-81.
- González Fernández, Helena (ed.) (2001). *A tribo das baleas. Poetas de arestora*. Ed. trilingue galego-español-ínglês. Vigo: Edicións Xerais.
- Gorria, Ana (ed.) (2013). *Novas de poesía_17 poetas*. Folgoso do Caurel, Lugo: Fundación Uxío Novoneyra.
- Hutcheon, Linda (2002). «Rethinking the National Model». Hutcheon, Linda; Valdés, Mario J. (eds), *Rethinking Literary History: a Dialogue on Theory*. Oxford: Oxford University Press, 3-49.
- Kortazar, Jon (ed.) (2017). *Autonomía e ideoloxía: Tensiones en el campo cultural vasco*. Madrid: Iberoamericana, Vervuert.
- Lambert, José (1991). «In Quest of Literary World Maps». Kittel, Harald; Frank, Armin Paul (eds), *Interculturality and the Historical Study of Literary Translations*. Berlin: Erich Schmidt, 133-44.
- López-Barxas, Francisco; Molina, César Antonio (eds) (1991). *Fin de un milenio. Antología de la poesía gallega última*. Madrid: Libertarias.
- López Fernández, Álvaro; Martínez Fernández, Ángela; Molina Gil, Raúl (coords) (2018). «Lecturas del desierto. Antología y entrevistas sobre poesía actual en España», anexo al monogr. «Lecturas del desierto: nuevas propuestas poéticas en la España actual», núm. monogr., *Kamchatka. Revista de Análisis Cultural*, 11.
- Losada, Basilio (ed.) (1990). *Poesía gallega de hoy*. Madrid: Visor.
- Lourido, Isaac (2007). «Interferência entre sistemas e políticas de tradución: prácticas paradoxais no sistema literário galego». *Agália*, 91-92, 45-63.
- Martí Monterde, Antoni (2004). «La literatura comparada davant les comunitats interliteràries en conflicte». Abuíñ González, Anxo; Tarrío Varela, Anxo (eds), *Bases metodolóxicos para unha historia comparada das literaturas na península Ibérica*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 73-119.
- Martínez Tejero, Cristina (2012). «Propostas para umha história literária de fundamentación empírica: bases de datos e análise de redes». *Galicia 21: Journal of Contemporary Galician Studies*, Issue D, 78-100.
- Nogueira, María Xesús (ed.) (2017). *13. Antoloxía da poesía galega próxima / 13. Antología de la poesía gallega próxima*. Santiago de Compostela; Madrid: Chan da Pólvora; papelesmínimos.
- Pato, Chus (2009). *m-Talá*. Trad. para o castelano de Teresa Arijón e Bárbara Belloc. Buenos Aires: pato en la cara.
- Pato, Chus (2012). *Decimos la llanura más extensa: océano*. Trad. para o castelano de Ana Gorria. Santiago de Chile: Cuadro de Tiza.
- Pato, Chus (2017). *Poesía reunida. Volumen 1 (1991-1995)*. Barcelona: Ultramarinos.
- Pazos-Justo, Carlos (2016). *A imagem da Galiza em Portugal. De João de Redondella a Os galegos são nossos irmãos*. Santiago de Compostela: Através Editora.

- Pérez Isasi, Santiago (2017). «Los Estudios Ibéricos como estudios literarios: algunas consideraciones teóricas y metodológicas». Rina Simón, César (ed.), *Procesos de nacionalización e identidades en la península ibérica*. Cáceres: Universidad de Extremadura, 347-61.
- Pratt, Mary Louise (1995). «Comparative Literature and Global Citizenship». Bernheimer, Charles (ed.), *Comparative Literature in the Age of Multiculturalism*. Baltimore; London: The Johns Hopkins University Press, 58-65.
- Quiroga, Carlos (2018). *Raízes de Pessoa na Galiza*. Compostela: Através Editora.
- Rábade Villar, María do Cebreiro (2004). *As antoloxías de poesía en Galicia e Cataluña. Representación poética e ficción lóxica*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Reyes, Miriam (ed.) (2015). *Punto de ebullición. Antología de la poesía contemporánea en gallego*. Madrid: Fondo de Cultura Económica de España.
- Rodríguez Fernández, Elías (2018): *Análise e balanço do quadro legislativo para o relacionamento intercomunitário: o caso da Lei Paz-Andrade* [trabalho final de graduação]. Corunha: Universidade da Corunha.
- Samartim, Roberto (2017). *Mudança política e sistemas culturais em transição: literatura e construção da (ideia da) Galiza entre 1974 e 1978*. Santiago de Compostela: Laiovento.
- Samartim, Roberto (2018). «Ideia de Língua e Vento Português na Galiza do Tardofranquismo: o caso de 'Galaxia'». Torres Feijó, Elias J.; Samartim, Roberto, *Sobre conflito linguístico e planificação cultural na Galiza contemporânea. Dez contributos*. Santiago de Compostela: Através Editora, 65-109.
- Torres Feijó, Elias (2018). «Norma lingüística e (inter-)sistema cultural. O caso galego». Torres Feijó, Elias J.; Samartim, Roberto, *Sobre conflito linguístico e planificação cultural na Galiza contemporânea. Dez contributos*. Santiago de Compostela: Através Editora, 167-200.
- Tötösy de Zepetnek, Steven (1992). «Systemic Approaches to Literature. An Introduction with Selected Bibliographies». *Canadian Review of Comparative Literature / Revue Canadienne de Littérature Comparée*, 19(1/2), 21-93.
- Venâncio, Fernando (2007). «Palavras doutra tribo: sobre traduções da literatura galega». *Viceversa*, 23, 25-54.
- Venâncio, Fernando (2015). «O passado galego do português». *Grial*, 206, 89-95.

Cartografias do espaço cultural ibérico

Uma proposta de desenvolvimento digital

Santiago Pérez Isasi

Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Comparatistas, Portugal

Catarina Sequeira Rodrigues

Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Comparatistas, Portugal

Abstract This chapter aims to present the theoretical and methodological foundations of the project *Digital Map of Iberian Literary Relations (1870-1930)*. First, it offers an overview of the geocultural reflections underlying this project, from the general 'spatial turn' of the Humanities to the reformulation of Area Studies (more specifically, of the field of Iberian Studies, in which this project is inscribed), and also the development of digital cartography. Secondly, it explains the specific methodology applied in this project, from the selection of data and their codification into a database, to possible problems and options of visualisation through interactive digital maps.

Keywords Digital Humanities. Iberian Studies. Literary geography. Digital cartography. GIS.

Resumo 1 O spatial turn e os estudos ibéricos no projecto Mapa digital das relações literárias ibéricas (1870-1930). – 2 Aspectos metodológicos e técnicos do *Mapa digital*. – 2.1 A seleção e recolha de dados. – 2.2 Desenho da base de dados. – 2.3 Visualizar relações: alguns problemas previstos. – 3 Reflexões finais.

1 **O *spatial turn* e os estudos ibéricos no projecto Mapa digital das relações literárias ibéricas (1870-1930)**

O presente trabalho tem por objetivo apresentar a metodologia e os resultados provisórios do projecto *Mapa digital das relações literárias ibéricas (1870-1930)* (em diante, *Mapa digital*),¹ uma linha de trabalho que tenta desenvolver uma visualização cartográfica das interações entre as diversas áreas geoculturais ibéricas num período de relativa proximidade e interação. Trata-se, portanto, de uma aproximação que combina os debates sobre a renovação da história literária, os desenvolvimentos dos estudos ibéricos e as reflexões sobre o papel do espaço nos fenómenos culturais, inscrevendo-se assim no conhecido *spatial turn* das humanidades (veja-se Juvan 2015). As sucessivas reconfigurações da geografia crítica, a partir de teorizações (pós)marxistas, pós-estruturalistas ou pós-coloniais (Lefebvre 1974; hooks 1990; Massey 1994; Soja 1996; Harvey 2001) têm posto o foco na relação entre o espaço e a suas implicações sociais e humanas, particularmente na forma como o ‘espaço’ é transformado em ‘lugar’ (Tuan 1977), individual e socialmente, através de negociações com o poder, e da interação com os corpos e os afetos.

Os estudos literários não foram, naturalmente, alheios a estas novas teorizações do espaço (veja-se Santos Unamuno 2002; Piatti et al. 2009; Piatti, Reuschel, Hurni 2009; Hess-Lüttich 2012). Assim, por exemplo, Franco Moretti, em obras como *Atlante del Romanzo Europeo* (1997) ou *Graphs, Maps, Trees* (2005), fincou algumas das bases da aproximação geográfica e cartográfica à literatura, através de uma metodologia baseada no *distant reading* (ou *telescopic reading*, de acordo com a reformulação de Santos Unamuno 2017), isto é, a interpretação dos textos não a partir da leitura e da exegese, mas a partir da extração de informação factual num *corpus* textual geralmente amplo.

A proposta de análise realizada no projecto do *Mapa digital* tem como ponto de partida esta nova vinculação dos fenómenos literários com o espaço em que se produzem, e mais particularmente ainda, com as conceptualizações políticas, sociais e culturais destes espaços, e a sua inter-relação com os sistemas literários, propondo uma historiografia literária com uma forte ligação espacial (Cabo Aseguiñolaza 2011). Num momento em que a Literatura-Mundo, nas suas diferentes formulações, de Moretti (1997) a Casanova (1999) ou Damrosch (2003), e em que os renovados estudos de área, entre os quais os es-

¹ Projecto exploratório financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (IF/00838/2014) no âmbito do programa Investigador FCT 2014, e adscrito ao Centro de Estudos Comparatistas. Os resultados do projecto estarão disponíveis numa página web própria (<http://maplit.lettras.ulisboa.pt>), actualmente em construção.

tudos ibéricos (Bush 2017; Pinheiro 2013), propõem uma aproximação aos fenómenos literários que questionam e ultrapassam as divisões políticas e académicas estabelecidas, sem ao mesmo tempo perder uma forte vinculação com um contexto geocultural concreto.

Os estudos ibéricos baseiam-se, efectivamente, na proposta da reconfiguração e reconceptualização do espaço cultural ibérico, considerado como um (poli-)sistema (Even-Zohar 1990) ou sistema interliterário (Đurišin 1989) complexo, multicultural e multilingue com complexas redes históricas de interferência, conflito e contaminação mútua (Casas 2003; Resina 2009; Pérez Isasi 2013),² e supõem a reconsideração dos objetos e fenómenos culturais a partir de e em relação com os espaços em que se produzem, e que rejeitam a vinculação de origem romântica entre uma língua, uma literatura e uma nação, à qual corresponderia, ou não, um Estado (Lambert 1991).

Naturalmente, 'Ibéria' ou 'Península Ibérica', são termos de origem geográfica, cujos limites parecem estar claros e definidos, mas de facto, sobretudo se considerados do ponto de vista cultural e histórico, transformam-se em metageografias, isto é, construções históricas e ideológicas, cuja origem pode ser rastreada pelo menos até à Idade Média, e que tem sido objeto de alterações, tanto na sua extensão como na sua definição, ao longo dos séculos. Mesmo que os limites geográficos e políticos da ideia de Ibéria fossem evidentes e não problemáticos (o que não é o caso, já que permanecem questões como a relação com as insularidades ibéricas, ou com a presença de Gibraltar e de Andorra, tantas vezes ignorada), o seu significado enquanto entidade cultural é ainda mais difuso, e está condicionado por visões exteriores e interiores tanto da Ibéria no seu conjunto, como das diversas nações que a compõem.³ É preciso, portanto, em primeiro lugar, sermos conscientes da contingência do próprio objeto de estudo, mas ao mesmo tempo são ainda precisos estudos históricos que mostrem as inter-relações entre literaturas e culturas ibéricas, para confirmar se/que existe, de facto, algo que possamos chamar (poli-)sistema ou sistema interliterário ibérico, com modulações diversas e uma complexa história de interferências, conflitos, dependências e interligações históricas.

2 É evidente que os estudos ibéricos não são a única rearticulação académica e científica que tenta ultrapassar as limitações das filologias nacionais, e particularmente a crise do hispanismo, num contexto nacional e internacional. As literaturas e culturas ibéricas interagem, também, com o espaço europeu, com o transatlântico ou com o mediterrâneo; podem, portanto, ser articuladas desde diferentes perspectivas, cada uma das quais iluminará determinados aspectos ou problemas, sem que nenhuma delas (os estudos ibéricos também não) possam pretender ser omniexplicativas ou omnicompreensivas.

3 O campo de estudo da imagologia tem trabalhado já sobre o conceito da Ibéria e também sobre a conceptualização das suas nações componentes, em diversas áreas (Leal, Fernández García 2012).

É preciso portanto acometer uma reconceptualização do espaço ibérico, tal como a que propõe Enric Bou (2010, 2015). Tal reconfiguração deve estar ciente da sua condição de operação política, algo que também Resina apontava (2009, 92), mas não no sentido de criar um novo essencialismo (ou um novo nacionalismo) de hierarquia superior, e que apague as diferenças e a heterogeneidade no seu interior; deve tratar-se, pelo contrário, de uma revisão das relações literárias e culturais que estude, de forma fractal, as tensões, confluências e lutas de centralidades e periferias em todos os níveis de produção, difusão e recepção literária: ao nível ibérico como ao nível nacional ou regional, mas também ao local. O que se propõe é realizar uma história entrelaçada, e não meramente justaposta, da evolução (não num sentido darwiniano, claro está) dos diversos sistemas literários ibéricos ao longo do tempo e do espaço, semelhante à proposta por Thomas S. Harrington (2000) para os movimentos paralelos à chamada Geração de 98 na Península, ou ao enfoque *transperiférico* proposto por Calderwood (2014). O ponto de partida, portanto, não serão já as histórias literárias nacionais, interligadas *a posteriori*, mas sim, de acordo com a proposta de Lambert, já aplicada entre outros por Cabo Aseguinolaza, Abuín González e Domínguez (2010) e Domínguez, Abuín González e Sapega (2016) para a Península Ibérica, de estudar as literaturas *na* Península Ibérica.

Como já foi apontado, esta reconfiguração do espaço cultural ibérico, para fugir da tradicional estrutura radial e centrípeta em favor de uma outra leitura em forma de rede ou rizoma, não pretende estar livre de contradições ou limitações; parte-se da consciência de que a escolha da Península Ibérica como objeto de estudo, embora justificada (como pensamos) por motivos históricos, não exclui ou nega a existência de outro tipo de operações literárias e culturais que acontecem dentro e fora da Península, e que estão estreitamente ligadas com ela. Falamos, sobretudo, da vinculação das culturas ibéricas com os territórios do seu passado colonial, com os quais existem processos de comunicação e intercâmbio semelhantes, e até por vezes mais intensos, que os que têm lugar entre as culturas peninsulares. Por isso, ao escolher uma unidade geográfica aparentemente autoconclusiva e fechada como é a Península Ibérica, estamos também a aceitar a criação de novas tensões entre o dentro e o fora, entre o que é incluído e o que é excluído; no caso da Península Ibérica, são evidentes as questões relativas às insularidades, já mencionadas, assim como aos exílios e às diásporas, tão abundantes, mas também àquelas tradições literárias vinculadas com os sistemas culturais ibéricos mas produzidas fora do território geográfico da Península (como é o caso da literatura basca escrita em Iparralde). De facto, são estes fenómenos que, tal como acontecia com os escritores bilingues ou transfronteiriços nas filologias nacionais, ocupam uma posição liminar, ao mesmo tempo dentro e fora do âmbito dos estudos

ibéricos, o que os transforma em elementos simultaneamente problemáticos e enriquecedores, do ponto de vista teórico e metodológico, para o próprio campo.

2 Aspectos metodológicos e técnicos do Mapa digital

O *spatial turn* das humanidades, mencionado na secção anterior, tem recebido, também, o impulso do *digital turn*, isto é, o desenvolvimento de metodologias digitais adaptadas aos estudos humanísticos; no caso concreto da vinculação entre literatura e espacialidade, nos últimos anos apareceram numerosas ferramentas úteis tanto para a extração e análise de dados geográficos dos textos literários, como para a sua posterior visualização através de mapas. Trata-se, fundamentalmente mas não só, dos chamados *Geographic Information Systems* (GIS, ou, SIG na sua forma portuguesa), os quais, embora apresentem limitações técnicas e epistemológicas na sua aplicação a fenómenos culturais (dado que, na sua origem, não eram ferramentas pensadas para análises humanísticas deste tipo),⁴ oferecem alguns resultados muito relevantes e prometedores na reinterpretação e análise de dados literários através de visualizações cartográficas (Juvan 2015; Alves, Queiroz 2015). Surgiram, assim, projetos pioneiros como *Mapping the Lakes – A Literary GIS*,⁵ *Mapping the Republic of Letters*⁶ ou *Ein Literarischer Atlas Europas*.⁷ No âmbito ibérico foram desenvolvidos projectos deste tipo, tais como *Compostela Geoliteraria*,⁸ *Mapa Literari Català d’Espais Escrits*⁹ ou *Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental*.¹⁰

No projecto do *Mapa digital*, esta inovação metodológica aplica-se ao estudo das intersecções literárias entre as culturas ibéricas num período específico: a transição entre o fim do século XIX e o início do

4 «Spatial technologies in general, and especially GIS, are expensive, complex, and cumbersome, despite recent advances that have driven down costs and simplified the user experience. They require significant investments in time to learn both the language and techniques of the toolsets they employ. GIS and its cousins are literal technologies: they favor precise data that can be managed and parsed within a highly structured tabular database. Ambiguity, uncertainty, nuance, and uniqueness, all embedded in the evidence typically available to humanists, do not admit readily to such routinization. GIS also has difficulty managing time, which is a major problem in disciplines that orient their study to periods and epochs» (Bodenhamer 2010, 23).

5 <http://www.lancaster.ac.uk/mappingthelakes/> (2019-01-11).

6 <http://republicofletters.stanford.edu/casestudies/index.html> (2019-01-11).

7 <http://www.literaturatlas.eu/en/> (2019-01-11).

8 <https://www.compostelageoliteraria.org/> (2019-01-11).

9 <http://mapaliterari.cat/> (2019-01-11).

10 <http://litescape.ielt.fcsh.unl.pt/> (2019-01-11).

século XX. Trata-se de um período de relações especialmente intensas entre as culturas peninsulares, em que se desenvolveram um conjunto de movimentos ou fenómenos literários comuns a vários, senão a todos os sistemas literários e culturais peninsulares: movimentos de renascimento literário e nacional, correntes como o naturalismo, o simbolismo, o modernismo e as vanguardas nas suas diversas manifestações, etc.¹¹ Naturalmente, os diversos sistemas literários ibéricos encontravam-se, no final do século XIX, em posições muito diversas quanto ao seu nível de consolidação: enquanto os sistemas literários espanhol e português (apesar das repetidas lamentações sobre a sua decadência) contavam com uma poderosa tradição ininterrupta, e com repertórios, instituições, um amplo conjunto de agentes e um público receptor estabelecidos, outros sistemas peninsulares, como o galego, o catalão ou o basco estavam em processo de emergência, no que Elias Torres Feijó (2004, 2011) denominou como proto-sistemas.

Precisamente devido a este diverso nível de consolidação, e também ao tamanho inabarcável da actividade de cada um dos sistemas literários ibéricos, o *Mapa digital* não pretende identificar, localizar e visualizar toda a produção literária ibérica (uma tarefa impossível), mas sim os pontos de interferência entre diversas culturas, isto é, os elementos integrados num dos sistemas literários que interagiram de forma significativa com agentes de outros sistemas. Trata-se, assim, de mapear os pontos de intersecção: aqueles em que se produz uma actividade que implica agentes de mais do que um sistema literário, ou também aqueles que promovem uma reflexão sobre a própria realidade do sistema ibérico.

São assim fenómenos relevantes para a o nosso estudo as publicações, instituições, eventos, encontros, etc.,¹² que mostram uma interacção entre diversas áreas culturais, e sobre todo as personalidades que, como agentes do campo (mas não necessariamente como produtores, isto é, como autores) as protagonizam. É esta, pensamos, a forma mais adequada (ainda que com limitações que analisaremos mais para a frente) de representar de um modo visual e cartográfico um conjunto muito diverso de fenómenos de ordem biográfica, editorial, cultural e literária, e que incluem deslocamentos literais e figu-

11 Um panorama destas relações literárias encontra-se no volume *De espaldas abiertas. Relaciones literarias e culturales ibéricas (1870-1930)* (Sáez Delgado, Pérez Isasi, 2018).

12 Alguns aspectos indubitavelmente relevantes para o estudo das relações literárias ou culturais ibéricas (tais como as traduções, as resenhas críticas ou as cartas trocadas entre escritores) têm ficado fora da base de dados no seu desenvolvimento actual. Poderão, no entanto, ser incluídas numa fase posterior do projecto. Por outro lado, um protótipo da aplicação do *Mapa digital* ao estudo das traduções ibéricas de Eça de Queirós foi apresentado no *3rd Symposium on Literary Translation and Contemporary Iberia - Translation, Power and Politics* (Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 22-23 de novembro de 2018).

rados através do espaço ibérico, assim como o cruzamento de fronteiras políticas, linguísticas e culturais.

Assim, o objetivo fundamental do projeto consiste em oferecer uma visualização cartográfica dos fenómenos literários existentes na Península Ibérica, que mostre as ligações entre todos os espaços culturais peninsulares, de forma interativa e aberta. Propõe-se um olhar sobre este capítulo da história literária da península ibérica, que tente fugir aos constrangimentos da história literária textual, narrativa, linear e baseada na teleologia nacional(ista), permitindo perceber a criação de centros de produção, distribuição, recepção e institucionalização da literatura do período, assim como as redes de relações (pessoais, editoriais, institucionais) que os unem.

2.1 A seleção e recolha de dados

A metodologia do *Mapa digital* é semelhante à desenvolvida por outros projetos de cartografia literária digital, em particular *The Space of Slovenian Literary Culture* (Juvan, Dokler 2015),¹³ com o qual apresenta importantes semelhanças. No caso esloveno, no entanto, o objetivo é o mapeamento do estabelecimento de um proto-sistema literário, enquanto que o *Mapa digital* se ocupa sobre o modo como vários sistemas literários interagem. Isto impõe, naturalmente, algumas condições ao nosso trabalho, como tentaremos mostrar.

Tendo em consideração os objectivos do projecto, a preparação dos dados para serem visualizados no mapa digital final divide-se em três fases: identificação, seleção e sistematização de dados relevantes; desenho de uma base de dados enquanto estrutura alicerce dos mapas; análise e divulgação de resultados através de mapas interativos. O primeiro desses passos, a seleção dos dados, pressupõe uma coerência com o quadro de análise, neste caso fixado por três limites distintos: geográfico, cronológico e temático.

O limite geográfico é, obviamente, dado o objeto de estudo, a Península Ibérica. Contudo é preciso recordar que um conceito geográfico como este não está isento de problemas, tanto teóricos como práticos, como já apontámos anteriormente. Embora a maior parte dos dados relevantes para este projecto se situem, efectivamente, no território geográfico da Península, não é possível obviar que este não é suficiente para abranger o conjunto total, já que alguns dos agentes culturais mais significativos deste período desenvolveram uma parte da sua vida fora do âmbito geográfico peninsular. Assim, o mapa deverá focar-se fundamentalmente na Península, mas sem descurar outras áreas geográficas relevantes, tais como os arquipélagos es-

13 <http://pslk.zrc-sazu.si> (2019-01-11).

panhóis e portugueses, ou os espaços dos exílios ibéricos. Foram excluídas, *a priori*, as relações dos Estados peninsulares com os seus respectivos territórios coloniais (Cuba, Porto Rico, Filipinas, etc.; Angola, Moçambique, Timor Oriental, etc.), já que a sua inclusão levaria a um conjunto muito diferente de relações, problemas e reflexões.

Em relação aos limites cronológicos, inicialmente foram seleccionadas as datas (mais simbólicas que efetivas) de 1870 e 1930. O ano de 1870 é relevante sobretudo no contexto da literatura e cultura portuguesas, já que faz referência, simbolicamente, à Geração de 70, grupo de intelectuais e escritores - entre os quais se destacam Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queirós e Teófilo Braga -, que promoveu a aproximação cultural entre Portugal e Espanha. Contudo, uma vez iniciada a recolha dos dados, foi sentida a necessidade de retroceder dois anos, até à data da Revolução 'Gloriosa' de Espanha (que significou o destronamento e o exílio da rainha Isabel II e o início do período denominado 'Sexénio Democrático'), já que este acontecimento teve uma importante repercussão nos intelectuais portugueses. De forma semelhante, a data de 1930 inicialmente estabelecida, que pretendia fechar o campo de estudo antes da implantação da II República em Espanha, estendeu-se até 1936, em que teve início da Guerra Civil espanhola, facto histórico que alterou de forma muito mais radical os relacionamentos entre ambos os países.

Mais difícil ainda é seleccionar o relevante entre uma infinidade de eventos, publicações, personalidades e instituições literárias existentes na Península Ibérica neste período. A diferença do projeto esloveno já mencionado, que se ocupava de um único espaço literário e cultural num momento de constituição e desenvolvimento desse sistema, no caso do *Mapa digital* são múltiplas as áreas culturais envolvidas, com uma produção e uma actividade de uma amplitude impossível de abranger, como já foi apontado. Assim, para além de limitar o nosso foco àqueles fenómenos culturais que implicam a inter-relação entre mais do que um sistema literário ibérico, foi também preciso seleccionar em função da relevância que estes fenómenos tiveram nos diversos sistemas; assim, por exemplo, foram escolhidas obras que tiveram uma difusão e um impacto reconhecível não só no sistema literário em que foram produzidas, mas também noutro ou noutros sistemas ibéricos. Da mesma forma, foram introduzidas na base de dados aquelas instituições relevantes para o período estudado, em função da relevância dos membros que as compõem. Naturalmente, esta selecção comporta sempre o perigo da arbitrariedade na escolha que, por enquanto, nos parece dificilmente evitável.¹⁴

14 O conceito de 'relevância sistémica', apresentado por Isaac Lourido no seu texto neste mesmo volume, pode servir de base para tentar ultrapassar esta aparente e problemática arbitrariedade na escolha.

Outro perigo inerente ao processo de seleção da informação consiste na possível circularidade que se estabelece entre as hipóteses de partida e os resultados finais do projeto, isto é, que o mapa digital final não represente mais (nem menos) do que os conhecimentos prévios dos investigadores do projeto no momento da sua implementação. Para evitar esta circularidade, recorreu-se a uma leitura pormenorizada da bibliografia secundária mais relevante publicada sobre as relações literárias ibéricas no período, para o qual a base de dados IStReS, *Iberian Studies Reference Site*,¹⁵ foi essencial. Foram, assim, nesta fase do projecto estabelecidos os limites dos dados relevantes; posteriormente foram selecionados e codificados para a análise e para a visualização cartográfica, e introduzidos na base de dados desenhada para tal efeito. Uma vez concluída esta primeira fase, e depois de desenvolvida uma primeira análise dos dados e uma experimentação com a visualização cartográfica resultante, realizar-se-ão pesquisas específicas para completar os espaços ou períodos menos representados, ou pelo menos para comprovar se esta infra-representação corresponde, de facto, a uma menor produtividade nessas áreas, ou a uma menor presença na bibliografia secundária especializada.

É o caso, por exemplo, das autoras e mulheres intelectuais, cuja presença na base de dados é até agora limitada: no momento atual da pesquisa, apenas um 11% dos autores do corpus (16 num universo de 150) são mulheres. É por isso possível perguntarmo-nos se esta escassa representação espelha uma falha na bibliografia consultada até a data, ou a exclusão feminina das elites culturais da época.¹⁶ Isto não impediu que surgissem figuras pioneiras em diversos âmbitos literários e culturais, tais como Emilia Pardo Bazán, Ana de Castro Osório ou Caterina Albert ('Víctor Català'), as quais já figuram na base de dados do *Mapa digital*. No entanto, é também possível que o campo dos estudos literários ibéricos tenha aprofundado menos o percurso e a contribuição feminina, o que levaria a uma menor presença na base; recentes investigações, como a *New History of Iberian Feminisms* (Bermúdez, Johnson 2018) podem, nesse sentido, realizar um contributo muito importante para a recuperação de um capítulo esquecido da história cultural ibérica.

15 Esta base de dados, desenvolvida no Centro de Estudos Comparatistas em colaboração com o Boston College, recolhe bibliografia relativa aos estudos literários e culturais ibéricos publicada depois do ano 2000. Encontra-se disponível em <http://istres.lettras.utisboa.pt> (2019-01-11).

16 Em Portugal, por exemplo, só no ano letivo de 1891-92 foi aceite pela primeira vez uma mulher na Universidade de Coimbra, mantendo-se a única até ao ano de 1896-97 (Vaquinhas 2018, 222).

PERSONALIDADES			OBRAS, TEXTOS			PUBLICACOES			INSTITUICOES			EVENTOS			ENCONTROS			TRADUÇÕES			EDITORES			PARTICIPANTES		
Nome do campo	Tipo de dados	Descrição (Opcional)																								
ID_AUTOR	Numeração automática	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR/ ID_AUTOR																								
NOME	Texto Breve	NOME COMPLETO/ NOME																								
PSEUDO	Texto Breve	NOME ALTERNATIVO (PSEUDÓNIMOS E ALCUNHAS) / NOME_ALT																								
ATIV	Texto Breve	ATIVIDADE PRINCIPAL/ ATIV																								
SEXO	Texto Breve	SEXO/ SEX																								
NACIONALIDADE	Texto Breve	NACIONALIDADE/ NAC																								
LINGUA_MATERNA	Texto Breve	LÍNGUA NATIVA/ LING_NATIV																								
LOCAL_NASCIMENTO_ANTIGA	Texto Breve	NOME ANTIGO DA RUA/ LOCAL_NASC																								
LOCAL_NASCIMENTO_ATUAL	Texto Breve	NOME ATUAL DA RUA (MORADA, FREGUESIA, CONCELHO, DISTRITO)/ LOCAL_NASC_ATUAL																								
LOCAL_NASCIMENTO_Y	Número	LOCAL_NASCIMENTO Y/ LOCAL_NASC_Y																								
LOCAL_NASCIMENTO_X	Número	LOCAL_NASCIMENTO X/ LOCAL_NASC_X																								
DATA_NASCIMENTO	Data/Hora	DATA DE NASCIMENTO/ DATA_NASC																								
HABILITACOES_LITERARIAS	Texto Breve	GRAU DE ESCOLARIDADE/ ESCOLARID																								
LOCAL_MORTE_ANTIGA	Texto Breve	MORADA ANTIGA/ LOCAL_MORT																								
LOCAL_MORTE_ATUAL	Texto Breve	MORADA ATUAL (MORADA, FREGUESIA, CONCELHO, DISTRITO)/ LOCAL_MORT_ATUAL																								
LOCAL_MORTE_Y	Número	LOCAL DE MORTE Y/ LOCAL_MORT_Y																								
LOCAL_MORTE_X	Número	LOCAL DE MORTE X/ LOCAL_MORT_X																								
DATA_MORTE	Data/Hora	DATA DA MORTE/ DATA_MORT																								
IDEOLOGIA_POLITICA	Texto Breve	IDEOLOGIA POLÍTICA OU PARTIDO/ IDEO																								
FONTES	Texto Longo	FONTES/ FONT																								
WEB	Hiperligação	PÁGINA WEB/ WEB																								
ANEXOS	Anexo	ANEXOS/ ANEX																								

Figura 1 Tabelas da base de dados com destaque para a de 'Personalidades'. Fonte: Mapa digital

2.2 Desenho da base de dados

Uma vez estabelecidos os limites do corpus, procedeu-se ao desenho de uma base de dados do tipo relacional, para a qual utilizou-se o software Access da Microsoft. Num primeiro desenho da base, os dados foram agrupados em sete conjuntos: autores, publicações periódicas, obras e textos, instituições, eventos, encontros e traduções (embora, nesta primeira fase, algumas destas tabelas tenham sido abandonadas). Estas tabelas [fig. 1] representam os fenómenos considerados relevantes para o mapeado das interações culturais ibéricas, em função dos objetivos do projecto.

No conjunto da base de dados, a tabela de 'personalidades' funciona como a tabela fundamental, ou seja, é aquela com a qual se conectam todas as demais, direta ou indiretamente, resultado do facto de serem estas personalidades (autores, editores, tradutores, etc.) os agentes activos da teia que pretendemos traçar. As tabelas 'Obras e textos' e 'Publicações' fazem referência a obras individuais e periódicas respectivamente, enquanto a tabela de 'Instituições' reúne informações sobre entidades colectivas nas quais se agrupam os indivíduos participantes nestas relações ibéricas.¹⁷ Por outra parte, as tabelas 'editores', 'participantes' e 'membros' (como se aprecia na [fig. 2]), são complementares, respectivamente, das tabelas 'publicações', 'eventos' e 'instituições', permitindo associar a estas últimas mais do que uma personalidade, evitando duplicar informação nas tabelas principais.

¹⁷ Estas instituições são por sua vez subdivididas em diversos tipos: movimentos, grupos literários, instituições de ensino, etc.

PERSONALIDADES		
Nome do campo	Tipo de dados	Descrição (Opcional)
ID_AUTOR	Numeração automática	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR/ ID_AUTOR
NOME	Texto Breve	NOME COMPLETO/ NOME
PSEUDO	Texto Breve	NOME ALTERNATIVO (PSEUDÓNIMOS E ALCUNHAS) / NOME_ALT
ATIV	Texto Breve	ATIVIDADE PRINCIPAL/ ATIV
SEXO	Texto Breve	SEXO/ SEX
NACIONALIDADE	Texto Breve	NACIONALIDADE/ NAC
LINGUA_MATERNA	Texto Breve	LÍNGUA NATIVA/ LING_NATIV
LOCAL_NASCIMENTO_ANTIGA	Texto Breve	NOME ANTIGO DA RUA/ LOCAL_NASC
LOCAL_NASCIMENTO_ATUAL	Texto Breve	NOME ATUAL DA RUA (MORADA, FREGUESIA, CONCELHO, DISTRITO)/ LOCAL_NASC_ATUAL
LOCAL_NASCIMENTO_Y	Número	LOCAL_NASCIMENTO Y/ LOCAL_NASC_Y
LOCAL_NASCIMENTO_X	Número	LOCAL_NASCIMENTO X/ LOCAL_NASC_X
DATA_NASCIMENTO	Data/Hora	DATA DE NASCIMENTO/ DATA_NASC
HABILITACOES_LITERARIAS	Texto Breve	GRAU DE ESCOLARIDADE/ ESCOLARID
LOCAL_MORTE_ANTIGA	Texto Breve	MORADA ANTIGA/ LOCAL_MORT
LOCAL_MORTE_ATUAL	Texto Breve	MORADA ATUAL (MORADA, FREGUESIA, CONCELHO, DISTRITO)/ LOCAL_MORT_ATUAL
LOCAL_MORTE_Y	Número	LOCAL DE MORTE Y/ LOCAL_MORT_Y
LOCAL_MORTE_X	Número	LOCAL DE MORTE X/ LOCAL_MORT_X
DATA_MORTE	Data/Hora	DATA DA MORTE/ DATA_MORT
IDEOLOGIA_POLITICA	Texto Breve	IDEOLOGIA POLÍTICA OU PARTIDO/ IDEO
FONTES	Texto Longo	FONTES/ FONT
WEB	Hiperligação	PÁGINA WEB/ WEB
ANEXOS	Anexo	ANEXOS/ ANEX

Figura 3 Estrutura da tabela 'Personalidades' com destaque dos campos relativos à localização geográfica. Fonte: Mapa digital

Como se observa no exemplo da tabela de personalidades [fig. 3], cada uma destas tabelas tem pelo menos um elemento geográfico, descrito primeiro em formato textual (com dois campos diferentes tendo em conta a possível alteração dos topónimos históricos), e codificado também através de coordenadas de longitude e latitude, de forma a que cada item da base de dados possa ser visualizado posteriormente em forma cartográfica. O nível de exatidão destes dados geográficos depende do tipo de dado (lugar de nascimento, lugar de publicação, local de um evento, etc.), mas também da informação acessível e disponível, que pode variar desde o país à morada exata.

Existem, naturalmente, dificuldades em localizar de forma precisa fenómenos ou eventos que pela sua própria natureza ocupam espaços mutáveis, fluidos ou dispersos. Referimo-nos, por exemplo, aos movimentos ou instituições literárias, tais como o naturalismo ou a Geração de 70, que não apresentam um vínculo direto com nenhum elemento geográfico, ou pelo contrário, possuem tantos vínculos, a territórios tão vastos, cuja leitura espacial perde expressão; nestes casos, optou-se por não estabelecer uma localização exata, nem sequer de âmbito simbólico, de forma que a conexão destes movimentos com o território estará mediada pelas localizações respectivas dos seus eventos, membros e/ou participantes, textos publicados, etc. Por outro lado, no caso das instituições, eventos ou publicações periódicas com diversas redações ao longo do tempo, optámos pela escolha de apenas um local representativo, de forma a evitar a multiplicação de entradas reiterativas na base de dados.

Por outra parte, a estrutura da base de dados, e a sua natureza relacional, permitirá numa fase posterior realizar pesquisas complexas, de forma a poder extrair informações específicas combinando vários campos de várias tabelas da base de dados.

2.3 Visualizar relações: alguns problemas previstos

O elemento último no processo dos dados recolhidos no *Mapa digital* consiste no desenvolvimento técnico da visualização dos dados através de mapas e discussão de resultados. Dado que o projecto se encontra ainda numa fase exploratória quanto à visualização dos dados, colocaremos a continuação alguns dos problemas previstos na transformação das informações recolhidas na base de dados em formato cartográfico, assim como possíveis soluções para estes problemas. As dificuldades sentidas relacionam-se com a complexidade de representar relações mediante ferramentas digitais; com a visualização de múltiplos dados associados a um mesmo ponto geográfico ou vários pontos associados ao mesmo fenómeno; com a inclusão do eixo temporal no mapa; ou com a relação entre representação gráfica e texto.

O primeiro aspeto (dificuldade na representação de relações) é talvez o mais complexo, e também o que ocupa um lugar mais central relativamente aos objetivos do projeto. Com efeito, a representação cartográfica com base nos GIS representa três tipos de objeto: pontos, linhas e polígonos; em troca, o conceito de relação (que implica uma interconexão entre dois ou mais pontos, ou entre pontos e zonas) resulta estranho à maioria de ferramentas habituais de criação de mapas digitais. Uma possível solução para este problema é o desenho de visualizações através de *dashboards* semelhantes aos utilizados pelo projeto *Mapping the Republic of Letters*, nos quais se visualiza a interconexão entre diversos pontos (origem e destino das distintas cartas, neste caso). Também não é descartável a opção de criar sub-mapas (ou inclusive subprojetos) para subconjuntos de dados específicos; por exemplo, para cartas trocadas ou para traduções. Por outra parte, uma abordagem aos dados focada no conceito de relação poderá também beneficiar do recurso a ferramentas de análise de redes, algumas das quais têm já funções de visualização de dados geográficos. É o caminho escolhido, por exemplo, pelo projeto *MapModern. Mapping Hispanic Modernity. Cross-Border Literary Networks and Cultural Mediators (1908-1939)*,¹⁸ com um objeto de estudo semelhante mas com uma metodologia diferente e focada, precisamente, na análise de redes.

Outro problema comum neste tipo de projetos, também enfrentado pelo *Mapa digital*, é o facto de se registarem vários dados num mesmo ponto geográfico, ou em pontos geograficamente muito próximos, resultando em perda de informação por sobreposição visual. Esta questão fica resolvida de forma relativamente simples, com a criação de *clusters* de pontos que indicam o número total de elementos, e que se subdividem à medida que o utilizador aproxima a visão do mapa mediante o *zoom*, tal como se observa na [fig. 4].

18 <https://mapmodern.wordpress.com/> (2019-01-11).



Figura 4 Visualização da informação sobre traduções em forma de *clusters* com tamanhos proporcionais e numerados. Fonte: *Mapa digital*

Igualmente conflituoso é o caso inverso: ter pontos diferentes associados ao mesmo fenómeno, como é o caso das tertúlias do Cenáculo, que para o período estudado ocorreram em pelo menos três lugares diferentes [fig. 5]. Mesmo correndo o risco de perda de informação, decidimos selecionar apenas a localização mais importante durante o período estudado, de modo a permitir maior clareza visual. Outra solução alternativa passaria por incluir várias localizações relacionadas com um mesmo fenómeno, associadas às respectivas datas, de forma que seriam visíveis com o movimento na linha temporal.

Também exige uma reflexão, a partir do ponto de vista técnico e conceptual, a integração do eixo temporal no mapa, dado que a cartografia considerou, tradicionalmente, o espaço como a sua dimensão primordial, deixando de parte a inclusão da dimensão temporal (Gregory 2010). A combinação de visualização espacial e decorrer cronológico foi, de facto, objeto de reflexões frequentes no campo da cartografia digital (Goodchild 2008). Do ponto de vista visual, a solução mais simples e mais frequente é a integração de uma barra de tempo associada ao mapa, que permite ao usuário escolher o período dos resultados mostrados [fig. 6], mas é preciso explorar soluções mais dinâmicas e mais intuitivas para a integração de ambos eixos (espacial e temporal).

A última questão colocada para a análise se relaciona com a integração entre a visualização através de mapas, e as legendas ou textos explicativos que ajudam a dar sentido ao mapa. A ausência total de textos (tal como na [fig. 6]) pode dificultar a interpretação da informação, ou até mesmo torná-la totalmente opaca para usuários que não estejam a par do significado dos diversos pontos e espaços geo-

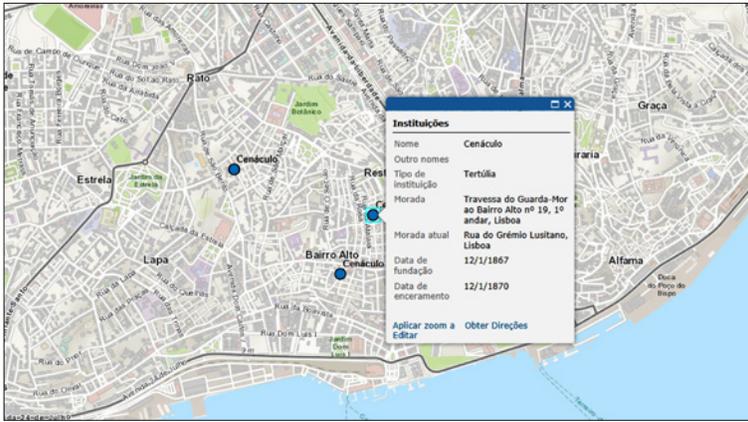


Figura 5 Visualização da tertúlia do Cenáculo no mapa de Lisboa. Fonte: *Mapa digital*



Figura 6 Visualização de traduções, com barra temporal na parte inferior. Fonte: *Mapa digital*

gráficos representados. Uma legenda simples que explique a significação dos símbolos incluídos no mapa, pode oferecer uma primeira camada de significação. No entanto, o uso de ferramentas como *StoryMaps* permite vincular texto, imagem, multimedia, hiperligações e cartografia para oferecer ao utilizador uma leitura guiada da informação. É a opção escolhida pelo projeto *Compostela geoliteraria*, em secções como ‘Espacios de la acción’, ‘Cartografías del afecto’ ou ‘Mapas literarios y SIG’, entre outros.

A solução adotada para o *Mapa digital das relações literárias ibéricas* deverá necessariamente integrar complementos textuais que ajudem a interpretar os dados visualizados através do mapa; porém, será importante precaução quanto à sobreposição do texto ao mapa, até ao ponto de voltar a criar uma história cronológica, textual e narrativa, ou seja, usando o mapa só como ilustração (por muito visual e interativa que seja) de uma história literária de moldes tradicionais.

3 Reflexões finais

Como tentámos mostrar nas secções anteriores, o projeto *Mapa digital das relações literárias ibéricas* partilha a sua metodologia básica, e também de alguns dos riscos e problemas, com outros projetos similares dedicados à representação cartográfica de fenómenos literários e culturais. Todo projeto de GIS literário deve negociar, de facto, com uma série de tensões inerentes à sua própria natureza: a tensão entre os objetivos teóricos do projeto e as possibilidades oferecidas pelas ferramentas disponíveis; a tensão de ter que traduzir em elementos visualmente representáveis (pontos, linhas, polígonos) fenómenos culturais caracterizados pela pluralidade, a interconexão e a fluidez; a tensão entre incluir demasiada informação, transformando-a em ruído, ou incluir uma seleção demasiado reduzida, limitando o valor do conteúdo do projeto; a tensão entre incluir texto(s) explicativo(s) que ajude o usuário a compreender a informação do mapa, e o perigo de sobrepor o texto ao mapa, reduzindo-o a mera ilustração; ou à tensão entre os eixos espacial e temporal e ao modo de fazer com que ambos interatuem no mapa.

Daí que este o *Mapa digital* seja concebido em primeiro lugar como um campo de teste, uma área de experimentação metodológica que pode dar lugar a um *know-how* aplicável a outras investigações semelhantes, e ao mesmo tempo gerar subprojetos sobre temas, áreas ou objetos não incluídos neste primeiro desenvolvimento (por exemplo, cartas trocadas ou traduções), e experimentar com ferramentas de visualização diversas que permitam diferentes soluções às questões anteriormente colocadas. Enquanto a cartografia digital dos textos de ficção se desenvolveu de forma exponencial nos últimos anos, os projetos sobre a literatura no espaço, tais como *The*

Space of Slovenian Literary Culture ou o que aqui apresentamos, são menos numerosos. O desenvolvimento deste tipo de investigações, e a reflexão teórica gerada através do diálogo entre elas, pode ajudar a cimentar uma nova forma de conceber e divulgar a história literária através da cartografia.

Por fim, não se deve esquecer que uma das inovações deste projeto se relaciona, precisamente, com o seu objeto de estudo: uma história literária que não tenta apenas fugir da narrativa teleológica e da centralidade da cronologia, mas que, interligando-se com os postulados dos estudos ibéricos, também questiona os limites linguísticos e nacionais que dominaram a história literária dos últimos séculos. A capacidade de oferecer uma visão multicêntrica e não dominada nem hierarquizada pelas divisões políticas, muitas vezes afastadas ou contrárias aos fluxos culturais, permite que esta investigação resulte potencialmente interessante para a reflexão em torno dos fundamentos históricos dos sistemas literários. Por outra parte, o processo de seleção, compilação e sistematização dos dados destinados a visualização através do mapa (personalidades, publicações, eventos, instituições, etc.) têm como resultado um conjunto de informação até agora dispersa e em certos casos, pouco explorada, o que em si mesmo pode ser uma contribuição para o campo dos estudos ibéricos.

Referências bibliográficas

- Alves, Daniel; Queiroz, Ana Isabel (2015). «Exploring Literary Landscapes: From Texts to Spatiotemporal Analysis through Collaborative Work and GIS». *International Journal of Humanities and Arts Computing*, 9(1), 57-73.
- Bermúdez, Sílvia; Johnson, Roberta (eds) (2018). *A New History of Iberian Feminisms*. Toronto: Toronto University Press.
- Bodenhamer, David J. (2010). «The Potential of Spatial Humanities». Bodenhamer, David J.; Corrigan, John; Harris, Trevor M. (eds), *The Spatial Humanities: Gis and the Future of Humanities Scholarship*. Bloomington: Indiana University Press, 14-30.
- Bou, Enric (2010). «On Rivers and Maps. Iberian Approaches to Comparatism». Martín-Estudillo, Luis; Spadaccini, Nicholas (eds), *New Spain, New Literatures*. Nashville (TN): Vanderbilt University Press, 3-26.
- Bou, Enric (2015). *The Invention of Space: City, Travel and Literature*. Madrid; Frankfurt am Main: Iberoamericana; Vervuert.
- Bush, Christopher (2017). «Areas: Bigger than the Nation, Smaller than the World». Heise, Ursula K. (ed.), *Futures of Comparative Literature: ACLA State of the Discipline Report*. New York: Routledge, 171-3.
- Cabo Aseguinolaza, Fernando (2011). «The Spatial Turn in Literary Historiography». *CLCWeb – Comparative Literature and Culture*, 13(5), s.p. DOI <https://doi.org/10.7771/1481-4374.1903>.
- Cabo Aseguinolaza, Fernando; Abuín González, Anxo; Domínguez, César (eds) (2010). *A Comparative History of Literatures in the Iberian Peninsula*, vol. 1. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins.

- Calderwood, Eric (2014). «'In Andalucía, There are no Foreigners': *Andalucismo* from Transperipheral Critique to Colonial Apology». *Journal of Spanish Cultural Studies*, 15(4), 399-417.
- Casanova, Pascale (1999). *La République mondiale des Lettres*. Paris: Seuil.
- Casas, Arturo (2003). «Sistema interliterario y planificación historiográfica a propósito del espacio geocultural ibérico». *Interlitteraria*, 8, 68-96.
- Damrosch, David (2003). *What is World Literature?* Princeton: Princeton University Press.
- Domínguez, César; Abuín González, Anxo; Sapega, Ellen (eds) (2016). *A Comparative History of Literatures in the Iberian Peninsula*, vol. 2. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins.
- Đurišin, Dionýz (1988). *Theory of Interliterary Process*. Bratislava: Veda – Publishing House of the Slovak Academy of Sciences.
- Even-Zohar, Itamar (1990). «Polysystem Studies», núm. monogr., *Poetics Today*, 11(1). URL https://m.tau.ac.il/~itamarez/works/books/Even-Zohar_1990--Polysystem%20studies.pdf (2019-07-04).
- Goodchild, Michael F. (2008). «Combining Space and Time: New Potential for Temporal GIS». Knowles, Anne Kelly; Hillier, Amy (eds), *Placing History: How Maps, Spatial Data, and GIS Are Changing Historical Scholarship*. Redlands (CA): ESRI, 179-97. URL <http://www.geog.ucsb.edu/~good/papers/442.pdf> (2019-01-11).
- Gregory, Ian N. (2010). «Exploiting Time and Space: A Challenge for GIS in the Digital Humanities». Bodenhamer, David J.; Corrigan, John; Harris, Trevor M. (eds), *The Spatial Humanities: GIS and the Future of Humanities Scholarship*. Bloomington: Indiana University Press, 58-75.
- Harrington, Thomas S. (2000). «La generación del 98 y sus correlatos intrapeninsulares: una propuesta para un acercamiento panibérico al estudio de la producción cultural del primer cuarto del siglo XX». *Anuari de filologia. Secció F, Estudis de llengua i literatura espanyols*, 10, 49-64.
- Harvey, David (2001). *Spaces of Capital. Towards a Critical Geography*. New York: Routledge.
- Hess-Lüttich, Ernest W.B. (2012). «Spatial Turn: On the Concept of Space in Cultural Geography and Literary Theory». *meta - carto - semiotics. Journal for Theoretical Cartography*, 5, 27-37.
- hooks, bell (1990). *Yearnings: Race, Gender and Cultural Politics*. Boston: South End Press.
- Juvan, Marko (2015). «The Spatial Turn, Literary Studies, and Mapping». *European Review*, 23(1), 81-96.
- Juvan, Marko; Dokler, Joh (2015). «Towards a GIS-Analysis of Literary Cultures: The Making of the Slovenian Ethnoscape through Literature». *International Journal of Humanities and Arts Computing*, 9(2), 196-218.
- Lambert, José (1991). «In Quest of Literary World Maps». Kittel, Harald; Frank, Armin Paul (eds), *Interculturality and the Historical Study of Literary Translations*. Berlin: Erich Schmidt, 133-44.
- Leal, Luísa; Fernández García, María Jesús (eds) (2012). *Imagologías ibéricas: construyendo la imagen del otro peninsular*. Mérida: Gabinete de iniciativas transfronterizas.
- Lefebvre, Henri (1974). *La production de l'espace*. Paris: Anthropos.
- Massey, Doreen (1994). *Space, Place and Gender*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Moretti, Franco (1997). *Atlante del Romanzo Europeo, 1800-1900*. Torino: Eunadi.

- Moretti, Franco (2004). *Graphs, Maps, Trees*. London: Verso.
- Pérez Isasi, Santiago (2013). «Iberian Studies: A State of the Art and Future Perspectives». Pérez Isasi, Santiago; Fernandes, Ângela (eds), *Looking at Iberia. A Comparative European Perspective*. Oxford: Peter Lang, 11-25.
- Piatti, Barbara; Bär, Hans Rudolf; Reuschel, Anne-Kathrin; Hurni, Lorenz; Cartwright, William (2009). «Mapping Literature: Towards a Geography of Fiction». Cartwright, William; Gartner, Georg; Lehn, Antje (eds), *Cartography and Art*. Berlin: Springer, 1-16. DOI <https://doi.org/10.1007/978-3-540-68569-2>.
- Piatti, Barbara; Reuschel, Anne-Kathrin; Hurni, Lorenz (2009). «Literary Geography – or How Cartographers Open Up a New Dimension for Literary Studies». *Proceedings of the 24th International Cartography Conference*. Santiago de Chile: International Cartographic Association, s.p. URL http://ica-ci.org/files/documents/ICC_proceedings/ICC2009/html/nonref/24_1.pdf (2019-01-11).
- Pinheiro, Teresa (2013). «Iberian and European Studies – Archaeology of a New Epistemological Field». Pérez Isasi, Santiago; Fernandes, Ângela (eds), *Looking at Iberia. A Comparative European Perspective*. Oxford: Peter Lang, 27-42.
- Resina, Joan Ramon (2009). *Del hispanismo a los estudios ibéricos. Una propuesta federativa para el ámbito cultural*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Sáez Delgado, Antonio; Pérez Isasi, Santiago (2018). *De espaldas abiertas. Relaciones literarias y culturales ibéricas (1870-1930)*. Granada: Comares.
- Santos Unamuno, Enrique (2002). «Cartografías literarias (Reflexiones teóricas con algunos ejemplos recientes de narrativa peninsular)». *Laurel. Revista de Filología*, 5, 63-107.
- Santos Unamuno, Enrique (2017). «GIS and Telescopic Reading: between Spatial and Digital Humanities». *Neohelicon*, 44, 65-81. DOI <https://doi.org/10.1007/s11059-017-0381-1>.
- Soja, Edward (1996). *Thirdspace: Journeys to Los Angeles and Other Real-and-Imagined Places*. Cambridge (MA): Blackwell.
- Torres Feijó, Elias (2004). «Contributos sobre o objecto de estudo e metodologia sistémica. Sistemas literários e literaturas nacionais». Tarrío Varela, Anxo; Abuín González, Anxo (eds), *Bases metodológicas para unha historia comparada das literaturas na península ibérica*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 419-40.
- Torres Feijó, Elias (2011). «About Literary Systems and National Literatures». *CLCWeb: Comparative Literature and Culture*, 13(5). DOI <https://doi.org/10.7771/1481-4374.1901>.
- Tuan, Yi-Fu (1977). *Space and Place*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Vaquinhas, Irene (2018). «Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes caboverdianas». *História. Revista da FLUP*, 8(1), 219-44. DOI <https://doi.org/10.21747/0871164X/hist8a12>.

Identitats i polifonia literàries Claus centrípetes i centrífugues a la xarxa peninsular

Juan Miguel Ribera Llopis

Universidad Complutense de Madrid, España

Abstract By focusing on the Iberian Peninsula as an interliterary community, and taking into consideration the points of confluence and friction among its literary traditions, this chapter reflects on the development of a shared system, one which does not fail to recognise each Iberian historical identity. The establishment of this network will allow us to determine or question the links between them, their shared or individual signals as well as the projection of internal and external signs of identity. Recognising it, it should be possible to establish the network's validity, and therefore, its diachronic verification or its transitory nature according to certain synchronous criteria.

Keywords Interliterariness. Polyphony. Centripetal and centrifugal movements. Vertical and horizontal historiography.

Sumari 1 Veus literàries i harmonització teòrica. – 2 Joc de perspectives. – 3 A propòsit del «Cercle Maristany» i de les apreciacions crítiques de Thomas S. Harrington.

1 Veus literàries i harmonització teòrica

La simultaneïtat de diversos sons que, harmònicament i malgrat la seva independència, es conjuga en un tot, constituint una ordenada composició feta de diferents melodies bàsiques, se'n ofereix des de la teoria musical com a referent sobre el qual emmirallar-nos literàriament i comunitària. El que en aquesta resolució musicològica es denomina *polifonia*, Sötér (1974, 19-24) ho trasllada a la contemplació d'un període històric, on podran tenir cabuda la proposta individualitzada de cada obra de cada autor, les tendències



Edizioni
Ca' Foscari

Biblioteca di Rassegna iberistica 16

e-ISSN 2610-9360 | ISSN 2610-8844

ISBN [ebook] 978-88-6969-323-6 | ISBN [print] 978-88-6969-324-3

Peer review | Open access

Submitted 2018-09-25 | Accepted 2018-11-16 | Published 2019-08-02

© 2019 | © Creative Commons Attribution 4.0 International Public License

DOI 10.30687/978-88-6969-323-6/010

estilístiques i fins la interrelació amb altres fets literaris i de les altres arts en el marc d'una o vàries literatures. Doncs, fem el nostre propi trasllat i actuem a propòsit de les veus o tradicions literàries peninsulars que es troben al llarg d'un o diversos períodes –en una continuada cronologia, per què no–, tot això en un espai culturalment compartit. Una proposta d'aquest tipus que veiem rebutjada per Aldridge (1973) davant la hipòtesi de la zona llatinoamericana, a la fi faltada d'homogeneïtat segons ell, mancada de real *harmonia* ens podria dir l'estudiós, ens la qüestionem davant el nostre espai ibèric. Sobre aquesta possibilitat, tot acceptant un eix vertebrador fet de *factors genètics* (criteris d'ordre geogràfic, ètnic i que nosaltres preferim contemplar com a àmpliament cultural, lingüístic i, el més històricament transitori, amb un abast polític-administratiu) –tal com els hem après i aprofitat a partir de Đurišin (1984a; 1984b, 289-94) i apreciant-los en un *contínuum* fet de forces dinamitzadores, és a dir dinàmicament reformuladores del que en un determinat cicle està vigent; això darrer d'acord amb la lectura i el profit que a títol personal traiem del concepte de *camp* establert per Bourdieu (1991, 4-5, 19)–, flexibilitzarem la suposada i compacta objectivació de la *comunitat interliterària* que se'n deriva, tornant per una estona a l'esmentat referent musical.

On la *polifonia* posada en les mans i els instruments d'una orquestra, o en gorges i veus d'una coral, permet entrades i sortides dels seus components sonors o canors mitjançant l'apropiació d'una de les seves melodies individualitzades per tornar, a posteriori, a la conjunció harmònica –la que resultarà enriquida, tota ella, per aquell *solo*– i propulsar tot seguit l'avanç de la partitura compartida, cal apreciar com la corresponent *polifonia* documentada des de les aportacions escrites d'una *xarxa interliterària* plural no es descamina de l'esmentat itinerari musical pres com a model. Les tradicions que, instal·lades en un àmbit de l'indar veïns, vehicularan en el temps la pròpia creixença literària, tenen en comú un patrimoni al qual no són alienes i que les condueix a viure en els marges de la correspondència. No obstant això, als nexes s'afegeixen intercanvis puntuals i relacions de tot tipus desenvolupats diacrònicament. Connexions que animen la dinàmica pròpia feta de pautes que li són patrimonials, de la reinterpretació del substrat propi però també mitjançant la potenciació derivada dels contactes particulars amb tradicions externes respecte a la nadiua *comunitat* que comparteix un determinat nivell d'*interliterarietat*.

És en aquest punt on una puntual tradició literària pot entonar el seu privat *solo* en comparació a la *melodia* zonalment conjugada. Però, recordem-ho, aquesta nova *melodia*, no més diversa que les components del conjunt bàsic –el dels *factors genètics* comuns–, pot enllaçar-se per mitjans literaris en la melodia polifònicament conjunta. En tal cas, la tradició que té aquest comportament actua de manera funcional com a introductora o, com a poc, potenciadora des de

la pròpia praxi d'una nova força dinamitzadora del conjunt literari. I és davant aquesta hipòtesi practicada des de la diacronia on caldrà interrogar-se sobre la verificació o transitorietat temporal del que poden haver estat puntuals capítols del diàleg, en el nostre cas, ibèric; i només després s'haurà de calibrar la vàlua dels documents resultants amb criteris sincrònics.

El creuament que això comporta entre diacronia i sincronia -no sabem si atrevir-nos a dir aquí la necessitat, fins i tot la naturalitat amb la qual s'hauria de practicar críticament; el que, pensem, caldria incorporar o potser resta implícit en els passos que Casas (2000, 56-61) contempla en l'evolució per part de la historiografia literària cap a la consideració dels *sistemes interliteraris*; en particular pel recuperat interès per les relacions entre individu i medi social i polític, diacrònicament variables un i altres- es projecta de forma explicativa sobre la hipotètica carta on podríem representar la plasmació d'una xarxa feta de forces i constants de tipus *centrípet* en clau anivelladora junt amb concretes sortides i possibles tornades de caire *centrífug* en clau primerament diferenciadora però, a la llarga i de mode factible, conciliadora. El joc que permet l'aprofitament de la constatació de *forces centrípetes* i de *forces centrífugues* en un determinat espectre literari, per la nostra banda i a propòsit d'un conjunt de tradicions literàries l'hem contrastat amb Chizhevski (1983, 14-19 i ss.), aplicat amb bon criteri a la família literària eslava. En el cas d'aprofitar-nos d'alguna de les seves consideracions, fins i tot podríem respondre a Aldridge (1973, 150) quan qüestiona la noció de literatura llatinoamericana, posant de manifest que l'escriptor mexicà, argentí o brasiler mira preferentment cap a les literatures nord-americana i europea. Som del criteri i de la constatació històrica -podem assegurar l'existència de més d'un *rubén darío*- que també ho poden fer i de fet ho han dut a terme autors de nacions que l'estudiós anglès sembla considerar menors, factibles de catalogació regional. En tot cas, la resposta hauria de calibrar que, per part d'uns i d'altres, puntuals o continuats aprenentatges d'ordre *centrífug* no deixen de retornar, en portuguès o en castellà, al plural entramat nacional però lingüísticament bicèfal de la geografia del centre i del sud americans. No resten necessàriament en les llengües dels focus d'atracció. I aquell retorn l'abasten les més diverses tradicions amb una repercussió que pot anar zonalment més enllà d'un puntual i localista viatge d'anada i de tornada pel que fa a l'atenció als models literaris, és a dir, entre el model extern i una específica i nadiua vida literària, bressol del creador atret per fonts, missatges i discursos externs.

Aquesta és la dinàmica que no sols notifica la comunitat literària ibèrica, sinó que potencia els estudis (més i més, culturals) iberístics. Dinàmica feta, en *clau centrípeta*, de nexes que en el temps s'animen però igualment poden minvar, és cert; però, en tot cas, realitat que dialècticament entra en polèmica amb les divergències que, en *clau*

centrífuga, poden allunyar patrimonialment una de les tradicions veïnes i que, per què no i no obstant això, pot suposar la via d'entrada d'un component extern, a la fi, globalment o parcial, per damunt dels llindars sempre filtrables de la xarxa comuna.

Ja a l'entramat ibèric podem atendre al perllongat horitzó líric que, l'atenció a i l'assumpció de poètiques i gramaticals *Leys i Fin'Amors* de falca provençal per part catalana i gallec-portuguesa, concedirà a la poesia peninsular fins als temps dels cançoners del segle XV, *Baena* i *Resende* com a referents clàssics; comptem a més amb la seva factura plurilingüe que deixa veure encara una fluïdesa comunicativa que ve dels nostres compartits orígens, pràctica i comprensió interlingüístiques que també ens documenta la formulació teatral de Gil Vicente, Torres Naharro i Joan Ferrandis o Fernández d'Heredia. Genealògicament, pensem així mateix en la novel·la sentimental d'aquella centúria, a propòsit de la qual encara se'ns fa dubtar d'una marca de partida que oscil·la de l'empenta boccacciana al desenvolupament de la *cantiga*, tot pensant en *Menina e moça* de Bernardim Ribeiro, i que, des del nostre occident, ens porta, de les mans de Dom Pedro de Portugal y Juan Rodríguez del Padrón, al centre val·lisoletà de Diego de San Pedro, per desembocar en tota una *moda* literària a les ribes mediterrànies: al català es traduiran *Sátira de infelice e felice vida* (c. 1453-55, trad. cat. c. 1464-66) i *Cárcel de Amor* (c. 1492, trad. cat. 1493), i en aquesta llengua sorgiran proses com les del *Jardinet d'orats* (darrer terç s. XV), substituïnt en un determinat temps les marques galorromàniques de la seva tradició sentimental, en un clar moviment d'hispanització.

En direcció contrària, orient-occident, s'hauria propulsat el primer humanisme provinent del *trecento* italià, gràcies als iniciàtics contactes de la Corona d'Aragó i, ja contemporàniament, des d'*El Europeo* (1823-24) barceloní, direcció i articles de l'emigrat liberal italià Luigi Monteggia llençarien sobre bona part de la geografia literària peninsular un Romanticisme que, ja en castellà i en català, ens provaran Ramón López Soler i Bonaventura Carles Aribau. Al seu temps i per la seva banda, les avantguardes podran triar models i referents externs mitjançant cadascuna de les nostres veus literàries, però, tot seguit, la magnífica salut de les revistes en els anys de la sotragada artística normalitzarà el mutu enriquiment. La madrilenya *La Gaceta Literaria* (1927-32), fundada per Ernesto Giménez Caballero, serà exemple de la cruïlla on es trobaran, entre textos i noticiaris centrals i de les perifèries voltants, bona part d'aquelles veus; revista que, permeteu-nos la imatge, esdevindrà la realització més propera a aquella altra desitjada amb anterioritat per Miguel de Unamuno, fent de nexa ibèric, amb Teixeira de Pascoaes i Joan Maragall a banda i banda peninsular. Això darrer, es notifica només a tall de mostra de la infraestructura i dels canals existents a favor del diàleg peninsular. Ho plantegem en aquesta visió de conjunt tenint sempre pre-

sents, d'una banda, les periodològiques correspondències o no entre les lletres castellanques i portugueses i dels seus portaveus, i, de l'altra, el perfil ideològic d'Ernesto Giménez Caballero, en un i altre cas acollint-nos a les documentades crides d'atenció per part Sáez Delgado (2015, 22-4; 2018, 33-4) sobre les referències dels anys trenta i quaranta de l'esmentat intel·lectual a Portugal i als escriptors lusitans. Tot això, a més, en un temps en el qual l'iberisme vuitcentista ja marxava més puntualment per la vessant del diàleg cultural. I encara parlant de revistes i d'entreguerres, valorem el desembarcament joyceà, consideració crítica i textos, des de *La Revista i Nós*, de gairebé iniciats els anys vint fins al vint-i-sis, en català i en galleg, resultat, caldrà entendre, de prèvies inclinacions *centrífugues*, a la fi i per igual valuoses per a l'enriquiment conjunt.

Tot deixant de banda aquesta simple relació a títol d'exemple, resta dir que, com la breu revisió fa per mostrar, certs missatges literaris d'un o més emissors tenen més fortuna que altres en la seva acollida per part de l'hipotètic receptor o receptors comunitaris; potser en funció de la corresponent dinàmica històrica prèvia de cada tradició literària o dels marges de l'actuació individualitzada de determinats intermediris. Així mateix, que la tal capacitat de connectar amb i apreciar la rellevància del model atès, també el corresponent exercici de portaveu literari, tot pot provenir de qualsevol tradició. Més enllà, haurem encara de repetir, dels sobrepassats qualificatius de literatura prestigiosa o potser no tant, majoritària o minoritària/minoritzada. Caldrà pensar fins i tot que, davant d'aquests *viatges centrífugs* que no només van i venen a la casa particular sinó també a la llar compartida, s'actua a més a favor de la creixença del *patrimoni centrípet*. Potser aquesta és la factura hipotètica d'una xarxa de relacions i intercanvis literaris. Davant un espectre d'aquest tipus i en una altra direcció ens situa Martí Monterde (2013, 160-4), tot abordant per la seva part i així mateix des de premisses provinents de Đurišin –amb la particular correspondència d'alguns conceptes amb Even-Zohar (1978, 45-59; 1990, 79-83)– la situació de la literatura catalana, segons sota quins models de *comunitat interliterària* es focalitzi com objecte d'estudi –*comunitat intel·lectual en conflicte* i *sistema literari dependent*– respectivament d'acord amb cadascun dels teòrics esmentats– i davant la constatació en el seu espectre de les categories de *biliterarietat* i *poliliterarietat*. Si bé compartim amb el Prof. Martí Monterde que des d'aquesta perspectiva s'objectiva la carta d'unes «relacions intrínsecament difícils» (2013, 164), no obstant això nosaltres fem per pactar almenys i en funció del que aquí intentem resseguir un acord: quedem-nos amb el fet que aquella destinació abans esmentada es du a terme i que nodreix harmoniosament el conjunt. Preguntem-nos, però, què arrisca cada tradició literària així dinamitzada pel que fa a la seva identitat; qüestionem-nos si per ventura, en el cas de veure's fent alguna d'aquestes *donacions*, no li

seria més útilment auto-defensiu restar en l'exercici de la *influència*, tant se val es faci amb un *estraný* com amb un *germà* de zona: què perilla en fornir una *herència comuna*, en comprometre's amb una història i una evolució compartides? Potser caldrà estar pensant en la defensa dels marges de la pròpia identitat? Davant d'aquest doble interrogant, tot passant a veure on ens situa la progressió de la historiografia i així mateix en quines caselles ens encabirà la teorització literària, avancem, segurament, cap a d'altres preguntes.

2 Joc de perspectives

Doncs, la consideració per part d'Alexandre Herculano de la Península Ibèrica com a «systema» a la seva *Història de Portugal* (1846-53) (Herculano 1846, 1: 29) troba la corresponent comprensió filològica en la introducció i pràctica al nostre espai comú dels plantejaments i pràctiques de la romanística continental en mans de Manuel Milà i Fontanals (1818-84) amb un extens *corpus* històric i crític que abasta entre els coincidents anys d'arrencada de 1846-47 fins a 1882. On la perspectiva herculeana de percebre transversalment la història política i cultural dels regnes peninsulars trobarà acollida en la immediata escola historiogràfica espanyola a les obres de signatures com Antonio Cavanilles o Modesto Lafuente, la praxi i l'ensenyament del romanista català condueix el desenvolupament d'un recorregut horitzontal per les drecceres del nostre mapa literari. Així, l'estudi de la plural realitat lingüística i literària ibèrica creix de la codificació de la seva obra cap a la regularització conjugada del patrimoni compartit. Això per part dels deixebles directes, Marcelino Menéndez y Pelayo (1856-1912) i Antoni Rubió i Lluch (1856-1937); som del criteri que també i mitjançant la seva difusió, encaixant el mètode de treball de Theofilo Braga (1843-1924). Tots ells, a mida que avança la dècada dels anys setanta del vuit-cents, i això en justa correspondència transnacional, creiem, amb la lusitana 'Gerção do 70' i el federalisme espanyol animat a partir de la Revolució de 1868, més enllà de les divergències políticament ideològiques.

En tot cas, tot comptant tanmateix amb el succint enquadrament diacrònic i rescatant segons quins noms, la identificació en tal direcció del nostre àmbit era resultat del treball del filologisme vuitcentista per famílies lingüístiques, la romànica per a nosaltres, dins la qual no és menys cert que es focalitzava la identitat ibèrica. Així, podria entendre's que les nostres lletres connectaven o diferien entre elles mateixes, tant com podien fer-ho amb les altres germanes d'origen, més enllà de la línia pirinenca. Tot era, a la fi, qüestió de troncalitat comuna i continuïsmen en les relacions literàries. Però no era només això que segueix afirmant la zonologia, que tota zona o comunitat literària no evita l'intercanvi amb la resta de l'espai que

l'envolta; també es planteja per part dels noms abans recuperats, a banda de la idiosincràsia individualitzada, el lligam intern entre els seus components i encara la possibilitat de revisar segons quines qüestions temàtiques o genealògiques a partir del llegat conjunt. La revisió del repertori bibliogràfic de cadascun dels noms esmentats ens ho confirmaria. Valgui el cas del *Programa de literatura espanyola* (1878, ref. ed. 1941) i *Orígenes de la novela* (1905-10, ref. ed. 1943) de Marcelino Menéndez y Pelayo.

Des de la metodologia positivista s'evidenciava l'existència d'un *sistema peninsular* que, curiosament, en el temps de major reanimació contemporània i vitalitat de relacions entre els seus components, de la fi de segle als anys vint i trenta, la nova historiografia literària va fer per desestabilitzar. Perquè no es tractava tan sols de substituir l'esmentada mirada *horitzontal* per una perspectiva *vertical* d'estudi; cal apreciar, a més a més, els signes d'autoexclusió del conjunt que s'evidencien. Propostes per a la literatura gallega d'Eugenio Carré Aldao (1859-1932) l'any 1911, de Fidelino de Figueiredo (1888-1967) el 1915 per a la portuguesa, de Ramón Menéndez Pidal (1869-1968) el 1916 per a la castellana i de Lluís N. d'Olwer (1888-1961) del 1914-17 al 1927 per a la catalana ens documenten aquesta nova dinàmica. Cert que ja l'esmentat Antoni Rubió i Lluch, a la inauguració del curs universitari 1901-02 a Barcelona, s'afermava en què l'existència dels tres eixos lingüístics peninsulars i la seva fluïda intercomunicació no impedia l'exalçament de la individualitat històrica. Doncs, d'aquí i com a mostra d'una dràstica substitutòria drecera seguida, rescatem el següent criteri de Lluís N. d'Olwer: «La Literatura Catalana no és un fet estètic, sinó un de biològic, com la llengua que li serveix de vehicle» (Olwer 1927, 60). Correspondència amb les coetànies alternatives nacionalistes que tenien els seus vessants culturalistes, tant com abans hem fet per prendre en consideració el correlat federalista? Creiem que sí. Però a més del que des d'aquests posicionaments es va aconseguir per aprofundir en les arrels i els resultats nadius, per què la seva renúncia al diàleg i al joc de miralls que sí que perllongava la vida literària coetània?

Davant d'aquesta nova pregunta, encara els interrogants sobre si es temia que l'intercanvi amb el veí i la pròpia projecció sobre ell ens limitava de manera identitària, fins i tot ens envellia? Era més enriquidor practicar l'exercici equivalent amb focus creadors més distants, exponents de la modernitat acadèmica i creadora? En aquest espectre, repensar el capítol històric previ no vol dir ni suggereix en absolut el retorn als seus interessos i mètodes. El què si ens hauria agradat és haver assistit a l'evolució del seu criteri d'actuació sobre el conjunt, d'acord amb el desenvolupament metodològic posterior. Això és el que ens ha fet treballar d'alguns anys ençà mitjançant l'aprofitament de bona part de tot el que s'ha formulat a propòsit de les *comunitats interliteràries* i confiant en els passos del nou iberisme.

Però, ens preguntarem encara, quasi fent d'*advocats del diable*, com es planteja des d'aquest capítol ja viscut per nosaltres l'equilibri entre respecte a la *identitat* i profit de la *polifonia*, si el seu desajust és que potser causa les dissensions entre les corresponents parts dels episodis abans resumidament revisitats?

3 A propòsit del «Cercle Maristany» i de les apreciacions crítiques de Thomas S. Harrington

Abordem com en el cas del nostre territori, la hipòtesi d'un (*poli*)*sistema*, d'acord amb crida i fonts d'Even-Zohar (1978, 1990), només ens ha de servir com premissa assumida. A partir d'ella, coincidirem amb Đurišin (1984b, 275) en què els *factors genètics*, marcadament el lingüístic –una mateixa família lingüística, uns majors o menors marges d'intercomprensió, fins i tot una llengua franca– i, som del criteri, el seu reflex literari, no seran sempre constants, això entès en els marges i com a variant de la seva gestació dinàmica abans citada. Aquesta qüestió ens situa davant uns factibles, potser també temporalment episòdics, *polilingüisme* i *poliliterarietat* que poden instal·lar-nos en un àmbit en el qual les variacions lingüístiques i literàries anirien abismant-se. Cal pensar que tals extrems no s'abasten al nostre espai. Tot i així, en una altra ocasió (Ribera Llopis 2014) ens hem plantejat, des d'una de les tradicions o sistemes de la nostra geografia compartida, la catalana contemporàniament restaurada rere una imposada diglòssia cultural, com establirà diversos nexes binaris de signe particular: un primer, segons el seu contacte sigui amb la tradició o sistema estable (el castellà-espanyol) que ha marcat la seva minorització; un segon, amb una altra tradició o sistema minoritzat i igualment restaurat (el gallec) davant el coincidentment estable i minoritzador; i un tercer, amb una altra tradició o sistema estable (el portuguès), lògicament pertanyent a la comunitat compartida però divers d'aquell que imposa processos de minorització, per no pertànyer al mateix estat. A banda dels documents emprats com a provatura de les possibilitats viscudes i dels *tòpics* que es projecten d'acord amb aquesta última ordenació, la recuperem ara per preguntar-nos si, en cada cas i segons quins períodes, l'esmentada literatura ha viscut uns determinats models i nivells d'*interliterarietat*; fins i tot si el propi sistema ha desenvolupat per acomodatícies una o diverses menes de *literarietat*. Aquest joc de variants –el que se'ns dissenya també per la connexió particular que un sistema pot establir amb un o un altre sistema zonalment veïns, praxi possible a favor de la «variabilidad notable na que se conxugarían numerosos parámetros», reconsideració cap a la qual avança Casas (2004, 65-6) rere el seu enquadrament de determinats models d'ordenació literària– ens fa calcular que cada *tradició* o *sistema* viu la seva pròpia creixença,

marcadament identitària, i estableix segons quins *marges* només en part i potser de manera puntual *interliteraris*. Per aquesta o altres vies es pot arribar a qüestionar la *interliterarietat globalment zonal* com, treballant sobre una situació i un corpus concret, acaba per revisar Harrington (2002, 126-7). L'esmentat estudiós professa a favor de la seva revisió històrica a la Península Ibèrica i enuncia l'evidència de diversos sistemes literaris i culturals que no s'exclouen, però, d'un programat *re-enllaç*.

Harrington ho sosté, partint de l'atenció a l'anomenat «Cercle Maristany» i des dels plantejaments de Fernando Maristany (1883-1924) –fonamentalment des de l'Editorial Cervantes, entre els anys 1918 i 1924, i amb una excelsa colla de col·laboradors catalans, madrilenys, portuguesos, europeus continentals i americans (Harrington 2002, 118-26)–; favorable, aquesta actuació, a establir mitjançant la traducció de literatures externes –*grans* i *petites*– un corpus de referència, en particular poètic, necessari per a la vida literària pluralment espanyola, però també per cohesionar la *polifonia* lingüística i literària recurrent a projectes amb un revisat concepte d'*espanyolitat* i tot fent per establir «les bases textuais i teòriques d'una identitat cultural ibèrica» i amb projecció europea i llatinoamericana (Harrington 2002, 109). Això potser com a reactivació actualitzada de l'iberisme d'arrel vuitcentista abans recordat, tal vegada a la contra dels «textos de pedagogía nacional» del primer quart de segle i de tipus excloent recordats per Harrington (2002, 107-8, 110-11); documents paral·lels als que, amb anterioritat, hem destacat des de la vessant de la historiografia literària i, pel que fa a l'expressió catalana de premisses coincidents, més *noucentistament* diferenciadora. Això també, és a dir l'operació del «Cercle Maristany», com a exemple que potser adverteix de l'existència de pràctiques culturals, tal vegada excepcionals en el temps, que ens documenten que no sempre les iniciatives a propòsit de l'atenció dedicada a una *comunitat interliterària* han de provenir des del seu exterior per via del que Casas (2003, 84) presenta com a casos majoritaris de «planificació exotòpica». Algun referent abans esmentat com *La Gaceta Literaria* ja ens situa davant aquesta dinàmica des del propi espectre que, amb ressò iberístic, arriba a projectes ben posteriors com, malgrat sigui des de l'exterior però amb protagonistes i discurs dependents de l'experiència intrahistòrica espanyola, la revista *Galeuzca* (1945-46 i recuperada en facsímil l'any 1977). En aquesta crida d'atenció a partir del que ens adverteix el professor Casas, el que sí cal adonar-se que ens ha mancat al nostre espai es la inclusió d'aquests plantejaments en la vida, organització i projectes acadèmics. Lluny queda del romanisme més vuitcentista abans esmentat i les seves propostes, fins i tot programades. L'atenció i l'estudi aïllats o *verticals* i no transversals dels nostres *sistemes* o *tradicions* són acadèmicament prioritaris. Un opció diferent restarà majoritàriament ubicada en la casella

de la discussió teòrica i només molt excepcionalment en alguna publicació d'acord amb els criteris de la seva redacció, potser més que de la institució que l'acull.

En tot cas i davant aquest horitzó d'executòries històriques, l'operació de Maristany i el seu equip llençada des de Catalunya, en castellà i amb horitzó espanyol, comptà amb les lletres portugueses, doblement, com a font de coneixença universalment necessària i com a mutu embrancament ibèric. L'enllaç es va dur a terme per via del lusitanista català Ignasi Ribera i Rovira (1880-1942) i l'intercanvi intel·lectual amb l'esmentat Teixeira de Pascoaes. Aquesta dinàmica d'interrelació entre i des del conjunt estatalment espanyol a l'àmbit ibèric i d'aquí a l'universal, Harrington (2002, 126-7) la valora com a «comerç cultural» favorable a un sistema d'entesa entre diverses nacions culturals i contrari a la susdita nòmina de coetanis projectes nacionalistes peninsulars. És així com l'acceptació de diferents *sistemes literaris i culturals* nacionalment propis no nega la possibilitat de la xarxa comuna que potenciarà així mateix «una millor divulgació dels productes culturals (i d'aquí els drets polítics) dels menys afavorits», fins i tot la correspondència recíprocament profitosa entre els interlocutors (Harrington 2002, 127). El nostre mateix conductor per aquest capítol històric de vertebració d'un espai comú, pluralment favorable, amplia la informació amb una altra aportació, en tractar la figura del txec Rudolf J. Slaby (1885-1957) i com, des de les amistats i l'experiència catalanes, passà a la coneixença de lletres i figures lusitanes i va treure un bon profit amb el qual nodrir-se de presupòsits ben útils per a la constitució del sistema nacional txec. Cas extrem que, per la nostra banda, fins i tot ens fa pensar en la constatació del moviment profitós entre *forces centrífugues* i *forces centrípetes*; en aquesta ocasió amb aquest ordre de prioritat, que en el seu viatge de continguts literaris, el de l'intel·lectual recordat, aquí transcorre d'una inicial reubicació en una *comunitat intel·lectual aliena* cap a la enriquida reinstal·lació en el *sistema literari o tradició* d'origen. No obstant això, aquesta possibilitat que certament ens prova com el patrimoni literari ibèric també actua com a focus d'*atracció centrífuga* des d'un horitzó extern, s'escapa de la nostra revisió des de dins l'espectre peninsular.

Per tant i si d'acord amb el Harrington de la primera aportació aquí aprofitada (Harrington 2011), els discursos d'identitat comunitària no sorgeixen espontàniament i són proposta i fruit deguts a elits instructores, caldrà convenir que els corresponents projectes a favor d'una *identitat intercomunitària*, junt amb els reconeguts *factors comuns* per base i de natura *centrípeta*, no són menys dirigits; i també que l'exercici de les relacions literàries, afavoridor del *creixement polifònic*, animat per les intervencions d'origen *centrífig*, segueix mostrant-se com a històricament rendible i exemplificador d'aquells moviments que donen suport a les diverses nocions teòricament es-

tablertes. És sobre aquesta complementaritat que ens resulta difícil deixar de comptar amb la coordinada espaciotemporal i confiem a poder seguir treballant des de premisses que faciliten l'encreuament entre diacronia i sincronia. La musicologia, de nou, ens exemplifica i prova l'oportunitat d'entrades i seqüències a favor de les notes i de la melodia conseqüent, fins i tot la correspondència entre els seus actants. Allò que aquí i d'acord amb la demostració assajada es correspon amb l'atenció que ens segueix suscitant el mapa animat per les relacions literàries. Només amb l'aprofitament de les relacions establertes i la consideració dels moviments executats podrem observar l'influx sobre la carta d'inicial factura *centrípeta* d'aquelles entrades que, junt amb les pròpies senyes d'identitat, pot practicar un puntual *sistema o tradició* a partir de les seves incursions *centrífugues*. Sempre a favor de l'enriquiment *polifònic*.

Referències bibliogràfiques

- Aldridge, Alfred Owen (1973). «Discussion» [En resposta a Karel Krejčí: «La zone littéraire européenne» i László Gáldi: «Les zones littéraires et la prosodie»]. *Neohelicon. Acta Comparationis Literarum Universarum*, 1(1-2), 149-52.
- Bourdieu, Pierre (1991). «Le champ littéraire». *Actes de la recherche en sciences sociales*, 89, 3-46.
- Carré Aldao, Eugenio (1911). *Literatura Gallega: con extensos apéndices bibliográficos y una gran antología de 300 trabajos excogidos en prosa y versos de la mayor parte de los escritores regionales*. Barcelona: Casa Editorial Maucci.
- Casas, Arturo (2000). «Problemas de Historia Comparada: la comunidad interliteraria ibérica». *Interlitteraria*, 5, 56-73.
- Casas, Arturo (2003). «Sistema interliterario y planificación historiográfica a propósito del espacio geocultural ibérico». *Interlitteraria*, 8, 68-97.
- Casas, Arturo (2004). «Catro modelos para a nova Historia literaria comparada. Unha aproximación epistemolóxica». Abuíñ González, Anxo; Tarrío Varela, Anxo (eds), *Bases metodolóxicas para unha historia comparada das literaturas na península Ibérica*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 45-71.
- Chizhevski, Dimitri (1983). *Historia comparada de las literaturas eslavas*. Madrid: Gredos.
- Đurišin, Dionýz (1984a). «Specific Interliterary Communities». *Neohelicon. Acta Comparationis Literarum Universarum*, 11(1), 211-21.
- Đurišin, Dionýz (1984b). *Theory of Literary Comparatistics*. Bratislava: Veda.
- Even-Zohar, Itamar (1978). *Papers in Historical Poetics*. Tel Aviv: The Porter Institute for Poetics and Semiotics.
- Even-Zohar, Itamar (1990). «Polysystem Theory», núm. monogr., *Poetics Today*, 11(1), 7-94. URL https://m.tau.ac.il/~itamarez/works/books/Even-Zohar_1990--Polysystem%20studies.pdf (2019-07-04).
- Figueiredo, Fidelino de (1915). *Carecteristicas da Literatura Portuguesa*. Lisboa: Classica.

- Harrington, Thomas S. (2002). «El Cercle Maristany i la interpretació dels sistemes literaris de la Península Ibèrica, Europa i Amèrica». *Revista de Catalunya*, 175, 107-27.
- Harrington, Thomas S. (2011). «Rudolph J. Slaby i els sistemes literaris de la Península Ibèrica: el vessant portugués». Gavagnin, Gabriella; Martínez-Gil, Víctor (eds), *Entre literatures. Hegemonies i perifèries en els processos de mediació literària*. Lleida: Punctum; GELCC, 123-32.
- Herculano, Alexandre (1846). *História de Portugal*. 4 vols. Paris; Rio de Janeiro: Livrarias Ailland & Bertrand; Francisco Alves.
- Martí Monterde, Antoni (2013). «Processos d'interliterarietat a Catalunya. El comparatisme de Dionýz Ďurišin com a proposta per a la literatura catalana». *Catalan Review*, 27, 157-72.
- Menéndez y Pelayo, Marcelino (1941). «Programa de Literatura Española». *Estudios y discursos de crítica histórica y literaria I*. Ed. preparada por E. Sánchez Reyes. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 3-75.
- Menéndez y Pelayo, Marcelino (1943). *Orígenes de la novela*. 4 vols. Edició de Enrique Sánchez Reyes. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- Menéndez y Pidal, Ramón (1916): «Quelques caractères de la littérature espagnole». *Revue Internationale de l'Enseignement*, 70, 401-13.
- Olwer, Lluís Nicolau d' (1927). *Resum de literatura catalana*. Barcelona: Barcino.
- Ribera Llopis, Juan Miguel (2014). «Las letras catalanas y el entramado peninsular contemporáneo: modos y tópicos interliterariamente conectores». *1616. Anuario de Literatura Comparada*, 4, 59-76.
- Rubió i Lluç, Antoni (1902). *Discurs inaugural: llegit en la sessió d'obertura del curs acadèmic 1901-1902 davant del claustre de l'Universitat de Barcelona [Algunos de los caracteres que distinguen a la antigua literatura catalana]*. Barcelona: Fidel Giró, Impr.
- Sáez Delgado, Antonio (2015). *Pessoa y España*. Valencia: Pre-textos.
- Sáez Delgado, Antonio (2018). «Relaciones literarias entre Portugal y España en los años 40: la cultura oficial y la recepción de Fernando Pessoa». *Journal of Iberian and Latin American Research*, 24, 28-41.
- Sötér, Istvan (1974). «On the Comparatistic Method». *Neohelicon. Acta Comparationis Literarum Universarum*, 2(1-2), 9-30.

Fluxos transnacionais

Los estudios ibéricos en la academia estadounidense

Diálogos, posibilidades y desafíos

Esther Gimeno Ugalde

Universität Wien, Österreich

Abstract This essay proposes to discuss the interdisciplinary field of Iberian Studies with regards to the diverse disciplines that make it up. After a brief discussion of the differences and continuities between Iberian Studies, Peninsular hispanism and Portuguese/Luso-Brazilian Studies, the chapter focuses on the relationship between Catalan, Basque, and Galician Studies and the Iberian epistemological framework. Through a review of various published works that have reflected on how these fields might fit within the Iberian 'model', the essay lays out, through a critical lens, the possibilities, limitations, and challenges of this new comparative field with regards to the aforementioned disciplines.

Keywords Iberian Studies. Basque Studies. Catalan Studies. Galician Studies. Hispanism. Luso-Brazilian/Portuguese Studies. U.S. Academia.

Sumario 1 Introducción. – 2 Los estudios ibéricos: delimitaciones y contigüidades. – 3 Nuevos encajes disciplinares: los estudios catalanes, gallegos y vascos en el marco ibérico. – 4 Visibilidades incómodas y miradas críticas.

1 Introducción

Este capítulo se propone abordar la relación de los estudios catalanes, gallegos y vascos con los estudios ibéricos en el marco académico internacional, poniendo especial énfasis en el ámbito estadounidense. Aunque los estudios ibéricos también han tenido desarrollo en otros países, es probablemente en este contexto institucional don-



Edizioni
Ca' Foscari

Biblioteca di Rassegna iberistica 16

e-ISSN 2610-9360 | ISSN 2610-8844

ISBN [ebook] 978-88-6969-323-6 | ISBN [print] 978-88-6969-324-3

Peer review | Open access

Submitted 2018-10-14 | Accepted 2018-11-05 | Published 2019-08-02

© 2019 | © Creative Commons Attribution 4.0 International Public License

DOI 10.30687/978-88-6969-323-6/011

de han logrado un cierto reconocimiento y visibilidad en los últimos años, planteándose como paradigma alternativo a un hispanismo peninsular tradicional y hegemónico que, con demasiada frecuencia, ha sido ajeno a la pluralidad cultural y lingüística que caracteriza a la Península Ibérica (Faber 2008; Resina 2009, 2013; Gimeno Ugalde 2017).¹ Sin embargo, como se verá más adelante, estos distan, por diferentes razones, de ser una disciplina plenamente integrada en la academia norteamericana, donde tampoco le faltan voces que oscilan entre la reserva, el escepticismo o la crítica.² Debido a su relativa corta existencia, es todavía temprano y arriesgado prever si los estudios ibéricos acabarán por encontrar anclaje en los actuales moldes universitarios de un país donde, de manera generalizada, la enseñanza de lenguas distintas del inglés ha disminuido en años recientes.³

2 Los estudios ibéricos: delimitaciones y contigüidades

Siguiendo a Losada Montero (2017, 10), entendemos que las redefiniciones de las disciplinas o el surgimiento de otras deben siempre comprenderse teniendo en cuenta sus propias historicidades y que, por tanto, las primeras se encuentran sujetas a contingencias sociales, económicas y geográficas específicas. Bajo esta premisa debe entenderse que lo planteado aquí no es necesariamente aplicable a otros contextos académicos e institucionales, los cuales, a su vez, se ven influenciados por rumbos históricos propios y están regidos por normas y *habitus* particulares. Concretamente, algunas de las reflexiones que se expondrán a lo largo de estas páginas no serán siempre extrapolables al propio espacio peninsular.

No es nuestra intención insistir aquí en un tema, el de la ‘crisis del hispanismo’, que ha sido profusamente estudiado (cf. Pozuelo Yvancos 2003; Resina 2009; Gabilondo 2013-14) y que, en las pasadas dos décadas, ha sido impulsor -implícito o explícito- de relevantes publicaciones centradas en la necesidad de replantear la disciplina desde múltiples ópticas y enfoques metodológicos va-

1 No hay que olvidar, dentro de los propios estudios ibéricos, la existencia de distintas tradiciones -especialmente la anglosajona y la ibérica/europea- con orígenes, trayectorias y características que las singularizan (cf. Pérez Isasi 2017).

2 Entre las voces escépticas, se puede señalar la de Colmeiro (2013) y entre las abiertamente críticas la de Gabilondo (2013-14), por citar solo dos nombres.

3 Véase el informe de la Modern Language Association (MLA), publicado en 2018, donde se presentan datos comparativos entre 2013 y 2016. A excepción del coreano y el japonés, en el resto de lenguas se observa un notable descenso en el número de matrículas. URL <https://www.mla.org/content/download/83540/2197676/2016-Enrollments-Short-Report.pdf> (2018-12-08).

riados (Epps, Cifuentes 2005; Moraña 2005; Cornejo, Villamandos 2011, etc.). No obstante, es preciso puntualizar que el hispanismo peninsular⁴ revisado no es sinónimo de una nueva disciplina, aunque pueda considerarse, al menos en el citado contexto académico, motor indiscutible del 'giro ibérico' acontecido en los últimos años (Gimeno Ugalde 2017).

En el capítulo introductorio a *Iberian Modalities. A Relational Approach to the Study of Culture in the Iberian Peninsula*, Joan Ramon Resina (2013, 7) alertaba sobre el uso limitado que algunos hispanistas hacen de los estudios ibéricos empleándolo como sinónimo de 'Spanish Peninsular Studies'.⁵ Como se pretende ilustrar más adelante, creemos precisamente que un entendimiento limitado de la disciplina, tanto en lo que se refiere a su propia definición como a su relación con otros campos, podría suponer un freno para su implantación y desarrollo futuro.

Así pues, los estudios ibéricos no plantean -en relación al hispanismo peninsular- una mera extensión del objeto de estudio añadiendo al canon nuevos autores (catalanes, gallegos, vascos, etc.) o nuevos temas de análisis, sino que se erigen como un paradigma alternativo, reformulando tanto su objeto de estudio como su marco teórico-metodológico cuya naturaleza es comparada (Santana 2008, 42; 2013, 54). Desde este ángulo, como hemos señalado en otra ocasión (Gimeno Ugalde 2017), se abren nuevos espacios de análisis: espacios intersticiales que permiten abordar, desde un enfoque policéntrico, aspectos literarios, culturales y lingüísticos tradicionalmente relegados a una posición periférica o marginal. Para Resina, una de las principales aportaciones de este modelo es que recupera:

tradiciones que han sido excluidas, relaciones que han sido distorsionadas y espacios académicos que existen, en el mejor de los casos, en las grietas del enlucido curricular y entre tabiques departamentales. (Resina 2009, 159)

En definitiva, la lente ibérica permite abordar intersecciones que resultan incómodas desde los límites conceptuales de paradigmas exclusivamente nacionales que, por lo general, han dominado (y siguen dominando) los ámbitos académicos. En palabras de Mari Jose Ola-

⁴ Esto es, el que de modo específico se centra en el estudio de la Península Ibérica.

⁵ José Colmeiro, por su parte, se ha referido al uso inapropiado del término 'estudios peninsulares' para aludir a los estudios enfocados en España. La limitada acepción que se le da en Estados Unidos es, a juicio de este estudioso, 'doblemente falsa', ya que, como bien apunta, «por una parte no incluye a la cultura portuguesa como parte de esa denominación geográfica, y por otra excluye a las culturas insulares y extrapeninsulares (Canarias, Baleares, Ceuta y Melilla)» (2013, 15-16).

ziregi (2015, 540), los estudios ibéricos son un campo que «analiza rigurosamente las relaciones, convergencias, tensiones, intercambios, dependencias, flujos» entre las diversas literaturas y culturas de la Península, pues es obvio que entre estas existen puntos de encuentro, pero también de desencuentro.⁶ La novedad de estos radica en el estudio relacional, alejado de una perspectiva monolingüe y un único marco nacional (Pérez 2016, 266).

Así, como veremos, propuestas plurales e inclusivas como la de Germán Gullón (1999) no podrían considerarse propiamente ibéricas, aunque, en ciertos aspectos, su planteamiento pueda ser próximo. En su ensayo titulado «El Hispanismo ante la España autonómica», centrado exclusivamente en el marco estatal español, Gullón abogaba por un abordaje plural de la realidad del país y aseveraba que «la cultura es una, aunque hable en lenguas diferentes» (1999, 19).⁷ Aludiendo al discurso del filólogo catalán Martín de Riquer, pronunciado con motivo de su condecoración con el premio Príncipe de Asturias, Gullón interpretaba las palabras de Riquer como «la honda conexión que existe entre las manifestaciones culturales, se expresen en cualesquiera de nuestras lenguas» (18). Y añadía:

Las relaciones entre escritores castellanos, cántabros, gallegos, andaluces, o catalanes, por nombrar algunos de ellos, son evidentes. Y tanto pertenecen al acervo cultural libros tan importantes como *Cantigas d'escarnho e de mal dezir* [sic], que *Tirant lo Blanc*, como *El Quijote*. (18)

Desde una perspectiva ibérica, la idea de «una cultura española singular, aunque lingüísticamente diversa», como ya ha apuntado Resina (2009, 163), resulta problemática. Los estudios ibéricos, igual que Gullón, parten de las estrechas relaciones entre las distintas literaturas y lenguas ibéricas, pero, a diferencia de este, presuponen que sus culturas son diferentes, sin por ello ignorar sus múltiples zonas de contacto, solapamientos, encuentros o espacios de fricción. El crítico utiliza el tropo de la metonimia (contigüidad) para aludir, en plural, a «áreas culturales contiguas», enfatizando la «interrelación entre las manifestaciones culturales ibéricas» (Gullón 1999, 19). Resulta llamativo –y, en cualquier caso, esto es lo que verdaderamente le alejaría del paradigma ibérico– que su propuesta didáctica se traduzca en una ampliación del canon, limitada, eso sí, a la

⁶ Aunque en el texto original Olaziregi solo se refiera al campo literario, en nuestra concepción amplia de los estudios ibéricos incluimos también lo cultural.

⁷ Como el propio título indica, cabe puntualizar que Gullón ubica su propuesta dentro del hispanismo en el contexto de la España de las autonomías. El crítico plantea una renovación del hispanismo tradicional sin que ello implique un verdadero viraje teórico-metodológico como sí proponen, en cambio, los estudios ibéricos.

inclusión de autores catalanes, gallegos y vascos que, en general, escriben en castellano:⁸

Un curso de literatura puede, además de los valores estéticos o puramente lingüísticos de una obra, fijarse en los contrastes que ofrecen las grandes ciudades, representadas digamos por Miguel de Unamuno en *Paz en la guerra*, por Eduardo Mendoza en *La ciudad de los prodigios* (Barcelona), o en *La colmena* (Madrid), de Camilo José Cela, o el Santiago de Compostela, de *Recóndita armonía*, de Marina Mayoral. (Gullón 1999, 20)

A pesar de que su propuesta se ubica claramente dentro de los límites del hispanismo, no hay duda de que la actitud de Gullón hacia las otras lenguas peninsulares es acogedora y abierta; en las siguientes páginas, por ejemplo, reivindica incluso la necesidad de que investigadores y docentes emprendan una familiarización con otras lenguas ibéricas, «tanto con las históricamente reconocidas, como el catalán, con sus variedades balear y valenciana, el gallego, y el vascuence, como con el bable» (Gullón 1999, 20). El tropo de la contigüidad que emplea Gullón no solo puede aplicarse a las diferentes literaturas y culturas que conforman el espacio ibérico –un espacio complejo, diverso y multilingüe–, sino que se antoja igual de sugerente para evocar la proximidad disciplinar que se establece entre los campos que lo tienen por objeto de estudio. Pese a tratarse de disciplinas diferenciadas, las múltiples zonas de contacto, convergencia y fricción entre el hispanismo (peninsular), los estudios portugueses/lusófonos y los estudios ibéricos –y también entre estas disciplinas y los estudios catalanes, gallegos y vascos– resultan innegables, del mismo modo que lo es la necesidad de un diálogo disciplinar más intenso, como han reivindicado otras voces. Por ejemplo, en la introducción al volumen colectivo *Un Hispanismo para el siglo XXI. Ensayos de crítica cultural*, sus editores proponían un hispanismo «cada vez más dialógico» (Cornejo, Villamandos 2011, 19), a la par que, refiriéndose específicamente al contexto peninsular, enfatizaban la conveniencia de:

analizar la cultura en español de la Península en su relación con los estudios gallegos, vascos y catalanes, sin dejar aparte viejas comunidades, como la gitana, y los resultados de nuestra historia colonial y de inmigración actual, con sus nuevos productos lingüísticos, culturales religiosos e identitarios que están eclosionando ahora mismo. (Cornejo, Villamandos 2011, 16)

⁸ Entre los autores mencionados, la excepción la constituiría Mayoral que también ha publicado varias obras en gallego.

En un sentido similar, en nuestras anteriores reflexiones sobre el futuro de los estudios ibéricos, sosteníamos:

la necesidad de crear espacios de convivencia e interacción con otras disciplinas de enfoque no necesariamente comparado. De particular relevancia será su relación con los Estudios Hispánicos, Portugueses, Catalanes, Gallegos y Vascos y su capacidad de respetarlos como disciplinas propias. (Gimeno Ugalde 2017, 22)

Si la relación del hispanismo con los estudios ibéricos –y concretamente cómo la crisis del hispanismo peninsular ha dado paso a este nuevo paradigma– ha sido profusamente discutida, no puede afirmarse lo mismo de la relación de los estudios portugueses o lusófonos con los estudios ibéricos. De hecho, buena parte de la bibliografía crítica, especialmente la que se enmarca en Estados Unidos, sigue obviando Portugal o lo trata de manera superficial. Esta tendencia debe contextualizarse en el «impulso de superación de los moldes tradicionales del Hispanismo» que dieron lugar al alumbramiento de la nueva disciplina (Pérez Isasi 2017, 350).⁹ Una importante excepción la marca el texto de Pedro Schacht Pereira (2017), titulado «Portuguese and the Emergence of Iberian Studies», en el cual, recurriendo a la potente metáfora del ‘elefante en la habitación’, plantea una cuestión candente, es decir, la ubicación de los estudios portugueses (y lo lusófono) en el modelo ibérico:

Portuguese or so-called Luso-Brazilian studies – only implicitly included – becomes the elephant in the room. And just as well, so long as the goal of Iberian Studies remains the reconfiguration of Hispanism, and thus to a considerable extent the reproduction at a different level of the same hierarchical logic of center and peripheries. If, however, this new field is to live up to its transformational promise, then wider epistemological (and, I dare say, political) shifts are to be sought that will open up possibilities for asking questions from the vantage point of different historical experiences and outcomes. (Schacht Pereira 2017, 28)

Al interrogarse por las posibilidades que un verdadero cambio de paradigma abriría para los estudios portugueses o luso-brasileños, el autor, cautelosamente, prefiere no deslizarse en la cuestión de si el hispanismo y los estudios lusófonos seguirán o no, en el futuro, ca-

⁹ Una idea similar se recoge en el ensayo de Schacht Pereira (2017), quien profundiza, además, en los procesos de reconfiguración que han sufrido las disciplinas asociadas a la idea de los llamados ‘estudios luso-brasileños’ y cuya complejidad, según el autor, se refleja en la misma inadecuación de la nomenclatura del área (‘Luso-Brazilian Studies’).

minos separados, sino que opta por abrazar a los estudios ibéricos si consiguen traducirse tanto en el fin del extrañamiento entre los dos campos como en la amplitud de sus respectivos enfoques (Schacht Pereira 2017, 30).¹⁰ Después de analizar diversas obras de Resina (1996, 2009, 2013), y su posicionamiento (u omisión) respecto a lo lusófono,¹¹ Schacht Pereira concluye que la evolución discursiva de los escritos de este último se traspone, de facto, en un acercamiento de los llamados estudios hispánicos y luso-brasileños que, sin duda, el autor celebra (cf. Schacht Pereira 2017, 35). Su aproximación nos parece interesante no solo por el hecho de incorporar al debate ibérico el componente lusófono de manera reflexiva y profunda, aspecto que con demasiada frecuencia ha sido desdeñado por los investigadores de los estudios ibéricos en Estados Unidos, sino también por poner de manifiesto la capacidad performativa de las propias disciplinas. Así pues, la inclusión de Portugal en este ‘mapa ibérico’ no debe verse como una simple cuestión de corrección política o de operación estética, algo que de modo alguno podría achacarse al crítico, sino que deviene un elemento esencial de este campo comparado.

Como ilustran los anteriores ejemplos, tanto la configuración como la renovación de las disciplinas suscitan siempre reflexiones críticas desde y hacia el propio campo, pero también en torno a sus puntos de encuentro (o divergencia) con otras materias próximas o afines. En el caso que nos ocupa, queda todavía por abordar más abierta y críticamente el vínculo de los estudios ibéricos con los estudios catalanes, gallegos y vascos y preguntarse cuál es el espacio que deben ocupar estos en un marco disciplinar comparado, transnacional y multilingüe como es el ibérico.¹² En las siguientes páginas se explorarán posibles conexiones, diálogos y contigüidades en torno a una cuestión central: ¿son los estudios ibéricos, especialmente en el contexto académico estadounidense, una oportunidad para los estudios catalanes, gallegos y vascos? O, formulándolo de otro modo: ¿es posible establecer un encaje de estas disciplinas dentro de un modelo

10 En el contexto de la academia estadounidense, conviene enfatizar la configuración institucional conjunta de los estudios hispánicos y los estudios lusófonos y la inicial dependencia de los segundos respecto de los primeros. En este marco, destaca también la figura del filólogo gallego Ernesto Guerra da Cal (1911-94), autor de la primera tesis doctoral sobre literatura portuguesa defendida en Estados Unidos y posterior director del Departamento de Español y Portugués de Washington Square College (cf. Alonso Romo 2007, 59-63; Gómez 2015).

11 Así, por ejemplo, Schacht Pereira (2017, 28) sostiene que el primero de los textos no incluye ninguna remota referencia a Portugal, aunque sí se aluda a la cuestión en posteriores publicaciones.

12 Tanto por razones de espacio como por cuestiones de acotación se dejarán de lado aquellas publicaciones centradas específicamente en la crisis del hispanismo y en los estudios ibéricos como paradigma alternativo a este (Resina 1996, 2005; Santana 2008; Faber 2008).

interdisciplinar comparado sin que acaben surgiendo ‘visibilidades incómodas’ (Fernández, Martí-López 2005¹³) o nuevos centros y periferias? Para responder a esta pregunta, será preciso revisar primero, a modo de estado de la cuestión, las reflexiones realizadas en torno a dichas relaciones, aunque la relativa escasez de propuestas permite apuntar a un diálogo todavía tímido.

3 Nuevos encajes disciplinares: los estudios catalanes, gallegos y vascos en el marco ibérico

Podríamos calificar de reciente, y todavía poco explorada, la reflexión académica en torno a las relaciones entre los estudios catalanes, gallegos y vascos con los estudios ibéricos. Conviene aclarar que la bibliografía crítica discutida en este apartado no persigue fundamentalmente este objetivo, sino que, al abordar cuestiones como la delimitación, el estado y desarrollo de dichos campos, brinda aproximaciones que establecen también posibles conexiones entre estas áreas específicas y el modelo interdisciplinar ibérico. Así pues, parece evidente que este sigue siendo un tema que todavía requiere ser tratado con mayor profundidad y sistematicidad, ya que sostenemos que el futuro de los estudios ibéricos pasará, en buena medida, por su capacidad de relacionarse con otras disciplinas.

La primera publicación de la que nos ocupamos está vinculada a los estudios catalanes y lleva la firma de Resina, nombre estrechamente ligado a los estudios ibéricos. En un texto aparecido casi una década antes de *Del hispanismo a los estudios ibéricos* (2009) –libro que marcó, a ambos lados del Atlántico, un cambio de rumbo en el estudio de las literaturas y culturas de la Península Ibérica– este autor reflexionaba sobre el futuro de los estudios catalanes con un título formulado en clave de pregunta: «Hi ha futur per als estudis catalans a l’Amèrica del Nord?» (2000). En la parte final del ensayo, Resina propone los estudios ibéricos, en su vertiente cultural, como una posible vía para los estudios catalanes en el contexto académico norteamericano. A su entender, en la medida que los estudios culturales desplazan la atención de orden lingüístico de las obras literarias para privilegiar la dimensión contextual (social, histórica o antropológica) de los artefactos y hechos culturales, abren «possibilitats inesperades a les cultures ibèriques excloses de l’hispanisme» (2010, 26):

13 En un contexto diferente al nuestro, Fernández y Martí-López (2005) emplean este término para referirse a la inclusión de los estudios catalanes en los Departamentos de Lenguas Modernas del Reino Unido.

Ja que aquestes cultures ‘perifèriques’ són excloses a causa de no estar vehiculades per la llengua d’un Estat (o de diversos Estats) monolingües [...], la substitució del paradigma lingüístic pel paradigma cultural hauria de posar fi a la legitimació tradicional d’allò que no és altra cosa que un greu prejudici cultural, analitzable per tant des de la matriu epistèmica del estudis culturals. (Resina 2000, 26)

Despejando cualquier tipo de duda, más adelante el autor aclara que el objetivo no es disipar las pocas plataformas que tiene cada una de estas culturas, sino subrayar su carácter relacional, idea que posteriormente desarrolla en *Iberian Modalities. A Relational Approach to the Study of Culture* (2013). No se trata pues de supeditar:

cada una de les cultures que componen l’entrellat ibèric a una normativa pluralitzadora que podria autodissoldre’s en l’absurd, ni de dissipar les escasses plataformes de què encara gaudeixen les cultures minoritzades exigint-los el mateix pluralisme que és legítim exigir al conjunt [*sinó de*] posar de manifest el sentit relacional de tota cultura i en particular el fet que la cultura catalana, com la resta de cultures ibèriques, mai no ha estat un espai clos ni nordit per una dinàmica autotèlica. (Resina 2000, 31)

En su opinión, el paradigma ibérico tendría que ofrecer a los estudios catalanes –y por extensión, añadimos, a los estudios gallegos y vascos– el espacio de participación que les corresponde en una disciplina ‘peninsular’ digna de ese nombre, obviando tanto la distorsión de lo llamado ‘hispanico’ –a su juicio producida por ignorancia de una parte importante y dinámica de la historia y la cultura peninsular–, como la angustia de quienes cultivan el campo de conocimiento de objetos marginados ante la posibilidad (o el miedo) de que la marginación del objeto de estudio revierta sobre sí mismos (cf. Resina 2000, 27).

Este último punto nos parece particularmente relevante, pues los expertos en estudios catalanes en la academia estadounidense no desempeñan su labor exclusivamente en esta área, sino que, en el mejor de los casos, la comparten con el estudio de disciplinas afines o cercanas como, por ejemplo, el hispanismo o la literatura comparada. Josep-Anton Fernández y Elisa Martí-López (2005, 13) señalaban incluso que los especialistas en estudios catalanes que trabajan en el ámbito anglosajón suelen ser contratados para ocupar puestos de español. Como hemos apuntado en otra ocasión, la tímida aparición de nuevas denominaciones profesionales relacionadas con los estudios ibéricos denota un relativo avance en este sentido (cf. Gimeno Ugalde 2017, 16), ya que, a diferencia de otras tradiciones, la academia estadounidense carece de puestos permanentes a tiempo completo destinados, de modo específico, a los estudios catalanes. Así, como afirmaba con contundencia Resina en otra ocasión (2011, 52), el estudio de la litera-

tura o cultura catalanas en Estados Unidos solo puede ser una ocupación a tiempo parcial. Haciéndose eco de dicha afirmación, Rei-Doval (2016) se expresaba en términos muy similares en lo que respecta a los estudios gallegos.¹⁴ No es en absoluto nuestra intención plantear los estudios ibéricos como posible respuesta a la subsidiariedad profesional de los expertos en las citadas áreas; sin embargo, sostenemos que el carácter policéntrico y relacional de estos, además de abrir espacios intersticiales dinámicos, podría contribuir también a la creación de marcos institucionales propicios que ofrecieran mayor flexibilidad a los investigadores para cultivar sus áreas de interés desde un prisma comparatista sin temer una eventual marginación profesional. Si bien es verdad que ha habido algunos movimientos en esta dirección, los efectos concretos de esas reestructuraciones en espacios resistentes al cambio, como son las instituciones universitarias, han sido bastante limitados, tal y como se expondrá en la última sección.

Desde los estudios vascos, son también relativamente limitadas las propuestas que han tratado, de una u otra manera, el posible encaje de esta disciplina con el paradigma ibérico (Pérez Isasi 2014; Olaziregi 2015, 2017). El hecho de que las referencias procedentes de la academia estadounidense sean escasas es revelador, aunque no del todo sorprendente: la práctica ausencia u omisión (que no exclusión) de lo vasco en buena parte de los debates se explica dentro del propio contexto en el que inicialmente surgen de los estudios ibéricos en Estados Unidos, es decir, como paradigma cuya base se encuentra en la crisis del hispanismo peninsular.¹⁵ Es precisamente desde este marco desde donde debería interpretarse la siguiente afirmación de Resina:

Soy consciente de que el modelo ibérico puede ser a su vez cuestionado –por ejemplo, desde la perspectiva más amplia de los estudios románicos [...]. Sin embargo, como un *subconjunto de las culturas romances*, los estudios ibéricos presentan la ventaja de ser lo suficientemente inclusivos y al mismo tiempo lo bastante manejables intelectualmente como para no ceder en profundidad. (Resina 2009, 163; cursivas añadidas)¹⁶

14 «[T]he study of Galician issues could perhaps be equated with the situation of their Catalan counterpart, in that, according to Resina (2011, 52), it ‘can only be a part-time occupation’ for scholars and practitioners in the US» (Rei-Doval 2016, 621).

15 Los textos de Gabilondo (2013-14) y de Bermúdez (2016) serían dos excepciones notables, aunque el posicionamiento de ambos respecto a los estudios ibéricos es diametralmente opuesto. Mientras el primero, como ya es conocido, se muestra crítico con el paradigma ibérico, la segunda es defensora de este marco comparatista y se sitúa cómodamente en él.

16 Aunque no ignoramos las críticas que ha suscitado este punto, debería tenerse más en cuenta, como ya se ha señalado arriba, el contexto en el que se plantea la propues-

A medida que los estudios ibéricos se han ido estableciendo, la amplitud de su enfoque se ha ido concretizando, como pone de manifiesto Mari Jose Olaziregi (2015), quien sugiere que el impulso del campo debe ir de la mano de la promoción del estudio de las lenguas ibéricas, entre las que obviamente se encuentra el euskera. Este aspecto también ha sido señalado por Santana (2013, 57-8), quien destacaba la importancia de la competencia multilingüe en la formación de (futuros) especialistas. Si la falta de manejo en más de una lengua ibérica es una de las dificultades que menciona Santana en su capítulo sobre los retos curriculares en la implementación de los estudios ibéricos en Estados Unidos, la problemática que plantea Olaziregi, para el caso del euskera, no es en absoluto menor. En sus palabras:

la dificultad radica en las opciones reales que tiene una lengua minorizada como el euskera no solo para hacerse oír en la República Mundial de las Letras sino también para establecerse como una de las literaturas integrantes de un marco comparativo que supere el castellanocentrismo ideológico y teórico. (Olaziregi 2015, 540)

Para esta autora, gracias al desarrollo de marcos supranacionales como el de los estudios ibéricos, así como a la implementación de programas académicos y puestos especializados, las literaturas ibéricas pueden adquirir un estatus más visible y activo (Olaziregi 2017, 556). Con todo, no puede negarse que la diferencia estructural del euskera respecto a las lenguas ibero-románicas dificulta sus posibilidades de relación. Este es, sin duda, uno de los talones de Aquiles sobre el que los que nos dedicamos a este campo deberíamos reflexionar en profundidad para no incurrir en lo que Fernández y Martí-López (2005) denominan ‘visibilidad incómoda’. Si, por una parte, parece incuestionable que los estudios ibéricos incrementan la visibilidad de los estudios vascos, gallegos o catalanes, por la otra, no hay que olvidar que esa misma visibilidad podría volverse ‘incómoda’ en tanto que saca a relucir algunas limitaciones importantes causadas, concretamente en el caso los estudios vascos, por la minorización de la lengua vehicular, por la barrera idiomática que supone para una gran mayoría de los que trabajamos en el campo y por su difícil encaje en estructuras departamentales centradas en áreas como los estudios hispánicos o románicos. Por último, tampoco debe obviarse que par-

ta (Resina 2009). Es significativo, por ejemplo, que aproximaciones posteriores sí explicitan la inclusión de la lengua y cultura vascas en el marco ibérico. A modo de ejemplo, bastaría mencionar la conferencia «Los lectorados del siglo XXI en un marco global. Reflexiones en torno a los nuevos objetivos» pronunciada por el propio autor con motivo de la apertura del curso *Excellence in Basque Studies* organizados por la Universidad del País Vasco y el Instituto Etxepare en julio de 2011 donde la inclusión del euskera y la literatura vasca se hacía repetidamente explícita.

te de la literatura y cultura vascas son externas al espacio ibérico, como ha apuntado Santiago Pérez Isasi (2014). La segmentación de un mismo espacio cultural por razones político-administrativas y/o geográficas afecta igualmente a la lengua y literatura catalanas,¹⁷ lo que pone nuevamente de relieve la complejidad del campo y la difícil delimitación de su objeto de estudio. El tropo de la contigüidad al que se ha aludido anteriormente podría también resultar atractivo en este contexto.

El encaje de los estudios gallegos en el paradigma ibérico tampoco ha estado completamente ausente de los debates recientes, aunque no se haya abordado de modo central. Así pues, si bien varias propuestas mencionan los estudios ibéricos como uno de los múltiples marcos referenciales para los estudios gallegos, el acento suele recaer en el potencial de estos últimos como puente entre Portugal y Brasil (y/o lo lusófono) o entre España y Portugal; en su dimensión latinoamericana y transatlántica; y en su íntima conexión con los estudios de migración, diáspora y exilio. Las palabras de Rei-Doval son ilustradoras:

Si el mismo estatus de los estudios gallegos (habiendo sido ubicados alfabéticamente entre French y German en el organigrama de MLA)¹⁸ refleja esta multidimensionalidad de la situación con claridad, trascendiendo lo español e incluso lo ibérico, la conceptualización realizada sobre su importancia académica desborda límites caducos previos, habiendo demostrado asimismo su relevancia en la dimensión latinoamericana, transatlántica, de la diáspora y el exilio, e igualmente favoreciendo la conexión con el ámbito lusófono y la integración real de lo ibérico. [...] a la luz del contexto académico norteamericano, en el cual una de las principales diatribas sociopolíticas del lusitanismo parece ser la polarización Portugal-Brasil, la introducción del componente gallego en dicho debate podría servir como elemento de conciliación y encuentro, habiendo sido la Galicia medieval el territorio donde se originó lo que hoy llamamos lengua portuguesa y no teniendo voluntad de capitalizar ni los símbolos ni el pedigrí del mundo de habla portuguesa. (Rei-Doval 2016, 18-19)

17 Por motivos de espacio, no podemos entrar aquí en otra cuestión relevante como es lo insular, tema particularmente interesante y difícil de soslayar cuando se considera el ámbito lingüístico y cultural de los 'Països Catalans'. Una sugerente reflexión en torno a este aspecto se puede encontrar en el capítulo de Mercè Picornell en este mismo volumen.

18 Se refiere a la inclusión del gallego, en 2014, en el organigrama y catálogo de la Modern Language Association (MLA) a través de la creación del Galician Language, Literature and Culture Forum. La petición para la creación de este foro fue apoyada por más de 300 académicos de todas partes del mundo (cf. Rei-Doval 2016, 627).

La propuesta de este autor para ubicar los estudios gallegos en relación a otros campos afines (estudios ibéricos, transatlánticos, lusófonos, etc.) entronca con las ideas de contigüidad y diálogo disciplinar que sugeríamos en la primera parte de este ensayo. Por su parte, Losada Montero (2017, 5) también enfatiza el largo y productivo diálogo que, en su opinión, han sostenido los estudios gallegos con otras disciplinas, a las que se sumarían los estudios de área o regionales, los estudios rurales, los estudios marítimos y coloniales, etc. Como cabe esperar a la luz del título («Rerouting Galician Studies: Intellectual Cartographies of the USA»), este texto pone énfasis en (re)definir el propio campo y en trazar una breve cartografía de su presencia en el contexto académico norteamericano. Aunque la reconfiguración de los estudios hispánicos (Spanish Peninsular Studies) se menciona explícitamente como motor de la presencia de nuevos espacios discursivos para los estudios catalanes, gallegos y vascos (2017, 7), no se profundiza en el vínculo entre estas áreas y los estudios ibéricos.

4 Visibilidades incómodas y miradas críticas

Pasada una década de la publicación de *Del hispanismo a los estudios ibéricos* (Resina 2009), parece oportuno detenerse y hacer balance del estado de la cuestión de la disciplina. A pesar de haber alcanzado un notable prestigio desde el punto de vista intelectual como reformulación de paradigmas uninacionales y monolingües,¹⁹ hasta la fecha los estudios ibéricos no han logrado implantarse en las estructuras departamentales de la academia estadounidense. Son todavía limitados los programas que ofrecen esta especialidad y escasos los departamentos que han modificado sus denominaciones para incorporar esta área de estudios de manera visible;²⁰ tampoco parece ser un campo prioritario entre los estudiantes, quienes, por su parte, se ven influenciados por las tendencias del mercado laboral, donde las vacantes para puestos en esta especialidad son minoritarios.²¹ Sus-

¹⁹ La existencia de varios grupos de investigación en esta área (Midwest Iberian Studies Group, UC Comparative Iberian Studies Working Group, Iberian Studies Initiative de la Universidad de Minnesota) y la publicación de un corpus bibliográfico relativamente amplio, que abarca volúmenes o artículos, son muestra del prestigio intelectual del proyecto de los estudios ibéricos.

²⁰ Department of Iberian and Latin American Cultures (Stanford), Department of Latin American and Iberian Cultures (Columbia), Latin American, Iberian, and Latino Cultures (CUNY) o Department of Latin American, Latino, and Iberian Studies (Richmond) son algunos de los pocos departamentos que recogen esta denominación.

²¹ De igual modo, apenas se encuentran denominaciones como (Assistant/Associate) Professor in Iberian Studies, salvo en casos puntuales como en las universidades de Stanford, Ohio State University o Johns Hopkins.

citar un mayor interés, tanto entre los múltiples agentes involucrados en la toma de decisiones institucionales como entre los propios estudiantes, sigue siendo una asignatura pendiente.

Si bien es cierto que los estudios ibéricos constituyen un nuevo espacio disciplinar y una plataforma (institucional y discursiva) que, en principio, favorece la internacionalización de los estudios catalanes, gallegos y vascos,²² no hay que caer en ensimismamientos obviando las problemáticas. No se puede desdeñar, por ejemplo, el riesgo de que una mayor visibilidad acentúe desequilibrios que podrían acabar derivando en el resurgimiento de relaciones de dominación y subordinación –aunque distintas– a las que precisamente este marco epistemológico pretendía dar respuesta.²³ A modo de ejemplo, como ha apuntado Olaziregi,

[L]as claras diferencias en la implementación de lectorados y programas universitarios, itinerarios curriculares, o departamentos en universidades de todo el mundo, marcan diferencias abismales entre las diversas lenguas del marco ibérico, diferencias, que, obviamente, se reflejan en los recursos económicos que a tales fines se destinan. (2015, 542)

Estas asimetrías son flagrantes si pensamos en los casos del español y del portugués, pero también se pueden observar entre el resto de lenguas ibéricas. Como se ha señalado, el concepto de ‘visibilidad incómoda’, tomado de Fernández y Martí-López (2005), nos permite comprender ciertos recelos o incluso posicionamientos críticos que optan por reivindicar un espacio propio para cada una de estas disciplinas. Sin embargo, como ya anticipó Resina (2000), los estudios ibéricos no pretenden disipar las escasas plataformas de las que gozan las culturas minorizadas, ni tampoco fomentar diferencias, sino poner de manifiesto su sentido relacional sin el cual no pueden llegar a comprenderse. Esa perspectiva relacional (ibérica) podría, en nuestra opinión, despertar el interés por lo particular (lo catalán, gallego, vasco, etc.). El reto reside en saber explorar ese potencial buscando contigüidades y creando nuevos vínculos

22 A pesar de no ser un tema que podamos abordar aquí con detenimiento, es importante destacar que a la internacionalización de cada una de estas lenguas y culturas contribuyen, de modo esencial, los lectorados financiados por los gobiernos de las respectivas comunidades autónomas. La proyección internacional es, de hecho, uno de los objetivos prioritarios de las políticas culturales del Institut Ramon Llull, del Instituto Vasco Etxepare/Etxepare Euskal Institutua y de la Xunta de Galicia (que, a diferencia de en los otros casos, carece de un organismo autónomo de proyección exterior y cuya labor es desarrollada principalmente a través de la Secretaría Xeral de Política Lingüística).

23 A pesar de la creciente visibilización y del prestigio de la literatura vasca contemporánea, Pérez Isasi (2014) ha subrayado el lugar periférico de esta literatura dentro del sistema interliterario ibérico.

entre las áreas que se integran en este campo interdisciplinar, pero también con respecto a otras que se expanden con ramificaciones geográficas y culturales más amplias (estudios mediterráneos, transatlánticos, etc.).

En cualquier caso, no se trata de concebir un paradigma como superior al resto, sino de comprender que todo paradigma, como toda herramienta, puede resultar útil para ciertas operaciones, pero no para otras.²⁴ Como espacio de discusión subversiva y reflexiva, el paradigma ibérico debe mostrarse especialmente sensible a los debates en torno a las relaciones de dominación y subordinación y desarrollar miradas contrahegemónicas como contrapeso al eventual surgimiento de (nuevos) centros y periferias (políticos, culturales, institucionales, discursivos, etc.).²⁵ Como acertadamente sostiene Newcomb:

Recognition of equal dignity of Iberia's languages and literatures should not blind us to disparities between Spanish, Portuguese, Catalan, Galician, and Basque in terms of numbers of speakers, degree of international projection, and level of institutional support. (Newcomb 2018, 207)

Reconocer estas disparidades y aproximarse críticamente a los mecanismos de poder que las originan o fomentan puede ser precisamente un interesante punto de partida para abordar los estudios ibéricos desde una nueva lente crítica sin dejar de estar abiertos a las múltiples oportunidades de este campo interdisciplinar comparado en un contexto cada vez más global.

Se antoja arriesgado augurar el futuro de la disciplina en Estados Unidos donde, como ocurre en otros contextos, la realidad particular del país (su estructura demográfica, sus intereses geoestratégicos, las demandas del mercado laboral, etc.) determina, en buena medida, las propias líneas de investigación y los perfiles de docencia en las humanidades, área en crisis permanente (Nussbaum 2010). El porvenir de los estudios ibéricos, como el de las humanidades en general, dependerá obviamente de una serie de factores exógenos sobre los que parece difícil influir de manera directa; no obstante, la modesta aportación de los investigadores de este campo podría ser

24 «[T]he point is not that one paradigm is superior to the rest, but rather that each paradigm is, like any tool, serviceable for certain operations and not for others» (Resina 2016, 611).

25 Esto también pasa por cuestionar el papel dominante del contexto anglosajón, especialmente estadounidense, en relación al mundo académico. En lo que toca al ámbito de los estudios ibéricos, y a pesar de que aquí nos hayamos centrado en su tradición estadounidense, hay que hacer hincapié en la importante tradición comparatista en la Península Ibérica y en la existencia de una sólida rama de los estudios ibéricos que surge en este contexto (cf. Pérez Isasi 2017) y que algunos trabajos todavía parecen ignorar.

la búsqueda de viejos y nuevos lugares de encuentro con otros espacios y disciplinas, pues estos podrían convertirse en un punto de inflexión para marcar nuevos rumbos.²⁶

En este sentido, los estudios ibéricos deben repensarse desde dentro, es decir, en lo que se refiere a su relación con las distintas disciplinas que lo conforman. Pero, al mismo tiempo, si pretenden establecerse como un campo de conocimiento dinámico en el siglo XXI y lograr una mayor implantación en las estructuras académicas, deberían también repensarse hacia afuera, impulsando un mayor diálogo con otras disciplinas que ultrapasan sus confines geoculturales. Se trata de aplicar la misma lógica relacional que Resina (2000) proponía para justificar el acercamiento entre los estudios catalanes y los estudios ibéricos pues, observadas como conjunto, tampoco las culturas ibéricas pueden considerarse un espacio cerrado, nutrido por una dinámica autotélica. Más bien todo lo contrario: como objeto de estudio, la Península Ibérica solo puede comprenderse, tanto desde una perspectiva diacrónica como sincrónica, en relación a otros espacios y realidades. Asumir la obviedad de esta premisa podría ser un punto de partida para establecer nuevas alianzas que permitirían a los estudios ibéricos acceder a espacios académicos que no necesariamente le son propicios.

Referencias bibliográficas

- Alonso Romo, Eduardo Javier (2007). «Lusitanistas españoles (1940-1980)». Marcos de Dios, Ángel (ed.), *Aula Ibérica = Actas de los congresos de Évora y Salamanca (2006-2007)*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 53-76.
- Bermúdez, Silvia (2016). «Estudios Ibéricos: Reconfigurar modelos representativos e interpretativos en la enseñanza y en la investigación académica norteamericana». *ALEC*, 41(4), 21-34.
- Colmeiro, José (2013). «Desde las antípodas. Conversación con José Colmeiro» [entrevista realizada por Nuria Godón Martínez]. *Transitions. Journal of Franco-Iberian Studies*, 9, 9-27.
- Cornejo, Rosalía; Villamandos, Alberto (eds) (2011). *Un Hispanismo para el siglo XXI. Ensayos de crítica cultural*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Epps, Brad; Cifuentes, Luis Fernández (eds) (2005). *Spain Beyond Spain. Modernity, Literary History, and National Identity*. Lewisburg: Bucknell University Press.

²⁶ Así lo demuestran, por ejemplo, publicaciones recientes como *Translating New York. The City's Languages in Iberian Literatures* (Galasso 2018). A partir de la lente de la traducción como modo de circulación cultural, la autora del libro explora las narrativas de escritores peninsulares como Felipe Alfau, José Moreno Villa, Julio Camba y Josep Pla. Los viajes transatlánticos de estos intelectuales y su estrecha relación con la ciudad de Nueva York son el marco de referencia para explorar, de modo productivo, la intersección entre lo ibérico y lo neoyorquino o, en otras palabras, la conexión entre los estudios ibéricos y los estudios transatlánticos.

- Faber, Sebastiaan (2008). «Economies of Prestige: The Place of Iberian Studies in the American University». *Hispanic Research Journal*, 9(1), 7-32.
- Fernández, Josep-Anton; Martí-López, Elisa (2005). «Introduction: New Directions for Catalan Studies». *Catalan Review*, 19, 9-15.
- Gabilondo, Joseba (2013-14). «Spanish Nationalist Excess: A Decolonial and Postnational Critique of Iberian Studies». *Prosopopeya – Revista de Crítica Contemporánea*, 8, 23-60.
- Galasso, Regina (2018). *Translating New York. The City's Languages in Iberian Literatures*. Liverpool: Liverpool University Press.
- Gimeno Ugalde, Esther (2017). «El giro ibérico: panorama de los Estudios Ibéricos en los Estados Unidos». *Informes del Observatorio / Observatorio Reports*, 036-12/2017SP. URL http://cervantesobservatorio.fas.harvard.edu/sites/default/files/estudios_ibericos_sp.pdf (2018-12-08).
- Gómez, Joel R. (2015). *Ernesto Guerra Da Cal, do exílio a galego universal*. Santiago de Compostela: Através.
- Gullón, Germán (1999). «El Hispanismo ante la España autonómica». *Foro Hispánico*, 14, 17-23.
- Losada Montero, José A. (2017). «Rerouting Galician Studies: Intellectual Cartographies of the USA». Sampedro Vizcaya, Benita; Losada Montero, José A. (eds), *Rerouting Galician Studies: Multidisciplinary Interventions*. London: Palgrave Macmillan, 3-24.
- Moraña, Mabel (ed.) (2005). *Ideologies of Hispanism*. Nashville: Vanderbilt University Press.
- Newcomb, Robert P. (2018). *Iberianism and Crisis. Spain and Portugal at the Turn of the Twentieth Century*. Toronto: University of Toronto Press.
- Nussbaum, Martha C. (2010). *Not for Profit. Why Democracy Needs the Humanities*. Princeton (NJ): Princeton University Press.
- Olaziregi, Mari Jose (2015). «La internacionalización de la literatura vasca». Salaburu, Pello; Fernández, Beatriz (eds), *Ibon Sarasola, gorazarre: homenatge, homenaje*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 531-44.
- Olaziregi, Mari Jose (2017). «Going Global. The International Journey of Basque Culture and Literature». Muñoz-Basols, Javier; Lonsdale, Laura; Delgado, Manuel (eds), *The Routledge Companion to Iberian Studies*. London; New York: Routledge, 547-57.
- Pérez, Jorge (2016). «¿De qué hablamos cuando hablamos de Estudios Ibéricos? Sobre los beneficios de un archivo cultural más amplio». *ALEC*, 41(4), 265-81.
- Pérez Isasi, Santiago (2014). «La literatura vasca en el contexto de los Estudios Ibéricos: Historiografía y Traducción». *1616: Anuario de Literatura Comparada*, 4, 107-26.
- Pérez Isasi, Santiago (2017). «Los Estudios Ibéricos como estudios literarios: algunas consideraciones teóricas y metodológicas». Rina Simón, César (ed.), *Procesos de nacionalización e identidades en la península ibérica*. Cáceres: Universidad de Extremadura, 347-61.
- Pozuelo-Yvancos, José María (2003). «Hispanismo y la retórica de la crisis». *Lateral, Revista de cultura*, 99, 6-7.
- Rei-Doval, Gabriel (2015). «Los estudios gallegos en los Estados Unidos». *Informes del Observatorio / Observatorio Reports*, 021-05/2016SP. URL http://cervantesobservatorio.fas.harvard.edu/sites/default/files/021_informes_estudios_gallegos_estados_unidos_0.pdf (2018-12-08).

- Rei-Doval, Gabriel (2016). «A View from Galician Literature. The State and Future of Galician Studies in English-Speaking Academia». Domínguez, César; Abuíñ González, Anxo; Sapega, Ellen (eds), *A Comparative History of Literatures in the Iberian Peninsula*, vol. 2. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 621-30.
- Resina, Joan Ramon (1996). «Hispanism and its Discontents». *Siglo XX/20th Century*, 14, 85-135.
- Resina, Joan Ramon (2000). «Hi ha futur per als estudis catalans a l'Amèrica del Nord?». *Catalan Review*, 14(1-2), 17-33.
- Resina, Joan Ramon (2005). «Whose Hispanism? Cultural Trauma, Disciplined Memory and Symbolic Dominance». Moraña, Mabel (ed.), *Ideologies of Hispanism*. Nashville: Vanderbilt University Press, 160-86.
- Resina, Joan Ramon (2009). *Del hispanismo a los estudios ibéricos. Una propuesta federativa para el ámbito cultural*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Resina, Joan Ramon (2011). «The State of Catalan Studies in the United States». *Romance Notes*, 51(1), 49-56.
- Resina, Joan Ramon (ed.) (2013). *Iberian Modalities. A Relational Approach to the Study of Culture*. Liverpool: Liverpool University Press.
- Resina, Joan Ramon (2016). «A View from Catalan Literature. Iberian Studies as Comparative Literature in Thick Description Mode». Domínguez, César; Abuíñ González, Anxo; Sapega, Ellen (eds), *A Comparative History of Literatures in the Iberian Peninsula*, vol. 2. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 611-20.
- Santana, Mario (2008). «El hispanismo en los Estados Unidos y la 'España plural'». *Hispanic Research Journal*, 9(1), 33-44.
- Santana, Mario (2013). «Implementing Iberian Studies: Some Paradigmatic and Curricular Changes». Resina 2013, 54-61.
- Schacht Pereira, Pedro (2017). «Portuguese and the Emergence of Iberian Studies». Newcomb, Robert P.; Gordon, Richard A. (eds), *Beyond Tordesillas. New Approaches to Comparative Luso-Hispanic Studies*. Ohio: Ohio State University, 21-36.

Os modos de memoria transnacionais e o estudo da novela galega da memoria

Diego Rivadulla Costa
Universidade da Corunha, Galiza, Espanha

Abstract This work takes as reference the paradigm of the transnational modes of remembering, as proposed by Cultural Memory Studies, to approach the case of Galician novel about the Civil War and Francoism published since the year 2000, in the context of the revival of the past in the Spanish public sphere. After explaining the theory of modes of remembering, the chapter reviews the characteristics of antagonism, cosmopolitanism and agonism to analyse to what extent Galician writers have adopted these discourses in their stories of the recent past. The study concludes that there is a growing agonistic memory that investigates the perpetrator and the complexity of the historical context.

Keywords Galician Studies. Contemporary Galician narrative. Cultural memory. Modes of remembering. Globalisation.

Resumo 1 Algunhas consideracións previas. – 2 A teoría dos modos de memoria transnacionais e o estudo da novela galega. – 3 O modo de memoria antagonístico. – 4 O modo de memoria cosmopolita. – 5 O modo de memoria agonístico. – 6 Consideracións finais e liñas futuras.

1 Algunhas consideracións previas

Este traballo, que toma como referencia o paradigma dos modos de memoria transnacionais para se aproximar ao caso galego, parte da constatación de

Este traballo inscríbese no proxecto de investigación doutoral do autor, subsidiado pola Consellería de Cultura, Educación e Ordenación Universitaria da Xunta de Galicia a través das 'Axudas de apoio á etapa predoutoral' do ano 2016.

que a denominada 'novela da memoria' sobre o pasado recente da guerra civil e a ditadura franquista se ten erixido, especialmente desde a entrada no século XXI e en paralelo ao xurdimento dun *boom* da memoria a nivel estatal, nunha das tendencias principais da narrativa tanto en castelán como en catalán, galego e éuscaro.¹ Tendo en conta isto e dada a especificidade do presente volume, semella de obriga comezarmos este capítulo por sinalar algúns traballos pioneiros que prestaron atención a esta produción desde a perspectiva dos estudos ibéricos e, especialmente, ao tratamento do tema nas chamadas 'literaturas periféricas' desde unha perspectiva comparatista, entre os que destacan as achegas realizadas desde hai anos polo grupo de investigación 'Memoria Histórica en la Literatura Ibérica' dirixido por Mari Jose Olaziregui na Euskal Herriko Unibertsitatea / Universidad del País Vasco, ben como os traballos particulares doutros especialistas como Jon Kortázar (2011), quen ten comparado a evolución do tratamento literario da guerra civil nas novelas vasca e galega. Mención especial merecen tamén as teses doutorais de Daniela Bister, sobre a construción literaria da vítima da guerra e do franquismo na novela española, catalá e vasca, publicada en libro no mesmo ano de ser defendida (Bister 2014), a de David Colbert (2013), centrada nas características específicas da memoria cultural da guerra e da ditadura nas narrativas periféricas do Estado español, e a de Mariela Sánchez, recentemente convertida nun libro (Sánchez 2018), en que a investigadora arxentina analiza o recurso da transmisión oral da memoria nun corpus de novelas escritas en castelán, galego e éuscaro.

No que se refire á literatura galega, a pesar de existiren sólidas aproximacións á produción memorialística como as de Thompson (2009) ou Vilavedra (2011, 2015b), o certo é que estas non teñen prestado demasiada atención ás metodoloxías ofrecidas polos denominados *Cultural Memory Studies*, que desde os anos noventa veñen fornecendo estratexias globais para a análise daquelas producións culturais que

1 O rexurdir do pasado en España e, en concreto, o fenómeno da denominada 'recuperación da memoria histórica' das vítimas do franquismo, emerxe no espazo público desde finais dos anos noventa e, especialmente, na década de 2000, nun momento de relevo xeracional e progresiva desaparición das testemuñas directas do conflito. O clima de interese polo pasado traumático da guerra civil e a ditadura dá lugar a unha eclosión memorialista no conxunto do Estado, marcada pola sucesión de iniciativas en todos os ámbitos da sociedade: realización de exposicións e actos conmemorativos, aumento de producións culturais sobre o período en cuestión, desenvolvemento de proxectos de investigación historiográfica para rescatar os testemuños das vítimas, etc. No caso galego, as reclamacións do movemento asociativo de base social recibiron un importante pulo desde o punto de vista institucional a partir do ano 2005, co goberno bipartito de esquerdas –Partido Socialista de Galicia (PSdeG) e Bloque Nacionalista Galego (BNG)– na Xunta de Galicia, que levou a cabo por primeira vez unha política de memoria no país (Fernández Prieto 2009), ao tempo que no ámbito estatal vía a luz a denominada Lei de Memoria Histórica, aprobada en 2007 polo executivo socialista de Rodríguez Zapatero.

se relacionan coa memoria dos diversos pasados traumáticos.² Do noso punto de vista, o propio concepto de 'memoria cultural' resulta altamente operativo para estudar a narrativa galega contemporánea, pois, de acordo con Astrid Erlil (2008, 2), refírese a todas as formas de rememoración, de interacción entre presente e pasado, que teñen lugar en contextos socioculturais específicos -que evidentemente favorecen esa rememoración- a través dos chamados 'medios de memoria', entre os que se atoparían a literatura ou os medios audiovisuais, cuxa función sería a de almacenar, circular e desencadear recordos culturais. De acordo con isto, consideramos que a novela galega actual sobre a guerra e a ditadura, da que nos ocuparemos ao longo deste estudo, constitúe un deses medios que, en diálogo con outros discursos -políticos, historiográficos, xornalísticos ou artísticos- que xorden na esfera pública sobre a interpretación e xestión do pasado recente,³ participan activamente na construción da memoria cultural da sociedade galega do século XXI a través das diversas versións e tipos de discurso que do pasado transmiten, os cales tentarán ser identificados no presente traballo.

Doutro lado, cómpre sinalarmos que este clima de interese polo pasado da guerra e o franquismo xurdido nas dúas últimas décadas en Galiza, como no conxunto do Estado español, ben como o *boom* da literatura memorialista, vense influídos, á súa vez, por unha nova cultura da memoria a nivel global (Huysen 2002) con enorme incidencia nos países da Europa occidental, decididos a recuperar e actualizar os seus respectivos pasados traumáticos, e, especialmente, pola memoria do Holocausto, cuxa xestión espertou xa desde os anos oitenta o interese internacional, converténdose en paradigma, tal e como Baer e Sznajder (2015) teñen analizado. Neste sentido, concordamos con Hans Lauge Hansen en que:

a partir del 2000, cuando surge el interés por la memoria histórica en España, el país se ve penetrado por los discursos memorialísticos transnacionales que vienen a tener una influencia en la misma manera en que se narra esa memoria silenciada en España, y que afectan la función ético-política que desempeña este discurso

2 Para unha aproximación ao campo de estudo, véxase o traballo de Erlil (2008) ben como o volume *Estudios de memoria. Teoría e análise cultural*, coordinado por varias investigadoras do Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa (Alves, Soares, Rodrigues 2016).

3 Coincidimos con Hans Lauge Hansen y Juan Carlos Cruz Suárez (2012, 39) ao afirmaren que as novelas que desde o ano 2000 se veñen ocupando de rememorar a guerra civil e o franquismo «participan en el diálogo multivocal y multidireccional que acontece en la esfera pública del Estado español y de sus regiones, a través del cual -o de los cuales- se está negociando la manera de comprender la realidad política, cultural y social mediante la interpretación de la historia reciente».

artístico en la negociación de la memoria intergeneracional sobre el período en cuestión. (Hansen 2015, 137)

2 A teoría dos modos de memoria transnacionais e o estudo da novela galega

A análise do funcionamento das obras literarias como medios de memoria debe ter en conta, segundo Astrid Erll, os modos a través dos cales os textos reconstrúen e representan o pasado, así como o significado que este pasado asume neles. En palabras da especialista:

Our memories of past events can vary to a considerable extent. This holds true not only for what is remembered (facts, data), but also for how it is remembered – that is, for quality and meaning the past assumes. As a result, there are different modes of remembering identical past events. (Erll 2011, 104-5)

A existencia de diversos modos de recordar acontecementos históricos idénticos refírese ao feito de que cada vez que se representa o pasado a elección dos medios e formas é determinante para o tipo de memoria que se produce: un acontecemento histórico significativo como unha guerra, por exemplo, pode ser representado e recordado oralmente, nunha anécdota contada por alguén, como algo vivido na historia recente, mais ao tempo pode ser obxecto dunha ópera wagneriana, véndose transformado nun evento atemporal e mítico (Erll 2008, 390). Mais incluso no mesmo medio literario un episodio concreto pode ser recordado tamén como un evento mítico, como parte da historia política, como unha experiencia traumática ou como parte dunha historia familiar. Eses diferentes modos de lembrar estarán, de acordo coa tese da autora, estreitamente vinculados a diferentes modos de representación -literaria, neste caso- e, consecuentemente, os cambios na forma de representar condicionarán a memoria cultural e efectuarán os correspondentes cambios no recordo colectivo que construímos dese pasado compartido (Erll 2011, 158).

Así, a partir das propostas de Erll,⁴ Ana Cento Bull e Hans Lauge Hansen (2016) estableceron a distinción de tres modos ético-políticos para analizar os discursos de memoria globais que, do noso punto de vista, constitúen unha ferramenta útil para nos aproximar ao corpus de novelas galegas da memoria e, en concreto,

⁴ Erll (2008, 2011) ten aplicado este cadro de análise, por exemplo, ás novelas sobre a Primeira Guerra Mundial, entre as que distinguiu catro modos da retórica da memoria colectiva: o modo experiencial, o mítico, o antagonístico e o reflexivo.

aos discursos sobre o pasado que estas proxectan. A distinción dos tres modos de memoria transnacionais pretende, segundo Bull e Hansen, atender á dimensión social, ética e política dos textos, revelada, entre outros aspectos, pola forma en que estes abordan ou representan a relación entre pasado, presente e futuro. Para alén diso, a diferenza entre os modos ‘antagonístico’, ‘cosmopolita’ e ‘agonístico’, que definiremos a seguir, baséase en diversos aspectos entre os que ocupa un importante lugar a cuestión do nacional e do global, pois a globalización dun modo de memoria a partir do discurso e as prácticas do Holocausto tería provocado un proceso de ‘globalización interna’, tal e como o denominan Levy e Sznajder (2002), que viría producir unha transición das memorias colectivas nacionais a unha cultura de memoria cosmopolita. Porén, esta forma global de recordar presenta unha falta de atención cara a diversos aspectos dos pasados traumáticos nacionais e locais que o modo de memoria agonístico, como veremos, pretende resolver.

Tomando como base o traballo de Bull e Hansen (2016) en que examinan a orixe, desenvolvemento e características dos tres modos ético-políticos de memoria,⁵ atenderemos aquí cada un deles e exploraremos as posibilidades de aplicación ao caso galego. Cómpre termos en conta, non obstante, que se trata dun modelo teórico en ocasións excesivamente ríxido, xa que está a establecerse, tal e como recoñecen os seus autores, prototipos ideais cuxos trazos poden mesturarse e interactuar na práctica (Bull, Hansen 2016, 399-400). Alén diso, estamos ante unha proposta global de formas de recordar o(s) pasado(s) que non se adscribe a un contexto social nin histórico concreto,⁶ polo que embora a consideremos un método de análise efectivo, non pretendemos presentar, a través da súa aplicación, unha taxonomía que estableza tres formas pechadas de facer memoria na literatura galega. Pola contra, o noso obxectivo é aproveitar as novas perspectivas de análise que a teoría nos permite para nos aproximar ás particularidades da recreación do pasado e da representación dos seus protagonistas –fundamentalmente masculinos–⁷ nos distintos textos, así como mostrar a madurez

5 En realidade consideramos que, como se verá, moitos dos trazos distintivos dos tres modos de recordar tal e como os presentan Bull e Hansen poderían empregarse para diferenciar e analizar discursos político-sociais en xeral, non só para una análise de formas de memoria.

6 Con todo, Hansen (2015, 2016a) xa tiña bosquexado e aplicado esta teoría dos ‘modes of remembering’ á novela contemporánea española sobre o pasado da guerra civil e o franquismo, extraendo interesantes conclusións que retomaremos ao longo deste capítulo.

7 Neste sentido, debemos indicar que, sen ser o noso obxectivo realizar unha análise de masculinidades, a maioría de personaxes aos que se fará referencia ao longo do estudo son homes. Embora sexamos conscientes de que unha análise das cuestións ético-políticas en relación coa memoria debería ter en conta as cuestións de xénero, dadas as reducidas dimensións deste traballo vémonos na obriga de nos referir

acadada polo discurso literario galego sobre a guerra civil e da ditadura franquista no século XXI.

Na liñas que seguen propómonos facer, por tanto, unha breve descrición da orixe e caracterización de cada un dos tres modos de memoria transnacionais, seguido dunha síntese da súa aplicación ao estudo do corpus da novela galega actual da memoria, que constitúe o fin último da nosa investigación. A atención a algunhas obras concretas, menos das desexadas debido ás dimensións deste estudo, dará para ver en que medida se poden identificar o antagonismo, o cosmopolitismo ou o agonismo e para tirar algunhas conclusións sobre o lugar en que se sitúan estes discursos sobre a guerra e o franquismo na esfera pública galega, sobre que influencias transnacionais reciben, ben como sobre o obxectivo que coas diferentes formas de representación literaria perseguen os seus autores.

3 O modo de memoria antagonístico

Á hora de establecer os diversos modos mnemónicos existentes na narración literaria, Astrid Erll (2011, 159) propón o concepto de *antagonistic mode* para se referir a aquelas formas literarias que axudan a promover unha versión do pasado e a rexeitar outra, un modo que sería característico da literatura politicamente comprometida ou daquela relacionada con grupos de identidade concretos cuxas versións do pasado se encarga de difundir. Este modo antagonístico caracterízase polo uso de estereotipos negativos e de perspectivas parciais, de forma que só as memorias dun determinado grupo se presentan como verdadeiras, mentres as demais son deconstruídas e sinaladas como falsas. Para Hansen (2016b, 89), que adopta o concepto de Erll, as narracións deste tipo «ensalzan al héroe, lloran la pérdida de los ‘nuestros’ y luchan por una versión del pasado determinada, frente a la de los ‘otros’».

O modo antagonístico estaría, pois, directamente representado polas novelas que distinguen heroes e viláns entre os seus personaxes, un trazo propio da ficción histórica tradicional –e non só– que procuraba a reivindicación das figuras heroicas da nación. A característica definatoria deste modo é, para Bull e Hansen (2016, 390), a diferenciación do ‘ben’ e o ‘mal’ como categorías morais aplicadas aos actores históricos; isto é, a través dunha caracterización maniquea dos protagonistas da historia, os discursos antagonistas presentan os conflitos do pasado como unha confrontación entre un ‘nós’ –que, como vítimas, representamos o

unicamente a uns poucos trazos dos protagonistas das novelas tratadas, cuxa inmensa maioría, como se poderá constatar, son masculinos.

ben- e un 'eles' -que, como verdugos, representan o mal. Isto adoita constituír certa simplificación e mitificación do pasado debido á falta de afondamento no contexto histórico, que se ve frecuentemente manipulado, así como de consideración das causas socio-políticas que provocaron o conflito. Ademais, o carácter autoconscientemente irreflexivo e monolóxico que caracteriza as narrativas deste modo, que non presentan ningún tipo de reflexión sobre a tarefa de facer memoria, contribúe a promover a empatía co sufrimento dos 'nosos' e a demonizar os 'outros' (Bull, Hansen 2016, 400).

Segundo a caracterización que vimos de expoñer, este discurso antagonístico aparece frecuentemente representado polas memorias de primeira xeración. No caso da produción literaria galega é doado de atopar, por tanto, nos testemuños dos sobreviventes da guerra civil, como son as ficcións autobiográficas dos exiliados Ramón de Valenzuela (1957) *-Non agardei por ninguén-* ou Silvio Santiago (1976) *-O silencio redimido-*, mais a vixencia deste modo de nos aproximar ao pasado e de o representar en pleno século XXI faise evidente en novelas como *A vitoria do perdedor* (2013), de Carlos Reigosa. Nesta obra sobre un último anarquista da guerrilla antifranquista, o autor presenta o protagonista como un heroe da resistencia armada cuxa morte final o converte, ademais, nun mártir da causa. O uso da violencia irracional non se xustifica politicamente senón pola sede de vinganza do personaxe: todos os seus compañeiros guerrilleiros morreran a mans dos falanxistas e el quere vingalos aínda que sexa o último que faga, o que supón a representación dun conflito entre un 'nós' e un 'eles' propio do modo antagonístico. Fronte ás atrocidades cometidas polos representantes do falanxismo contra xente 'boa' e 'inocente', a novela converte a labor dos guerrilleiros republicanos en admirábel, dignificándoa e outorgándolle un papel activo na Historia, e a Arcadio Macías, o seu representante último, nun heroe disposto a dar a vida na loita contra esas inxustizas, creando todo un mito que reflicte, no fondo, un modo de memoria antagonístico.

Tamén antagonístico é o modo de se representaren os principais actores do conflito en *Expediente Artieda* (2000), de Luís Rei Núñez. A novela, que constitúe un mosaico das vidas na resistencia antifranquista da Coruña de finais dos cincuenta, pon o foco no bando das vítimas que sobreviviran aos efectos da represión que exercen sobre eles os personaxes próximos ao poder franquista. A homenaxe do autor á loita antifranquista materialízase na representación da división social en vencedores e vencidos, marcada á súa vez por unha diferenza de clase entre os obreiros e as familias acomodadas próximas ao réxime ou que traballan para el. No entanto, é nas figuras do tranviario Mamede Aneiros e do garda da Brigada Político-Social Marcial Pombo que se

personaliza, respectivamente, o 'ben' e o 'mal'.⁸ Mentres do primeiro se exaxeran os seus trazos de bondade, o segundo é presentado como un 'malnacido', un ser sádico e sanguinario, do que dan mostra os seus antecedentes como 'paseador'. A caracterización de Mamede, erixido en mártir e heroe da loita antifranquista, e a do torturador Pombo, reduce por momentos a cuestión histórica a unha loita entre bos e malos que funciona, non obstante, para o obxectivo que a obra procura: a dignificación dos heroes da resistencia e a recuperación da súa memoria.

Neste sentido, fortemente antagonística é tamén *Home sen nome* (2006), de Suso de Toro. Embora neste caso resulte máis complexo adscribir a obra directamente a este modo,⁹ antagonística é, sen dúbida, a construción do personaxe principal, o vello falanxista que recorda a represión do 36 e recoñece a súa participación activa na 'limpeza' de España sen presentar ningún viso de arrepentimento, de forma que as atrocidades por el cometidas só se explican por unha maldade intrínseca. Como sinala acertadamente Polverini (2015), a actuación do vitimario franquista, cuxo compoñente sádico é levado ao extremo, serve a De Toro para mostrar que a violencia é un trazo connatural ao ser humano e non responde a motivacións ideolóxicas.¹⁰ A caracterización do protagonista como un monstro fai que o lector o condene por ser moralmente 'malo' e, ao tempo, que se identifique ou empatee coas súas vítimas ou cos sucesores destas.

En síntese, o modo antagonístico na novela galega da memoria caracterizaríase principalmente pola representación do mal no lado franquista e do ben no lado republicano, de maneira que a actuación de ambos se perciba como unha cuestión moral que dá lugar ao conflito, resultando así moi doada a identificación cos 'nosos', porque son vítimas e heroes bos, fronte aos 'outros' viláns malvados. A violencia é presentada polo xeral como consecuencia da maldade, de xeito que o seu uso na loita entre republicanos e franquistas que a miúdo tematizan estas novelas non aparece explicado polas posicións políticas

8 Aínda que aquí nos centremos nestes dous exemplos paradigmáticos, en *Expediente Artieda* hai unha representación xeral do momento histórico como una loita social dos 'bos' fronte aos 'malos'. Mentres é doado que o lector se identifique cos 'nosos', con calquera das personaxes que conforman o círculo dos vencidos, no lado oposto, nos 'outros', é difícil salvar alguén desde o punto de vista moral.

9 A obra non responde, ao noso parecer, á esencialización do pasado que representa o modo antagonístico, mais si ten trazos deste na construción do personaxe protagonista.

10 De feito, o protagonista non atopa o seu lugar no novo réxime franquista e decide alistarse na División Azul para seguir alimentando a súa sede de sangue na fronte da Segunda Guerra Mundial. Segundo Polverini (2015, 96), «el autor pone en evidencia el hecho de que la violencia durante el conflicto bélico no es una obligación colectiva, sino fruto de una voluntad individual, de la que solamente el sujeto es responsable».

ou ideolóxicas dos actores, senón pola súa catadura moral.¹¹ Neste sentido, as obras adoecen de certa simplificación no sentido de que presentan a guerrilla e a acción represiva fascista –fundamentalmente estes dous temas– como un conflito entre ‘boas’ e ‘malas’ persoas, en lugar de falar de ‘malas accións’.

4 O modo de memoria cosmopolita

Tal e como foi indicado, no campo da memoria cultural Levy e Sznajder (2002) foron os primeiros en falar da emerxencia dun cosmopolitismo a partir do discurso da memoria transnacional do Holocausto:

shared memories of the Holocaust, the term used to describe the destruction of European Jewry by Nazi Germany between 1941 and 1945, a formative event of the twentieth century, provide the foundations for a new cosmopolitan memory, a memory transcending ethnic and national boundaries. (Levy, Sznajder 2002, 88)

Para estes autores, nos inicios do século XXI a(s) memoria(s) do xenocidio xudeu estarían a facilitar a formación de memorias culturais transnacionais, que á súa vez terían o potencial de se converteren en base cultural para unha política global de dereitos humanos. Do mesmo xeito, Bull e Hansen (2016, 292) opinan que o modo de recordar fundado polo Holocausto xa desde os anos oitenta inflúe de maneira explícita nas narrativas nacionais, dando lugar a certos repertorios ou ‘prácticas compartidas de memoria cosmopolita’, isto é, as memorias nacionais e étnicas particulares veríanse transformadas na era da globalización por patróns comúns que se combinan cos elementos preexistentes dando lugar ás ‘memorias cosmopolitas’ (Levy, Sznajder 2002, 89). Así, este modo de memoria que se nutre dun emerxente movemento de dereitos humanos a nivel global constitúe un novo paradigma para achegarse e contemplar o pasado, contribuindo á aparición dun discurso de memoria que se centra nas vítimas e represaliados dos fascismos totalitaristas do século XX (Bull, Hansen 2016, 291).

Podemos considerar, por tanto, que o trazo principal do discurso de memoria cosmopolita –e consecuentemente das novelas que o representan– é a énfase na perspectiva da vítima e a busca da empatía con esta, provocada polo sentimento de compaixón cara ao sufrimento humano. O padecemento da vítima ‘non actuante’, como

11 Aínda que o personaxe anarquista que protagoniza *A vitoria do perdedor* se caracteriza polo uso da violencia, esta, como vimos, vese xustificada pola necesidade de vingar as mortes dos compañeiros a mans dos ‘malos’, isto é, por ‘bos motivos’.

a denominan Levy e Sznajder (2002), e a vulneración de dereitos humanos producida polos agresores fascistas vai ocupar unha posición central neste modo de recordar. O propio acto de contar –a través das novelas, por exemplo– as historias das vítimas esquecidas, de lembrar os seus nomes e de recoñecer os seus sufrimentos –a reivindicación en que se basea o propio movemento de recuperación da memoria histórica¹² é unha forma de facer reparacións e viría responder directamente a esa visión cosmopolita sobre o pasado. Se, como se apuntou anteriormente, as memorias do Holocausto axudaron a conformar unha nova cultura europea dos dereitos humanos na que se inscribe o movemento de recuperación da memoria histórica en España e Galiza, podemos afirmar que o propio proceso do que participan as novelas que estamos a analizar se converte desde este punto de vista nun acto de memoria cosmopolita e será doado que os textos se vexan influídos por esta forma de recordar.¹³

Con todo, tal e como Hansen (2016b) ten advertido, o énfase no sufrimento da vítima por parte da memoria cosmopolita tende a provocar que a dimensión política vinculada coa práctica do suxeito no seu contexto político e social desapareza ou permaneza unicamente como pano de fondo dos eventos recordados. En certo modo, a representación literaria dos republicanos como vítimas ‘non actantes’ e o feito de colocar o foco na violación dos dereitos humanos por parte dos franquistas pode producir efectos de despolitización, como xa apuntou Gómez López-Quiñones (2012, 103). Coincidimos con Hansen (2016a), ademais, en que é habitual nestas novelas atopar a distinción das mesmas categorías do ‘ben’ e o ‘mal’ que o modo antagonístico usa para describir os actores do conflito, mais aplicadas neste caso ás categorías abstractas de ‘totalitarismo’ (fascismo), que representa o mal, e ‘democracia’, que viría simbolizar o ben.¹⁴ A visión dicotómica do mundo que caracterizaba ao modo antagonista mantense, por tanto, no modelo cosmopolita, mais

12 Certamente, a reivindicación do movemento memorialista galego e español, encabezado pola Asociación para la Recuperación de la Memoria Histórica de ámbito estatal e, no noso contexto, por outros colectivos como a Asociación Cultural Memoria Histórica Democrática, a plataforma Iniciativa Galega pola Memoria ou a Fundación Galega contra a Impunidade, está completamente enmarcado neste discurso dos dereitos humanos que reclama xustiza, reparación e verdade para as vítimas, sendo o dereito a coñecer, contar e difundir a memoria dos vencidos un dos seus obxectivos principais.

13 É a nosa hipótese, como se anunciou no comezo deste estudo, que o movemento memorialista incide fortemente, tanto desde o punto de vista temático como formal, no tratamento literario da guerra e do franquismo desde o 2000. Ademais, a novela galega e española da memoria cosmopolita aliméntase da simboloxía e terminoloxía das representacións do Holocausto, como exemplifica, sen ir máis lonxe, o prólogo de Fernández Ferreiro a *Os últimos fuxidos* (2004), intitulado «Holocausto español».

14 Para Levy e Sznajder (2002, 102), «[i]t is precisely the abstract nature of ‘good and evil’ that symbolizes the Holocaust, which contributes to the extra-territorial quality of cosmopolitan memory».

pasaremos de falar de ‘bos’ e ‘malos’, a facelo fundamentalmente de ‘vítimas’ e ‘verdugos’, que representan as posicións democráticas (republicanas) e totalitarias (franquistas), respectivamente.

Tendo en conta o anterior, podemos afirmar que o modo cosmopolita é a modalidade característica de boa parte das novelas galegas da memoria publicadas entre o ano 2000 e a actualidade, entre as que podemos citar, por exemplo, *Como levar un morto*, de Xesús Rábade Paredes (2001), ou *A lingua secreta*, de Xesús González Gómez (2002). As dúas colocan a vítima da represión franquista como centro das súas tramas e ambas logran a paixón do lector co seu sufrimento na procura da reparación ou, cando menos, da recuperación da memoria dos represaliados. No caso da novela de Rábade Paredes, as lembranzas fragmentarias dun protagonista esquizofrénico que reflexiona sobre o pasado mestúranse cun narrador omnisciente na reconstrución da historia de Ovidio Rivas, o seu pai, condenado a morte polo franquismo no ano 1945. Neste caso, o receptor da obra non só tende a empatizar coa vítima, condenada inxustamente por un réxime que ‘fai legal’ a represión a través dun sistema xudicial ao seu servizo, senón tamén co seu sucesor e portador do trauma. Como corresponde ao modo de memoria cosmopolita, Rábade Paredes coloca a énfase no sufrimento individual de Ovidio máis que na dimensión política do personaxe -á que si se alude en ocasións- e a novela reflexiona sobre a memoria como herdanza e os efectos desta no presente.

Na obra de González Gómez (2002), a influencia do discurso de memoria do Holocausto faise especialmente visíbel ao pivotar parte desta sobre a memoria dun preso republicano galego nun campo de concentración nazi. *A lingua secreta* é unha novela de autoficción que presenta tamén un protagonista -neste caso un neno- marcado polas vivencias do pai, un combatente republicano na guerra civil que acaba sendo preso en Mauthausen. Neste caso, a memoria testemuñal da vítima chega a través da súa propia voz, que se incorpora mediante partes de monólogo interior e que se mesturan co relato do neno en pleno franquismo nun rural galego marcado pola represión lingüística anunciada no título da obra. O foco está, por tanto, no sufrimento da vítima e na opresión social do réxime franquista, de modo que podemos considerar que se aplica a categoría do ‘mal’, neste caso, ao totalitarismo como posición e sistema político. Alén diso, a novela, homenaxe ao pai do autor, responde na súa intención última á razón da memoria cosmopolita: contar para recordar, reparar e recuperar a memoria histórica das vítimas.

Máis un caso interesante é o de *Sol de Inverno*, de Rosa Aneiros (2009), cuxa protagonista, Inverno, ve como a súa adolescencia, e a partir de aí toda a súa vida, é truncada polo golpe de estado de 1936, que a obriga a fuxir coa súa familia da tranquila aldea galega de Antes cara á Barcelona aínda republicana, ao que seguirá un longo periplo polo exilio francés e, máis tarde, cubano. Mais é

especialmente ao longo dos episodios localizados en Barcelona onde a barbarie da guerra asoma perante o lector con maior crueza: os protagonistas da novela, ante o comezo dos bombardeos fascistas contra a poboación civil en febreiro do 37, asisten ao espectáculo do terror, cada vez máis tanxíbel, converténdose dun día para outro en habitantes dunha cidade militarizada e inundada de pobreza, de dor e de mortos polas rúas. Inverno e a súa familia, sentados á espera de que soen as sireas de alarma para se protexeren nos refuxios contra avións habilitados pola cidade, son perfectos representantes desas vítimas ‘non actuantes’ que o modo cosmopolita coloca no centro da rememoración, e moi especialmente a nena Silvia, ao ser ela a vítima mortal dos derrubamentos provocados por un dos ataques aéreos ordenados por aqueles cos que, paradoxalmente, seus pais loitaban na fronte.

A énfase na perspectiva da vítima e na violación de dereitos humanos na procura da compaixón do lector constitúe, por tanto, o trazo esencial da novela da memoria cosmopolita galega. Ademais, esta baséase fundamentalmente na necesidade de contar, de dar voz aos vencidos e narrar as súas historias, como principio de recuperación da memoria histórica. É precisamente esta, como se dixo, a narrativa que máis se identifica cos valores do movemento memorialista. A diferenza das novelas agonísticas, aquí non hai historias heroicas do bando republicano senón vivencias particulares, das inxustizas sufridas que, de seren heroicas, sono en todo caso para os seus sucesores e desde o punto de vista humano, non de acordo coa súa participación activa no conflito histórico. O que se focaliza é o seu sufrimento -desde a perspectiva propia ou desde a dos seus sucesores- e non a súa participación política, aínda que é evidente que non faltan as referencias ao seu compromiso coa República. Coa intención de emitir unha mensaxe centrada na violación da democracia e dos dereitos humanos por parte dos vitimarios franquistas, algunhas das obras universalizan o contexto histórico, transcendéndoo, coma no caso de González Gómez ao colocar o protagonista como testemuña do masacre nazi.

5 O modo de memoria agonístico

O concepto de ‘memoria agonística’ xorde como resposta á consideración crítica de que o cosmopolitismo, como proxecto ético-político que avoga por solucións construídas sobre institucións transnacionais e dereitos universais, foi incapaz de evitar a emerxencia de novas memorias colectivas antagonísticas construídas e propagadas por movementos populistas neonacionalistas de extrema dereita que están a cuestionar o proxecto europeísta e globalizador (Bull, Hansen 2016, 391). Así, tomando como punto de partida a crítica

ao cosmopolitismo de Mouffe (2005), Bull e Hansen (2016) propoñen repensar as formas de recordar o pasado a través dun terceiro modo de memoria, que parte da premisa de que a destrución cosmopolita da relación binaria entre un 'nós' e un 'eles' do modo antagonístico non é sostíbel, xa que o ser humano precisa deste tipo de relación para construír identidades culturais. Embora o carácter relacional da identidade cultural implique un grande potencial de confrontación antagonística e que os oponentes políticos sexan vistos como inimigos a seren destruídos (Bull, Hansen 2016, 393), isto pode manterse en xa que se a relación antagonística é transformada en 'agonista', o que é posíbel, segundo Hansen (2016a), sempre que o adversario sexa conceptualizado segundo criterios políticos e non morais.

Consonte o anterior, o modo de memoria agonístico caracterizaríase, segundo Bull e Hansen (2016, 399) por evitar a confrontación do 'ben' fronte ao 'mal' mediante o recoñecemento da capacidade humana para o mal en circunstancias históricas específicas e nos contextos de loitas sociopolíticas; por recordar o pasado apoiándose nos testemuños das vítimas e dos verdugos, así coma das testemuñas externas ou observadores; por recoñecer o importante papel xogado polas emocións e promover a empatía coas vítimas como un primeiro paso para recordar o pasado mediante formas que faciliten a comprensión crítica; e, finalmente, por reconstruír o contexto histórico, as loitas político-sociais e os relatos individuais e colectivos que levaron a que se cometesen crimes masivos.

Trátase, por tanto, de (re)inserir os conflitos e os actos de represión no seu contexto histórico e social en lugar de aplicar categorías morais sobre eles, o que se traduciría no caso español, para Hans Lauge Hansen (2016a, 275), na adopción por parte dos autores dunha postura crítica co pasado da guerra e do franquismo, mais tamén co pasado recente transicional. A novela da memoria agonística, que tende á reflexividade e ao multiperspectivismo, identifícase, deste xeito, pola ruptura con aquel patrón narrativo derivado do discurso do Holocausto en que a distinción entre o ben e mal estaba aínda no centro da caracterización dos personaxes, para se interesar polas condicións en que se desenvolveran os feitos históricos rememorados. Cómpre atender, para isto, os diferentes puntos de vista en torno a eses acontecementos, de modo que non se representa só a memoria da vítima senón tamén a do verdugo, ambos personaxes presentados como axentes dos eventos do pasado, participantes duns feitos en que ambos os dous eran suxeitos activos. Isto materialízase no uso da xa mencionada enunciación multiperspectivista ou, en xeral, dunha focalización que inclúa as perspectivas de vítimas e victimarios.

Se, como afirma Lourenzo Fernández Prieto (2009), falar e indagar sobre os verdugos segue a ser un tabú tanto desde o punto de vista historiográfico como social e xudicial, as novelas do modo agonístico virían rompelos porque «permiten comprender (no justificar ni

perdonar) la manera de actuar del victimario» (Hansen 2016b, 90). Un exemplo paradigmático nas letras galegas é, ao noso parecer, *O lapis do carpinteiro* (1998), de Manuel Rivas. Nesta obra referente da memoria novelada, Rivas introduce a figura do represor, un policía de nome Herbal, como transmisor da trama narrativa. A través dunha especie de confesión ou rememoración do garda, cuxa perspectiva é adoptada polo narrador omnisciente, é como o lector recibe a memoria da resistencia republicana durante a guerra civil e a represión de que esta foi obxecto. É a perspectiva do verdugo, por tanto, a que se converte en central para a dignificación da figura do médico Daniel da Barca e a recuperación da súa memoria. Neste sentido, Dolores Vilavedra (2015a, 80) aludiu á «postura un tanto subversiva que supón [...] converter a Herbal, o vitimario franquista, en protagonista da novela», animando ao lector a reflexionar e «a repensar o pasado na súa categorización maniquea de bos/malos, vencidos/vencedores», pois dificilmente saberíamos situar o vello garda nela.

Algo similar sucede con *Cardume*, de Rexina Vega (2007), onde a recuperación da memoria familiar obriga á narradora a repensar a figura do seu avó, un garda destinado a Vigo que, naqueles días que seguiron á sublevación militar de xullo de 1936, recibe a encomenda da condución dos presos republicanos ao penal improvisado da Illa de San Simón. Obligado a desenvolver o papel de verdugo polo momento que lle tocou vivir, é incapaz de mirar á cara a aqueles homes que transporta, pois «non entran en ningunha das categorías da maldade que el tiña o hábito de enfrontar» (Vega 2007, 144). O conflito chegará cando a súa namorada, a avoa da narradora, lle suplique que interceda para salvar ao seu tío Urbano Modelo, un dramaturgo preso e condenado a morte en consello de guerra. A autora recrea a complexidade do contexto nunha trama protagonizada por xentes do común que, na súa maior parte, non se caracterizan polas súas tendencias ideolóxicas nin pola participación en cuestións políticas, senón que é o feito histórico do golpe de estado o que se ocupa de lles asignar os roles de vítimas e vitimarios, por momentos semella que dun modo bastante casual ou aleatorio, inducendo á reflexión actual da narradora -e, ao tempo, do lector- sobre o relato construído daquela época tráxica e confusa.

Tamén en *Non hai noite tan longa*, Agustín Fernández Paz (2011) enfronta ao protagonista, fillo dunha vítima do franquismo, coa figura do garda Senén Louzao, testemuña das torturas ao pai daquel e que vive atormentado por ter calado. O personaxe achega unha perspectiva máis sobre o pasado que nos fai repensar e dubidar se merece ser salvado ou non. Fernández Paz non só crea un relato de restauración da memoria da vítima centrado no sufrimento desta, senón que tamén atende á complexidade do momento histórico e ás causas que posibilitaron que se perpetrasen as inxustizas. A novela reflicte a existencia de toda unha escala de grises, na que sitúa á

propia familia da vítima, na sociedade tardofranquista, dando conta da complexidade do momento, que vai máis alá dun conflito entre o 'ben' e o 'mal'. O narrador-protagonista consegue comprender o consentimento social cara ao franquismo e chega incluso a salvar os 'consentidores', xustificados polo medo que o réxime imponía. Fernández Paz recoñece a capacidade humana de complicidade co mal en determinadas circunstancias, promovendo a empatía coa vítima en primeiro lugar pero logrando, ao tempo, que o lector chegue a entender certos comportamentos que serían incompreensíbeis sen nos determos a analizar o contexto. O afondamento exhaustivo no contexto, nas circunstancias socio-históricas, para provocar unha reflexión sobre os feitos e os actores participantes é tamén unha característica definitiva do modo de memoria agonística.

Podemos afirmar que, aínda que non maioritariamente, a novela galega da memoria si ten adoptado trazos de agonismo que foxen, polo xeral, da esencialización que caracteriza o modo antagonístico. A procura da complexidade do contexto histórico e social na representación do pasado, así como a incorporación da perspectiva dos verdugos en obras como as mencionadas de Rivas, Fernández Paz, ou tamén *O tempo en ningunha parte*, de Xosé Manuel Martínez Oca (2003) van nesa dirección. Estes son, do noso punto de vista, os trazos principais da novela galega da memoria agonística, cuxos autores conseguen, a miúdo a través do uso do multiperspectivismo, provocar no lector unha fonda reflexión sobre como as circunstancias poden levar aos personaxes a actuar dunha determinada forma, incluso contra os seus propios ideais e valores políticos e morais. O restabelecemento do contexto histórico aparece nestas novelas que vimos de referir porque se afastan da recuperación da memoria das vítimas como obxectivo central para promover un tipo de memoria colectiva que restaure a axencia social e política de quen se converteron en vítimas, por un lado, e que rehumanice os vitimarios, polo outro (Bull, Hansen 2016, 395).

6 Consideracións finais e liñas futuras

Embora as limitacións de espazo non nos permitan afondar máis, o visto até aquí permítenos afirmar que a maioría das novelas galegas actuais sobre a guerra e o franquismo dificilmente poden ser adscritas de maneira clara a un modo de memoria, senón que presentan trazos máis ou menos evidentes e en diferentes medidas de antagonismo, cosmopolitismo ou agonismo e, do mesmo xeito, tamén non necesariamente entran só nesas tres categorías teóricas, por veces, ultrapasándoas e, mesmo, formando parte doutras que poderían ser conceptualizadas *ad hoc* con non menos fundamento. Alén disto, se ben é certo que os dous primeiros modos seguen a

ser maioritarios nas obras publicadas desde o 2000, a incorporación da perspectiva agonística semella ir en aumento, co obxectivo de, unha vez recuperadas as memorias das vítimas, atender tamén á dos vitimarios así como á complexidade do momento histórico para tentar comprendérmolo tamén desde a literatura. Neste sentido xa Vilavedra (2011, 73) apuntou, coidamos que acertadamente, que o feito de o protagonista e/ou o narrador destas novelas deixar de pertencer sistematicamente ao bando dos vencidos supón un síntoma de que o discurso literario sobre a guerra civil acada madurez. Na mesma liña, Bull e Hansen (2016) afirman que houbo un xiro (agonístico) cara á figura do perpetrador como suxeito por dereito propio na ficción histórica recente, mais tamén no documentalismo e na historiografía. E a isto semellan referirse as palabras de Lourenzo Fernández Prieto, que escollemos para concluír este estudo por parecernos significativas a respecto do crecente agonismo na memoria cultural galega:

El franquismo ya no requiere de ser denigrado pues todos los referentes del presente se encargan de hacerlo, en virtud de los valores de democracia y derechos humanos en que se educaron las generaciones actuales. Pero precisamos comprender sus lógicas y orígenes. Para comprender por ejemplo las consecuencias de que perdure aquella perversión jurídica que el propio Serrano Suárez llamó justicia al revés que sigue vigente. (Fernández Prieto 2009, 136-7)

Para o catedrático de historia contemporánea, conforme avanza socialmente a denominada recuperación da memoria histórica «se abre camino social e intelectual (historiográfico) una nueva visión, un nuevo punto de vista, más próximo a la verdad más incómoda» no que, sen dúbida, están a desenvolver un importante papel, como medios de memoria cultural, as novelas que «se plantean el problema del verdugo y asumen la incomodidad de una sociedad en la que unos mataron a otros en un momento determinado» (Fernández Prieto 2009, 137-8). Con efecto, o camiño vaise abrindo devagar e podería dicirse que en Galiza a literatura mesmo leva vantaxe aos historiadores, do que dan boa conta achegas novidasas como a realizada por Susana Sánchez Arins, que na súa inclasificábel -desde o punto de vista xenérico- *Seique* (2015) se enfronta coa traumática memoria familiar a partir da recuperación da historia dun sanguinario fascista que forma parte dela. O que fai a autora co tío Manuel é sinalar un dos 'nomes do terror', un dos golpistas e verdugos de 1936 que conforman o noso 'pasado incómodo'. A sociedade actual ten a necesidade de os coñecer e a historiografía conta por fin coa liberdade para os investigar (Ermida et al. 2018; Fernández Prieto, Míguez Macho 2018).

En consonancia co fío conductor deste volume, cómpre retomarmos brevemente as consideracións previas para reafirmármonos na idea de que os estudos da memoria fornecen interesantes propostas de análise

para nos aproximarmos, tal e como aquí foi feito coa narrativa galega da guerra e do franquismo, tamén a outras producións que en relación coa cultura da memoria teñen emerxido nas dúas últimas décadas no espazo ibérico. O uso dos referentes teóricos aquí presentados e de paradigmas de estudo como o dos modos de memoria transnacionais pode ser, do noso punto de vista, unha forma rendíbel de nos aproximar a narrativas literarias e/ou audiovisuais que xurdiran en relación coa represión franquista noutros espazos peninsulares, como pode ser o catalán, ou co conflito armado en Euskadi, e mesmo coa ditadura de Oliveira Salazar e Marcelo Caetano en Portugal. Indo un paso máis alá, pensamos que incluso sería de interese empregar a metodoloxía presentada para analizar certos cruzamentos entre unhas e outras realidades culturais ibéricas, provocados, por exemplo, por axentes dun sistema que escriben sobre outro e que, por tanto, ofrecerán unha visión externa e quizais diferente do pasado conflictivo representado, que merece ser comparada coa ollada interna ou propia. Neste sentido, a ditadura salazarista ten sido frecuentemente tratada na novela galega, con exemplos como *Resistencia*, de Rosa Aneiros (2003), ou *A batalla do paraíso triste*, de Xosé Ramón Pena (2008), do mesmo xeito que a guerra española o foi na narrativa portuguesa, do que dan mostra títulos como *A casa de Eulália*, de Manuel Tiago (pseudónimo literario do dirixente do Partido Comunista Portugués, Álvaro Cunhal) (1997), ou *Rio Homem*, de André Gago (2010). O entrecruzamento entre os estudos de memoria e os estudos ibéricos é sen dúbida un fértil campo con múltiples liñas por explorar en futuros próximos.

Referencias bibliográficas

- Alves, Fernanda Mota; Soares, Luísa Afonso; Rodrigues, Cristiana Vasconcelos (eds) (2016). *Estudos da memória. Teoria e análise cultural*. Vilanova de Fimaliço: Húmus.
- Aneiros, Rosa (2003). *Resistencia*. Vigo: Xerais.
- Aneiros, Rosa (2009). *Sol de Inverno*. Vigo: Xerais.
- Baer, Alejandro; Sznaider, Natan (2015). «Ghosts of the Holocaust in Franco's mass graves: Cosmopolitan Memories and the Politics of 'never again'». *Memory Studies*, 8(3), 328-44. DOI <https://doi.org/10.1177/1750698014568247>.
- Bister, Daniela (2014). *La construcción literaria de la víctima: Guerra Civil y franquismo en la novela castellana, catalana y vasca*. Frankfurt am Main: Peter Lang.
- Bull, Ana Cento; Hansen, Hans Lauge (2016). «On Agonistic Memory». *Memory Studies*, 9(4), 390-404.
- Colbert, David (2013). *Memory of the Peripheries: Narrative Constructions of History in Contemporary Spanish, Basque, Catalan, and Galician Novels* [PhD thesis]. Providence: Brown University.
- Erlil, Astrid (2008). «Cultural Memory Studies. An Introduction». Erlil, Astrid; Nünning, Ansgar (eds), *Cultural Memory Studies. An International and Interdisciplinary Handbook*. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1-18.

- Erl, Astrid (2011). *Memory in Culture*. Hampshire: Palgrave Macmillan.
- Ermida, Xosé Ramón; Fernández, Eliseo; Garrido, Xoán Carlos; Pereira, Dionisio (coords) (2018). *Os nomes do terror. Galiza 1936: os verdugos que nunca existiron*. Santiago de Compostela: Sermos Galiza.
- Fernández Ferreiro, Xosé (2004). *Os últimos fuxidos*. Vigo: Xerais.
- Fernández Paz, Agustín (2011). *Non hai noite tan longa*. Vigo: Xerais.
- Fernández Prieto, Lourenzo (2009). «Actitudes sociales y políticas en la denominada recuperación de la memoria histórica. Galicia. El proyecto de investigación interuniversitario 'Nomes e voces'». *Pasado y Memoria*, 8, 131-57. URL <http://hdl.handle.net/10045/22226> (2018-12-12).
- Fernández Prieto, Lourenzo; Míguez Macho, Antonio (eds) (2018). *Golpistas e verdugos de 1936. Historia dun pasado incómodo*. Vigo: Galaxia.
- Gago, André (2010). *Rio Homem*. Vila Nova de Gaia: Edições Asa.
- Gómez López-Quiñones, Antonio (2012). «A Secret Agreement: The Historical Memory Debate and the Limits of Recognition». *Hispanic Issues On Line*, 11, 87-116. URL <http://hdl.handle.net/11299/184378> (2018-12-12).
- González Gómez, Xesús (2002). *A lingua secreta*. Vigo: A Nosa Terra.
- Hansen, Hans Lauge (2015). «Formas globales e historias locais. Influencias transnacionais en la narrativa actual sobre la guerra civil». Cruz Suárez, Juan C.; Hansen, Hans L.; Sánchez Cuervo, Antonio (eds), *La memoria novelada III. Memoria transnacional y anhelos de justicia*. Berna: Peter Lang, 123-50.
- Hansen, Hans Lauge (2016a). «Modes of Remembering in the Contemporary Spanish Novel». *Orbis Litterarum*, 71(4), 265-88. DOI <https://doi.org/10.1111/oli.12092>.
- Hansen, Hans Lauge (2016b). «Modos narrativos en la memoria de los movimientos militantes». González, Cecilia; Sarría Buil, Aránzazu (eds), *Militancias radicales. Narrar los sesenta y setenta desde el siglo XXI*. Madrid; Buenos Aires: Postmetropolis Editorial; Prohistoria Ediciones, 87-106.
- Hansen, Hans Lauge; Cruz Suárez, Juan Carlos (2012). «Literatura y memoria cultural en España (2000-2010)». Hansen, Hans L.; Cruz Suárez, Juan C. (eds), *La memoria novelada. Hibridación de géneros y metaficción en la novela española sobre la guerra civil y el franquismo (2000-2010)*. Berna: Peter Lang, 21-41.
- Huyssen, Andreas (2002). *En busca del futuro perdido. Cultura y memoria en tiempos de globalización*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica.
- Kortazar, Jon (2011). «Memoria y Guerra Civil en la narrativa vasca (1937-2007)». *Cuadernos de Alzate*, 45, 41-68.
- Levy, Daniel; Sznajder, Natan (2002). «Memory Unbound: The Holocaust and the Formation of Cosmopolitan Memory». *European Journal of Social Theory*, 5(1), 87-106.
- Martínez Oca, Xosé Manuel (2003). *O tempo en ningunha parte*. A Coruña: Espiral Maior.
- Mouffe, Chantal (2005). *On the Political*. London; New York: Routledge.
- Pena, Xosé Ramón (2008). *A batalla do paraíso triste*. Vigo: Xerais.
- Polverini, Sara (2015). «'E foi todo impune'. Recordar la violencia: Home sen nome de Suso de Toro». Carrera Garrido, Miguel; Pietrak, Mariola (eds), *Narrativas de la violencia en el ámbito hispánico*. Sevilla: UMCS; Ediciones Padilla, 89-100.
- Rábade Paredes, Xesús (2001). *Como levar un morto*. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco.
- Rei Núñez, Luís (2000). *Expediente Artieda*. Vigo: Xerais.
- Reigosa, Carlos (2013). *A vitoria do perdedor*. Vigo: Xerais.

- Rivas, Manuel (1998). *O lapis do carpinteiro*. Vigo: Xerais.
- Sánchez, Mariela (2018). *Mala herencia la que nos ha tocado. Oralidad y narrativa en la literatura sobre la Guerra Civil y el franquismo*. Santiago de Compostela: USC editora académica.
- Sánchez Arins, Susana (2015). *Seique*. Santiago de Compostela: Através.
- Santiago, Silvio (1976). *O silencio redimido*. Vigo: Galaxia.
- Thompson, John (2009). *As novelas da memoria. Trauma e representación da historia na Galiza contemporánea*. Vigo: Galaxia.
- Tiago, Manuel (1997). *A casa de Eulália*. Lisboa: Edições Avante.
- Toro, Suso de (2006). *Home sen nome*. Vigo: Xerais.
- Vega, Rexina (2007). *Cardume*. Vigo: Xerais.
- Valenzuela, Ramón de (1957). *Non agardei por ninguén*. Bos Aires: Citania.
- Vilavedra, Dolores (2011). «Guerra civil y literatura gallega». *Revista internacional de estudios vascos*, 8, 62-77.
- Vilavedra, Dolores (2015a). «Do vivencial ao contestario: a evolución no tratamento da guerra civil na narrativa de Manuel Rivas». Dubert García, Francisco; Rei-Doval, Gabriel; Sousa, Xulio (eds), *En memoria de tanto milagre. Estudos dedicados ó profesor David Mackenzie*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 71-83.
- Vilavedra, Dolores (2015b). «Literatura en el espacio público. Rivas y su obra: un punto de inflexión en la recuperación de la memoria histórica». *Olivar*, 16(24), 1-17. URL http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.7352/pr.7352.pdf (2018-12-12).

La imagen de España en el cine catalán posterior a 2012

Alfredo Martínez-Expósito

University of Melbourne, Australia

Abstract An essential component in the study of peripheries, the epistemic construction of the notions of center and centrality can be approached from many different perspectives. This paper focuses on the intersection of two of them: the imagological paradigm and the theory of nation branding. In the intersectional space between them, concepts such as cultural stereotyping, soft power and commercial nationalism are mobilised in ways that differ when a peripheral mindset is favoured. These theoretical tools open up a reflection on the processes of resemantisation that the image of Spain undergoes in contemporary Catalan cinema, as exemplified in the later works by director Ventura Pons. A commentary of *Miss Dalí* (2018), in the broader context of Pons' production and of recent Catalan cinema, leads to provisional conclusions about strategies such as erasure, rarefication, negativisation and othering.

Keywords Imagology. Nation branding. Cinema and national image. Commercial nationalism. Cultural stereotypes.

Sumario 1 El cine hecho en Cataluña: marca e identidad. – 2 *Miss Dalí* (2018): Pons, Dalí, Lorca. – 3 Estrategias de extrañificación, negativización, alterización y borrado. – 4 Conclusión.

1 El cine hecho en Cataluña: marca e identidad

Cataluña fue la invitada de honor en la Feria del Libro de Guadalajara en 2004 y en la de Frankfurt en 2007. En 2018, del 9 al 16 de marzo, Cataluña fue de nuevo invitada a un evento de primera categoría internacional, esta vez el Festival Internacional de Cine de Guadalajara (FIGC), considerado como el más importante de su categoría en América Latina. EL FIGC constitu-



Edizioni
Ca' Foscari

Biblioteca di *Rassegna iberistica* 16

e-ISSN 2610-9360 | ISSN 2610-8844

ISBN [ebook] 978-88-6969-323-6 | ISBN [print] 978-88-6969-324-3

Peer review | Open access

Submitted 2018-10-03 | Accepted 2018-11-28 | Published 2019-08-02

© 2019 | © Creative Commons Attribution 4.0 International Public License

DOI 10.30687/978-88-6969-323-6/013

295

ye una cita obligada para profesionales de la industria, que además atrae a miles de espectadores a las proyecciones de la sección oficial y a un rico programa de actividades paralelas. La invitación permitió a una nutrida delegación catalana estar presente en todas y cada una de las secciones del festival, así como promover el cine catalán y emprender nuevos proyectos. La iniciativa fue impulsada y financiada por el Institut Ramon Llull, organismo público dependiente de los gobiernos autonómicos de Cataluña y Baleares y del Ayuntamiento de Barcelona, así como por la agencia gubernamental Catalan Films, dependiente del Institut Català de les Empreses Culturals de la Generalitat de Catalunya. De manera significativa, la presencia honorífica de Cataluña en el FICG sirvió para proyectar unos cuarenta títulos representativos del cine hecho en Cataluña, uno de los cuales, *Tierra firme* (Carlos Marqués-Marcet, 2017) fue el encargado de inaugurar el Festival. Además de la participación catalana en la sección oficial, el Festival acogió una Muestra de Cine Catalán compuesta por una treintena de películas de varios géneros y épocas. La delegación catalana presentó algunos de estos títulos como pertenecientes a una denominada *New Catalan Wave*, marbete que aparece en publicaciones del Institut Català de les Empreses Culturals desde enero de 2018. La caracterización oficial de la *New Catalan Wave* se relaciona con la presencia del cine catalán en festivales nacionales e internacionales en los que películas de directores jóvenes o noveles han obtenido el reconocimiento de público y crítica.

Analitzant totes aquestes seleccions i premis, aquest any 2017 ha estat clau per a l'establiment d'una nova generació (*New Catalan Wave*) de directors i productors que, amb una nova mirada i una nova forma de treballar, han arribat per quedar-se. El seu cinema que va de la ficció al documental i del llargmetratge al curtmetratge, connecta la vocació internacional amb un univers particular i costumista amb un llenguatge cinematogràfic propi.¹

Entre los componentes de la *New Catalan Wave* se encontrarían Albert Serra (*La mort de Louis XIV*, 2016), Carla Simón (*Estiu 1993*, 2017) o Elena Martín (*Júlia Ist*, 2017), cuyas películas se proyectaron en el FICG junto a las de directores más veteranos como Pablo Berger (*Abracadabra*, 2017), Isabel Coixet (*The Bookshop*, 2017) o Ventura Pons (*Miss Dalí*, 2018), entre otros.

Tanto la presencia de la delegación catalana en el FIGC como la puesta en circulación de la marca *New Catalan Wave* se inscriben

1 «2017, l'any de la New Catalan Wave?». *Institut Català de les Empreses Culturals*, 29 de enero de 2018. URL http://icec.gencat.cat/ca/actualitat/noticies/detall/Noticia_CatalanWave2017 (2018-09-21).

dentro de las estrategias de diplomacia cultural que aspiran a hacer de las industrias y expresiones culturales un vehículo para el posicionamiento internacional de ciudades, países y regiones. La promoción de una imagen positiva en el extranjero representa la columna vertebral de este tipo de iniciativas, que sin embargo no siempre son recibidas exactamente como se pretende (Volcic, Andrejevic 2011, 599; 2016). Así, por ejemplo, mientras que el director del Institut Ramon Llull, Manuel Forcano, presentó el evento a la prensa mexicana como una muestra representativa de la cultura catalana,² el director del FICG, Iván Trujillo, enmarcó la presencia catalana dentro de una estrategia de colaboración con España que incluye, además del Festival de Sitges, las Semanas Internacionales de Cine de San Sebastián y Santander y el nuevo proyecto del director Carlos Saura en México, el musical *El rey de todo el mundo*, coproducido por México y España con participación del Festival de Guadalajara.

El marco epistémico al que remite la presencia del cine catalán en el FICG, a través de la diplomacia cultural, es el de la *marca país*. Estamos, pues, ante un poderoso recordatorio de que el orden neoliberal ha dotado al Estado de nuevos instrumentos de control y perpetuación que, en el momento del capitalismo avanzado, impregnan también el ámbito de lo cotidiano (Martínez-Expósito 2015, 64-6). El uso de las estrategias de marca país para promocionar no solo países y naciones sino también ciudades, comarcas o regiones, alcanza hoy también a cualquier producto, servicio, actividad o discurso capaz de transmitir significados. El paradigma comercial sobre el que se generan estas prácticas no se limita a establecer pautas para la promoción de los lugares o discursos a los que se aplica, sino que tiene efectos en la manera en que las sociedades que los habitan se perciben a sí mismas y cómo son percibidas internacionalmente. Piénsese, a modo de ejemplo, que el caso concreto de Marca España ha generado todo un fenómeno semiótico con amplias y todavía poco exploradas consecuencias: una idea, la de representar al país como si se tratara de un gigantesco objeto comercial, que se ha popularizado a través de los medios hasta hacerse parte del vocabulario cotidiano, favoreciendo a su vez la proliferación de otras marcas más o menos formalizadas en estrategias gubernamentales como, por ejemplo, Marca Euskadi o Marca Barcelona. Las relaciones entre identidad, imagen, marca y marca país configuran un entramado teórico que los estudios culturales, y entre ellos los estudios ibéricos, no pueden dejar de incorporar a su bagaje epistemológico. Una de las más notables apor-

² Las declaraciones de Forcano, reproducidas por varios medios mexicanos, incluyen afirmaciones tales como que «el cine catalán es original, valiente, particular y muy a la moda» o que «Cataluña es pequeña, tiene un grandísimo talento artístico y produce este cine que es muy suyo, pero es de todos». Véase, por ejemplo, <http://www.milenio.com/espectaculos/rumba-cabaret-reciben-cataluna-ficg-33> (2018-09-21).

taciones que esta perspectiva brinda en el terreno de las relaciones culturales consiste en su capacidad para problematizar la peculiar posición de culturas que, como la catalana o la vasca, han sido objeto de subyugación y sometimiento mediante estrategias que hoy no dudaríamos en relacionar con el paradigma de *nation branding* (Anholt 2006). El acceso de las culturas minorizadas a los mecanismos de poder que posibilitan este tipo de estrategias es precisamente uno de los aspectos más decisivos de los procesos de rehabilitación política y recuperación cultural que Josep-Anton Fernández engloba en el concepto marco de 'normalización' (Fernández 2008).

En el contexto de la necesaria renovación del hispanismo y de los estudios ibéricos, el paradigma de marca país puede resultar operativo a varios niveles estratégicos. No se trata únicamente de la original perspectiva que tal paradigma ofrece de nociones tradicionalmente asociadas al espacio, al lugar, al paisaje y a la identidad territorializada, sino, sobre todo, de la posibilidad de analizar los productos de expresión cultural como herramientas de presentación y representación de un lugar o un espacio ante una comunidad interpretativa que, según el paradigma capitalista, es ante todo una comunidad de intercambio (quíerese este material o simbólico). Se trata de un paradigma hermenéutico que, convenientemente habilitado para su uso en estudios de la cultura, permite analizar textos literarios y cinematográficos de circulación nacional e internacional en los que la imagen de la España contemporánea es cuestionada y reinventada de acuerdo, en algunos casos, con las líneas centrales de una marca España hasta cierto punto controlada y diseñada por agencias gubernamentales –ya sean éstas de la administración central o autonómica. Naturalmente, la imagen de cualquier entidad depende solo de manera muy tenue de sus propios esfuerzos promocionales; mayor peso tienen los relatos pre-existentes, y, significativamente, los relatos generados por terceros (Martínez Expósito 2015, 78-95).

El concepto de marca país ha conocido en su corta existencia una considerable proliferación de definiciones, versiones y aplicaciones. Uno de los modos más sucintos y exactos de definirlo es, en palabras de Nadia Kaneva, como un compendio de discursos y prácticas cuyo objetivo es reinventar un país en términos de marca y mercado: «I offer a working definition of nation branding as a compendium of discourses and practices aimed at reconstituting nationhood through marketing and branding paradigms» (Kaneva 2011, 118). La consideración de un país en tanto que marca persigue reconfigurarlo a nivel de ideología y de praxis, reinventar las asociaciones cognitivas y afectivas que el referente nacional invoca, reinventar incluso la propia idea de país. En cierto modo, la marca país parece ofrecer soluciones a problemas contemporáneos del Estado, tales como la comunicación democrática, la legitimación del neoliberalismo y, sobre todo, la visibilidad de los estados-nación en un mundo global domi-

nado por el tráfico de imágenes (Aronczyk 2013, 3). Estas supuestas soluciones operan tanto a nivel local como a nivel global, lo cual demuestra que la versatilidad del concepto de marca es capaz de hacerla funcionar a niveles en principio muy diferentes si no incompatibles entre sí:

The use of a brand [...] is intended to accomplish two seemingly irreconcilable objectives: to convey and promote the essential and territorial characteristics of a given national identity while signaling the state's readiness to comply with the globally footloose needs of transnational corporate capital. (Aronczyk 2013, 37)

Las estrategias de marca país abarcan una enorme variedad de prácticas, desde la retórica de los eslóganes, logotipos y anuncios en prensa hasta iniciativas de gran calado que tratan de institucionalizar las estrategias de marca en el seno de las estructuras del estado creando organismos gubernamentales que velan por la consecución de sus objetivos. La enorme e insalvable diferencia entre las aplicaciones meramente cosméticas y las intervenciones orgánicas que operan a largo plazo demuestran que la transformación del país en una marca solo funciona como parte de una estrategia de Estado y no como mera campaña promocional en medios de comunicación.

Asunción Ansorena (2006) señala que el concepto de marca país se ha convertido para muchas agencias públicas en un concepto fetiche, observación que da idea del valor que tal noción ha adquirido en la mayoría de las reflexiones sobre el tema a partir de su puesta en circulación a finales de los años noventa. También, de manera absolutamente coherente con la teorización de otras estrategias de representación de la identidad, se ha señalado el fuerte componente performativo que, a pesar de su fuerte impronta esencialista, subyace a la idea de identidad nacional:

National identity is not some naturally given or metaphysically sanctioned racial or territorial essence that only needs to be conceptualised or spelt out in discursive texts; it emerges from, takes shape in, and is constantly defined and redefined in individual and collective performances. It is in performances - ranging from the scenarios of everyday interactions to 'cultural performances' such as pageants, festivals, political manifestations or sports, to the artistic performances of music, dance, theatre, literature, or more recent media - that cultural identity and a sense of nationhood are fashioned. National identity is not an essence one is born with but something acquired in and through performances. (Pfister, Hertel 2008, 9)

2 *Miss Dalí* (2018): Pons, Dalí, Lorca

Estas consideraciones sobre la relación entre imagen y marca país en relación con la diplomacia cultural resultan particularmente relevantes en el caso de experiencias como la del cine catalán en el FIGG. Se trata incuestionablemente de un caso de proyección internacional de un cine que se quiere representativo de Cataluña pero que se recibe también como representativo de España, y que incluye películas en las que se tematizan de muy diversas maneras tanto Cataluña como España. Una de esas películas, enormemente significativa por la talla de su director, es *Miss Dalí* (2018), de Ventura Pons, que, junto con *La vida lliure* (Marc Recha, 2017), se estrenó en el FIGG. Pons recibió el Premio Mayahuel de manos del veterano director mexicano Jaime Humberto Hermosillo.³

Miss Dalí es un drama de reconstrucción histórica que presenta la relación entre los hermanos Anna Maria y Salvador Dalí a lo largo de varias décadas. La película narra episodios clave de la vida del pintor (interpretado por Joan Carreras) desde la perspectiva de Anna Maria, interpretada por Eulàlia Ballart (joven) y Sian Phillips (adulta). Aunque existen numerosas biografías del pintor, Pons se sintió interesado por explorar la perspectiva de su hermana, sobre todo por la ruptura de las relaciones entre ambos provocada por la aparición en la vida de Salvador de Elena Ivanovna Diakonova, más conocida como Gala, en 1929. Todavía casada con el poeta Paul Éluard, Gala se estableció con Salvador Dalí, con quien contrajo matrimonio civil en 1934 y matrimonio católico en 1958.

En el 68 vivo entre Barcelona y Cadaqués, y en esa última ciudad, vivo delante de la casa de Dalí, nos hemos conocido mucho y con muchos amigos en común, muchas cosas podría contar, pero por la capacidad de una película, tenía que ser una síntesis, yo tengo vivencias con Dalí que no las he puesto en la cinta, pero es un mundo muy interesante. De Dalí se ha hablado mucho, pero de la hermana no, y las historias escondidas son las más interesantes.⁴

En una escena particularmente significativa de la película, Federico García Lorca (José Carmona) lee ante la familia Dalí el manuscrito de su nueva obra teatral, *Mariana Pineda*. El padre de los hermanos

³ La relación entre Pons y Hermosillo, además de una amistad personal de varias décadas, se puede rastrear de manera intertextual en películas muy tempranas de temática homosexual como *Doña Herlinda y su hijo* (Hermosillo, 1985) y *Ocaña, retrat intermittent* (Pons, 1978).

⁴ «Ventura Pons y su historia con 'Miss Dalí'». *El Informador*, 1 de marzo de 2018. URL <https://www.informador.mx/entretenimiento/Ventura-Pons-y-su-historia-con-Miss-Dali-20180228-0185.html> (2018-09-21).

Dalí (Josep Maria Pou), emocionado, felicita efusivamente al poeta granadino y resuelve dar a conocer la obra en la comarca y en Barcelona. Merece la pena examinar lo que ocurre en esta escena porque no deja de resultar sorprendente encontrar tales muestras de afecto y admiración por un poeta español en una película catalana estrenada en pleno *procès per a la independència* iniciado en 2012. Es preciso tener en cuenta que en esta escena un personaje diegética y extradiegeticamente catalán alaba entusiasta y honestamente, en sus dos lenguas, a un poeta español y (en otro momento de la película) a la «hermosa lengua castellana». Tanto Ventura Pons, como el actor Josep Maria Pou que en *Miss Dalí* interpreta al padre de Salvador Dalí, son personalidades de primera línea del cine catalán⁵ y ambos se han pronunciado públicamente con relación al independentismo.

La escena ocurrió en la vida real. En abril de 1925 Federico García Lorca pasó unos días en casa de la familia Dalí en Cadaqués, en el transcurso de los cuales realizó dos lecturas de su drama *Mariana Pineda*, inspirado en la heroína liberal ejecutada en 1831 en Granada por el régimen absolutista de Fernando VII. La escena se corresponde con la primera de esas lecturas, que tuvo lugar ante la familia de Salvador Dalí. El padre, Salvador Dalí i Cusí, abogado de clase media y (en la película) ferviente catalanista, se sintió conmovido por el alegato libertario de la obra de Lorca y organizó una segunda lectura, en Figueres, unos días más tarde, ante un numeroso público. Hubo todavía una tercera lectura del manuscrito en el Ateneo de Barcelona. La obra la estrenaría la compañía de Margarita Xirgu dos años después, el 24 de junio de 1927, en el Teatro Goya de Barcelona, con decorados de Salvador Dalí. En esta especie de biopic comentado y filtrado por la personalidad de Anna Maria, la década en la que Dalí se relacionó con Lorca y con el cineasta Luis Buñuel (desde 1922) ocupa un espacio desproporcionadamente largo en comparación con otras etapas de la vida del artista. Y la figura de Lorca adquiere un protagonismo mayor que el de otros amigos de Dalí en esa época. El interés de Ventura Pons por Lorca se centra en esta película en cuatro rasgos que resultan coherentes con la propia trayectoria de Pons como creador: su carisma personal, su aprecio por la lengua catala-

⁵ La expresión ‘cine catalán’ no es unánimemente aceptada por la historiografía. Epps (2012) sugiere hablar de «cine hecho en Cataluña» mientras que Àngel Comas (2010) prefiere la expresión «cine hecho en Barcelona». Sin embargo, la institucionalización del cine catalán parece sugerir que la conciencia de identidad cinematográfica está cobrando cuerpo gracias a la creación de departamentos gubernamentales dependientes de la Generalitat, así como entidades de gran peso simbólico como la Acadèmia del Cinema Català, fundada en 2008 y encargada desde 2009 de conceder anualmente los Premios Gaudí. Los Premios Gaudí de Honor han distinguido a algunos de los más eminentes cineastas catalanes: Jaime Camino (2009), Josep Maria Forn (2010), Jordi Dauder (2011), Pere Portabella (2012), Montserrat Carulla (2013), Julieta Serrano (2014), Ventura Pons (2015), Rosa Maria Sardà (2016), Josep Maria Pou (2017) y Mercè Sampietro (2018).

na, su homosexualidad, y, de manera muy significativa, su simbolismo como representante de la España libertaria y republicana.

Ventura Pons (1945-), el director de cine más prolífico en lengua catalana, ha construido su larga carrera cinematográfica sobre dos pilares creativos: la adaptación de obras teatrales catalanas al cine y la exploración de la identidad política del catalanismo a través de documentales, algunos de ellos ficcionalizados. Por su compromiso con el uso cinematográfico del catalán Pons es en cierto modo una excepción, ya que como señala Brad Epps:

The overwhelming majority of films produced in Catalonia, both before, during, and indeed after the Francoist period, are in Castilian, and to such a degree that it would be foolhardy, historically speaking, to take the Catalan language as an 'essential' sign of identity – just as foolhardy as it would be to discount it as 'inessential'. Language, though undeniably significant as a marker of nationality and of a certain cinematic practice, is not so in any stable or univocal way. (Epps 2012, 66)

Cercano a la izquierda nacionalista e independentista convencido, Pons ha recibido los mayores honores de la cultura oficial catalana: el Premio Nacional de Cinematografía en 1995, la Cruz de Sant Jordi en 2007 y el Premio Gaudí de Honor en 2015, entre otros. También recibió cuatro Goyas de la Academia Española en la categoría de mejor guion adaptado (1996, 1998, 2002, 2008). Con 33 títulos en su haber, durante el *procès* independentista comenzado en 2012, Pons ha estrenado tres documentales (*Ignasi M.* en 2013, *Cola colita colassa (Oda a Barcelona)* en 2015 y *Universal i Faraona* en 2018), dos comedias (*Oh, quina joia!* en 2016, *Sabates grosses* en 2017), el drama *El virus de la por* (2015), y el documental ficcionalizado *Miss Dalí* (2018). Con una dependencia económica cada vez menor de las instancias públicas catalanas, Pons utiliza su propia productora, Els Films de la Rambla, para asegurar una creciente autonomía de criterio comercial, político y estético. Es sin duda esta independencia la que hace posible que el director más icónico del catalanismo se atreva en *Miss Dalí* con una figura tan denostada como la de Salvador Dalí, el catalán que alabó el régimen de Franco, que murió dando vivas al Rey de España y que legó toda su herencia al Estado español. Y es esa independencia la que explica que la primera mitad de *Miss Dalí* esté dominada por una reivindicación de los valores que el Lorca republicano y español parece representar en la película.

Excepción hecha de *Miss Dalí*, la imagen de España en el cine de Pons es consecuente con el relato soberanista de Esquerra Republicana de Catalunya y de parte del independentismo progresista. Aunque por lo general las referencias a España y a lo español brillan por su ausencia en el cine más influido por el nacionalismo (hablaremos

de una estrategia de borrado deliberado que en cierto modo responde a estrategias de silenciamiento empleadas por el nacionalismo español durante el franquismo⁶), en aquellos casos en que aparecen temas, personajes o referencias identificables como españoles éstos configuran lo que Jacques Rancière (2011, 83-105) denomina «imagen intolerable»,⁷ una imagen de España que se ha ido codificando en géneros tan dispares como la Comedia Catalana de los ochenta y noventa (Pons, *Qué t'hi jugues Mari Pili*, 1991; Ferré, *Quin cours el meu tercer*, 1994), el documentalismo con *L'endemà* (Hug Cirici e Isona Passola, 2014), *Mossos d'esquadra.cat* (Ignasi P. Ferré, 2013) o *Fènix 11-23* (Joel Joan y Sergi Lara, 2012), y de manera especial en el cine histórico que enfatiza la memoria del franquismo y las continuidades simbólicas entre el absolutismo, la Guerra Civil, el franquismo y la Transición, con nombres clave como Josep Maria Forn (*Companyys: procés a Catalunya*, 1979), Francesc Bellmunt (*El complot dels anells*, 1988), Jaime Camino (*El largo invierno*, 1992), y más recientemente Agustí Villaronga (*Pa negre*, 2010; *Incerta glòria*, 2017). Se trata de películas que proponen una peculiar manera de entender lo español, diametralmente alejada de la imagen de España en otras cinematografías europeas (Gubern 1996) y que en casos como el de Villaronga se proponen cuestionar los binarismos identitarios de la historiografía hegemónica. Cuando no se procede al borrado o escamoteo de las referencias a lo español, se observa una triple estrategia de extrañificación, negativización y alterización. Este procedimiento forma parte de un proceso cultural de características y dimensiones mucho más amplias que Josep-Anton Fernández (2000, 2008), partiendo de sus estudios fundacionales sobre la ficción gay catalana, denomina «normalización cultural» y que no sería sino el mecanismo mediante el cual la cultura catalana en su sentido más amplio toma conciencia de su propia existencia y especificidad gracias en gran medida al proceso de normalización lingüística.

6 Martí-Olivella (2014) argumenta convincentemente sobre la imposibilidad del cine catalán de representar todos los ángulos de la realidad histórica tanto durante el franquismo como durante el pacto de olvido que caracterizó la Transición.

7 La espectacularización de la violencia, el horror y la injusticia en este tipo de imágenes pone de relieve no tanto lo intolerable como las estructuras de poder que lo hacen posible.

3 Estrategias de extrañificación, negativización, alterización y borrado

La extrañificación consiste en la separación de las identidades española y catalana que se presentan como diferentes aun cuando puedan coexistir en un mismo discurso. Responde a un conglomerado de técnicas de precipitado identitario que se pueden entender a través de conceptos como el distanciamiento emocional (*estrangement*), que la teoría familiar sistémica de Murray Bowen (1985) explica como mecanismo de compensación ante un factor desestabilizador,⁸ o el extrañamiento (*ostranenie*) que el formalista ruso Viktor Sklovsky (1925) explica como el efecto de distanciamiento que es connatural al uso poético del lenguaje. La extrañificación imagológica dialoga con este tipo de percepciones distanciadas y describe el proceso mediante el cual dos o más imágenes identitarias previamente consideradas como indisolubles son individualizadas y separadas entre sí.

Si la extrañificación produce una separación de identidades, la negativización consiste en la atribución de rasgos negativos a una de esas dos identidades, reservando los rasgos positivos para la otra. La negativización opera mediante estereotipación, estigmatización y otras estrategias de etiquetaje o *labelling* que han sido bien estudiadas por la teoría de marcos procedente de Erving Goffman (1974). En el caso español existe una larga trayectoria de negativizaciones imagológicas que se remonta hasta los orígenes de la Leyenda Negra e incluye casos muy estudiados como las actitudes de los enciclopedistas franceses ante el conservadurismo español, la visión orientalizante de los viajeros románticos o la negativización deliberada de la imagen de España en la prensa estadounidense durante la guerra de 1898.

El *othering* o alterización consiste en la reificación de la subjetividad ajena como subalterna. El *othering* es un concepto clave tanto en teoría crítica como en teoría *queer* y teoría poscolonial porque implica siempre una degradación del Otro que, como apunta Derrida, es una condición para la exaltación identitaria del Yo. Aunque a primera vista parecen existir numerosas coincidencias entre la alterización y la negativización, una diferencia fundamental entre ambas consiste en su perspectiva imagológica: mientras que la alterización presupone la no identificación del sujeto con la imagen percibida, la negativización puede operar como auto-imagen. En otras palabras, la negativización de una imagen nacional puede ser llevada a cabo tanto por los extranjeros como por los ciudadanos de esa nación; la

⁸ La teoría de Bowen resulta especialmente relevante en el contexto del *procès*, ya que gran parte de la metaforización utilizada en el debate público sobre la independencia ha recurrido a imágenes familiares de la relación entre España y Cataluña. Estas imágenes incluyen tropos como el divorcio, el abandono del hogar paterno, la violencia doméstica o el clan familiar.

alterización es el proceso mediante el cual un sujeto atribuye una imagen subalterna a otro.

Esta triple estrategia de construcción cinematográfica de la imagen de España admite una ilimitada gama de gradaciones y adjetivaciones, pero en lo esencial coincide con la imagen codificada de lo español que se observa en el cine más identificado con el discurso nacionalista. Esta codificación se ha generalizado hasta el punto de generar parodias y sátiras de varios tipos, sobre todo en el cine hecho en Madrid.

Pero estas parodias del nacionalismo prácticamente apenas existen en el cine hecho en Cataluña. Aquellos directores que optan por no reproducir la imagen de España extendida por el nacionalismo suelen evitar cualquier alusión al conflicto identitario. Así encontramos un gran número de películas, rodadas frecuentemente en escenarios reconocibles de Cataluña, que proceden a un cuidadoso borrado de los simbolismos espaciales y nacionales. En películas de gran éxito de público como *Estiu 1993* (Carla Simón, 2017), *Barcelona nit d'estiu* y *Barcelona nit d'hivern* (Dani de la Orden, 2013 y 2015), *Ahora o nunca* (Maria Ripoll, 2015), *Herois* (Pau Freixas, 2010), *Una pistola en cada mano* (Cesc Gay, 2012) o incluso *La propera pell* (Isaki Lacuesta, 2016) se observan diferentes técnicas de borrado de lo español, que van desde el difuminado de situaciones o personajes cuya identidad nacional resulta irrelevante para la película hasta el tachado de identidades que aunque no son irrelevantes tampoco son desveladas al espectador.

Además del borrado existen otros modos alternativos al discurso nacionalista, de entre los cuales podríamos destacar tres. El primero de ellos es un tipo de cine que, en la tradición de directores catalanes como Vicente Aranda (*El amante bilingüe*, 1993; *La pasión turca*, 1994) o Bigas Luna (*Trilogía Ibérica* 1992, 1993, 1994), dialoga con la imagen de España desde una perspectiva integradora que incluso cuando adopta tonos críticos lo hace como autocrítica. Piénsese también en el collage *Spain in a Day* (Isabel Coixet, 2016), una producción de MediaPro que ofrece un retrato de la cotidianeidad de la sociedad española confeccionado a partir de más de 20.000 videos proporcionados por ciudadanos anónimos, según el modelo de *Life in a Day* (Kevin MacDonald, 2011). En *Spain in a Day* no sólo no hay atisbos de extrañificación, negativización, alterización, o borrado sino que tampoco se percibe intento alguno de marcar el texto como catalán. La «Spain» de Coixet, al menos en esta película, se perfila mediante conceptos de matriz progresista como los de *gente*, *diversidad*, y *pluralidad*.

El segundo es el documental político de izquierda, que ha conocido una época dorada tras las movilizaciones anti-austeridad del 15 M. En esta categoría se inserta una gran cantidad de material procedente del activismo político y de los programas universitarios de cine

y video-arte. También existen productos como *Ciutat morta* (Xavier Artigas y Xapo Ortega, 2014) y *Clase valiente* (Victor Alonso-Berbel, 2017). Este tipo de activismo documental subraya los efectos sociales de la crisis financiera con temas como los abusos del neoliberalismo y la corrupción de las instituciones públicas locales, estatales y europeas. El largometraje de ficción *Murieron por encima de sus posibilidades* (Isaki Lacuesta, 2014) es parte de esta corriente.

Y en tercer lugar está el cine de autor, que en el caso catalán está profundamente influido por el icónico Pere Portabella (1929-), que todavía sigue activo durante el *procès* con su *Informe general II: el nou rapte d'Europa* (2015). La influencia de Portabella es palpable en autores catalanes como José Luis Guerín, Marc Recha e incluso Isaki Lacuesta. Desde una perspectiva autorial muy diferente, Albert Serra dialoga con la tradición literaria española en *Honor de cavalleria* (2006), película ligeramente anterior al comienzo del *procès* pero altamente significativa por lo que supone de experimento cinematográfico que algunos consideraron en su momento como irreverente acercamiento a un emblema de españolidad literaria como el *Don Quijote* de Cervantes.

En lo que respecta al tratamiento de la imagen de España, el cine catalán ofrece similitudes y también diferencias con la que encontramos en el cine producido en Madrid y en otras zonas del Estado. El parecido más notable, por supuesto, es el profundo sentido crítico con que el significante 'España' aparece en el cine español contemporáneo: ya sea desde el humor ácrata de García Berlanga, el humor negro de Álex de la Iglesia, el melodramatismo de Pedro Almodóvar o el antifranquismo de Basilio Martín Patino, la problematización de España es una de las constantes del cine español. Del mismo modo, ya sea por la influencia del nacionalismo, ya sea por la tendencia crítica observable en todo el cine español, ya sea por influencia de otros discursos críticos (la izquierda clásica, la izquierda alternativa, el feminismo, el ecologismo...), la tendencia a presentar lo español utilizando alguna de las cuatro estrategias descritas se observa con frecuencia en el cine de factura catalana. Cabría señalar, sin embargo, que las películas catalanas producidas a partir del comienzo del *procès* parecen insistir más frecuentemente en el borrado y en las técnicas de alterización, como si las otras estrategias (la extrañificación y la negativización), que se practicaron con asiduidad entre 1980 y 2010, hubieran quedado en cierto modo superadas.

En un importante artículo sobre la imagen de España en la literatura catalana, Stewart King observa que la construcción de lo español como hetero-imagen y *cultural other* de lo catalán ha sido relativamente frecuente desde la *Reinaxença* y concluye que, aunque la mayoría de los estudios imagológicos se centran en las auto-imágenes como sitios de la construcción de una identidad propia (Beller, Leerssen 2007; Zacharasiewicz 2010), la imagen de España en la li-

teratura catalana es múltiple y compleja (King 2016). En el caso del cine hecho en Cataluña sería quizá más apropiado hablar de la imagen de España como un híbrido de hetero-imagen y auto-imagen, un fenómeno imagológico relativamente común en sociedades con identidades múltiples, pero también frecuente en el cine contemporáneo que está fuertemente condicionado por un mercado transnacional y modos de consumo posnacionales. En lo que se refiere a la construcción simbólica de la imagen de España, el cine funciona en Cataluña de manera diferente a como lo hacen la prensa y la televisión. A diferencia de los medios que se dirigen a un público mayoritaria o exclusivamente local, el cine necesita de una amplia circulación para su viabilidad comercial. Esto puede explicar el hecho de que el impacto del nacionalismo en la construcción de una imagen de España extrañificada, negativizada y alterizada sea en el caso del cine mucho menor que en otros medios; y que, en consecuencia, las estrategias de borrado sean mucho más frecuentes en el cine.

En todo caso no es casualidad que en un momento histórico de ebullición independentista se recuperen los modos de imaginar la nación propios del nacionalismo, sobre todo la nación como marco identitario, en necesidad constante de afirmación ritual y de contraste con la anti-nación, el enemigo exterior o interior. Tampoco es casualidad que el nacionalismo cultural haga de la imago nacional uno de sus temas recurrentes. La instrumentalización de la cultura como vehículo para posicionar países y sociedades en el mercado global es uno de los procedimientos más habituales de las estrategias de *nation branding* (Anholt 2006; Dinnie 2015). La canalización de las emociones del consumidor, que constituye la idea central del *nation branding*, es también una táctica básica del nacionalismo. De hecho las coincidencias de principio entre nacionalismo y *nation branding* son de tal calibre que algunos teóricos proponen la idea de nacionalismo comercial como fundamento de las estrategias de marca país (Volcic, Andrejevic 2016). Quizá la limitación más frustrante de la lógica de marca país para todo nacionalismo es la imposibilidad de controlar la totalidad de los resortes emocionales que el *branding* pone en funcionamiento. Una imagen determinada, que según Zygmunt Bauman (2011) es siempre líquida en la sociedad de consumo, es el resultado de incontables mensajes y de un proceso ingobernable del que forman parte fuerzas discursivas de todo signo y condición. Es decir, la identidad nacional y la propia idea de nación son, hoy día, objetos (casi) tan maleables y tan manipulables por el mercado como (casi) cualquier otro producto o servicio. La mera existencia de ideas aplicaciones de la teoría de marcas a entidades como las naciones, las corporaciones o incluso las personas atestiguan que vivimos una nueva edad dorada de la imagen en tanto que percepción, en lo que algunos de sus críticos y detractores califican, no sin cierta dosis de razón, como mera fachada o envoltorio.

4 Conclusión

A modo de conclusión, se podría argumentar que la lógica de la marca país proporciona una clave fundamental para interpretar la insólita escena en la que el padre de Salvador Dalí exalta la república española a través de la figura de García Lorca. Esta escena contiene el germen de una estrategia discursiva que contraviene las cuatro convenciones imagológicas (borrado, extrañificación, negativización, alterización) habitualmente empleadas por el cine catalán más próximo al nacionalismo en referencia al significante 'España'. Las ramificaciones subsiguientes de esta crucial escena convierten a la última película de Ventura Pons en una iniciativa de *nation branding* que cuenta con escasos precedentes en la historia del nacionalismo catalán. Frente al negativismo distópico de una España franquista y agresiva, que el propio Pons ha suscrito frecuentemente durante su carrera como director, en *Miss Dalí* vemos una alegoría posmoderna de España encarnada en García Lorca, un homosexual de izquierdas que ama la lengua catalana y escribe sobre la libertad. La alianza entre la izquierda republicana española y el independentismo republicano catalán fue preconizada por intelectuales como Manuel Vázquez Montalbán durante la Transición, en función de su común denominador antifascista. El saludo entusiasta de Pons a esa España tan diferente del estereotipo franquista habitualmente cultivado por el nacionalismo catalán cobra especial sentido en un momento como el del *procès*, en el que el debate público ha sido ocupado por la retórica de la confrontación entre imágenes contrapuestas del país.

Referencias bibliográficas

- Anholt, Simon (2006). *Competitive Identity: The New Brand Management for Nations, Cities and Regions*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Ansorena, Asunción (2006). *Algunas estrategias para la difusión internacional de la cultura española*. Madrid: Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos.
- Aronczyk, Melissa (2013). *Branding the Nation: the Global Business of National Identity*. New York: Oxford University Press.
- Bauman, Zygmunt (2011). *Culture in a Liquid Modern World*. Cambridge: Polity.
- Beller, Manfred; Leerssen, Joep (eds) (2007). *Imagology: The Cultural Construction and Literary Representation of National Characters. A Critical Study*. Amsterdam; New York: Rodopi.
- Bowen, Murray (1985). *Family Therapy in Clinical Practice*. New York; Aronson.
- Comas, Àngel (2010). *Vint anys d'història del cinema a Catalunya (1990-2009)*. Barcelona: Laertes.
- Dinnie, Keith (2015). *Nation Branding: Concepts, Issues, Practice*. London: Taylor and Francis.

- Epps, Brad (2012). «Echoes and Traces: Catalan Cinema, or Cinema in Catalonia». Labanyi, Jo; Pavlovic, Tatiana (eds), *A Companion to Spanish Cinema*. London: Blackwell, 50-80.
- Fernàndez, Josep-Anton (2000). *Another Country: Sexuality and National Identity in Catalan Gay Fiction*. Leeds: Maney.
- Fernàndez, Josep-Anton (2008). *El malestar en la cultura catalana: la cultura de la normalització, 1976-1999*. Barcelona: Empúries.
- Goffman, Erving (1974). *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*. Cambridge: Harvard University Press.
- Gubern, Román (1996). «La imagen de España en el cine extranjero». *Claves de la Razón Práctica*, 63, 74-80.
- Kaneva, Nadia (2011). «Nation Branding: Toward an Agenda for Critical Research». *International Journal of Communication*, 5, 117-41.
- King, Stewart (2016). «'Catalonia is not Spain': Images of Self and Other in Catalan Literature». Domínguez, César; Abuín, Anxo; Sapega, Ellen (eds), *Comparative History of Literatures in the Iberian Peninsula*, vol. 2. Amsterdam: John Benjamins, 20-31.
- Martí-Olivella, Jaume (2014). «Historical Memory and Family Metaphor in Catalonia's New Documentary School». *Journal of Catalan Studies*, 53-71.
- Martínez-Expósito, Alfredo (2015). *Cuestión de imagen: cine y Marca España*. Vigo: Academia del Hispanismo.
- Pfister, Manfred; Hertel, Ralf (eds) (2008). *Performing National Identity: Anglo-Italian Cultural Transactions*. Amsterdam: Rodopi.
- Rancière, Jacques (2011). *The Emancipated Spectator*. London: Verso.
- Sklovsky, Victor (1925). *O teorii prozy*. Moscow: Krug.
- Volcic, Zala; Andrejevic, Mark (2011). «Nation Branding in the Era of Commercial Nationalism». *International Journal of Communication*, 5, 598-618.
- Volcic, Zala; Andrejevic, Mark (eds) (2016). *Commercial Nationalism: Selling the Nation and Nationalizing the Sell*. Basingstoke; New York: Palgrave Macmillan.
- Zacharasiewicz, Waldemar (2010). *Imagology Revisited*. Amsterdam; New York: Rodopi.

Notas curriculares

Alfredo Martínez-Expósito é catedrático de Estudos Hispânicos na University of Melbourne e membro da Australian Academy of the Humanities. Foi presidente da Association of Iberian and Latin American Studies of Australasia e diretor dos departamentos de línguas modernas das universidades de Melbourne e Queensland. As suas linhas de investigação incluem as identidades LBGTIQ e as representações da nação no cinema espanhol contemporâneo. Recentemente coeditou com José Colmeiro o volume *Repensar los estudios ibéricos desde la periferia* (Edizioni Ca' Foscari, 2019). Contato: alfredo.m@unimelb.edu.au

Antoni Maestre-Brotos é professor do Departament de Filologia Catalana e membro do Institut Universitari d'Investigació d'Estudis de Gènere da Universitat d'Alacant. É também professor colaborador da Universitat Oberta de Catalunya. As suas linhas de investigação atuais são o género e a sexualidade na literatura, o cinema e as redes sociais, com ênfase especial nas masculinidades e na subjetividade queer. É investigador de dois projetos financiados pelo Ministerio de Economía, Industria y Competitividad (Espanha) intitulados «La construcción discursiva del conflicto: territorialidad, imagen de la enfermedad e identidades de género en la literatura y en la comunicación social» e «La literatura de segundo grado: las relaciones hipertextuales en la literatura catalana desde el 'Modernisme' hasta 1939». É autor dos livros *Humor i persuasió: l'obra periodística de Quim Monzó* (Universitat d'Alcant, 2006) e *Essències d'estil. Aproximació a la narrativa breu de Sergi Pàmies* (Universitat d'Alcant, 2013). Contacto: antoni.maestre@ua.es

Arturo Casas é professor titular de Teoria da Literatura e Literatura Comparada comparada na Universidade de Santiago de Compostela (USC) e membro do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa da Universidade do Porto. Dirigiu o Centro de Investigación de Procesos e Prácticas Culturais Emerxentes na USC. É editor, desde 2011, da base de dados e repositório digital *poesiagalega.org* (<http://poesiagalega.org>) e desde 2016 da base de dados tetralingue *Poesia no espaço público* (<http://bd-poes-public.org/pt>). As suas áreas de investigação principais incluem os estudos ibéricos, a metodologia da história literária nacional e comparada, o pensamento estético e literário contemporâneo, a poesia atual em perspetiva sociológica e política (com atenção especial à galega) e o exílio republicano galego e espanhol de 1939. Editou a poesia de

Uxío Novoneyra (Galaxia, 2010) e Salvador García-Bodaño (PEN Clube de Galicia, 2019). Em 2011 coeditou os volumes *Performing Poetry: Body, Place and Rhythm in the Poetry Performance* (Rodopi) e *Resistance and Emancipation: Cultural and Poetic Practice* (Peter Lang). Contacto: arturo.casas@usc.es

Catarina Sequeira Rodrigues é investigadora no Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. As suas áreas de investigação incluem as humanidades digitais, a história contemporânea e os sistemas de informação geográfica. É bolsista de investigação no projeto exploratório *Mapa Digital das Relações Literárias Ibéricas (1870-1930)*. É licenciada e mestre em Arquitetura Paisagista pelo Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa. Participou no projeto *PPESTS – História contemporânea das pragas agrícolas no Sul da Europa* acolhido pelo Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Contacto: crodrigues@letras.ulisboa.pt

Cristina Martínez Tejero é doutorada pela Universidade de Santiago de Compostela (USC) e investigadora do Centro de Estudos Comparatistas (Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa). É também integrante do Grupo Galabra e do Centro de Investigación de Procesos e Prácticas Culturais Emergentes, ambos pertencentes à USC. As suas linhas de investigação atuais incluem a relação entre cultura, turismo e globalização, os estudos galegos e portugueses contemporâneos ou as dinâmicas atuais do campo científico das humanidades. Sobre estes assuntos publicou artigos em revistas como *Bulletin of Hispanic Studies*, *Revista de literatura* ou *Acta Scientiarum – Language and Culture* e capítulos em editoras como Peter Lang ou Tecnos. Contacto: cristina10@campus.ul.pt

Diego Rivadulla Costa é investigador em formação no Departamento de Letras da Universidade da Coruña e membro do Grupo ILLA (Investigación Lingüística e Literatura Galega). As suas áreas de investigação principais são os estudos literários e culturais, com especial ênfase na literatura galega contemporânea, e os estudos de memória. Presentemente, está a preparar a sua tese de doutoramento sobre memória do franquismo e narrativa galega atual, financiada pelo 'Programa de axudas de apoio á etapa predoutoral' da Xunta de Galicia. Entre as suas publicações, destacam-se: «O 'real/histórico' ao servizo da ficción. Usos da Historia e da realidade en Resistencia de Rosa Aneiros» (*Imposibilita*, 11, 2016) e «Non hai noite tan longa: investigación, historia e memoria do tardofranquismo» (*Madrygal*, 21, 2018). Contacto: diego.rivadulla@udc.gal

Esther Gimeno Ugalde é investigadora de pós-doutoramento no Institut für Romanistik da Universität Wien e membro do Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. As suas linhas de trabalho na área dos estudos ibéricos incluem a institucionalização do campo, o multilinguismo e o contacto linguístico no cinema e na literatura da Península, assim como a tradução literária intra-ibérica. Junto com Santiago Pérez Isasi, é coordenadora do projeto *IStReS – Iberian Studies Reference Site* e editora da *International Journal of Iberian Studies (IJIS)*. É também autora do livro *La identidad nacional catalana. Ideologías lingüísticas entre 1833 y 1932* (Iberoamericana, 2010) e coeditora do volume *Catalunya/Catalunha. Relacions literàries i culturals entre Catalunya i Portugal* (Húmus – Onada, 2013) e dos números «Iberian Memories. Mass

Media and the Configuration of Memory in Contemporary Spain and Portugal» (*IJIS*, 27[2-3], 2014) e «Paisajes de la crisis en los cines ibéricos» (*Iberoamericana*, 18[69], 2018), entre outros. Contacto: esther.gimeno.ugalde@univie.ac.at

Isaac Lourido é professor e investigador na Universidade da Corunha. Tem investigado nas áreas da teoria e metodologia da história literária, da poesia galega contemporânea e dos processos de resistência e emergência cultural. Publicou as monografias *História literária e conflito cultural. Bases para umha história sistémica da literatura na Galiza* (XX Prémio Carvalho Calero de Ensaio; Laiovento, 2014) e *Livros que nom lê ninguém. Poesia, movimentos sociais e antagonismo político na Galiza* (Através, 2014). Foi também coeditor dos volumes *Non Lyric Discourses in Contemporary Poetry* (Martin Meidenbauer, 2012) e *La poesía actual en el espacio público* (Orbis Tertius, 2015). Contacto: isaac.lourido@udc.gal

Joseba Gabilondo é professor associado no Department of Romance and Classical Studies da Michigan State University. Publicou artigos sobre os nacionalismos bascos e espanhóis, estudos atlânticos, estudos ibéricos, discurso intelectual, pós-nacionalismo, masculinidade, feminismo, teoria queer, globalização e cinema hispano/hollywoodense. É autor de três livros sobre literatura basca: *Nazioaren hondarrak: Euskal literatura garaikidearen historia postnazional baterako hastapenak* (Euskal Herriko Unibertsitateko Argitalpen Zerbitzua, 2006) (em inglês: *Introduction to a Post-national History of Contemporary Basque Literature (1978-2000)*, Remnants of the Nation, Boydell & Brewer, 2019), *New York – Martutene. Euskal postnazionalismoaren utopiaz eta globalizazio neoliberalaren krisiaz* (Euskal Herriko Unibertsitateko Argitalpen Zerbitzua, 2013; Premio Euskadi de Ensayo) e *Before Babel: A Cultural History of Basque Literatures* (Barbaroak, 2016). Publicou também dois livros em euskera sobre globalização e política contemporânea: *Globalizazioak eta Erdi Aro berria: diferentzien itzuleraz* (Erein, 2015; Premio Unamuno de Ensayo) (em castelhano, *Globalizaciones: la nueva Edad Media y el retorno de la diferencia*, Siglo XXI, 2019) e *Populismoaz: subiranotasun globala eta euskal independentzia* (Txalaparta, 2017). Contacto: joseba@joseba.net

Juan Miguel Ribera Llopis é doutor em Filologia Românica e professor titular de Literatura Catalã no Departamento de Estudios Románicos, Franceses, Italianos y Traducción da Facultad de Filología da Universidad Complutense de Madrid. As suas áreas de investigação são a narrativa catalã contemporânea, a narrativa breve catalã na Idade Média, o estudo comparado das literaturas peninsulares, os livros de viagens no mundo românico e a literatura de viagens. É investigador do grupo «La aventura de viajar y sus escrituras: los libros de viaje en el mundo románico». É autor das obras *Literaturas catalana, gallega y vasca* (Playor, 1982) e *Projecció i recepció hispanes de Caterina Albert i Paradís, Víctor Català, i de la seva obra* (CCG Edicions, 2007); coordenador do volume *Literaturas Ibéricas. Teoría, historia y crítica comparativas* (Anexo IX da *Revista de Filología Románica*, 2015); e editor de *Lisboa. Finis terrae entre dos horizontes* (Andavira, 2012). Contacto: jumriber@filol.ucm.es

Leslie J. Harkema é professora associada de Literatura Espanhola no Department of Spanish and Portuguese da Yale University. A sua investigação centra-se na Ibéria moderna (séculos XVIII-XX), com especial interesse na história intelectual, a literatura comparada, o modernismo global e a história da tradução no contexto ibérico. É autora do livro *Spanish Modernism and the Poetics of Youth: From Miguel de Unamuno to La Joven*

Literatura (Toronto Iberic, 2017). Os seus artigos sobre literatura ibérica moderna foram publicados em *Revista Hispánica Moderna*, *Bulletin of Spanish Studies* e *MLN*, entre outros lugares. Contacto: leslie.harkema@yale.edu

Marcelo Topuzian é professor de Literatura Espanhola Moderna e Contemporânea na Universidad de Buenos Aires (UBA) e investigador no CONICET. As suas áreas de investigação incluem os estudos ibéricos, a teoria literária e as relações entre a literatura e os meios de comunicação. Dirige o projeto coletivo *Literatura, Estado y nación: hacia un nuevo comparatismo hispánico* (UBA). É autor de *Muerte y resurrección del autor (1963-2005)* (Ediciones UNL, 2014) e de *Creencia y acontecimiento. El sujeto después de la teoría* (Prometeo, 2015), e editor de *Tras la nación. Conjeturas y controversias sobre las literaturas nacionales y mundiales* (Eudeba, 2017). Contacto: mtopuzian@filo.uba.ar

Mercè Picornell é professora titular no Departament de Filologia Catalana i Lingüística General da Universitat de les Illes Balears. Investigou sobre as relações entre antropologia e literatura e a escrita testemunhal nos contextos catalão e hispano-americano, assim como sobre diversos aspetos da literatura catalã durante a transição espanhola. Atualmente investiga sobre a política e a poética das ruínas contemporâneas e sobre a conceptualização do contacto literário e cultural no contexto insular. É autora das monografias *Discursos testimoniais en la literatura catalana recent* (Publicacions de l'Abadia de Montserrat, 2003) e *Continuïtats i desviacions: debats crítics sobre la literatura catalana en el vèrtex 1960/1970* (Lleonard Muntaner, 2013). É integrante do grupo de investigação LiCETC (Literatura Contemporània: Estudis Teòrics i Comparatius). Contacto: m.picornell@uib.cat

Sandra Boto é investigadora auxiliar do Centro de Investigação em Artes e Comunicação da Universidade do Algarve. As suas áreas de investigação são o romanceiro pan-hispânico, os estudos portugueses e ibéricos, a crítica textual e as humanidades digitais. É responsável científica do projeto *romanceiro.pt* (<https://romanceiro.pt>) e investigadora principal do projeto *Garrettonline* (<https://garrettonline.romanceiro.pt>), que é apoiado presentemente pela Fundação Calouste Gulbenkian. Entre outros trabalhos, é coeditora, com Mirian Tavares, do livro de ensaios *Digital Culture – a State of the Art* (Grácio Editor, 2018). É editora científica do *Romanceiro* de Almeida Garrett, volume a publicar em breve na «Edição Crítica das Obras de Almeida Garrett» da Imprensa Nacional – Casa da Moeda de Portugal. Contacto: scboto@ualg.pt

Santiago Pérez Isasi é investigador auxiliar do Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. As suas áreas de investigação incluem os estudos ibéricos, a história literária ou as humanidades digitais. É investigador principal do projeto exploratório *Digital das Relações Literárias Ibéricas (1870-1930)* e coordenador do projeto *IStReS – Iberian Studies Reference Site*, junto com Esther Gimeno Ugalde (Universität Wien). É coautor, com Antonio Sáez Delgado, do volume *De espaldas abiertas. Relaciones literarias y culturales ibéricas (1870-1930)* (Comares, 2018) e coeditor dos volumes *Looking at Iberia. A Comparative European Perspective* (Peter Lang, 2013) e *Los límites del Hispanismo* (Peter Lang, 2017). Contacto: santiagoperez@campus.ul.pt

Os capítulos do presente volume foram revistos por:

Alfredo Saldaña (Universidad de Zaragoza) Antonio Sáez Delgado (Universidade de Évora) Bernat Padró Nieto (Universitat de Barcelona) Blanca Ripoll Sintes (Universitat de Barcelona) César Domínguez (Universidade de Santiago de Compostela) Daniel Alves (Universidade Nova de Lisboa) David Colbert-Goicoa (Sewanee: The University of the South) Enrique Santos Unamuno (Universidad de Extremadura) Eva Bru (Bangor University) Fernando Cabo Aseguinolaza (Universidade de Santiago de Compostela) Gabriel Magalhães (Universidade da Beira Interior) Helena Buffery (University College Cork) Helena González (Universitat de Barcelona) Jaime Subirana (Universitat Oberta de Catalunya) Jesús Revelles Esquirol (Universitat de les Illes Balears) Jordi Cerdà Subirachs (Universitat Autònoma de Barcelona) José Luís Forneiro (Universidade de Santiago de Compostela) Josep M. Armengol (Universidad de Castilla-La Mancha) Josep-Anton Fernàndez (Universitat Oberta de Catalunya) José A. Losada Montero (Southwest Minnesota State University) María do Cebreiro Rábade Villar (Universidade de Santiago de Compostela) María Liñeira (Maynooth University) Ramón Villares (Universidade de Santiago de Compostela) Raquel Bello Vázquez (Centro Universitário Ritter dos Reis) Roberto Samartim (Universidade da Coruña) Rosario Mascato (Universidade da Coruña) Sara Rodrigues de Sousa (Universidade Europeia, Laureate International Universities) Sebastiaan Faber (Oberlin College) Silvia Bermúdez (University of California – Santa Barbara) Teresa Pinheiro (TU Chemnitz) Thomas Harrington (Trinity College, Hartford, CT) Víctor Martínez-Gil (Universitat Autònoma de Barcelona).

A emergência nos últimos anos dos ‘estudos ibéricos’ torna necessária a reflexão sobre os desafios e potencialidades desta área. Este volume, com uma clara vontade de renovação metodológica, reúne contributos que exploram possibilidades de análise sobre o espaço ibérico e fenómenos associados, oferecendo um quadro plural de referentes teóricos e de perspetivas, em que os reptos colocados pelos casos basco, catalão e galego têm especial importância. No seu conjunto, a obra constitui uma valiosa ferramenta para ler a situação atual e para desenvolver um novo pensamento crítico sobre este objeto de estudo.



Università
Ca' Foscari
Venezia



Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



INVESTIGADOR FCT



MAPA DIGITAL
DAS RELAÇÕES
LITERÁRIAS IBÉRICAS
[1870-1930]